Universidade Federal Fluminense
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia

TERRITORIALIZAR EM BUSCA DO "VIVER MELHOR"

As trajetórias dos povos do Alto Rio Negro em diferentes situações territoriais

FERNANDO SOUZA DAMASCO

Niterói, RJ
2024

FERNANDO SOUZA DAMASCO

TERRITORIALIZAR EM BUSCA DO "VIVER MELHOR"

As trajetórias dos povos do Alto Rio Negro em diferentes situações territoriais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Campo de confluência: Ordenamento Territorial e Ambiental.

Orientador:
Prof. Dr. Rogério Haesbaert da Costa

Niterói, RJ
2024

Autorizo a reprodução e a divulgação parcial ou total deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudos e pesquisas, desde que citada a fonte.

Ilustração da Capa

Título: Caminhos trilhados através da oralidade e da mobilização das lideranças na defesa do território do Alto Rio Negro
Data: 2024
Técnica: Aquarela
Autor: Frank Fontes Baniwa
Para a composição da obra, Frank Fontes Baniwa se baseou no texto da tese em versão preliminar encaminhado com antecedência pelo autor. O artista partiu do protagonismo das lideranças e dos seus conhecimentos sobre a trajetória do movimento indígena até a conquista do território do Alto Rio Negro. A partir disso, representou as lideranças da calha do Uaupés, Tiquié, Içana, Cuiari, Ayari, Xié e Rio Negro em reuniões comunitárias para enfatizar que elas foram a base da homologação da Terra Indígena. As cinco pessoas que se encontram de pé, na maloca da FOIRN, simbolizam os representantes das cinco Coordenadorias atuais da Federação. As lideranças do passado e as atuais são unidas por meio do necessário protagonismo nas comunidades (transcrição da descrição feita pelo artista).

Ficha catalográfica automática - SDC/BIG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

D155t Damasco, Fernando Souza
Territorializar em busca do "viver melhor" : As trajetórias dos povos do Alto Rio Negro em diferentes situações territoriais / Fernando Souza Damasco. - 2024.
528 p.: il.

Orientador: Rogério Haesbaert.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Niterói, 2024.

1. Território. 2. Terra Indígena. 3. Ordenamento territorial. 4. Política indigenista. 5. Produção intelectual. I. Haesbaert, Rogério, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Geociências. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

Fernando Souza Damasco

Territorializar em busca do "viver melhor": as trajetórias dos povos do Alto Rio Negro em diferentes situações territoriais

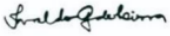
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Geografia.

Aprovada em 21 de maio de 2024.

BANCA EXAMINADORA

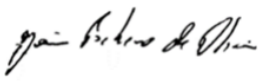
Prof. Dr. Rogério Haesbaert da Costa
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz
Universidade Federal Fluminense



Prof. Dr. Ivaldo Gonçalves de Lima
Universidade Federal Fluminense

Prof.ª Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo
Universidade Estadual de Campinas



Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho
Universidade Federal da Bahia

Niterói
2024

Universidade Federal Fluminense - Instituto de Geociências - Campus da Praia Vermelha - Av. Gal. Milton Tavares de Souza s/nº - sala 506 - Boa Viagem - Niterói - RJ - CEP: 24.210-346 - Tel: (21) 2629-5167 - E-mail: posgeouff.secretaria@gmail.com
http://www.posgeo.uff.br

Figura 1. Crianças brincam no Rio Negro. Fotografia: Fernando Damasco, 2022.

Aos povos do Alto Rio Negro

Em memória de Braz França, dedico esse esforço de pesquisa aos povos do Alto Rio Negro. Por meio de suas lideranças, especialmente as mais jovens, espero que esse trabalho lhes desperte o ânimo para as próximas situações a serem criativamente construídas.

Aos trabalhadores do IBGE

Por meio da mais sincera homenagem à Marta Antunes, Dulce Santoro, Artur Nobre Mendes e Marta Azevedo, que, por suas trajetórias e presenças constantes, me inspiraram e apoiaram incondicionalmente na elaboração desta pesquisa, dedico este trabalho aos trabalhadores do IBGE e a todos que apoiam a construção de Geografias e Estatísticas públicas que retratem o Brasil em sua diversidade territorial como ferramentas para que os povos tenham dignidade, justiça e paz. Este trabalho é uma forma de demonstrar o quanto a produção de informações públicas e confiáveis exige profissionais dedicados à pesquisa, à reflexão teórica e comprometidos com a transformação da realidade socioespacial do País.

Agradecimentos

Este trabalho é resultante de aproximadamente uma década de pesquisas e reflexões durante as minhas atividades como pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e como professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, que culminaram, nesses últimos anos, no curso de Doutorado na Universidade Federal Fluminense. Nesse sentido, é fundamental agradecer: à orientação, à amizade, ao espírito compreensivo e às críticas enriquecedoras do Prof. Rogério Haesbaert (UFF), referência pessoal de seriedade profissional, rigor conceitual e metodológico e de sensibilidade; aos amigos do Núcleo de Estudos Território e Resistência na Globalização – NuReG, espaço fundamental de debates, trocas e afetos, tão generosos que foram nos diferentes momentos de compartilhamento dos resultados da pesquisa; à gentileza e à amizade da Prof. Marta Azevedo (UNICAMP), co-orientadora informal desta tese e verdadeira "guru" nas pesquisas produzidas na interface entre a demografia e as geografias dos povos indígenas no Brasil e, especialmente, no Alto Rio Negro; às críticas e contribuições fundamentais dos professores Valter Cruz (UFF), Ivaldo Lima (UFF) e Sidnei Peres (UFF), que acompanharam esta pesquisa e avaliaram seus resultados parciais em diferentes etapas; aos incentivos pessoais e à imensa contribuição do pensamento teórico do Prof. João Pacheco de Oliveira Filho (UFBA), que, em 2017, gentilmente, me recebeu em sua disciplina no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e me introduziu em suas reflexões teóricas sobre os processos de territorialização, o que se constituiu uma contribuição decisiva para esta pesquisa e para aminha trajetória profissional.

A construção deste trabalho se deve à gentileza dos povos indígenas do Alto Rio Negro. Desde que me receberam pela primeira vez em 2017, estiveram dispostos a me ensinar sobre tantas coisas e a ouvir minhas explicações sobre os dados estatísticos, as informações geográficas e sobre tantos outros assuntos. Por esse diálogo intercultural fundamental, preciso agradecer: à anuência da Federação dos Povos Indígenas do Rio Negro (FOIRN), por meio de seu presidente Marivelton Barroso, para a realização da pesquisa; à recepção amigável de Adão Francisco, Diretor da FOIRN, e de Melvino Fontes Olímpio, Coordenador do Departamento de Patrimônio Cultural da FOIRN; à amizade e acolhida Lucia Alberta Andrade; a gentileza com que as lideranças me receberam e concederam entrevistas – Maximiliano Menezes, Domingos Barreto, Juvêncio Cardoso, Bonifácio José, Auxiliadora Fernandes e, em memória, Braz França, falecido meses após a realização da entrevista – sem os quais essa pesquisa não seria possível; à acolhida de Edson Damian, bispo emérito de São Gabriel da Cachoeira; à recepção pelas equipes da Defensoria Pública de São Gabriel, Polícia Federal, Prefeitura Municipal, FUNAI, ICMBio e tantas outras instituições que visitei na cidade; à recepção dedicada da equipe do Instituto Socioambiental, seja em São Gabriel da Cachoeira, onde fiquei hospedado, seja em São Paulo, pelo compartilhamento de dados e informações em diferentes momentos da pesquisa; à Laura Gryner, Maria

Bonome e Giselle Sousa, pela acolhida tão afetiva nos dias em que estive em São Gabriel.

Em virtude da colaboração fundamental em diferentes momentos da pesquisa, preciso também agradecer: a Frank Fontes Baniwa pela elaboração da arte da capa que traduziu muito melhor que meu texto alguns dos resultados da pesquisa; ao Prof. Rodrigo Reis (UFAM) pela amizade, pelo debate sobre as questões que afetam os indígenas nas fronteiras políticas e pela ajuda com os processos da FUNAI; à Prof. María Rossi Idárraga (UFAM), pela recepção em Letícia e pelo compartilhamento de sua experiência no Vaupés colombiano; com toda a admiração pelo caminho que está trilhando, à Karoline de Fátima de Souza que, atuando como assistente de pesquisa, foi crucial na sistematização do imenso acervo documental obtido junto ao Arquivo Nacional e na vetorização de alguns dados geoespaciais utilizados nos mapas.

Como estudante-trabalhador, foi fundamental conciliar a agenda no IBGE com o cronograma da tese, em meio ao desafio de coordenar o Censo Demográfico 2022 junto aos indígenas e quilombolas logo após a maior pandemia da história. Nesse sentido, é fundamental agradecer: à Marta Antunes, pela parceria fundamental em tantos momentos de dificuldades, pelos desafios enfrentados e superados e, sobretudo, pela incessante capacidade crítica e reflexiva que tanto ajudou a lapidar alguns dos conceitos e das propostas de abordagem teórica desta tese, além da atenta revisão final do texto; às reflexões e análises realizadas em nosso Grupo de Trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais, na companhia de Maria Amélia Vilanova, Daiane Ciriáco, Leandro Okamoto, Patrícia Borges; a Roberto Tavares e à Miriam Barbuda, que viabilizaram os períodos de licença-capacitação quando os solicitei; a Romay Garcia, Dulce Santoro, Gabriel Bias Fortes, Solange Mello (em memória), Diogo Nunes, Felipe Leitão, Letícia Giannella, que, em diversos momentos, apoiaram a realização desta pesquisa, inclusive, cobrindo algumas ausências minhas; à presença incentivadora de minha equipe da Gerência de Territórios Tradicionais e Áreas Protegidas, especialmente André Lopes, Marcos Martins e Fabio Sanson, que me substituíram nos momentos de licença, além dos estagiários que passaram por minha supervisão e que me fizeram rever muitos dos pressupostos aqui discutidos; às indagações, dúvidas e contribuições dos estudantes da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, com quem discuti algumas das ideias e reflexões aqui apresentadas.

Esta pesquisa também não seria possível sem o apoio fundamental dos meus familiares, especialmente meus pais, a quem agradeço pela dedicação incondicional e pela compreensão nos muitos períodos de ausência. Agradeço ainda aos incentivos permanentes dos meus amigos, que formam a minha família estendida.

Agradeço, por fim, às inúmeras lideranças indígenas e quilombolas que me receberam em seus territórios e com quem dialoguei em diversos contextos nos últimos anos. As reflexões aqui registradas são uma forma de retribuição por tanta generosidade, disposição e vontade para dialogar e colaborar, mesmo quando submetidos à trágica experiência da escassez e da restrição de direitos fundamentais.

Resumo

Pesquisa de doutorado que se dedica a responder à questão geográfica configurada em torno das razões que explicariam o fato de que grupos indígenas distintos entre si, no âmbito de situações históricas e geográficas desfavoráveis, no intuito de superá-las ou mudá-las, conseguem elaborar "novos territórios" e estabelecê-los como ferramentas para a defesa de uma perspectiva compartilhada de futuro. Indaga-se, sobretudo, os significados e as expectativas atribuídos pelos indígenas ao processo de territorialização como estratégia para a mudança socioespacial. Utilizando como base empírica a trajetória dos povos do Alto Rio Negro, o trabalho destrincha as estratégias que permitiram a passagem de situações marcadas por diferentes práticas de governo em torno da tutela dos povos indígenas no sentido da formatação de novas formas de governo baseadas em uma proposta de autonomia elaborada pelo movimento indígena rionegrino, com foco na compreensão das circunstâncias envolvidas na produção de novos territórios em meio a situações adversas. Como tese, propõe-se que os processos de territorialização em contatos interétnicos se desenvolvem a partir de situações territoriais, isto é, a partir da situacionalidade estabelecida entre os sujeitos, o(s) seu(s) território(s) e as territorialidades dominantes que lhes são impostas, sempre refletida à luz de uma nova situação imaginada, pautada em processos de reterritorialização, isto é, na constituição de novos territórios ou da recomposição de relações territoriais violentamente rompidas, concebidos no âmbito de um projeto político de autonomia.

Palavras-chave: territorialização, territorialização indígena, situação territorial.

Resumen

Investigación doctoral dedicada a responder la cuestión geográfica configurada en torno a las razones que explicarían el hecho de que grupos indígenas distintos entre sí, en el ámbito de situaciones históricas y geográficas desfavorables, con el objetivo de superarlas o cambiarlas, logren desarrollar "nuevos territorios" y establecerlos como herramientas para defender una perspectiva compartida del futuro. Sobre todo, se cuestionan los significados y expectativas atribuidos por los pueblos indígenas al proceso de territorialización como estrategia de cambio socioespacial. Utilizando como base empírica la trayectoria de los pueblos del Alto Río Negro en Brasil, el trabajo desentraña las estrategias que permitieron el paso de situaciones marcadas por diferentes prácticas gubernamentales en torno a la protección de los pueblos indígenas en el sentido de formatear nuevas formas de gobierno basadas en una propuesta de autonomía desarrollada por el movimiento indígena rionegrino, enfocada en comprender las circunstancias que involucra la producción de nuevos territorios en medio de situaciones adversas. Como tesis, se propone que los procesos de territorialización en los contactos interétnicos se desarrollan a partir de situaciones territoriales, es decir, de la situacionalidad que se establece entre los sujetos, su(s) territorio(s) y las territorialidades dominantes que les son impuestas, siempre reflejadas en la a la luz de una nueva situación imaginada, basada en procesos de reterritorialización, es decir, en la constitución de nuevos territorios o la recomposición de relaciones territoriales violentamente cortadas, concebidas en el ámbito de un proyecto político de autonomía.

Palabras-clave: territorialización, territorialización indígena, situación territorial.

Sumário

Introdução 1

Questões e contexto geográfico da pesquisa 5

Uma pesquisa tecida entre situações geográficas 10

Consulta às comunidades envolvidas e pressupostos éticos 20

Aspectos metodológicos 23

Organização do texto 26

Capítulo 1

TERRITÓRIO E AÇÃO ESPACIAL PARA MUDAR A SITUAÇÃO 43

Primeiro obstáculo teórico: espaço e ação 47

Recuperando a situação geográfica para compreender a mudança socioespacial 51

Segundo obstáculo teórico: a territorialização entre Geografia e a Etnologia do contato interétnico 78

Território em perspectiva relacional 85

Terceiro obstáculo teórico: contato interétnico e territorialização 90

A proposta da situação histórica para estudo do contato interétnico 93

Abordagem situacional para compreender a territorialização dos povos indígenas no Brasil 95

Capítulo 2

CONTEXTOS SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS DAS SITUAÇÕES GEOGRÁFICAS RIONEGRINAS 109

Distribuição geográfica 114

Baixo rio Uaupés e rio Tiquié 115

Alto rio Uaupés e rio Papuri 118

Interflúvios dos rios Tiquié e Papuri 121

Rio Içana 124

Rio Negro e rio Xié 126

Elementos de demografia 128

Manejo ambiental tradicional 135

Capítulo 3

“AQUI NÃO TEM NADA”: A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONTROLE COLONIAL DO ESPAÇO RIONEGRINO..... 143

Descimentos – desterritorializações e a necessidade do refúgio..... 146

Ampliação e consolidação do controle territorial colonial..... 151

Projeto salesiano de dominação e reconfiguração do espaço 157

Capítulo 4

ELEMENTOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS POVOS DO ALTO RIO NEGRO 171

Mitos de origem da humanidade..... 172

Diferenciações dos grupos e as espacialidades tradicionais 179

Exogamismo no Uaupés..... 180

Exogamismo ARAWAK 184

Nupcialidade NADUHUPY 185

Rebatimentos espaciais das normas de exogamia e endogamia linguísticas..... 187

Redefinições espaciais durante a colonização 189

Concepções de tempo e de espaço..... 197

Territórios e territorialidades tradicionais 198

Capítulo 5

SITUAÇÃO TERRITORIAL DO CONTROLE GEOPOLÍTICO MILITAR DE FRONTEIRA E DE “SEGURANÇA NACIONAL”..... 205

A crise da situação colonial-disciplinar religiosa 209

Interesses minerários e a invasão garimpeira 219

Pensamento geopolítico militar e a militarização do Alto Rio Negro..... 226

O controle das fronteiras políticas e o M-19 colombiano..... 229

Projeto Calha Norte..... 235

O plano militar de contenção: a estratégia de colônias agrícolas 246

Os indígenas em nova situação colonial..... 257

Capítulo 6

AÇÃO ESPACIAL INDÍGENA LEGÍTIMA PARA MUDAR A SITUAÇÃO 263

Ações espaciais indígenas legítimas 266

Reunir para mobilizar..... 279

A estratégia do território contínuo 288
A mobilização em múltiplas escalas 296
"Demarcação" – um novo horizonte no processo de identificação de Terras Indígenas 304
Jogo de delimitações 310

Capítulo 7
GESTÃO INDÍGENA DO TERRITÓRIO PARA "VIVER MELHOR" 331
Projeto indígena de autonomia 333
Gestão indígena do território 342
Plano de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas Alto e Médio Rio Negro 349
Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (2003) 353
Plano Indígena de Gestão Territorial e Ambiental (2017) 358
Situações territoriais e cidadania indígena 363
Os desafios do "bem viver": indicadores da cidadania precária 365
Territorializar em busca do "viver melhor" 376
Desafios para a gestão indígena 393

DO OUTRO LADO DA FRONTEIRA
Experiência de autonomia e gestão indígena do território no Vaupés colombiano 402

Conclusões 409

Bibliografia
Livros e periódicos 431
Documentos arquivados 458

Apêndices
Apêndice 1 – Termo de Anuência da FOIRN 461
Apêndice 2 – Registro de Consentimento Livre e Esclarecido 463
Apêndice 3 – Roteiros das entrevistas realizadas 471
Apêndice 4 – Reivindicações da II Assembleia 475
Apêndice 5 – Ofício proveniente da II Assembleia 477
Apêndice 6 – Decisão da Assembleia de 1990 481
Apêndice 7 – Carta ao Ministro da Justiça de 1992 483

Apêndice 8 – Carta de 1992 ao Presidente da República 485
Apêndice 9 – Carta da Survival International ao Presidente da República 487
Apêndice 10 – Relação dos varadouros do Alto Rio Negro 489
Apêndice 11 – Documento final da IV Assembleia de 1995 495
Apêndice 12 – Carta ao Presidente da República (23/08/1996) 497
Apêndice 13 – Carta aberta dos povos indígenas do Rio Negro à equipe de transição do Governo Lula 499
Apêndice 14 – Declaración de 14 gobiernos indígenas de la Amazonía oriental colombiana le hablan al próximo presidente de Colombia 501

Lista de ilustrações

Figura 1: Crianças brincam no Rio Negro 6
Figura 2: Vista área de São Gabriel da Cachoeira em direção ao Alto Rio Negro 31
Figura 3: Vista área de São Gabriel da Cachoeira em direção ao Alto Rio Negro. 31
Figura 4: Embarcação indígena no Rio Negro. 32
Figura 5: Aplicação de questionários do Censo Agropecuário 2017 em comunidade no entorno de São Gabriel. 32
Figura 6: Vista área de São Gabriel da Cachoeira em direção ao Alto Rio Negro 33
Figura 7: Mãe e filho no Rio Negro 33
Figura 8: Crianças brincam no Rio Negro 34
Figura 9: Crianças brincam no Rio Negro. 34
Figura 10: Porto Queiroz Galvão em São Gabriel da Cachoeira, de onde se parte para as comunidades do Alto Rio Negro 35
Figura 11: Porto de Camanaus, onde chegam as balsas e barcos com mercadorias e passageiros vindos de Manaus.....35
Figura 12: Embarque de mercadorias nos barcos para as comunidades do Alto Rio Negro 35
Figura 13: Fila para recepção de benefícios na loteria em São Gabriel da Cachoeira. ...36
Figura 14: Mercado municipal de São Gabriel da Cachoeira 36
Figura 15: Terreno da Aeronáutica com a Catedral de São Gabriel ao fundo 37
Figura 16: Complexo salesiano em São Gabriel da Cachoeira 37
Figura 17: Clube militar que ocupa praticamente toda a totalidade dos terrenos em frente à praia de São Gabriel.....38
Figura 18: Loja de apetrechos militares em São Gabriel da Cachoeira 38
Figura 19: Capela do Santíssimo Sacramento da Catedral de São Gabriel da Cachoeira, em que estão grafados os nomes de todas etnias em torno do sacrário 39
Figura 20: Mapa das comunidades do Alto Rio Negro na sede da Diocese de São Gabriel da Cachoeira. 39
Figura 21: Sede da Coordenação Regional Rio Negro da FUNAI em São Gabriel da Cachoeira. 40
Figura 22: Nova sede da FOIRN 40
Figura 23: Cartaz alusivo ao movimento indígena do Rio Negro afixado na sede da FOIRN. 41
Figura 24: Gravura na Pedra de Uapuí, em Uapuí-Cachoeira, Rio Ayari, afluente do Içana 110
Figura 25. Principais grupos linguísticos ao contato com os europeus 113

Figura 26: Mapa etno-histórico da distribuição dos grupos étnicos do Alto Rio Negro no século XVIII 113
Figura 27: Mapa da distribuição espacial das famílias linguísticas do Alto Rio Negro. 114
Figura 28: Comunidade de Pari-Cachoeira no Alto Tiquié 116
Figura 29: Mapa da região do Baixo Uaupés e rio Tiquié. 117
Figura 30: Vista aérea do distrito de Iauaretê 119
Figura 31: Mapa da região do alto rio Uaupés e do rio Papuri, região da COIDI. 120
Figura 32: Imagem orbital do distrito de Iauaretê 121
Figura 33: Mapa das áreas de ocupação Hupd'äh e Yuhupdëh, com ênfase no interflúvio entre o Tiquié e o Papuri 123
Figura 34: Vista aérea de Assunção do Içana 124
Figura 35: Mapa da bacia do rio Içana.....125
Figura 36: Mapa da região dos rios Negro acima e Xié. 127
Figura 37: Distribuição das etnias no Alto Rio Negro. 128
Figura 38: Pirâmide demográfica da do Município de São Gabriel da Cachoeira e da Terra Indígena Alto Rio Negro – 2010 134
Figura 39: Pirâmide demográfica da Terra Indígena Alto Rio Negro com dados do Levantamento Socioambiental ISA/FOIRN. 134
Figura 40: Campinarana no Rio Negro 136
Figura 41: Mapa de aptidão agrícola dos solos 140
Figura 42: Sistema de transformação da mandioca para a fabricação da farinha 141
Figura 43: Distribuição dos wii'to no alto rio Tiquié.....141
Figura 44: Os pilares mestres da Amazônia no século XVIII e as ameaças de invasão (correspondência inédita de Francisco Xavier de Mendonça Furtado – 1751-1758) ..150
Figura 45: Mapa da região do Alto Rio Negro, com destaque para algumas localidades principais nos séculos XVIII e XIX.....151
Figura 46: Desenho do frei franciscano Matteu Camioni, também entre os Tariana do Ipanoré, 1883. O desenho mostra um incidente no dia 28 de outubro de 1883, em que Cagnari, juntamente com Coppi, expuseram a máscara de "Jurupary" na capela, diante de toda a comunidade reunida em missa 157
Figura 47: Mapa da distribuição dos centros missionários salesianos no Alto Rio Negro e suas respectivas datas de fundação.....158
Figura 48: Indígenas Hohodene, dirigindo-se para a maloca Tucandira dos Awadzurunai, passam a Yandu-Cachoeira 159
Figura 49: Os Kubewa do rio Uaupés (legenda original do autor). Fonte: Niemuendajú, 2015 [1950].....161
Figura 50: Missão de Taracuá 163

Figura 51: Trecho de prospecto de 1933 sobre a atuação dos missionários salesianos no Alto Rio Negro 164

Figura 52: Grupos de alunos separados por etnia no Internato da Missão Salesiana em Iauaretê, fotografados por Dom José Domitrovitz. 167

Figura 53: Pamëri Pirõ Yuhkësë [Grande-Trovão-Cobra-Canoa] partindo do Lago do Leite, de Denilson Baniwa 174

Figura 54: Reprodução de *Cobra Grande*, de Feliciano Lana, em exposição no Centro Cultural dos Povos da Amazônia, em Manaus/AM 175

Figura 55: Buraco da transformação na cachoeira de Ipanoré, local de surgimento dos primeiros ancestrais 176

Figura 56: A saída da humanidade pelos buracos de pedra 177

Figura 57: Distribuição espacial das fratrias Baniwa ao longo dos rios Içana e Aiari ...186

Figura 58: Maloca no Igarapé Yauacacá fotografada por Koch-Grúnberg em 1905 191

Figura 59: Organização interna de uma maloca Barasana 193

Figura 60: Povoado no Alto Rio Negro composto por casas monofamiliares, normalmente construídas em torno de um pátio comum 194

Figura 61: Povoado no Alto Rio Negro. Nos novos povoados, é muito comum a presença de uma igreja e um centro comunitário. 195

Figura 62: Esboço esquemático das instâncias envolvidas no território de uma única calha. 202

Figura 63: Proposta do Território Federal Indígena do Alto Rio Negro com representação dos garimpos instalados ao longo da primeira metade da década de 1980 214

Figura 64 Interesses minerários na região do Alto Rio Negro 223

Figura 65: Política de segurança nacional segundo Golbery do Couto e Silva 227

Figura 66: Caminhonete atolada na BR-307 229

Figura 67: Exposição de ex-adido das Forças Armadas do Brasil na Colômbia: antagonismos externos e processo subversivo interno. Mimeo, 09/04/1981. Marcado como confidencial 231

Figura 68: Mapa colombiano apresentando área do Vice-Reinado de Nueva Granada no século XVII 231

Figura 69: Deslocamento do M-19 na fronteira Colômbia-Brasil 234

Figura 70: Área de atuação do Projeto Calha Norte 236

Figura 71: Estruturas e estradas previstas no Projeto Calha Norte. Fonte: CEDI, 1987. 241

Figura 72: Organizações militares do Exército Brasileiro subordinadas ao Comando Militar da Amazônia.....242

Figura 73: Recrutas do Exército carregam helicóptero da FAB com madeira no aeroporto de São Gabriel da Cachoeira para construção dos PEFs em função do Projeto Calha Norte 242

Figura 74: Áreas indígenas reconhecidas e identificadas na região do Alto Rio Negro em 1986. Destaque-se a Serra do Traíra compreendida na A.I. Pari Cachoeira 248

Figura 75: Participantes da II Assembleia das Organizações Indígenas do Rio Negro. 283

Figura 76: Fragmentação territorial do Alto Rio Negro em 1990 313

Figura 77 Visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, à sede da FOIRN 323

Figura 78: Plano de demarcação das Terras Indígenas Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Téa e Rio Apapóris com a localização das frentes de trabalho e da localização dos marcos.....327

Figura 79: Entrega dos decretos de homologação pelo então Ministro da Justiça, Renan Calheiros.....328

Figura 80: Liderança apresenta o decreto de homologação da demarcação da Terra Indígena Alto Rio Negro.....329

Figura 81: Taxa de suicídios por 100 mil habitantes – Brasil e São Gabriel da Cachoeira (2000-2019) 368

Figura 82: Rotas do tráfico da Colômbia para o Brasil.....372

Figura 83: Organograma da FOIRN 394

Figura 84: Lançamento da pré-candidatura de Marivelton Barroso a prefeito de São Gabriel da Cachoeira, ao lado da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (à esquerda) e da Presidente da FUNAI, Joênia Wapichana (primeira à direita) 398

Notas sobre a grafia dos etnônimos

Os nomes dos grupos étnicos estão grafados conforme as opções feitas pelo Plano de Gestão Indígena do Alto Rio Negro (FOIRN, 2019), de acordo com as escolhas dos próprios povos nas oficinas preparatórias realizadas.

Conforme a convenção utilizada pelos etnólogos, os etnônimos, quando usados como substantivos foram grafados com a primeira letra maiúscula e, quando usados como adjetivos, estrão grafados com todas as letras em minúsculas.

Nesta tese, uso os termos TUKANO, ARAWAK, NADUHUPY e YANOMAMI em caracteres maiúsculos com as mesmas dimensões de caracteres minúsculos, quando se referem a todos os povos falantes de línguas destas famílias linguísticas.

A família linguística formada pelos povos Hupd'äh, Yuhupdëh, Dâw e Nadëb foi referida como NADUHUPY, conforme escolha destes povos. O termo "Maku", considerado pejorativo, foi mantido exclusivamente quando utilizado pelos próprios autores nas citações diretas que faço de suas obras.

Considerando-se o tempo disponível para publicação, esse texto não passou por normatização linguística ou fonética, de modo que as palavras provenientes das línguas indígenas utilizadas foram grafadas tais como informadas pelos entrevistados.

Apesar de todo esse passado de violências e massacres, podemos registrar alguma coisa como vitória: a demarcação das cinco terras indígenas do Alto Rio Negro, confirmando mais uma vez a profecia do grande mensageiro de Tupana, o Poronominaré. Em uma de suas visitas ao seu povo, muito irritado, disse: Puxí curí peçassa amun-itá ruaxara maramên curí peanduari ixê, aramem curí peiassúca peiaxiú Paraná ribiiuá upê, pemucamém peruá, pericu-aram maan peiara, tupanaumeém ua peiaram - "Vocês agora vão ser dominados por outras pessoas, até quando se lembrarem de mim, aí então irão ao rio tomar banho e chorar mostrando suas caras, para que assim eu vos reconheça e Tupana devolva aquilo que sempre foi de vocês".

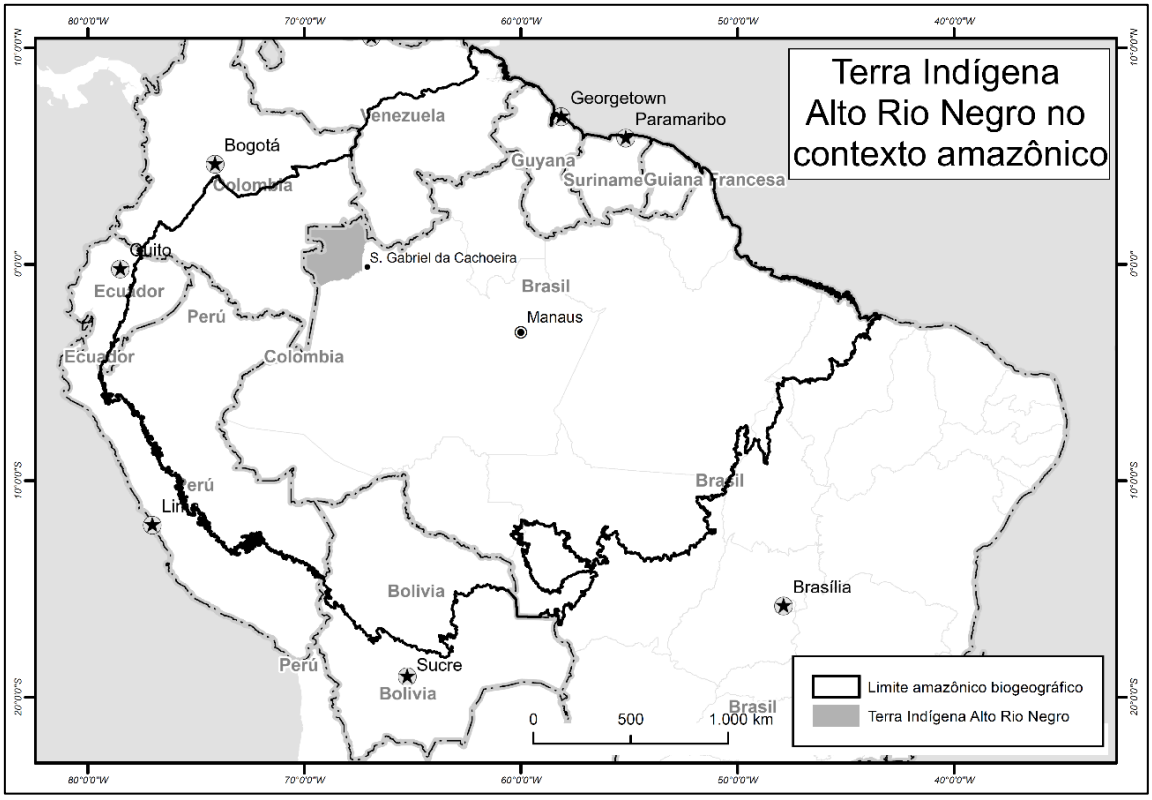
(Braz França Baré)

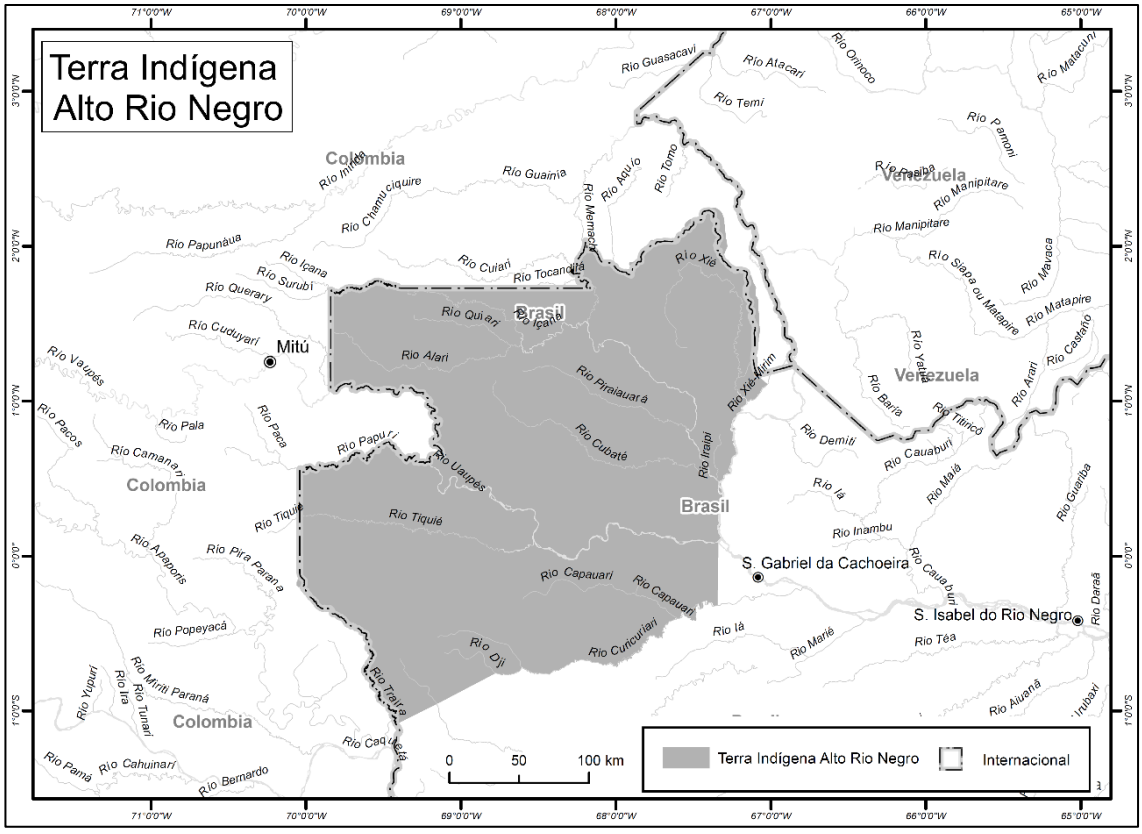
(...) reconhecemos o espaço como produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, (...) a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. (...) Sempre em construção, (...) é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado. Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de estórias-até-agora.

(Doreen Massey)

Em última instância, não é um mínimo de espaço que forma o fundamento expressivo, a marca e a garantia geográficas do direito básico e imprescritível de todo ser humano, o direito à vida?

(Jean Brunhes)





Mapa 1. Território do Alto Rio Negro.
Elaboração: Fernando Damasco, 2023.

Introdução

> *Senhor Presidente, as Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro esperam de V. Excia., que se posicione com um novo comportamento, responsável e patriótico, sobretudo, na demarcação efetiva e imediata de nossas áreas indígenas, esperamos procedimento democrático na nomeação dos dirigentes da FUNAI, esperamos garantia de nossos territórios indígenas e o diálogo franco e sistemático com os nossos povos indígenas, esperamos reconhecimento de nossas organizações em nível regional e nacional. V. Excia. deve se posicionar patrioticamente, no sentido de defender os direitos fundamentais dos povos indígenas do Alto Rio Negro, no que concerne ao aspecto do reconhecimento de nossos direitos territoriais. Nós indígenas devemos ter o direito e garantia da terra, que é nosso "habitat", isto é, o lugar onde vivemos segundo nossas culturas e tradições e, onde viverão nossas futuras gerações. Esse direito, Senhor Presidente, deve ter primazia sobre os outros, por termos origem na ocupação de fato, que é muito anterior à chegada da civilização do mundo branco.*
>
> Ofício da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, de 05/06/1987, ao Presidente da República, José Sarney

A carta das comunidades indígenas do Alto Rio Negro endereçada ao então Presidente da República, José Sarney, e reproduzida como epígrafe desta introdução e de alguns outros capítulos, deixa evidente a disposição para o diálogo dos povos da região para encontrar uma solução para o reconhecimento de suas terras. A expressão “direitos territoriais” é utilizada com destaque no texto, ancorado na tese de que todas as terras do Alto Rio Negro conformam um único e extenso território fundamental para a continuidade da existência de um conjunto de mais de vinte grupos étnicos, falantes de línguas derivadas de quatro famílias linguísticas, dispersos pelo conjunto expressivo de mais de quatrocentas comunidades localizadas em um torno de uma complexa malha fluvial.

Um mês e meio antes da redação da carta às autoridades de Brasília, entre 26 e 30 de abril de 1987, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas, aproximadamente trezentas lideranças indígenas de todas as regiões do Alto Rio Negro estiveram reunidas no Ginásio D. Pedro Massa, com a participação de representantes de diversos órgãos do Governo Federal e outros agentes locais, para discutir o futuro da região. Essa era a segunda assembleia convocada pelas lideranças para debater as ideias em torno da demarcação dos territórios indígenas, em resposta às ideias e propostas que passaram a circular entre os indígenas acerca do reconhecimento dos direitos indígenas, do controle da mineração que se expandia e das dúvidas e questionamentos em relação aos projetos de desenvolvimento capitaneados pelo Governo Federal na região, considerada estratégica para a segurança nacional.

Todas as arguições se estruturaram em torno de um eixo comum: a terra. O reconhecimento, por direito, da terra dos indígenas como afirmação de sua ocupação imemorial e da possibilidade de existência das futuras gerações. A assembleia foi concluída no dia 30 de abril de 1987 com a fundação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, que se tornaria mais adiante uma das mais importantes organizações indígenas do país, representante dos povos que convivem nas regiões do baixo, médio e Alto Rio Negro.

A formação da federação indígena, em 1987, se deu em um contexto oriundo de um conjunto de situações enfrentadas pelos indígenas ao longo dos séculos de execução do projeto moderno-colonial na Amazônia, configurado a partir de diferentes modalidades de escravização, exploração, esbulho, violências, disciplinamento e vigilância dos povos indígenas, que a elas buscaram responder por meio de estratégias que permitissem a continuidade de suas comunidades, mesmo que sob novos formatos impostos pelas agências coloniais.

Esse cenário passou por grandes reconfigurações a partir da segunda metade do século XX, quando novos atores se inserem na região, trazendo consigo novos

ideários de desenvolvimento que desconsideravam as perspectivas dos indígenas para os seus territórios. O país se encontrava submetido à Ditadura Militar, período marcado pelo apogeu do projeto geopolítico militar de "segurança nacional", assentado na centralidade do controle soberano do território amazônico, mediante exploração – presente e futura – de seus recursos naturais, como elemento fundamental de afirmação do Brasil como potência sul-americana. O Alto Rio Negro tornou-se, então, um laboratório para a implementação do projeto geopolítico militar, com inúmeras consequências para a organização socioespacial dos povos que habitam tradicionalmente a região.

Os dilemas vivenciados pelos indígenas do Alto Rio Negro foram compartilhados, em diversas ocasiões, por muitos indígenas Brasil a fora durante os séculos de implementação do projeto colonial. Em algumas situações, a proximidade dos centros de expansão da Colônia implicou o esbulho imediato das terras e a incorporação dos povos autóctones por meio da catequese e da escolarização compulsória, em um processo marcado por diversas experiências de resistências de grupos que até os dias atuais procuram reestabelecer o direito sobre as suas terras. Em outras regiões mais afastadas, desenvolveram-se diferentes modalidades de gestão e controle de populações com fins à apropriação seletiva de mão-de-obra e à transformação gradual das terras ocupadas pelos indígenas em mercadoria, conforme os interesses do projeto colonial. Nas décadas mais recentes, subsistem relações interétnicas fortemente marcadas pela colonialidade, em que os indígenas são posicionados no âmbito de um espectro evolutivo a que corresponderiam diferentes categorias territoriais, definidas a partir de princípios classificatórios definidos pelo Estado e fortemente disseminados entre as elites locais e regionais.

Nesse contexto, os muitos povos originários iniciam um processo de apropriação de categorias coloniais como "indígena" e "território", buscando ressignificá-las no âmbito de estratégias de mobilização e luta (CRUZ, 2006, 2007) que,

por diferentes caminhos, procuram construir uma nova relação com o Estado, de modo que "as estratégias recentes e atuais adotadas foram mais de busca por domínio e apropriação dos próprios instrumentos de dominação dos colonizadores" (RAMOS, 1995: 271). A incorporação do território no dicionário de lutas dos grupos subalternizados no âmbito da colonialidade foi um processo mais fortemente observado nas últimas três décadas em diferentes contextos latino-americanos (PORTO-GONÇALVES, 2002, 2015), no processo denominado por Haesbaert (2009: 95) e Porto-Gonçalves (2015: 6) como "giro territorial", mais recentemente nomeado como "ecoterritorial" (SVAMPA, 2019) para destacar mais intensamente a característica ecológica assumida por esses movimentos quanto à busca de novas formas de relação com a natureza e com os outros seres humanos, de modo que "o tema do ambiente começou a ser visibilizado e a noção de território se tornou o articulador político de uma nova configuração das demandas indígenas" (RIVERA CUSICANQUI, 2016: 81). O território assume então centralidade política e ontológica na disputa das narrativas em torno das trajetórias e das possibilidades de futuro dos grupos, associado a agendas apropriadas e reformuladas pelos indígenas, como a da sustentabilidade e do desenvolvimento comunitário. Esse giro se refletiu ainda na consolidação de direitos territoriais nas constituições de muitos países latino-americanos, como destaca Walsh (2002), que passam a vincular cada vez mais o reconhecimento étnico-identitário e territorial, como é o caso da Constituição brasileira de 1988.

No Brasil, diante do apogeu de um novo estatuto jurídico que preconizou a superação do regime tutelar, os indígenas engajaram-se em projetos orientados ao estabelecimento de novos paradigmas para as relações com o Estado e com os não-indígenas, normalmente assentados em uma proposta civilizatória indígena, isto é, uma política e um pensamento "que parte da colonialidade do poder e a ela confronte" (WALSH, 2006: 34), em um esforço de constituir aquilo que os indígenas equatorianos chamaram de "interculturalidade" e o estabelecimento de uma nova cidadania indígena

Do ponto de vista geográfico, tem crescido o interesse por compreender com maior profundidade esse processo de tomada de "conscientização do poder territorial" (BECKER, 1988: 120) por parte dos povos indígenas, seja no sentido de descrever, registrar e analisar as estratégias indígenas diante da consolidação do projeto geopolítico da Modernidade, seja na direção de buscar acompanhar o alargamento do conceito de território como categoria da prática (HAESBAERT, 2018) dos grupos sociais em nosso contexto brasileiro, com suas inúmeras especificidades.

Questões e contexto geográfico da pesquisa

Essa pesquisa se propôs a responder à questão geográfica configurada em torno das razões que explicariam o fato de que grupos tão distintos entre si, no âmbito de situações históricas e geográficas desfavoráveis, no intuito de superá-las ou mudá-las, conseguirem elaborar "novos territórios" e estabelecê-los como ferramentas para a defesa de uma perspectiva compartilhada de futuro. Indaga-se, sobretudo, os significados e as expectativas atribuídos pelos indígenas ao processo de territorialização como estratégia para a mudança socioespacial. Em particular, no caso do Alto Rio Negro, buscaremos destrinchar as estratégias que permitiram a passagem de situações marcadas por diferentes práticas de governo em torno da tutela dos povos indígenas no sentido da formatação de novas formas de governo baseadas em uma proposta de autonomia elaborada pelo movimento indígena rionegrino, com foco na compreensão das circunstâncias envolvidas na produção de novos territórios em meio a situações adversas.

Se a "dimensão estratégica para se pensar a incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro de um Estado-Nação é (...) a territorial" (PACHECO DE OLIVEIRA, (2016 [1997]: 204), minha premissa é que a territorialização é mobilizada como alternativa à opressão sofrida, isto é, como instrumento de superação de situações desfavoráveis, mediante a construção de novas situações

geográficas aglutinadoras de um projeto de autonomia, acesso a direitos básicos e melhores condições de vida viabilizado por novas práticas de gestão do território, o que pode contribuir para o estudo da "pluralidade das formas de governo" (FOUCAULT, 2008a [1978]: 124). É preciso, portanto, explorar teoricamente os vínculos entre territorialização e mudança socioespacial, sendo a prática política indígena um exemplo cabal da articulação permanente entre a atribuição de novos limites espaciais capazes de embasar um projeto alternativo de governo por meio de uma agenda de consolidação de direitos fundamentais e de uma política indígena diferenciada.

A pesquisa teve como base empírica a experiência de formação do movimento indígena no Alto Rio Negro, onde uma diversidade expressiva de povos, portadores de organizações sociais distintas, com multiplicidade interna de territórios e um passado de intensas violências no âmbito da colonialidade, conseguiram conformar politicamente a reivindicação de um único e coeso território junto ao governo brasileiro, tornando-o legítima materialização de suas necessidades, em um contexto desfavorável marcado pelo avanço do extrativismo exploratório e dos projetos geopolíticos militares sobre a região. Ao longo da pesquisa, enfocaremos diferentes situações geo-históricas estabelecidas no Alto Rio Negro, e as relações entre os sujeitos, seus territórios e as territorialidades impostas, buscando compreender as ações empreendidas para mudar a conjuntura desfavorável, o que aponta para o que foi uma das minhas principais conclusões, a conformação de situações territoriais, uma abordagem teórica que pode se constituir instrumento importante para os estudos geográficos dos processos de territorialização em contextos indígenas.

A escolha do Alto Rio Negro se justifica, em parte, por ser um território reconhecido oficialmente como de ocupação tradicional de diversas etnias, falantes de um conjunto de línguas pertencentes a três famílias linguísticas – Tukano, Arawak e Naduhupy. A Terra Indígena Alto Rio Negro, como é referida formalmente, habitada por 18.171 pessoas, segundo dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), tem

quase totalidade de sua extensão localizada no Município de São Gabriel da Cachoeira, na região do Noroeste Amazônico, e faz parte de um mosaico de terras indígenas reconhecidas em 1996 e homologadas em 1998, após uma trajetória expressiva de reinvindicações pelo território, cuja mobilização se expandiu ao longo dos anos também para o Médio e Baixo Rio Negro[1]. A opção pela ênfase no processo de luta dos povos do Alto Rio Negro se justifica pelo fato de consistir em um caso emblemático na realidade brasileira para analisar as diferentes situações enfrentadas pelos povos indígenas diante da colonialidade e as estratégias espaciais por eles elaboradas para responder às violências colocadas em um contexto complexo do ponto de vista geopolítico.

Devido às diversas conotações assumidas pelas fronteiras políticas, a situação fronteiriça foi abordada de forma transversal em diferentes momentos da pesquisa. No texto, o leitor perceberá que essa situação é evocada a partir de diferentes nuances assumidas pelo conceito de fronteira, seja do ponto de vista dos limites propriamente ditos e suas implicações para os indígenas, mas também a partir de sua importância para a construção da geopolítica militar para a região, seja no tensionamento dos seus significados ligados às frentes pioneiras ou de expansão, vinculados ao poder do Estado de "afirmar a posição do País no cenário mundial, simultaneamente à afirmação de seu poder; para a sociedade nacional" (BECKER, 1988a: 9), seja como parte integrante da formação do espaço regional e nacional.

Cabe destacar ainda a relevância do Alto Rio Negro para a história dos movimentos indígenas no Brasil. Nessa região, se desenvolveu um dinâmico e atuante movimento indígena, articulado em dezenas de associações indígenas, que, em 1987, se reuniram com o lema "Terra e Cultura" para criar a Federação das Organizações

[1] Seria inviável, em uma mesma tese, abordar o processo de mobilização de todo o noroeste amazônico, considerando-se as especificidades geográficas dos processos de territorialização no Baixo, no Médio e no Alto Rio Negro. Para uma abordagem aprofundada sobre as experiências de mobilização indígena no Médio e Baixo Rio Negro, consultar a tese de Sidnei Peres, *Cultura, política e identidade na Amazônia: o associativismo indígena no Baixo Rio Negro* (PERES, 2003).

Indígenas do Alto Rio Negro – FOIRN. A principal organização indígena rionegrina foi umas das primeiras de grande porte e de projeção nacional criadas no país e uma das únicas a subsistir sob o formato de uma "federação" que agrega atualmente um conjunto de mais de 90 associações filiadas, representantes de mais de 750 comunidades no Alto, Médio e Baixo Rio Negro. Atualmente, a FOIRN encontra-se organizada em Coordenações Regionais que dinamizam os trabalhos em diversas frentes de atuação – economia sustentável indígena, monitoramento ambiental e climático da bacia do Rio Negro, governança territorial e ambiental, fortalecimento das associações, comunicação, patrimônio artístico etc., a partir de parcerias firmadas com organizações não-governamentais e agências de cooperação internacional. Nas últimas décadas, os indígenas no Alto Rio Negro vêm desenvolvendo diferentes estratégias para a gestão de seus territórios, culminando na elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), publicado em 2019 (FOIRN, 2019), cujo escopo aprofundaremos ao longo do trabalho.

A região do Alto Rio Negro, localizada no extremo noroeste amazônico, abriga uma expressiva sociodiversidade que se expande por áreas no Brasil, na Colômbia e na Venezuela (**Mapa 1**). Nessa região transfronteiriça, se localizam historicamente 27 povos indígenas, sendo 22 do lado brasileiro, onde foram delimitadas nove terras indígenas, sendo seis delas regularizadas – Alto Rio Negro, Médio Rio I, Médio Rio Negro II, Rio Téa, Rio Apapóris, Balaio e Yanomami – e uma ainda em processo de demarcação administrativa – Cué-Cué Marabitanas. Pelo lado venezuelano, compreende a Reserva da Biosfera Alto Orinoco-Casiquiani, que engloba os Parques Nacionais de Parima-Tapirapecó, Duida-Marahuaca e La Neblina (**Mapa 2**). Pelo lado colombiano, a região abriga diversas terras indígenas, compreendendo as áreas do Departamento de Vaupés, com uma população indígena de aproximadamente 17.833 pessoas (FOIRN, 2019).

Para os indígenas da região, é comum o trânsito entre as fronteiras políticas para visitar parentes e acessar serviços de um ou outro país. Deve-se lembrar que, em muitos casos, nos dois lados das fronteiras, são faladas as mesmas línguas:

> Para nós, não existem os limites territoriais, é tudo terra indígena, tanto para quem está perto da Colômbia, como para a região de onde eu vim, que a fronteira é com a Venezuela. É muito natural isso. Por exemplo, lá na região de Iauaretê, que a fronteira é com a Colômbia na outra margem do rio. Eu trabalhava na margem do Brasil. E tinham muitos estudantes que atravessavam o rio para estudar no Brasil. Mas do outro lado do rio, apesar de a Colômbia ser um país mais pobre que o Brasil, a forma de eles se organizarem para apoiar as ações do movimento indígena é muito diferente. Os caciques são autoridades mesmo, como deveria ser no Brasil. Nós fazíamos muitos encontros binacionais para registros das línguas que vinham professores tanto do lado colombiano, como do lado brasileiro, e nós víamos como eles eram organizados. Mas quando um precisa cruzar a fronteira para ter acesso a algum serviço, é simples. Então essa ideia de fronteira só está mesmo na cabeça do Estado. Dos povos não tem isso não. É uma questão de parentesco, e todos falam a mesma língua[2].

No território brasileiro[3], a região do Alto Rio Negro compreende principalmente o município de São Gabriel da Cachoeira. De acordo com dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), São Gabriel apresentava 51.495 pessoas, 37% a mais que no censo anterior de 2010. Essa população é formada por 93% de pessoas indígenas e aproximadamente metade da população recenseada vive no interior das terras indígenas delimitadas. Os elevados percentuais de população indígena refletem a sociodiversidade da região e a significativa participação indígena no conjunto da

---

[2] Entrevista concedida por OLIVEIRA, Lucia Alberta Andrade de. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo MP4 (72 min.).

[3] Embora a comparação entre as diferentes experiências de territorialização vivenciadas nos demais países fronteiriços desperte grande curiosidade empírica, devido ao vasto material levantado sobre o caso brasileiro e às dificuldades logísticas para a realização de trabalho de campo na região de Mitu, departamento colombiano do Vaupés, decidimos nos restringir neste trabalho à experiência dos povos rionegrinos com o Estado brasileiro, tendo levantado, entretanto, muitas informações sobre a experiência colombiana como forma de compreender as menções feitas pelos indígenas brasileiros ao lado colombiano. Esse esforço foi necessário especialmente para a redação do capítulo 7. Para uma análise mais detalhada da trajetória de mobilizações étnicas e territoriais no Vaupés colombiano, consultar a tese de doutorado de María Rossi Idárraga, intitulada *Identidade sem pertencimento? Dimensões íntimas da etnicidade feminina no Vaupés* (IDÁRRAGA, 2016), além do recente livro de Jean Jackson (2020), *Gestionando el multiculturalismo: indigenidad y lucha por los derechos em Colombia.* Para o futuro, é necessário investir em um estudo geográfico que aborde, de forma comparativa, as trajetórias de luta nos dois lados das fronteiras políticas.

população, que é formada também por militares que trabalham nos postos e batalhões militares de fronteira instalados na região, funcionários públicos e a população migrante, principalmente nordestina, atraída por projetos de infraestrutura planejados pelo Governo Federal nas décadas de 1980 e 1990. Na Terra Indígena Alto Rio Negro, nosso interesse principal de pesquisa, segundo o Censo 2022, residem 18.171 pessoas, sendo a sexta terra indígena mais populosa do país.

Uma pesquisa tecida entre situações geográficas

A escolha do Alto Rio Negro se justifica ainda pelo processo crescente e permanente de interlocução com os povos indígenas da região desde que cheguei pela primeira vez a São Gabriel da Cachoeira, em 2017. Pouco mais de 30 anos depois a assembleia em que a FOIRN foi criada e aproximadamente 20 anos após o reconhecimento das terras indígenas. Essa relação encontra-se entrelaçada à minha atuação profissional no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde, desde 2014, venho me dedicando à preparação da dimensão territorial dos censos junto aos povos indígenas, envolvendo o mapeamento das comunidades, a preparação dos questionários, o treinamento das equipes, o planejamento logístico e operacional e a divulgação dos resultados em recortes territoriais adequados.

Naquela ocasião, o IBGE realizava o Censo Agropecuário 2017 e eu fui enviado para São Gabriel da Cachoeira por duas razões principais – a primeira, para avaliar a viabilidade de realizar a pesquisa junto aos indígenas da região e executar as adaptações metodológicas necessárias, que não haviam sido discutidas pelo órgão com a devida antecedência, e, a segunda, para viabilizar a execução do censo em um território conhecido pelos enormes desafios logísticos. Certamente, naquele momento, eu não tinha a dimensão da realidade com a qual me defrontaria. Um trecho de meu caderno de campo registra algumas das minhas primeiras reações após chegar a São Gabriel da Cachoeira, circular pela cidade e conversar com algumas pessoas nos comércios e estabelecimentos:

Cheguei a São Gabriel da Cachoeira em uma manhã de domingo, em um dos dois únicos voos semanais que ligam a cidade a Manaus, mantidos por uma empresa aérea regional. Meu desejo era ter feito essa viagem por rio, o que não teria sido possível, considerando-se os prazos para concluir os trabalhos de recenseamento. Logo na chegada, me impressionou bastante o relativamente pequeno núcleo populacional fincado entre a margem esquerda do Rio Negro e as formas impressionantes e geométricas do Pico da Neblina. No desembarque, a predominância de pessoas indígenas me pôs diante de uma situação nova – a de passar a ser o "diferente" diante de uma nova realidade.

Para acessar a cidade, peguei um dos taxis coletivos, aqui chamados de "lotadas", principal meio de transporte coletivo da cidade, que conta apenas com uma linha precária de ônibus e onde praticamente a totalidade do deslocamento para o interior se dá por meio fluvial. No caminho para a cidade, o primeiro assunto é a morte. A notícia de que, na última noite, haviam sido registradas quatro mortes – três delas produto de uma briga entre pessoas embriagadas e outra por conta de um acidente de carro. O motorista parecia querer me convencer de que o principal problema da região era o alcoolismo, que vinha atingindo fortemente a população indígena, desde os jovens até os velhos.

No trajeto até o hotel, a presença militar foi o que mais me chamou a atenção. As bases militares e os caminhões do Exército repletos de soldados, a maior parte indígena, que circulavam por todo canto em diversas atividades, inclusive, no controle do trânsito. Fui informado que os militares atuam por aqui em diversas frentes, sendo a principal o Hospital de Guarnição, único hospital da cidade, considerado de baixa complexidade. O motorista me alertou que, caso necessitasse de qualquer ajuda médica, o ideal era tomar um voo para Manaus, pois os serviços oferecidos pelos militares eram de qualidade duvidosa, principalmente quando os pacientes eram indígenas.

Fiquei hospedado em um dos únicos hotéis da cidade, composto por 25 quartos, organizados em torno de um grande cômodo onde todos se revezavam durante os cafés-da-manhã. Foi nesses momentos que conheci alguns turistas, hospedados para fazerem a expedição ao Pico da Neblina, com pescadores esportivos que se dirigiam ao rio Marié, garimpeiros de passagem para garimpos no Alto Rio Negro e na Venezuela e com funcionários públicos dos diversos órgãos federais que atuam na região.

As águas pretas por aqui adquirem velocidade. O leito do Rio Negro é repleto de fragmentos de rochas, que indicam uma grande capacidade de transporte de sedimentos. Na margem onde está assentada a cidade, forma-se uma extensa praia, de onde podemos avistar várias barracas precárias sobre as pedras no meio do rio, onde a população do interior instala pontos temporários de pernoite para os dias em que precisam permanecer na cidade para receber benefícios sociais, fazer compras, buscar assistência médica, entre outras

atividades. Da praia, pode-se avistar, imponente, a Catedral de São Gabriel Arcanjo e os demais prédios do complexo salesiano, erguidos em um ponto estratégico da cidade.

São Gabriel tem a aparência das cidades do interior do Amazonas: ruas largas e suavemente regulares, onde se alternam pequenas lojas de comércio de gêneros variados – alimentos, utilidades, materiais de construção etc. – sempre lotadas por pessoas vindas principalmente do interior do Município para buscar insumos e produtos de toda sorte. A maior parte das ruas se dirigem para o exuberante Rio Negro, seja abaixo (de onde se parte para Manaus), seja acima da cachoeira (de onde se parte para as comunidades do interior).

Logo cedo, o sol vence as águas do rio e começa a iluminar a cidade. A energia por aqui é gerada pela queima do diesel, trazido em balsas de Manaus, numa viagem que pode levar entre 3 e 5 dias, a depender do período do ano. São frequentes as quedas de luz e, nas comunidades, não há energia, a não ser naquelas que se esforçam para comprar um gerador a gasolina ou a diesel.

Assim que amanhece, as pessoas, de maioria indígena, começam a circular: espreitam-se nas calçadas, sentam-se nos degraus das portas dos estabelecimentos e, depressa, avançam sobre a feira, os mercados e as casas de utilidades e materiais de construção. Pelas calçadas, mães amamentam os filhos, idosos conversam com velhos conhecidos e, nos comércios, avançam as compras, mediadas por dívidas contraídas junto aos comerciantes que, não raro, administram os cartões de benefícios dos indígenas, explorando-os por meio da prática de preços altíssimos e pela falta de transparência sobre os gastos.

Em grande parte, são pessoas que passaram por dias de viagem descendo as calhas dos rios para receberem seus benefícios, usados para comprar mercadorias diversas que levam de volta às comunidades. Como o custo da viagem de volta é muito alto, por vezes, permanecem acolhidos nos abrigos municipais – verdadeiros barracões improvisados onde podem esticar suas redes – até ser possível realizar a viagem de volta.

Esses abrigos, divididos por etnias, têm condições de permanência precárias: comumente, falta luz, o abastecimento de água, como na maior parte da cidade, é feito com "água preta", como são chamadas localmente as ácidas e impotáveis águas do Rio Negro, e não há banheiros. Alguns indígenas são obrigados a vagar pelas ruas sem melhor opção e, muitos, acabam por recorrer às bebidas alcóolicas.

Na feira, o movimento é intenso: na parte interna, são pequenas celas onde mulheres vendem almoço, açaí, sucos e lanches. Conversei ali com algumas esposas de garimpeiros, que vieram para São Gabriel na década de 1980 durante a febre do ouro e ali permaneceram. Relatam que após o reconhecimento como Terra Indígena, eles passaram a trabalhar na Venezuela, onde as condições de garimpagem eram melhores.

(Caderno de campo, relato de 18 de outubro de 2017)

Como pode-se inferir a partir do relato, chamou-me inicialmente a atenção a grande proliferação de atores institucionais de diferentes vinculações, o que, em um primeiro momento, contrastava com as condições desfavoráveis de vida da população. Também a confluência entre povos indígenas, migrantes e militares que, somada ao contexto fronteiriço e aos aspectos naturais da região, conformavam uma situação geográfica muito peculiar. Nos vinte e cinco dias que se sucederam à minha chegada, tive contato com diversas realidades que compunham um extrato da imensa diversidade socioespacial rionegrina, enquanto que a articulação para a realização do Censo Agropecuário se constituiu em uma oportunidade privilegiada para compreender os meandros da política local.

Chamou-me logo a atenção o fato de ser orientado pelas autoridades locais a sempre conversar igualmente com a Prefeitura Municipal e com a FOIRN: em nenhuma hipótese consultar uma ou outra, sempre ambas, algo incomum em um país em que as organizações indígenas são normalmente desconsideradas nos contextos locais. Percebi também que as relações entre as instituições não eram amistosas. Ouvi inúmeros relatos de abusos por parte dos militares, bem como de inoperância por parte da Prefeitura. A FOIRN, por sua vez, não era unanimidade por conta da pauta central das demarcações. Percebi essas tensões de forma mais evidente a partir das visitas que realizei à 2ª Brigada de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro, à Prefeitura Municipal, à Diocese de São Gabriel da Cachoeira, à Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e ao Distrito Sanitário de Saúde Indígena – DSEI. Em todas as instituições, recebi uma curta apresentação a respeito da diversidade social e linguística regional, da organização espacial em torno das calhas dos grandes rios e acerca da importância das associações e organizações locais.

Todos faziam questão de ressaltar a condição da sede municipal como uma cidade indígena e, ao mesmo tempo, a vitalidade das comunidades dispersas pelo interior do município, além do intenso e permanente fluxo populacional entre essas

realidades. Fiquei tão impressionado com tamanha complexidade territorial que logo me pus a buscar por obras que tivessem abordado a região a partir da perspectiva da Geografia. Tendo encontrado pouquíssimos trabalhos, logo vislumbrei a importância de uma pesquisa que buscasse compreender os meandros da trajetória dos indígenas na conformação deste território, como registrei em meu caderno de campo:

> Nesses primeiros dias, visitei os órgãos públicos, a maioria federais, onde encontrei servidores públicos bastante comprometidos com suas atribuições, embora expostos a condições precárias de trabalho. Com estrutura semelhante a de uma instituição pública, estive ontem na FOIRN, onde, com apoio de um grande mapa produzido pelo Instituto Socioambiental (ISA), com a representação do imenso território do Alto Rio Negro, o seu presidente me apresentou a trajetória de reivindicações dos indígenas pelo reconhecimento das terras e alguns dos desafios nas relações atuais entre eles e o governo, nas suas diferentes esferas. Fiquei muito admirado da capacidade política das lideranças com que conversei. É evidente que estou diante de uma imbricação de territórios historicamente conformados à medida em que se desenvolveram os embates entre os indígenas e o Estado, o que daria um belo estudo a partir das lentes da Geografia (Caderno de campo, relato de 18 de outubro de 2017).

A produção sobre os povos indígenas na Geografia brasileira é consideravelmente tímida quando comparada a de outras ciências sociais e humanas, tais como a Antropologia, a Sociologia ou a História. Muitas são as possíveis razões para essa ausência, não sendo tarefa fácil elencá-las. Nem mesmo a histórica vinculação da Geografia brasileira com a infraestrutura estatal vinculada ao projeto modernizador estruturado na ideologia geográfica da integração do território e da ocupação dos "sertões" é capaz de explicar essa invisibilidade, uma vez que a questão indígena esteve no centro dos debates do dos governos brasileiros ao longo do século XX, como discutiremos ao longo desse trabalho.

Talvez o fato de a questão indígena ter sido encarada como um assunto "dos antropólogos", associado à cristalizada concepção da questão indígena como condição, isto é, como categoria temporária, porque passageira, a ser superada mediante à incorporação dos indígenas à sociedade nacional, possam explicar a completa ausência dos indígenas dos estudos geográficos até pelo menos o início dos

anos 1970, com pouquíssimas exceções. Entre as razões para essa omissão, Guerra e Arruzzo (2020), em pertinente dossiê dedicado à questão indígena na Geografia publicado na Revista NERA, destacam que se pode identificar na comunidade geográfica certa desconfiança com a temática indígena, considerada "periférica ou de importância menor na disciplina" (p. 132), cuja possibilidade de ser estudada pela Geografia estaria sempre em questão.

Sou inclinado a suspeitar de razões mais profundas para essa invisibilidade, vinculadas à ruptura de que fala Lia Osório Machado (1995) entre as teorias e as práticas da Geografia, em que, enquanto a primeira se dedicava a oferecer uma explicação generalizante para a relação sociedade-natureza no Brasil, a segunda foi se pautando por um compromisso com o ordenamento do país e aliando-se às estruturas de gestão do Estado. Na busca de oferecer um conhecimento integrado e estratégico sobre o país a serviço da atuação planejadora do Estado, a questão indígena pode ter sido relegada a uma questão menor, um resquício, com raras exceções (Petrone, 1959; Azevedo, 1959). Lia cita ainda Patrick Tort para salientar como as ideologias científicas, como o darwinismo social, o positivismo e o neolamarckismo, estavam articuladas pela ideia de "mudança" ou "evolução", as quais se desdobram no Brasil por meio de "julgamentos morais sobre o território e a população" (p. 310) que, passavam a orientar o olhar dos cientistas e do conjunto da sociedade. O enfrentamento de teorias racistas, como a do evolucionismo social, não se desenvolve exclusivamente pelos meios acadêmicos, mas pela própria luta dos povos subalternizados, que questionam o paradigma da assimilação e reivindicam um novo estatuto de cidadania. A produção científica contemporânea sobre os povos indígenas deve estar, portanto, imbuída do compromisso com a evidenciação do protagonismo indígena na ressignificação da diferença e na definição de uma agenda de mudanças sociais comprometida com a construção de melhores condições de vida.

No âmbito da Geografia, uma mudança sutil começa a ser sentida no final da década de 1970, com o compromisso crescente dos geógrafos com abordagens críticas da realidade social, ancoradas nas propostas da Geografia Crítica. Como apontam Guerra e Arruzo (2020), a partir desse momento, muitos geógrafos se envolveram com a questão indígena, seja por meio de organizações da sociedade civil comprometidas com as pautas em torno dos direitos fundamentais dos indígenas, seja por meio de estudos e pesquisas que articulavam a produção de conhecimento e a atuação política junto aos movimentos sociais. Entre eles, deve-se destacar o trabalho pioneiro de Carlos Walter Porto-Gonçalves que, em várias obras, algumas delas citadas nesta pesquisa, buscou ressaltar a grande potencialidade transformadora incutida nos movimentos de luta dos indígenas latino-americanos, inspirando um conjunto expressivo de trabalhos posteriores. Recentemente, essa produção tem sido dinamizada a partir de estudos relevantes que se dedicaram a superar essa lacuna por meio de abordagens que buscam denunciar as relações desiguais de poder que submetem os indígenas a situações de violência e opressão e, ao mesmo tempo, as múltiplas estratégias de luta e mobilização política dos povos indígenas, ressaltando a complexidade espacial do problema indígena diante da colonialidade e a sua projeção nacional, tendo em vista que suas contradições "definem o modo mesmo de ser da nação" (SVAMPA, 2016: 84, tradução livre).

No que se refere especificamente a estudos geográficos sobre os processos de territorialização em contextos indígenas, podemos dizer que estamos em uma fase de intensificação da produção, com muitas obras sendo produzidas nos últimos anos em diferentes contextos. Entre muitas outras, posso destacar as contribuições de Ladeira (2008), sobre os Guarani Mbyá; Dutra (2008), sobre a comunidade de Pari-Cachoeira; Arruzo (2009), sobre os Paresi; Guerra (2012), na região do Xingu; Colman (2015), Mota (2015) e Mondardo (2018), sobre os Guarani e Kaiowá; e, finalmente, de Silvestri (2019), entre os Xavante. Este trabalho se localiza nesse contexto, buscando oferecer elementos que possam apoiar essa trajetória de contribuições geográficas.

A escolha por realizar um trabalho geográfico sobre os processos de territorialização indígena esteve relacionada às minhas percepções sobre a organização socioespacial dos povos do Rio Negro, que se mostrava fascinante conforme avançavam meus trabalhos de campo ainda em 2017. Naquela ocasião, pude coordenar um conjunto de visitas às comunidades junto dos recenseadores, a maioria indígenas. Eles foram grandes guias que me ajudaram a compreender aspectos da organização socioespacial e do cotidiano das comunidades. Me apresentaram também a algumas lideranças com quem pude estabelecer ricos e longos diálogos sobre a trajetória do movimento indígena e os principais dilemas em relação ao reconhecimento das terras. A experiência nas comunidades demonstrou ainda a ausência de procedimentos adequados na coleta de dados junto aos povos indígenas por parte do IBGE, como registrei em meu caderno de campo:

> Na segunda semana da minha permanência em São Gabriel, os recenseadores se dirigiriam às comunidades para iniciar os trabalhos de recenseamento. Acompanhei um deles até algumas comunidades nas proximidades de São Gabriel. Fui muito bem recebido. Os reflexos da presença da Igreja estão presentes na organização espacial interna das comunidades. A manutenção das línguas é impressionante, com várias sendo faladas em uma única aldeia. Outro aspecto importante é a mobilidade. Passando entre duas comunidades grandes, avistamos um pequeno sítio, habitado por idosos Baniwa que haviam descido para mais próximo de São Gabriel da Cachoeira para facilitar o recebimento dos benefícios. Não falavam português. A aplicação do questionário censitário foi muito difícil. A recenseadora, por sorte, entendia a língua Baniwa, o que viabilizou um preenchimento mínimo do instrumento, o que, contudo, não resolveu as inúmeras incompreensões da linguagem técnica dos quesitos censitários por parte dos indígenas. Percebo que temos muito trabalho adiante para compreender as territorialidades e especificidades da organização espacial dos povos indígenas e para aprender com eles melhores métodos para realizar pesquisas estatísticas e geográficas nesses contextos (Caderno de campo, relato de 26 de outubro de 2017).

A viagem a São Gabriel da Cachoeira, juntamente a outras que realizaria posteriormente para a Terra Indígena Yanomami, em Surucucu, Roraima, e para a Terra Indígena Parabubure, do povo Xavante, no Mato Grosso, foram um verdadeiro

divisor de águas de minha trajetória profissional. A convivência direta com os povos indígenas e as suas dificuldades promoveu uma profunda reorientação das prioridades quanto à preparação das futuras pesquisas e estudos a serem realizados pelo IBGE, o que buscamos responder por meio da formação do Grupo de Trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais do IBGE, coordenado pela antropóloga Marta Antunes e por mim, que tem sido uma experiência coletiva fundamental para repensar as bases da produção de informações oficiais sobre os povos indígenas e quilombolas e cuja experiência e consequências para o IBGE detalhamos em trabalho e entrevista anteriores (DAMASCO & ANTUNES, 2020; ANTUNES & DAMASCO, 2022).

No IBGE, ao passo que avançava no mapeamento das comunidades indígenas e quilombolas para o Censo Demográfico 2022, que já se aproximava, comecei a compreender que a presença indígena e quilombola no território brasileiro, além de pouquíssimo conhecida, passava por uma reorganização. Percebi que aumentava significativamente nos últimos anos, principalmente na Amazônia, a quantidade de comunidades indígenas e quilombolas nas cidades, normalmente nas periferias, bem como em áreas rurais no entorno imediato dos perímetros urbanos. São localidades ocupadas em tempos recentes por grupos de indígenas que se dirigem às cidades, principalmente, para estudo e trabalho e passam a estabelecer circuitos permanentes de mobilidade entre a vida urbana e a vida na comunidade. Em paralelo, notava também que, nas áreas de ocupação mais antiga, permaneciam dinâmicas específicas de reorganização espacial. Os trabalhos de campo que executei em diversas realidades Brasil a fora nos últimos anos indicavam que os indivíduos envolvidos em tais movimentações espaciais mantinham vínculos permanentes com suas localidades de origem, diferenciando-se da migração como tradicionalmente a concebemos, compondo um sistema territorial próprio dos povos indígenas ainda muito pouco estudado. O Censo Demográfico 2022, recentemente realizado, nos dará certamente respostas importantes a esse respeito.

Essas indagações orientaram minhas pesquisas na direção do *movimento* e da *mudança*. Mais que conhecer os territórios reconhecidos ou em reinvindicação pelos indígenas, passei a me interessar em compreender o processo de elaboração desses territórios, tendo em vista que deles intrinsecamente dependem os povos indígenas para sua reprodução física, social e cultural, para a continuidade de seu mandado ancestral e a continuidade de seus projetos de futuro. Compreender como ocorre a territorialização entre os povos indígenas tornou-se uma questão de fundo de minha atuação profissional. Trata-se não somente de aprofundar os mecanismos de reinvindicação e reconhecimento de territórios formalmente constituídos junto ao Estado, mas, de forma mais ampla, compreender as situações colocadas historicamente aos indígenas no Brasil e as inevitáveis respostas fornecidas por meio de mecanismos específicos de constituição e gestão de novos territórios. Certamente, essa é uma motivação de pesquisa que exige um trabalho de maior fôlego que uma tese e, por isso, escolhi restringir, neste primeiro momento, a investigação às situações geo-históricas vivenciadas pelos povos indígenas, no sentido de levantar elementos que ajudem futuramente a interpretação dos processos contemporâneos de mudanças socioespaciais dos povos indígenas no Brasil no sentido da constituição de novas situações com acesso mais amplo a direitos fundamentais e a condições socioeconômicas mais favoráveis.

A submissão de uma pesquisa de doutorado nesse contexto estava relacionada, portanto, à desejada e necessária introdução do pesquisador em uma situação de aprendizagem com os povos indígenas, destacadamente, o movimento indígena do Alto Rio Negro, no estado do Amazonas. As etapas planejadas para a pesquisa refletiram esse "duplo-vínculo" entre o desenvolvimento da tese de doutorado e a coordenação dos trabalhos do Censo Demográfico junto aos indígenas e quilombolas. Um contexto de pesquisa muito privilegiado, inclusive, tendo em vista estar situado entre posições importantes do campo de relações entre indígenas e o Estado, podendo

vivenciar e colher impressões diversas sobre essa relação tensa e, ao mesmo tempo, rica em elementos significativos sobre o movimento indígena, as suas pautas e estratégias.

Conduzida por um estudante-trabalhador, esta pesquisa constituiu-se como um processo dialógico permanente entre a minha prática profissional junto aos indígenas e a atividade de pesquisa e reflexão a respeito dos processos de territorialização por eles protagonizados. Nesse processo, posso afirmar que fui gradualmente por eles reeducado com a sensibilidade necessária para buscar compreender as suas reações aos inúmeros dilemas com que se confrontaram histórica e geograficamente. Concordo com Ivan Tukano, Carla Wisu e Pedro Tukano (2023: s/p.), quando dizem que "há situações que nenhum pesquisador não-indígena, seja arqueólogo, antropólogo, historiador e entre outros podem enxergar, pois tampouco conhecem ou enxergam além do olhar colonial". Entretanto, os próprios indígenas do Alto Rio Negro me fizeram compreender também a importância da ação intercultural, que pode se refletir sob práticas de pesquisa científica assentadas em parâmetros éticos definidos conjuntamente em que possamos aprender juntos, construindo conhecimentos *entre situações geográficas* (DAMASCO, 2023: 6).

Consulta às comunidades envolvidas e pressupostos éticos

A partir desse processo dialógico, foi possível realizar outros períodos de campo em São Gabriel da Cachoeira: o primeiro, entre janeiro e fevereiro de 2022, por 30 dias, quando, observando o direito de consulta prévia e os parâmetros éticos mínimos da realização de pesquisa científica junto aos indígenas, pedi autorização à FOIRN para realizar a pesquisa, manifestada por meio de Termo de Anuência disponível no **Apêndice 1**; e, em maio de 2022, por um período de 20 dias, somando, no total, três períodos de campo. Nessas duas oportunidades, puder ter contato com diferentes lideranças indígenas e com acervos históricos que permitiram realizar, de fato, a reconstrução analítica das diversas situações inerentes aos processos de

territorialização protagonizados pelos povos indígenas ao longo de sua trajetória. Em agosto de 2023, realizei ainda uma visita técnica de quinze dias a Bogotá, na Colômbia, onde pude recolher materiais bibliográficos e arquivísticos sobre os processos de territorialização dos indígenas do Vaupés colombiano. Essa visita teve como objetivo reunir elementos que me permitissem compreender melhor as referências feitas pelos indígenas brasileiros a respeito do lado colombiano e, ao mesmo tempo, viabilizar algumas comparações pontuais realizadas no capítulo 7.

Os procedimentos de pesquisa foram ainda submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP – Humanas) da UFF, conforme solicitação dos indígenas, sob o número de protocolo CAAE n. 50416121.4.0000.8160, momento que consistiu em uma oportunidade propícia para estabelecer alguns aspectos éticos fundamentais no desenvolvimento da pesquisa junto aos indígenas e que considero que deveriam ser mais largamente estimulados pelos programas de pós-graduação em Geografia na condução de pesquisas nesses contextos. Na ausência de procedimentos éticos para atuação dos geógrafos em pesquisas junto aos povos indígenas, busquei observar cuidadosamente o Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga[4], produzido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que prevê que os direitos dos pesquisadores devem estar subordinados aos direitos das populações participantes e têm como contrapartida as responsabilidades inerentes ao exercício da atividade científica. Entre os cuidados éticos preconizados, estão a atribuição de autoria nas ideias e produções indígenas e a consulta livre, prévia e esclarecida em todas as etapas do trabalho.

Neste trabalho, realizei reuniões com a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN), a fim de consultar as lideranças acerca da concordância com a realização do projeto. A consulta foi realizada inicialmente em modalidade

[4] Disponível em: https://portal.abant.org.br/codigo-de-etica/, acesso em 26 out. 2021.

remota, que buscou contemplar a dimensão informativa, quando enviei à FOIRN o projeto completo da pesquisa, com propósitos e metodologia da pesquisa. O segundo momento ocorreu presencialmente e buscou dar conta da dimensão negociativa, quando as lideranças estabeleceram as condições e exigências, diante das quais eu pude apresentar as possibilidades e dificuldades de flexibilização do projeto de pesquisa às necessidades postuladas. Por fim, a fase de acordo entre as partes – pesquisador e lideranças – quando definimos os termos da pesquisa.

Na fase informativa, preparada em linguagem e formato acessíveis, de modo a garantir a compreensão por todos os participantes, foram explicitados os objetivos da pesquisa, onde pretende realizar as atividades, o tempo previsto para término dos trabalhos, a informação sobre uso e destinação do material e produtos derivados, dados e conhecimentos coletados, a contrapartida da comunidade/povo, que assegure seus integrantes o retorno social dos trabalhos realizados, os procedimentos para garantia do sigilo no levantamento das informações, as questões envolvendo a publicação e divulgação, a disponibilização para o acervo da FOIRN e demais acervos do Alto Rio Negro e o orçamento dedicado.

Dentre as solicitações realizadas pelos indígenas, destaco duas principais: a primeira, o compromisso da pesquisa com a documentação de toda a trajetória do movimento indígena para posterior disponibilização do acervo reunido para a FOIN e, depois, a perspectiva de adaptar seus resultados para algum material didático para uso nas escolas da região, conforme entendimentos e oportunidade da própria FOIRN.

Importa registrar que a realização da pesquisa foi profundamente afetada pela situação de emergência em saúde decorrente da Covid-19, compreendida entre março de 2020 e o final de 2021, que afetou mais intensamente os povos indígenas. Os trabalhos de campo foram realizados durante o período em que o acesso às Terras Indígenas se encontrava vedado em virtude dos riscos de contaminação. Por isso, as entrevistas foram realizadas fora das Terras Indígenas e com observação dos

protocolos de saúde convencionados pelas autoridades sanitárias[5]. A pandemia afetou ainda a consulta à bibliografia disponível em bibliotecas e arquivos, que ficaram fechados à visitação pública por longos períodos.

Aspectos metodológicos

Do ponto de vista metodológico, o trabalho assentou-se em quatro pilares fundamentais – a pesquisa bibliográfica, a pesquisa arquivística, os trabalhos de campo e as entrevistas. Em se tratando de bibliografia, é importante destacar que há vastíssima produção acadêmica sobre a região do Alto Rio Negro, formada inclusive por trabalhos elaborados pelos próprios indígenas a respeito da sua realidade. Busquei valorizar ao máximo as produções indígenas ao longo do texto, considerando-se que elas configuram, por si mesmas, um reflexo da nova situação de autonomia indígena tão preconizada pelos povos rionegrinos. Outra fonte importante de documentação foram as publicações produzidas pelas organizações da sociedade civil e que atuam em projetos voltados ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade ecológica do Alto Rio Negro, principalmente, o Instituto Socioambiental – ISA, que foi um importante interlocutor ao longo da realização do trabalho.

---

[5] Conforme previsto no projeto de pesquisa submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP – Humanas) da UFF, protocolo CAAE n. 50416121.4.0000.8160, para que fosse garantida a segurança sanitária dos participantes da pesquisa, o trabalho de campo só pôde ser realizado nas seguintes condições:

- Para aferição das condições sanitárias, tomou-se por referência o Plano de Contingência Estadual para Infecção Humana pelo SARS-CoV-2 (SES e FVS, 2020) do Governo do Amazonas, que definiu a Metodologia de Avaliação de Risco da Covid-19 no Amazonas, que classifica a situação epidemiológica quanto a cinco níveis de transmissão – muito baixo, baixo, moderado, alto e muito alto. Os trabalhos de campo só foram realizados a partir do momento em que o risco de transmissão passou para os patamares "baixo" ou "muito baixo";
- Foram adotadas as medidas sanitárias definidas pelas autoridades nacionais, estaduais e locais de saúde e os protocolos definidos localmente pelas instituições visitadas e pelas organizações indígenas;
- Foi somente em dezembro de 2021 que a situação se tornou favorável à continuidade da pesquisa, com o boletim epidemiológico do estado do Amazonas apontando risco baixo de contaminação pela Covid-19. Mesmo enfrentando riscos relacionados à 3ª onda da Covid-19, com anuência da FOIRN, me desloquei e permaneci em São Gabriel da Cachoeira/AM para dar continuidade à pesquisa.

Para reconstruir as situações geo-históricas, recorri a diversas fontes arquivísticas. São documentos, cartas, relatórios, entre outros, que retratam aspectos relevantes da trajetória dos povos do Rio Negro. Utilizei especialmente os fundos arquivísticos da documentação produzida pelos órgãos federais de informação da Ditadura Militar, recolhidos ao Arquivo Nacional. Foram reunidos mais de 450 arquivos digitalizados com menções aos indígenas do Alto Rio Negro que foram organizados e analisados, a sua maioria originalmente catalogados como "confidenciais" ou "secretos" pelos serviços militares. Mantive essas designações ao longo do texto sempre que possível, de modo a evidenciar ao leitor a condição em que tais documentos foram produzidos. Esse volume expressivo de informações mantido pelos militares sobre os indígenas denuncia o elevado nível de vigilância a que estava submetido o movimento indígena naquele momento. Os documentos analisados demonstram que a vigilância dos militares sobre o movimento indígena persistiu, inclusive, nos anos que sucederam o término do período ditatorial e o retorno dos governos civis. Por isso, considero que esta pesquisa oferece elementos importantes para a revelação das violações de direitos cometidas pelos governos militares no Brasil contra os povos indígenas, configurando-se como um estudo que dá continuidade às análises da Comissão Nacional da Verdade (COMISSÃO..., 2014) que, por questões logísticas, restringiram-se originalmente a alguns poucos casos Brasil a fora.

Realizar a parte principal da pesquisa entre 2018 e 2022 foi uma experiência importante porque me permitiu perceber o quanto as ideologias presentes no pensamento militar que tentou se impor sobre os indígenas do Alto Rio Negro na década de 1980 continuam ainda hoje presentes no imaginário das elites brasileiras. Em um período de retrocessos nos direitos e nas políticas públicas voltadas para os povos indígenas, revelar algumas das táticas de controle dos governos militares assume importância fundamental como alerta e denúncia acerca dos acontecimentos contemporâneos.

Foram consultados ainda os acervos do Instituto Socioambiental em São Paulo e em São Gabriel da Cachoeira, o acervo da FOIRN e alguns documentos da Diocese de São Gabriel da Cachoeira, onde pude obter importantes registros de diferentes momentos da trajetória do movimento indígena rionegrino. Foram consultados ainda os processos administrativos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)[6] que tinham como assunto o reconhecimento das terras indígenas do Alto Rio Negro, obtidos via Lei de Acesso à Informação. Todos os documentos selecionados dos fundos arquivísticos foram organizados em um banco de dados e, ao término da pesquisa, serão depositados no acervo da FOIRN, passando a estar à disposição de estudantes, pesquisadores e demais interessados.

Foram planejadas entrevistas[7] com membros das diretorias da FOIRN entre 1987 e 1998, com membros da diretoria atual, com pesquisadores que acompanharam os processos de mobilização e com funcionários de instituições que tiveram atuação direta ou indireta nos processos de identificação das Terras Indígenas na região. As entrevistas foram realizadas por pautas (GIL, 2008) ou tópico guia (GASKELL, 2015), isto é, metodologia em que a entrevista "apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso" (GIL, 2008, p. 112). Os roteiros elaborados como pautas para as entrevistas podem ser consultados no **Apêndice 3**. No texto, buscamos resguardar os relatos feitos pelas lideranças indígenas na sua integridade, através de citações diretas.

As entrevistas realizadas serviram como referenciais fundamentais que efetivamente me colocaram em movimento, no sentido de que me fizeram deparar com inúmeras controvérsias que exigiam criatividade interpretativa e cuidado na

[6] Foram consultados os processos administrativos FUNAI/BSB/1948/79, FUNAI/BSB/3953/79, 08100.002224/1989-07, 08620.000432/1998-68, 08620.000997/1992-50, 08620.001760/1996-13 e 008620.002153/1996-77.

[7] Todos os entrevistados receberam informações sobre os seus direitos ao participar do estudo, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido disposto no Apêndice 2. Foram elaborados procedimentos específicos para as entrevistas com participantes não falantes da língua portuguesa.

elaboração de conclusões. Procurei ao máximo realizar uma análise geográfica comprometida em "seguir os atores", muito inspirado na perspectiva de Bruno Latour (2012) em termos de uma ciência social que não busque ensinar aos atores "de que tijolos seu mundo é 'realmente' edificado" (p. 83), mas que dê centralidade à ação e a "quem ou o quê está atuando quando as pessoas atuam" (p. 75).

Utilizarei os termos "sujeito" e "ator" sempre referenciando pessoas, grupos ou instituições em ação nas situações. Não nego as controvérsias associadas aos termos, principalmente no que se refere ao protagonismo na ação, seja no sentido de ação intencional, seja de dissimulação daqueles que se deixam levar por outrem. Pelo contrário, parto dessas controvérsias para me perguntar continuamente, ao longo da pesquisa, sobre a origem da ação, isto é, se ela está sendo "tomada de empréstimo, distribuída, sugerida, influenciada, dominada, traída, traduzida" (LATOUR, 2012: 76) e, eu acrescentaria, a sua mobilização estratégica pelos atores/sujeitos em termos das situações em que estão envolvidos. Em muitos momentos do texto, o leitor perceberá que contextualizarei as ações, buscando evidenciar a sua mobilização estratégica a partir de nuances e condicionantes de cada situação geo-histórica.

Organização do texto

Começo o texto por um debate teórico, buscando compreender a "situacionalidade" inerente à ação espacial e aos processos de territorialização. Através de um esforço de recuperação da relevância da análise situacional na Geografia, exploro algumas de suas possibilidades para a melhor compreensão da realidade empírica das relações interétnicas entre indígenas e não indígenas. Nesse capítulo, me dedico a tentar resolver alguns "obstáculos teóricos", entre eles o estabelecimento de um caminho articulado de discussão do território entre a Geografia e a Etnologia indígena do contato.

Os capítulos dedicados à análise empírica foram organizados a partir das diferentes situações geo-históricas com que os povos rionegrinos se confrontaram e como a elas responderam, com ênfase nas ações espaciais.

No segundo capítulo, de modo a contextualizar o leitor, apresento brevemente os aspectos fundamentais da atual distribuição dos povos indígenas nas diversas calhas que compõem a região do Alto Rio Negro, buscando demonstrar que a organização socioespacial atual é resultante de um conjunto de escolhas e necessidades configuradas ao longo da trajetória dos grupos. De certa forma, demonstro como eles sempre estiveram diante de diferentes situações em relação ao ambiente em que vivem e aos demais grupos.

O terceiro capítulo busca demonstrar como o avanço do projeto moderno-colonial se desenvolveu no Alto Rio Negro, submetendo os povos indígenas a situações de violência e desterritorializações, visando a consolidar o controle estatal português e depois brasileiro sobre a região.

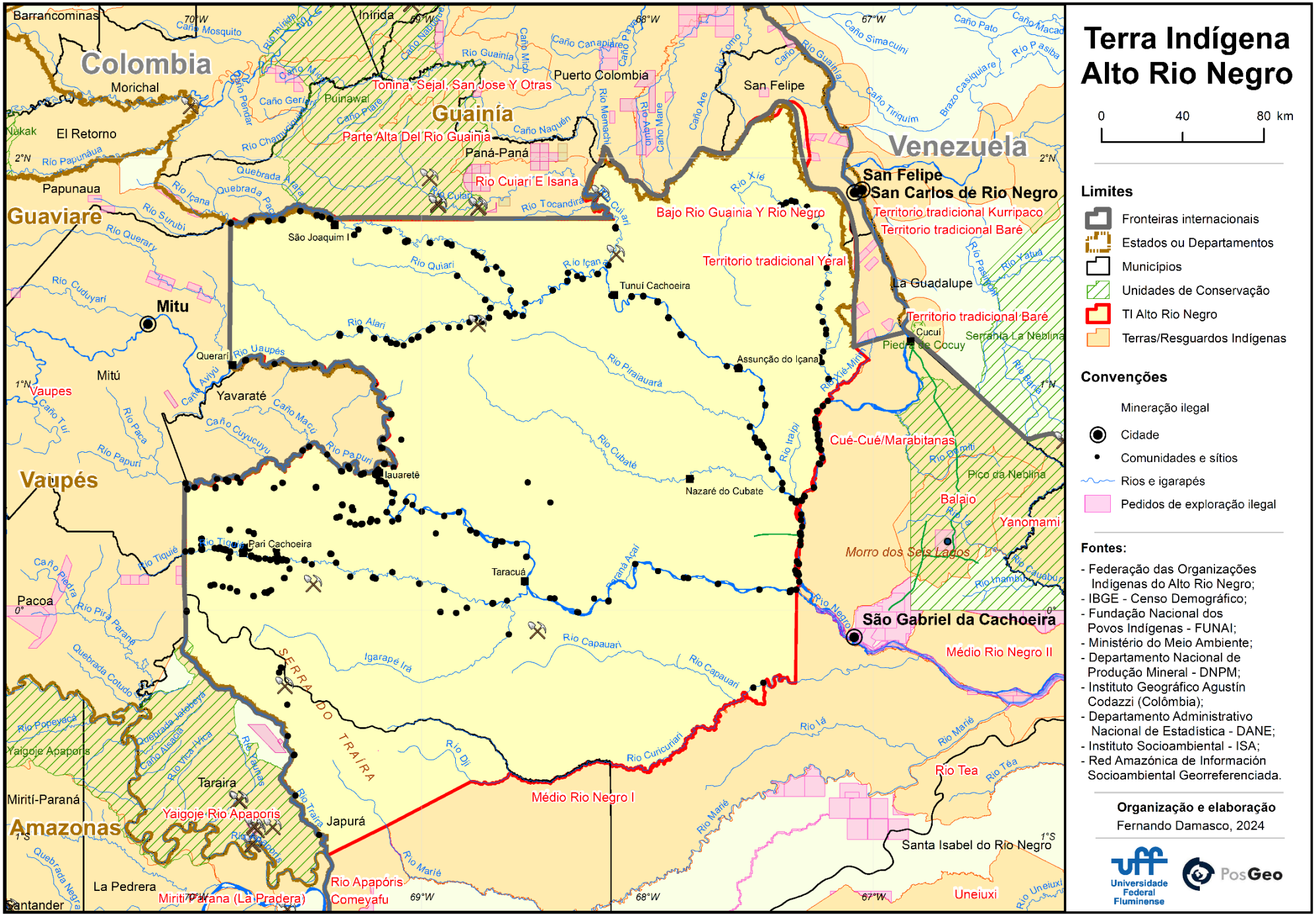
No quarto capítulo, procuro reunir os elementos da organização socioespacial rionegrina no sentido de confrontá-la com os rebatimentos da situação geográfica de controle colonial sobre as concepções tradicionais de espaço, mobilizadoras que são das elaborações conceituais e práticas dos povos indígenas. Busco também descrever as múltiplas territorialidades tradicionais do Alto Rio Negro, no sentido de identificar possíveis fontes inspiradoras da proposta do novo território contínuo reivindicado.

No quinto capítulo, começo a delinear de forma mais evidente a situação imposta aos indígenas nas décadas de 1970 e 1980 quanto às possibilidades de reconhecimento e/ou esbulho de seus territórios. Demonstro como a chegada de significativos contingentes populacionais a partir dos novos projetos militares para a região ampliou a configuração de uma fronteira demográfica e a pressão pelo estabelecimento de uma fronteira econômica que, aliada às preocupações geopolíticas, implicaram em significativas transformações do espaço regional e no

cotidiano dos indígenas. Procuro ainda caracterizar os indígenas “em situação” diante desse contexto completamente desfavorável.

No capítulo 6, aprofundando a reflexão sobre a centralidade dos processos de territorialização na redefinição de contextos de contatos interétnicos e valendo-me, como base empírica, da formação do movimento indígena rionegrino, passo a detalhar as estratégias e as ações espaciais adotadas pelos indígenas diante de um contexto bastante desfavorável – perspectiva da aculturação por esbulho territorial – no sentido de constituir uma nova situação nas relações interétnicas, marcada pelo reconhecimento de seus direitos básicos, considerando-se a importância que os processos de territorialização assumiram nos últimos anos em nosso contexto. Será possível detalhar como o território foi gestado pelo movimento indígena como um instrumento político produtor de novas realidades sociais e de um estatuto diferenciado de cidadania espacialmente mediado.

No capítulo 7, avalio os rebatimentos da nova situação configurada pelas terras demarcadas. Apresento os desafios inerentes à consolidação do projeto político de autonomia territorial a partir da análise dos principais esforços indígenas por constituir um processo próprio de gestão territorial assentado em bases comunitárias.



Mapa 2. Terra Indígena Alto Rio Negro.

Figura 2: Vista área de São Gabriel da Cachoeira em direção ao Alto Rio Negro
Fonte: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira

Figura 3: Vista área de São Gabriel da Cachoeira em direção ao Alto Rio Negro.
Fonte: Christian Braga/Greenpeace.

Figura 4: Embarcação indígena no Rio Negro. Fonte: Fernando Damasco, 2017

Figura 5: Aplicação de questionários do Censo Agropecuário 2017 em comunidade no entorno de São Gabriel.
Fonte: Fernando Damasco, 2017

Figura 6: Vista área de São Gabriel da Cachoeira em direção ao Alto Rio Negro. Fonte: Fernando Damasco, 2017

Figura 7: Mãe e filho no Rio Negro. Fonte: Fernando Damasco, 2022

Figura 8: Crianças brincam no Rio Negro. Fonte: Fernando Damasco, 2022

Figura 9: Crianças brincam no Rio Negro. Fonte: Fernando Damasco, 2022

Figura 10: Porto Queiroz Galvão em São Gabriel da Cachoeira, de onde se parte para as comunidades do Alto Rio Negro. Fonte: Fernando Damasco, 2022

Figura 11: Porto de Camanaus, onde chegam as balsas e barcos com mercadorias e passageiros vindos de Manaus. Fonte: Fernando Damasco, 2017

Figura 12: Embarque de mercadorias nos barcos para as comunidades do Alto Rio Negro. Fonte: Fernando Damasco, 2022

Figura 13: Fila para recepção de benefícios na loteria em São Gabriel da Cachoeira.
Fonte: Fernando Damasco, 2022

Figura 14: Mercado municipal de São Gabriel da Cachoeira. Fonte: Fernando Damasco, 2017

Figura 15: Terreno da Aeronáutica com a Catedral de São Gabriel ao fundo. Fonte: Fernando Damasco, 2022

Figura 16: Complexo salesiano em São Gabriel da Cachoeira: Fonte: Fernando Damasco, 2022

Figura 17: Clube militar que ocupa praticamente toda a totalidade dos terrenos em frente à praia de São Gabriel. Fonte: Fernando Damasco, 2022

Figura 18: Loja de apetrechos militares em São Gabriel da Cachoeira. Fonte: Fernando Damasco, 2022

Figura 19: Capela do Santíssimo Sacramento da Catedral de São Gabriel da Cachoeira, em que estão grafados os nomes de todas etnias em torno do sacrário. Fonte: Fernando Damasco, 2022

Figura 20: Mapa das comunidades do Alto Rio Negro na sede da Diocese de São Gabriel da Cachoeira. Fonte: Fernando Damasco, 2022

Figura 21: Sede da Coordenação Regional Rio Negro da FUNAI em São Gabriel da Cachoeira.
Fonte: Fernando Damasco, 2022

Figura 22: Nova sede da FOIRN. Fonte: Fernando Damasco, 2022

Figura 23: Cartaz alusivo ao movimento indígena do Rio Negro afixado na sede da FOIRN.
Fonte: Fernando Damasco, 2022

Capítulo 1
TERRITÓRIO E AÇÃO ESPACIAL PARA MUDAR A SITUAÇÃO

Se "cada época tem uma forma própria de geografia e um perfil próprio de geógrafo", como asseverou Ruy Moreira (2011a: 14), também seria válido afirmar que o problema do ser humano e seu ambiente, conhecido na Geografia Clássica como "relações homem-meio", com maior ou menor centralidade, sempre se constituiu como problemática-chave da Geografia, reunindo diversas questões sobre os arranjos, as configurações e as formações espaciais dos diferentes povos. Em nosso contexto, mediante o avanço do projeto moderno-colonial, esse problema mostrou-se mais complexo, ao inserir as tensões entre diferentes povos e civilizações como um problema central estruturante de nosso atual contexto, marcado pelo extrativismo predatório e por recorrentes iniciativas desterritorializadoras dos povos subalternizados.

Os povos do Alto Rio Negro desenvolveram historicamente formas próprias de sobreviver em um ambiente desafiador, extenso em superfície, mas bastante restrito em termos de possibilidades para a subsistência. Essa incorporação histórica dos espaços foi trabalhada no âmbito das cosmologias e dos mitos, que explicam em parte algumas das razões que justificariam as restrições e as possibilidades da vida rionegrina. Diante da violência da colonização e do impacto atroz das reorganizações espaciais ocorridas, foram formulados novos dilemas, a que responderam por meio

de estratégias espaciais originais, tecidas a partir do conteúdo histórico de suas trajetórias.

Nesse contexto, o território não foi concebido como um espaço tornado bem reivindicado, tampouco foi somente apropriado como atributo identitário/simbólico original. Mais que isso, foi elaborado no âmbito da situacionalidade dos sujeitos diante do espaço-tempo, sendo mobilizado para viabilizar a mudança socioespacial necessária para a constituição de melhores situações para os atores que compõem o jogo do espaço.

Nesse capítulo, de natureza teórica, buscando compreender essa "situacionalidade" inerente à ação espacial e aos processos de territorialização, procuro discutir teoricamente a relevância da análise situacional na Geografia e as suas possibilidades para a melhor compreensão da realidade empírica das relações interétnicas entre indígenas e não indígenas no Alto Rio Negro.

Iniciar um trabalho que se pretende a aprofundar elementos e mecanismos da mudança socioespacial, implica entender que, pelo menos desde o final do século XIX, os geógrafos se debruçam sobre as razões por detrás das localizações e das distribuições dos povos e seus assentamentos. Inicialmente, em quadros mais estáticos, relacionados à compreensão de posições e localizações como realidades estabelecidas, mas não somente. Como veremos mais adiante, desde pelo menos os escritos de Ratzel, se fez presente a preocupação com os movimentos, a ação política estatal e, mais que isso, a possibilidade de transformação dos espaços mediante reconfigurações territoriais atreladas a escolhas derivadas das condições naturais, como demonstram as monografias geográficas produzidas em torno das relações entre soberania, ocupação espacial e nacionalismo em diferentes regiões.

A articulação entre o suporte físico e as ações humanas permaneceu presente na preocupação dos geógrafos, mas é sobretudo a partir da década de 1950, com a intensificação da aceleração tecnológica e as transformações decorrentes do pós-guerra que a mudança passa a ser uma preocupação central das teorias geográficas

(MOREIRA, 2011a), tendo em vista que ao problema da demarcação e diferenciação dos espaços vão se juntando novas questões relacionadas à compreensão do processo de mundialização do capitalismo, que avançava cada vez mais rapidamente por meio da aceleração da industrialização e da urbanização. Por outro lado, os geógrafos se tornavam cada vez mais relevantes para o aparato estatal, galgando posições burocráticas relacionadas à regionalização e ao planejamento, que levaram ao ápice a vocação estatal do saber geográfico.

No Brasil, o movimento de renovação crítica da Geografia, iniciado em 1978, teve o papel decisivo de reivindicar novas racionalidades para compreensão do problema do espaço, ancoradas principalmente no pensamento marxista. A incorporação da luta de classes e da dialética para superação do espaço como dado, atributo, palco, viabilizou, juntamente à criativa teorização de Milton Santos, uma nova chave para compreender a mudança socioespacial, constituída, de um lado, pela formação socioespacial como teoria e método (SANTOS, 1977: 93), e pela noção de estrutura espacial, ancorada na compreensão do espaço como "instância social" (SANTOS, 2014 [1978]) e como "um produto social em permanente processo de transformação" (SANTOS, 2014 [1985]: 67). Essas perspectivas abriram um amplo leque de renovação das pesquisas em Geografia, que se ampliaram principalmente sobre duas realidades fundamentais da modernidade capitalista – a industrialização e a urbanização.

Ao mesmo tempo, em nosso contexto latino-americano mergulhado em anos de ditaduras sangrentas, se configurava um amplo cenário de resistência social à dominação e à militarização estatal, manifestado mais diretamente pela reconfiguração de diversos movimentos que, no campo e na cidade, buscavam reivindicar novos estatutos de cidadania para grupos colocados à margem das decisões estatais. Dos considerados "sertões" brasileiros, emergiam novas

coletividades, estruturadas a partir "unidades de mobilização"[8] (ALMEIDA, 2008) em torno do acesso à terra, do acesso aos recursos naturais e a direitos sociais fundamentais, tendo o território como mediador, porque garantidor, de todos as pautas em jogo. Dentre estas coletividades, estão os povos indígenas, que, após violentos séculos de violenta colonização, reivindicavam o reconhecimento de seus direitos básicos por meio da superação do paradigma da aculturação e do acesso à cidadania política.

No bojo da renovação crítica da Geografia, alguns geógrafos buscaram analisar as mudanças socioespaciais vivenciadas na sociedade brasileira com centralidade na contribuição e na ação desses grupos – é o caso, por exemplo, de Ruy Moreira (1984), para o movimento operário e de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2003) com sua luta e convivência com os seringueiros, transformada em tese de doutorado. Em paralelo, Bertha Becker (1988), em seu resgate da geopolítica (propondo, inclusive, uma nova abordagem) na Geografia brasileira, já reconhecia e buscava ampliar os estudos sobre o surgimento de novas territorialidades na Amazônia, vendo-as como possíveis pontos de tensionamento da estrutura estatal e como razão de inflexão para o estabelecimento de novas realidades.

Mais recentemente, no Brasil, são muitos os trabalhos geográficos que têm se dedicado ao estudo dos movimentos sociais e, em particular os movimentos indígenas, com ênfase na compreensão dos processos de desterritorialização, da espoliação econômica e do reconhecimento formal das terras indígenas, o que enriqueceu o debate sobre as novas territorialidades emergentes no país. A análise, entretanto, do enorme potencial transformador de realidades socioespaciais incutido na ação indígena, a meu ver, exigiria, entretanto, uma abordagem mais ampla, que se debruçasse sobre as bases sobre as quais os processos de territorialização são

[8] "Este conceito de unidades de mobilização refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura que requerem deslocamentos compulsórios" (ALMEIDA, 2008: 89).

elaborados no interior das comunidades indígenas e como se configuram como instrumento para desenvolver novas formas de governo centradas no projeto de autonomia.

Assumindo esse esforço, busquei transpassar alguns obstáculos de ordem teórica estabelecidos a partir das diferentes perspectivas que orientaram a reflexão: (1) partindo da relação entre espaço e ação, busquei recuperar as perspectivas da análise situacional em Geografia; (2) depois, buscando me reaproximar do problema empírico de referência, procurei discutir as diferentes conotações de território e territorialização elaboradas pelos geógrafos e pelos antropólogos, principalmente aqueles vinculados aos estudos do contato; e, por fim, (3) localizei as possibilidades oferecidas pela análise situacional no quadro das diferentes perspectivas de compreensão da ação indígena como estratégia de constituição de uma gestão territorial indígena.

É evidente que não teria condições de resolver cada uma destas questões nos limites de um trabalho limitado como este, mas busquei reunir algumas soluções de âmbito teórico que me serviram como verdadeiras lentes de pesquisa: para o primeiro problema, recuperei o conceito de *situação geográfica* como instrumento analítico e metódico para a compreensão da mudança; diante do segundo obstáculo, recuperei a perspectiva relacional do território como caminho de integração entre Geografia e Etnologia, o que me permitiu compreender a territorialização no âmbito de um projeto de autonomia.

Primeiro obstáculo teórico: espaço e ação

O principal dilema teórico na Geografia no que se refere à ação social gira em torno da obra de Benno Werlen, que propôs o que chamou de uma "Geografia Social genuína" (2012: 550), baseada na teoria social e que pretendia explicar os fenômenos geográficos em termos de ações e práticas sociais. Baseando-se no conceito de ação

social weberiano – “ação como social como aquela referida à conduta de outros” (WEBER, 1964 [1922]: 5) - Werlen reduz o espaço a um “quadro de referência” para as ações no mundo físico (WERLEN, 1993). Como uma moldura, exerceria profunda influência sobre as ações, mas não seria o centro da análise geográfica, papel exercido agora pela própria ação social.

A proposta de Werlen é duramente criticada por Milton Santos, para quem a análise do espaço só pode se dar a partir da articulação permanente entre "objetos e ações 'agindo' em concerto" (SANTOS, 2012 [1996]: 86), tendo em vista que, tanto como as ações definem os objetos, estes valorizam as ações em virtude de seu conteúdo técnico.

O debate teórico entre Benno Werlen e Milton Santos poderia nos gerar algum receio em desenvolver uma análise geográfica que recupere a ação como um elemento central. Entretanto, é preciso reconhecer que essa divergência sobre o que seria o elemento central da Geografia (ciência do espaço ou ciência da ação) disfarça a crítica pertinente de Werlen quanto a certa desvalorização do estudo da ação pelos geógrafos. Embora sejamos conscientes da importância da ação dos objetos na produção do espaço, é preciso reconhecer a capacidade única de iniciativa, apreensão e significação incutida nas ações sociais, que constroem e destroem objetos permanentemente, segundo uma intencionalidade manifesta, em “algo que *inter-essa*, que está entre as pessoas e que, portanto as relaciona e interliga” (ARENDT, 2007: 195, ênfase no original). Agir, como nos lembra Hannah Arendt (2007), implica “tomar iniciativa, iniciar (como o indica a palavra grega *archein*, ‘começar’, ‘ser o primeiro’ e, em alguns casos, ‘governar’), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*)”. A ação dos atores, “portadores de estratégias” que são (LÉVY, 1994: 54), é constituidora de espaços e mobilizada de novas situações:

> “Espaço” “é” também um conceito teórico e, logo, temos que buscar um conceito do espaço que seja compatível com a teoria social, ou, mais especificamente nesse caso, com as conceitualizações teóricas da ação ou da agência do mundo social. O “espaço”, ou a experiência da realidade como espacial, é construído e constituído pelo sujeito, pelas práticas do sujeito. O que o espaço “é” para o sujeito ativo depende do

> que o sujeito está fazendo: é dependente da ação e não é pré-existente, é socialmente construído de maneira intersubjetiva e não uma contenção ou um quadro de mensuração do social. De acordo com a Geografia centrada na ação, precisamos entender o "espaço" como conceito, e temos diferentes conceitos do espaço, a depender do que estamos fazendo (WERLEN, 2012: 554).

Talvez haja na proposição de Werlen um excesso de relativização e abstração do espaço, esquecendo-se de sua dimensão material, apropriável fisicamente. Entretanto, sua concepção do espaço "construído e constituído pelo sujeito" está alinhada à própria proposta de Milton Santos do espaço enquanto um produto SANTOS, 2014 [1985]: 67). Apesar da expressiva divergência em torno da centralidade do espaço ou da ação, é impossível dissociar um elemento do outro, isto é, do ponto de vista geográfico, o estudo da ação implica o espaço e o estudo do espaço exige a compreensão das ações.

Esse dilema adquire novos contornos a partir da teoria geográfica desenvolvida por Michel Lussault (2013), que parece se aproximar da resolução da questão. Baseado nas proposições de Bruno Latour, ele procura resolver a dicotomia ação/objetos, valendo-se da categoria de "actante", em que se reúnem realidades sociais humanas ou não humanas "dotadas de uma capacidade de ação" (LUSSAULT, 2003a: 38). Deste modo, o próprio espaço estaria em ação, pois "manifesta a indispensável e incansável atividade dos seres humanos com a distância e os lugares" (LUSSAULT, 2013: 38), sendo a existência uma "ação espacial permanente" (LUSSAULT, 2013: 34).

A ação espacial humana, mobilizadora das ações dos objetos e por eles influenciada, é o que garante o protagonismo do ator (o agente da ação) no direcionamento da mudança, por meio da vontade política. Como define Ana Clara Torres Ribeiro, o protagonismo dos atores é definido pela "vontade política defendida em cena ou defendida nas arenas institucionais, ou públicas, de uma maneira geral" (RIBEIRO, 2014 [2002]): 61), aliado ao que Bourdieu denominou de capacidade humana de "invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas" (BOURDIEU, 2004 [1987]: 81).

Aqui conseguimos compreender melhor a carga estruturalista presente na proposição de Milton Santos. O fato de ações e objetos serem indissociáveis não significa que ambos tenham necessariamente a mesma importância em toda ação espacial. Uma abordagem que insista na mesma importância entre a conjectura da ação sobre os objetos e as citadas "valorizações das ações" poderia recair no erro de compreender as ações humanas, nas palavras de Bourdieu (2004 [1987]: 21) como “simples epifenômenos da estrutura”. Para o autor, “a ação não é a simples execução de uma regra, a obediência a uma regra. Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas [*sic*] como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam”.

Pensar o espaço como a esfera da mudança implica a compreensão da existência como "ação espacial permanente" (LUSSAULT, 2013: 34), isto é, como um conjunto de possibilidades sempre em aberto e constituível a partir da experiência política. Nas palavras de Doreen Massey (2013 [2005]):

> Conceber o espaço como um recorte estático através do tempo, como representação, como um sistema fechado, e assim por diante, são todos modos de subjugá-lo. (...) Conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade da política (p. 94-95).

Não há dúvidas que será no espaço que buscaremos as respostas que necessitamos e, entretanto, é preciso reconhecer a importância de se pensar o espaço em processo, em ação e tensão permanentes, em mudança, e não somente como acumulado ou produto. Cabe, então, recuperar o conceito que, na concepção da Geografia em seu formato científico, serviu justamente como instrumento para a compreensão do espaço em ação, embora pouquíssimo explorado – a *situ-ação*, situação geográfica.

Recuperando a situação geográfica para compreender a mudança socioespacial

Situação constitui-se como uma noção polissêmica que figura em trabalhos acadêmicos, em diferentes contextos de enunciação, sem que os autores necessariamente lhe atribuam a devida importância ao lado dos conceitos normalmente eleitos como seminais para os estudos geográficos. Na Geografia, foi utilizada por muitos geógrafos em seus trabalhos, mas tivemos dificuldades em desenvolver uma teoria das situações.

Por outro lado, o projeto moderno-colonial executado pelos Estados nacionais e os processos políticos de resistência protagonizados pelos grupos subalternizados implicaram em reconfigurações territoriais abrangentes, concretizadas a partir de deslocamentos, despossessões e contenções, viabilizados, no plano formal, por meio da burocracia estatal dos processos demarcatórios e da criação de reservas. Essas transformações exigem dos indivíduos e dos grupos sociais maior capacidade de adaptação e reelaboração permanentes de suas perspectivas de futuro. Nesse contexto, nos perguntamos se seria a situação um conceito com potencialidade analítica e prática que mereça ser resgatado como ferramenta para entendermos (e mudarmos) a realidade social e, principalmente, as reações dos atores diante delas?

Responder a essa pergunta não é tarefa fácil. Buscaremos aqui recuperar algumas abordagens do conceito para que, em um exercício que se assemelha a uma curadoria, possamos selecionar aspectos capazes de nos apontar caminhos que reinsiram esse importante instrumento para a compreensão do espaço[9].

[9] O traçado desse percurso certamente nos exige reconhecer que situação é um conceito que extrapola a Geografia, tendo se tornado um referencial importante para diversas áreas do conhecimento. No âmbito da Psicologia Social, esteve ligada à discussão de estímulo e ambiente, como influência para os comportamentos humanos (YANG et al., 2009). Na Sociologia, foi explorada como situação social em Weber (1964 [1922]), Gluckman (1949, 1958) e alguns outros autores. Na Etnologia, temos a situação histórica de Pacheco de Oliveira (1988). Na Lógica e na Filosofia da Ciência, a situação é entendida como "algo que inclui um grande número de diversos elementos existentes em amplas áreas de espaço e

Nossa proposta implica um desafio de partida – a necessária distinção entre a situação como como um dos conceitos fundamentais da análise geográfica (como definimos no título desse item, a *situação geográfica*) e o uso, muito recorrente na trajetória do pensamento geográfico, da situação como perspectiva de método, o que seria uma *análise situacional em geografia*. Certamente, não teremos condições de aprofundar todas as nuances desta questão, mas agregaremos elementos que podem servir a reflexões futuras sobre o tema.

Como conceito, à situação esteve sempre vinculada a dimensão relacional das posições e dos lugares. Enquanto o *sítio* se refere ao assoalho, ao chão de uma coletividade, e a posição um enquadramento fixo no sistema de localizações, a situação impunha a avaliação comparada de vantagens e qualidades entre esses elementos. Brunet et al. (1992, p. 143) afirmam que, etimologicamente, no francês, no alemão ou no russo, a palavra *situação* deriva de radicais que evocam "o que está assentado", "deitado", "pousado":

> Característica fundamental de um lugar, de um espaço, resultando de sua relação com outros lugares e espaços. A situação se analisa em relação a um ambiente local, regional ou geral, que pode ser o mundo inteiro (BRUNET et al., 1992: 143).

Enquanto método, cabe atentar ao enunciado proposto por Paul Claval (2014), que nos recorda que os primeiros geógrafos entendiam "a geografia como análise de situação" (p. 147). Desde a Antiguidade, passando pelo Renascimento e chegando até

---

longos períodos de tempo, mas que, no entanto, têm sua própria unidade" (DEWEY, 1938). É amplamente utilizada no âmbito da crítica literária e no teatro, onde a abordagem ficcional vale-se da conotação astronômico-cosmológica da palavra – situações relativas entre si dos corpos celestes, marcados pela "contradição de movimentos que surgem todos de uma vez e oscilam" (SPITZER, 1957). Esses são apenas alguns exemplos dentre as muitas apreensões do conceito por diferentes áreas do conhecimento. No que se refere à Filosofia, uma importante recuperação das reflexões e aplicações da situação foi realizada por Cataia e Ribeiro (2015), que identificaram ao menos três traços filosóficos que interessam diretamente à geografia em sua interpretação dos nexos entre ação e espaço: "(i) relação e reciprocidade (espacial); (ii) combinação de momentos (temporal); e (iii) condição ou disposição (adversa ou favorável) para a realização, no sentido de transcender um determinado estado de coisas em direção ao futuro (ação)" (p. 14). Como veremos mais adiante, esses "traços" são também identificáveis em muitas proposições de geógrafos, talvez ainda não suficientemente estudadas e que, algumas dessas proposições temos o intuito de apresentar.

as obras de Ritter, Ratzel e Vidal de La Blache, o autor demonstra o quanto a preocupação com a *posição relativa*, comparada, sempre vista em perspectiva, orientou as primeiras análises geográficas. O que estava em jogo eram as relações recíprocas e as influências das localidades e dos países uns sobre os outros, sempre em vista das vantagens que poderiam se configurar em termos políticos ou econômicos, o que nem sempre é facilmente mensurável pelo geógrafo.

Paul Claval nos lembra que a topografia de um sítio, de uma posição, é mais fácil de ser compreendida que a situação, pois esta última exige análises na escala de espaços vastos, somente apropriáveis pelo geógrafo a partir de instrumentos cartográficos em escalas menores, que só passaram a estar disponíveis a partir da segunda metade do século XVIII. Essa limitação certamente afetou as pretensões dos geógrafos da Antiguidade e do Renascimento em suas investigações. Aqueles que passaram a escrever a partir desse período, produziram monografias beneficiadas pela disponibilidade de um volume maior de esquemas, ilustrações, cartas e mapas que contribuíram certamente para que as suas obras avançassem em grandes classificações e teorias sobre as situações naturais, no caso de Humboldt; as situações produzidas ao largo da distribuição dos seres humanos na superfície terrestre, no caso de Ritter; e a situação político-geográfica, em Ratzel.

No parágrafo final de seu capítulo, Claval conclui que:

> A análise de situação desenvolve-se numa perspectiva que permanece naturalista, mas suas lições têm um alcance muito mais geral: ensinou aos geógrafos que o seu papel é analisar o que observam em diferentes escalas" (2014: 167).

Neste trabalho, pretendemos revisitar, em um exercício de curadoria, algumas noções não debatidas pelos trabalhos anteriores que se dedicaram, mesmo que parcialmente, a organizar o debate sobre a situação geográfica (SILVEIRA, 1999;

CLAVAL, 2014; CATAIA e RIBEIRO, 2015)[10]. Nossa pretensão é destacar que, não só o conceito de situação ultrapassou a perspectiva naturalista na Geografia, como tem um enorme potencial analítico, político e social, que detalharemos ao longo do texto.

É preciso iniciar esse exercício por Ratzel por algumas razões. A primeira, porque é o primeiro geógrafo a encaminhar a análise geográfica a partir de uma perspectiva fortemente naturalista a uma "geografia do homem", a antropogeografia, depois aperfeiçoada na proposta de sua geografia política; nas palavras de Moraes, "a primeira proposta explícita de um estudo geográfico especificamente dedicado à discussão dos problemas humanos" (MORAES, 1990). Depois, porque sua obra talvez tenha sido a que deu maior importância ao problema da situação, colocando-a ao lado do espaço na constituição de sua teoria[11].

Na proposta da antropogeografia de Friederich Ratzel, encontramos uma das mais dedicadas utilizações do conceito de situação, tendo em vista a preocupação do autor em oferecer a explicação da superfície terrestre a partir da contribuição dos povos, de suas ocupações, formas de organização e marcas deixadas na paisagem. Pereira (2021) ressalta que, em sua *Anthropogeographie*, de 1882, Ratzel definiu, em separado, *situação* (*lage*) e *espaço* (*raum*), e que, posteriormente, esses termos passaram a ter uso ampliado nas suas obras:

> Na obra mais antiga, o terceiro capítulo trata de situação e espaço (*Die Lage* e *Die Raum*), descritos em suas especificidades. Já na obra posterior, toda a quarta parte é dedicada à situação, ao longo de dois capítulos, sendo que o segundo trata justamente da "situação política em sentido estrito", ou seja, *die politische Lage* (*im eneren sinne*). Não seria possível, aqui, explorar os meandros dessa distinção, mas apenas evidenciar que a noção em tela, essencial para Ratzel, sofreu uma inflexão importante na medida em que o foco de seus estudos foi se deslocando de temas mais gerais para as relações entre espaço e política (PEREIRA, 2021: 5).

[10] Ressalte-se que são trabalhos produzidos com distintas finalidades – em M. L. Silveira (1999), compor uma nova metodologia de análise espacial; em M. A. Cataia e L. H. Ribeiro (2015), aplicar essa nova metodologia à uma pesquisa sobre saúde pública; e, em P. Claval (2014), a discussão buscava diferenciar *um certo modo* de análise geográfica presente nos primeiros geógrafos e posicioná-lo no quadro de sua discussão sobre a epistemologia da geografia – e, por esse motivo, não tinham naturalmente a pretensão de exaustão da temática.

[11] Cabe aqui reforçar, entretanto, a dificuldade, já relatada por S. N. Pereira (2021), de acesso aos escritos do autor, tendo em vista que foi muito pouco traduzido do alemão para outras línguas.

A importância crescente da situação em Ratzel é coerente com a trajetória intelectual do autor que, inicialmente dedicado a produzir uma geografia das modalidades de ocupação humana e de distribuição populacional na superfície terrestre, direciona suas reflexões para o fenômeno político, para cujo entendimento vê maior utilidade no conceito de situação em detrimento ao espaço (entendido como espaço absoluto), a ponto de afirmar que "muitas variações territoriais não são senão fenômenos de crescimento que partem de uma base firme, fazendo com que o espaço pareça, naturalmente, uma qualidade menos importante do que a situação" (RATZEL, 2021 [1894]: 4). O exemplo oferecido por Ratzel em sua aula de 1894 para ilustrar seu argumento é o da "excepcional situação geográfica da França, com suas três 'frentes': atlântica, continental e mediterrânea" (p. 5). Essa qualidade estratégica do território francês só é concebível na avaliação contextual de seu enquadramento na superfície terrestre em relação aos demais países, o que explicaria sua privilegiada situação, atributo, portanto, interacional, relativo, e, para Ratzel, mais relevante politicamente que as próprias vantagens internas do território francês. Nas palavras de Ratzel:

> A importância da situação está em que cada coisa receba impulsos e estímulos de seus vizinhos e a eles retribua. Consideram-se, nessa ação, tanto os mais próximos quanto os mais distantes. Desses contatos, a situação determina o "como?" e o "quanto?". A participação de uma área mais ampla na vida de um lugar ou de um país nela localizado confere à representação da situação um conteúdo que ultrapassa de longe a indagação "onde?", que concerne à característica topográfica. A situação significa, nesse sentido, um intercâmbio, uma troca viva de assimilações e irradiações. Destarte, não pode ser interpretada simplesmente como uma vizinhança de corpos inanimados que jazem lado a lado, mas sim como uma articulação (RATZEL, 2021 [1894]): 2).

A situação, portanto, está sustentada no fato evidente de os lugares e os Estados não estarem isolados e sofrerem, constantemente, pressões e interações por parte de seus vizinhos, aos quais retribuem. Pressupõe, portanto, ações espaciais que se confrontam e precisam ser compreendidas no âmbito dos estudos geográficos:

> A situação significa, nesse sentido, um ***intercâmbio***, uma ***troca viva de assimilações e irradiações***. Destarte, não pode ser interpretada

> simplesmente como uma vizinhança de corpos inanimados que jazem lado a lado, mas sim como uma ***articulação***. Não há membros dos corpos políticos ou da humanidade que possam ser considerados absolutamente isolados, por mais distantes que se encontrem. Uma multiplicidade dessas trocas é possível para cada ponto da Terra. Toda descrição geográfica deve mencionar as mais importantes, iniciando-se pelas maiores, isto é, as mais abrangentes (RATZEL, 2021 [1894]: 15, ênfases nossas).

Em 1899, Ratzel escreve um trabalho monográfico sobre a Córsega, que merece uma atenção especial pelo destaque atribuído à situação. Uma das mais extensas do Mar Mediterrâneo, a Córsega é região administrativa da França, embora esteja localizada mais próxima à Itália e possua um histórico de invasões por parte da Alemanha e da Espanha visando impedir a ampliação do controle francês sobre o Mediterrâneo. O trabalho tinha como objetivo explorar o exemplo "daquilo que pode ser uma ilha, e da ação que ela pode exercer na história" (RATZEL, 1990 [1899]: 149). O primeiro item do estudo é destinado à situação e à extensão. Ratzel, descrevendo a situação da ilha, nos oferece algum exemplo da aplicação do conceito:

> A primeira vantagem da Sardenha sobre a Córsega deve ser atribuída à sua situação, devido à qual ela veio a se encontrar frente à região onde se desenrolou a história pré-romana. Mais tarde, ela foi igualmente favorecida pela sua maior proximidade com a Sicília e com a Baixa Itália. Enfim, por todo tempo ela atraiu a atenção de todos os povos, a um grau mais elevado que a Córsega. Maior, mais rica, de acesso mais fácil, atraiu os conquistadores, os mercadores, os colonos, que, com isso, ao mesmo tempo se desviaram da Córsega. É uma circunstância digna de nota, e que frequentemente se pode observar: **tal ou qual região em certa medida relega para a sombra uma outra região**. Este fato não se explica apenas por razões geográficas; **deve sua origem à tendência, manifestada pelos povos, de se concentrarem num determinado domínio, ao qual, a seguir, dedicam toda a sua atividade, em detrimento das regiões vizinhas.** Os casos desse gênero repetem-se na colonização de qualquer parte, grande ou pequena, do globo. Vemos durante milhares de anos a Índia visitada pelos forasteiros do oeste, enquanto a Indochina permanece como que na sombra. A história das Antilhas mostra a concentração de alguns povos europeus sobre terras de pequena extensão, enquanto a América Central, tão importante sob vários pontos de vista, permanece negligenciada. A rica Alsácia serve, por assim dizer, de abrigo à Suíça, dela desviando os olhares da França. Assim também com a Sardenha e a Córsega: embora pareçam andar juntas na história antiga do Mediterrâneo ocidental, a Córsega frequentemente aparece apenas

> como meio acessório da outra ilha, maior e mais rica (RATZEL, 1990 [1899]: 153, ênfase nossa).

Esse trecho é um importante exemplo de como a articulação entre os lugares destacada por Ratzel em seus escritos está referenciada não apenas em uma relação de aspectos topográficos que significariam vantagens de países sobre outros, mas como produto de ações históricas dos povos na apropriação da superfície terrestre e numa visão articulada de influências mútuas.

É impressionante como o entendimento da situação como *articulação entre os lugares* foi cristalizado no imaginário dos geógrafos, se tornando quase que como sinônimo de *posição relativa*, o que, veremos mais adiante, trata-se de apenas uma das possibilidades de uso e aplicação do conceito. Essa constatação pelo próprio verbete de situação no dicionário crítico de Brunet:

> Uma posição é absoluta e única. Uma situação é sempre relativa (ao meio ambiente em todos os seus aspectos), possivelmente compartilhada e histórica: ela muda com o tempo, mesmo que o local não mude; mas é em um tempo relativamente longo, o da modificação dos controles (BRUNET et al., 1992: 142).

O que nos reclama maior atenção na obra de Ratzel é que, apesar de apontar as interações entre os lugares como o objeto da situação, pouco a pouco, vai se tornando muito nítido que as situações são produzidas historicamente e, portanto, a partir das trajetórias dos diferentes povos, que atribuem aos lugares diferentes importâncias e usos no curso de suas ações. Em outras palavras, os povos, no seu movimento de apropriação da superfície terrestre, são construtores de situações.

Comentando as obras de Ratzel, Vidal de la Blache (2012 [1899]) destaca precisamente essa atividade presente nos conceitos da geografia política:

> Isso me leva a uma questão de grande importância do ponto de vista do método. Os fatos da geografia política não são entidades fixas que basta registrar por uma simples constatação. Cidades e Estados representam formas que já evoluíram até chegar ao ponto em que as apreendemos, e talvez ainda estejam evoluindo. É preciso assim considerá-las como ***fatos em movimento***. **(...) Quem diz desenvolvimento diz ação e reação constantes.** É no contato com forças adversas que os elementos da vida política se contratam e se tornam precisos. Assim se manifesta a

> necessidade de não estudar um Estado como um comportamento isolado, uma fração qualquer da superfície terrestre. Por sua origem, pela direção, pelas etapas e pelo termo sempre provisório de seu crescimento, ele se move num grupo cuja vida penetra também a sua (VIDAL DE LA BLACHE, 2012 [1899]: 416-417, ênfases nossas).

A introdução, por Ratzel, do conceito de situação para o entendimento das interações entre os países (e, consequentemente, entre os governos), é configurada pela introdução de um novo conceito – a *situação político-geográfica* (RATZEL, 2021 [1894]), talvez para reforçar ainda mais o seu conteúdo geopolítico, até então, fortemente associada a análises naturalistas (relevo, hidrografia, continentalidade etc.), agregando à situação uma grande utilidade nas análises estratégicas, nas possibilidades de mobilização da guerra e no estabelecimento de um sistema comparativo de vantagens territoriais entre os Estados.

Mais tarde, Jean Brunhes, comentando a obra de Ratzel, ressalta o quanto o autor alemão colocara a ação humana em evidência em sua geografia, destacando-se sua capacidade de alcançar diferentes ambientes, moldando-os, nas suas possibilidades, às suas aspirações:

> Ratzel viu os homens como realidades, recobrindo parcelas de superfície terrestre, revestimento vivo, digno da observação do geógrafo, da mesma forma que o revestimento vegetal ou o povoamento animal. Percebeu os grupos humanos e as sociedades humanas se desenvolvendo sempre dentro dos limites de um **quadro** natural (*Rahmen*) determinado, ocupando sempre um **lugar preciso** sobre o globo (*Stelle*) e necessitando sempre para se alimentar, para subsistir, para crescer, de um certo **espaço** (*Raum*) (BRUNHES, 1962 [1910]): 43, ênfases no original).

Brunhes, em sua geografia, se dedicou ao estudo do espaço a partir do princípio da atividade e da conexão, principalmente na constituição do destino das sociedades, nos interesses e lutas inerentes a construção das sociedades (MOREIRA, 2006). Entendia a situação como sinônima de "localização geográfica da ocupação humana" (BRUNHES, 1962 [1910], p. 108) e o espaço como "superfície não só ocupada, mas ocupável" (BRUNHES, 1962 [1910], p. 447), enfatizando a definição do objeto da geografia se não pelo seu valor absoluto, mas pela sua potencialidade de ser

apropriado pelo ser humano em um projeto de ocupação e transformação da superfície terrestre. Não está claro se Brunhes percebia a centralidade que a situação tinha para Ratzel, mas certamente estava em suas preocupações destacar o papel do movimento e da atividade na ocupação humana da superfície terrestre; ao se referir a localização, portanto, pressupunha sua permanente reinvenção pelos povos, em novas situações.

O conceito de situação é mobilizado posteriormente por Max Sorre, que o define como "elemento estruturante do espaço" (SORRE, 1984 [1961], p. 144). Para o autor, a situação seria definida a partir do conjunto entre linhas geodésicas, acidentes físicos e pelas linhas de relações terrestres, principalmente os lugares de encontro e os focos de irradiação:

> [A situação] resulta da latitude, da longitude e da altitude, como já vimos, mas, além disso, da **posição** central ou periférica, da proximidade do mar ou do grau de continentalidade, das facilidades de acesso ou de isolamento, das **distâncias** em relação a pontos específicos da rede, como as capitais políticas. A inclusão das linhas de circulação na rede introduz em sua estrutura um elemento de contingência: os **fatos humanos**. A geografia política tirou destas definições consequências infinitas. **A situação é um conceito dominante tanto na obra de Ratzel como nas construções do geógrafo inglês Mackinder[12]. O que elas contêm de frágil não deve impedir o conhecimento da importância do tema e de seu valor explicativo. Não há geografia humana sem ele** (SORRE, 1984 [1961]: 144, ênfases nossas).

Sorre dá importância aos fatos humanos (que compreendemos aqui como ações humanas) como elementos limitadores de uma situação. Essa não é uma contribuição trivial. Escrevendo em um contexto de maior proliferação das redes de

[12] As teorias geopolíticas do geógrafo inglês Halford Mackinder (1942) propõem a construção de uma visão estratégica sobre o espaço político internacional, destacando a continentalidade da Eurásia, que teria propiciado aos povos ali residentes a capacidade de estender seus domínios para outros continentes. As áreas localizadas no centro e no norte da Eurásia, compreendendo aproximadamente o que seria a antiga URSS, constituiria um *Heartland*, isto é, um coração continental em torno da qual estariam regiões periféricas acessíveis por navegação, ao contrário da região continental central, que permaneceria protegida (MACKINDER, 1942). Trata-se de uma visão relacional das grandes massas continentais e de sua situação política. Embora não cite o conceito de situação explicitamente, percebe-se muitas aproximações entre as proposições de Mackinder e a obra de Ratzel. Para mais detalhes sobre a obra de Mackinder, ver Costa (2006 [1991], p. 76-89).

comunicação e transportes, que já começavam a redefinir as vantagens territoriais nos ambientes políticos, Sorre atribui importância à capacidade humana de mobilizar, através da técnica, as distâncias e, consequentemente, limitar ou inaugurar novas situações. Trata-se de uma expansão importante do conceito ratzeliano, com significativas consequências metodológicas para a geografia, que vão se desdobrar com maior ênfase na proposta de geografia ativa de George.

Ampliando o escopo dos estudos sobre a ação humana no espaço e buscando investigar a organização espacial das sociedades a partir das feições industriais e urbanas, George utiliza o conceito de situação para destacar a capacidade da Geografia de decompor o conjunto de elementos estudado pelas demais disciplinas – a História, a Sociologia etc. – e investigá-los em um mesmo "estado geográfico de fato, em um quadro especial determinado" (p. 14), em que agem em conjunto para constituir uma "situação geográfica", reforçando-se ou contrariando-se uns aos outros:

> Em princípio, a geografia não precisa realizar análises verticais. Seu campo é horizontal. Mas o problema metodológico permanente é o da passagem entre a pesquisa no plano horizontal, o das relações entre os fatos relativos a disciplinas diferentes, e a pesquisa no plano vertical de cada uma destas disciplinas. A este problema fundamental associa-se um segundo problema metodológico, o da representação contínua, da extensão no espaço dos tipos de correlação, que são o objeto da geografia. ***Uma situação geográfica é uma situação delimitada***, de que se pode dar representação cartográfica em escala variável, conforme a densidade e a precisão dos dados (GEORGE, 1969: 13, ênfase nossa).

De modo a deixar explícita sua compreensão relacional e transversal da geografia, George procura distinguir o *espaço de localização* – associado à noção de meio geográfico, suporte de uma coletividade –, do *espaço de relação*, que compreende as "diferentes categorias de espaços envolvidos pelas atividades humanas projetadas conforme as tendências básicas sobre áreas de influência" (GEORGE, 1969: 30).

Na obra *A Geografia Ativa,* escrita em parceria com Raymond Guglielmo, Yves Lacoste e Bernard Kayser (GEORGE et al., 1973), Pierre George insiste que "o objetivo da aplicação de métodos geográficos é o **estudo das situações**" (p. 20, ênfase no

original), devendo ter a atenção privilegiada dos geógrafos o conjunto de relações que explicam a totalidade:

> Uma situação é a resultante, num dado momento, – que é, por definição, o momento presente, em geografia – de um ***conjunto de ações*** que se contrariam, se moderam ou se reforçam e sofrem os efeitos de acelerações, de freios ou de inibição por parte de elementos duráveis do meio e das sequelas das situações anteriores. Essa situação é fundamentalmente caracterizada pela totalidade dos dados e fatores específicos de uma porção do espaço que é, salvo nos casos-limites de margens inocupadas pelo homem, um espaço ordenado, uma herança, isto é, um espaço natural humanizado (GEORGE et al., 1973: 21, ênfase nossa).

A busca de uma explicação para os fatores e elementos que compõem uma situação constitui, portanto, o objetivo principal da investigação geográfica, o que se torna um grande desafio considerando-se a mobilidade e a instantaneidade das situações atuais. Trata-se, sobretudo, de considerar a relatividade das relações e das ações, que não só humanizam o espaço como também o relativizam, tornando-o, ele mesmo, situação:

> A situação se define necessariamente em primeiro lugar em ***limites espaciais***, mesmo quando a influência do espaço local ou regional se combina com os efeitos de uma ***pluralidade espacial***. Mas a evolução da situação pode comportar deslocamentos dos limites regionais ou locais, expansão ou retração do referido espaço. (...) O espaço geográfico aparece assim, não somente como um espaço humanizado, mas como um espaço relativado, que se amolda em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais, dos sistemas de relações. ***O próprio espaço torna-se situação*** (GEORGE et al., 1973: 22, ênfases nossas).

George consegue descortinar a situação como um *artifício* do geógrafo em sua tarefa analítica do espaço (situação delimitada) e, ao mesmo tempo, ressalta a situação como uma *condição* do espaço que, pelo emaranhado de técnicas e relações, se torna também, ele mesmo, situação. Essa ambivalência da situação – como artifício e como condição espacial – está relacionada à própria discussão sobre o binômio espaço-tempo. A delimitação de situações é uma atividade eminentemente espacial, porém limitada pelo tempo (*espaço constrangido pelo tempo)*, mas também encarcera as ações

a espaços, de certa forma limitados pelo analista (*tempo constrangido pelo espaço*). Esse jogo de constrangimentos implica pensar o presente através do que Milton Santos (2004: 9) denominou "acumulação desigual de tempos", e que poderíamos referir aqui como *coleção de situações*.

O estudo das situações envolve o desafio metodológico de conceber, indissociavelmente, o espaço e o tempo, o que consiste em uma grande questão para os geógrafos, que sempre se acostumaram a eleger o espaço como objeto e o tempo como ferramenta, o que, há algum tempo, vem sendo questionado pelos autores da Geografia Crítica que ressaltam indissociabilidade destas duas instâncias para a análise geográfica.

De modo a agregar mais elementos nesta reflexão, cabe revisitar as contribuições de dois geógrafos de matrizes teórico-filosóficas distintas, cujas contribuições certamente nos auxiliarão a aprofundar a característica bivalente da situação geográfica trazida por Pierre George. São eles: o grande mestre da geografia brasileira, Milton Santos, que destaca a situação como produção socioespacial entre ações e objetos; e o geógrafo francês Michel Lussault, que coloca quem age no centro da construção de situações. Por caminhos distintos, ambos destacam a situação como *quadro* para a ação em que, ao mesmo tempo em que agem, os atores constituem novas situações.

A questão da situação é resgatada por Milton Santos (2012 [1996]) quando discute o sistema de ações. Citando Parsons e Shils (1952), Rogers (1962) e Schutz (1962), Santos destaca que uma das características do ato é que "supõe uma situação, sobre a qual se projeta a ação" (p. 78) e que "toda situação é uma construção real que admite uma construção lógica, cujo entendimento passa pela história de sua produção" (p. 48).

Concebida como construção social, a situação representa também o limiar entre um determinado momento e uma nova realidade, projetada pela sociedade para substituir o contexto presente, uma vez que "um dos resultados da ação é, pois, alterar,

modificar a situação em que se insere" (p. 78). A análise de situações pressupõe a passagem e a mudança entre momentos das ações e dos espaços:

> Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas, mas ainda presentes. Esses objetos da ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados. A dialética se dá entre ações novas e uma "velha" situação, um presente inconcluso querendo realizar-se sobre um presente perfeito. A paisagem é apenas uma parte da situação. A situação como um todo é definida pela sociedade atual, enquanto sociedade e como espaço. Em cada momento, em última análise, a sociedade está agindo sobre ela própria, e jamais sobre a materialidade exclusivamente. A dialética, pois, não é entre sociedade e paisagem, mas entre sociedade e espaço. E vice-versa (SANTOS, 2012 [1996]: 109-110).

Se o espaço é "sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única" (p. 103), é também "uma acumulação desigual de tempos" (SANTOS, 2004: 9) e, consequentemente, de situações. Essa duplicidade consiste em uma nova ambivalência para a análise de situações – a de que nos referimos, simultaneamente, a um recorte que toma um conjunto delimitável de atores, ações e lugares sob um quadro analítico integrado e, em outro plano escalar, a uma coleção de eventos que se projetam sobre os lugares, numa sucessividade de situações, com muitas sobreposições.

O estudo das situações seria, portanto, um caminho eficiente para compreendermos as camadas que se acumularam na formação do presente, decompondo-se, no tempo, o processo espacial em situações que permitem a investigação e a compreensão dos mecanismos da ação espacial.

Inspirada nas proposições de Santos, a geógrafa María Laura Silveira (1999), ao propor a situação geográfica como metodologia, argumenta que a situação permite congregar as ações no tempo, de modo a revelar existências materiais e organizacionais que permitem compreender os conteúdos do espaço geográfico a

cada momento. Implica um conjunto de variáveis possíveis à disposição do geógrafo, cuja atribuição é selecioná-las e hierarquizá-las numa estrutura significativa. Constitui-se, portanto, como um eficiente instrumento metodológico:

> Uma situação geográfica supõe uma **localização material e relacional** (sítio e situação), mas vai além porque nos conduz à pergunta pela coisa que inclui o momento da sua construção e seu **movimento histórico**. (...) A situação decorreria de um conjunto de forças, isto é, de um **conjunto de eventos geograficizados**, porque tornados materialidade e norma. Muda, paralelamente, o valor dos lugares porque muda a situação, criando uma nova geografia. Assim, ao longo do tempo, **os eventos constroem situações geográficas que podem ser demarcadas em períodos e analisadas na sua coerência** (SILVEIRA, 1999: 22, ênfases nossas).

Refletindo sobre o trinômio ação-espaço-tempo, o geógrafo francês Michel Lussault, em seu *L'homme spatial* (2005), que, sugestivamente, tem como subtítulo "a construção social do espaço humano", dedica um capítulo para o que denomina "geografia das situações". Compreendendo a geografia como "ciência social do espaço" (p. 40), Lussault entende o espaço como produto dos modos como os grupos humanos lidam com o problema da distância. Para ele, o espaço "está em ação" (p. 38) pois é a manifestação da atividade dos seres humanos com a distância e os lugares.

O conjunto de relações espaciais no trato das distâncias posiciona o ser humano e as suas ações para o centro da história e do interminável processo de construção do espaço humano, sempre associada à produção de campos sociais. A geografia das situações concentra-se, portanto, na ação espacial, isto é, nos "actantes" ou "operadores genéricos"[13] em atividade espacial, fabricando espaços.

A situação é entendida, portanto, como:

> uma convergência relacional – o que não significa consensual, nem necessariamente prevista – de actantes na qual se desenvolvem as estratégias dos atores e se manifesta a importância das ferramentas e de objetos diversos. Em uma situação, os operadores, e sobretudo os

[13] Lussault se apropria do termo *actante* da mesma forma que Bruno Latour (1989) o fez a partir da semiótica estrutural de A. Greimas (1983), definindo-o como "uma realidade social qualquer (portanto, não necessariamente uma pessoa), dotada com a possibilidade de contribuir com a organização e a dinâmica de uma ação individual ou coletiva. Em suma, se refere a toda entidade definível e distinguível ativa em um processo social, que *opera* atos" (LUSSAULT, 2005, p. 142-143, tradução livre, ênfase no original) e como uma "entidade que é capaz de atuar com *performance* no espaço geográfico das sociedades afetadas" (p. 21).

> atores, se submetem à *prova do espaço* (LUSSAULT, 2005: 181, tradução livre, ênfases no original).

Se entendermos a existência como "ação espacial permanente" (p. 34), os seres humanos são produtores permanentes de situações. Cada nova situação é responsável por instaurar uma disposição espacial correspondente ao que está em jogo:

> O desenvolvimento de uma situação instaurará uma disposição espacial correspondente ao que está em vias de se jogar. Se trata de um encaixe espacializado, circunstancial e instável, de objetos, coisas, pessoas, ideias, linguagens, configurado em ocasião da atividade de um ator. Esse encaixe dispõe o espaço em e para a ação" (LUSSAULT, 2005: 188).

A situação é, portanto, um condicionante da disposição espacial que direciona o jogo dos atores e, ao mesmo tempo, é o produto da ação espacial. Como convergência relacional das estratégias, é também o lugar e o momento para os quais e a partir dos quais se dirigem as ações. Em outras palavras, foi uma sucessão de situações que produziu o presente, onde estamos *em situação*, sempre tensionados e desejosos de construir novas situações. Essa trajetória, espacialmente mediada, consiste em grande desafio para os geógrafos, pois compreende um jogo complexo de escalas e, ao mesmo tempo, exige escolhas metodológicas adequadas para uma eficiente compreensão dos elementos espaciais.

A importância das contribuições de Santos e de Lussault reside justamente no fato de assumirem a situação, ao mesmo tempo, como construção espacial (envolvendo ações, atores e objetos) e, ao mesmo tempo, como *quadro* que, ao passo que constrange a ação, mobiliza-a no sentido da configuração de novas situações. Ressalte-se a importância dos atores em ambas as propostas – articuladores do sentido às formas, em Milton Santos, e compositores de estratégias em Lussault –, o que inevitavelmente coloca à interpretação a importância da subjetividade no âmbito das situações.

O próprio Milton Santos nos coloca essa questão:

> Uma dada situação não pode ser plenamente apreendida se, a pretexto de contemplarmos sua objetividade, deixamos de considerar as relações intersubjetivas que a caracterizam. G. Berger (1964, p. 173) já nos lembrava de que "o caráter humano do tempo da ação é intersubjetivo", E Bakhtin (1986, 1993, p. 54), mais perto de nós, afirma que a arquitetura concreta do mundo atual dos atos realizados tem três momentos básicos: o eu-para-mim-mesmo; o outro-para-mim; o eu-para-o-outro (*basic moments: I-for-myself, the other-for-me, and I-for-the-other*). É desse modo que se constroem e refazem os valores, através de um processo incessante de interação (SANTOS, 2012 [1996]: 315-316, ênfases no original).

Desse ponto, podemos inferir que a situação geográfica, para além de mero recurso analítico ou atributo do espaço, configura-se também como uma dimensão existencial. Cada ser humano existe em situação, isto é, em convergência relacional com a superfície terrestre e com outros actantes. Toda a sua existência é espacial, pois inserida no conjunto de situações geográficas que recebe como herança e naquelas em que será protagonista. Já dizia Jacques Lévy, grande influenciador das ideias de M. Lussault:

> Uma situação geográfica não pode ser equiparada a um "estado mental banal" [Grundbefindlichkeit], nem o espaço a um "estar no mundo" [in-der-welt-sein], se esta tem a função de limpar um campo, para fora, para assim ser. Ao contrário, **trata-se de afirmar que todo ser não só requer, mas inclui um ser-no-espaço**. O espaço não está do lado do ser em oposição a um ser que o teria abandonado. **A geografia permite-nos compreender que o ser, na medida em que esta palavra tem um sentido, não se corporifica numa configuração, não se acumula nos lugares, é sempre - já também espacial** (LÉVY, 1994: 48, tradução livre).

Essa espacialidade inerente ao ser implica a situação como estado existencial. Só existimos em situações. Concebemos o passado e o futuro em situações, estejamos ou não nelas inseridos. Entretanto, essa máxima pode nos levar a um constrangimento conceitual – se a situação fosse compreendida como uma condição exclusivamente subjetiva, poderíamos incorrer no equívoco de reduzi-la às impressões do sujeito, caindo-se em um relativismo tão profundo que intimidaria qualquer conclusão minimamente objetiva.

Talvez algumas pistas para superarmos essa possível dicotomia estejam na própria fonte do pensamento existencialista, uma vez que a situação foi amplamente explorada por Sartre em sua teoria sobre o ser, que relacionava *contingência* e *liberdade* como condicionantes da ação humana:

> Denominaremos *situação* a contingência da liberdade no *plenum* de ser do mundo, na medida em que esse *datum*, que está aí somente *para não constranger* a liberdade, só se revela a essa liberdade enquanto *já iluminado* pelo fim por ela escolhido. Assim, o *datum* jamais aparece ao Para-si[14] como existente em bruto e Em-si; ele se descobre sempre *como motivo*, já que só se revela à luz de um fim que o ilumina. Situação e motivação se identificam. O Para-si se desdobre comprometido no ser, investido pelo ser, ameaçado pelo ser; descobre o estado de coisas que o circunda como motivo para uma reação de defesa ou de ataque. Mas só pode fazer tal descoberta porque posiciona livremente o fim em relação ao qual o estado de coisas é ameaçador ou favorável. Tais observações devem nos mostrar que a *situação*, produto comum da contingência do Em-si e da liberdade, é um fenômeno ambíguo, no qual é impossível ao Para-si discernir a contribuição da liberdade e a do existente em bruto (SARTRE, 2015 [1943]: 638).

A situação é sempre ambígua porque, ao mesmo tempo que se projeta ao sujeito como uma realidade herdada, um molde dentro do qual suas ações podem ocorrer, também guarda, contraditoriamente, todo o potencial de transformação, somente motivado pela visão de um futuro desejado. Por isso, o próprio Sartre defende que "não há liberdade a não ser em situação, e não há situação a não ser pela liberdade" (SARTRE, 2015 [1943]: 640).

Não à toa, Sartre define as estruturas da situação a partir da perspectiva do sujeito – meu lugar, meu corpo, meu passado, meus arredores –, mas alerta, usando seu vocabulário filosófico, que ela não é somente subjetiva ou objetiva, isto é, ela não se resume a uma *impressão* do sujeito sobre as coisas e tampouco uma *compreensão do sujeito* sobre o estado do mundo. A situação seriam as coisas e os sujeitos em relação:

---

[14] Sartre (2015 [1943]) utiliza os termos Em-si e Para-si para designar com maior propriedade o fenômeno de ser, isto é, o ser do existente revelado à consciência. O ser Em-si refere-se à inerência em si, sem a menor distância, pleno de si, "ser o que é" (p. 38), enquanto o Para-si pressupõe a distância de si, "uma descompressão de ser" (p. 126), relacionado à consciência, ao *cogito*, um questionamento de si.

> A situação é o sujeito inteiro (ele não é *nada* mais que sua situação) e é também a "coisa" inteira (*não há* jamais nada mais do que as coisas). Se quisermos, é o sujeito iluminando as coisas pelo seu próprio transcender, ou são as coisas remetendo suas imagens ao sujeito. É a total facticidade, a contingência absoluta do mundo, de meu nascimento, de meu lugar, de meu passado, de meus arredores, do "fato" de meu próximo – e é minha liberdade sem limites enquanto aquilo que faz com que haja para mim uma facticidade.

É impossível deixar de notar a proximidade entre a proposição de Sartre sobre a situação e a concepção de Milton Santos sobre a indissociabilidade entre as ações e objetos, que nos faria perguntar, a essa altura, se não estaríamos alargando sobremaneira a situação, a ponto de confundi-la com o espaço. O que Sartre talvez nos ajude a compreender é que a situação é, em si mesma, indissociavelmente, a contingência (como limitação e, portanto, realidade) e a potência (como transformação e, portanto, projeto) da ação no espaço-tempo. Ela agrega indissociavelmente algumas instâncias que precisam ser apreendidas de forma articulada: a dimensão subjetiva (*minha situação*), a dimensão inter-subjetiva (*nossa situação*), a dimensão objetiva (*a situação* como realidade compreensível e ferramenta analítica), todas elas sempre na tensão entre determinação e mudança, isto é, entre uma *situação atual* e uma *nova situação* que já a ilumina e sobre aquela atua.

Discutimos até aqui contribuições que articulam a situação desde um artifício analítico, passando pelo entendimento da situação como atributo espacial, como condição no espaço-tempo, e, finalmente, como dimensão da subjetividade. A perspectiva da *nova situação*, apontada por Sartre, entretanto, precisa de uma atenção mais cuidadosa, principalmente quanto ao uso associado à prática política, como categoria relacionada à possibilidade de mudança social, feito por muitos grupos ao defender a passagem de realidades atuais, marcadas por inúmeras situações de injustiça e violência, para novas situações, normalmente vinculadas a um projeto de emancipação social, autonomia e justiça.

A perspectiva da mudança, inerente à situação como vimos até aqui, talvez tenha tido sua maior aplicação explícita no movimento situacionista. O movimento

político e cultural da Internacional Situacionista, liderado pelo pensador francês Guy Debord, defendia como uma noção central de seus pressupostos a *construção de situações*. Fortemente influenciados pelo marxismo, os situacionistas viam no urbanismo um caminho privilegiado para a construção de novas situações por meio de estratégias de mobilização popular. Henri Lefebvre, cujas ideias sobre a potencialidade revolucionária da vida cotidiana o fizeram se aproximar do movimento, em uma entrevista de 1983, destaca as origens da arquitetura de situação na proposta do arquiteto holandês Constant Nieuwenhuys, que concebeu uma utópica *Nova Babilônia*[15], uma cidade de nômades, cuja construção se daria à medida que a população se deslocasse sobre as cidades existentes, e a propriedade seria coletiva onde o trabalho seria substituído pelo jogo criativo:

> A idéia de um momento novo, de uma situação nova, já estava lá no texto de Constant de 1953. Porque a arquitetura de situação é uma arquitetura utopiana que supõe uma sociedade nova, a idéia de Constant era que a sociedade não deveria ser transformada no sentido de continuar uma vida chata e monótona, mas no sentido de criar algo absolutamente novo: situações (LEFEBVRE, 1983, s.p.).

Ao passo em que os situacionistas estabeleciam seu projeto para o urbanismo a partir do resgate do nomadismo que "as cidades modernas foram progressivamente esquadrinhando, restringindo, fixando e confinando, com o fim de aniquilá-las por completo" (ANDRADE, 2003: 11), aprofundavam sua posição antagônica aos arquitetos modernos:

> Enquanto os modernos acreditaram, num determinado momento, que a arquitetura e o urbanismo poderiam mudar a sociedade, os situacionistas estavam convictos de que a própria sociedade deveria mudar a arquitetura e o urbanismo (JACQUES, 2003: 19).

O que nos interessa especialmente nas teorias situacionistas é justamente a utilização do conceito de situação ao articular a perspectiva da mudança social através da mobilização coletiva visando ao afastamento do modelo institucional e a

[15] *New Babylon*, no original. Adriana Caúla (2008) destaca a influência do contato que Constant teve com um grupo de ciganos em Alba, para a composição de sua proposta da arquitetura de situação.

construção de um urbanismo (e, consequentemente, uma nova realidade espacial) marcada pelo compromisso com a deriva, isto é, com a abertura à diversidade de possibilidades de situações construídas pela coletividade. Situação é, portanto, um "momento da vida, concreta e deliberadamente construído pela organização coletiva de uma ambiência unitária e de um jogo de acontecimentos" (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2003 [1958], p. 65), uma "unidade de comportamento temporal" (p. 62), "forçosamente coletiva" (p. 63). A construção das novas situações, para Guy Debord, exigia um novo ordenamento territorial, inevitavelmente, uma nova modalidade de ação espacial:

> Nossa ideia central é a construção de situações, isto é, a construção concreta de ambiências momentâneas da vida, e sua transformação em uma qualidade passional superior. Devemos elaborar uma intervenção ordenada sobre os fatores complexos dos dois grandes componentes que interagem continuamente: o **cenário material da vida**; e os comportamentos que **ele provoca** e que **o alteram** (DEBORD, 2003 [1957]: 54, ênfases nossas).

Embora associada diretamente a noção de momento e de unidade temporal pelos próprios situacionistas, é inegável que sua proposta de novas situações era eminentemente espacial, não apenas porque associada ao urbanismo e à construção de novas realidades urbanas, mas porque a proposta situacionista constituía o que Debord chamou "crítica da geografia humana", no sentido de que não apenas os sítios e lugares formam sociedades, e tampouco simplesmente os seres humanos mobilizam espaços através das necessidades do trabalho, mas a partir do próprio significado da vida humana e do jogo que as coletividades estabelecem na história:

> A história que ameaça este mundo crepuscular é também a força que pode submeter o espaço ao tempo vivido. A revolução proletária é esta *crítica da geografia humana* através da qual os indivíduos e as comunidades têm de construir os lugares e acontecimentos que correspondem à apropriação já não só do seu trabalho, mas da sua história total. Neste espaço móvel do jogo, e das variações livremente escolhidas das regras do jogo, a autonomia do lugar pode reencontrar-se sem reintroduzir uma vinculação exclusiva à terra, e assim restabelecer a realidade da viagem e da vida compreendida como uma viagem que tem em si própria todo o seu sentido (DEBORD, 2012 [1967]: 112, ênfases do autor).

As palavras de Debord possuem sérias consequências para a Geografia e exigem a ampliação da compreensão do sentido da ação humana no espaço para além das necessidades materiais, do trabalho, do progresso, mas nos lembram que a transformação, a mudança, podem ser, antes de tudo, o desejo de construir novas situações no contexto de uma história autonomamente construída pelos povos.

Uma nova situação é, portanto, a projeção espaço-temporal, no futuro, de uma realidade imaginada, concebida no limiar entre os projetos coletivos e as necessidades vitais em antagonismo a uma situação atualmente vivida, que guarda em si o conteúdo revolucionário (e utópico) que dá significado e conduz a ação presente como canal de transformação de uma situação atual.

Em nosso contexto latino-americano, o educador Paulo Freire que, embora não se afirmasse geógrafo, nos deixou uma obra de forte conteúdo geográfico, afirma que:

> Sendo os homens seres ***em 'situação'***, se encontram enraizados em ***condições tempo-espaço*** que os marcam e a que eles igualmente marcam. Sua tendência é refletir sobre sua própria ***situacionalidade***, na medida em que, desapoiados por ela, agem sobre ela. Esta reflexão implica, por isto mesmo, em algo mais que estar em ***situacionalidade***, que é a sua ***posição fundamental***. ***Os homens são porque estão em situação.*** E serão tanto mais quanto não só pensem criticamente sobre sua forma de estar, mas criticamente atuem sobre a situação em que estão (FREIRE, 1987: 65).

Essa situacionalidade dos sujeitos está relacionada ao questionamento ao processo histórico e social de colonização, constituindo um conjunto de enfrentamentos às *situações coloniais* (Balandier ,1951, 1993) a que foram submetidos os povos originários de nosso continente e que se projetam ainda hoje como *situações em colonialidade*, isto é, submetidas ao que Quijano (2019 [2000]) denomina *colonialidade do poder*, enfatizando o exercício do poder para a reprodução da colonialidade, mas também apontando para novas formas de reprodução de um tipo importante de poder, que é o poder colonial. Mignolo (2003a), ao analisar a colonialidade do poder, a define como um "*dispositivo* ou a *força motriz* que constituiu, transformou e continua reproduzindo a diferença colonial e a diferença imperial"

(MIGNOLO, 2003a: 36, tradução livre, ênfase minha) e complementa mais adiante que ela é "o lugar epistêmico de enunciação em que se descreve e legitima o poder. Nesse caso, o poder colonial" (p. 39).

Os estudos de situações no âmbito da colonialidade não podem prescindir das suas consequências sobre todos os âmbitos da vida social, uma vez que os princípios classificatórios tinham como principais critérios o gênero e a raça (QUIJANO, 2019 [2000]) e se impunham a partir da ordenação dos espaços da Colônia de modo a consolidar a diferença. Essa íntima vinculação entre a exploração econômica e a discriminação racial conformou o histórico quadro que vincula as desigualdades sociais a componentes raciais no Brasil, de modo que em nosso país "a classe e o gênero também são modalidades através das quais se vive a raça" (VIVEROS VIGOYA, 2020, p. 43).

Nessa concepção, superando a limitação da teoria eurocêntrica sobre as classes sociais, que parte exclusivamente do controle do trabalho como forma de classificação, o autor propõe que o poder se exerce como uma "malha de exploração/dominação/conflito que se configura entre as pessoas, na disputa pelo controle do trabalho, da natureza, do sexo, da subjetividade e da autoridade" (p. 184).

No âmbito da situação colonial, as divisões no tecido social são utilizadas conforme o antigo princípio de "dividir para governar". Além de reorganizar internamente os grupos afetados, as classificações também contribuem para alterar a percepção dos colonizados em relação à cultura dos colonizadores (BALANDIER, 1951).

As classificações passavam a ser mobilizadas pelos grupos étnicos para a formação de novas identidades, que não só os afastavam da situação antes da conquista, como também os diferenciavam de novos grupos que começavam a emergir com o próprio processo colonial. Nesse sentido, Monteiro (2001) destaca que:

> definir grupos étnicos em categorias fixas serviu não apenas como instrumento de dominação, como também como parâmetro de sobrevivência étnica de grupos indígenas, balizando uma variedade de

> estratégias enfeixadas num dos pólos do binômio acomodação/resistência (MONTEIRO, 2001: 58).

O poder colonial moldou situações de discriminação, violência e exclusão cujas consequências estão presentes nas sociedades latino-americanas na atualidade. Nas últimas décadas, entretanto, povos, comunidades e grupos diversos que foram as principais vítimas do processo de colonização têm assumido uma prática descolonial visando à libertação das situações coloniais, na direção de uma nova situação anticolonial, ou, na ausência de um termo eficaz, para uma nova situação que deixe de ser nomeada em virtude da colonialidade, nas palavras de R. Haesbaert (2021), "passando, assim, da resistência, da negação e/ou da desconstrução –e mesmo da destruição (contra-colonizadora) a uma reconstrução em novas bases" (p. 355).

O fato de reivindicarmos certa cautela com a análise de situações no âmbito da colonialidade está relacionado à própria origem do pensamento geográfico, com matrizes europeias e uma forte dependência dos projetos de Estado. Em grande medida, os primeiros trabalhos geográficos, como é de amplo conhecimento, tinham como objetivo criar ou reforçar argumentos de expansão do poderio colonial ou da dominação de grandes extensões territoriais por parte das potências europeias. Epistemologicamente, pensar como pensam os geógrafos quando criam suas descrições sobre as situações é necessário porque, simplesmente, quem analisa também o faz em situação.

Se os movimentos de grupos historicamente subalternizados na luta por terra, dignidade e novas situações de justiça e respeito, articulando permanentemente subjetividade e intersubjetividade, no âmbito do mundo acadêmico, por sua vez, sobretudo das Ciências Sociais, essas experiências emancipatórias vêm suscitando a busca de novos referenciais, o que passa pelo questionamento dos paradigmas científicos pautados exclusivamente na objetividade. Em artigo recente, Rogério Haesbaert (2022) nos alertava sobre a nossa dificuldade em refletir sobre a necessária contextualização geo-histórica da própria enunciação do conhecimento:

> Sob o peso das diferenças de grau, quantificáveis, continuávamos sobrevalorizando os padrões e as estruturas, dando pouco espaço à instabilidade potencialmente disruptiva das conjunturas e dos acontecimentos. Embora a especificidade das localizações, das posições ou, mais amplamente, das situações, tenha sempre acompanhado a preocupação do geógrafo, nem sempre se considerou seriamente o papel da contextualização geo-histórica, subordinada aos ditames mais amplos da estrutura ou do sistema. (HAESBAERT, 2022, p. 4).

Citando Haraway (1995), Haesbaert ressalta a importância de que sejam considerados os saberes parciais, localizáveis, muitas vezes tidos como inferiores e incompletos pelo modelo generalizante de produção de conhecimento da Modernidade. Trata-se de admitir que todo pensamento é "geo-historicamente situado" (p. 4) e que:

> geografar é também posicionar-se, ou melhor, situar-se, (des)organizando um espaço e, ao conhecê-lo e/ou interpretá-lo, aprender a assumir diferentes pontos de vista. (...) Geografar é, assim, um constante (ainda que às vezes lento e árduo) ressituar-se, recolocando limites/horizontes a partir de cada nova posição ou perspectiva vivenciada. (p. 4)

É interessante como esse "ressituar-se" evoca novos deslocamentos por parte do geógrafo. Se, em nossas matrizes disciplinares modernas, marcadas por rígida objetividade, aprendemos que a análise do espaço exige um deslocamento, uma visão em alguma distância do sistema que se quer conhecer, aqui assumimos a produção do conhecimento como "exercício situado", isto é, submetido à perspectiva de quem enuncia quando, no curso da análise, já se encontra em situação. A produção do conhecimento geográfico sempre ocorre, portanto, *entre situações geográficas*, sendo um desafio ainda por explorar o aprofundamento as consequências metodológicas desta máxima.

Partindo, portanto, de uma abordagem que entendia a situação no quadro amplo das relações entre os lugares e das vantagens locacionais, os geógrafos, pouco a pouco, foram expandindo seu lastro conceitual no sentido de dar-lhe o devido destaque no âmbito da constituição dos espaços humanos, em um momento em que

a distribuição dos assentamentos e as estratégias espaciais constituíam uma preocupação central dos sistemas estatais. Mais tarde, foi mais bem compreendida no quadro amplo da tríade ação-espaço-tempo, constituindo-se, ao mesmo tempo, limitação e potência da ação espacial, convergência relacional e estratégica de atores. Seu uso implica ainda considerar a perspectiva dos sujeitos, sempre em situação. A situação geográfica é, portanto, o conjunto delimitável de atores, ações e objetos em interação em determinado momento/lugar no espaço-tempo, somente compreensível em suas relações com outras situações, no presente, no passado ou no futuro. É preciso concebê-la ainda como condição espaço-temporal herdada ou produzida pelos sujeitos, que os posiciona no sistema de distâncias entre eles e os lugares e entre eles e os demais sujeitos, isto é, sua situacionalidade. Essa condição age decisivamente sobre sua perspectiva perante o mundo e, ao mesmo tempo, lhes mobiliza para a ação. Em sua ação no espaço, os atores estão sempre produzindo novas situações e aos geógrafos, cabe, portanto, não apenas a análise das situações como realidades objetivas, apropriáveis; os recortes no espaço-tempo exigem a compreensão dos atores em situação, isto é, em seu incessante processo de constituição de novos espaços e novos tempos. Essa é a grande potencialidade conceitual da situação geográfica: atribui relevância à relatividade, à perspectiva e à mudança como instâncias fundamentais para a compreensão da ação espacial.

Diante de tudo que vimos até aqui, sem a pretensão de esgotar essa enorme discussão, no quadro 1, reúno algumas das abordagens da situação geográfica apresentadas e a elas acrescento algumas novas desenvolvidas ao longo da reflexão. Obviamente, não há pretensão alguma de esgotar a discussão, mas, ao contrário, buscar apontar alguns possíveis caminhos que possam animar os geógrafos a aprofundarem algumas dessas abordagens em estudos que permitam o resgate da situação como categoria analítica e como categoria política/prática por parte dos geógrafos, em um exercício crítico e permanente de compreender a nossa situação

presente – conceito aberto e multifacetado, sempre uma questão a ser resolvida. Decifrar as situações geográficas em que estamos inseridos, e as que construímos, talvez seja um dos maiores e mais amplos desafios de cada sujeito na desafiadora tarefa de compreensão de sua própria existência e na construção de novas realidades.

Essa perspectiva da situacionalidade dos atores será um guia importante para compreendermos como, a cada situação geográfica configurada, os indígenas reagiram com soluções possíveis diante das imposições do projeto colonial e, mais recentemente, das tentativas de esbulho de seus territórios pelo extrativismo exploratório e pelo projeto geopolítico militar. No plano analítico, veremos no próximo item como a perspectiva de situações sempre esteve presente no campo dos estudos do contato interétnico. Cabe agora o esforço de atribuir-lhe a contribuição da Geografia, nem sempre considerada em toda a sua potencialidade nessa discussão.

Quadro 1: Situação Geográfica

Contextos	Abordagens e usos	Questões/elementos conceituais
No âmbito das primeiras monografias geográficas, associada a diferentes elementos do espaço geográfico	Situação como relação entre locais/lugares	Vantagens locacionais, jogo de localizações, conectividade, acessibilidade, interações espaciais
	Situação natural	Relações ambientais, aspectos geoecológicos, pensados hoje como situação ambiental, mais ampla
	Situação político-geográfica	Vantagens geopolíticas, estratégias locacionais, hierarquização espacial, limites e fronteiras
	Situação geográfica da ocupação humana	Distribuição espacial dos assentamentos, frentes de povoamento, apropriação do espaço, migrações, (i)mobilidade espacial
No âmbito teórico-metodológico do trinômio ação-espaço-tempo	Situação geográfica como limitação da ação espacial	Constrangimento espacial, contenção territorial, heranças espaciais
	Situação geográfica como convergência relacional de atores	Jogo de atores, disposição espacial, conflito e pacificação territorial, diferenciação socioespacial, classificações socioespaciais, des-re-territorialização
	Novas situações geográficas (motivação para a ação espacial)	Cenarização geográfica, inovação espacial
Recurso metodológico	Situação geográfica como recorte do/no tempo-espaço	Tempo espacial, evento geografizado, escalas espaço-temporais, coleção de espaços
No âmbito epistemológico	Situação geográfica objetivamente analisada	Delimitação espaço-temporal, análise situacional
	Situação geográfica subjetiva	Perspectiva geográfica do sujeito: *minha situação*, meu lugar, identidade espacial (local, regional, nacional, lugar de origem), corpo-território, situações herdadas, determinadas ou forçadas
	Situação geográfica intersubjetiva	Perspectiva geográfica da interação entre sujeitos: *nossa situação*, *situação coletiva*, etnicidade, territorialidade, conflito, pacificação
Como perspectiva do pesquisador/ator	Situação geográfica como referência do pensamento	Pensamento situado, lugar de fala, geopolítica do conhecimento

Organização: Fernando Damasco, 2023.

Segundo obstáculo teórico: a territorialização entre Geografia e a Etnologia do contato interétnico

Nas últimas décadas, como sinaliza Porto-Gonçalves (2002, 2015), o território foi incorporado ao campo das lutas dos movimentos sociais latino-americanos, principalmente aqueles relacionados à reforma agrária e ao reconhecimento dos direitos étnicos e de povos e comunidades tradicionais. Em finais dos anos 1980 e início da década de 1990, alguns países latino-americanos vivenciaram o que Haesbaert (2009: 95) e Porto-Gonçalves (2015: 6) definiram como "giro territorial", quando camponeses, indígenas, quilombolas e outros grupos organizados politicamente estabeleceram iniciativas em torno da reivindicação de direitos fundamentais, conformando uma nova agenda política e ontológica que passa a disputar as narrativas em torno do território, normalmente vinculado à geopolítica dos Estados nacionais[16]. Esse giro foi fundamental para a consolidação de direitos territoriais nas constituições de muitos países latino-americanos, como destaca Walsh (2002), em que o reconhecimento étnico e identitário é mediado pelo reconhecimento territorial.

Nesse contexto em que as discussões sobre o território se difundem nas relações sociais, sendo pauta central nas mobilizações em torno do reconhecimento étnico, como é o caso dos povos e comunidades tradicionais no Brasil e, entre eles, os povos indígenas, é fundamental que, no âmbito acadêmico, não se meçam esforços para a reelaboração constante da discussão acerca do(s) território(s) e dos processos de territorialização buscando-se compreender seus significados e atuações no campo político e aprofundando as pesquisas sobre os processos que sustentam a sua constituição no campo estatal.

[16] Já em 1988, a geógrafa Bertha Becker (1988) apontava o desenvolvimento de estratégias territoriais por parte dos movimentos sociais como uma das contradições da implementação do projeto geopolítico da modernidade, revelando nas lutas pelo acesso à terra "um certo nível de conscientização do poder territorial" e "uma nova linguagem, do espaço social vivido" (p. 120).

No âmbito da Antropologia, especialmente da Etnologia, campo do conhecimento em que se desenvolveram mais solidamente os estudos sobre o contato interétnico, a territorialização é abordada principalmente na obra de João Pacheco de Oliveira Filho (1988, 1994, 1998a, 1998b, 1998c, 1999, 2016, 2018). A sua abordagem dos conceitos de *territorialização* e *processo de territorialização* serve de referência para um conjunto significativo de produções acadêmicas dedicadas ao aprofundamento dos vínculos entre território e etnicidade, principalmente em situações de pesquisa relacionadas aos processos de reconhecimento territorial de povos indígenas e comunidades quilombolas no Brasil.

O autor circunscreve sua discussão sobre a territorialização no contexto da incorporação das sociedades indígenas à *situação colonial* e ao aparato político-administrativo do Estado, deflagradores de novas relações da sociedade com o território, no sentido da "passagem de uma sociedade segmentar à condição de sociedade centralizada" (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998b: 55), de modo que:

> Não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas ao entrarem em contato com o homem branco (PACHECO DE OLIVEIRA, 1996: 9).

A questão territorial, para o autor, é central para se pensar a incorporação de populações etnicamente diferenciadas ao Estado-nação, sendo a noção de territorialização definida como:

> (...) um *processo de reorganização social* que implica: 1) a criação de uma nova unidade social mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998b: 56, destaques no original).

Esse prisma de interpretação insere a territorialização no âmbito das relações sociais, como processo de reorganização comunitária, numa definição que se aproxima do conceito weberiano de *comunização* como ação social dos atores "no

sentido da constituição de um todo" (WEBER, 1964 [1922]: 33). Trata-se do estabelecimento de uma "base territorial fixa" com "limites geográficos bem determinados" (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998b: 55) a um conjunto de indivíduos com consequências para a organização de suas instituições e para a sua reprodução social. O *processo de territorialização* é entendido como:

> O movimento pelo qual um objeto político-administrativo – nas colônias francesas seria a "etnia", na América espanhola, as "reducciones" e "resguardos", no Brasil, "as comunidades indígenas" – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998b: 56).

Territorialização (e, consequentemente, processo de territorialização) para o autor envolveria ao mesmo tempo a ação de um aparato político-administrativo e as reações e a atualização que os indígenas produzem em termos de uma identidade étnica profundamente associada aos novos recortes territoriais, seja assumindo-os, seja para contestá-los.

Citando Raffestin (1993 [1980]), o autor diferencia ainda a territorialização – para ele, deflagrada pela instância política estatal – da territorialidade – "um estado inerente a cada cultura" (p. 56). Em trabalho anterior, Pacheco de Oliveira (1994) estabelece a crítica à noção de *territorialidade* de Raffestin que, segundo ele, estaria próxima à noção de *habitat*, proveniente das ciências naturais. Na verdade, a concepção de territorialidade em Raffestin, a nosso ver, pressupõe a relação entre o sujeito em coletividade e a exterioridade, que pode estar representada por um sistema político-administrativo. A crítica de Pacheco de Oliveira às abordagens da territorialidade pela Geografia parece se justificar, portanto, muito mais em razão das abordagens que derivam da etologia e entendem a territorialidade exclusivamente como característica biológica e relacionada ao comportamento animal (ARDREY, 1969 [1967]), parecendo desproporcional com a profundidade da discussão proposta por Raffestin, como demonstraremos mais adiante.

Retornando à territorialização, é importante ressaltar as referências teóricas do autor para situar o tratamento dado aos conceitos. Primeiro, é destacada a vinculação com a noção de *situação colonial* trabalhada por Balandier (1951) e aperfeiçoada por Cardoso de Oliveira (1964) em seu conceito de *fricção interétnica*, a partir das reflexões sobre as *situações sociais* em Gluckman (1987), e posteriormente reelaborada por Pacheco de Oliveira (1988) no conceito de *situação histórica* como aporte teórico-metodológico para os estudos do contato interétnico, debate que desdobraremos mais adiante. Em segundo lugar, a referência sempre presente aos postulados de Barth (1969) sobre os grupos étnicos e suas fronteiras, perspectiva que influencia decididamente os estudos etnológicos no sentido de entender da compreensão da etnicidade a partir das diferenças entre os grupos, ou seja, a partir dos processos de interação social, superando-se os pressupostos culturalistas.

Podemos, então, inferir duas contribuições importantes para os estudos sobre o território. A primeira delas consiste em admitir *a territorialização como processo articulado à etnicização*, em abordagem complementar à teoria de Barth (2000 [1969]), que propusera a superação da compreensão dos grupos étnicos como aqueles de perpetuação biológica ampla, que compartilhariam valores culturais fundamentais, que se identificam e são identificados por outros, ou seja, baseada na ideia de que cada grupo se constitui como forma cultural e social em isolamento relativo, em uma comunidade "que podemos legitimamente isolar para descrevê-la como uma ilha" (BARTH, 2000: 190). Pelo contrário, o antropólogo norueguês propõe que são "as fronteiras que definem o grupo e não a matéria cultural que ela abrange" (BARTH, 2000: 195), fronteiras estas redefinidas permanentemente:

> Os grupos étnicos não são simples ou necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos; e os diferentes modos pelos quais eles se conservam, não só por meio de um recrutamento definitivo, mas por uma expressão e validação contínuas, precisam ser analisadas (BARTH, 2000: 195-196).

A concepção da territorialização como "constituidora de objetos étnicos" (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998b: 56) teve significativo desdobramento em trabalhos de caráter empírico, inclusive aqueles relacionados ao reconhecimento formal de territórios indígenas e quilombolas. Essa vinculação entre territorialização e etnicização é ressaltada por O'Dweyer (2011), que se vale dos conceitos de Pacheco de Oliveira em trabalhos de caráter empírico e define a etnicidade como:

> um tipo de processo social no qual os grupos orientam as ações pelo **reconhecimento territorial** das áreas que ocupam, com base em signos étnicos carregados de metáforas, inclusive biológicas, referidos a uma afirmação positiva dos estereótipos de uma identidade étnica e racial, para reivindicar os direitos de uma **cidadania diferenciada ao Estado brasileiro** (O'DWYER, 2011: 112-113, ênfase nossa).

O próprio Pacheco de Oliveira (1988) alerta para o risco contido na posição de Barth de que o fato de se colocar os processos políticos em evidência na construção da etnicidade não pode significar, contudo, o abandono completo dos elementos étnicos reivindicados pelos grupos como originários ou ancestrais, muitos deles objetos de estudos aprofundados dos antropólogos primordialistas que identificavam a etnicidade a partir de lealdades primordiais inerentes aos grupos. De fato, "ambas as correntes apontam para dimensões constitutivas, sem as quais a etnicidade não poderia ser pensada" (Pacheco de Oliveira, 1998b: 64). Imaginar, todavia, que tais conteúdos considerados originários não sejam alvo de permanentes reelaborações no interior dos grupos e na interação com os demais significaria presumir que as sociedades indígenas estivessem mergulhadas em uma sociabilidade a-histórica, cristalizada no tempo e no espaço, o que não encontra, de forma alguma, respaldo nos estudos etnográficos.

Gallois (2000), ao descrever o processo de territorialização vivido pelos Wajãpi, destaca que a definição (formal) de suas terras representou o controle das relações com o entorno principalmente em termos de expulsão de invasores e do reconhecimento da sua exclusividade sobre o uso das terras. A demarcação foi o momento, portanto, de "abertura para o exterior e não um fechamento" (p. 5), de

modo que as fronteiras, nesse contexto, funcionam muito mais como relações, aberturas[17], que um autoisolamento, em um processo de re-conhecimento do território a partir do processo político-administrativo.

A autora destaca ainda que o processo demarcatório das terras dos Wajãpi significou a passagem de uma auto-representação não centralizada (e sem conotação étnica), onde as áreas de habitação funcionavam como zonas de suporte do "modo de ser fragmentado" (-ekowa, "lugar onde eu vivo meu modo de ser")" (p. 39), para uma auto-representação étnica (categoria "nós Wajãpi") que surge do contato e do enfrentamento ao modo de ser do outro. Esse movimento veio a consolidar a reivindicação de uma base territorial comum e exclusiva a partir da experiência histórica da necessidade do estabelecimento de relações e, ao mesmo tempo, de demarcação dos limites em relação ao exterior.

A segunda contribuição de Pacheco de Oliveira para o entendimento da territorialização está na perspectiva *situacional*, isto é, compreendê-la sempre associada a uma *situação histórica*, noção que Pacheco de Oliveira desdobrou mais sistematicamente em publicação anterior (PACHECO DE OLIVEIRA, 1988), em que explorara as teorias em torno do contato interétnico como referencial para o seu trabalho junto aos Tikuna.

Arruti (2006), em trabalho posterior sobre a comunidade quilombola de Mocambo/SE, sinalizara que a territorialização ocorre tanto "por efeito como por antecipação" (p. 41), isto é, os movimentos de reorganização social mediados por processos de territorialização podem anteceder à interferência estatal, de modo que o Estado não pode ser considerado o único agente relevante nesse contexto. Nesse sentido, é importante considerar que a constituição dos grupos étnicos pode derivar

[17] Interessante notar como a noção de fronteira como abertura, trazida por Gallois (2000) se aproxima da compreensão da fronteira como "lugar de comunicação" (MACHADO, 1998, p. 41), de relevante caráter político, e que, portanto, inevitavelmente, também se configurará mais adiante como duplo "front" – espaço de luta e de contenção, da retenção e da permanência (HAESBAERT, 2016b).

de processos e de situações históricas que antecedem ou dos quais o Estado não é agente exclusivo e que podem derivar de diferenciações internas aos grupos ou daquelas que se desenvolvem na interação com outros grupos não organizados em formações estatais.

É recorrente o risco de se interpretar os processos de territorialização como dependentes da presença de um aparato jurídico-político, o que pode implicar, mesmo não intencionalmente, a noção de *sociedades incompletas,* criticamente apresentada por Clastres (2017 [1974]) para se referir ao modo como as ciências sociais caracterizavam as comunidades indígenas, definindo-as como sociedades sem Estado, sem escrita, sem história... e, poderíamos inferir, sem território – ou, ao menos, com frágeis vínculos territoriais exclusivamente associados às necessidades práticas dos grupos e, portanto, desprovidos de relevância como processo social. A ideia de "sociedades sem território", "sem relações territoriais" ou "povos nômades" e "desterritorializados" anteriores à colonização parece ser mais um dos estereótipos ocidentais atribuídos às sociedades indígenas. É evidente que dificilmente as concepções e relações territoriais tinham a mesma configuração que os territórios da forma que os entendemos atualmente, mas isso não pode significar uma completa ausência de vínculos, concepções e comportamentos que estivessem vinculadas a relações de poder espacialmente mediadas no interior dos grupos e na relação entre grupos distintos.

Tais territorializações precedentes ao contato são constituídas pelas trajetórias de cada grupo e suas vicissitudes. Como defende Pacheco de Oliveira (2016), a etnicidade supõe ao mesmo tempo *origens* (no sentido de experiências primárias, individuais) e *trajetórias* (no sentido histórico e geográfico), que são retrabalhadas no processo de etnicização e de produção de identidades étnicas, de modo que "a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem; até mesmo o reforça" (p. 215).

Como veremos mais adiante, a atual situação geográfica dos povos do Rio Negro foi historicamente constituída a partir de muitos movimentos sucessivos de territorialização, tanto a partir das escolhas dos grupos em termos de melhores condições para a subsistência, seja por conta das alianças políticas estabelecidas no interior dos próprios grupos, seja como enfrentamento diante da inserção dos atores coloniais na região. Essas referências a grandes deslocamentos históricos feitos pelos antepassados dos indígenas dialogam diretamente com as territorialidades ancestrais referenciadas nos mitos e em suas práticas cotidianas. As elaborações estratégicas em torno da territorialização convivem e têm nesses elementos uma fonte permanente de inspiração para a elaboração das ações, com contribuições diversas a partir das experiências acumuladas por cada grupo que toma parte em uma situação presente. Nesse sentido, a territorialização é sempre também *encontro de trajetórias*[18].

Território em perspectiva relacional

O conceito de territorialização desenvolvido no âmbito da Antropologia Social, ao contrário do que apontam algumas proposições de seu próprio formulador, em grande medida, dialoga com o entendimento do território enquanto *processo* (Raffestin, 1993 [1980]: 7) – e poderíamos dizer, processo socioespacial – e *relação*, o que evidencia a relevância de compreender a territorialização de modo que se mostre tão ou mais relevante que os conteúdos territoriais por si mesmos e tomados isoladamente.

Muito já se falou sobre a inseparabilidade entre a produção de territórios e a concepção do poder como exercício, uma vez que o poder "só existe em ato", como entende Foucault (2010 [1976]: 15). Essa perspectiva do poder como ação pode ser

[18] Concepção muito semelhante a que Massey (2000) utiliza para se referir ao conceito de *lugar*. Certamente, é necessário um aprofundamento, em estudos posteriores, entre a noção de territorialização aqui discutida e as proposições sobre as trajetórias em Doreen Massey. De todo modo, é importante lembrar da proximidade entre os conceitos de lugar nas geografias anglo-saxônicas e de território nas geografias latinas, como apontado por Haesbaert (HAESBAERT, 2014, p. 87-102).

reconhecida no âmbito do Estado, alvo de inúmeros estudos e análises desde as obras pioneiras da Geografia, tais como em Ratzel (1882, 1988), como também nas modalidades difusas do poder, noção explorada por Raffestin (1993 [1980]) e amplamente disseminada no Brasil a partir da conhecida definição sintética de Souza (1995: 78) – "o espaço definido por e a partir de relações de poder".

Nos finais do século XX, desenvolveu-se no campo da Filosofia e das Ciências Sociais, uma abrangente discussão sobre os processos de desterritorialização, a partir sobretudo de Deleuze e Guattari (1972), posteriormente trazida para a Geografia por Raffestin (1987, 1988) e, mais recentemente, reelaborada e aperfeiçoada por Haesbaert (1997, 2016a [2004], 2014, entre outras) como des-re-territorializações. Esse desenvolvido debate em torno do território e de sua relevância na contemporaneidade se projeta a partir do entendimento do território como *processo*, isto é, produzido ou destruído/destituído pelos/dos grupos sociais no âmbito de processos sociais em diferentes escalas.

Dentre as classificações propostas por Haesbaert (2016a [2004]) e utilizadas para apresentar didaticamente as definições de território elaboradas por diferentes autores, podemos destacar o conjunto de conceituações desenvolvidas a partir do binômio espaço-tempo[19]. O autor destaca a perspectiva relacional presente nesse conjunto de definições sobre o território, reunindo as abordagens que o enunciam a partir de "relações social-históricas, ou de modo mais estrito, para muitos autores, de

[19] Ao compor uma síntese das várias noções de território, Haesbaert (2016a [2004]) estabelece a classificação em termos das linhas orientadoras entre as seguintes abordagens: (1) política, "onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce determinado poder"; (2) cultural, em que "o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido"; e (3) econômica, em que "o território [é visto] como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho" (p. 40). Quando miramos, entretanto, a realidade das territorializações em contextos indígenas a partir dessa classificação, percebemos imediatamente que tais dimensões encontram-se profundamente imbricadas nos processos sociais vividos pelas comunidades, uma vez que os territórios indígenas são definidos e redefinidos política e socialmente a partir de construções simbólicas permanentemente ressignificadas e em vistas da possibilidade de reprodução da vida que depende eminentemente da dimensão econômica. Por isso, nos parece mais interessante usar a segunda classificação proposta pelo autor, mais adiante, em que discute a conceituação de território a partir: (1) do binômio materialismo-idealismo e (2) do binômio espaço-tempo, estando enquadrada nesta última a dimensão relacional. Para um panorama abrangente sobre as definições de território, cf. Haesbaert, 1997, p. 32-44 e, do mesmo autor, 2016a [2004], p. 35-97.

relações de poder" (p. 80), em que, a depender da abordagem, a materialidade do território pode aparecer de forma acessória ou até como mediador ou determinante das relações sociais. Ele destaca as obras de autores como Raffestin (1993 [1980]) e Sack (1986) para, logo depois, apresentar a sua própria concepção de território, elaborada a partir da leitura da dominação e da apropriação do espaço em Lefebvre (1986). Apresentaremos, a seguir, sucintamente, estas abordagens, somadas as de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), para mais adiante discorrer sobre as aproximações que apresentam de concepções que, em perspectiva muito semelhante, se desenvolveram no âmbito da Antropologia.

A clássica obra de Raffestin (1993 [1980]) – *Por uma geografia do poder* – dedica um capítulo inteiro (cap. 2) para a problemática relacional. Para o autor, a escolha por essa abordagem relacional se justifica porque é através das relações que o poder se manifesta e se torna inteligível:

> O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças que se dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder. (...) O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações. (...) O poder só é de fato perceptível por ocasião de um processo relacional. Na verdade, é só quando a relação se desvenda que se pode precisar, fazendo-se um orçamento relacional, quais são as estruturas do poder (RAFFESTIN, 1993 [1980]: 53, 64).

Em que pese o fato da perspectiva relacional de Raffestin (1993 [1980]) não estar explicitamente presente em uma das suas definições mais enfáticas de território – "resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível" (p. 143) –, como apontado por Souza (1995), o geógrafo francês ressaltou bem, em outros trechos, o campo do poder como aquele em que se dispõem "dois parceiros" (p. 53), sendo o território definido também como "campo dos trunfos", e portanto, inserido nas "relações entre processos sociais e espaço material",

como aponta Haesbaert (2016a [2004]: 82), em leitura que chamou de “mais condescendente” com o autor.

Também nas “Notas Prévias” de seu livro, Raffestin defende que haveria um "processo do território" (p. 7), quando se manifestariam todas as espécies de poder. Mais adiante, o autor define a territorialidade como “vivido territorial” e, uma vez que o vivido só se dá, salvo raras exceções, na perspectiva de uma coletividade, podemos inferir que as relações sociais eram centrais na perspectiva do autor. Por fim, ele se refere a uma “territorialidade *lato sensu*” (p. 60), que seria procedente de uma territorialidade relacional e, para compreendê-la, propõe uma expressão cuja síntese aproxima-se muito da noção de territorialização como produção territorial na interação entre os atores sociais:

> Acreditamos ser possível definir uma territorialidade lato sensu, que procede de uma problemática relacional. Para tanto, propomos uma expressão simples que pode exprimi-la: H r E. H sendo o indivíduo, o sujeito, desde que pertença a uma coletividade; r sendo uma relação particular definida por uma forma e um conteúdo que necessita de mediatos; e E sendo a exterioridade, isto é, uma “topia”, um lugar, mas também um espaço abstrato, como um sistema institucional, político ou cultural, por exemplo (RAFFESTIN, 1993 [1980]: 60).

Essa formulação se aproxima muito mais do que geralmente denominamos *território* e se afasta da *territorialidade* nos termos em que é compreendida por Sack (1986: s/p), isto é, como a “tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica [território]”. Sack elenca ainda alguns aspectos contidos na sua definição de territorialidade: (1) envolveria uma classificação em área (embora saibamos que muitas territorialidades não se manifestem como áreas, mas de outros modos como redes, inclusive aquelas construídas a partir de estruturas de parentesco), (2) deve conter uma forma de comunicação pelo uso da fronteira e (3) deve envolver a tentativa de manter controle sobre o acesso a uma área e às coisas dentro dela ou às coisas que estão fora através da repressão àquelas que estão no seu interior. Nas proposições de Sack, é muito

presente a dimensão do estabelecimento de uma afirmação interna, como identificação, em relação à uma diferenciação com o exterior. É neste sentido que, referindo-se à Sack, Haesbaert (2016a [2004]) conclui que "todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação" (p. 89).

Após discutir as proposições de Raffestin e Sack, Haesbaert (2016a [2004]) desenvolve sua definição de território como "mediação espacial do poder" (p. 93) em suas dimensões material e simbólica. Essa dimensão *mediadora* do território se aplicaria ao conjunto das relações socioespaciais, de modo que a territorialização opera a partir das relações sociedade/espaço, articulando continuamente elementos relacionados ao estabelecimento das fronteiras dos grupos e, ao mesmo tempo, de suas modalidades de organização interna.

Partindo do binômio dominação/apropriação[20] em Henri Lefebvre (1986), o território é entendido como um *continuum* "que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural/simbólica'" (p. 95-96), embora nos grupos tenda a se verificar uma indissociabilidade entre a mobilização política do território e a sua afirmação subjetiva/simbólica[21]:

> Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo "poder" sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, "de dominação" e "apropriação" ao mesmo tempo (HAESBAERT, 2016a [2004]: 97).

---

[20] Haesbaert (2016a [2004]) destaca que os conceitos de dominação e apropriação, em Lefebvre (1986), se opõem dialeticamente, sendo a dominação apresentada mais relacionada a noções como a transformação do espaço através da técnica e da troca, enquanto a apropriação está mais ligada à dimensão simbólica e ao uso.

[21] Aqui, não se pode confundir *materialidade* com *fixidez*. A existência de modalidades de apropriação territorial marcadas pela mobilidade e pelo nomadismo, como em muitos grupos indígenas, por exemplo, não pressupõe a inexistência de um aporte material; pelo contrário, tais grupos estabelecem intensas relações territoriais pelo uso de rotas frequentes e lugares significativos, ensejando delimitações em áreas descontínuas e/ou articuladas em rede. Ausência de *fixidez*, a nosso ver, não pode nunca ser entendida como sinônima da ausência de território ou de relações territoriais.

A territorialização é, portanto, inerentemente atrelada à continuidade da existência dos sujeitos e das coletividades, a "querer e poder existir" nos termos de Raffestin (1993 [1980], p. 31), ou à r-existir, como difundiu, em uma perspectiva mais próxima ao contexto latino-americano, Carlos Walter Porto-Gonçalves:

> Por isso, mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo (PORTO-GONÇALVES, 2006: 47).

É importante lembrar que a economia e a cultura são elementos definidores das relações sociais, de modo que, quando se evidencia a dimensão relacional da territorialização, elas encontram-se inevitavelmente imbricadas no processo, principalmente neste momento da história marcado pela mundialização do capitalismo e pela interculturalidade (com processos complexos de hibridização e etnicização). Nesse sentido, é grande a discussão em termos de uma maior aproximação a uma dimensão simbólica do território, quando o que temos observado, destacadamente no Brasil, são os grupos sociais reivindicando seus direitos territoriais a partir de afirmações étnicas constituídas a partir de definições territoriais elaboradas, ao mesmo tempo, sobre bases materiais e mediadas por elementos simbólicos, sendo sempre um eixo fundamental a concretização de situações mais favoráveis de vida.

Terceiro obstáculo teórico: contato interétnico e territorialização

O modo pelo qual a territorialização foi abordada no âmbito da Antropologia Social é caudatária de uma mudança importante, iniciada por Gluckman (1968), na forma como se pensa o contato interétnico, superando as abordagens ligadas ao evolucionismo social e as abordagens primordialistas, que concebem as sociedades como idealmente "puras", mediante a busca dos elementos essenciais/originários de cada um dos grupos que compõem a relação.

Em seu estudo referencial, Pacheco de Oliveira (1998b) recupera algumas abordagens que põem centralidade na compreensão do contato não como um elemento perturbador de realidades fechadas, mas como constituinte da experiência social de muitos grupos. Sua abordagem teórica sobre a territorialização tem estreita vinculação com o conceito de *situação histórica*, proposto por ocasião de seu estudo sobre os Tikuna (1988). Nesse trabalho, o autor elabora uma síntese das principais correntes de interpretação do contato interétnico nesta nova perspectiva: aquela que parte da noção de *situação colonial*, desenvolvida por Balandier (1951), a *teoria da fricção interétnica*, proposta e desenvolvida por Cardoso de Oliveira (1964), a noção de *encapsulamento*, trabalhada por Bailey (1960) e a de sua própria autoria, que está baseada na noção de *situação histórica*.

Apresentando a noção de situação colonial de Balandier (1951, 1993), Pacheco de Oliveira (1988) destaca a sua importância para a superação de compreensões de uma etnologia baseada em distinguir e estudar fatos puros, inalterados, e que resguardariam um suposto estado original das sociedades e povos estudados. Ao mesmo tempo, destaca a preocupação de Balandier com a *totalidade* enquanto categoria analítica central.

Ao apresentar sua teoria sobre a situação colonial, Balandier refere-se repetidas vezes à obra de Gluckman[22] (1949, 1958), que desenvolveu profundamente a noção de *situação social*, que viria a influenciar as proposições conceituais que detalharemos daqui em diante – o conceito de *fricção interétnica*, proposto por Cardoso de Oliveira

[22] As análises de Max Gluckman tiveram especial importância para a Antropologia ao aproximá-la com a História, e, consequentemente, possibilitando um novo conjunto de estudos sobre a mudança social (TARDELLI, 2019). Sul-africano, o autor fez doutorado na década de 1930 em Oxford sob a orientação de Evans-Pritchard e Meyer Fortes e realizou pesquisa de campo na Zululândia, atual província de KwaZulu Natal, pertencente à África do Sul. Georges Balandier, por sua vez, era francês, tendo trabalhado no Instituto Francês da África Negra, em Dakar, a partir de 1946. Realizou pesquisas na Guiné, no Gabão e no Congo. Sua produção foi marcada pela crítica aos antropólogos que atuavam na Oceania, na África e na Ásia e que valorizavam a busca de sociedades "puras", inalteradas", mas ignoravam a compreensão do colonialismo e sua importância para a mudança social.

(1996 [1964]; 1972) e a noção de *situação histórica*, proposta por Pacheco de Oliveira (1988).

Gluckman define a situação social como "o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões" (1987: 238). Essa concepção pressupõe a mudança social e a existência de interações entre os atores que compõem as situações. A noção de interdependência se faz presente.

A perspectiva do estudo de situações sociais teve seu principal desdobramento no Brasil por meio da obra de Cardoso de Oliveira (1996 [1964]), através da teoria da *fricção interétnica*, abordagem que se tornou a principal corrente teórica e metodológica da Etnologia brasileira entre as décadas de 1960 e 1980, tendo influenciado um conjunto expressivo de trabalhos empíricos sobre os diversos grupos indígenas residentes no Brasil. Para o autor:

> (...) A sociedade tribal mantém com a sociedade envolvente (nacional ou colonial) relações de oposição, histórica e estruturalmente demonstráveis. Note-se bem que não se trata de relações entre entidades contrárias, simplesmente diferentes ou exóticas, umas em relação a outras; mas contraditórias, isto é, que a existência de uma tende a negar a outra. E não foi por outra razão que nos valemos do termo fricção interétnica para enfatizar a característica básica da situação de contato (CARDOSO DE OLIVEIRA,1996 [1964]): 46-47, destaques no original).

A perspectiva da fricção interétnica prioriza o entendimento dos grupos indígenas em suas relações com a sociedade brasileira, evitando as abordagens que os conceberam como "totalidades fechadas e autoexplicadas em seus próprios termos" (PACHECO DE OLIVEIRA, 1987: 495). Essa linha do pensamento antropológico se afasta significativamente das teorias da aculturação e oferece um modelo interpretativo alternativo para a realidade brasileira. Na *fricção interétnica*, destaca que as relações interétnicas são marcadas principalmente pelo conflito que envolve necessariamente ideias e valores contraditórios entre grupos em interação. Nesse sentido, o foco das análises deixa de ser a cultura em si, mas as relações entre sociedades (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996a [1964]).

Em trabalho de 1967, em um esforço de análise empírica sobre as áreas de fricção interétnica na Amazônia, o autor se refere genericamente às situações colonial ou de fricção como noções vinculadas como instrumentos de compreensão da realidade indígena não mais "em si, mas em relação à sociedade envolvente", ou seja, "em situação" e em "comportamento interétnico *in fluxo*" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1967: 187, destaques no original). Não à toa o uso de um substantivo – fricção – que define uma ação, e não uma ação qualquer, mas um movimento que implica o atrito, o conflito como elemento constituinte.

A proposta da situação histórica para estudo do contato interétnico

Ao analisar o conceito de *fricção interétnica*, Pacheco de Oliveira (1988) identifica a presença de alguns elementos de rigidez teórica, principalmente pela mobilização, nas proposições de Cardoso de Oliveira (1967) de conceitos sociológicos, tais como o de *sistema interétnico*, que pareciam sugerir que a fricção teria um caráter temporário e se ordenaria para a sua superação e correção, culminando na *integração social* ganha centralidade, numa retomada dos pressupostos da aculturação[23].

Por isso, Pacheco de Oliveira (1988) propõe uma reinterpretação das proposições de Gluckman, destacando dois sentidos distintos para as *situações sociais*: um primeiro que busca defini-las como, em suas palavras, como "um repertório de atores relacionados por determinadas ações e eventos" (p. 55) –, associado a três elementos principais: um conjunto de "atores" sociais (indivíduos e grupos), ações e

[23] Por ocasião da publicação da edição comemorativa pelos 30 anos da primeira edição do livro *Os Índios e o mundo dos brancos* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996a [1964]), em capítulo intitulado "Posfácio – 1994 – trinta anos depois", Cardoso de Oliveira (1996b) faz um balanço da recepção de suas ideias sobre a fricção interétnica, com destaque para as críticas realizadas por Pacheco de Oliveira (1988). Ele destaca que o uso de termos como *agentes interculturais* e *integração* nos textos sobre a fricção interétnica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996a [1964]) não significa que tenha se dado a eles qualquer função analítica, destacando que a mobilização dessas expressões se deu como produto de uma rica tensão no âmbito da Antropologia em que estava inserido na década de 1960. Para fins desse trabalho, consideramos haver muito mais pontos de convergência que de divergência entre a *fricção interétnica* de Cardoso de Oliveira e a *situação histórica* de Pacheco de Oliveira, de modo que destacaremos a contribuição que ambas oferecem para a leitura do contato interétnico em termos de valorização da mudança social, das interações e da introdução do componente histórico nos estudos envolvendo grupos étnicos.

comportamentos destes "atores", eventos ou conjuntos de eventos; e, em um segundo sentido, de um "modelo analítico que privilegia os padrões de interdependência" (p. 55 e 56). O conceito de situação social estaria voltado, portanto, ao estudo da mudança social, aprofundando os "padrões de interdependência" (p. 56), em oposições desiguais, entre os colonizados e os colonizadores. Baseado nesse segundo sentido, buscando sobretudo afastar-se da interpretação de eventos isolados, é que Pacheco de Oliveira (1988) cunha a expressão *situação histórica* para referir-se a "modelos ou esquemas de distribuição de poder entre diversos atores sociais" (p. 57). Nessa perspectiva, o foco da análise está na compreensão do contato interétnico como um conjunto de relações sociais entre atores organizados em distintas lógicas de agrupamento, tendo especial importância os processos de interação social e as percepções que têm os diferentes grupos envolvidos a respeito da situação em estudo.

Trata-se, portanto, de compreender que os aspectos mais internos aos grupos não são uma realidade fechada, mas "a **consequência de relações de interdependência que se atualizam em um dado contexto histórico e cultural específico**" (PACHECO DE OLIVEIRA, 1988: 56, ênfase no original). As concepções sobre *situação social, situação colonial, fricção interétnica* e, mais recentemente, *situação histórica* tiveram importância significativa na superação das visões essencializadas sobre os grupos sociais, e aquelas que, resumindo a complexidade da situação de contato a uma mera relação dominadores/explorados acabam por reproduzir a própria visão colonial de que os grupos considerados subalternos não teceriam eles mesmos conjecturas, tramas, ações e que, atuando nos campos de poder, mesmo que por relações absolutamente desiguais, produziriam arranjos políticos e sociais de resistência.

Outra contribuição fundamental da perspectiva de situações é o entendimento das situações de contato como conjuntos complexos (TARDELLI, 2019) e não mais

realidades em que as sociedades colonizadas estariam inevitavelmente reféns de procedimentos de dominação e exploração contra os quais não haveria resistência[24]:

> Uma análise das sociedades colonizadas não pode esquecer suas condições específicas, que não revelam apenas, como o perceberam alguns antropólogos, os processos de adaptação e de recusa, as condutas inovadoras nascidas da destruição dos modelos sociais (os patterns dos autores anglo-saxões) tradicionais, mas manifestam também os "pontos de resistência" das sociedades colonizadas, as estruturas e comportamentos fundamentais (BALANDIER, 1951: 49).

Trata-se de estabelecer como ponto central da análise as modalidades de ação territorial de todos os grupos envolvidos na situação, de modo que sejam explicitados os nexos entre a distribuição espacial do poder, seus vetores de difusão e concentração, e sua relação com os movimentos de mudança e reorganização social dos grupos. Balandier (1993), no parágrafo final de seu texto sobre a noção de situação colonial, cita Franz Boas em um trecho em que defende que "não é suficiente saber como são as coisas, mas como elas se tornaram o que são" (BOAS, 1920[25] apud BALANDIER, 1993).

Abordagem situacional para compreender a territorialização dos povos indígenas no Brasil

Conforme abordei nos itens anteriores, a perspectiva situacional não é uma novidade para estudos sobre as interações entre grupos e sociedades, tendo sido aplicada, a partir de modelos teóricos distintos, nos campos da Geografia e da Antropologia Social. Busquei apresentar também os fundamentos principais das noções de situação histórica e de situação geográfica.

---

[24] Nesse sentido, Monteiro (2001) destaca que a historiografia mais recente tem explorado significativamente as lideranças indígenas como sujeitos capazes de traçar sua própria história, ressalvando-se que muitas vezes "as escolhas pós-contato foram sempre condicionadas por uma série de fatores postos em marcha com a chegada dos europeus em terras americanas" (p. 75) e que essa resistência "não se limitava ao apego ferrenho às tradições pré-coloniais mas, antes, ganhava força e sentido com a abertura a inovação" (p. 75), em que a "elaboração e reformulação de identidades se apresentaram como respostas criativas às pesadas situações historicamente novas de contato, contágio e subordinação" (p. 78).

[25] Cf. BOAS, Frans. The method of Etnology, American Anthripologist, vol. 22, 1920.

Por meio da primeira - a situação histórica, se ampliaram as possibilidades de superação dos pressupostos primordialistas nos estudos do contato interétnico, investindo-se na compreensão do repertório de atores em ações de redistribuição do poder analisadas por meio de "quadros" recortados do tempo histórico como complexos em que as relações entre os diversos grupos se materializam e produzem novas realidades. A territorialização é concebida, portanto, como um processo de reorganização social motivada pelo aparato estatal ou pelos próprios atores e mobilizadora de uma nova unidade territorial, uma “base territorial fixa” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2015: 203) normalmente associada à unidade de mobilização que lhe serviu de esteio.

O conceito de situação geográfica, por sua vez, em sua trajetória teórica, foi paulatinamente inserido no quadro da ação espacial, isto é, nas configurações de determinação e possibilidade da mudança socioespacial. Ao eleger o espaço como prisma analítico privilegiado, os geógrafos deram um passo adicional em relação à compreensão do problema territorial que nos abre muitas possibilidades: contextualizaram a mudança social no quadro das estratégias e táticas para a conformação de novas fronteiras sociais e políticas, chamando a atenção para a dimensão geopolítica inerente às relações entre os grupos e de que as distâncias e as posições estabelecidas no interior das relações sociais são, elas mesmas, imbuídas de intencionalidade e mobilizam a ação. A territorialização aqui se reveste de um papel instaurador de mediações espaciais que garantem a r-existência (mais que resistência) dos grupos e conforma novas fronteiras dotadas de significados espaciais reformuladas, não necessariamente vinculadas a pretensas unidade e fixidez territoriais, mas consolidada por discursos de identificação, sofisticadamente elaborados e capazes de fazer distinguir e tensionar as territorialidades instituídas e definir expansões territoriais “desprendidas de ancoragens fixas” e dotadas de mobilidade (SEGATO, 2005: 5).

Uma concepção de territorialização que dialoga com o novo léxico territorial proposto por Rita Segato para compreensão experiência territorial contemporânea:

> Poderia-se dizer que as pessoas carregam seu território nas próprias costas, e que se trata de territórios extensíveis, que crescem à medida que suas respectivas populações se expandem. Gradualmente, um povo pareceria não mais ser definido como o conjunto de habitantes de um território geograficamente delimitado, senão como um grupo que porta a heráldica de lealdade comum e, com isso, institui um território no espaço que ocupa. Nesse processo, os marcos e marcadores territoriais se transladam, acompanhando deslocamentos humanos – cada vez mais massivos –, ou incorporando, agregando, em constante expansão, novos membros, novos fragmentos populacionais, a cada passo. "Isóbaras" sócio-políticos, faixas territoriais cuja unidade está dada por sinais diacríticos de adesão são desenhadas no mapa mundial (SEGATO, 2005: 8).

É nesse sentido que, considerando-se nosso contexto em colonialidade, em que pese a situação geográfica não ter sido pensada no contexto de estudos sobre os povos indígenas, identifico nela uma ampliação metódica em relação à situação histórica porque nos possibilita conceber a territorialização como processo aberto, necessariamente constituidor de novas mediações espaciais, isto é, realidades autoproduzidas de relação indissociável entre objetos, ações e significações, das quais a superfície material é um dos elemento indispensável, mas não o único. Supera a velha dicotomia que associava o tempo à mudança e ao progresso e o espaço, a ele contraposto, definido como "expressão de permanência para uns, e de inércia para outros" (MACHADO, 1995: 311). Implica redefinição de práticas, usos, formas de se mover, de conceber e viver no espaço, e de negociá-lo, disputá-lo, diante do Estado e de outros atores. Implica ainda a reconfiguração da própria existência espacial, normalmente manifestada pela elaboração de novos léxicos e conceitos para descrever e defender os territórios.

No Brasil, uma razão fundamental para a relevância da perspectiva situacional encontra-se nas formas pelas quais o Estado português, e depois brasileiro, compreendeu, desde os princípios do processo, de que o objetivo não era somente a

dominação por meio da força ou da eliminação físicas, mas envolvia um plano cruel de enquadramento dos povos existentes no país a um projeto de controle e expropriação territorial, para o qual eram requeridas a produção, as qualidades, os saberes, os bens e a capacidade de trabalho dos indígenas, o que levava inevitavelmente ao problema das "terras dos índios" e de sua importância como fornecedora de estoques de mão-de-obra, das "drogas do sertão" e da presença estratégica dos aldeamentos como elementos de estabilização da colônia.

O genocídio colonizador, no Brasil, foi desenvolvido por meio de diversos mecanismos. Os registros das impressões dos colonizadores acerca dos modos de organização espacial dos povos originários são muitos, alguns deles destacando o espanto em relação à organização territorial marcada pela mobilidade e por um nomadismo intermitente. Em carta do Padre Luís da Grã, recuperada por Pasquale Petrone (1995), de 1556, o religioso relatava:

> O que maior dificuldade nos faz é a mudança contínua desta gente, que não atura em um lugar senão muito pouco. Porque como as casas de terra, que usam, ou de palma, não duram senão três ou quatro anos, vão fazer outras em outro lugar. E é também a causa que, acabada uma novidade de mantimentos em uma parte, buscam outra em outra parte, derribando sempre para isso, matos, como fazem os brancos. E o pior é que não se mudam juntos se não espargidos (Carta do padre Luís da Grã, de 8 de julho de 1556. Extraída de: PETRONE, 1995: 109).

A aposta principal da Colônia esteve no estabelecimento de aldeamentos, isto é, na fixação territorial como método que garantiria a continuidade da permanência numa mesma localização, estabelecendo núcleos de povoação para a catequização. Tais aldeamentos constituem-se como um dos elementos de maior violência contra os povos indígenas, uma vez que lhes eram desconstituídos a língua, os seus modos de reprodução cultural e, muitas vezes, os vínculos familiares e comunitários. O incentivo aos casamentos interétnicos funcionava como dispositivo de fixação territorial, de assimilação e, consequentemente, de esbulho de seus territórios. Aloísio de Azevedo (1959) cita o Alvará do rei de Portugal autorizando e incentivando

o casamento com índias brasileiras e as consequências dessas uniões no âmbito das ocupações:

> (...) que os meus vassalos deste Reino e d'América que casarem com as índias delas não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos de Minha real atenção; **e nas terras em que se estabelecerem serão preferidos para aqueles lugares e ocupações que couberem a graduação de suas pessoas**; e seus filhos e descendentes serão hábeis e capazes de qualquer emprego, honra ou dignidade, sem que necessitem de dispensa alguma (Alvará del Rey D. José I de Portugal, autorizando e incentivando o casamento com índias brasileiras. Extraído de: AZEVEDO, 1959: 40, ênfase nossa).

O estatuto do aldeamento, que marca a colonização, exerce profundos impactos sobre a organização dos indígenas do espaço brasileiro. Os aldeamentos e missões se espalham pelo território, promovendo o desaparecimento de grupos inteiros e gerando novas interações interétnicas marcadas por relações assimétricas e violentas. A interação entre o indígena e o colonizador, que atinge diretamente diversos aspectos de sua sociabilidade, inevitavelmente tem rebatimentos na forma como passariam a conceber a sua relação com o espaço em que vivem, com a natureza, com seus territórios.

As legislações do período colonial reconheciam, mesmo que com limitações, os direitos indígenas sobre os seus territórios e sobre as terras que lhes eram alocadas nos aldeamentos, sendo muitas vezes consideradas soberanas as nações indígenas e, por isso, excluídas dos ordenamentos jurídicos régios, embora, de inúmeros modos, as terras indígenas continuassem a ser esbulhadas tanto nos territórios considerados "originais" como nos aldeamentos criados pelos colonizadores (CUNHA, 1987).

No Império, a legislação sobre as terras indígenas sofreu retrocessos – a carta outorgada de 1824 não cita os indígenas e a Lei de Terras de 1850, além de não reconhecer as terras ocupadas pelos indígenas, prevê a reserva de terras devolutas para a colonização dos indígenas (art. 12º), reforçando a política de aldear os indígenas que vinha desde a Colônia.

No início da República, muitas terras indígenas foram esbulhadas ao serem consideradas devolutas, tanto as originárias, como as dos antigos aldeamentos, muitos deles extintos de forma violenta e culminando com a expulsão dos indígenas residentes. Apesar dessa prática, muitos estados passaram a reconhecer os títulos dos indígenas. Em 1908, pela primeira vez, o Estado brasileiro foi acusado formalmente de massacrar os indígenas no XVI Congresso dos Americanistas, o que culminou na criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) - nomenclatura que traz em si a categoria geográfica da localização e a ideia implícita da proteção para a inserção dos indígenas como trabalhadores – por meio do Decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910, alterado pelo Decreto n. 9.214, de 15 de dezembro de 1911, que deixava evidente a priorização das ações de proteção das "terras dos índios" e a "restituição dos terrenos que lhes tenham sido usurpados" (art. 2º), muito embora no Código Civil de 1916 os indígenas passassem a ser considerados relativamente incapazes, na configuração formal do regime tutelar. O decreto de criação do SPI é o primeiro a estabelecer a classificação dos povos indígenas entre "aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados", que passaria a ser uma política de Estado, baseado na atração e fixação dos indígenas que viviam fora dos aldeamentos. Ao comentar o Decreto de criação do SPI, Souza Lima chama a atenção que, para que, "dentro dos marcos evolucionistas, se caracterize ocupação, é necessário o grupo ter deixado de ser nômade, deixado de ser uma horda e se fixado num território" (1998: 177).

Esse é o contexto em que começam a se estruturar as primeiras reflexões sobre a natureza jurídica das terras indígenas em torno de duas perspectivas teóricas distintas – o indigenato (título congênito) e a ocupação (título adquirido). Recorrendo a Aristóteles e à tradição romana do direito, o então ministro do Supremo Tribunal Federal João Mendes Junior diferencia essas categorias de acordo com a necessidade de legitimação do tipo de relação com a terra: "o indigenato não é um fato dependente de legitimação, ao passo que a ocupação, como fato posterior, depende de requisitos

que a legitimem" (MENDES JUNIOR, 2018 [1912]: 350-351); e defende, com base na afirmação do Alvará de 1º de abril de 1680 que, dentre as sesmarias, ressalvava as terras dos índios, considerados "primários e naturais senhores delas", que a questão das terras indígenas no Brasil deve ser interpretada a partir da teoria do indigenato:

> As terras de índios, congenitamente apropriadas não podem ser consideradas nem como *res nullius*, nem como *res derelictae*; por outra, não se concebe que os índios tivessem adquirido, por simples ocupação, aquilo que lhes é congênito e primário, de sorte que, relativamente aos índios estabelecidos, não há uma simples posse, há um título imediato de domínio; não há portanto, posse a legitimar, há domínio a reconhecer e direito originário e preliminarmente reservado (MENDES JUNIOR, 2018 [1912]: 350).

Essa noção influenciaria as constituições seguintes, que passaram a abordar a questão das terras indígenas. A Constituição de 1934 (BRASIL, 1934) previa que fossem respeitadas as posses das terras dos indígenas que nelas se encontrassem permanentemente localizados (art. 129), entendimento que foi mantido na Constituição outorgada de 1937 (BRASIL, 1937) pelo regime ditatorial do Estado Novo e, posteriormente, na Constituição de 1946, sendo acrescentado nesta última a condição de que não fossem transferidas. Duprat (2018: 51) afirma que "o artigo 129º da Constituição de 1934 é o primeiro passo na direção de conferir aos povos indígenas e seus indivíduos direitos humanos fundamentais, tais como dignidade e igualdade".

Em 1966, através do Decreto n. 58.824, de 14 de julho de 1966 (BRASIL, 1966), a Convenção 107 sobre a Proteção e Integração das Populações Tribais e Semitribais de Países Independentes, da Organização Internacional do Trabalho, é promulgada e incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, que passa a contar com a previsão de que o "direito de propriedade, coletivo ou individual (...) [deve ser] reconhecido aos membros das populações interessadas" (art. 11º). Apesar disso, na Constituição de 1967 (BRASIL, 1967), fruto do golpe militar de 1964, é atribuída à União a propriedade das Terras Indígenas (art. 14º) em detrimento dos indígenas. As terras indígenas foram incluídas entre os bens da União na Emenda Constitucional de 1969 (BRASIL, 1969),

consideradas inalienáveis, cabendo aos indígenas a "posse permanente das terras que habitam" e o direito ao "usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes" (art. 198º). Na Constituição de 1967, não aparece mais a expressão "localização permanente", presente em todas as cartas anteriores.

Mais adiante, o Estatuto do Índio (BRASIL, 1973) reserva um título sobre as "Terras dos Índios" (título III), reputando aos indígenas as terras ocupadas ou habitadas pelos indígenas, as terras de domínio dos indígenas e as áreas reservadas, estabelecendo o procedimento administrativo para a sua demarcação, com destaque dado às reservas indígenas que, classificadas como reservas, parques ou colônias agrícolas indígenas, reafirmam a tradição de colonização dos indígenas pelo Estado.

A principal mudança no ordenamento jurídico sobre o reconhecimento das terras indígenas no país ocorre com a Constituição de 1988, quando movimentos indígenas e organizações da sociedade civil aliadas dos povos indígenas, pressionaram os deputados constituintes em prol do reconhecimento da legitimidade política das organizações indígenas, promulgando aos indígenas o direito sobre as terras tradicionalmente ocupadas (artigo 231) e o dever do Estado de demarcar as terras indígenas em um prazo de 5 anos. Embora tal prazo não viesse a ser cumprido, as disposições constitucionais inauguraram um novo momento da política indigenista no Brasil, marcado pelo protagonismo das organizações indígenas na reivindicação de direitos fundamentais junto ao Estado e pelo desenvolvimento administrativo do regulamento e dos procedimentos de demarcação das terras indígenas:

> A Constituição de 1988 estabeleceu que os direitos coletivos territoriais indígenas são originários, ou seja, nasceram antes da própria Constituição, pertencendo à categoria de direitos naturais e não necessitando de lei para terem vigência e reconhecimento. Ordenou também que se reconheça o território indígena pelo critério do povo que detém o direito, o que significa que são os usos, costumes e tradições indígenas que marcam os limites de seu território nesses quatro elementos: terras habitadas, utilizadas, imprescindíveis à preservação da natureza e necessárias ao bem-estar e reprodução física e cultural do grupo. Dessa forma, qualquer regulamentação terá de dispor nos limites desse comando constitucional. O procedimento demarcatório não pode estabelecer outro critério que não sejam os

> quatro elementos verificados segundo os usos, costumes e tradições do próprio povo (MARÉS, 2002: 53).

Segundo Manuela Carneiro da Cunha (2018), embora reconhecidas juridicamente, as terras indígenas foram esbulhadas durante todo o século XX por meio de diversos mecanismos, entre eles o deslocamento e a concentração de grupos indígenas e por meio do estabelecimento de aldeias nas áreas em que os indígenas ainda não haviam sido contatados, numa tentativa de reduzir a extensão da ocupação territorial. O jogo de classificações utilizado pelo Estado contribuiu com esse processo. Basta lembrar que o Decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910 (BRASIL, 1910), que cria o Serviço de Proteção ao Índio e de Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) – , classifica os indígenas em "índios nômades", "índios aldeados" e "índios que mantem relações promíscuas com os civilizados"; mais tarde, em 1928, por meio do Decreto n. 5.484, de 27 de junho de 1928 (BRASIL, 1928), os índios são classificados em "índios nômades", "índios arranchados ou aldeados", "índios pertencentes a centros agrícolas ou que vivem promiscuamente com civilizados"; e, por fim, o Estatuto do Índio, mais recente, de 1973, classifica os indígenas em "isolados", "em vias de integração" e "integrados".

O Estado é, portanto, o campo administrativo, no sentido que lhe emprega Bourdieu (2014 [1990]), inserido no campo do poder, onde se desenvolvem classificações sociais e de "princípios de classificação" (p. 228) definidores das partilhas, das divisões, das partes separadas. Essa fragmentação, que serve como elemento de legitimação do próprio campo estatal, atua sobre os diversos elementos do corpo social, estabelecendo relações desiguais entre os grupos classificados. Pierre Clastres (2017 [1974]: 195), ao expor seu contraponto à teoria marxista sobre o Estado, defende que "ao contrário de ser o Estado o instrumento de dominação de uma classe, portanto o que vem depois de uma divisão anterior da sociedade, é o Estado que engendra as classes". Como defende Monteiro (2001), a operação de classificar "os

povos subordinados (ou subordináveis) em categorias naturalizadas e estanques" (p. 56) é condição crucial para a dominação colonial.

Essas classificações denotam que o território, através de noções como isolamento, nomadismo e fixação, ao ser definido como atributo dos sujeitos, que lhes posicionaria em uma escala evolutiva de desenvolvimento humano, foi utilizado como dispositivo de enquadramento na política assimilacionista do Estado, ao que estavam associadas formas de gerir as povoações e grupos indígenas. Em outras palavras, territorialização como instrumento de contenção e assimilação. Nessa lógica, o atraso no desenvolvimento estaria associado à mobilidade e ao nomadismo, onde teoricamente os vínculos territoriais seriam frágeis, enquanto a fixação e o sedentarismo eram estabelecidas como situação ideal a ser alcançada pelo indígena, ou seja, o mais aprofundado estágio de semelhança com os europeus, em que o indígena desapareceria, dando lugar ao brasileiro. A condição de indígena era, portanto, meramente transitória:

> Não se deve esquecer tampouco que a proteção oficial era pensada em articulação a uma visão do ser indígena como transitório. É importante, pois ressaltar que se ocupação implicava fixação, esta significava deixar uma certa fase na marcha da humanidade para atingir um patamar superior rumo à civilização (LIMA, 1998: 177).

Enquanto o componente territorial era explorado como atributo do ser indígena, os territórios de ocupação originária e imemorial eram esbulhados, sendo, portanto, a dominação territorial um método que afetava os indígenas na perspectiva da estrutura interna dos grupos, como na interface com os não indígenas. A pauta indígena, a partir sobretudo da segunda metade do século XX, e, sobretudo, após o golpe que colocou os militares no poder, foi alçada à questão de Estado, vinculada à garantia da segurança nacional, tendo em vista os grandes contingentes populacionais indígenas que ocupam as fronteiras políticas internacionais do país, inclusive cruzando-as rotineiramente, mantendo os vínculos sociais, familiares e linguísticos com os países vizinhos. Em jogo, estavam os temores dos militares com a

possibilidade de configuração de enclaves territoriais e de apropriação dos recursos naturais do solo e do subsolo por forças estrangeiras, como veremos mais adiante. Configuraram-se situações marcadas pela tensão e pela violência política, em que foram criativamente compostas formas de r-existência, através das quais os indígenas compuseram criativamente um conjunto de estratégias políticas, sociais e espaciais que foram capazes de alterar significativamente essas situações.

A análise de situações geográficas, portanto, vai ao encontro do aprofundamento do conteúdo político do espaço, buscando evidenciar os mecanismos que permitiram, nos séculos de interações interétnicas assimétricas, a conformação de formações territoriais sob conteúdos e formas retrabalhados histórica e espacialmente. A análise de situações pode oferecer lastro para as pesquisas sobre as territorialidades, os vínculos territoriais, as modalidades pelas quais se estabelecem novas relações territoriais, o uso político do território nos processos de negociação política, entre outros. Isso porque se coloca no centro da análise não os pretensos conteúdos fundamentais que caracterizariam a territorialidade ou a dinâmica territorial dos grupos, mas o processo histórico e espacial de territorialização, fundamentado no jogo (ou negociação) entre dominações e apropriações entre os grupos. Quando um grupo se abre ao contato e ao conhecimento do outro, suas fronteiras tornam-se redefiníveis a partir de novos arranjos de poder espacialmente mediados.

A compreensão dessas territorializações no contato interétnico exige a construção de conceitos e esquemas teóricos que possam servir como ferramentas adequadas para a interpretação da diversidade de situações de territorialização que envolvem os povos indígenas no Brasil, considerando-se os atores envolvidos, as escalas, as interdependências, as contradições internas, as redes políticas etc. Seria bastante pretensioso dizer que uma única abordagem teórica daria conta das inúmeras situações a que os inúmeros povos indígenas no Brasil foram submetidos ao

longo do estabelecimento da Modernidade-Colonialidade. Entretanto, é preciso que as noções de territorialização mobilizadas para compreender os processos de reinvindicação e reconhecimento dos territórios indígenas no âmbito do campo estatal estejam minimamente comprometidas, de um lado, com a superação do imaginário de uma força estatal unívoca e onipotente que submeteu invariavelmente os indígenas, integrando-os a um novo modo de vida moderno e, por outro, a ilusão de que os perímetros oficialmente reconhecidos implicaram em unidades fixas e consensuais, desprovidas de porosidades, mobilidades e diversidade internas e externas.

A territorialização constitui-se, então, como processo socioespacial de redefinição territorial circunscrito a uma situação geográfica, podendo afetar conjuntos de situações geográficas dela derivadas. Tais redefinições territoriais podem envolver a destruição, o abandono e/ou a destituição de territórios e concepções acerca dos territórios, em um sentido de desterritorializações, e a sua produção e reelaboração, em um sentido de reterritorializações; ou mesmo a mobilização multiterritorial necessária para a reprodução da existência e como estratégia para superação da fome, da escassez, do isolamento e de outras mazelas que afetam os povos em suas trajetórias no âmbito da colonialidade do poder.

No contexto da situação colonial, cabe destacar que desterritorialização e reterritorialização foram instrumentos largamente utilizados pelos agentes estatais (e contemporaneamente, também por empresas multinacionais e projetos de empreendimentos que vinculam o Estado e a iniciativa privada) como instrumento de controle das populações não-brancas – indígenas e africanos escravizados, sobretudo – para viabilizar o projeto colonial de dominação. Nesse sentido, a desterritorialização se configura a partir do esbulho, da despossessão, da expulsão de áreas imemorialmente ocupadas, pela perda forçada de autonomia, pela precarização das condições de vida e habitação e pela usurpação de protagonismo nos círculos sociais. A reterritorialização, por sua vez, através de processos violentos de reassentamento

e reclusão em parques nacionais, reservas e outras táticas do poder tutelar que configuraram a política indigenista estatal brasileira. Tais processos foram sempre acompanhados por estratégias, capitaneadas pelas populações violentadas, no sentido de reestabelecer minimamente suas relações sociais, mesmo que em novas bases territoriais. Nesse sentido, a reterritorialização é também r-existência dos grupos, como já enfatizamos, que se materializa por meio de movimentos reivindicatórios, retomadas territoriais, autodemarcações, viagens de retorno, entre outras.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) nos lembra que "as diferenças só se manifestam na relação, no contato, daí o seu caráter contingente geográfico e social" (p. 47), afirmação muito próxima a Fredrik Barth, quando afirma que "os grupos étnicos não são grupos formados com base em uma cultura comum, mas sim que a formação de grupos ocorre com base nas diferenças culturais" (BARTH, 2005, p. 16), de modo que:

> A etnicidade não pode ser reduzida a conteúdos culturais homogeneamente distribuídos nos grupos e transmitidos entre as gerações. A existência do grupo étnico está ligada a fronteiras criadas e mantidas por relações de poder e processos de controle, silenciamento e apagamento das experiências pessoais que fujam ao modelo cultural reificado como definidor dele (BARTH, 2005, p. 15).

O contato, então, como situação geográfica que exige uma análise própria e cuidadosa, implica em tensões de territorialidades que ensejam redefinições territoriais permanentes no sentido de ampliar as possibilidades de existência dos grupos. Nas palavras de Porto-Gonçalves:

> (...) O território como categoria que reúne natureza e cultura através das relações de poder sobre as condições materiais da vida. Com isso, [esses grupos/classes sociais/etnias/povos/nacionalidades] desnaturalizam o conceito de território, até então "base natural do Estado". Com isso, sinalizam que no mesmo estado territorial habitam múltiplas territorialidades e que não há território que não seja fruto de um processo de territorialização entre diferentes sentidos – territorialidades – para estar com a terra. Enfim, tensão de territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 7-8).

Assumir, portanto, a perspectiva de situações geográficas nos estudos territoriais implica a superação de visões naturalizantes sobre o território, compreendendo a territorialização no âmbito de eventos produtores ou destruidores de relações socioespaciais, em que agem os atores sociais a partir de suas trajetórias e, indissociavelmente, de novas interações com outros atores sociais. Exige ainda a superação de perspectivas substancializadas sobre o território, de modo que reorienta-se o pensamento para as interações socioespaciais, para as conjecturas e fissuras, no tempo e no espaço, através dos quais os grupos sociais restabelecem sua existência na superfície terrestre, sempre em processo e relação.

Nesta chave interpretativa, a situação geográfica assume centralidade para a compreensão da mudança socioespacial e, ao mesmo tempo, contribui para a compreensão das diversas modalidades de territorialização dos povos e comunidades em suas trajetórias socioespaciais no mundo. Trata-se da expansão interpretativa do território como mediação espacial dos processos de reorganização permanente das sociedades, de seus movimentos de expansão ou retração, de seus pactos, conjecturas e vicissitudes, em que procura-se sempre compreender os sujeitos em situações territoriais, que buscam, de inúmeras formas, defender seus territórios, atribuir-lhes novos significados e usos, garantir sua sustentabilidade ambiental e cultural e, se preciso for, adquirir, retomar ou ocupar novos, de modo que a reprodução social do grupo aconteça. Mais que buscar respostas fáceis sobre os territórios inerentes a cada grupo, tensiona-se a compreensão das remobilizações, as porosidades, os tensionamentos, as mudanças. Território aqui é, portanto, movimento, processo e relação que, situacionalmente, viabiliza e potencializa a ação espacial.

Capítulo 2

CONTEXTOS SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS DAS SITUAÇÕES GEOGRÁFICAS RIONEGRINAS

Neste capítulo, pretende-se apresentar brevemente os aspectos fundamentais da atual distribuição dos povos indígenas nas diversas calhas que compõem a região do Alto Rio Negro, bem como sua relação com o ambiente em que vivem. Consiste em uma etapa importante para que o leitor se afeiçoe aos etnônimos dos grupos e aos topônimos das principais calhas de rios, que se constituem ainda hoje como eixos de circulação e de referenciação geográfica regional e tiveram importância como ancoragens políticas dos territórios tradicionais desses grupos, como veremos mais adiante.

Abordaremos ainda as principais teorias que buscam explicar sua localização no presente como situação geográfica herdada pelos atuais indígenas da ação de seus antepassados que, partindo do Orinoco e do Putumayo, vieram buscar as águas do Negro para fazer sua habitação. Buscarei demonstrar como essa situação geográfica natural é também cotidianamente reproduzida, porque reinventada, reorganizada, através do sistema rionegrino de manejar a terra, as águas e a floresta. Buscarei exercitar a situação como *herança* e como *ação,* considerando-se que, para entender a dinâmica espacial desses povos, precisamos, irrenunciavelmente, articular seu pertencimento à natureza e a sua notável capacidade de manejá-la, isto é, de, com ela, desenvolver a ação.

Os povos do Rio Negro vêm subsistindo de forma contínua nessa região há pelo menos dois mil e quinhentos anos[26] (NEVES, 1997) e, nesse processo, desenvolveram habilidades para lidar com as dificuldades impostas pelas características naturais regionais, que impõem significativas dificuldades à sobrevivência. Uma prova cabal dessa presença está nos petróglifos presentes em diferentes regiões da bacia do Rio Negro (figura 25). Buscaremos, portanto, apresentá-los em seus ambientes, procurando apresentar ao leitor os elementos fundamentais para a compreensão dos próximos capítulos.

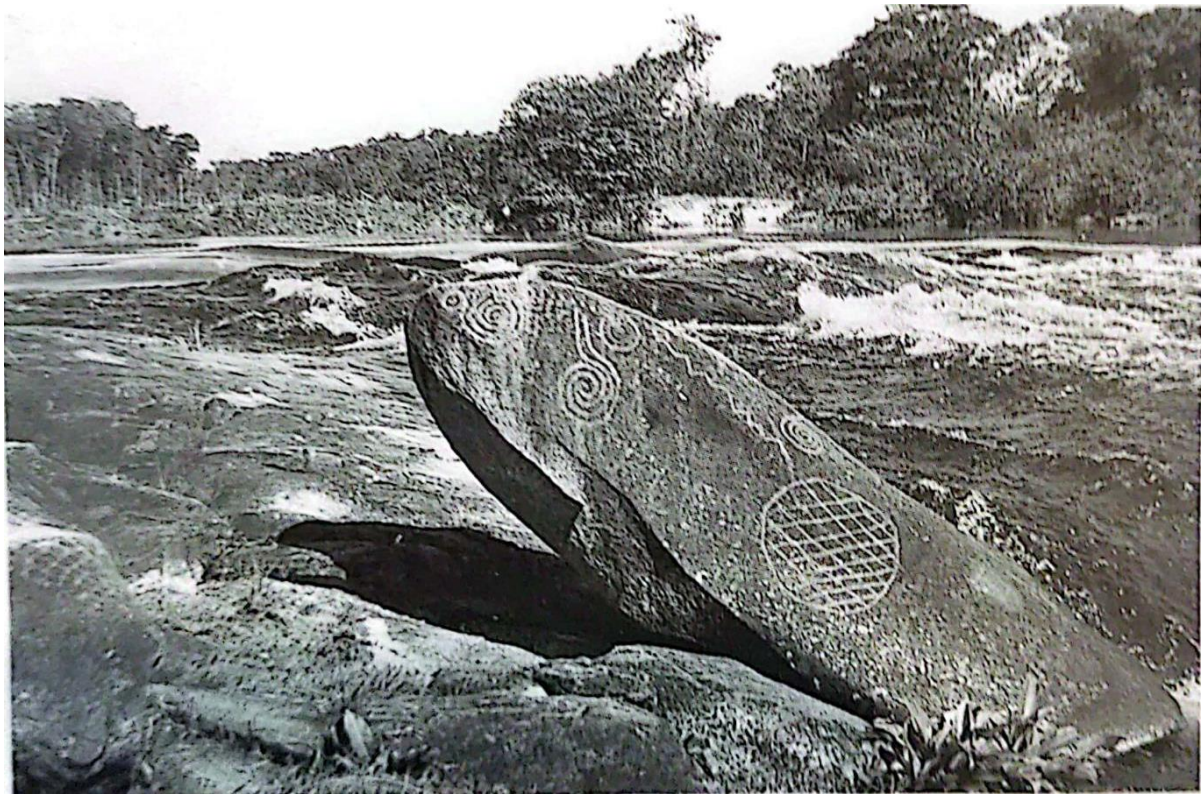


Figura 24: Gravura na Pedra de Uapuí, em Uapuí-Cachoeira, Rio Ayari, afluente do Içana. Fonte: Berta Ribeiro, 1995.

Os povos do Alto Rio Negro são conhecidos pela sua diversidade, mas ao mesmo tempo por garantirem uma coesão interétnica que lhes garantiu o reconhecimento de terras indígenas contíguas. Na visão de Berta Ribeiro (1995), essa coesão se justifica pela participação em uma tradição comum baseada no cultivo da mandioca amarga e

[26] Eduardo Góes Neves (1997) destaca que as evidências mais antigas de ocupação do Alto Rio Negro vêm do Sítio Dona Stella, localizado próximo a Manaus, com datas que recuam a cerca de 6.500 a.C., embora seja a partir de três mil anos atrás, ou 1.000 a.C., que os sinais de ocupação humana começam a ficar mais evidentes e abundantes.

na pesca, na existência de malocas, na presença de ritos associados a mitos de origem semelhantes e na presença da exogamia.

De fato, como veremos mais adiante, a identificação das unidades de grupos e etnias no Alto Rio Negro não é tarefa trivial, o que se deve às complexas relações de parentesco e aos sistemas de alianças políticas estabelecidos. Aqui, entretanto, destacaremos os grupos como são comumente referidos na literatura antropológica e como são conhecidos localmente, fazendo-se sempre as ressalvas quanto à existência de subdivisões a segmentações.

Há algumas hipóteses sobre as origens do povoamento da região. Para Nimuendajú (2015 [1950])[27], a ocupação é resultado de três estratos culturais que, sucessivamente, foram ocupando a área. O primeiro, mais antigo, formado por grupos com práticas de lavoura, cerâmica e navegação, de característica seminômade, que teria originado os grupos da família linguística NADUHUPY, historicamente chamados Maku[28], e os grupos YANOMAMI. O segundo estrato, que dataria do início da era cristã, era composto por culturas de vida sedentária associada à pesca e à agricultura. Teriam vindo do Norte em sucessivas ondas migratórias – primeiramente os ARAWAK, provenientes do alto rio Orinoco (Venezuela) e do rio Guainia (Colômbia), composta pelos Baré, Manao, Wekerena e os Baniwa. Essa onda se comprovaria pela existência de falantes ARAWAK nessas regiões, onde os Baniwa, principalmente do alto Içana, se dirigem com frequência para visitar parentes. A terceira onda migratória vinda do Oeste, pertencente à família linguística TUKANO, que teria ocupado o Uaupés,

[27] A hipótese de Nimuendajú (2015 [1950]) não pôde ainda ser completamente validada pelos estudos arqueológicos. Entretanto, a existência de petróglifos em Ipanoré, por exemplo, indicariam uma presença mais antiga dos Tukano na região. Para maior detalhamento, ver Wright (1981, 1992) e Neves (1997).

[28] O termo Maku foi uma expressão utilizada para definir os Naduhupy em relação aos Tukano com quem, afirmam alguns autores, aqueles tinham uma relação de servidão. Os Tukano utilizavam o termo Maku para se referir aos povos que viviam nos interflúvios, longe das calhas dos rios. Essa palavra, entretanto, não existe em nenhuma língua hup, tendo sido a ela associado um significado pejorativo. Por isso, os membros dos povos Naduhupy, na construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental, solicitaram que seja utilizado o termo Naduhupy para designá-los e assim optamos por fazer neste trabalho em respeito à sua autodeterminação, conforme descrito na seção de *Convenções*.

desalojando os Arawak que ficaram restritos ao rio Içana e seus afluentes, ao Xié e ao Negro. A origem TUKANO a oeste se justificaria pela existência de grupos da mesma família linguística na bacia dos rios Napo e Putumayo (RIBEIRO, 1995).

A ocupação anterior dos Arawak se justificaria pelo fato de a maior parte dos topônimos mais importantes estarem nessa língua, inclusive alguns localizados na calha do Uaupés – p. ex., Cassiquiare, Orinoco, Caiari, Aiari, Papuri, Querari, Tiquié, entre outros. A teoria defende ainda que o avanço TUKANO teria incorporado alguns grupos de língua desconhecida, como os Tariana. Importante destacar que os Baré e os Werekena, por influência dos missionários, passaram a usar a língua geral amazônica – Nheengatu, o que levou ao desaparecimento de suas línguas. Os Baniwa do baixo Içana, em sua maioria, também falam prioritariamente a língua geral. É comum no Rio Negro, entretanto, que as pessoas falem mais de uma língua, a sua, a de sua mãe e a de seu cônjuge, tendo em vista a prática comum da exogamia e a necessidade de trocas e alianças com grupos de diferentes regiões. O mapa da figura 26 apresenta a distribuição dos grupos no momento do contato com os europeus, enquanto o mapa da figura 27 apresenta sua organização no século XVIII, já muito próxima a configuração atual.

A hipótese de Niemuendaju foi questionada por Wright (1981), que discorda da origem Maku dos Hohodene, que de acordo com sua história oral, parecem de fato, constituir um dos segmentos dos mais antigos ARAWAK do Içana. Também há incertezas quanto à origem dos TUKANO, que não teriam vindo do oeste (região do Napo-Putumayo), mas do leste no Brasil, como descrito em suas histórias de origem – seja no Rio de Janeiro ou, de acordo com alguns, em Manaus, na boca do Rio Negro, que eles teriam subido no bojo de uma cobra-sucuri.

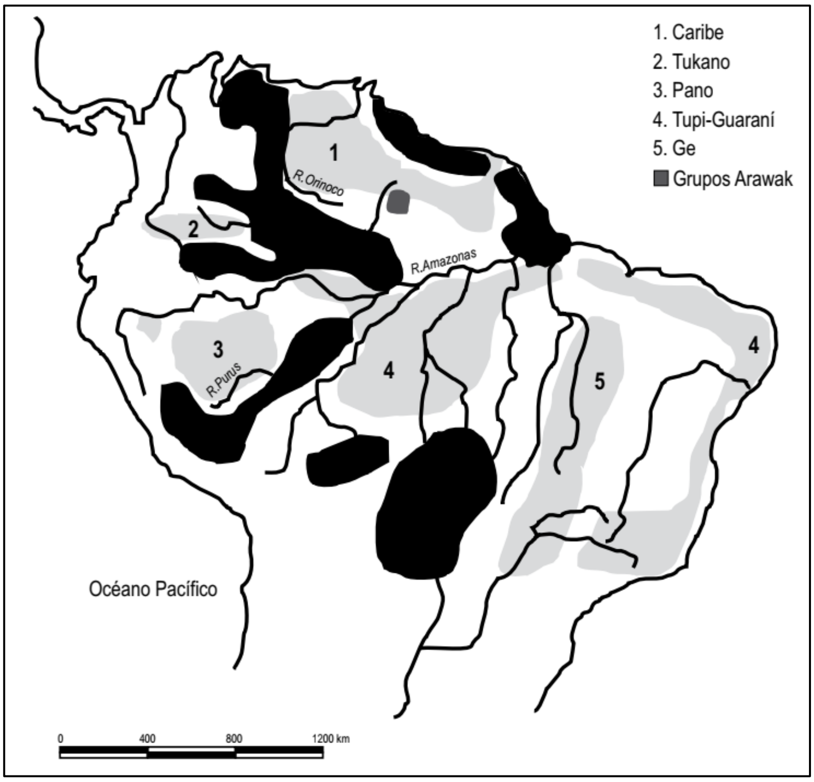


Figura 25. Principais grupos linguísticos ao contato com os europeus. Fonte: Hill e Santos-Granero, 2022.

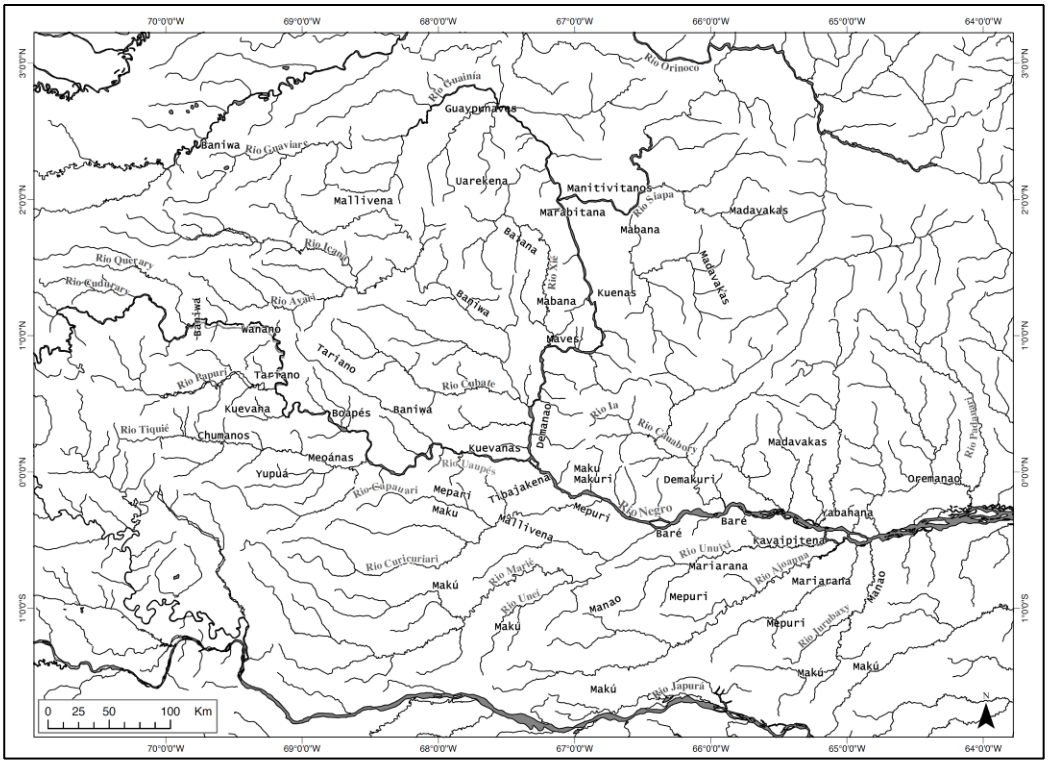


Figura 26: Mapa etno-histórico da distribuição dos grupos étnicos do Alto Rio Negro no século XVIII. Fonte: Wright (2015).

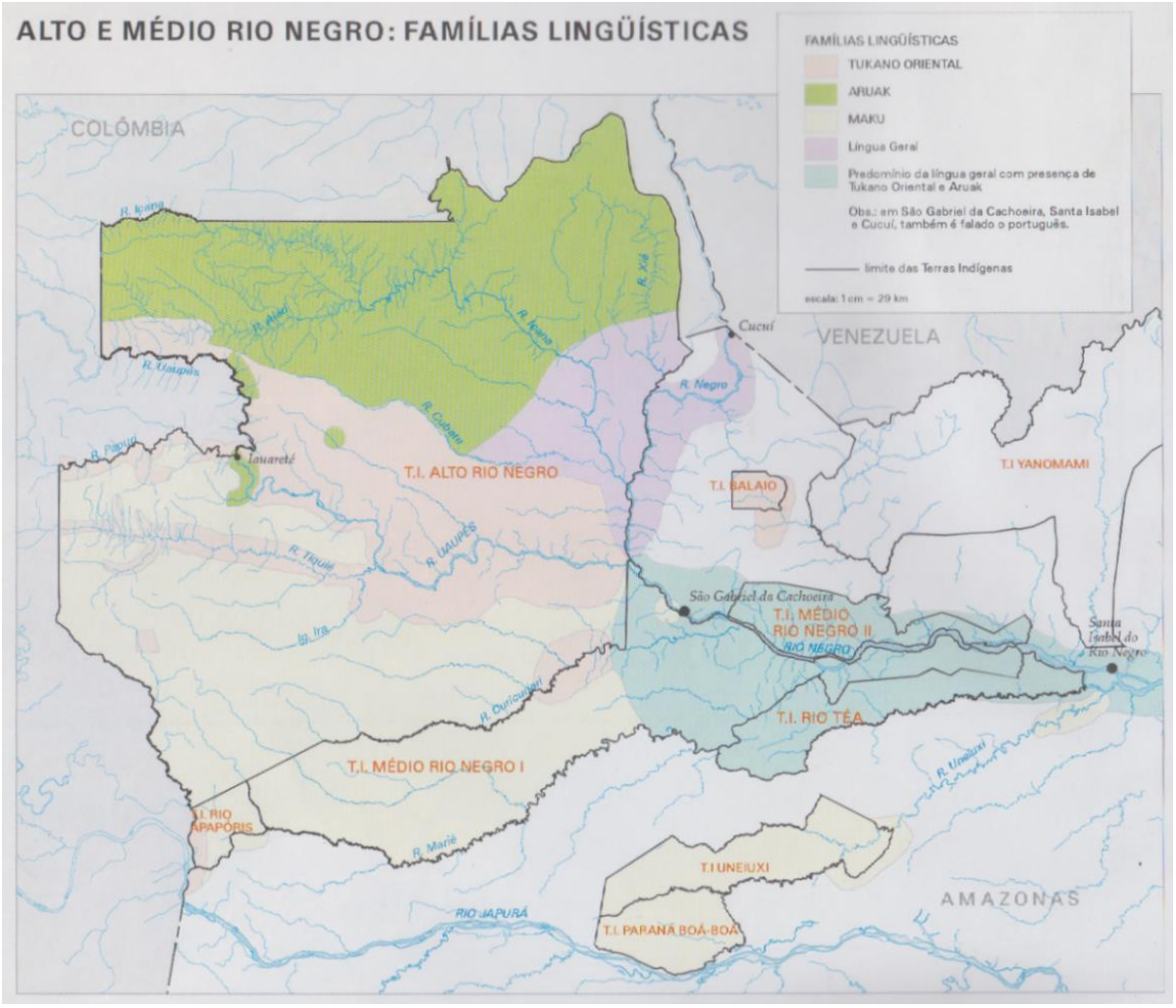


Figura 27: Mapa da distribuição espacial das famílias linguísticas do Alto Rio Negro. Fonte: Cabalzar e Ricardo, 2000.

Distribuição geográfica

Para apresentar a distribuição geográfica dos povos do Alto Rio Negro, podem ser utilizados vários critérios. Decidi por utilizar a mesma distribuição do Plano de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA Wasu (PGTA WASU, 2021), que privilegiou organizar os dados e o material cartográfico a partir da organização das coordenadorias regionais da FOIRN. Seria uma tarefa árdua descrever elementos principais de cada grupo e, mesmo que tentasse, certamente seria uma introdução bastante deficiente. Por isso, procurarei apresentar os principais recortes regionais, destacando as etnias presentes e alguns aspectos relevantes para compreensão da organização espacial. Essa escolha se justifica ainda porque verifiquei que, no Alto Rio

Negro, tem grande importância a questão da proximidade geográfica; não à toa, como destaca Azevedo (2003), as associações indígenas locais geralmente possuem uma referência geográfica e não étnica, representando normalmente trechos de rios e comunidades vizinhas.

Baixo rio Uaupés e rio Tiquié

O rio Uaupés é ocupado em toda a sua extensão por povos falantes de línguas Tukano Oriental. Muitos povos possuíam suas línguas, mas, com o tempo, se tornaram tukano falantes. Do lado brasileiro, são 13 grupos – Tukano, Desana, Piratapuia, Kotiria (Wanano), Kubeo, Tuyuka, Bará, Miritítapuia, Arapaso, Karapanã, Siriano, Makuna, Barasana – e a maior parte está presente no Brasil e na Colômbia, sendo que alguns deles têm maior população no lado colombiano. Devido à violência da colonização ao longo dos últimos séculos, algumas línguas não são mais faladas, sendo substituídas pelo Tukano, que é certamente a língua mais amplamente falada em toda a região.

Alguns desses grupos – Tukano, Desana, Piratapuia, Karapanã e Siriano – possuem territórios ancestrais no alto Papuri, com parte dos clãs naquela região. Acredita-se que aqueles que se encontram no baixo e médio Uaupés migraram do Papuri em tempos remotos e mais recentes.

O rio Tiquié, afluente do Uaupés, abriga a maior parte da população Tuyuka e Bará. Seu lugar de origem mítica está na Cachoeira de Jurupari, no Vaupés colombiano, de onde seus ancestrais, por meio de varadouros, teriam partido para povoar o Tiquié. Além disso, no Tiquié encontram-se ainda famílias Tukano e Desana, além dos povos Naduhupy, que vivem nos interflúvios, como veremos mais adiante.

Esta região é representada junto à FOIRN pela Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e afluentes (DIA WII), que congrega 11 associações de base, que representam 67 comunidades e 75 sítios e assentamentos menores, com uma população total, em 2017, de 5.700 pessoas (PGTA WASU, 2021).

Figura 28: Comunidade de Pari-Cachoeira no Alto Tiquié. Fotografia: Juliana Radler/ISA.

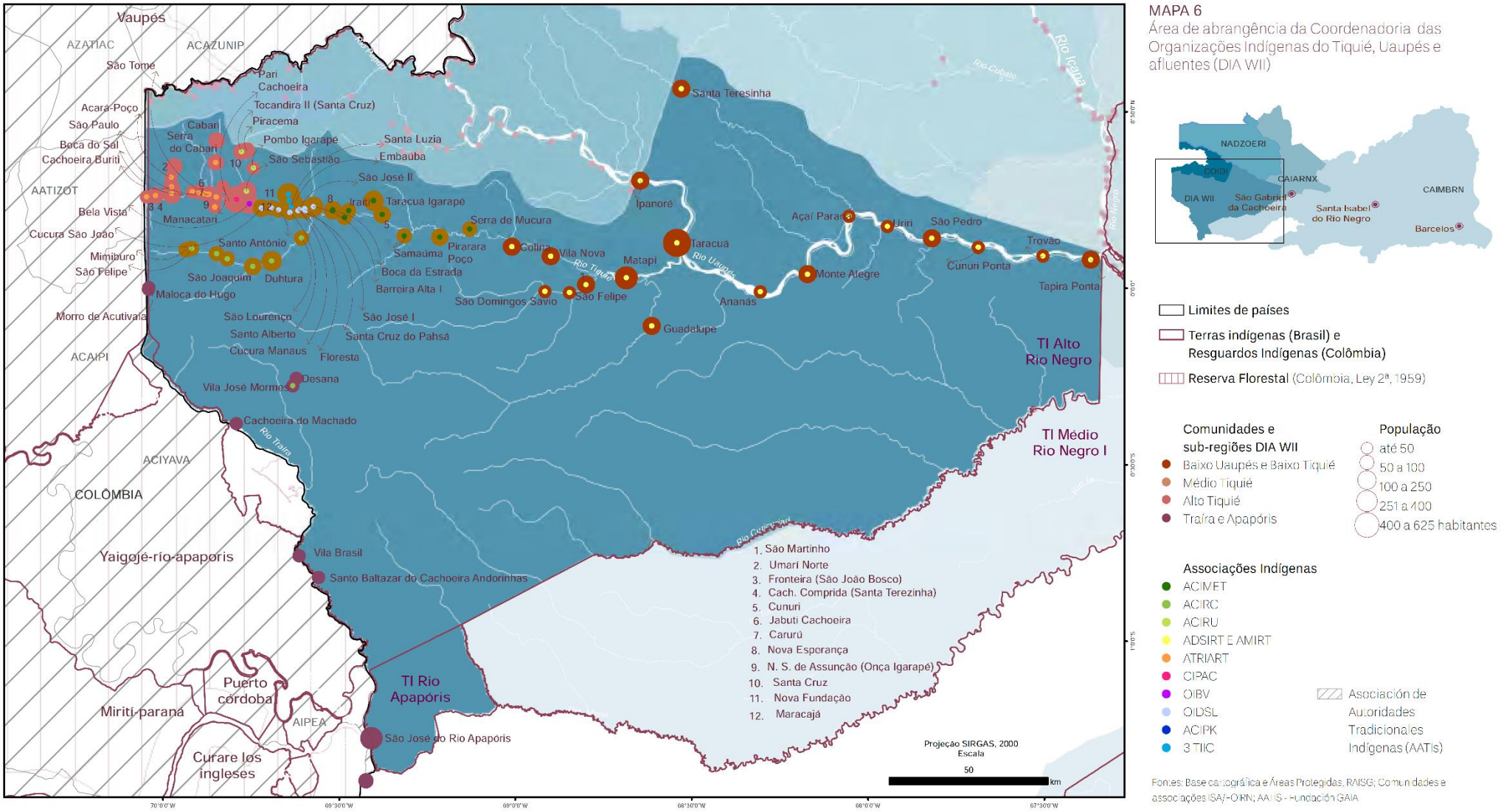


Figura 29: Mapa da região do Baixo Uaupés e rio Tiquié. Fonte: PGTA Wasu, 2021.

Alto rio Uaupés e rio Papuri

No médio Uaupés, entre a cachoeira de Ipanoré e Iauaretê, estão os Arapaso, grupo com menor contingente populacional falante da língua Tukano.

Acima de Iauaretê, começam os territórios ancestrais dos Kotiria (Wanano) e, mais a montante, dos Kubeo, que ocupam o trecho do rio Uaupés que serve de fronteira com a Colômbia até a comunidade de Querari. Os Kubeo ocupam toda essa região, prosseguindo em território colombiano até a cidade de Mitú, capital do departamento colombiano do Vaupés. Os Kubeo possuem exogamia entre seus grupos internos, o que talvez explique sua menor dispersão espacial, quando comparados aos demais grupos.

Iauaretê é o maior centro populacional da Terra Indígena Alto Rio Negro, compreendendo uma população de 2.570 pessoas, segundo o Levantamento Socioambiental realizado pela FOIRN e pelo ISA em 2017, sendo considerado distrito do município de São Gabriel da Cachoeira, com presença de pista de pouso, um pelotão do Exército e posto de saúde.

Importante destacar que, na bacia do Uaupés, vivem também os Tariano, que compõem a família Arawak e são originários da região do rio Ayari, na bacia do Içana. Sua localização se justifica por migrações que teriam ocorrido em tempos remotos, quando estabeleceram relações com famílias Tukano, adotando, inclusive, o Tukano como primeira língua. Hoje, inclusive, o Tariano é muito pouco falado.

Esta região é representada junto à FOIRN pela Coordenadoria das Organizações Indígenas de Iauaretê, formada por 8 associações de base, que representam 60 comunidades e 40 sítios, com uma população total, em 2017, de 5.100 pessoas (PGTA WASU, 2017).

Figura 30: Vista aérea do distrito de Iauaretê. Fonte: Lalo de Almeida, Folha de São Paulo, 2019.

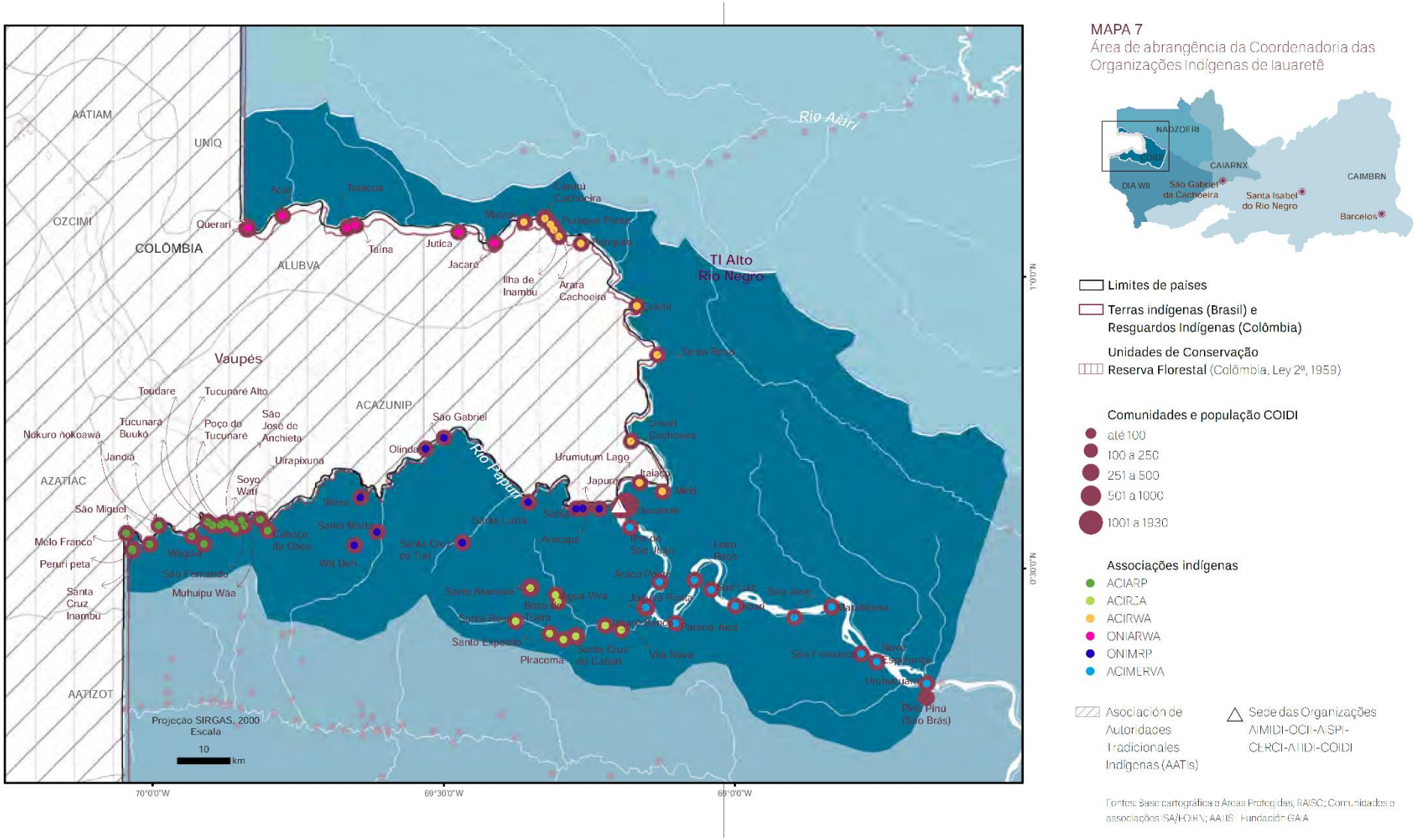


Figura 31: Mapa da região do alto rio Uaupés e do rio Papuri, região da COIDI. Fonte: PGTA WASU, 2021.

Figura 32: Imagem orbital do distrito de Iauaretê. Fonte: CNES Airbus, 2020.

Interflúvios dos rios Tiquié e Papuri

Os interflúvios entre os rios Uaupés e Içana são habitados pelos povos NADUHUPY. Ao contrário dos demais povos do Rio Negro, eles habitam principalmente as áreas continentais, no interior da floresta, distantes das margens dos rios. Costumam se deslocar por longos trechos por terra, através de caminhos no interior da mata. Nas áreas localizadas entre o Tiquié e o Papuri, eles se denominam Hup (no plural, Hupd'äh). Já os localizados entre a margem sul do Tiquié e a foz do Traíra se denominam Yuhupdëh.

Além dos Hupd'ah e dos Yuhupdëh, a família NADUHUPY possui ainda um terceiro grupo, denominado Dâw, que estabelece suas residências nas proximidades da cidade de São Gabriel da Cachoeira. Os Nadëb, por sua vez, ocupam os interflúvios entre o Rio Negro e o Japurá.

Os povos de fala NADUHUPY se diferenciam dos demais por se dedicarem, prioritariamente, à caça e à coleta. Embora cultivem a mandioca, o fazem proporcionalmente bem menos que os demais povos do Rio Negro. Têm como hábito a realização de campanhas de caça, quando se deslocam para acampamentos

distantes das aldeias, adquirem bastante comida, que é “moqueada” (defumada) para consumo em outros momentos ou para trocas com outros grupos.

Se organizam normalmente em grupos locais de 25 a 30 habitantes, havendo um raio de sete a dez quilômetros, o que lhes permite alguma subsistência. Além disso, costumam trabalhar nas roças das comunidades ribeirinhas em troca de alguns produtos, considerando que suas roças são muito pequenas. Os missionários buscaram, por diversas vezes, estabelecer os NADUHUPY em povoados maiores, o que gerou graves desequilíbrios relativos à manutenção da caça para populações maiores, gerando várias situações de fome para essas localidades.

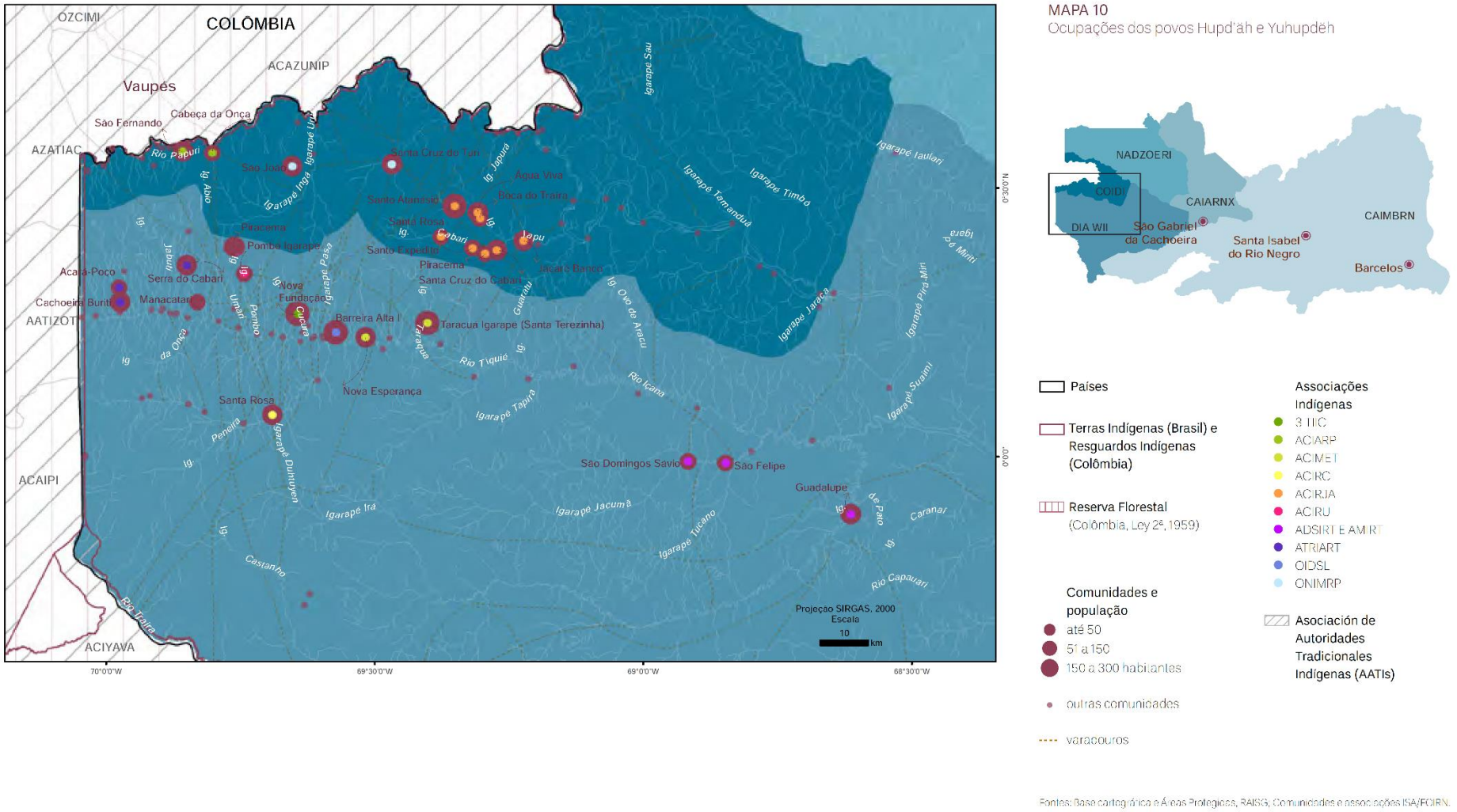


Figura 33: Mapa das áreas de ocupação Hupd'äh e Yuhupdëh, com ênfase no interflúvio entre o Tiquié e o Papuri. Fonte: PGTA WASU, 2021.

Rio Içana

O rio Içana é conhecido por ser o rio dos Baniwa, mas nele também vivem os Koripako, que falam uma língua muito próxima da língua Baniwa, com mútua compreensão. Os Baniwa encontram-se distribuídos ao longo de todo o curso do Içana e nos seus afluentes – Ayari, Cubate e Cuiari. Os Koripako estão localizados principalmente no alto Içana, com maior população na Colômbia no próprio Içana e no rio Guainía (nome do Rio Negro em território colombiano).

No baixo Içana, por influência dos missionários, fala-se a língua geral (Nheengatu) e a população é majoritariamente católica. Acima da comunidade de Assunção do Içana, fala-se a língua Baniwa, sendo a maior parte da população evangélica. Essa área foi alvo da atuação da organização pentecostal Missão Novas Tribos, que, por meio da missionária Sophia Müller, teve atuação intensa na região.

Essa região é representada junto à FOIRN pela Organização Baniwa e Koripako – NADZOERI, que é composta por 11 associações de base, que representam 83 comunidades, com um total, em 2017, de 5.090 pessoas (PGTA WASU, 2021).

Figura 34: Vista aérea de Assunção do Içana. Fonte: Agência Brasil, 2018.

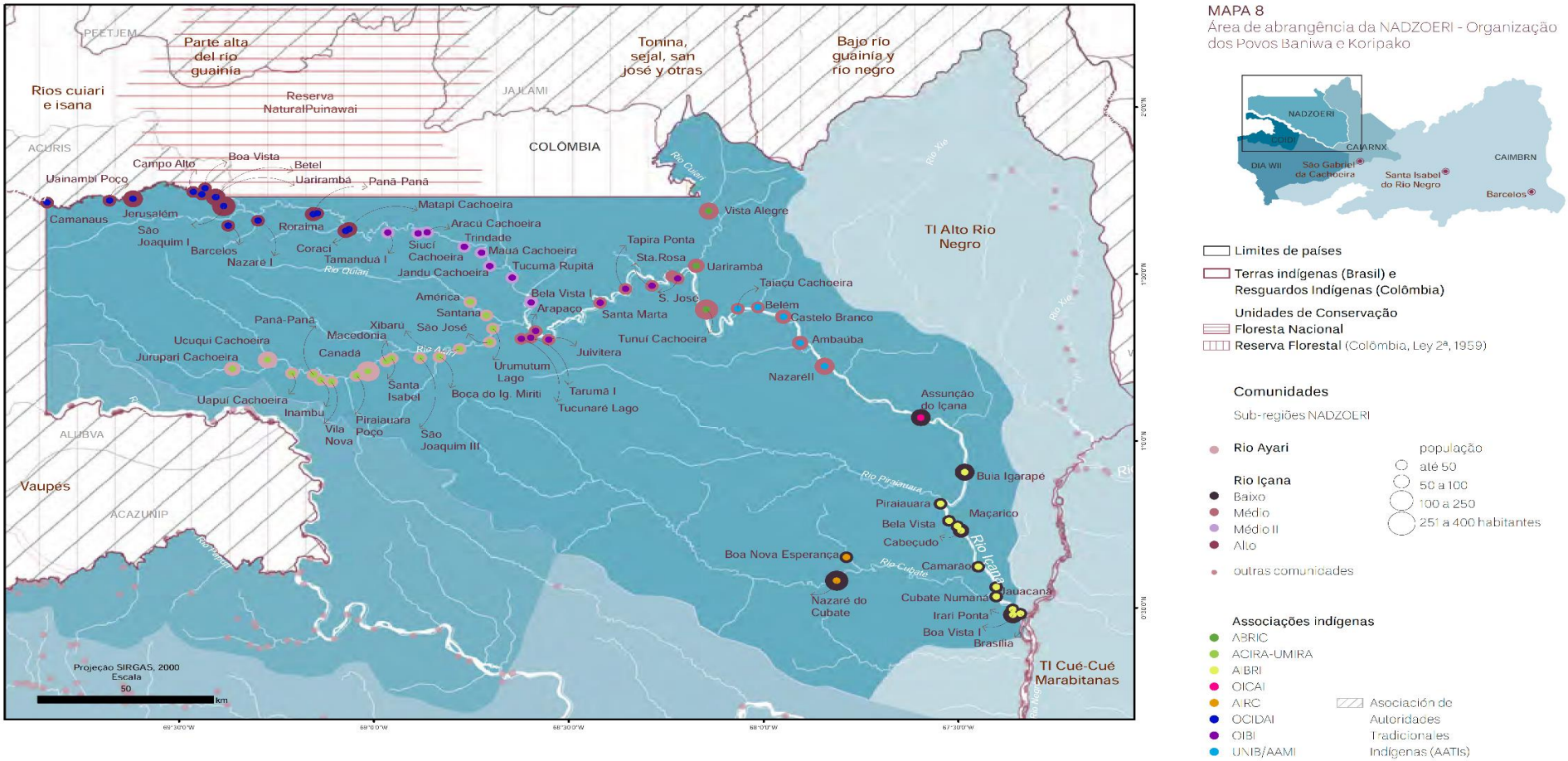


Figura 35: Mapa da bacia do rio Içana. Fonte: PGTA WASU, 2021.

Rio Negro e rio Xié

No rio Xié e no Rio Negro acima[29] (figura 37) estão localizados os Werekena e os Baré. No trecho do Rio Negro entre a Ilha das Flores e a comunidade São Marcelino, somente as comunidades da margem direita encontram-se dentro da Terra Indígena Alto Rio Negro. As comunidades da margem esquerda, bem como aquelas a montante da comunidade de Vista Alegre até o distrito de Cucuí, na fronteira com a Venezuela, estão contempladas na área que se encontra em processo de demarcação como a Terra Indígena Cué Cué-Marabitanas.

Os Baré possuem ainda uma grande concentração no Médio e Baixo Rio Negro e, por isso, estiveram mais vulneráveis à ação dos missionários e comerciantes, tendo sido alvos frequentes dos descimentos ao longo da colonização. Os Baré e os Werekena adotaram, então, a língua geral, que muitos Barés muitas vezes acreditam ser a sua língua originária.

Essa região é representada junto à FOIRN pela Coordenadoria das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié – CAIARNX, que possui 9 associações de base, que representam 69 comunidades e 21 sítios com uma população de 4.582 pessoas em 2017 (PGTA WASU, 2021). Deste total, 2.076 pessoas residem nos limites da Terra Indígena Alto Rio Negro em 21 comunidades no Rio Negro e 13 no rio Xié.

Na figura 38, temos uma síntese da distribuição dos grupos étnicos, tal como são conhecidos, por toda a região do Alto Rio Negro.

[29] Denomino "Rio Negro acima" o trecho do Rio Negro a montante da Ilha das Flores, conforme fez também Marta Azevedo (2003). É uma denominação útil para se referir à região de habitação predominante dos Baré.

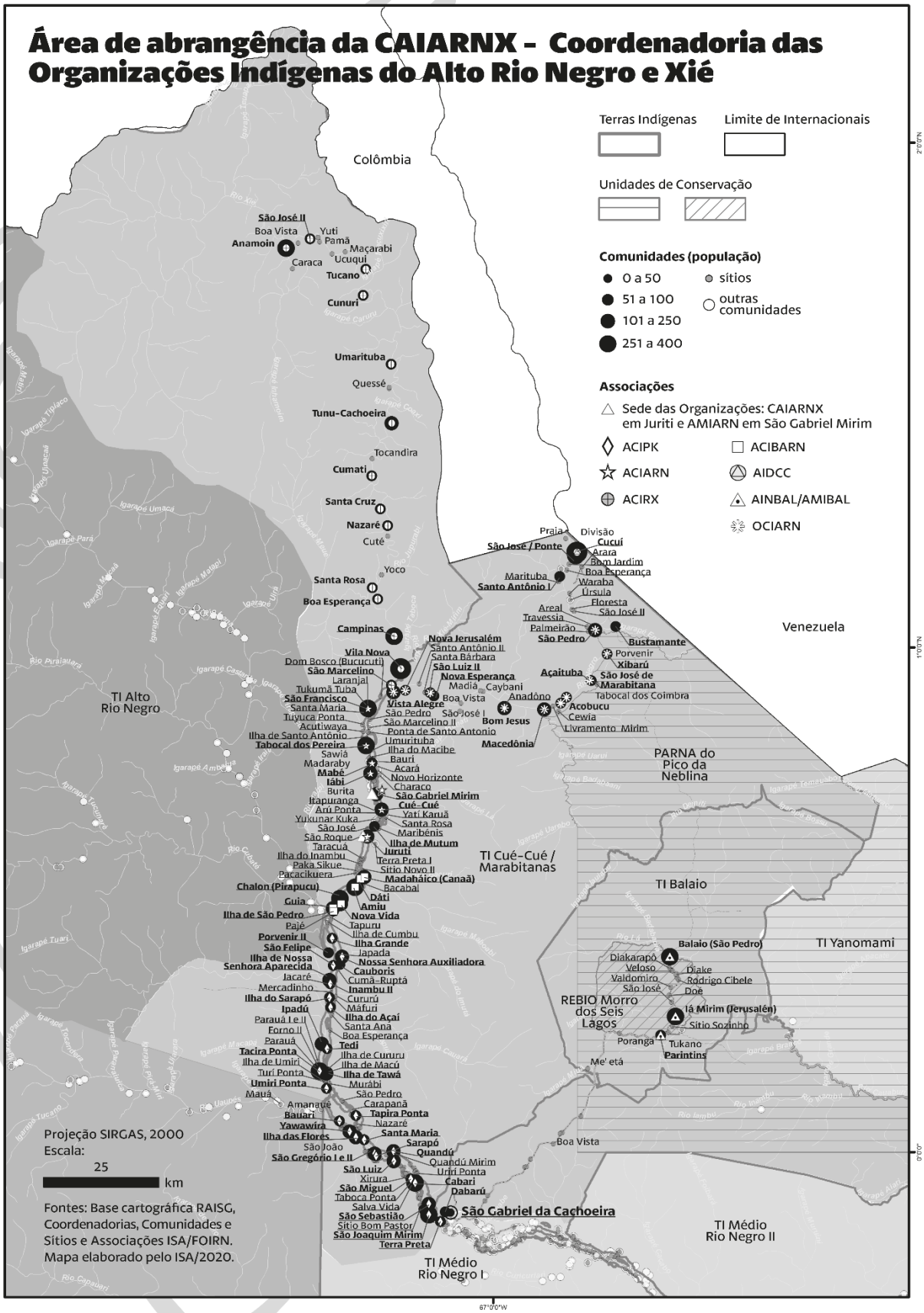


Figura 36: Mapa da região dos rios Negro acima e Xié. Fonte: PGTA WASU, 2021.

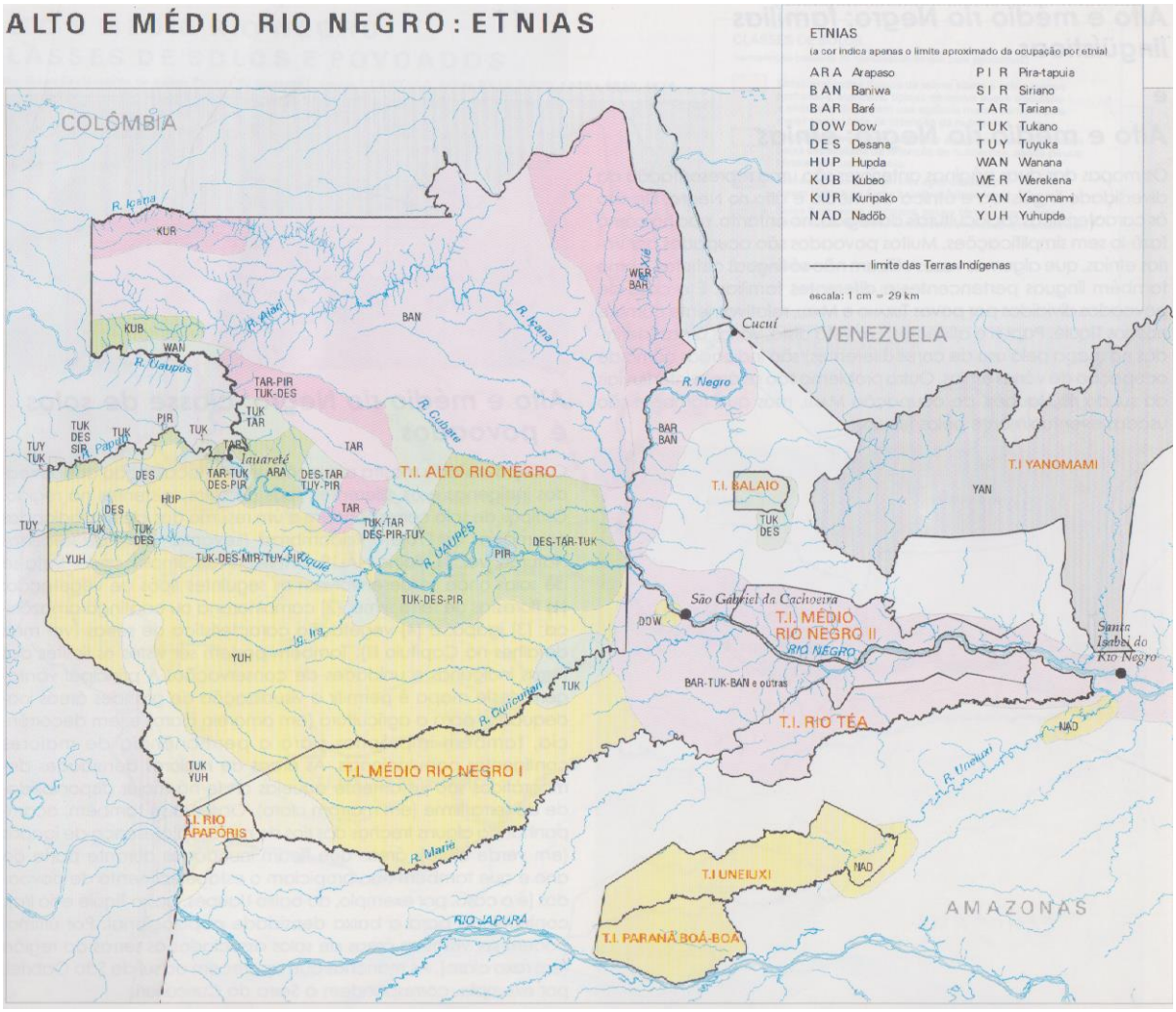


Figura 37: Distribuição das etnias no Alto Rio Negro. Fonte: Cabalzar e Ricardo, 2000.

Elementos de demografia

Os povos do Alto Rio Negro, em sua grande maioria, estão presentes também na Colômbia e, alguns, na Venezuela. A partir de compilação de dados dos institutos de estatísticas dos três países (tabela 1), verificamos que o grupo mais numeroso no Brasil são os Baré, com mais de 11 mil pessoas, que se encontram concentradas no Médio e Baixo Rio Negro, na cidade de São Gabriel e na região do Rio Negro acima e Xié. Em seguida, estão os Tukano, com mais de 6 mil pessoas e pelos Baniwa, com mais de 5 mil pessoas. Alguns povos têm parcela populacional minoritária em território brasileiro: os Koripako, que possuem pouco mais de mil pessoas no Brasil e mais de 11 mil na Colômbia e 7 mil na Venezuela, e os Kubeo, que possuem pouco

mais de quinhentos habitantes no Brasil e mais de 14 mil na Colômbia. Também possuem populações maiores na Colômbia os Desana, os Tuyuka, os Bará, os Karapanã, os Siriano, os Wanano e os Makuna. No contexto do Alto Rio Negro, alguns povos possuem populações menores de mil pessoas, como acontece com os Werekena (595), os Wanano (670), os Miritítapuia (524) e os Arapaso (497).

É de se destacar a grande presença Arawak em toda a extensão do município de São Gabriel da Cachoeira, com uma população de 15.767 pessoas no Censo Demográfico 2010, sendo a maior parte Baré (7.253) e Baniwa (4.589). Os povos da família Tukano Oriental contam 10.469 pessoas com maiores contingentes Tukano (4.791) e Desana (1.830). Os Naduhupy somavam 1.498 pessoas, mas deve-se considerar a dificuldade para recenseamento dessa população na interpretação deste quantitativo. Além da presença histórica dos Arawak no Médio e Baixo Rio Negro, a presença de indivíduos das dessas etnias em outros municípios se justifica também devido ao intenso movimento migratório verificado nas últimas décadas em direção ao Médio e Baixo Rio Negro, de modo a acessar com mais facilidade os grandes centros urbanos por motivos de trabalho e estudo. Nesse sentido, tanto as cidades de Santa Isabel do Rio Negro e de Barcelos, como a capital Manaus, abrigam contingentes importantes destas populações.

Tabela 1: População indígena residente por País, segundo famílias linguísticas, etnia ou povo

Família linguística, etnia ou povo	População residente			
	Brasil	Colômbia	Venezuela	Total
ARAWAK	**21.788**	**12.343**	**16.516**	**50.647**
Baniwa	5.478	187	3.501	9.166
Koripako	1.290	11.946	7.351	20.587
Baré	11.990	-	5.044	17.034
Werekena	595	-	620	1.215
Tariano	2.435	210	-	2.645
TUKANO ORIENTAL	**13.499**	**34.244**	**143**	**47.886**
Tukano	6.151	4.075	29	10.255
Desana	2.361	3.641	-	6.002
Piratapuia	1.401	1.106	-	2.507
Kotiria (Wanano)	670	3.312	58	4.040
Kubeo	537	14.074	56	14.667
Tuyuka	849	1.467	-	2.316
Bará	33	1.004	-	1.037
Miritítapuia	524	-	-	524
Arapaso	497	-	-	497
Karapanã	74	1.040	-	1.114
Siriano	67	1.658	-	1.725
Makuna	287	1.962	-	2.249
Barasana	48	905	-	953
NADUHUPY	**2.251**	**83**	**-**	**2.334**
Hupd'äh	1.407	33	-	1.440
Yuhupdëh	-	50	-	50
Dâw	98	-	-	98
Nadëb	746	-	-	746

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010[30]; DANE Colômbia, Censo Nacional de Población y Vivienda 2018; Instituto Nacional de Estadística, INE Venezuela, Censo de Población y Vivienda 2011. Organização: Fernando Damasco, 2023.

[30] Por ocasião da conclusão desta pesquisa, os dados do Censo Demográfico 2022 por etnia ou povo ainda não haviam sido divulgados.

A localização transfronteiriça dos povos do Rio Negro e os movimentos migratórios constantes são desafios para o acompanhamento demográfico dessas populações como um todo. Entretanto, os censos do IBGE que, a partir de 2010 passam a coletar a etnia e a língua indígena falada, e o levantamento socioambiental realizado pelo ISA em 2017 nos fornecem informações importantes que nos ajudam a compreender essa dinâmica, mesmo que de forma incipiente, ao menos para a Terra Indígena Alto Rio Negro. Agreguei ainda na análise os dados do Censo Indígena Autônomo do Rio Negro (CIARN), realizado em 1992 pela FOIRN, como reação ao Censo do IBGE de 1991, que havia apresentado uma cobertura deficitária na região, e cujos resultados foram compilados e analisados por Marta Azevedo (2003) em sua tese de doutorado.

Analisando os dados do CIARN, Azevedo (2003) destaca que, de forma geral, todos os povos possuíam uma estrutura etária com uma base larga, na forma de pirâmide, significando uma população com altas taxas de natalidade e de mortalidade. A autora já destacava, entretanto, algumas mudanças na organização socioespacial rionegrina que poderiam indicar alterações nos padrões de fecundidade, como a migração para os centros urbanos e a implementação de práticas de contracepção. Adicionalmente, desde 1992, os serviços de saúde, embora ainda convivam com problemas estruturais, tiveram uma ampliação no atendimento básico por meio da criação do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), o que pode ter influenciado também na redução da mortalidade.

Com isso, era esperado que os ritmos de crescimento se mantivessem elevados entre os grupos. A comparação entre os dados do Censo 2010 e o levantamento socioambiental da FOIRN e do ISA, de 2017, demonstram que a população com etnia declarada da TI Alto Rio Negro variou de 14.624 em 2010 para 16.957 em 2017, representando um crescimento de 15,95%. Entretanto, esse crescimento não foi homogêneo entre os grupos, como demonstra a tímida variação positiva entre os

Arawak (3%) e um pouco maior, mais ainda pequena para o período, entre os Tukano Oriental (11%). Entre os NADUHUPY, a população teria dobrado no período (com crescimento de 111%), o que era esperado, seja por suas taxas de fecundidade mais altas (AZEVEDO, 2003), seja pela melhoria da cobertura das pesquisas nas suas aldeias (ver tabela 2).

Entre os Arawak, os Baré possuem uma variação bastante baixa (2%) indicando estabilidade populacional, o que pode se justificar pelo fato de 62,86% dessa população, em São Gabriel da Cachoeira, estar em área urbana.

Entre as populações majoritárias, a maior variação positiva está entre os Desana, com 36%. Nas populações minoritárias, verificam-se grandes variações, como é o caso dos Miritítapuia (34%), Karapanã (100%) e Siriano (65%). O decréscimo em alguns povos que possuem parentes na Colômbia e na Venezuela pode se explicar devido as migrações, tendo em vista que, ao menos na Colômbia, há relatos de que as condições de atendimento à saúde melhoraram significativamente nos últimos anos. É o caso dos Koripako (-15%), os Piratapuia (-10%) e os Makuna (-62%).

Essas variações populacionais dos povos do Rio Negro certamente precisam ser alvo de estudos mais aprofundados, não sendo possível aqui, seja por insuficiência de dados disponíveis, seja pela limitação da própria pesquisa, encerrar questão sobre as razões para o fenômeno[31]. De todo modo, os próprios dados do Censo Demográfico 2010 e do Levantamento Socioambiental do ISA/FOIRN indicam uma tendência de início de estreitamento da base da pirâmide demográfica da Terra Indígena Alto Rio Negro, indicando que realmente pode estar em curso um processo de desaceleração do crescimento demográfico por conta da diminuição da fecundidade (figuras 39 e 41), além da presença da migração na idade adulta, o que tem muitas consequências para a gestão do território e para os projetos de futuro dos povos indígenas.

[31] Análises como essas são fundamentais, inclusive, para a avaliação dos impactos do reconhecimento das Terras Indígenas para as populações residentes. Os dados de fecundidade e mortalidade por etnia do Censo 2022, coletados com amostra diferenciada nas Terras Indígenas, contribuirão para essa compreensão.

Tabela 2 – População residente por famílias linguísticas e etnia ou povo, segundo diferentes recortes territoriais (1992-2017)

Família linguística e etnia ou povo	População residente										
	IBGE (2010)						CIARN (1992) (2)	IBGE (2010)	ISA/FOIRN (2017)	Variação 1992-2010	Variação 2010-2017
	Brasil	São Gabriel da Cachoeira					Região do Rio Negro	Terra Indígena Alto Rio Negro			
		Total	Área rural		Área urbana (1)						
			Total	Percentual	Total	Percentual					
ARAWAK	**21.788**	**15.767**	**9.241**	**58,61%**	**6.526**	**41,39%**	**8.396**	**7.807**	**8.020**	**-7,02%**	**3%**
Baniwa	5.478	4.589	3.630	79,10%	959	20,90%	3.232	3.257	3.486	0,77%	7%
Koripako	1.290	1.189	997	83,85%	192	16,15%	383	1.290	1.101	236,81%	-15%
Baré	11.990	7.253	2.694	37,14%	4.559	62,86%	2.699	1.523	1.550	-43,57%	2%
Werekena	595	591	537	90,86%	54	9,14%	454	523	701	15,20%	34%
Tariano	2.435	2.145	1.383	64,48%	762	35,52%	1.628	1.214	1.182	-25,43%	-3%
TUKANO ORIENTAL	**13.499**	**10.469**	**6.311**	**60,28%**	**4.158**	**39,72%**	**6.977**	**5.436**	**6.017**	**-22,09%**	**11%**
Tukano	6.151	4.791	2.826	58,99%	1.965	41,01%	2.876	2.254	2.476	-21,63%	10%
Desana	2.361	1.830	1.053	57,54%	777	42,46%	1.449	913	1.239	-36,99%	36%
Piratapuia	1.401	1.192	750	62,92%	442	37,08%	901	586	527	-34,96%	-10%
Kotiria (Wanano)	670	649	403	62,10%	246	37,90%	505	379	438	-24,95%	16%
Kubeo	537	509	337	66,21%	172	33,79%	199	294	378	47,74%	29%
Tuyuka	849	781	520	66,58%	261	33,42%	486	481	554	-1,03%	15%
Bará	33	25	15	60,00%	10	40,00%	27	15	44	-44,44%	193%
Miritítapuia	524	106	62	58,49%	44	41,51%	120	62	83	-48,33%	34%
Arapaso	497	419	244	58,23%	175	41,77%	320	138	120	-56,88%	-13%
Karapanã	74	51	28	54,90%	23	45,10%	48	11	22	-77,08%	100%
Siriano	67	42	24	57,14%	18	42,86%	-	20	33	-	65%
Makuna	287	34	32	94,12%	2	5,88%	33	271	103	721,21%	-62%
Barasana	48	40	17	42,50%	23	57,50%	13	12	-	-7,69%	-
NADUHUPY (3)	**2.251**	**1.498**	**1.494**	**99,73%**	**4**	**0,27%**	**1.203**	**1.381**	**2.920**	**14,80%**	**111%**
Hupd'äh	1.407	1.407	1.403	99,72%	4	0,28%	***	1.381	2.568	-	86%
Yuhupdëh	-	-	-	-	-	-	***	-	352	-	-
Dâw	98	91	91	100,00%	-	0,00%	***	-	-	-	-
Nadëb	746	-	-	-	-	-	***	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010; FOIRN/ISA, Levantamento Socioambiental 2017; Censo Indígena Autônomo do Rio Negro 1992, obtido através de Azevedo (2003). Os dados do Censo 2022 por etnia ou povo ainda não haviam sido divulgados por ocasião desta compilação. Organização: Fernando Damasco, 2023.

(1) Considerar que, no Censo 2010, Assunção do Içana, Cucuí e São Felipe, por serem sedes distritais, são consideradas urbanas para fins estatísticos. Iauaretê, como não é distrito, foi computado como povoado, tendo a população definida como rural. A Lei Orgânica de 5 de abril de 1990 havia criado os distritos de Taracuá, Cucuí, Pari-Cachoeira e Assunção do Içana, mas, por ausência de delimitação, não puderam ser implementados pelo IBGE para fins de produção de estatísticas. A Lei Orgânica do Município de 2012 criou os distritos de Taracuá, Cucuí, Pari-Cachoeira, Assunção do Içana e Iauaretê, cujos limites deveriam ser definidos em leis posteriores.

(2) Censo Indígena Autônomo do Rio Negro, realizado pela FOIRN em 1992.O CIARN teve cobertura aproximada de 30% na cidade de São Gabriel da Cachoeira e de 80% na área total pesquisada (Azevedo, 2003). Além da TI Alto Rio Negro, o CIARN pesquisou ainda a região do Médio Rio Negro até algumas comunidades do município de Santa Isabel do Rio Negro. Por isso, optei por atribuí-lo à região cultural do Rio Negro, havendo, portanto, limitações na comparabilidade com as pesquisas posteriores.

(3) No CIARN, os povos NADUHUPY foram contabilizados na categoria "Maku".

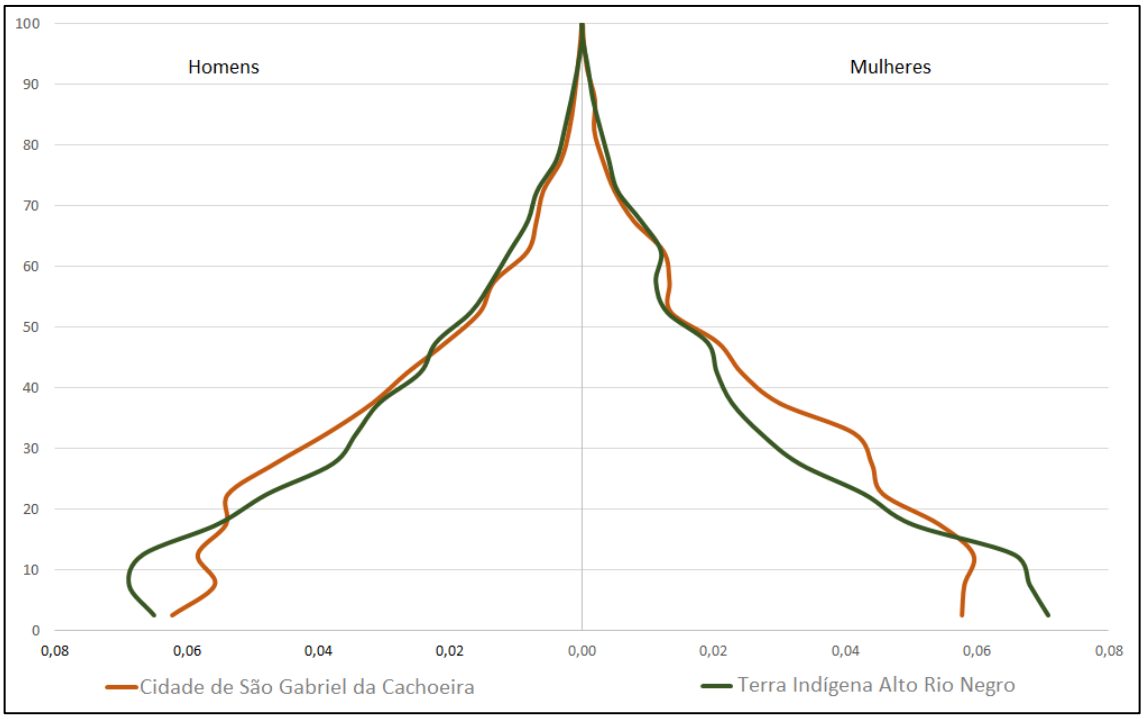


Figura 38: Pirâmide demográfica da do Município de São Gabriel da Cachoeira e da Terra Indígena Alto Rio Negro – 2010. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

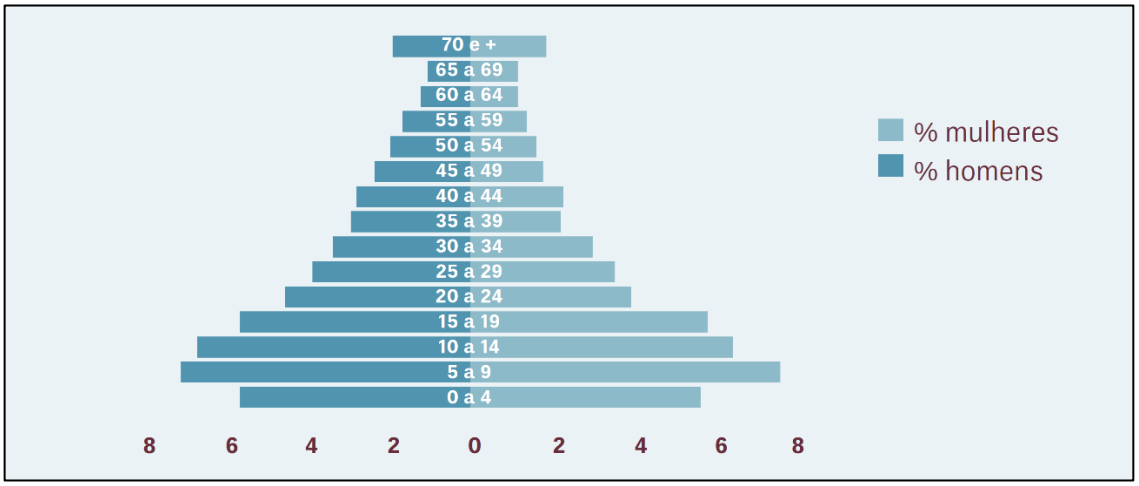


Figura 39: Pirâmide demográfica da Terra Indígena Alto Rio Negro com dados do Levantamento Socioambiental ISA/FOIRN. Fonte: PGTA WASU, 2021.

A pirâmide demonstra ainda que os residentes na Terra Indígena Alto Rio Negro têm, em sua maioria, entre 0 e 29 anos, somando uma população total de 11.439 pessoas, correspondendo a 66% da população da terra indígena (PGTA WASU, 2021). Também Marta Azevedo (2003), havia verificado no CIARN a prevalência de população jovem e em crescimento.

Esses dados são extremamente importantes para contextualizar as mudanças compreendidas no Alto Rio Negro: com eles sabemos que o movimento pela

demarcação das terras indígenas foi protagonizado por lideranças que representavam uma população majoritariamente jovem e em franco processo de expansão e, consequentemente, de formação de novas famílias. Não se tratava meramente de reivindicar a base material para a sustentação dos vivos, mas a segurança para viabilizar o projeto coletivo e civilizatório dos diferentes povos na sua recuperação demográfica após décadas de alta mortalidade, migrações forçadas e violências contra sua organização socioespacial. É preciso ter essa dimensão em conta quando falamos em território para os povos do Alto Rio Negro.

Manejo ambiental tradicional

A região do Alto Rio Negro é caracterizada por ser um ambiente de águas pretas, reconhecidamente marcado por limitações ecológicas significativas, apresentando serrapilheira mais pobre em nutrientes e decomposição mais lenta por conta da acidez do solo e das águas (MORAN, 1991).

O Rio Negro é o maior rio de águas pretas do mundo e seus afluentes correm nas falhas e fraturas do Complexo Guianense (CABALZAR & RICARDO, 2000). Suas águas correm por uma planície que possui pequenos declives onde existem corredeiras, chamadas localmente de “cachoeiras”, que tornam a navegação desafiadora e, alguns locais, impossível, de modo que os viajantes precisam retirar a embarcação da água e percorrer por terra o trecho a ser superado.

A acidez das águas do Rio Negro impõe dificuldades para as populações de peixes que, embora ocorram com grande diversidade, possuem populações pequenas e, em algumas áreas, uma limitação significativa da disponibilidade de pescado. Essa condição é potencializada pelo intenso regime de cheias e vazantes dos rios e pela opacidade das águas. Os indígenas desenvolveram técnicas especializadas para pesca, que é realizada através de armadilhas permanentes, normalmente junto às

cachoeiras, e também com facho, malhadeira, caniço e anzol, a depender do ambiente e da época do ano.

Predomina no Rio Negro uma vegetação denominada *Campinarana*, também chamada *caatinga amazônica*, um tipo vegetacional só encontrado na Amazônia, caracterizado por espécies arbustivas e gramíneo-lenhosas variando de 6 a 20 metros, muito associadas a áreas deprimidas, quase sempre encharcadas, com solos aronosos. Pressupõe um tipo de clima superúmido quente, com precispitações superiores a 3.000 milímetros anuais (IBGE, 2018).

Figura 40: Campinarana no Rio Negro. Fonte: Fernando Damasco, 2022.

De acordo com a Base Contínua de Vegetação do Brasil (IBGE, 2018), no Alto Rio Negro ocorre ainda a Campinarana florestada, um subtipo de campinarana alta, semelhante a uma floresta riparia. Verifica-se também a ocorrência de floresta ombrófila aberta submontana com palmeiras e a floresta ombrófila densa

submontana. As áreas florestadas podem estar localizadas em terra firme ou em áreas de igapó.

As áreas de terra firme têm uma importância muito grande para a população local, pois são aquelas em que conseguem estabelecer suas roças. Os solos na região são considerados pobres e pouco favoráveis ao aproveitamento agrícola, com acidez por volta de 4 pH, isto é, para serem corrigidos, exigiriam a aplicação de 500 kg de calcário por hectare e uma adubação de nitrogênio, cálcio e fósforo como reforço (RIBEIRO, 1995). Essa condição é mais expressiva na bacia do Uaupés, onde, de acordo com a Base Contínua de Pedologia do Brasil (IBGE, 2017), há predomínio de espodossolos humilúvicos, extremamente arenosos, com baixa capacidade de retenção de água (EMBRAPA, 2023), contando ainda com algumas ocorrências de neossolo quartzarênico e de latossolo amarelo, dois tipos de solos considerados limitados e indicados para culturas como a da mandioca, da batata doce e do coco.

O espodossolo humilúvico está presente também no baixo Içana pela margem direita, sendo a margem esquerda composta predominantemente por neossolo quartizarênico. No médio Içana, encontram-se o neossolo quartzarênico pela margem direita e, pela esquerda, o latossolo amarelo, este um pouco menos limitado, podendo ser alvo de aproveitamento agrícola. O médio Içana, entretanto, é uma área com muitos lagos e igapós, o que dificulta bastante a instalação das roças. No alto Içana, encontram-se o espodossolo humilúvico e o latossolo amarelo.

No Rio Negro acima e no Rio Xié, há predominância do latossolo amarelo e do latossolo vermelho-amarelo, ambos menos limitados (EMBRAPA, 2023) e, por isso, essa é a região com melhores condições para o desenvolvimento das roças na região.

A figura 42, extraída do mapeamento do Projeto RADAM Brasil de 1976, comprova o baixo potencial de aproveitamento agrícola dos solos da região.

Para lidar com essas condições pouco favoráveis, os indígenas do Alto Rio Negro desenvolveram a cultura da mandioca brava (maniva), planta perfeitamente

adaptada às condições locais, correspondendo até 90% das áreas cultivadas pelos indígenas, chegando-se a identificar entre 200 e 300 variedades na escala regional (ELOY, 2002), cujo intercâmbio entre os grupos locais se garante através das trocas matrimoniais, uma vez que as mulheres levam com elas as sementes. Através de um sistema artesanal de processamento que retira o componente venenoso (glucósidos cianogênicos) e gera inúmeros subprodutos – o tucupi, a tapioca e a farinha –, sendo a base da alimentação. Ludivine Eloy (2002) sintetizou esquematicamente o processamento da mandioca brava, que reproduzo na figura 43.

Diante de todas essas limitações, os povos rionegrinos foram desenvolvendo formas de convivência com seus ambientes, que implicam em "estratégias de diversificação" (MORAN, 1991). Berta Ribeiro (1995) destaca algumas estratégias e técnicas desenvolvidas pelos povos rionegrinos associados à preservação de seu ambiente:

> Manutenção de pequenas aldeias e roças que minimizam o impacto da exploração humana sobre peixes, mamíferos aquáticos, quelônios, caça terrestre e arborícola; dispersão das comunidades ao invés do seu amontoamento; manutenção de uma "terra de ninguém" entre as áreas ocupadas para a formação de reservas faunísticas; mobilidade frequente das roças e aldeias para evitar a superexploração do ambiente; pequena taxa de incremento populacional mediante contenção da natalidade; tabus alimentares destinados a salvaguardar espécies ameaçadas; plantio de espécies vegetais nas margens dos rios, nas capoeiras, ao longo das trilhas, em clareiras naturais da floresta, destinadas a atrair a caça e aumentar a população faunística (RIBEIRO, 1995: 13).

Investe-se no aproveitamento complementar dos recursos disponíveis, o que só é possível através de um pujante sistema de trocas entre os grupos locais. Os NADUHUPY, caçadores-coletores de excelência, e os TUKANO, bons horticultores e pescadores, possuem uma economia complementar.

Outro elemento importante é a agricultura de coivara, que envolve a derrubada da vegetação primária para abertura de pequenas clareiras para o estabelecimento da roça. Após um período curto de aproximadamente três anos de produção, a área é

abandonada e abre-se uma nova roça, de modo que se possa permitir a recuperação da vegetação.

Além disso, de tempos em tempos, conforme a área no entorno das comunidades vai se esgotando, pode-se decidir pela mudança e o estabelecimento em nova área. A antiga localização passa a ser denominada *wii'to* na língua Tukano, que quer dizer sítio antigo. Essa área passa então a ser dedicada à recuperação da capoeira, podendo ser novamente ocupada dentro de algumas décadas. A figura 44 apresenta um mapeamento de sítios antigos realizado por agentes indígenas de manejo ambiental da FOIRN para o alto rio Tiquié.

Considerando-se sua importância cultural, em 2010, o modo de roçar a terra dos indígenas do Alto Rio Negro foi reconhecido como um Sistema Agrícola Tradicional, tendo sido inscrito no Livro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e concedido o título de Patrimônio Cultural do Brasil[32].

Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2022), indicam uma produção anual de 4,7 mil toneladas de mandioca em São Gabriel da Cachoeira, sendo o produto da lavoura temporária mais produzido na região. Os demais produtos produzidos anualmente são o abacaxi (336 mil frutos), a cana-de-açúcar (1 mil ton.), a melancia (53 ton.), a abóbora (38 ton.), entre outros. Entre os produtos do extrativismo mais coletados estão o açaí (737 ton.), o fruto da bacaba (328 ton.), o coco do buriti (239 ton.), a palha do buriti (104 ton.) e o coco da pupunha (102 ton.). Repare-se que tanto entre os produtos da lavoura temporária (91 ton.), como nos produtos do extrativismo (287 ton.), são mencionados "outros produtos" não pré-listados dentre as opções do questionário do IBGE, o que expressa a significativa diversidade de produção agroextrativista do Alto Rio Negro.

[32] Para mais detalhes, consultar Brayner (2019).

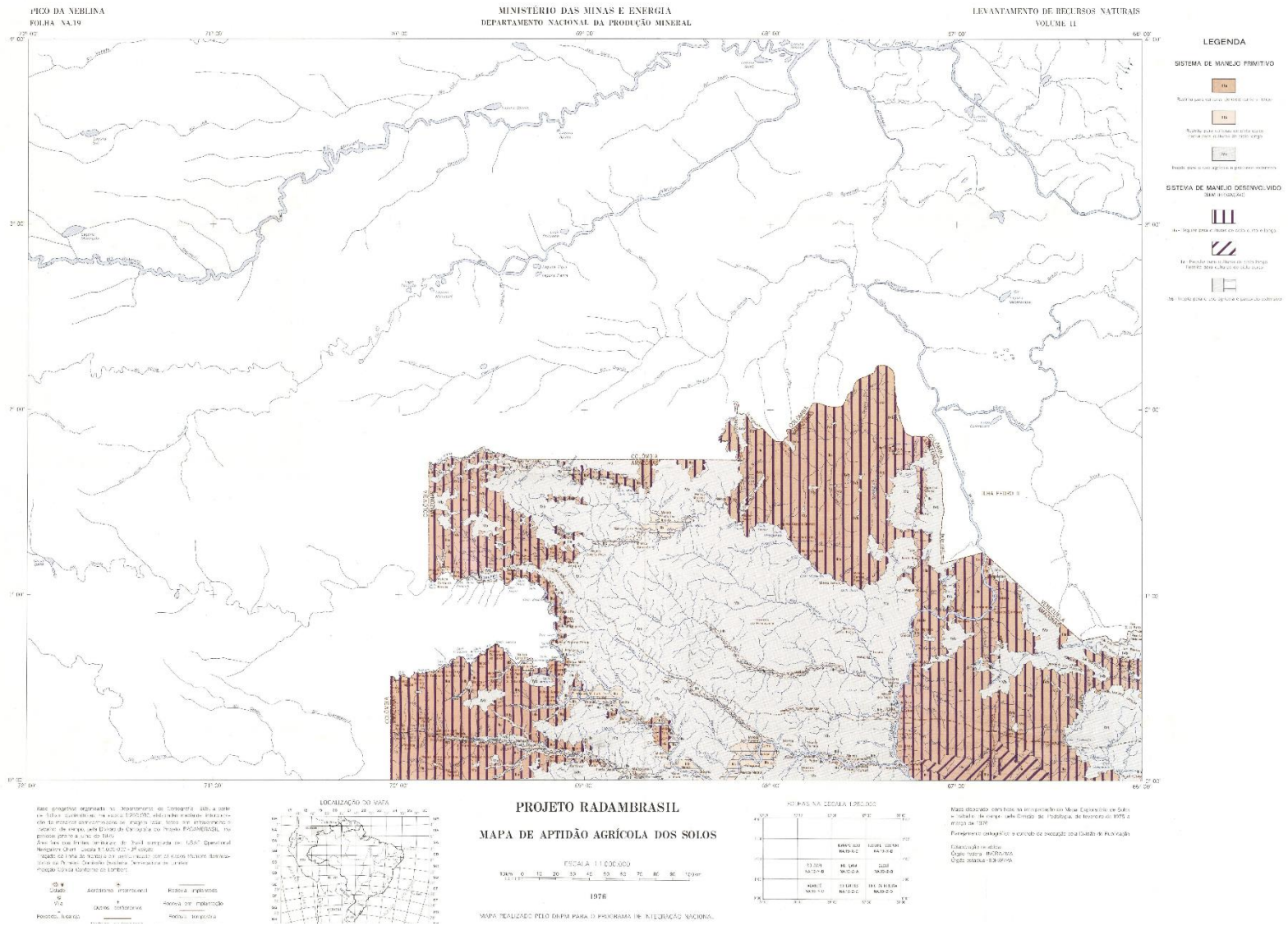


Figura 41: Mapa de aptidão agrícola dos solos. Fonte: RADAMBRASIL, 1976.

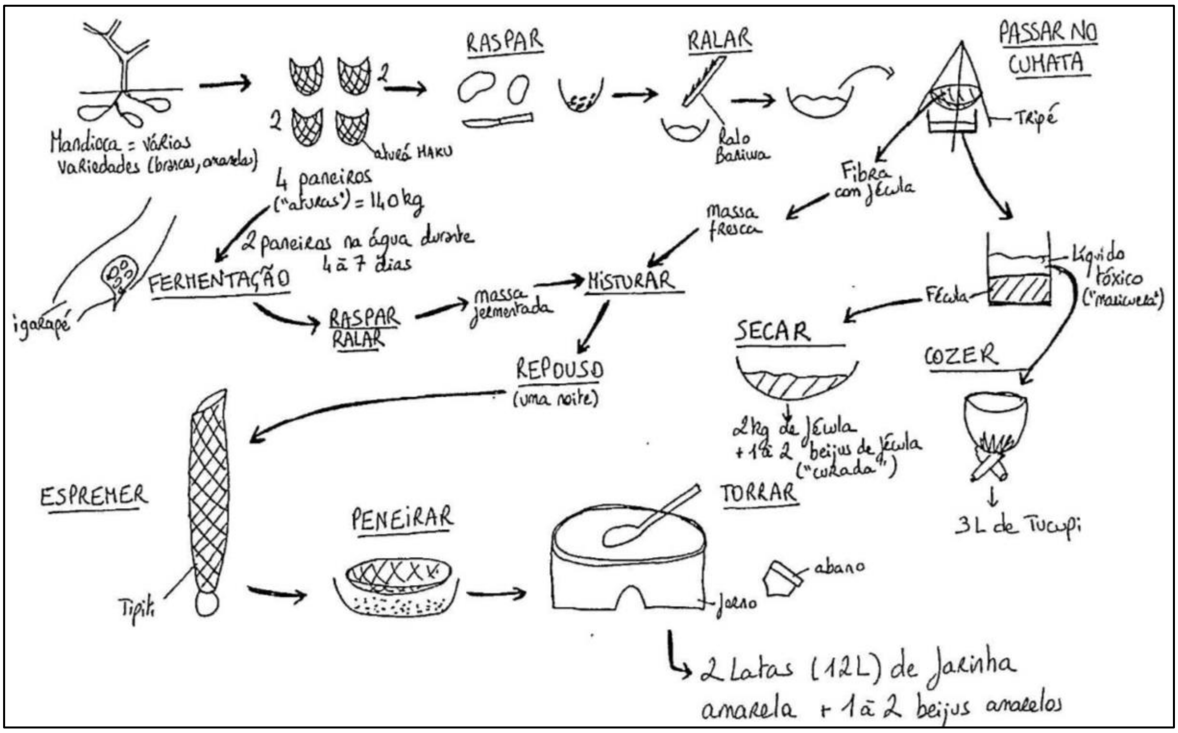


Figura 42: Sistema de transformação da mandioca para a fabricação da farinha. Fonte: Ludivine Eloy (2002: 9).

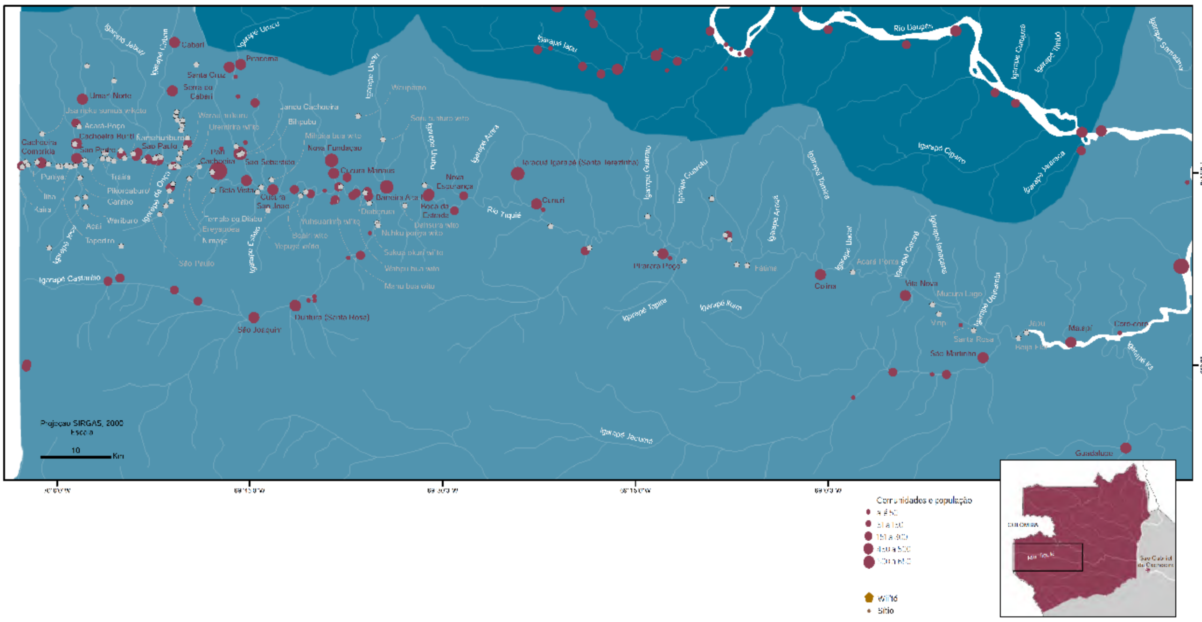


Figura 43: Distribuição dos wii'to no alto rio Tiquié. Fonte: PGTA-WASU, 2019.

Pode-se verificar, enfim, que esses povos souberam desenvolver um conjunto de tecnologias que lhes permitiu não só sobreviver nesses ambientes, mas constituí-lo de elementos suficientes para garantir uma vida autônoma e saudável a partir da interação com o seu ambiente, que, nas realidades míticas, é constituído do mesmo pó de ipadu que compõe os seres humanos. Esta capacidade adaptativa e criativa, entretanto, é fortemente tensionada por um conjunto de acontecimentos que lhes impuseram concepções exógenas e estranhas da vida social, doenças e moléstias que não sabiam existir, obrigando-os à interação desigual com novos e violentos interlocutores, que os inventaram como indígenas.

Capítulo 3
“AQUI NÃO TEM NADA”: A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONTROLE COLONIAL DO ESPAÇO RIONEGRINO

> *Convidei o tuxaua para o café e o almoço; distribuí presentes e ostentei a maior despreocupação, mas só muito lentamente as condições melhoraram, e depois de três dias de viagem tive de reconhecer que o tempo de que dispunha não era suficiente para conquistar a confiança destes índios ao ponto de eles permitirem um estudo regular da sua cultura intelectual. A eterna resposta deles – a única que sabiam falar em português – era:* ***aqui não tem nada****, pronunciando com tal ênfase que dava para desanimar o mais tenaz investigador*.
>
> (NIMUENDAJÚ, 2015 [1950]: 34, ênfase nossa).

Para compreensão dos processos de territorialização no Alto Rio Negro, com foco no reconhecimento das terras indígenas e nas mudanças sociais associadas, é preciso retomar a situação geográfica anterior ao período das demarcações, quando as populações rionegrinas se encontravam submetidas a um intenso processo de controle seja pela Coroa Portuguesa, por mercadores portugueses, depois brasileiros, colombianos e venezuelanos e por missionários. A exploração comercial por meio do sistema de aviamento permanece uma realidade, estando muitos indígenas endividados com os patrões do extrativismo, em um sistema de dependência que atravessou gerações. Trata-se aqui, portanto, de um exercício de compreender a formação do controle territorial, isto é, nos termos de Lia Osório Machado (1997: 19), “do exercício de um poder diretivo e repressor sobre o território” e de como os indígenas a ele reagiram, com ênfase na dimensão espacial das reações.

Neste capítulo, buscaremos estabelecer dois âmbitos interpretativos para a colonialidade do poder: o primeiro, como um processo social motivador da diferença colonial e, depois, como um estado de coisas, um "lugar epistêmico" de onde se projetam os vetores legitimadores do poder colonial, o que será aprofundado nos capítulos subsequentes.

O debate latino-americano sobre o estabelecimento da modernidade-racionalidade europeia (QUIJANO, 2019a [1992], MIGNOLO, 1995) é enfático no sentido de que a colonização não se restringiu apenas à relação de superioridade política genérica, sendo muito mais um processo político, social e cultural de dominação que se desdobrou sobre os "modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos, modos de significação, sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, intelectual ou visual" sobre os povos de todos os continentes (QUIJANO, 2019a [1992]: 105). Quijano (2019b [2000]) estabelece a diferenciação entre colonialidade e colonialismo. Para o autor, o colonialismo refere-se estritamente a uma estrutura de dominação e exploração, em que o controle da autoridade política, dos recursos e do trabalho de uma população determinada é detido por outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão em outra jurisdição territorial, mas que, nem sempre implica em relações racistas de poder. A colonialidade, por sua vez, tem se mostrado mais duradoura que o colonialismo, e:

> se funda na imposição de uma classificação social/étnica da população do mundo como pedra angular de dito padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e da escala social. (QUIJANO (2019b [2000]): 151, tradução livre).

Ela é a cara oculta da Modernidade (MIGNOLO, 2003a, 2003b), que permanece reproduzindo-se à medida que avança o projeto neoliberal pelo mundo. Mignolo destaca que não há Modernidade sem Colonialidade, uma vez que a Modernidade "necessita da colonialidade para instalar-se, construir-se e subsistir. Não houve, não há e não haverá Modernidade sem colonialidade" (MIGNOLO, 2003a: 35).

Para Mignolo (2003a), as diferenças coloniais:

> foram construídas pelo pensamento hegemônico em distintas épocas, marcando as faltas e os excessos das populações não europeias, e agora não estadunidenses, que necessitavam ser corrigidas. A diferença colonial, ou as diferenças coloniais, foram mascaradas e vendidas como "diferenças culturais" para ocultar a diferença de poder; isto é a colonialidade do poder (MIGNOLO, 2003a, p. 27, tradução livre).

O estabelecimento dessas diferenças foi uma marca constitutiva de todo o processo colonial, materializado a partir de categorias classificatórias das pessoas e de populações, que buscavam, ao mesmo tempo, organizá-las em um contexto de escala evolutiva quanto ao domínio de técnicas e linguagens consideradas evoluídas pelos colonizadores e, ao mesmo tempo, exercer o controle da população não-europeia, que precisava ser dominada e inserida nos modelos europeus de sociabilidade. Essa classificação social, distinta daquela profundamente estudada pelo materialismo histórico-dialético, é trabalhada por Quijano (2019 [2000]) a partir do que ele denomina como *teoria histórica da classificação social.*

De fato, a atuação espacial dos agentes coloniais foi decisiva para a conformação de movimentações por parte dos indígenas na segunda metade do século XX, quando, mediante a insatisfação com as condições de vida a que eram submetidos, buscavam a superação destas relações desproporcionais por meio do reconhecimento do direito à terra e à reprodução de seus elementos culturais.

É importante considerar que um estudo de situações se pretende um instrumento para compreender a mudança socioespacial, de modo que não é meu objetivo realizar aqui um estudo historiográfico de recuperação de fontes[33] e especificidades acerca dos fatos históricos, mas buscar identificar "modalidades de interdependências que associaram entre si um conjunto de atores em diferentes momentos do tempo" (PACHECO DE OLIVEIRA, 1988: 61) e do espaço.

[33] Para uma recuperação histórica detalhada para a região do Alto Rio Negro, ver WRIGHT, 2015, 1992; BUCHILLET, 1992.

Descimentos – desterritorializações e a necessidade do refúgio

A região do Rio Negro foi alvo de inúmeras iniciativas visando a sua ocupação, sempre articuladas ao aproveitamento e espoliação de suas riquezas e ao controle de uma área considerada o "core" continental da América do Sul, sendo drenada pelo maior afluente da margem esquerda do Rio Amazonas.

A situação dos indígenas rionegrinos ao longo do século XX é produto de diferentes ações estatais, normalmente viabilizadas por meio da ação de missionários e de comerciantes que tinham como objetivo ampliar a exploração dos indígenas como mão-de-obra para os principais centros coloniais – Airão, Manaus, Belém, São Luis, entre outros –, bem como estabelecer um mercado consumidor de mercadorias manufaturadas que justificasse o poderio e o controle português sobre a região. Por outro lado, o extrativismo do látex e depois da piaçava configuram como elementos importantes para a compreensão da situação de dependência da população indígena em relação aos patrões e aos comerciantes responsáveis pelos regatões.

Como se reveste de destacada importância geopolítica desde os tempos da colonização, a região foi visitada e percorrida por muitos viajantes e pesquisadores (WALLACE, 1979 [1889]; NIMUENDAJÚ, 2015 [1950]; KOCH-GRÜNBERG, 2006 [1910]; COUDREAU, 1889; entre outros) que, em diferentes momentos da história, registraram e documentaram a situação das principais calhas que compõem a região do Alto Rio Negro, evidenciando-se um conjunto de deslocamentos, movimentações e arranjos a que se submeteram os indígenas por conta das agências colonizadoras. Não nos interessa aqui exaurir estes relatos, algo já feito por pesquisadores que me antecederam (BUCHILLET, 1992; WRIGHT, 2005), mas recolher elementos que nos auxiliem a compreender as transformações verificadas no Alto Rio Negro a partir da década de 1990, quando ocorrem as principais demarcações territoriais por parte do Governo Federal.

As primeiras referências documentais sobre a região estão associadas a duas expedições comandadas por Philip Von Hutten e Hernain Perez da Quesada (1538-1541) oriundas da Venezuela em busca do *El Dorado*, uma terra rica em ouro cujo centro supostamente ficava na Serra de Parima. A partir de então, foram realizadas outras expedições que buscavam reconhecer a grandiosidade do Rio Negro, as características de seus habitantes e a possibilidade de estabelecimento de novas edificações (WRIGHT, 1992). Desde então, os relatos dos viajantes indicavam a "característica belicosa" de seus habitantes e a inevitável necessidade de que fossem "pacificados" e "catequizados", de modo a fazer avançar os interesses da colonização.

A partir de 1657, os povos do Baixo Rio Negro começaram a se confrontar com as incursões de tropas e comissários portugueses que, por meio das chamadas *tropas de resgate*, capturavam e transportavam indígenas de grupos considerados hostis para os centros coloniais onde sua mão-de-obra seria explorada de diferentes formas, mas principalmente nas construções de novas edificações a serem utilizadas nas necessidades da elite urbana. Além da captura direta, os portugueses também se valiam da intermediação de chefes de tribos amigas[34], que efetuavam expedições para fazer cativos, que seriam posteriormente trocados por bens europeus (BUCHILLET, 1983). Esses "descimentos" tinham como objetivo povoar os aldeamentos e centros comunitários, de modo a viabilizar a ocupação territorial portuguesa e a expansão dos núcleos de povoamento e colonização.

O acesso ao Alto Rio Negro, entretanto, era dificultado pelos Manao, que infringiam aos colonos grandes derrotas. Diante deste quadro, o governador do Estado do Maranhão e Grão Pará, organizou várias expedições punitivas entre 1723 e 1725, de modo a desfazer a resistência dos indígenas. Fala-se de mais de 20.000 mortos ou

[34] Segundo Buchillet (1992), os Manao (cujo nome foi utilizado para nomear a capital do Amazonas) controlavam todo o curso inferior do Rio Negro, estavam desde 1690 em relações comerciais com os holandeses do canal do Essequibo, passando do comércio de bens ao de escravos. Durante suas expedições, entraram em contato com as "tropas de resgate" portuguesas e os colonos, fornecendo escravos indígenas para eles até 1725.

capturados nessas expedições (HEMMING, 2007 [1978]). O resultado destas guerras foi o despovoamento do Baixo Rio Negro, o que possibilitou aos portugueses a penetração no Alto Rio Negro.

Podemos definir os descimentos e as expedições punitivas como um violento processo de desterritorialização, nos termos referidos por Haesbaert (2016 [2004]: 312), isto é, como episódios de "efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle de seus territórios". A instabilidade e a fragilização se configuram aqui através das táticas de sequestro e ameaças permanentes a que foram submetidos os indígenas, seja pela iminente possibilidade de terem suas vidas alteradas em virtude do projeto colonizador, seja pela necessidade de permanentes reacomodações espaciais em virtude das alterações nos padrões produtivos e nos ritmos comunitários produzidos pelas investidas dos colonos.

Para os indígenas, a ampliação dos descimentos implicava em alterações significativas de sua organização social e espacial. Ao passo que perdiam membros de suas comunidades, implicando o decréscimo populacional e a dificuldade de reprodução física dos grupos, o risco de captura e desterro levava os indígenas e buscarem o refúgio nas matas, em áreas mais afastadas e distantes dos rios principais. Os grupos cujas aldeias ficavam nos grandes rios – Uaupés, Içana e Xié – acabavam sofrendo com maior intensidade. Nesse processo, grupos inteiros foram aniquilados e outros acabaram forçados a se dispersar ou a formar alianças com grupos até então desconhecidos de modo a conformar a defesa diante da ameaça portuguesa. Muitas comunidades buscavam também se refugiar em áreas mais remotas, menos acessíveis aos comerciantes escravizadores. Constituíam sítios onde poderiam permanecer com relativa tranquilidade, embora para isso tivessem que conviver com situações mais difíceis em termos de provimento de recursos alimentares, numa espécie de autorreclusão frente à iminência dos processos de desterritorialização.

De modo a facilitar os descimentos, a Coroa Portuguesa, a partir de 1763, instalou três fortalezas ao longo do Rio Negro – São Gabriel, Marabitanas e São Felipe[35] (figura 45). Essas novas fortificações viabilizaram a presença portuguesa permanente em toda a região. Os carmelitas[36] ficavam responsáveis por adentrar os rios, percorrendo-os para a fundação de novas aldeias e povoados, que serviriam como polos de atração para a população indígena. Ao mesmo tempo que representavam uma etapa fundamental da consolidação das fronteiras brasileiras em relação aos países vizinhos, essas novas estruturas passaram a estar a serviço da mobilização de contingentes indígenas que servissem à manutenção das atividades militares e como entreposto para a criação e a manutenção de um robusto comércio de escravizados indígenas que configuraria grande parte do século XVIII.

Conflitos entre os missionários e os funcionários da Colônia levaram à retirada, em 1755, do poder temporal dos missionários pelo Marquês de Pombal, de modo que a administração das aldeias foi entregue aos "Diretores de Índios". A lei pombalina tinha como objetivo estabelecer o fim da escravidão e ampliar o projeto de assimilação dos indígenas à sociedade colonial. Esse projeto foi frustrado na mesma velocidade com que Pombal percebera que os colonos dependiam do trabalho indígena para sobreviver. Embora tivesse sido instalado um novo sistema de trabalho, ele não foi respeitado, ampliando-se os descimentos e a exploração dos indígenas pelos colonos.

[35] Este último especialmente em resposta aos espanhóis que, em 1755, haviam construído um forte na localidade de San Felipe, às margens do Rio Negro, em terras do atual Departamento de Guainia, de modo a travar o avanço português Rio Negro acima.

[36] As missões eram organizadas a partir de uma repartição territorial realizada pela Coroa entre as várias congregações religiosas definida e um Decreto Real de 1693, pelo qual a região do Alto Rio Negro foi atribuída aos carmelitas (BUCHILLET, 1992).

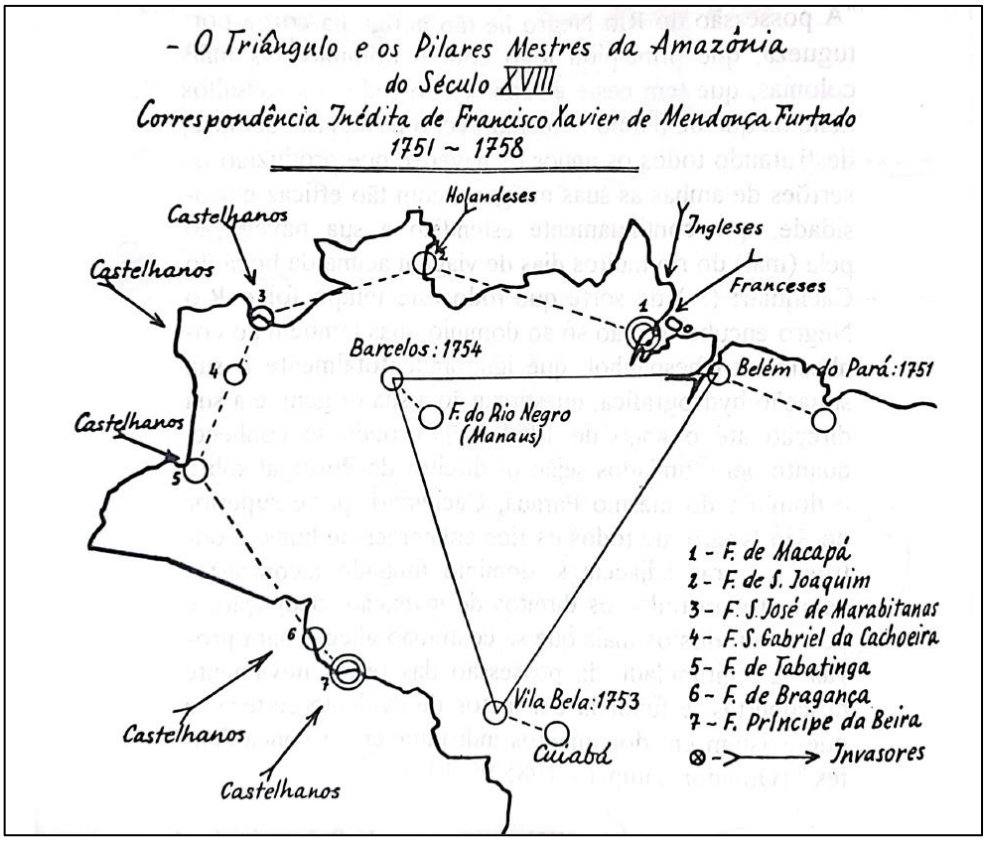


Figura 44: Os pilares mestres da Amazônia no século XVIII e as ameaças de invasão (correspondência inédita de Francisco Xavier de Mendonça Furtado – 1751-1758). Fonte: MENDONÇA, 1963.

Em 1764, os portugueses se instalaram em Ipanoré, território ancestral dos Tariano, local considerado estratégico para a ampliação dos descimentos dos indígenas (WRIGHT, 1992). Nesse período, com certa estabilidade no fluxo de descimentos e o aumento do controle dos portugueses sobre a região, ampliam-se pouco a pouco as estruturas que viabilizavam o controle colonial.

O estabelecimento da estrutura de colonização por parte dos Diretores de Índios permitiu a execução de expedições militares e a vinda de oficiais da Colônia e de naturalistas, que passaram a sistematizar informações sobre a região, dando origem aos primeiros mapas e estatísticas que permitiam que a Coroa detivesse, pela primeira vez, um quadro mais confiável dos estoques populacionais e de mão-de-obra e a sua distribuição espacial.

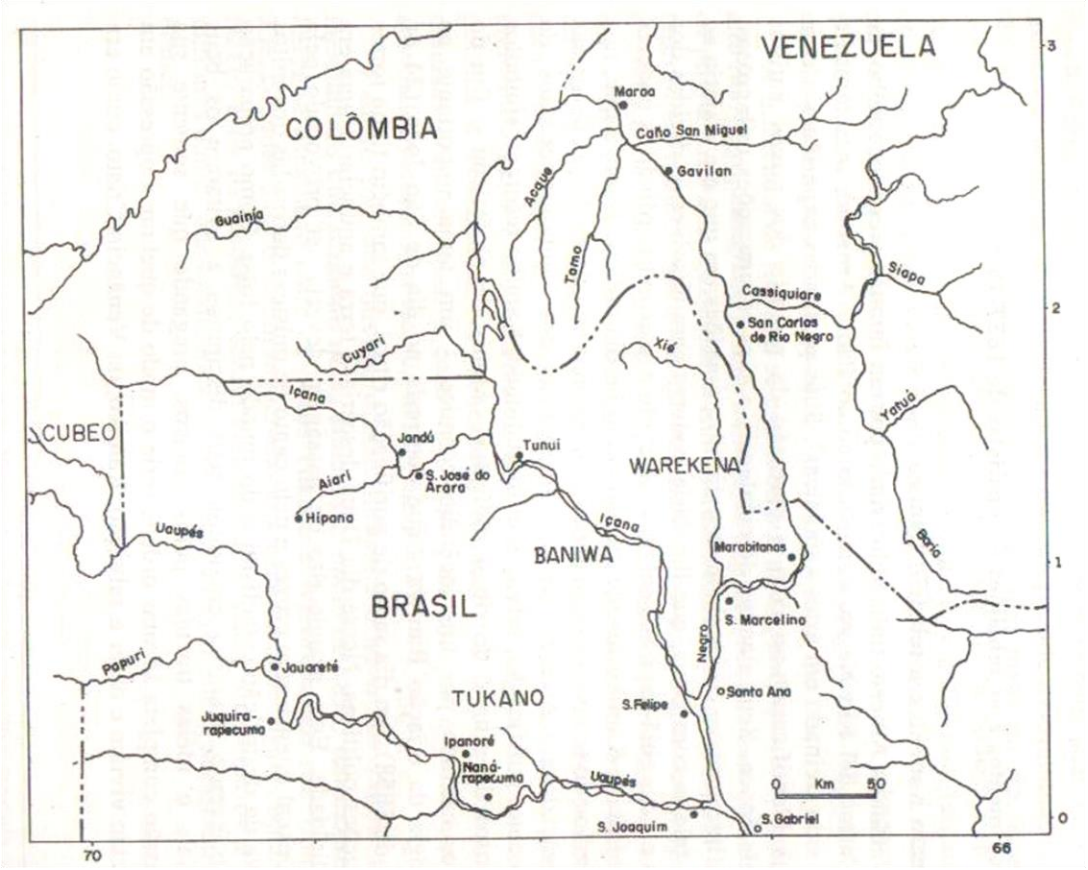


Figura 45: Mapa da região do Alto Rio Negro, com destaque para algumas localidades principais nos séculos XVIII e XIX. Fonte: Wright (2015).

Ampliação e consolidação do controle territorial colonial

Em 1798, a Rainha de Portugal, Maria I, diante do crescimento das denúncias de abusos cometidos pelos Diretores de Índios, exigiu o retorno do controle das aldeias para os missionários. Era cada vez mais evidente para a Coroa que o projeto territorial colonial exigiria uma presença permanente no Alto Rio Negro que fosse capaz de "pacificar" (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014) a relação com os indígenas. De certo modo, esse foi um marco importante da mudança no modo de operar os descimentos: as tropas de resgate seriam substituídas pela presença permanente dos missionários que permitiria o controle necessário para manter o fluxo de escravizados sem maiores dificuldades.

O registro de retorno efetivo da presença dos missionários no Alto Rio Negro é de 1832 com a chegada do carmelita brasileiro Frei José dos Santos Inocentes que se estabeleceu no Uaupés com a intenção de restaurar as aldeias e assumir o protagonismo na organização dos indígenas e na sua relação com os comerciantes.

No século XIX, mais especificamente na década de 1830, comerciantes brasileiros começaram a operar em São Gabriel e em Marabitanas, tendo a atividade comercial se consolidado por volta de 1850, se expandindo até, inclusive, as fronteiras com a Venezuela. Os indígenas eram normalmente forçados a trabalhar em prol das atividades comerciais muitas vezes sem pagamento. Neste momento, as missões carmelitas estavam consolidadas e haviam imposto uma nova organização territorial no Alto Rio Negro. A existência das missões afetou a localização das malocas e a sua organização interna. Aquelas localizadas nas proximidades dos centros missionários eram mais profundamente afetadas e influenciadas, enquanto aquelas mais distantes conseguiam, por vezes, se resguardar e resistir, mantendo por mais tempo algumas tradições e costumes.

O naturalista Alfred Russell Wallace, que percorreu a região do Rio Negro entre 1850-1852 escreveu a respeito do terror que os comerciantes impunham aos indígenas:

> À noite, chegou apenas uma parte dos habitantes. Sempre que aportam negociantes ocorre isso: temerosos de serem obrigados a acompanhá-los, alguns índios preferem manter-se ocultos. Muitos dos comerciantes deste rio são da pior espécie. Ameaçando matá-los, obrigam os índios a seguir viagem com eles. Costumam a cumprir suas promessas, uma vez que se consideram fora do alcance daquela diminuta fração de lei que mesmo no Rio Negro ainda luta para sobreviver (WALLACE, 1979 [1889] apud WRIGHT, 1987: 178).

Em 1850, a antiga capitania do Rio Negro foi transformada em Província do Amazonas. O primeiro governador, querendo desenvolver os recursos econômicos da nova província, decretou um sistema de serviço de trabalho público: todos os indígenas seriam regularmente mandados para Manaus para trabalhar contra pagamento na construção das casas da capital da nova província. Um novo decreto foi editado em 24 de julho de 1845 recriando o posto de “Diretor de Índios”, desta vez não

mais com o objetivo de superar a escravidão indígena, mas de submetê-los ao trabalho compulsório. Esse foi um período marcado pela perda de direitos, pela atração de indígenas aos povoados e vilas para serem explorados e de vultosos fluxos migratórios para a Venezuela devido à fuga da exploração portuguesa e das epidemias de sarampo e febres que dizimavam a população indígena.

Foram realizadas, então, novas tentativas para desenvolver o trabalho missionário sob a condução do Capuchinho Frei Gregório José Maria de Bene que, junto aos diretores de índios nomeados pelo presidente da província do Amazonas, buscava, por meio do trabalho de catequese e "civilização", atrair os indígenas novamente aos povoados e vilas situadas às margens dos grandes rios. Eram realizadas expedições com objetivo de capturar indígenas para o trabalho doméstico e de construção na cidade:

> Durante a dança, Bernardo, um índio de São Jerônimo, chegou da viagem que fizera ao rio Papuri. O Sr. Lima havia mandado seu filho ao encalço, pedindo-lhe que lhe arranjasse uns meninos e umas meninas índias. Bernardo viera para tratar de negócio. "Arranjar meninos" significa empreender um ataque contra a maloca de uma outra nação e capturar todas as crianças que não conseguissem fugir e não fossem mortas. (...) Os negociantes e as autoridades de Barra e do Pará encomendam aos viajantes que comerciam entre os índios alguns meninos e meninas para trabalharem em suas casas, bem sabendo qual é a maneira pela qual eles são conseguidos. (WALLACE, 1979 [1889]: 189).

Essa situação envidou o surgimento de muitas revoltas entre os indígenas, que acabavam sempre imediatamente controladas pelos diretores de índios, muitas vezes com apoio de indígenas de outros grupos. Esse quadro dramático levou a um intenso processo de despovoamento da região. Buchillet (1992: 15) cita que, em 1880, o geógrafo francês Henri Coudreau, constatava que no Uaupés achavam-se apenas algumas malocas, com "vagas lembranças" da tutela dos missionários.

Nesse período, como resposta à violência da colonização, eclodiram entre os indígenas muitos movimentos messiânicos. Normalmente chefiados por algum xamã

que associava o discurso religioso à possibilidade de libertação das opressões. Destaca-se nesse processo Venâncio Kamiko, pajé arawak muito poderoso, chamado "Christu do Içana" que mobilizou várias comunidades, anunciando-lhes que o fim do mundo estaria próximo e que só seriam poupados os indígenas do Içana e seus adeptos. Fez ainda adeptos no Uaupés, onde sua fama se espalhara rapidamente. Os movimentos messiânicos eram combatidos pelo Exército Brasileiro, o que ocasionava mais fugas dos indígenas para áreas mais remotas no interior da mata e para os países vizinhos.

O boom da borracha iniciado por volta de 1840 chegou ao Alto Rio Negro somente nos anos 1870, impondo um novo capítulo de sofrimentos e exploração para os indígenas. O sistema de exploração do caucho era controlado pelas casas de importação/exportação localizadas nas grandes cidades, encarregadas da exploração e da comercialização da borracha. Nos rios acima, estabeleciam pontos de aprovisionamento em mercadorias e em bens manufaturados dos comerciantes locais e dos coletores de borracha, normalmente indígenas. Esses postos eram comandados pelos patrões da borracha, que tinham como tarefa controlar e manter os coletores nas plantações, estabelecendo, para tal, um sistema de dependência econômica entre o trabalhador e o patrão da borracha por meio de um sistema de endividamento permanente.

Toda a região do Uaupés, como também o Caquetá e o Putumayo, na Colômbia, foram grandes áreas de exploração do caucho. Toda a produção era transportada pelas águas do Rio Negro até Manaus, onde funcionavam as grandes firmas compradoras. Os patrões colombianos comumente adentravam o território brasileiro para capturar indígenas para submetê-los ao trabalho nos barracões, muitas vezes sem remuneração.

Segundo Buchillet (1992), havia dois sistemas principais na região do Alto Rio Negro: o primeiro, em que os funcionários dos postos de comércio visitavam os povoados indígenas com mercadorias (vestidos, machados, facas, tesouras,

espelhos, anzóis, cachaça etc.), que eles trocavam por indígenas. Os patrões acreditavam que os tuxauas respondiam por grandes parcelas de indígenas e essa falsa impressão contribuiu para que muitos indígenas considerados "Maku" (Nadahup) fossem levados como escravos. Segundo a autora, no início do século XX, a maioria da população adulta Baniwa, Baré e Tukano trabalhavam nas plantações de *Hevea brasiliensis* situadas no Baixo Rio Negro. O segundo sistema adotado no Alto Rio Negro teria sido mais praticado no rio Tiquié, em que os comerciantes compravam dos indígenas a borracha que haviam coletado.

A exploração da borracha se estende até 1920, quando inicia o declínio da exploração e da comercialização em virtude da concorrência estabelecida pelos ingleses na Malásia. O período da borracha foi marcado pela exploração da mão-de-obra indígena por meio das práticas abusivas dos seringalistas e dos militares.

Nesse ínterim, houve ainda mais uma tentativa de inserção do trabalho missionário por parte dos franciscanos, que chegaram ao Alto Rio Negro em 1880. Eles se instalaram em Ipanoré, no médio Uaupés, onde instalaram um povoado "ideal", isto é, com casas unifamiliares, escola, cadeia e força policial. Neste povoado, os indígenas eram obrigados a trabalhar compulsoriamente. Os missionários passam a controlar também a atividade dos regatões, que só podiam comercializar com os indígenas sob sua autorização. Em diversas ocasiões, os franciscanos impunham violências aos indígenas, sendo o ápice a apresentação pública, a toda a comunidade, dos instrumentos sagrados e vedados à visão das mulheres. A última provocação dos franciscanos é descrita por Buchillet (1992: 19):

> A última provocação do Padre Coppi aconteceu no dia 6 de novembro de 1888[37] a Ipanoré, dando lugar a uma revolta indígena conhecida como a "revolta dos Yurupari" que provocou a fuga definitiva dos missionários franciscanos da região. O Padre Coppi convidou as mulheres a uma missa durante a noite. Subiu para a cátedra, tendo na mão um crucifixo de bronze. Tinha requisitado a ajuda do Padre Camioni que ficou perto da porta da Igreja para impedir a saída das

[37] Algumas fontes apontam também para o dia 28 de outubro de 1883 (WRIGHT, 1992).

> mulheres. O Padre Coppi, levantando bruscamente uma máscara de Yurupari, a mostrou para as mulheres que começaram a gritar e a tentar fugir, mas Camioni lhes fechava a porta. Os homens, que tinham ficado fora da Igreja, ouvindo os gritos das mulheres, lançaram-se sobre a porta da Igreja que eles conseguiram abrir. As mulheres aproveitaram para fugir na mata "esperando a morte" porque tinham visto as máscaras, o que lhes era proibido. Os pajés aproximaram-se do Padre Coppi para retomar dele as máscaras e os instrumentos sagrados. Ao que parece, um pajé atirou à queima-roupa sobre ele, mas a espingarda travou. Aproveitando a confusão que se seguiu, Coppi se livrou dos índios com, golpes de crucifixo nas suas cabeças e foi ajudar o Padre Camioni que estava lutando com vários índios. Os dois conseguiram fugir, decididos a nunca mais voltar para a região (BUCHILLET, 1992: 19).

Após a saída dos missionários, uma parte dos indígenas retornaram às malocas, enquanto outra significativa deixaram o território brasileiro. As atividades missionárias só foram reiniciadas em 1915 com a chegada dos salesianos, dando início a mais permanente e decisiva presença missionária no Alto Rio Negro.

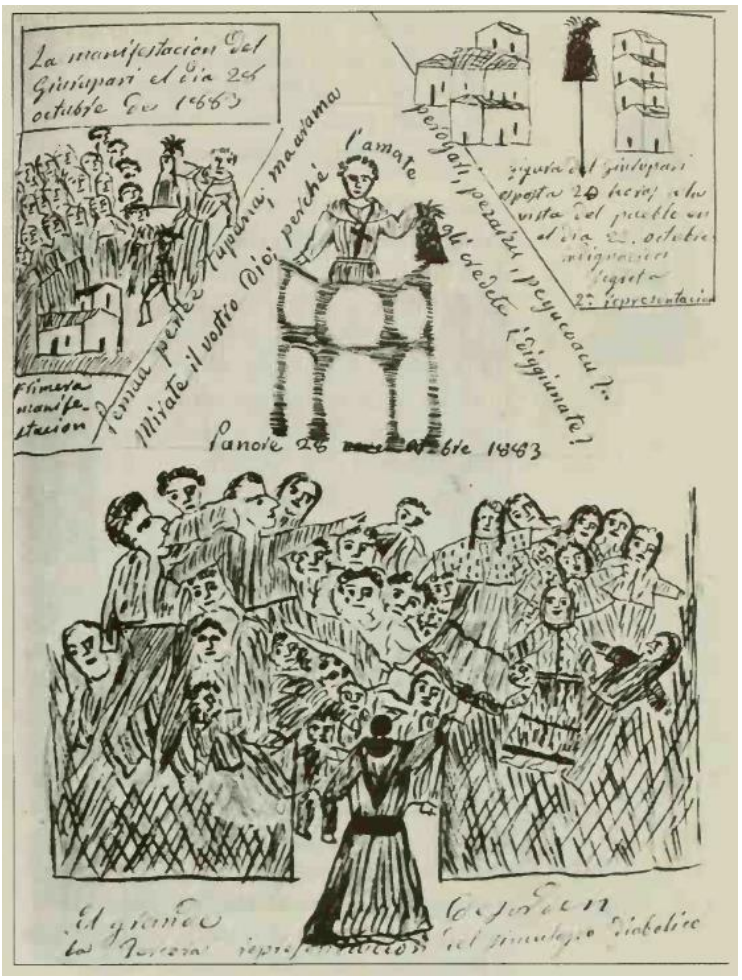


Figura 46: Desenho do frei franciscano Matteu Camioni, também entre os Tariana do Ipanoré, 1883. O desenho mostra um incidente no dia 28 de outubro de 1883, em que Cagnari, juntamente com Coppi, expuseram a máscara de "Jurupary" na capela, diante de toda a comunidade reunida em missa. Fonte: Wright, 1992.

Projeto salesiano de dominação e reconfiguração do espaço

A chegada dos salesianos ao Alto Rio Negro se deu em um contexto de intensiva exploração dos indígenas por parte dos patrões da borracha. Com a saída dos franciscanos, muitos povoados e os antigos centros missionários haviam sido abandonados, de modo que havia inúmeras casas e malocas abandonadas em estado de deterioração. Em viagem pelo Alto Rio Negro em 1908, o bispo de Manaus, Frederico da Costa, descreve um cenário de miséria, abandono e forte exploração por comerciantes brasileiros e colombianos.

Diante deste quadro, em 1914, é criada a Prefeitura Apostólica do Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, tendo sido atribuída, pelo Papa Pio X, a

responsabilidade de catequese da região à Congregação Salesiana de Dom João Bosco. Em 1925, a prefeitura foi elevada à prelazia e hoje corresponde à Diocese de São Gabriel da Cachoeira. Nos anos seguintes, a missão salesiana estabeleceu centros missionários em Taracuá (baixo Uaupés), em 1923, em Santa Isabel do Rio Negro (Baixo Rio Negro) e Iauaretê (alto Uaupés), em 1929, em Pari Cachoeira (rio Tiquié), em 1945, e em Assunção do Içana, em 1955.

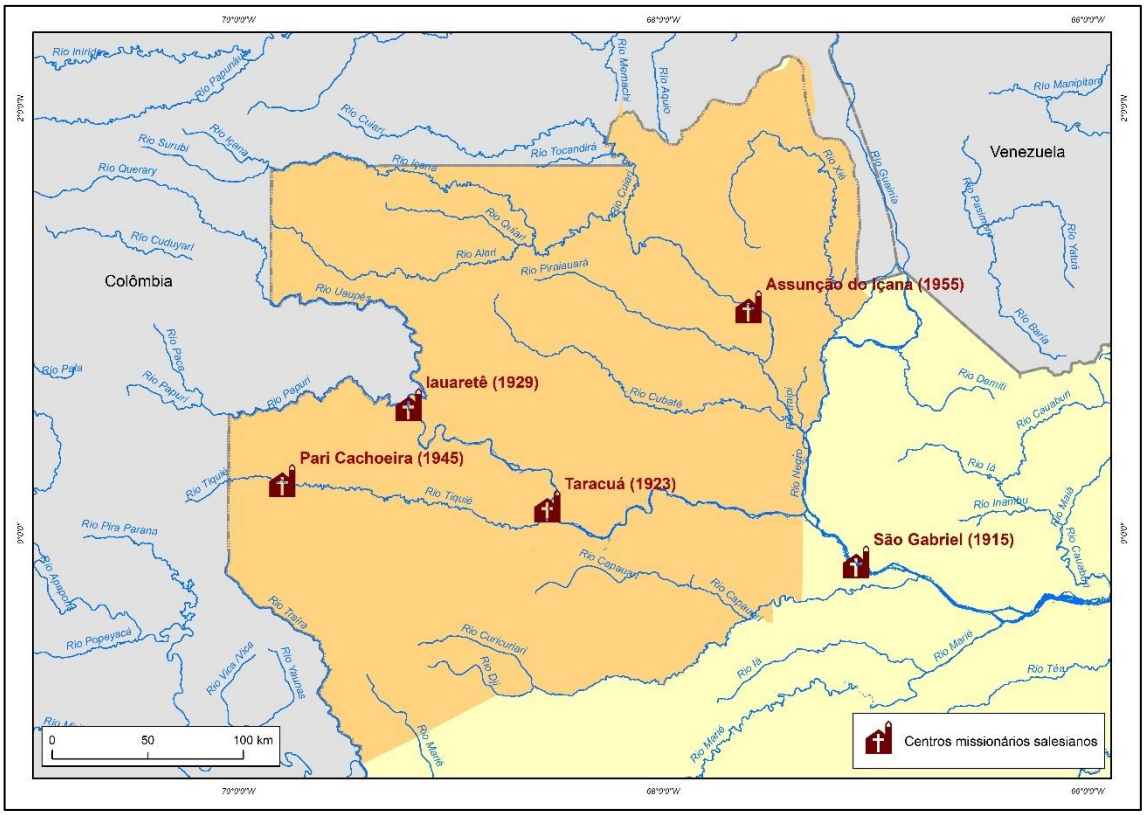


Figura 47: Mapa da distribuição dos centros missionários salesianos no Alto Rio Negro e suas respectivas datas de fundação. Fonte: Fernando Damasco, 2023.

A situação do Alto Rio Negro no início do século XX foi registrada no relato de Curt Nimuendaju que, em 1927, fez uma viagem pela região e descreve comunidades despovoadas e situações de exploração das comunidades por comerciantes brasileiros e colombianos. Interessante notar que um dos aspectos ressaltados por Nimuendajú em suas observações diz respeito à localização das comunidades. Tendo se baseado no relato de Koch-Grunberg (2006 [1910]) que, entre 1903 e 1905, percorrera a região, o etnógrafo constata que as aldeias haviam se remobilizado completamente; trechos inteiros dos rios maiores encontravam-se desabitados, enquanto nos afluentes eram

encontradas, à distância das margens, as novas malocas que buscavam resistir aos ataques dos brancos.

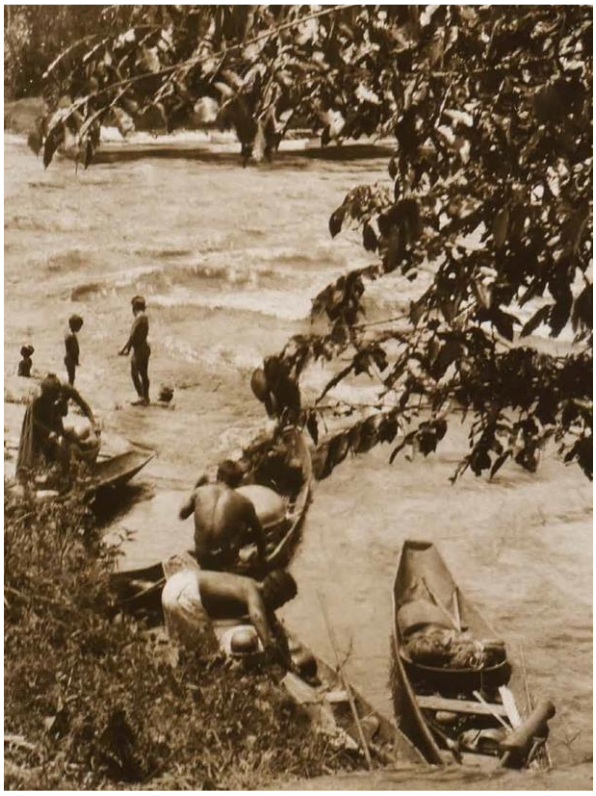


Figura 48: Indígenas Hohodene, dirigindo-se para a maloca Tucandira dos Awadzurunai, passam a Yandu-Cachoeira. Fonte: Nimuendajú (2015 [1950]).

Dois trechos do relato de Nimuendajú dão conta da situação de violência a que se encontravam submetidos os indígenas. O primeiro, pela surpresa manifestada pelos indígenas de que ele não seria um branco como os demais, de quem esperavam o roubo e a exploração:

> Quando deixei a maloca o mais novo e mais confiantes dos meus remadores, o curumim João, não pôde se conter dizendo-me que estranhava muito que eu não tivesse carregado nem o grande peneiro cheio de farinha que estava em cima do jirau da maloca e nem tão pouco a cunhamucú, como qualquer outro branco em meu lugar teria feito sem dúvida (NIMUENDAJÚ, 2015 [1950]: 45).

O segundo nos oferece a constatação do que representava a chegada da Modernidade para os povos do Rio Negro:

> O tempo moderno chegou para que transforme o selvagem livre num escravo, espezinhando os seus sentimentos elevados e com eles o seu prazer de vida. Do alto Uaupés desce a tirania aniquiladora dos balateiros colombianos, enquanto do Rio Negro vem subindo a influência da missão católica, sufocando todas estas manifestações da arte primitiva, ligada inseparavelmente às cerimônias pagãs destes índios. Os Uanana e os Cobeua, seus vizinhos pelo lado de cima, são hoje os únicos índios que ainda conservam as danças de máscaras (NIMUENDAJÚ, 2015 [1950]: 53).

Essa "influência da missão católica" a que se refere Nimuendajú vai se ampliar decisivamente ao longo do século XX, tendo os salesianos se constituído como o principal ator de catequização dos indígenas do Alto Rio Negro, impondo uma nova forma de organização social e espacial que pressupunha o abandono dos elementos culturais tradicionais – a língua, os rituais, as formas de habitação, as formas de produção, entre outros impactos sobre a vida indígena. Em sua chegada, os missionários assumiram o papel de libertadores dos indígenas do poder dos comerciantes, facilitando sua recepção nas comunidades.

A estratégia de catequese dos salesianos se constituiu em dois aspectos principais, como defende Buchillet (1992): primeiramente, construir ou restaurar os antigos centros missionários e dotá-los de infraestrutura e, a partir deles, realizar viagens pela região celebrando a missa ao menos uma vez ao ano em cada povoado; depois, apostaram na reorganização espacial das comunidades, com o abandono da maloca e a instauração de um novo modelo de povoado, nos moldes dos antigos aldeamentos e arraiais. Articulavam, portanto, a atração das crianças e jovens e sua fixação nos internatos, e, ao mesmo tempo, a vigilância permanente a respeito da organização das comunidades e dos povoados.

Figura 49: Os Kubewa do rio Uaupés (legenda original do autor). Fonte: Niemuendajú, 2015 [1950].

Os centros missionários salesianos eram compostos pela estrutura dos internatos masculino e feminino, onde as crianças indígenas eram alfabetizadas na língua portuguesa e, em algumas localidades, na língua geral. São muito comuns entre os indígenas os relatos de castigos físicos impostos pelos missionários para aqueles que insistissem em falar na língua materna, seja por livre vontade, seja por dificuldade de falar a nova língua, além de um conjunto de restrições a que eram submetidos nos internatos:

> Alguns contam, hoje em dia, episódios de significativos da vida nestas casas. Por exemplo, relatam que num período em que certo padre alemão ficou como diretor da casa de Pari-Cachoeira as crianças não podiam tomar banho ao acordar, prática indispensável na rotina dos índios. Na igreja havia a divisão dos sexos, cada um ficava de um lado, ao entrar não se podia sequer olhar para o lado e, durante toda a celebração, todos deveriam manter os olhos fixos no oficiante, senão poderiam ser agredidos com tapas ou castigos, e assim por diante. Enfim, tratava-se de um ambiente completamente estranho à realidade

> local, no qual ideias tais como as de pecado, indecência e infração eram projetadas sobre os atos mais simples (CABALZAR & RICARDO, 1998: 95).

Além disso, os missionários desacreditavam os rituais tradicionais e as práticas de cura e pajelança, considerando-os práticas de bruxaria e encantamento:

> Desestimularam também os índios Tukano e Baniwa de praticar os rituais de iniciação masculina conhecidos na região como rituais de Yurupari, empreenderam campanhas de difamação e de ridicularização contra as atividades dos pajés locais, proibiram o consumo de bebidas alucinógenas, saquearam as malocas indígenas roubando enfeites e instrumentos de música cerimoniais (ver, notadamente, o Museu Salesiano de Manaus que detem várias flautas e trombetas de Yurupari); em breve, tentaram acabar com a cultura indígena dos índios Tukano e Arawak que se confrontaram assim com uma outra forma de violência e desrespeito pela sua cultura (BUCHILLET, 1992: 22).

Um relato contundente é oferecido por Nimuendajú, que teria testemunhado provavelmente o último ritual festivo em uma aldeia:

> Ficando parado na porta, pedi aos índios que não interrompessem a cerimônia. Timidamente, e submissos aproximaram-se de mim os tuxauas para pedir-me desculpa: era a última vez que eles festejavam uma festa de caxiri pelo estilo antigo; era a despedida dos costumes dos seus pais. Assim que ela estivesse acabada iam destruir os seus enfeites de dança e tratar de construir em lugar da maloca, casinhas arrumadas, conforme o governo lhes tinha ordenado pela boca de "João Padre". Em resposta não pude deixar de lhes explicar que o governo não proíbe as festas dos índios tão pouco como as dos padres e outros civilizados, contanto que não haja desordens; que eu pessoalmente achava lindíssimos os seus enfeites de dança, muito mais lindos que os trapos da civilização. O aspecto destes índios, livres dos vestidos ridículos da civilização, soberbos na sua nudez, realçando pelos enfeites de penas e a pintura, era extremamente belo e pitoresco, e eu não pude deixar de me indagar com a ideia que esta festa podia ser de fato a última deste gênero, porque eu ia-me embora no dia seguinte, mas "João Padre" ficava (NIMUENDAJÚ, 2015 [1950]: 61-62).

Figura 50: Missão de Taracuá. Fonte: Azevedo (1933).

Os hábitos alimentares também foram afetados, tendo em vista que os internatos forneciam cursos de práticas agrícolas, contribuindo intensamente para as alterações nos modos coletivos de realizar a roça. A introdução de novas manufaturas (anzóis, machados etc.) afetou as práticas de pesca, causando desequilíbrios e rearranjos que levaram a reorganizações na organização socioespacial dos territórios de pesca e no ritmo de obtenção do pescado em áreas pouco piscosas.

Figura 51: Trecho de prospecto de 1933 sobre a atuação dos missionários salesianos no Alto Rio Negro. Fonte: Azevedo (1933).

Os centros missionários funcionavam como grandes estruturas de atração e recepção de crianças, adolescentes e jovens, que eram retirados de suas famílias e submetidos a modalidades desconhecidas e exógenas de organização do cotidiano, das trocas sociais, de alimentação, de diversão, entre outros elementos da vida social e particular. Estavam, portanto, incutidos na lógica de "reclusão por sequestro"

(HAESBAERT, 2014: 194), isto é, sua fixação em um aparelho institucional "de normatização a fim de garantir sua inserção no sistema produtivo", assentado no controle do tempo, do trabalho, dos corpos e na imposição do padrão de vida europeu como perspectiva de decoro e de comportamento ideal; são "instituições de sequestro" (FOUCAULT, 2013 [1973]: 116). A reclusão foi uma ferramenta preferencial para viabilizar a expansão da sociedade disciplinar moderna (FOUCAULT, 2013 [1973]), tendo sido uma estratégia bastante difundida no século XIX como uma forma de conciliar controle moral e social:

> Estas instituições pedagógicas, médicas, penais ou industriais - têm a propriedade muito curiosa de implicarem o controle, a responsabilidade sobre a totalidade, ou quase a totalidade do tempo dos indivíduos; são, portanto, instituições que, de certa forma, se encarregam de toda a dimensão temporal da vida dos indivíduos (FOUCAULT, 2013 [1973]: 114).

Entretanto, a atuação dos missionários não se dava somente por meio do aparato dos centros missionários. Envolvia, para além todo um sistema de controle efetivo da entrada e saída de mercadorias, da assistência médica imediata e da entrada e saída de pessoas dos povoados, se revestindo, em muitas situações, de caráter estatal. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) retirou-se da região em 1952 após um histórico de relações conflituosas com os missionários. A partir de então, as Missões Salesianas passaram a assumir as atividades de assistência à saúde, a educação e o comércio, se configurando muitas vezes como braço efetivo do Estado brasileiro no Rio Negro.

O controle exercido pelos salesianos ocasionou ainda um conjunto de implicações espaciais que configuram até hoje a organização espacial do Alto Rio Negro:

- Implicou em novos deslocamentos das pequenas comunidades para os centros missionários e seus arredores. De modo a ficarem mais próximos das missões, os indígenas buscavam se estabelecer no entorno

dos grandes centros, levando a despovoamento nas áreas mais remotas e nos igarapés mais distantes;

- A insistência dos missionários no formato europeu de povoados e forte campanha de abandono das malocas, sob pretextos de falta de higiene e promiscuidade sexual, implicou na passagem para as casas unifamiliares, o que teve rebatimentos significativos sobre a organização comunitária da produção e da alimentação, como também no funcionamento cotidiano das comunidades.

Embora a atuação dos salesianos tenha significado a redução dos abusos por parte dos patrões que até então dominavam a região, também se valeram do estado de submissão no qual se encontravam esses povos para implementar seu projeto supostamente civilizatório. A atuação dos salesianos resultou na emergência de uma nova categoria social – a do "índio civilizado" (OLIVEIRA, 1995), tendo sido um argumento comumente invocado para defender que os indígenas do Alto Rio Negro teriam sido supostamente assimilados à sociedade nacional, como veremos mais adiante.

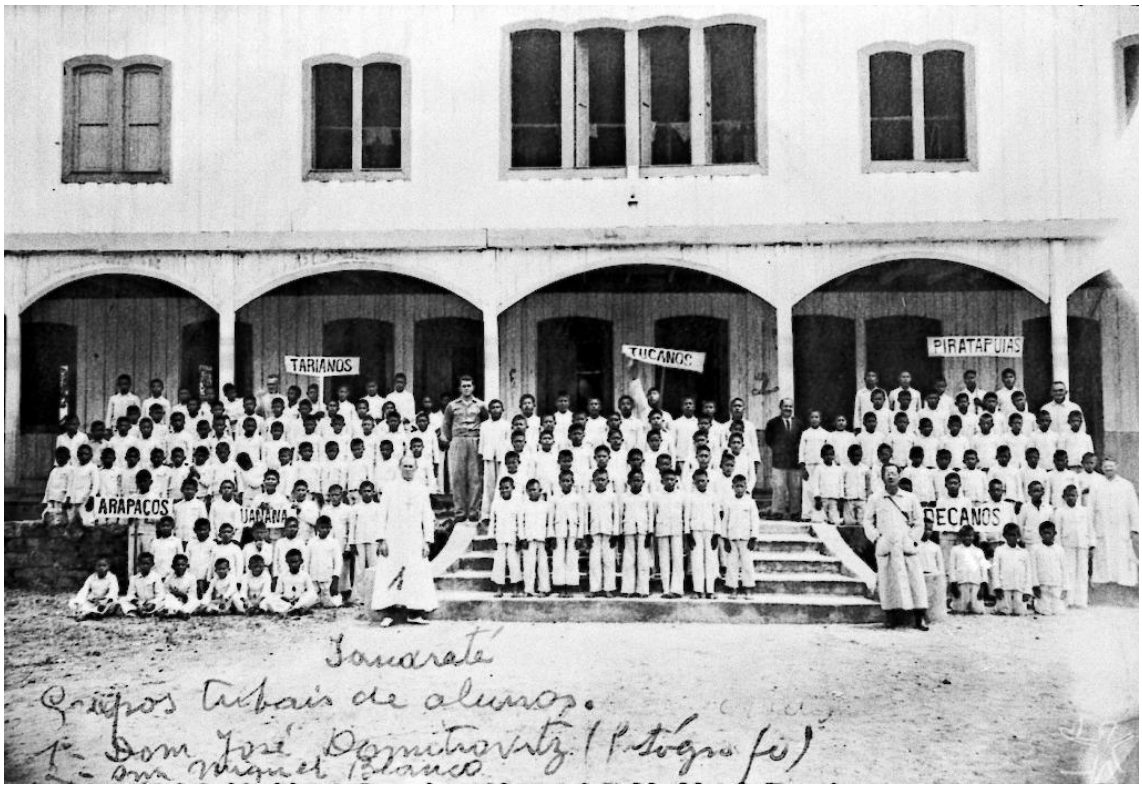


Figura 52: Grupos de alunos separados por etnia no Internato da Missão Salesiana em Iauaretê, fotografados por Dom José Domitrovitz. Fonte: Arquivo da Diocese de São Gabriel da Cachoeira, cedido pelo Instituto Socioambiental – ISA.

O poderio salesiano teve seu principal antagonismo na figura de Sophia Müller, missionária norte-americana da Missão Novas-Tribos[38] (MNTB). Com forte postura anti-católicos, Sophia pregava a redenção e o fim dos sofrimentos, convertendo à fé evangélica vários grupos de língua arawak do rio Içana, contribuindo com a eclosão de novos movimentos messiânicos nas décadas de 1950 e 1960 (BUCHILLET, 1992; HUGH-JONES, 2013 [1972]). Sua fama se espalhou por toda a calha do Içana, de modo que os salesianos instalaram a Missão de Assunção, no baixo Içana, em 1955, na

[38] A Missão Novas Tribos é uma organização fundamentalista evangélica norte-americana que atua no Brasil desde, pelo menos, a década de 1940. Tem como objetivo levar a mensagem do Cristianismo aos povos considerados isolados, buscando convertê-los. Atua principalmente através da tradução da Bíblia para línguas indígenas, da presença dos missionários nas aldeias e por meio da substituição dos hábitos tradicionais por novos hábitos, supostamente, nas escrituras sagradas, o que implica o abandono da vida nômade, a obrigatoriedade do uso de roupas e a reprovação dos rituais tradicionais. Para eles, a segunda vinda de Cristo só ocorrerá depois que as últimas pessoas da Terra ouvirem o Evangelho. Por isso, concentram sua ação nas áreas de povos isolados e de recente contato, sendo alvo de inúmeros processos por parte da Justiça Brasileira e de países vizinhos, onde também atuam, por conta de abusos e violências denunciados por lideranças indígenas e profissionais indigenistas.

tentativa de conter o avanço evangélico. Entretanto, até hoje, a calha do Içana possui uma divisão marcante entre os evangélicos, situados no médio e alto Içana, e os católicos, concentrados em torno da missão de Assunção, no baixo curso. As comunidades evangélicas do Içana possuem forte vínculo, reafirmado por meio das chamadas "conferências", grandes eventos semestrais de reunião das comunidades para celebrações conduzidas pelos anciões e diáconos escolhidos localmente.

É importante destacar que a presença salesiana embora tenha contribuído com a consolidação dos limites internacionais brasileiros, não impediu que, ao longo do século XX, tenham ocorrido diversas tentativas de invasões por parte de colombianos, tendo sido esse um foco prioritário de atenção do SPI, enquanto esteve na região, e também dos missionários salesianos. Eram frequentes os relatos de violências cometidos pelos missionários na Colômbia (holandeses da ordem Montfortiana) no rio Papuri. O relato da inspetoria de 1932 diz que:

> Os missionários que ali residem são simplesmente comerciantes... para justificar que são comerciantes basta referir que a casa de J. G. Araújo & Cia Ltda., desta praça, acaba de receber uma partida de balata consignada pelo padre Pedro Barrao, diretor das Missões de Montfort. (...) Lá em cima, verifiquei que os padres de Montfort expulsaram os meninos cujos pais passaram para a margem brasileira; excomungaram as índias; praguejaram e terminaram dizendo que já haviam entregue todos os brasileiros a Satanaz (Relatório da Inspetoria de 1932, apud OLIVEIRA, 1995: 144).

Desta breve recuperação histórica, depreende-se ainda que a trajetória dos indígenas do Alto Rio Negro é marcada por um acumulado de desterritorializações mediante migrações forçosas, associadas ao processo agressivo de redefinição das bases de sua organização social e espacial. Levados a se resguardar das ofensivas de portugueses, brasileiros, venezuelanos e colombianos, os indígenas passaram os séculos da colonização em movimentos repetidos de relocalização ou de "autorreclusão na resistência" (HAESBAERT, 2014: 195), buscando construir novas situações de paz e tranquilidade por meio de repetidas estratégias de refúgio:

> Os índios da região do Alto Rio Negro tiveram contatos esporádicos com os brancos há mais de três séculos. A penetração portuguesa na

> região não se efetuou de maneira contínua, mas foi marcada por movimentos de avanço e de recuo. Houve, assim, períodos de calma relativa nas quais os índios, aproveitando-se do recuo dos portugueses, deixaram os centros coloniais e as aldeias missionárias localizadas nos rios principais da região para retornar o estilo de vida tradicional, o que lhes permitiu preservar, ao menos até certo ponto, sua autonomia cultural." (BUCHILLET, 1992: 23).

Uma vez submetidos aos rigores salesianos, desenvolveram táticas para lidar com a violência sobre o que eram e, na iminência da submissão ainda na infância a um novo estatuto cultural, souberam reivindicar a interculturalidade, isto é, ter acesso aos conhecimentos e tecnologias dos brancos, sem que isso lhes implique o abandono de sua identidade étnica e cultural e o vínculo com seus territórios. Uma questão importante é que essas violentas modificações se processavam por sobre um mosaico de relações interétnicas historicamente conformado entre os povos indígenas, ocasionando rupturas espaciais em amplas proporções, como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 4

ELEMENTOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS POVOS DO ALTO RIO NEGRO

> Aicué curí uiocó, Paraná-assú sui, peruaiana, quirimbaua pirrí pessuí: *"vai aparecer do rio maior, o maior e mais poderoso inimigo de vocês". Foi com essa mensagem que Poronominaré, o grande mensageiro de Tupana, tentou prevenir todos os povos que dominavam estas terras antes de 1500. Talvez os pajés e os chefes imaginassem que esse poderoso inimigo fosse uma epidemia, ou a ira dos ventos, revolta das matas, ou mesmo vingança de Curupira. Mas em nenhum momento eles imaginaram que o inimigo seria o homem branco. (...) Se algum dos nossos antepassados nos visse no estado em que estamos e lhes perguntássemos por que eles há quinhentos anos viviam livres e tranquilos, certamente nos responderiam: "Nós não éramos índios".*
>
> (Bráz França Baré, 2016)

Considerando-se nosso interesse em compreender os mecanismos que permitiram a elaboração do território contínuo do Alto Rio Negro, é preciso interpretar os rebatimentos da situação geográfica de controle colonial sobre as concepções tradicionais de espaço, mobilizadoras que são das elaborações conceituais e práticas dos povos indígenas. Para que esse objetivo seja alcançado, neste capítulo, procuro articular elementos da organização social dos povos do Alto Rio Negro, buscando evidenciar, com a devida ênfase, as suas concepções sobre a ocupação espacial e as escolhas que historicamente moldaram os seus processos de territorialização.

Conforme destacado nos capítulos anteriores, os povos do Alto Rio Negro estão vinculados a diferentes famílias linguísticas e espacialmente distribuídos conforme as calhas dos principais rios da região conformando um significativo mosaico multiétnico. Nos relatos dos indígenas, essa organização socioespacial é justificada pelos mitos de origem que, apresentando variações entre as etnias e clãs, convergem para uma origem comum, ao menos semelhante, que é acionada frequentemente como elo entre os diferentes grupos e como argumento de unidade territorial.

Do ponto de vista estrutural, sua organização social está baseada em sistemas exogâmicos, largamente estudados por diversos antropólogos[39], que buscaram oferecer explicações para, em primeiro lugar, as razões da ocorrência da exogamia nesta porção das terras baixas da América do Sul e, depois, para a compreensão das diferentes modalidades de padrões de nupcialidade entre os membros dos diferentes grupos. Alguns optaram por interpretar esses arranjos a partir da língua, outros preferiram eleger os vínculos matrimoniais como elementos distintivos dos grupos. A origem destas diferenças é narrada nos mitos que descrevem a criação do mundo e dos seres humanos a partir da jornada épica dos demiurgos que, sob a forma de uma sucuri-canoa teriam percorrido o rio Amazonas acima estabelecendo, de forma ordenada, sequências de surgimento dos ancestrais dos grupos atuais.

Mitos de origem da humanidade

Tendo em vista a diversidade de versões dos mitos de origem (algumas com mais de 24 de duração), destaquei três versões principais, buscando representar as principais famílias linguísticas presentes na região – Tukano Oriental, Arawak e Naduhupy.

[39] Irving Goldman (1963) entre os Cubeo, Jean Jackson (1983 [1972]) entre os Bará, Hugh-Jones (2013 [1972]) entre os Barasana, Stephen Hugh-Jones entre os Barasana, Janet Chernela (1993) entre os Wanano, Robin Wright (1981) entre os Baniwa, Cabalzar (2009) entre os Tuyuka, entre outros.

A narrativa TUKANO é representada pelo relato de Firmiano Arantes Lana e Luiz Gomes Lana (PÃRÕKUMU e KĒHÍRI, 1995), pai e filho do povo Desana:

No princípio o mundo não existia. As trevas cobriam tudo. Enquanto não havia nada, apareceu uma mulher por si mesma. Isso aconteceu no meio das trevas. Ela apareceu sustentando se sobre o seu banco de quartzo branco. (...)

Depois ela pensou em colocar pessoas nesta grande Maloca do Universo. Voltou a mascar ipadu[40] *e fumar o cigarro. Ela então tirou o ipadu da boca e o fez transformar-se em homens, os "Avôs do Mundo". Eles eram Trovões. (...)*

Pensou então em criar outro ser que pudesse seguir as suas ordens. Tomou ipadu, fumou cigarro e pensou como deveria ser. Enquanto estava pensando, da fumaça mesmo formou-se um ser misterioso que não tinha corpo. Era um ser que não se podia tocar, nem ver. (...) O nome dele era Yebá Gõãmʉ, quer dizer o "Demiurgo da Terra (ou do Mundo)". A Avó do Mundo disse-lhe:

– Eu mandei os Trovões do Mundo fazerem as camadas da terra, fazerem a futura humanidade, mas eles não souberam fazê-lo. Faça-o você. Eu hei de guiá-lo". (...)

O Bisneto do Mundo estava subindo para a Maloca de Cima, cortando e dividindo o espaço em várias camadas. O mundo foi assim dividido em andares (ou graus) sobrepostos, como o ninho da caba está dividido em vários níveis. (...)

Quando chegou à maloca do terceiro Trovão (...), [o Bisneto do Mundo] viu muitas riquezas: penas e diversos adornos dos Antigos. A maloca do Trovão lhe pareceu como se fosse um museu! O Bisneto do Mundo disse-lhe então:

– Eu vim aqui porque a Yebá buró me mandou pedir-lhe as suas riquezas, ó Avó do Mundo. Por isso é que eu vim aqui!

O Trovão respondeu:

– Muito bem, meu Bisneto! Eu tenho aqui as riquezas que você quer! (...)

Estendeu então o pari no chão e, com a mão, apertou sua barriga. Saíram-lhe então pela boca as diversas riquezas que caíram sobre o pari. (...) No mesmo instante, todas as riquezas se transformaram em gente. Eram homens e mulheres que encheram a maloca do Terceiro Trovão. (...) No pátio da maloca do terceiro Trovão, havia um pé de ipadu. (...) Tiraram então a folha de ipadu e a engoliram. Quando começaram a sentir dor de barriga, ao vomitar, aí mesmo, apareceram duas mulheres. O seu vômito era um parto e, dele, surgiram as primeiras mulheres. (...)

Depois, [o Bisneto do Mundo] subiu à superfície da terra para formar a humanidade. Levantou-se num grande lago chamado Diáahpikõ-dihtaru, isto é, "Lago de Leite", que deve ser o Oceano. Enquanto ele vinha subindo, o terceiro Trovão desceu neste grande lago na forma de uma jibóia gigantesca. A cabeça da cobra se parecia com a proa de uma lancha. Para eles, parecia um grande navio a vapor que se chama Pamʉrigahsiru, isto é, "Canoa da Futura Humanidade" ou "Canoa de Transformação". (...)

Chegaram à maloca do primeiro Trovão, no Lago de Leite. (...) Aí, repetiu-se o que havia acontecido na Maloca de Cima: os enfeites tornaram-se pessoas que fizeram um desfile. Deram uma volta dentro da maloca e, depois, voltaram a ser enfeites. (...) Ao sair desta maloca, o Bisneto do Mundo embarcou de novo com as riquezas na grande embarcação. (...) Ao chegarem a uma maloca,

[40] Ahpi em desana. Arbusto conhecido como coca (*Erythroxylum coca*) cujas folhas são tostadas e socadas em pilão especial. São misturadas às cinzas de uma espécie de embaúba. O pó é mascado e engolido.

eles encostavam, saíam da embarcação levando as riquezas e faziam as suas cerimônias. E, em cada maloca, acontecia a mesma coisa: as riquezas transformavam-se em pessoas, com corpo humano, e estavam crescendo. As primeiras malocas estão na beira do Lago de Leite, em cima da Maloca de Leite. As outras estão localizadas no grande rio que é o Rio de Leite, outras estão nas costas do Brasil, no rio Amazonas, no Rio Negro, no rio Uaupés e, por fim, no rio Tiquié. De um certo ponto, baixaram outra vez, e continuaram subindo pelo rio Uaupés até a saída por terra em Ipanoré. (...) [Após passar por 29 malocas] A humanidade já estava formada. Vimos que ela passou por muitas malocas, entrando nelas, transformando-se. Por isso, eles já estavam grandes. Daí subiram e chegaram na 30ª maloca chamada Diábayabɯwy'j, "Maloca dos Cantos". Esta maloca é a principal. Antes de chegar a essa maloca, o Bisneto do Mundo disse:

–A humanidade já está formada. Encontramo-nos na metade da viagem e é tempo de fazê-la falar. (...)

Figura 53: Pamëri Pirõ Yuhkësë [Grande-Trovão-Cobra-Canoa] partindo do Lago do Leite, de Denilson Baniwa. Fonte: Exposição Dja Guata Porã: Rio de Janeiro indígena, Museu de Arte do Rio, 2017.

–A humanidade, dentro da Canoa de Tranformação entrou no rio Tiquié e chegou na 39ª maloca chamada Diágamurãwi'i, a "Maloca dos Gaviões". Subindo mais acima, chegaram a 40ª maloca, que se chama Diáwerapagawi'i, "Maloca da Tapioca Grande". Foi nessa maloca que as primeiras mulheres tiveram a sua primeira menstruação. O Bisneto do Mundo deixou-as nesta maloca, cercando-as com paris. E somente os homens prosseguiram a viagem. (...)

Subindo mais adiante, entraram na 52ª maloca chamada Diábuyabuwi'i, "Maloca dos Enfeites". Conta-se que está maloca está nas cachoeiras de Pari. Até aqui chegou a Canoa de Transformação. O Bisneto do Mundo deixou neste lugar os Barasana, Kaviria, Yepámahsã, Micura e várias outras tribos. Essas tribos seguiram viagem sozinhas, colocando as suas malocas ao longo do rio. (...)

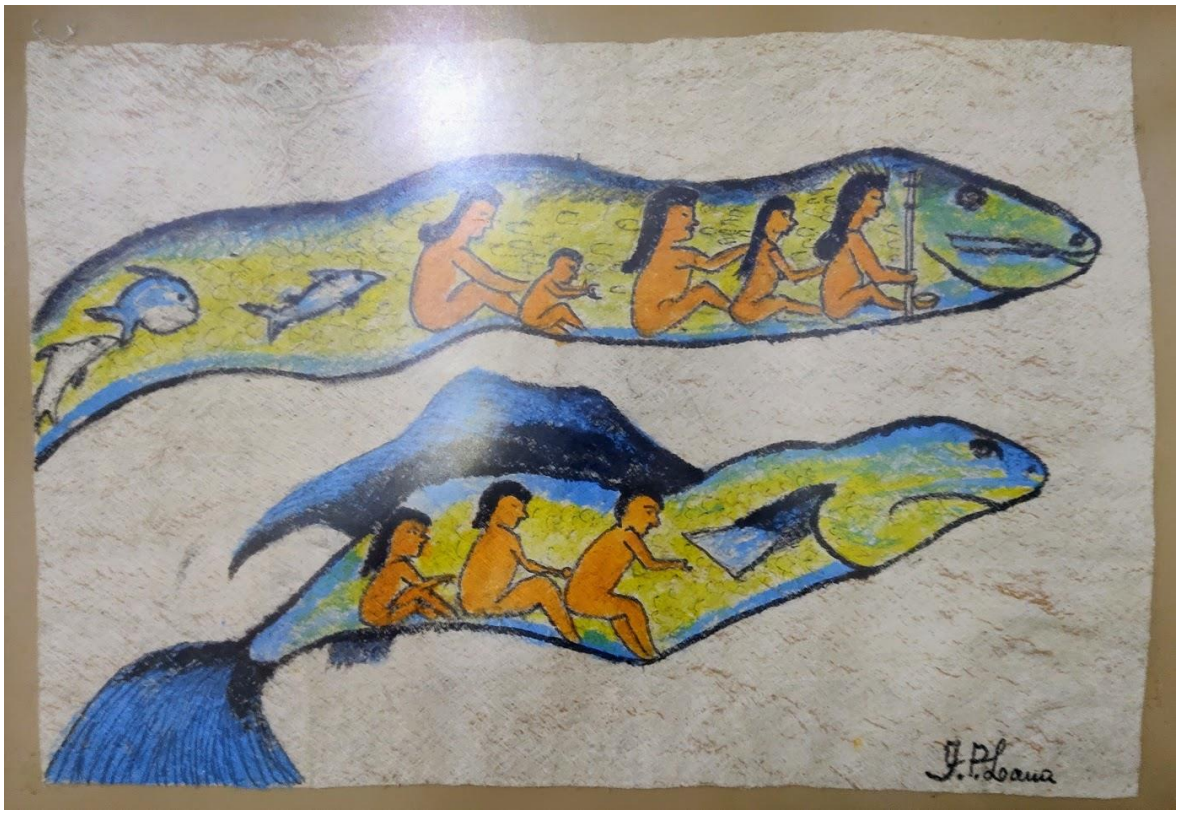


Figura 54: Reprodução de *Cobra Grande*, de Feliciano Lana, em exposição no Centro Cultural dos Povos da Amazônia, em Manaus/AM. Fotografia: Fernando Damasco, 2022.

A Canoa de Transformação baixou outra vez e, com ela, foram os Tukano, os Desana e mais outras tribos. Baixaram até a Maloca da Tapioca Grande, onde o Bisneto do Mundo tinha deixado as mulheres. (...) [Recomeçando a subir o rio Uaupés] Chegaram à 56ª maloca que se chama Diáperagobewi'i. Esta maloca está na grande cachoeira de Ipanoré. Aí, pisaram na terra pela primeira vez, porque antes eles vinham debaixo d'água com a Canoa de Transformação. O Bisneto do Mundo ia dividindo-os à medida que estavam saindo para a superfície da terra. Eles saíram por si mesmos. Por isso, na Cachoeira de Ipanoré vêem-se os buracos de sua saída, na lage de pedra. A Canoa de Transformação ficou no fundo da água, não veio à tona. Somente eles é que saíram à superfície da terra.

Figura 55: Buraco da transformação na cachoeira de Ipanoré, local de surgimento dos primeiros ancestrais. Fotografia: Aloísio Cabalzar, 2008. Fonte: Scolfaro & Alves, s/d.

Cada um saiu acompanhado de sua mulher. Colocaram-se em filas, na terra. O primeiro a sair foi o chefe dos Tukano, que se chama Doethiro, sendo mais conhecido como Wauro. Ele é o chefe de todos os Tukano. Ele era como o Demiurgo da Terra. (...) O Bisneto do Mundo baixou com a Canoa de Transformação. Em segundo, saiu o chefe dos Desana. São esses dois que levaram as riquezas que o Bisneto do Mundo tinha pedido ao Avô do Mundo na Maloca de Cima. (...) O terceiro a sair para a superfície foi o Pira-tapuyo. O quarto foi o Siriano. O quinto foi o Baniwa. Este saiu com arco e flecha e logo retesou o arco para experimentá-lo. Por isso, esse grupo é conhecido por ser bravo. O sexto a sair foi o Maku. A todos estes, o Bisneto do Mundo disse:

– Dou-lhes o bem-estar, dou-lhes as riquezas das quais vocês nasceram.

Dizendo isso, ele estava dando-lhes o poder de serem mansos, de fazerem grandes festas com danças, de se reunirem com muita gente, de conviverem bem com todos, isto é, de não fazerem guerras. Isso tanto é verdade que nossos Antigos nenhuma vez fizeram guerras, porque o Bisneto do Mundo lhes deu esse poder.

O sétimo a sair para a superfície foi o Branco, com a espingarda na mão. O Bisneto do Mundo disse-lhe:

– Você é o último. Dei aos primeiros todos os bens que eu tinha. Como você é o último, deve ser uma pessoa sem medo. Você deverá fazer a guerra para tirar as riquezas dos outros. Com isso, encontrará dinheiro! (...)

O oitavo a sair foi o Padre com o livro na mão. O Bisneto do Mundo mandou que ele ficasse com o Branco.

(PÃRÕKUMU e KÊHÍRI, 1995:19-41)

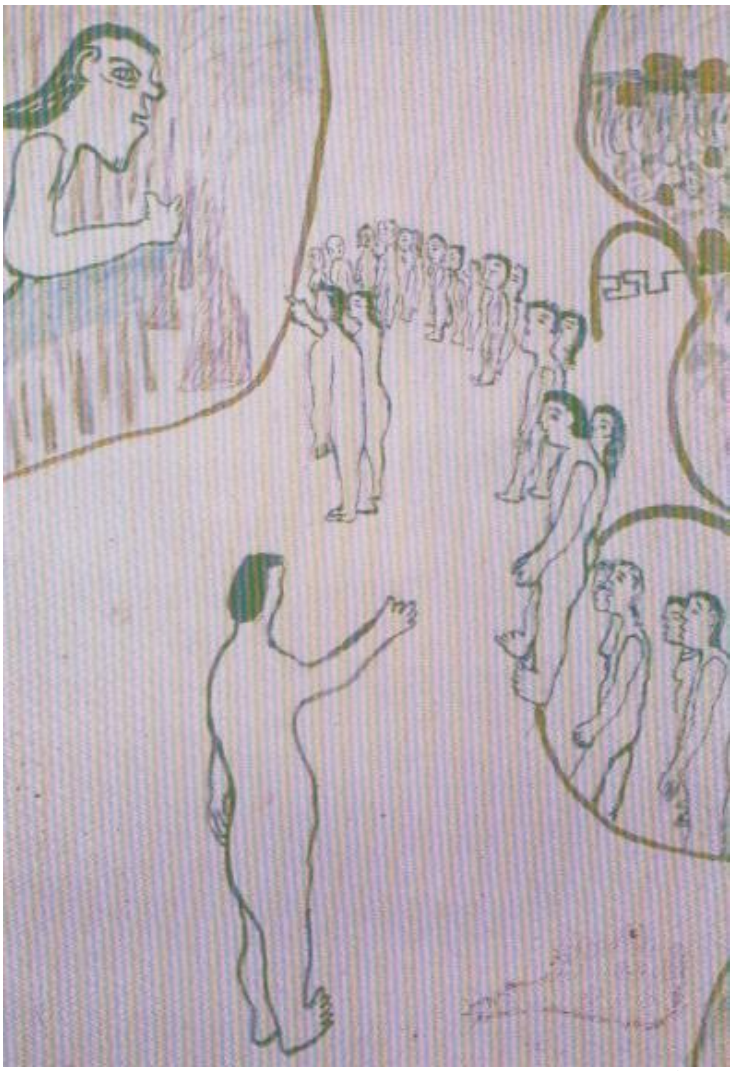


Figura 56: A saída da humanidade pelos buracos de pedra. Fonte: Luiz Lana, extraído de Ribeiro (1995).

A narrativa ARAWAK é proveniente da etnia Baniwa, especificamente do clã Waliperedakeenai, registrado por Fran Baniwa a partir do relato de seu pai, Francisco Baniwa (HIPAMAALHE, 2023):

O povo baniwa nasceu da terra, e até hoje existe esse lugar chamado de Hiipana, que consideramos eeno hiepolekoa, que, traduzido literalmente, significaria 'umbigo do céu'. Quando surgiu, a cachoeira de Hiipana emergiu da terra e foi até o céu, de modo a criar um portal entre os mundos, entre casas de diferentes seres vivos, humanos e não humanos, e, por isso, é considerada "umbigo do mundo". Neste lugar geográfico situado no rio Ayari, Hiipana, que é uma cachoeira, tem uma vagina de pedra, de onde surgiu a humanidade e, especificamente, o povo baniwa e seus clãs. É a partir desse lugar que ocorreu a distribuição dos territórios baniwa e koripako pelo Noroeste Amazônico, e foi também a partir dali que se espalhou a humanidade para lugares muito distantes e diferentes, em diversas partes do mundo. (...) Foi da cachoeira de Hiipana que saíram os "chefes" dos clãs baniwa. Depois que saíram do "buraco de origem", cada grupo recebeu um território para

ocupar. (...) Por fim, veio o chefe. Dentro da linguagem de benzimento, somos conhecidos por Dzooliene ('filhos de Dzooli'). (...)

Depois de nosso nascimento Ñapirikoli nos deu banho no poço da cachoeira de Hiipana, que fica do outro lado do rio, no remanso, um lugar chamado Mapaali ('Cana Igarapé'). No mesmo instante, ele foi buscar os yalanawinai, os não indígenas, pois já sabia de sua existência. Ñapirikoli trouxe larvas do onidiakaa, o oceano, tiradas do corpo de anaconda de koitsinawheri, e trouxe-as para Hiipana, onde as transformou em seres humanos, e foi assim o surgimento dos não indígenas. (...) Então pensou em como fazer para distribuir os seus filhos no mundo todo. Aqui começou a viagem rio abaixo, pois Ñapirikoli era sabedor do território de cada clã, a nossa casa de espírito, para onde retornamos após a morte. Então chamou Omawali, a Serpente maíwa, e disse:

–Você vai deixar os meus filhos em suas casas, onde vão dominar seus territórios sagrados. Assim foi realizada a distribuição de todos os clãs e povos. Ñapirikoli fez isso em toda a região do Alto Rio Negro, deixando cada território específico para ser dominado por cada povo.

(HIPAMAALHE, 2023: 208-217)

A versão NADUHUPY é a apresentada por Peter Silverwood-Cope (1972):

Segundo o mito, Idn Kamni (o herói cultural dos índios Maku) fez nascer os primeiros ancestrais com a terra molhada de sua saliva. Isso aconteceu nos rápidos Kak-tsa-pa, no Rio de Leite. Os primeiros ancestrais, numa canoa-sucuri, começaram a subir o curso dos rios Uaupés, Papuri e Macu-Paraná parando em numerosos lugares. Quando eles saíram da canoa-sucuri para se dispersar nesse mundo, Idn Kamni pediu para eles de lamber o sangue do umbigo do sol. É por isso que, hoje em dia, as línguas dos índios Maku têm 'mau cheiro': os índios Tukano têm medo da feitiçaria dos Maku!

É preciso sempre lembrar que, diante da violência do processo colonizador, muitos mitos de origem foram sendo transformados na medida que se ampliavam as relações em que os grupos estavam inseridos. Não à toa, em relato oral sobre a origem do povo Dâw (família NADUHUPY), uma liderança do entorno de São Gabriel da Cachoeira iniciou a narrativa me contando a história a partir do contato dos indígenas com missionários evangélicos que teriam lhes resgatado do abandono e da fome.

Entendendo os mitos como interpretações e reflexões que os indígenas fazem sobre a sua realidade social, pode-se empreender a centralidade que ocupam as questões de povoamento e distribuição geográfica das comunidades, bem como um *ordenamento ancestral* dos territórios capaz de justificar direitos e concessões sobre conjuntos de terras e de aplicar diferenciações no uso dos recursos e nas narrativas associadas a cada povo. É destacada a presença de metáforas espaciais nas narrativas,

quando os demiurgos, "cortando e dividindo o espaço em várias camadas" estabelecem os domínios terrestres e atribuem aos ancestrais indígenas a tarefa de ocupá-los, isto é, "cada grupo recebeu um território para ocupar".

Também de notar que a trajetória de surgimento da humanidade se dê em um deslocamento de um ser mítico que, ao subir o leito dos principais rios, estabelece um conjunto de lugares da transformação (significativos e, contemporaneamente, sagrados) que definem *territorialidades ancestrais*, isto é, modalidades de pertencimento à terra e da terra que articulam gerações de cada clã ou grupo étnico no sentido de preservar e garantir os direitos de uso a eles associados. Nas palavras de Gersem Luciano Baniwa:

> Dessa forma, a mitologia dos índios é expressa e projetada em nível espacial. Cada acidente geográfico (cachoeiras, pedras, curvas de rios, montanhas, ilhas, igarapés, cor dos igarapés) dos rios é marcado no mito como o lugar onde os acontecimentos importantes ocorreram, ou seja, o mito se projeta em nível espacial e podemos falar, nesse caso, em uma verdadeira geografia mítica (LUCIANO, 2011: 124).

Nesse sentido, os lugares de surgimento (que variam entre os grupos) são considerados espaços sagrados, enquanto às áreas posteriormente ocupadas são associadas a locais de expansão dos ancestrais indígenas no cumprimento de seu mandato de ocupação e povoamento da terra. São muitos os rebatimentos desta *geografia mítica*, produzida historicamente por gerações, para a compreensão das mudanças socioespaciais ocorridas no Alto Rio Negro. Trata-se de um capital fundamental que compõe o repertório geográfico das lideranças do Rio Negro para a mobilização étnica pelo reconhecimento formal de seus territórios, como veremos mais adiante.

Diferenciações dos grupos e as espacialidades tradicionais

Do mito de surgimento da humanidade, derivam explicações para as diferenciações entre os diferentes grupos presentes no Alto Rio Negro. Já

mencionamos anteriormente a diferenciação quanto às três principais famílias linguísticas. Agora, aprofundarei aqui as diferenciações internas a esses grupos, buscando demonstrar o quão delicadas são, no contexto do Alto Rio Negro, concepções como as de "etnia" ou de "grupo étnico".

Para compreendermos a diferenciação de grupos no Alto Rio Negro, é preciso recorrer aos estudos de alguns antropólogos que se dedicaram ao assunto, desenvolvendo teses sobre as formas de classificação entre os indígenas. Para essa região, os termos convencionais de "etnias" adquirem significados mais fluidos, uma vez que as diferenças podem ser afirmadas ora pela língua falada, ora pela origem ancestral do grupo, ora por agrupamentos etno-linguísticos mais amplos (mais próximos da noção comumente difundida de etnia). Além disso, conforme destaca Cabalzar (2009), a unidade e a coesão do grupo são garantidas por uma série de narrativas que descrevem a trajetória comum de todo o grupo desde a origem, sendo recorrentemente relembradas por ocasião das festas e rituais.

De todo modo, uma diferenciação fundamental se dá em relação aos padrões de nupcialidade observados entre os grupos da região que, embora sejam regras hoje bastante tensionadas, ainda possuem forte influência na organização regional. Trata-se do fato de que entre os TUKANO os antropólogos identificaram padrões exogâmicos (quando o parceiro é procurado em um grupo diferente), enquanto os povos ARAWAK e NADUHUPY apresentam comportamento endogâmico, procurando dentro do mesmo grupo linguístico os seus parceiros, como detalharemos a seguir.

Exogamismo no Uaupés

No Uaupés e nos seus afluentes, historicamente se conformou a diferenciação entre duas categorias principais: tukano e makú. A primeira se refere ao pertencimento a algumas das línguas "tukano-orientais" que só existem na região do Uaupés. A segunda trata-se de uma categoria que historicamente foi recebendo significado pejorativo e que hoje é refutada pelos indígenas deste grupo que preferem a denominação NADUHUPY.

Segundo Christine Hugh-Jones (2013 [1972]), os TUKANO estão divididos em grupos exogâmicos de descendência patrilinear com ramificações internas adicionais de acordo com esse tipo de descendência. Os autores divergem quanto aos termos a serem utilizados para definir os diferentes níveis de associação – alguns utilizam "tribos", "fratrias" e "sibs" (GOLDMAN, 1963), enquanto outros falam em "fratria", "agrupamentos linguísticos" e "clãs" (JACKSON, 1972). O termo fratria normalmente é utilizado para se referir a unidades exogâmicas maiores e para diferenciar grupos que conformam uma distância maior em relação aos demais (como os cubeo que possuem três grupos exogâmicos que casam entre si).

Em sua compilação de relatos sobre a origem da humanidade, Dominique Buchillet (1992), registra um trecho relevante de justificação mítica da exogamia:

> (...) Na viagem de volta, eles passaram nas Malocas de Transformação onde fizeram grandes festas, fumaram tabaco e mastigaram ipadu. Chegaram, por fim, em Diawi'i, na "Maloca do Rio", que a maloca da origem das línguas: 'Naquele tempo, só havia uma língua; éramos uma só família; não dava para namorar, não dava para casar, não dava para ter cunhados, não dava para ter sogros.' Nesta maloca, eles começaram a cantar, dançar e fazer caxiri. O Criador do Mundo pensou então em formar diferentes grupos. Colocou uma semente numa fruta abiu que ele deu para comer a uma mulher. Esta ficou grávida e deu a luz ao cipó gahpi que tinha a forma de uma criança. A mãe entrou na maloca com seu filho gahpi, o deitando dentro de uma panela de barro, no centro da maloca. Os ancestrais dos futuros grupos da região do Alto Rio Negro se lançaram então em cima do menino para arrancar um pedaço de seu corpo: um arrancou a sua cabeça, um outro, um braço, um outro, um pé, um dedo etc. Debaixo da multiplicidade de visões, cada um dos ancestrais dos grupos indígenas atuais começou a falar uma língua diferente: tukano, tuyuka, barasana, pira-pituio, wanano, yuriti, cubeo, siriano, carapanã, tariano etc. "Foi feito assim para eles poderem se associar". O Criador do Mundo decretou então a regra de exogamia linguística que impõe a um homem se casas fora do seu grupo linguístico: voltando-se para um ancestral, chamou-o de "primo-cunhado". É também durante a viagem da canoa-sucuri ancestral (e particularmente na Maloca do Rio) que vários ancestrais da humanidade se transformaram de maneira irreversível em animais, por terem perdido o controle de si sob o efeito dos alucinógenos ou por não terem sabido controlar a sua fome" (BUCHILLET, 1992: 83).

O elemento mais importante para nosso estudo é o de que as alianças matrimoniais no Uaupés são estabelecidas entre grupos exogâmicos que normalmente possuem línguas distintas. Por isso, "os esposos têm diferentes línguas maternas, de modo que algumas vezes há quatro ou cinco grupos linguísticos representados em uma só maloca" (HUGH-JONES, 2013 [1972]: 50). Como a descendência é patrilinear, isto é, o pertencimento ao grupo linguístico ou à etnia e, consequentemente, ao clã e à fratria ocorre através do pai, normalmente é a mulher que passa a morar na comunidade do marido, de modo que as mulheres, no Alto Rio Negro, desempenham um papel importante de circulação dos elementos culturais, das sementes e dos saberes, aspecto fundamental para a conformação do sociodiversidade da região.

Os grupos exogâmicos estão hierarquicamente organizados segundo a ordem de surgimento de um gripo de ancestrais nos mitos de origem. Essa organização fundamenta o princípio da *antiguidade* como um forte marcador da organização social no Uaupés. Todo grupo possui, portanto, "irmãos maiores" e "irmãos menores" e em relação a eles são previstas regras de respeito e submissão que vem sendo alvo de mudanças ao longo das décadas de colonização e exploração. Cada clã é normalmente identificado por um nome associado ao ancestral de referência, ao demiurgo que recebeu uma função ou um território específico para cuidar e desenvolver e ao qual os indivíduos estão vinculados.

Aloísio Cabalzar (2009), em 1993, identifica um número que varia entre vinte e duzentas pessoas em cada clã (sib) tuyuka e salienta que hoje, com raras exceções, seus membros estão dispersos por vários grupos locais. Em 1972, Christine Hugh-Jones (2013 [1972]) menciona um quantitativo entre 200 e 1.000 indivíduos para cada clã. Alguns interlocutores me narraram a dificuldade enfrentada atualmente para que os jovens conheçam e mantenham a tradição de seus clãs, sendo um desafio para muitas comunidades a identificação de suas linhagens, considerando-se o

histórico de desterritorialização a que foram submetidos no âmbito da situação colonial.

A cada clã corresponde um *território clânico,* isto é, a área ancestral de uso, por direito, pelos membros de respectivo clã. Esse território pode se referir ao trecho de um grande rio, a um igarapé, a um trecho de mata etc. e normalmente está associado a elementos do acervo da mitologia tradicional. A organização dos clãs nos trechos de um rio obedece a hierarquia ancestral, de modo que os clãs considerados mais altos tendem a ocupar as áreas mais próximas ao baixo curso, consideradas mais frutíferas (mais piscosas, principalmente), enquanto aqueles clãs mais baixos tendem a estar localizados mais próximos às cabeceiras dos rios, em áreas menor oferta de peixes e com maiores dificuldades de obtenção de recursos naturais.

Nessa organização espacial, são identificáveis conjuntos de grupos exogâmicos que, todavia, não ocupam uma área contínua; são denominados "fratrias" (HUGH-JONES, 2013 [1972]) e expressam relações de irmandade entre grupos geograficamente distantes.

Sobre a dimensão territorial dos grupos exogâmicos, C. Hugh-Jones destaca que há uma nítida sobreposição de territórios dos diferentes grupos de descendência. A autora identificou uma forte tendência dos grupos a tentarem retornar à localização original de seus territórios ancestrais e clânicos, tentativa que nem sempre é bem-sucedida. Portanto, embora os indígenas detenham o conhecimento de seus territórios ancestrais, é difícil estabelecer um padrão evidente de distribuição espacial dos grupos, tendo em vista a diversidade de formas de organização interna no interior de cada grupo.

Essas organizações são variáveis entre os grupos que, por vezes, possuem formas de organização e concepção do "nós" e do "outro" próprias, como é o caso dos Tuyuka, estudados por Aloísio Cabalzar:

> Além do âmbito do próprio grupo linguístico, os Tuyuka classificam todos os grupos não-tuyuka com os quais se relacionam em duas

> categorias principais: os pakopona, ou "filhos de mãe", e os teña (pl. de teñu), "cunhados", que são os afins. Cada uma dessas categorias abrange uma série de grupos linguísticos, classificados em "mais próximos" e "mais distantes", social e geograficamente" (CABALZAR, 2009:126).

Além disso, a discussão atual sobre a importância dos clãs e das fratrias é um assunto que gera bastante polêmica entre as lideranças, considerando-se as mudanças ocorridas nas estruturas de representação e chefia entre as comunidades com o desenvolvimento do movimento indígena. Entretanto, na visão de Maximiliano Menezes, liderança Tukano, há sempre que se diferenciar, situacionalmente, a aplicação da hierarquia:

> Na nossa tradição indígena tem uma hierarquia. O que estão querendo acabar. Muita gente diz que não concorda com a discussão sobre clãs e hierarquias... porque são de clãs baixos, entendeu? Não quer ser desconsiderado. Eu sempre digo que os nossos status para outra sociedade é uma outra coisa. Isso ninguém discute. Quando se tratar da questão tradicional, isso vai aparecer. Por exemplo, ele aqui [aponta para uma pessoa próxima], nós somos do mesmo clã, mas o pai dele é tipo o irmão mais novo dele, como se fosse meu irmão maior. Isso nunca vai acabar, vai ser sempre considerado. O clã do Antonio, para ele, nós somos irmãos maiores deles. Então, numa roda de conversa, o Antonio e outros de clãs mais baixos, não entram na nossa conversa porque eles são de clãs baixos. No movimento indígena, é diferente. Você está lidando com uma coisa que não era nossa. Não é uma forma de se organizar que tínhamos no passado. É uma organização ocidental. Tem hierarquia – diretor, esses cargos que você tem. Isso é outra coisa. Como dizia o finado Pedro Machado: nós vivemos nas duas realidades – uma você ser indígena, a outra você está na sociedade negociando. São duas posturas (Informação verbal[41]).

Exogamismo Arawak

Comparativamente aos Tukano, as formas de diferenciação Arawak e Nadahupy não tiveram a mesma atenção dos antropólogos. Entretanto, a análise do mito de origem, associada aos estudos de Wright (1981), Garnelo (2003) e Hipamaale (2023) para os Baniwa e de Azevedo (2003) sobre os Baré e os Naduhupy nos permitem tecer algumas considerações sobre as modalidades de nupcialidade.

[41] Entrevista concedida por MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

Diferentemente dos TUKANO, os Arawak tem como unidades exogâmicas as fratrias, sendo o casamento exogâmico entre os grandes grupos (Hohodene, Walipere, Dzawenai etc., além dos Coripaco, que falam uma variante dialetal da mesma língua, com compreensão mútua):

> Baniwa é uma denominação que define um grupo linguístico, considerado povo ou tribo na região e englobando os Coripaco, falantes de um dialeto semelhante, em um nível sócio-político mais amplo, porém, não define uma unidade exogâmica (AZEVEDO, 2003: 110).

As fratrias baniwa abrigam um conjunto de clãs patrilineares:

> Quanto ao parentesco, consideramo-nos conforme os nomes de consideração por parte de pai e de mãe. Carregamos o clã de nosso pai, mas este clã, para mim, que sou mulher, fica apenas comigo, pois quem leva adiante o nome do clã são os filhos homens; nós, mulheres, multiplicamos outros clãs" (HIPAMAALE, 2023: 216).

Cada fratria reconhece um território comum, normalmente associado ao mandato mítico de ocupação espacial. Diferentemente dos TUKANO, o padrão de ocupação espacial dos Baniwa não guarda relação com a hierarquia das fratrias. Garnelo (2003) propõe uma esquematização da distribuição das fratrias Baniwa presentes no território brasileiro (figura 58).

Entre os Baré e os Werekena residentes da região do Rio Negro acima, há a prevalência de casamentos dentro do mesmo grupo, embora se verifiquem casamentos com outros grupos, principalmente Baniwa.

Nupcialidade NADUHUPY

Entre os Naduhupy, o casamento deve ocorrer a partir de uma ideologia endogâmica, de modo que um preferencialmente um homem Hupda'h deve preferencialmente casar com uma mulher Hupda'h. Segundo Azevedo (2003), cada grupo linguístico divide-se em dois grupos patrilineares exogâmicos ligados entre si por laços de afinidade. Ao contrário dos demais grupos da região, o homem depois que casa, deve permanecer com seu sogro.

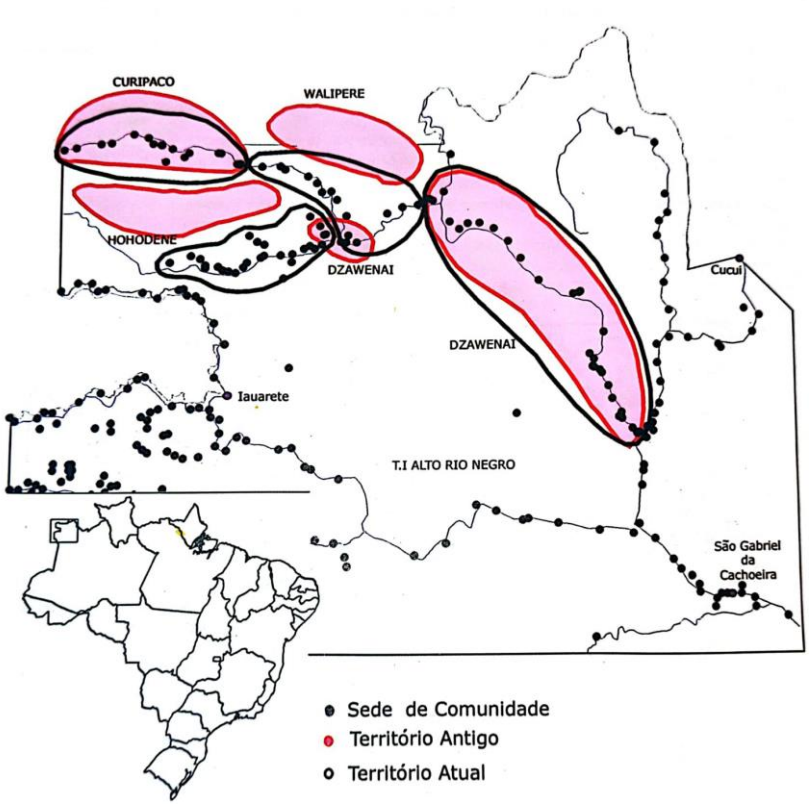


Figura 57: Distribuição espacial das fratrias Baniwa ao longo dos rios Içana e Aiari. Fonte: Garnelo, 2003.

Os Naduhupy, segundo Silverwood-Cope (1990), possuem grande instabilidade geográfica, por serem conhecidos como povos seminômades, embora atualmente se encontrem muitos grupos mais estabilizados espacialmente. Tradicionalmente, são caçadores e coletores e a permanência e constituição dos grupos locais pode, portanto, sofrer oscilações mais frequentemente relacionadas às condições naturais, políticas e sociais em cada período.

É importante destacar que, além de possuírem convenções específicas de nupcialidade no nível dos grupos exogâmicos, sejam eles os agrupamentos linguísticos, os clãs ou as fratrias, existe ainda a exogamia no nível do grupo local, isto é, aqueles que habitam a maloca, ou, mais recentemente, as aldeias e comunidades, mormente compostas por indivíduos de distintos pertencimentos linguísticos e clânicos.

Rebatimentos espaciais das normas de exogamia e endogamia linguísticas

A importância de se detalhar as convenções tradicionais acerca da nupcialidade em cada grupo do Alto Rio Negro reside na necessidade de compreensão das formas de organização dos diferentes povos diante da ação dos brancos. Christine Hugh-Jones (2013 [1972]: 35), em sua etnografia dos Barasana, afirma estar produzindo uma "operação de resgate" dos aspectos tradicionais daquele povo, um dos últimos que, naquele momento, ainda residia em malocas tradicionais.

Esse resgate, mais que mero esforço de descrição antropológica ou descrição histórica, nos fornece alguns elementos úteis para a compreensão da mudança socioespacial, a saber:

(1) Os grupos do Alto Rio Negro buscam se organizar através de *redes espaciais de parentesco,* estabelecidas a partir do sistema de alianças matrimoniais que, comumente, estão relacionadas ao fortalecimento dos vínculos políticos entre os grupos e à satisfação de necessidades temporais. Em outras palavras, quando uma mulher indígena se desgarra de seu grupo de origem e firma morada junto ao clã de seu marido, um novo vínculo geograficamente mediado é criado;

(2) Essas redes de parentesco constituem *formações regionais de vínculos matrimoniais que se configuram plenamente na escala das grandes calhas fluviais*, ou seja, as relações entre os diferentes clãs TUKANO conformam um mosaico que envolve toda a calha do Uaupés e seus afluentes. O mesmo se verifica entre os Baniwa em relação à calha do Içana;

(3) No Uaupés, os grupos exogâmicos produzem sua espacialidade de forma contígua, havendo, entretanto descontinuidades que conformam o ente social das fratrias. No Uaupés e no Içana, sua distribuição espacial está

relacionada a *territórios ancestrais*, definidos no âmbito da geografia mítica sobre as origens da humanidade;

(4) Os grupos locais possuem importância significativa na organização socioespacial do Alto Rio Negro, pois representam a unidade de produção coletiva e, ao mesmo tempo, o espaço de realização dos rituais e de confirmação e renovação dos vínculos ancestrais de parentesco. Representados tradicionalmente pela estrutura da maloca, durante a colonização, foram paulatinamente substituídos pela forma dos povoados cristãos;

(5) A localização dos assentamentos e dos indivíduos está relacionada, indissociavelmente, à busca de proximidade com os territórios ancestralmente atribuídos ao grupo e a vicissitudes do contexto social e econômico, principalmente a disponibilidade de pesca e de caça e a presença de ameaças. A desterritorialização de um grupo local tem implicações severas nas redes de parentesco, nas alianças e nos pactos estabelecidos entre os diferentes grupos, além de gerar o afastamento da realidade mítica perseguida coletivamente como destino comum.

Ao longo do agressivo processo de colonização, os missionários, comerciantes, diretores de índios e outros agentes do poder de opressão, buscando a captura ou a exploração esporádica da mão-de-obra indígena, por ignorarem essas características tradicionais, impuseram aos indígenas a concentração espacial nos povoados, associada à desterritorialização de seus grupos locais. Esse movimento deixou inúmeras marcas entre os grupos, ao ponto de alguns indivíduos das gerações mais recentes não saberem o clã de seus pais ou, mesmo que saibam seus nomes, não reproduzam mais suas funções ancestrais. Os rituais foram colocados sob proibição, pois significavam a reafirmação dos laços intercomunitários e míticos, sendo substituídos paulatinamente pelas missas e rituais católicos, que buscavam

estabelecer uma nova vida comunitária fortemente ancorada na privacidade e na independência de cada família marital em relação ao grupo local.

Redefinições espaciais durante a colonização

A instalação permanente dos missionários brancos no Alto Rio Negro ocasionou significativos ajustes na organização espacial dos grupos. É importante lembrar que tais mudanças já vinham ocorrendo com as recorrentes fugas dos comerciantes, consolidando locais de refúgio, que nem sempre eram habitadas por curto prazo, se tornando, em algumas situações, novos locais de ocupação permanente.

Talvez a principal alteração esteja na maior concentração populacional em torno dos grandes centros missionários, que, além dos internatos, passaram a contar com hospital, mercearias, oficinas de pequenos serviços, dentre outras estruturas que acabavam atendendo a algumas necessidades das populações locais. Com isso, os deslocamentos se tornavam mais comuns e muitos sítios passaram a ser criados no entorno destas localidades, desequilibrando os acordos de pesca locais e a disponibilidade de recursos.

Essas remobilizações territoriais afetaram também a disposição dos clãs e das fratrias que passaram a ter novas configurações, cada vez menos caracterizadas por trechos de rios contíguos. As alianças entre os grupos também foram, pouco a pouco, sendo redefinidas a medida que se definiam novos povoados e que as pessoas assumiam funções nas estruturas da missão. Geraldo Andrello (2004) destaca o exponencial crescimento, por exemplo, de Iauaretê, povoado fronteiriço localizado no alto Uaupés: se Nimuendajú, em 1927, havia identificado 51 moradores, o SPI, em 1932, registrava 163, em 1940, os missionários contabilizavam 250 alunos nos internatos e, em 1976, esse número chegava a 431. Esse crescimento está presente

também nos documentos de divulgação do trabalho missionário, mas também nos relatos dos indígenas ainda hoje.

No âmbito dos grupos locais, as mudanças foram agressivas. Sua conformação material e familiar foi definitivamente alterada por meio da campanha dos missionários pelo abandono das malocas sob os argumentos de suposta insalubridade e promiscuidade sexual. Como destaca C. Hugh-Jones (2013 [1972]), a localização da maloca é escolhida a partir da disponibilidade de terrenos aptos para o cultivo da mandioca e da disponibilidade de peixes e mercadorias. Eventualmente, essa localização poderia ser alterada em virtude da morte de algum morador, de hostilidade com vizinhos ou para evitar os brancos. A duração média da maloca, em torno de dez anos, contribui com essa possibilidade.

A presença dos centros missionários inverte essa premissa, tendo em vista que as áreas de entorno dos centros missionários passam a ser compreendidos como locais privilegiados para se ter acesso a mercadorias e educação. Essa atração, associada à condenação da vida em malocas, levou a sua substituição gradual por povoados cristianizados compostos por casas individuais, uma igreja e, normalmente, um centro comunitário, padrão disseminado em todas as calhas do Alto Rio Negro até os dias de hoje.

Diante deste quadro, atualmente são pouquíssimas as malocas no Alto Rio Negro. Recentemente, muitas comunidades organizaram mutirões de reconstrução das malocas como parte de um processo de revitalização e retomada das práticas ancestrais, tornando-as lugares de encontro, celebração e dos rituais, como pode-se constatar no relato colhido de uma liderança Tukano:

> As malocas foram bem atingidas pelos salesianos. Uma comunidade não tinha várias casas. Uma comunidade só era dentro de uma única casa. Se dividiam os quartos e o centro servia para danças, para festa. Quando os salesianos chegaram aqui mudaram isso tudo, ordenaram destruir as casas coletivas e exigiram construir casas separadas. Erguer

> novamente uma maloca como essa significa renovar a história. Nem nós mesmos sabíamos, poucos presenciaram (Informação verbal)[42].

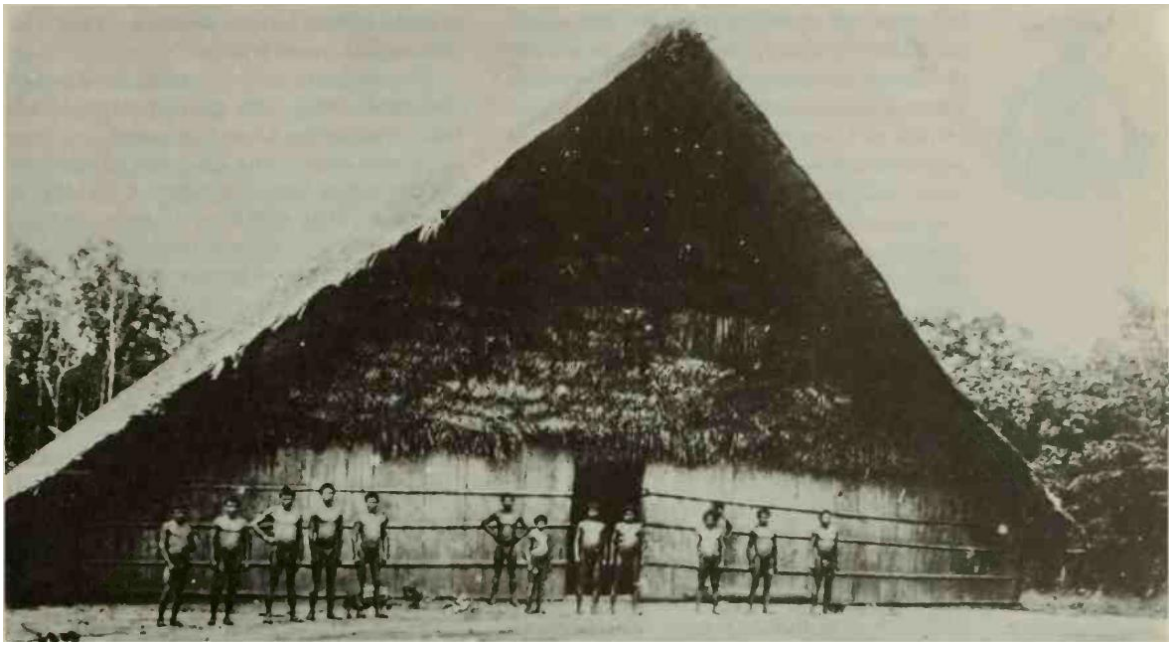


Figura 58: Maloca no Igarapé Yauacacá fotografada por Koch-Grúnberg em 1905. Fonte: Nimuendajú, 2015 [1950].

As malocas dos povos do Rio Negro foram descritas por diversos autores, sendo normalmente referidas como habitação coletiva destinada a acolher o espaço domiciliar de várias famílias nucleares que compartilham o cotidiano, as práticas produtivas, a alimentação e os momentos rituais e celebrativos. Possuíam uma refinada organização interna que separava espaços coletivos, destinados à habitação dos homens solteiros e ao acolhimento dos visitantes, das áreas privativas das famílias. A parte central das malocas eram normalmente utilizadas por ambos os sexos, mas os homens monopolizavam a parte dianteira do espaço central e as mulheres o espaço mais próximo da porta feminina. Esse equilíbrio entre áreas comuns e áreas privadas se reflete também na gestão dos alimentos, havendo sempre uma proporcionalidade entre o que é consumido privadamente e o que é oferecido para a partilha comunitária. Os casos de desequilíbrio poderiam ser interpretados

[42] Entrevista concedida por MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

com ressentimento pelas demais famílias em relação àquelas que poderiam estar "retendo" os alimentos, levando, nos casos incontornáveis, a divisões na comunidade (HUGH-JONES, 2013 [1972]).

Deve-se lembrar que, em um sistema patrilinear, os grupos locais vão sempre sendo remodelados, considerando-se que as irmãs irão, em algum momento, morar nas comunidades de seus maridos. Os filhos homens buscarão esposas em outras comunidades, trazendo-as para morar junto ao seu grupo local. De fato, as mulheres serão normalmente provenientes de outros grupos e, responsáveis pela criação dos filhos, inserem novos elementos na realidade social e cultural dos grupos locais. Esse processo destrutivo e, ao mesmo tempo, construtivo de novos grupos locais compõe a vitalidade social e cultural da região do Alto Rio Negro.

A perseguição e destruição das malocas pelos missionários interferia diretamente nessa forma de organização. Como parte da estratégia de desmobilização das estruturas tradicionais, os padres, aos poucos, introduziram novas lideranças nos povoados que surgiam – as figuras do *capitão* e do *catequista*, escolhidos pelos missionários. A posição de capitão passou a ser atribuída a jovens que, tendo estudado nos internatos, passavam a dominar a língua portuguesa e poderiam representar a comunidade junto aos não indígenas, sobretudo nas missões, e a incentivar a comunidade a produzir insumos para os missionários. O catequista, por sua vez, considerando-se a ausência de missionários que pudessem atender cotidianamente o conjunto numeroso de comunidades, serviriam como representantes dos padres, liderando celebrações católicas e ensinando os ensinamentos da fé católica para as crianças e jovens. Mais tarde, a essas funções se junta a do *professor* e do *agente de saúde*, sobre os quais nos referiremos mais adiante.

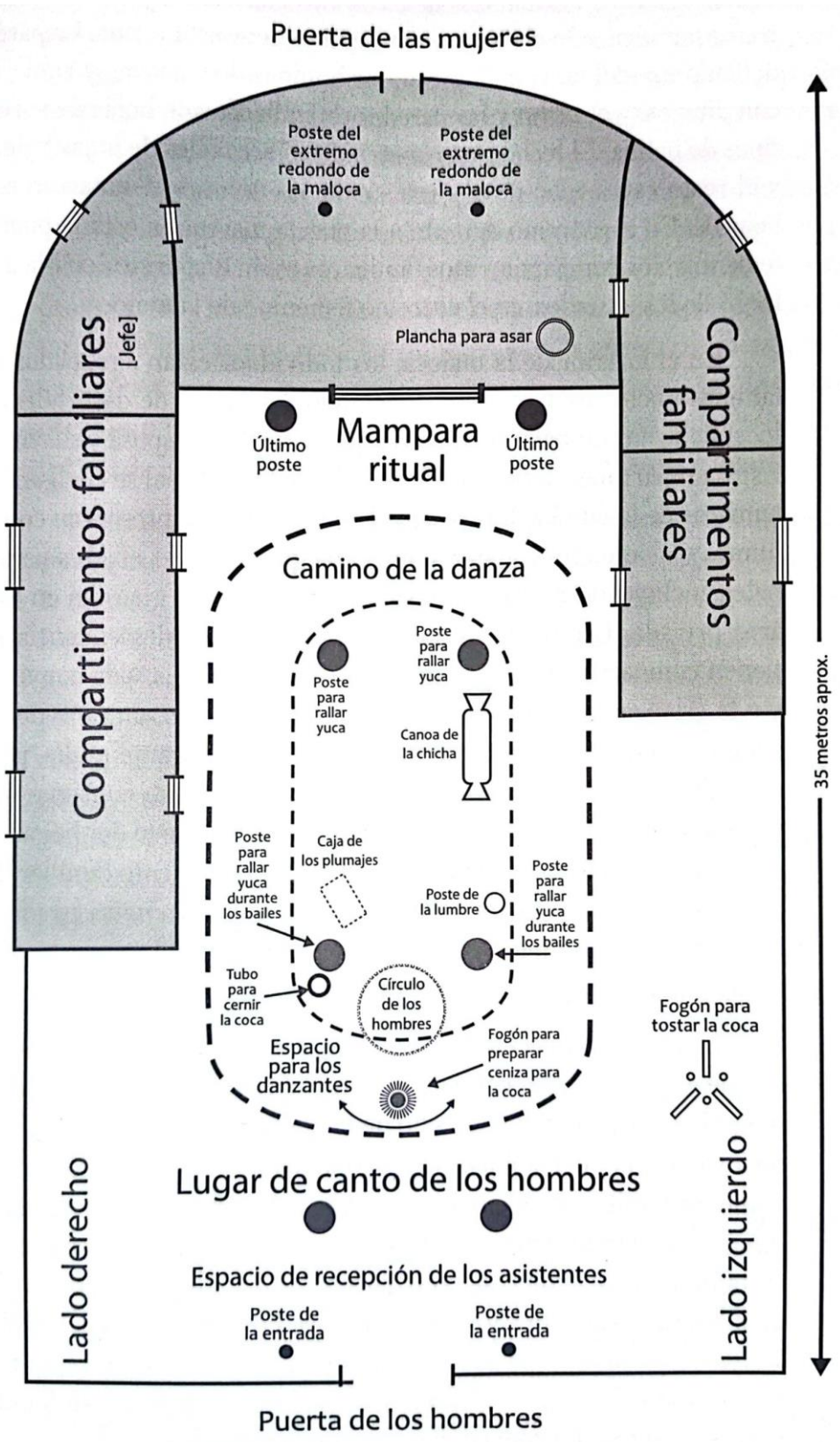


Figura 59: Organização interna de uma maloca Barasana. Fonte: Hugh-Jones (2013 [1972]).

Entendidos como *agentes da modernidade*, tais agentes tensionam o papel e, sobretudo, o poder das lideranças tradicionais, responsáveis que eram pela mobilização do trabalho, pela redistribuição dos recursos e por presidir os rituais, passando a ter um papel secundarizado. Em muitas comunidades, essas novas lideranças não foram imediatamente aceitas, tendo em vista que as lideranças tradicionais não eram eleitas ou escolhidas de forma exógena ao grupo, mas pela descendência (CHERNELA, 1993).

Figura 60: Povoado no Alto Rio Negro composto por casas monofamiliares, normalmente construídas em torno de um pátio comum. Fotografia: Fernando Damasco, 2017.

Figura 61: Povoado no Alto Rio Negro. Nos novos povoados, é muito comum a presença de uma igreja e um centro comunitário. Fotografia: Fernando Damasco, 2017.

Basta lembrar que todo esse processo foi acompanhado pela sistemática separação das crianças, que eram levadas pelos missionários para estudar nos internatos, de seus pais, o que representava uma ruptura na convivência e, consequentemente, no processo de ensino e aprendizagem dos conhecimentos tradicionais e das práticas comunitárias. Nos centros missionários, as crianças aprendiam o português e, em algumas situações, a língua geral, e eram educadas para portarem-se e comportarem-se a partir dos padrões europeus de comportamento. O relato de Gersem Luciano, baniwa, é muito contundente acerca do significado desta separação das crianças do convívio de suas famílias e de suas comunidades:

> Nunca imaginei que poderia conhecer uma boa parte do mundo branco. Meu principal sonho era aprender coisas dos brancos na escola e um dia poder ter algumas coisas simples, como pão, biscoito, roupa, relógio e ser professor da minha comunidade. No entanto, a vida na escola-internato possibilitou conhecer e experimentar o lado cruel da vida no mundo branco: a disputa, a concorrência, a injustiça, a desigualdade, a violência, a falta de solidariedade, a falta de hospitalidade, o individualismo e o egoísmo. A vida de aldeia havia me ensinado a evitar e combater essas mazelas das pessoas, principalmente por ocasião dos ritos de iniciação, dos ritos do dabacuri

> e das atividades coletivas. Na aldeia quase tudo era partilhado na família e na comunidade, ao contrário da missão, onde a comida, o pão, embora produzido pelos alunos indígenas, não podiam comer. Onde a casa dos padres construída pelos alunos indígenas, mas não tinham acesso, não podendo dispor dela em caso de necessidade. Tudo isso, desde o início, me despertou forte sensação de injustiça, de desigualdade, uma vez que o cheiro do pãozinho e da comida me despertava uma sensação estranha, perguntando por que era assim, por que eu e meus colegas não podíamos partilhar daquilo. A resposta interna era: vou estudar, ainda que com muito sacrifício (e foi muito sacrifício), para um dia poder ter acesso àquele pãozinho e àquela comida. Num primeiro momento, induzido pelas pregações e promessas individuais dos padres, tive certa vontade de ser religioso, mas logo descobri a contradição entre as pregações dos padres e suas práticas, pois pregavam hospitalidade, caridade, fraternidade, pureza, mas não praticavam nada disso. Ao contrário, não partilhavam suas casas, suas comidas (comiam de portas fechadas), exploravam e maltratavam/castigavam os índios. Assim, caiu por terra minha crença nas promessas que me haviam iludido ao longo dos anos de internato. Posso dizer que os anos de internato foram marcantes na minha vida e com certeza foram decisivos para a minha vida de militância política, acadêmica e profissional. O afastamento dos pais foi uma experiência de muita dor e sofrimento. Nas primeiras semanas e meses, passava noites chorando, de saudade da família, da casa, da comida, da vida comunitária e da aldeia. Mas também os maus-tratos sofridos no internato, os castigos físicos, a repressão moral e as violências de todos os tipos foram fortes e inesquecíveis (LUCIANO, 2011: 17-18).

O projeto salesiano não se restringiu, portanto, à estrutura física de seus aparelhos institucionais, mas procurou abranger a redefinição de todo o espaço rionegrino. Para isso, soube compreender que apontavam os antropólogos sobre a espacialidade indígena, sobretudo no que se refere à corporeidade, que não se resume ao indivíduo, mas está conectada ao grupo local (e a maloca) como corpos a serem disciplinados. Estabeleceu-se, portanto, um certo modelo próprio de disciplinarização que, ao contrário dos exemplos estudados por Foucault na Europa, não reproduziram a "indiferença à pertinência espacial dos indivíduos" (FOUCAULT, 2013 [1972]: 115), mas viram no espaço um aliado fundamental para o exercício do poder disciplinar.

Concepções de tempo e de espaço

As concepções de tempo e espaço dos povos do Rio Negro derivam, estão associadas às compreensões míticas sobre a realidade que os cerca. Tratam-se de construções conceituais que contém "a ação e o poder associados à criação ancestral" (HUGH-JONES, 2013 [1972]:304). Vários antropólogos têm destacado que suas malocas possuíam relação com suas concepções do universo, dos seus corpos, seus sistemas de reprodução e o entorno natural. Nas inúmeras conversas que tive com os indígenas, quando questionados sobre a organização de suas comunidades, unanimemente, todos, em algum momento, se referiam a explicações que derivam dos mitos de origem da humanidade e às relações de irmandade e de hierarquia entre os grupos.

A característica transformadora atribuída às malocas nos mitos se traduz materialmente nos grupos locais, onde têm lugar os ritos que atualizam e permitem os vínculos de comunicação com o Universo. Tal como no corpo da sucuri ancestral havia diversos clãs representados, também no grupo local essa realidade está presente através da formação do grupo de parentesco e das famílias nucleares.

Em uma interpretação estrutural, em sua etnografia sobre os Barasana, Christine Hugh-Jones (2013 [1972]) identifica cinco níveis hierárquicos de cognição espacial do mundo: o útero, o corpo humano, a maloca, o território fluvial do grupo exogâmico (ou entorno da maloca e o Universo. Cada um desses níveis estaria associado a uma dimensão importante da vida social:

Quadro 2: Níveis de apreensão espacial do povo Barasana

Construção da sociedade	Reprodução social	Indivíduo	Grupo de descendência local	Grupo exogâmico	Sociedade Tukano
Estrutura espacial correspondente	Útero	Corpo humano	Maloca	Rio	Universo

Fonte: HUGH-JONES, 2013 [1972].

A autora destaca ainda que essas estruturas constituem a partir dos movimentos e mudanças que realizam, em cada uma delas, as pessoas no processo de reinvenção permanente dos mitos, dos heróis míticos e do cotidiano. Embora tenha se dedicado a compreender principalmente a relação dos Barasana com o Universo e como essa dimensão se projeta na organização social, descrevendo inúmeros significados atribuídos a diferentes localizações e lugares significativos para o universo TUKANO. Todos esses níveis estruturais, bem como os elementos básicos do sistema espacial – rios, cabeceiras, foz, maloca, centro comunitário, espaços privados familiares, corpo, útero, feto etc. – seriam concebidos simultaneamente em ordens lineares e concêntricas do espaço-tempo.

Embora saibamos que este é um modelo ideal construído a partir do trabalho etnográfico junto a um grupo TUKANO, que, certamente, além de apresentar significativas variações entre os demais grupos, hoje não pode ser concebido sem considerar as aberturas desta sistemática ao contato com os sistemas ocidentais de relacionamento com a distância (introdução de motores nos barcos, aviões, acesso a mapas, inclusive digitais, e conceitos espaciais diversos) e com o tempo (calendário ocidental, ritmos e prazos cotidianos, muitas vezes articulados à vida urbana etc.). Entretanto, alguns desses elementos se mostram ainda atuantes e significativos nos relatos de algumas lideranças, principalmente no que se refere às concepções em torno dos territórios, como veremos a seguir.

Territórios e territorialidades tradicionais

Já referimos anteriormente sobre os territórios ancestrais associados à reflexão mítica dos povos do Rio Negro sobre o surgimento do mundo e da humanidade. Já referimos também algumas explicações históricas que ajudam a compreender a atual localização dos povos ao longo das calhas e nos interflúvios, numa espécie de panorama regional da distribuição territorial. Partindo-se do relato mítico e, mediante consultas aos indígenas de diferentes calhas, verifica-se que os povos

rionegrinos possuem distintas modalidades de apropriação da terra, sempre associadas à manutenção de seus grupos locais, à possibilidade de estabelecimento das roças e o acesso à pesca e à coleta de produtos florestais. O modo como estabelecem divisões ou recortes no terreno para uso é associado, em primeiro lugar, ao mandato ancestral de uso e apropriação, conforme já referido, e é seguido pelo conjunto de acordos que historicamente vão sendo estabelecidos no interior de uma mesma comunidade ou entre comunidades distintas.

Uma liderança Tukano me explicava que, na concepção de seu grupo, o primeiro território, por antiguidade, é o do clã, recebido dos antepassados ancestrais, que lhes atribui um direito natural, originário, sobre determinado trecho de rio ou igarapé, sobre as áreas de roçado ou sobre trechos de varadouros no interior da floresta. As regras de uso desses espaços se referem normalmente ao aproveitamento dos recursos e constituem uma forma ancestralmente justificada de gestão em um ambiente marcado pela escassez de disponibilidade de alimentos. No relato de Maximiliano Menezes, conseguimos verificar algumas justificativas para a definição dos limites dos territórios clânicos:

> No nosso caso, nós somos dois clãs na mesma comunidade. Um que chegou antes da gente, de clã menor, mas que, na nossa concepção, nossos antepassados mandaram eles para verem como seria o espaço onde a gente iria ficar. Aí desceram, localizaram, avisaram e meus antepassados chegaram. Nesse acordo, cederam uma boa parte para nós porque eles como subordinados precisavam ceder. Os clãs maiores têm mais poder de domínio, então acaba tendo uma ocupação maior que os clãs menores (informação verbal[43]).

A hierarquia social entre os clãs é definida a partir da ordem que teriam saído da sucuri ancestral – os primeiros representam os clãs maiores, considerados "irmãos mais velhos", dotados de precedência em alguns aspectos da vida social, como a decisão sobre os espaços de uso. Os clãs subsequentes podem ter importância menor

[43] Entrevista concedida por MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

nesse sistema hierárquico, a depender da ordem que brotaram para a terra. Essa hierarquia social se projeta espacialmente pela posição dos clãs em relação ao local da origem, normalmente localizado nos baixos cursos, onde as condições de pesca e a disponibilidade de alimentos é maior.

Uma subdivisão importante do território clânico seria o território da família nuclear, isto é, aquele que recebeu de seu pai e que pode ser compartilhado por seus irmãos e, futuramente, por seus filhos. Esse território pode ser composto por um trecho menor de igarapé, uma área boa para roçados e até em trechos de varadouros pelo interior da floresta. Domingos Barreto, em seu relato, destacou essa vinculação entre os clãs e as famílias a uma territorialidade específica de *etnoterritorialidade*:

> A formação dos povos aqui da região está relacionada a nossa referência de territorialidade, que é a etnoterritorialidade. A gente tem uma territorialidade mítica. Por exemplo, a territorialidade mítica do clã que eu pertenço é Diavi. Todo tukano, dos 35 ou 37 clãs, a territorialidade mítica é esse diávi no Uriri. Depois, vem a territorialidade étnica, de onde nós iniciamos nossa história para começar a contar é Ipanoré. Nós somos proprietários de lá. Agora, se a gente for lá ver a territorialidade dos clãs ou sibs, aí cada clã vai identificar de onde você é. E dentro do sib, tem o meu território. Eu falo com meus netos: "esse aqui é o igarapé do avô de vocês" (Informação verbal)[44].

Uma terceira instância territorial se daria, entre os TUKANO, no nível do grupo étnico, que, na concepção de meus interlocutores, corresponderia ao grupo linguístico. Então, por essa concepção, se poderia falar em um território Tukano, um território Desana, um território Tuyuka e assim sucessivamente. Esses territórios convivem com o território da calha, isto é, o território do rio Uaupés, habitação dos povos TUKANO e NADUHUPY. Essa marcação seria importante para diferenciar o território das demais calhas – Içana, Xié, Negro, p. ex. – e evidencia uma preocupação com a gestão desse universo mais amplo de comunidades.

Por fim, a liderança cita o território do Alto Rio Negro, recorte reivindicado junto dos brancos e utilizado nas relações externas do movimento indígena com as

[44] Entrevista concedida por BARRETO, Domingos Savio Borges. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (130 min.).

instituições e organizações do mundo não-indígena. Essa instância territorial é fruto do processo de mobilização, da luta diante de um contexto muito desfavorável para os indígenas. São justamente as situações geográficas que motivaram sua introdução nas concepções territoriais desses grupos que pretendemos refletir neste trabalho.

Prefiro utilizar o termo *instância* à *escala* porque, embora esses recortes possam, em primeira análise referir-se uma política de escalas, nos termos de Moore (2008), não estão, todas elas, diretamente relacionadas a disputas ou a lutas, mas a alianças e acordos muitas vezes no interior dos próprios grupos, as quais, no contexto rionegrino, constituem-se como um elemento de socialização fundamental para a sobrevivência e a vida coletiva. Mesmo a conformação do grande território do Alto Rio Negro utilizou-se, como veremos mais adiante, da construção de consenso como estratégia de reconhecimento. Também descarto referir-me a escalas, no sentido atribuído por Castro (1995), porque não se tratam de meros recursos epistemológicos para compreender um mesmo objeto, mas realidades espaciais distintas, produzidas socialmente na contrastividade com diferentes atores.

Desta organização territorial por instâncias, muito próxima do que verificou Christine Hugh-Jones (2013 [1972] em sua etnografia), depreende-se que os indígenas TUKANO buscaram recortar a terra historicamente a partir de várias situações em que estiveram inseridos, seja aquelas recebidas como uma condição herdada/ancestral, sejam aquelas com que historicamente se depararam, sempre construídas na contrastividade a um "outro", que pode ser o branco, um outro clã ou uma outra família nuclear, por exemplo (ver, no quadro 3 e na figura 63, a síntese dessas instâncias territoriais). Pode-se falar em verdadeiras *situações territoriais*, isto é, situações geográficas ou geo-históricas que envidam a produção de novas territorialidades, baseadas na afirmação ou no enfrentamento de alguma realidade objetivamente colocada aos atores, subjetivamente refletida e politicamente retrabalhada, como detalharemos mais adiante.

Quadro 3: Instâncias territoriais do povo Tukano, segundo relato oral

	Territórios				
Instância	Núcleo familiar	Clã	Grupo étnico/linguístico	Calha	Alto Rio Negro
Outro	Famílias nucleares vizinhas	Demais clãs de mesma língua	Grupos falantes de outras línguas	Diferentes calhas de rios	Mundo branco/ outras regiões indígenas

Fonte: Elaborado pelo autor.

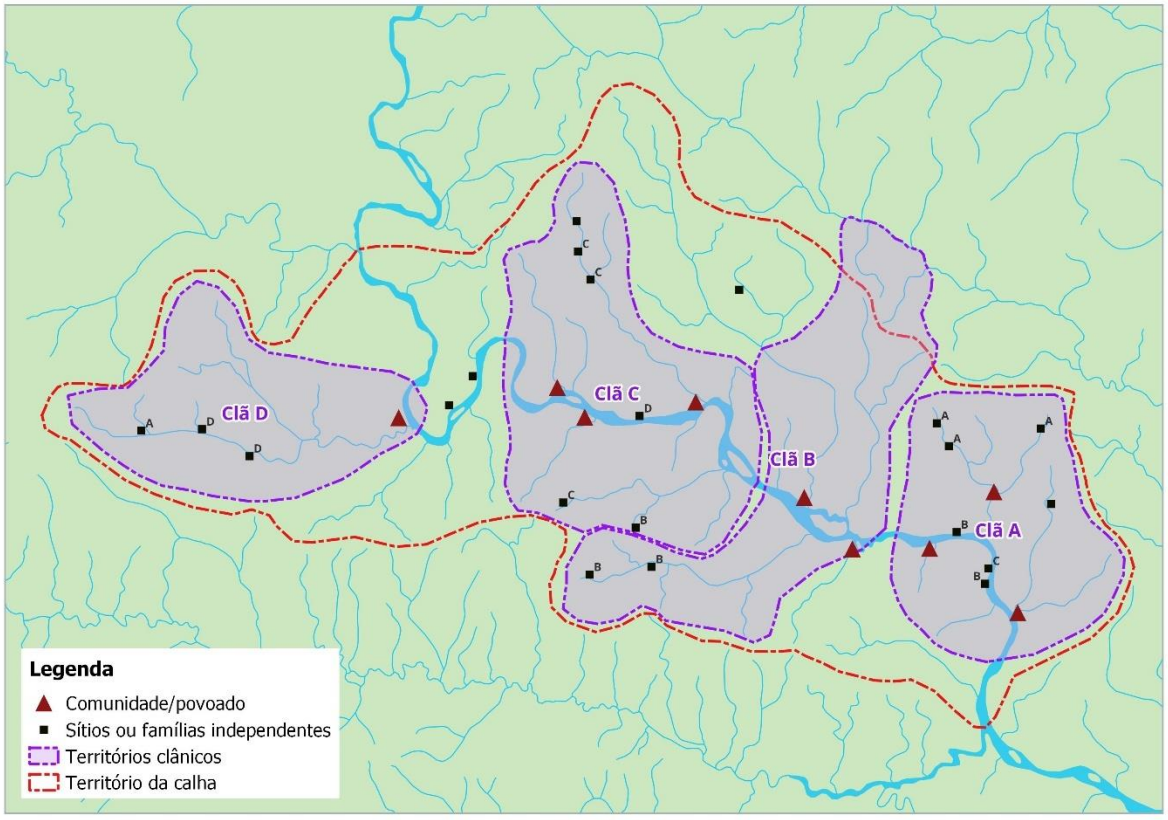


Figura 62: Esboço esquemático das instâncias envolvidas no território de uma única calha. Fonte: Fernando Damasco, 2023.

Entre os Baniwa, já referimos que a organização clânica é diferente, sem necessária coerência entre a localização e os trechos ocupados nas calhas dos rios. Entretanto, a ocupação ancestral dos clãs ainda funciona como referência na organização espacial, mas os limites são definidos entre as comunidades. Nas palavras de Juvêncio Cardoso:

> Então é o que eu chamo de limites. Atualmente já funciona assim: limites de uso territorial da comunidade. Já não é mais é limite de uso territorial clânico, mas existe forte na nossa memória essa divisão primeiro de territorial por clãs e hoje é por comunidades. O território comunitário, por exemplo. Eu explico que o ambiente que engloba a comunidade e o ambiente onde fazem roças, agricultura, caça, pesca, coleta e tudo, o que eu chamei "wadzalake", que seria "a nossa comunidade", ou "a área de abrangência da nossa comunidade" (Informação verbal[45]).

O próprio Plano de Gestão Territorial e Ambiental da organização Baniwa e Koripako apresenta três conceitos para definir os territórios numa perspectiva ARAWAK:

- *Wadzalake*, isto é, o espaço onde se mora e se colhe o sustento através das roças, da pesca, da caça e da coleta. Nas palavras dos Baniwa/Koripako, "uma expressão que utilizamos todos os dias para referirmos que somos 'donos' daquele lugar, porque conhecemos e reconhecemos sua importância simbólica, ecológica, cultural e econômica para nossa vida. Ele nos traduz o sentimento de pertencimento de nós nele e ele para nós" (NADZOERI, 2021: 61);
- *Weemakaawa*, isto é, "nosso território", representado pela área de habitação dos povos Baniwa e Koripako. Nas palavras expressas no seu plano de vida, o território a que "nós pertencemos e o território que nos pertence. Este é o nosso espaço coletivo como povos Baniwa e Koripako. Deste precisamos cuidar em coletivo, que chamamos de gestão do nosso território" (NADZOERI, 2021: 62);
- *Wahipaite*, isto é, "nossa terra como um todo", para se referir a todo o território do Alto Rio Negro, "submetida a outras formas de governar e que precisamos lidar" (NADZOERI, 2021: 62).

[45] Entrevista concedida por CARDOSO, Juvêncio. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (57 min.).

Diante desta classificação, fiz um questionamento a ao Professor Juvêncio Cardoso, Baniwa, perguntando-o se, quando falamos em território no Alto Rio Negro, a definição dependerá de com quem estamos falando ou a que "outro" estamos nos referindo. Ele me respondeu: "Sim, ele é relativo. Então se estou pensando na família, é uma coisa. Se falo do clã, é outra. Se falo com a comunidade, é outra. Se falo do governo, é outra. É outra escala. É relacional" (Informação verbal[46]).

Destas referências podemos empreender que, além de um complexo de redes de parentesco, os povos da região do Alto Rio Negro abrigam um conjunto de territórios e territorialidades que, pela sua complexidade, são dificilmente mapeáveis, mas que apresentam profunda importância para a reprodução de sua organização social. Dominique Buchillet (1992), em seu pioneiro trabalho, havia chamado a atenção para os inúmeros varadouros terrestres que ligam as aldeias e comunidades localizadas nas diferentes calhas. Entretanto, o que vemos aqui é que tais caminhos, juntamente aos rios, às roças, os igarapés, os lagos e demais elementos ambientais, estão inseridos em uma imbricada malha de diferentes territórios sobre a qual se assentam inúmeros sistemas de alianças e acordos que organizam e viabilizam a existência desses diferentes grupos com múltiplas territorialidades.

Esses territórios são permanentemente reproduzidos mediante a atualização das alianças, as remobilizações dos grupos em suas localizações e, mais recentemente, com os fluxos populacionais de ida (e de retorno) para as cidades. O que realmente permanece como indagação é como essa diversidade de povos, portadores de organizações sociais tão distintas, com tamanha diversidade de territórios, conseguiram conformar politicamente a reivindicação de um único e coeso território junto ao governo brasileiro. Sobre esta pergunta nos debruçaremos nos próximos capítulos.

[46] Entrevista concedida por CARDOSO, Juvêncio. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (57 min.).

Capítulo 5

SITUAÇÃO TERRITORIAL DO CONTROLE GEOPOLÍTICO MILITAR DE FRONTEIRA E DE "SEGURANÇA NACIONAL"

> *De nada vale a demarcação e a garantia de nossas terras, Senhor Presidente, se nós indígenas não possamos decidir livremente a maneira de como usufruir das riquezas do solo e subsolo de nossos territórios. Nós temos como povos diferenciados o direito de escolher os meios de como empregar estas riquezas. V. Excia. é sabedor que o progresso da Nação Brasileira, até hoje se fez às custas da destruição dos índios e invasão desenfreada de nossas legítimas terras. Agora Senhor Presidente, deve-se respeitar os povos indígenas que resistiram até hoje a mercê de sua própria sorte, assegurando-lhes condições para uma vida digna e honrada e para a livre construção de nosso futuro.*
>
> Ofício da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN, de 05/06/1987 ao Presidente da República, José Sarney

No capítulo 3, destacamos como os povos do Rio Negro foram submetidos a diferentes modalidades de explorações por parte de missionários, comerciantes e agentes do Estado, em um projeto de consolidar o controle colonial sobre toda a região, considerada estratégica para a consolidação do projeto de expansão territorial. Em seguida, no capítulo 4, detalhei os elementos principais da organização socioespacial dos indígenas, principalmente os territórios tradicionais e ancestrais, buscando ressaltar os grandes esforços dedicados pelos indígenas na busca de soluções e alternativas diante do projeto de controle colonial.

O que pretendo neste capítulo é demonstrar de que modo, na segunda metade do século XX, por meio da chegada de significativos contingentes populacionais a partir de novos projetos para a região, ampliou-se a configuração de uma fronteira demográfica e a pressão pelo estabelecimento de uma fronteira econômica que, aliada às preocupações geopolíticas dos militares, implicaram em significativas transformações do espaço regional e no cotidiano dos indígenas. Ao mesmo tempo, veremos como a constituição do Estado de exceção na região configurou táticas de segurança configuraram um modelo próprio de exclusão territorial que tensiona o sentido estrito de "impedimento ao acesso territorial" (HAESBAERT, 2014: 199), ampliando-o para situações de reordenamento forçado de normatividades, permissões e vedações de direitos, usos e apropriações de determinado território onde a permanência do grupo é autorizada somente mediante a mudança de condição, isto é, tem como condição o abandono do ser indígena e a adesão ao novo estatuto exógeno da civilidade e da "comunhão nacional".

Até as décadas iniciais do século XX, a presença das forças colonizadoras na região não se concretizou em termos de uma ocupação efetiva da região por pessoas vindas de fora. Excetuando-se por algumas famílias que se instalaram na região no intuito de controlar o comércio local e pelos missionários, a região era considerada inóspita e de difícil acesso para uma ocupação permanente. Consistiu, então, em um sistema de exploração econômica pelos regatões baseado no sistema de endividamento e de trocas desiguais em que, na maior parte das vezes, o dinheiro estava ausente, associado a um projeto político de controle e reconfiguração cultural executado por meio das missões salesianas.

Poderíamos nos questionar, então, se podemos falar em uma frente pioneira, ou mesmo de uma fronteira nesse contexto. Nas Ciências Sociais, são muitos os trabalhos que buscam discutir os conceitos de *frente de expansão*, muito utilizado pelos antropólogos, introduzido inicialmente por Darcy Ribeiro (1957), e de *frente pioneira*, adotado pelos geógrafos a partir do trabalho de Leo Waibel (1955). José de Souza

Martins (2008) propõe que a diferença está justamente na forma de olhar para um mesmo problema – na frente de expansão, estaria presente já o estabelecimento da propriedade privada e das trocas capitalistas, sendo a frente pioneira uma etapa anterior, pré-capitalista, uma situação intermediária entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica. Essa visão foi questionada por Otávio Velho (2009 [1976]), que vê nessa diferenciação uma absolutização da propriedade privada como indicador da penetração do capitalismo no campo, numa visão *em movimento,* baseada na tradição norte-americana e articulada à compreensão do desenvolvimento brasileiro.

Buscando uma interpretação mais adaptada a uma situação específica, João Pacheco de Oliveira (1979), estudando o seringal no século XIX como fronteira, a compreende como mecanismo de ocupação de novas terras e de sua incorporação, em condição subordinada, no interior de uma economia de mercado. Para o autor, a fronteira é um "mecanismo que correlaciona de forma regular e complementar diferentes partes de uma totalidade" (p. 111) constituindo-se como criação da instância política que pode transformar um território no sentido da mais fácil apropriação político-econômica, seja a transformação de áreas ocupadas em terras livres para apropriação em momento oportuno e vantajoso, seja a ocupação por meio da instauração imediata da propriedade privada.

Bertha Becker (1988b), em texto seminal sobre o significado da fronteira no contexto amazônico, chama a atenção para o seu significado geopolítico, isto é, a partir da reflexão sobre o papel do espaço e sua estreita relação com o Estado. A fronteira se constituiria, então, como um espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado, ou seja:

> contém assim os elementos essenciais do modo de produção dominante e da formação econômica e social em que se situa, mas é um espaço não plenamente estruturado, dinâmico, onde as relações e as práticas não assumem o grau de cristalização comum em outras circunstâncias, e portanto gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político. O dado crucial da fronteira é, pois, a virtualidade histórica que contém: dependendo da forma de apropriação do espaço, das relações sociais e dos tipos e interesses dos

> agentes sociais aí constituídos, ter-se-á a formação de projetos políticos distintos. Pode ela ser definida como espaço de manobra das forças sociais, e como o espaço de projeção para o futuro, potencialmente gerador de alternativas (BECKER, 1988b: 67).

A *situação de fronteira* implica, portanto, um conflito inevitável e desigual entre distintas formas de apropriação espacial e a disputa em relação a projetos normalmente antagônicos de futuro. É o lugar da alteridade, do desencontro de temporalidades históricas (MARTINS, 2008) porque implica, em nosso contexto brasileiro, a modernização como imposição de espacialidades ordenadas segundo os interesses das forças e dos agentes modernizadores do Estado e das elites dirigentes:

> No fundo, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial ou social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social (MARTINS, 2008:135-136).

Nesta situação, não figuram apenas os pioneiros (*frontiersmans*), como propunha Waibel (1955), mas principalmente aqueles que têm os seus territórios tensionados, seus corpos violentados e sua organização social invadida. Esse espaço árido é normalmente camuflado por meio de iniciativas supostamente "favoráveis" aos violentados, oferecidas sob argumentos de maior integração aos elementos exógenos, isto é, ao mercado, às comunicações, à tecnologia etc., somente acessíveis nos ritmos e nos limites definidos pelos que se encontram na situação mais vantajosa.

O processo desenrolado no Alto Rio Negro trata-se certamente da conformação de uma situação de fronteira, em que se manifestam os elementos que conduzirão os indígenas, mediante um processo de mobilização territorialmente mediado, a buscar o protagonismo na construção de uma nova situação geográfica por meio da demarcação de suas terras, resistindo à consolidação do projeto colonial-militar que previa a instauração da propriedade privada e da exploração mineral desenfreada. Como veremos nos capítulos subsequentes, não se trata de uma negativa à inserção

no mundo do branco, mas a tessitura de uma forma própria de fazê-lo a partir de suas próprias aspirações por condições mais favoráveis de vida.

Nessa fronteira, veremos o quanto se desenvolveu o poder tutelar como uma certa forma de integração entre elementos das sociedades de soberania quanto das disciplinares e como produto de "um poder estatizado em agências que se propõem a ter abrangência 'nacional', isto é, estender-se enquanto malha administrativa por todo o mapa político do País" (SOUZA LIMA, 2014: 67). Os projetos empreendidos no Alto Rio Negro ao longo da segunda metade do século XX são sintomáticos dessa estratégia de controle da fronteira que implica sua incorporação como espaço a ser incorporado no âmbito do projeto da colonialidade do poder que, nessa conjuntura, se apresenta por meio do "colonialismo interno" (CASANOVA, 1963, 2007, 2015 [2006]), como iremos detalhar mais adiante.

A crise da situação colonial-disciplinar religiosa

O projeto salesiano chegou aos anos 1960 com estruturas grandiosas em pontos extremamente estratégicos do território do Alto Rio Negro. Ao instalar seus centros de atuação junto às fozes dos principais rios, os missionários garantiam o controle e o acesso a grandes conjuntos de comunidades, que passaram a ver na estrutura das missões uma centralidade inescapável para ter acesso a diversas bens e serviços. A saída do SPI em 1954, só retornando como FUNAI em 1974, ocasionou um período de 20 anos de ausência dos órgãos indigenistas, período em que coube exclusivamente aos salesianos a assistência aos indígenas, sempre enquadrada no projeto de "integração" e "civilização" que orientavam o indigenismo estatal.

A esta altura, passados cerca de cinquenta anos de presença salesiana, a situação dos povos rionegrinos havia se alterado bastante. Muitas novas gerações já tinham crescido sob a tutela dos missionários, tendo estudado no internato, aprendido o português e recebido um conjunto de influências sobre seus hábitos e práticas. Em

1968, iniciava-se a reorganização no funcionamento dos internatos com a introdução dos primeiros professores indígenas e a criação de um inédito grupo escolar misto em Iauaretê, onde haveria 23 professores, sendo 5 missionários e 18 indígenas, que lecionavam para um conjunto, na missão e nas escolinhas, de 460 alunos (DUTRA, 2008).

Desde 1958, a Missão passou a contar com apoio da Força Aérea Brasileira, que executava voos para transporte de mercadorias e pessoas, visando ao abastecimento dos centros missionários, com destaque para Iauaretê onde a cachoeira impedia o pouso do hidroavião utilizado para as necessidades logísticas dos missionários. Esse binômio FAB-Missões viabilizou a intensificação dos serviços missionários, mas principalmente a intensificação do fluxo de mercadorias para os centros missionários e a saída de produtos do artesanato indígena para os centros urbanos. Passaram a ser comuns solicitações dos indígenas aos padres, que controlavam os voos, para que pudessem ir até São Gabriel para resolver problemas e ter acesso a maior diversidade de produtos.

No contexto nacional, a partir de 1964, com a instauração da Ditadura Militar, mediante golpe de Estado, toma força a reorientação da política nacional para a Amazônia, entendida, como veremos mais detalhadamente mais adiante, como uma região fundamental para a garantia da segurança nacional e para o desenvolvimento econômico do país. Havia uma preocupação muito grande com a exploração dos recursos amazônicos por estrangeiros e por empresas multinacionais, principalmente mineradoras que já recebiam as primeiras notícias da ocorrência de minérios valiosos no subsolo da floresta. Nesse contexto, grandes áreas do território amazônico foram reservadas pelo Governo Federal como uma garantia de exploração futura dos recursos naturais nelas existentes.

Em julho de 1961, por meio do Decreto n. 51.028, é criada a Reserva Florestal do Rio Negro, compreendendo um polígono irregular tendo com limites entre os rios Içana, Negro, Uaupés e Tiquié. Amparada no Código Florestal de 1934, então vigente,

a floresta era classificada como “de rendimento” (art. 3º), isto é, dedicada ao aproveitamento dos recursos florestais existentes. Quanto à presença indígena, o texto do decreto prevê que:

> Art. 4º. Dentro do polígono constitutivo da Reserva Florestal serão respeitadas as terras do índio, de forma a preservar as populações aborígenes de acordo com o preceito constitucional e a legislação específica em vigor, bem como os princípios de proteção e assistência aos silvícolas, adotados pelo Serviço de Proteção ao Índio (Decreto n. 51.028, de 25 de julho de 1961).

A criação da reserva sinalizava um novo período histórico marcado por maior preocupação sobre a relevância estratégica e econômica da região do Alto Rio Negro para o país, fazendo com que os atores locais, principalmente as autoridades eclesiásticas e as lideranças indígenas, voltassem suas preocupações para o problema das terras. Vale lembrar que os missionários afirmavam ter propriedade sobre grandes porções de terras ao redor dos centros missionários, quando, na verdade, detinham somente plantas informais, sem escala. A questão dos registros públicos sobre a propriedade das terras não era uma preocupação até o momento, tendo em vista o grande poder local da Igreja era sempre capaz de controlar e conter qualquer questionamento a esse respeito.

Esse era um momento em que a Igreja passava também por grandes transformações. Em Roma, entre 1962 e 1965, ocorria o Concílio Vaticano II, que produziu um conjunto de transformações na atividade missionária católica, assumindo pela primeira vez, no decreto *Ad Gentes* sobre a “Atividade Missionária da Igreja”, “a consciência da diversidade cultural e da necessidade de respeitar as diversas nações com suas singularidades na atividade missionária” (LEITE, 1982: 17). Em 1968, na II Conferência do Episcopado Latino-americano, realizada em Medellín, na Colômbia, houve uma sinalização objetiva do necessário compromisso com os mais pobres e oprimidos na sua luta por libertação, refletindo as concepções da teologia da libertação.

Essas transformações tiveram influências sobre os missionários mais jovens, que chegavam ao Rio Negro com uma mentalidade diferenciada em relação ao que estava instaurado, gerando, inclusive, muitos conflitos com o então bispo Miguel Alagna, considerado conservador e alinhado à política assimilacionista do Governo Federal. Por outro lado, os indígenas formados nos internatos salesianos assumiam cada vez mais funções importantes nas comunidades, como a de professor, assumindo a formação das crianças e dos jovens. Passaram, então, a questionar a importância de resgatar, nesse processo, os elementos culturais esquecidos nas décadas de colonização, o conhecimento dos mais velhos, os hábitos alimentares, dentre outros elementos, em um processo de revalorização e resgate que é priorizado até hoje entre as lideranças da região.

Tendo em vista a ausência de postos de emprego para os estudantes formados nos internatos, os missionários incentivavam a formação de associações voltadas inicialmente para a organizar as roças, o artesanato e a distribuição da produção dos povoados. Utilizavam, para isso, de cursos, clubes de mães, obras sociais e trabalhos comunitários. O modelo de comunidades eclesiais de base passou a ser largamente adotado, fortalecendo os vínculos comunitários e formando uma rede eclesial em que cada comunidade funcionava como um nó fundamental para a difusão de informações, a discussão de problemas e a tomada de algumas decisões com consequências coletivas. Esse foi um momento em que novos focos de poder e deliberação começaram a se estabelecer e, pela primeira vez, devido ao seu pequeno número, mas principalmente pela maior autonomia que os indígenas estavam alcançando, os missionários começavam a perder o controle sobre a totalidade dos indígenas, que começavam a reivindicar o direito de falarem por si mesmos. No Tiquié, os indígenas se organizaram através de uma associação e compraram uma lancha para levar os produtos até a cidade de São Gabriel, rompendo-se, de forma inédita, o controle da missão. O depoimento de um tuxaua Tukano para Peter Silverwood-Cope (1975: 25) resume bem o sentimento presente entre os indígenas

naquele contexto: “Primeiro estava os colombianos que maltratavam e levava o pessoal. Depois os padres chegaram e pararam isso. Civilizaram. Ficou melhor. Mas agora para que serve essa civilização? Queremos aprender a trabalhar”.

A diminuição paulatina das verbas repassadas pelo governo aos salesianos aumentava a preocupação acerca da manutenção da monumental estrutura dos centros missionários, principalmente os internatos, que implicavam em maiores custos de manutenção. O receio dos salesianos se ampliou ao longo da década de 1970, com o retorno da FUNAI, que reinstala o Posto Indígena de Iauaretê e a reabre a Ajudância em São Gabriel da Cachoeira. Além disso, são realizadas algumas visitas de representantes do Estado para averiguar a situação dos povos do Rio Negro e a estrutura missionária na região, colocando os padres salesianos em atitude de suspeita acerca dos novos projetos governamentais para a região.

Em 1975, Peter Silverwood-Cope (1975) percorre o Alto Rio Negro e, em seu relatório, denuncia uma série de abusos cometidos pelos padres e freiras nas comunidades. Relatou que tomou conhecimento, ao percorrer os povoados, de que, por terem falado mal dos padres, “alguns indígenas teriam sofrido represálias em forma de castigos verbais e denúncia pública na missa, frente a todos, reunidos para a festa, por terem falado mal dos padres” (p. 19). Ressaltou que os padres exploravam o artesanato indígena, vendendo em Manaus produtos por preços altíssimos comprados dos indígenas por valores módicos. Percebeu a tensão em torno das terras: os missionários teriam difundido notícias de que os indígenas teriam que demarcar seus lotes individuais para formalização junto ao INCRA, fato desmentido posteriormente. Verificou ainda uma situação trágica em relação à saúde com ocorrência de anemia, parasitas intestinais, várias conjuntivites e tuberculose, e denunciou a precária estrutura de atenção médica dos missionários, despreparados para o tratamento dessas doenças e, em algumas situações, vendendo remédios para os indígenas.

Não à toa, entre suas recomendações finais está o investimento em projetos de desenvolvimento e autonomia econômica para os indígenas, ao invés de insistir na antiga política de atração e ajudância representada pelos postos indígenas. Baseando-se na recentemente aprovada Lei n. 6.001, de 1973 – Estatuto do Índio, propôs ainda a criação do Território Federal Indígena do Alto Rio Negro (figura 64), nos mesmos limites da Reserva Florestal do Rio Negro, incluindo ainda a bacia ao sul do rio Tiquié, incluída a Serra do Traíra, área de ocupação tradicional NADAHUPY. Segundo o artigo 30 da referida lei, o território federal indígena consistiria na unidade administrativa subordinada à União instituída em região em que pelo menos um terço da população seja formado por indígenas. Essa proposição será decisiva, como veremos adiante, para as discussões que se desenvolverão em torno do reconhecimento das terras indígenas.

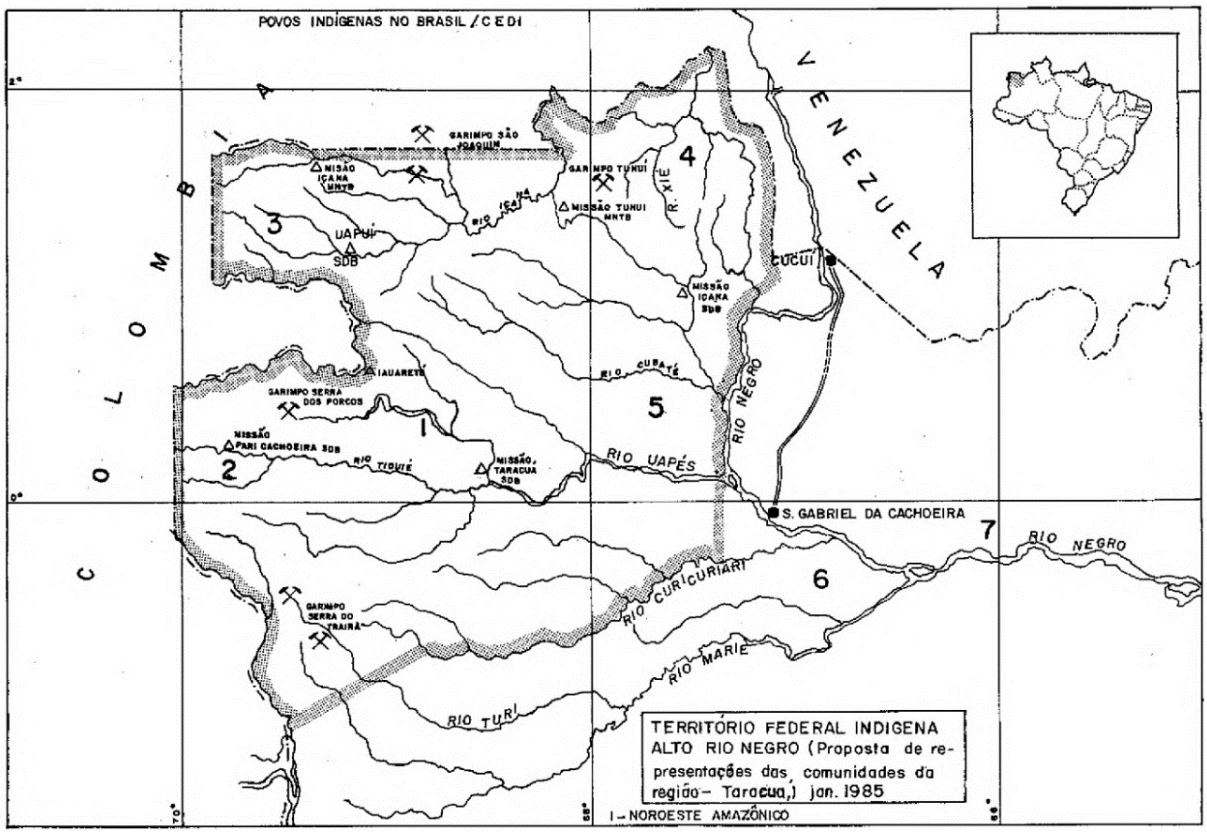


Figura 63: Proposta do Território Federal Indígena do Alto Rio Negro com representação dos garimpos instalados ao longo da primeira metade da década de 1980. Fonte: CEDI, 1985.

Em 1976, uma nova comitiva, desta vez da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, visitaria a região para avaliar se o repasse anual de Cr$700.000,00 aos salesianos se justificava. No relatório da missão, marcado como "confidencial", os funcionários registram que ficaram impressionados com casos de morte por sarampo (doença para a qual já existia vacina) e de cegueira por oncocercose. Destacaram as dificuldades dos internatos, principalmente o "atraso de pelo menos 50 anos" (s/p.) nos métodos educativos salesianos, principalmente em Taracuá, onde os alunos ainda eram divididos por sexo. Registraram ainda a preocupação dos missionários com a questão das terras:

> De certa forma, observamos uma preocupação por parte dos missionários no que tange à propriedade da terra, que pretendem assegurar para o índio. Segundo informações do voluntário Pierangelo, as missões têm tentado conseguir títulos de propriedades para os silvícolas na ilha de Camanaus, porém têm encontrado sérios obstáculos relativos à documentação individual que os indígenas não possuem e encontram grandes dificuldades em obter por motivo da lei já citada neste relatório, isto é, o índio é "de menor" (SUDAM, 1976: 110).

Ao referirem os indígenas como "de menor" se referiam ao fato de, juridicamente, os indígenas estarem submetidos ao estatuto da tutela. O Estatuto do Índio, de 1973, como mencionamos no Capítulo 1, havia classificado os indígenas em três categorias associadas à sua assimilação à "comunhão nacional" – isolados, em vias de integração e integrados[47] - estando os indígenas não integrados sujeitos ao regime tutelar, isto é, seus atos são considerados nulos sem a assistência do órgão tutelar, a FUNAI.

---

[47] "Art 4º. Os índios são considerados: I - Isolados - Quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional; II - Em vias de integração - Quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento; III - Integrados - Quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura. Art. 5º Aplicam-se aos índios ou silvícolas as normas dos artigos 145 e 146, da Constituição Federal, relativas à nacionalidade e à cidadania" (Lei n. 6.001, de 1973 – Estatuto do Índio).

Analisando as práticas classificatórias do Estado brasileiro, Antonio Carlos de Souza Lima (2014) utiliza a ideia do *poder tutelar* para descrever formas de ação, não necessariamente estatais, "que se concentram sob o comando dos especialistas em imaginação de coletividades e de sua administração, em um centro social e geográfico de poder imaginado como nacional" (p. 67) e que, embora gestadas inicialmente no período colonial, tendem a se reproduzir até hoje nas relações dos povos indígenas com a sociedade dita "nacional". O estabelecimento de diferenças por meio da constituição de "classes" de indivíduos foi uma marca constitutiva de todo o processo colonial, materializado a partir de categorias classificatórias das pessoas e de populações, que buscavam, ao mesmo tempo, classificá-las em um contexto de escala evolutiva quanto ao domínio de técnicas e linguagens consideradas evoluídas pelos colonizadores e, ao mesmo tempo, exercer o controle da população não-europeia, que precisava ser dominada e inserida nos modelos europeus de sociabilidade. Essa classificação social, distinta daquela profundamente estudada pelo materialismo histórico-dialético[48], é trabalhada por Quijano (2019 [2000]) a partir do que ele denomina como *teoria histórica da classificação social.*

Nessa concepção, superando a limitação da teoria eurocêntrica sobre as classes sociais, que parte exclusivamente do controle do trabalho como forma de classificação, o autor propõe que o poder se exerce como uma "malha de exploração/dominação/conflito que se configura entre as pessoas, na disputa pelo controle do trabalho, da natureza, do sexo, da subjetividade e da autoridade" (p. 184).

[48] Ao criticar as abordagens do materialismo histórico, Quijano (2019 [2000]) destaca os seguintes elementos, que critica como sendo pontos de "cegueira absoluta" do materialismo histórico-dialético: "1) a coexistência e a associação, sob o capitalismo, de todas as formas de exploração/dominação do trabalho; 2) no mundo do capitalismo não existiam somente classes sociais de 'industriais', de um lado, e 'operários' ou 'proletários' de outro, mas também de 'escravos', 'servos', 'plebeus' e 'campesinos livres'; 3) as relações de dominação originadas na experiência colonial de 'europeus' ou 'brancos' e 'índios', 'negros', 'amarelos' e 'mestiços' implicavam profundas relações de poder, que naquele período estavam ligadas a formas de exploração do trabalho que pareciam 'naturalmente' associadas entre si; 4) a relação capital-salário não era o único eixo de poder, nem sequer na economia, mas que havia outros eixos de poder que existiam e atuavam em âmbitos que não eram somente econômicos, com a 'raça', o gênero e a idade; 5) em consequência, a distribuição do poder entre a população de uma sociedade não provinha exclusivamente das relações em torno do controle do trabalho, nem se reduzia a elas" (QUIJANO, 2019 [2000], p. 173-174, tradução livre).

Essas classificações são impostas “sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc.” (BOURDIEU, 1989: 14) de forma a promover a atribuição posições sociais. Ao analisar a situação colonial, Balandier (1951: 67) explica que o domínio colonial:

> (...) se manifesta na situação real (ordens não codificadas, cuja violação é severamente censurada) e no campo jurídico. Baseia-se, como observamos repetidamente, na ideologia, um sistema de pseudo-justificativas e raciocínio lógico, e tem, em vários graus, uma base racista reconhecida e explícita. Uma sociedade colonizada vive sob o jugo de todos os grupos que compõem a colônia, cada um dos quais tem uma vantagem sobre ela de uma forma ou de outra, e com mais clareza sente sua posição subordinada. Para esses grupos, a sociedade colonizada é, antes de mais nada, um instrumento de produção de riqueza (embora ela própria, apesar de seu tamanho, receba apenas uma pequena parcela da renda) (BALANDIER, 1951, p. 67).

Classificados como incapazes, os indígenas necessitavam da autorização da FUNAI para retirar documentos, firmar contratos e não podiam entrar na justiça senão por meio do órgão indigenista. A tutela impunha uma completa contenção aos indígenas, que só podiam agir nos limites estabelecidos pelo Estado. Essa situação jurídica, associada ao fato de a FUNAI ter se ausentado sistematicamente da região, implicou em inúmeras restrições, demonstrando a capacidade estatal de restringir o acesso à cidadania como estratégia de reclusão territorial de grupos estrategicamente localizados.

O poder salesiano na região sofreu um grande abalo a partir do convite enviado, em 1980, para que Álvaro Sampaio, liderança Tukano, participasse como testemunha de acusação do 4º Tribunal Russell[49] (Juri Internacional de Rotterdam), na companhia do então deputado Mario Juruna e de Darcy Ribeiro, quando os salesianos seriam julgados pelo crime de etnocídio contra os indígenas do Alto Rio Negro. Em sua participação, Álvaro fez inúmeras denúncias de abusos e violências contra os padres

[49] Os tribunais Russell eram iniciativas de intelectuais e políticos de grande expressão internacional para julgar situações de violações de direitos humanos em todo o mundo. São inspirados no tribunal internacional criado pelo filosofo inglês Bertrand Russell para julgar os crimes de guerra cometidos no Vietnã pelos Estados Unidos.

e duas delas ganharam maior projeção – a de que os missionários contrabandeavam artesanatos indígenas nos aviões da FAB e a de que retiravam meninas das aldeias e as conduziam para Manaus para trabalhar como domésticas em casas religiosas, onde, diante dos baixos salários recebidos, acabavam na prostituição. Os salesianos foram condenados pelo tribunal e as denúncias tiveram forte reverberação no Brasil, apesar de o bispo de São Gabriel da Cachoeira, Miguel Alagna, ter negado todas as acusações nos jornais e revistas da época. O Presidente da FUNAI chegou a se deslocar até o município para avaliar as denúncias reportadas pela liderança Tukano.

As denúncias de Álvaro Sampaio contra os salesianos prosseguiram através de cartas para diversas autoridades, entre eles Aloísio Lorscheider, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, para quem escreve:

> A Prelazia do Rio Negro é o MODELO DE DESTRIBALIZAÇÃO DOS INDÍGENAS. Parece que somos integrados porque cantamos o Hino Nacional, falamos bem o Português, vivemos como eles (missionários e militares), mandam recebendo-os com bandeirinhas nos aeroportos ou nas escolas, tudo como manda o catecismo militar. É isso a INTEGRAÇÃO, A MORTE DOS POVOS INDÍGENAS. Nascemos livres e sofremos a história triste de destruição (SAMPAIO, 1981:s/p., ênfases no original).

A atração do apoio da ala progressista da Igreja Católica, através do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, criado em 1972 como organismo anexo à CNBB, será uma das estratégias do movimento indígena do Rio Negro, como veremos mais adiante.

Nos próximos itens, demonstrarei que a corrosão do poderio dos salesianos está inserida em uma estratégia mais ampla de setores militares para controlar, de forma mais efetiva, o entorno das fronteiras políticas internacionais e consolidar seu projeto de "segurança nacional" por meio de estratégias que articulavam vigilância, controle e um projeto de contenção de mais longo prazo. Antes, porém, é preciso descrever o grande interesse que se abateu, ao longo dos anos 1970 e 1980, sobre os recursos minerais da região, o que faremos no próximo item.

Interesses minerários e a invasão garimpeira

Em 1976, o Projeto RADAM Brasil publicava a carta integrada "Pico da Neblina", que representava os resultados dos levantamentos de geologia, geomorfologia e vegetação para a área que contempla a maior parte da região do Alto Rio Negro. Dentre as conclusões e recomendações, a equipe do Departamento Nacional de Produção Mineral asseverava: "Recomendamos como viáveis à prospecção para ouro e diamante nos aluviões e terraços do rio Cauaburi, o canal de Maturacá e os cursos d'água que têm suas nascentes nas serras do Padré, Baruri e Pirapucu" (RADAMBRASIL,1976: 90). Além disso, já na década de 1960, os indígenas do Tiquié tinham notícias da existência de ouro na Serra do Traíra, localizada entre o rio Tiquié e o rio Ira.

Essas notícias logo se espalharam e ocasionaram uma corrida de garimpeiros para o Alto Rio Negro a partir de 1982, buscando estabelecer a garimpagem na Serra do Traíra e no rio Içana. O Jornal *O Globo* de 20/03/1982 noticia a retirada, pela FAB, de "70 garimpeiros que estavam ilegalmente em área no município de São Gabriel da Cachoeira". Eram, em grande medida, garimpeiros autônomos, que buscavam fontes de ouro em superfície, com objetivo de adquirir riqueza em curto tempo, de modo muito análogo ao que ocorrera na Serra Pelada no final da década de 1970. Esses movimentos não se esgotarão na região em 82, mas permanecerão ao longo de toda a década de 1980, chamando a atenção do governo para o risco de espoliação dos minérios existentes, o que levou a um decreto presidencial determinando o levantamento do potencial mineral da área indígena de Pari-Cachoeira (*Diário Comércio & Indústria*, 29/11/1983). No plano político, muitos políticos locais começaram a pressionar o governo para que fosse estabelecido um polo mineral na região, de modo a ordenar o processo de exploração (*O Comércio*, 27/12/1983).

A chegada dos garimpeiros é sempre relatada pelos indígenas como um período muito difícil. Os que se aventuram sozinhos se estabeleceram forçosamente nas

cercanias das aldeias e povoados e obrigaram muitos indígenas a trabalharem forçosamente nos garimpos. Introduziam bebida alcóolica externa, industrializada, com a qual os indígenas não estavam acostumados. Havia relatos de abusos das mulheres indígenas, causando inúmeras perturbações no cotidiano das comunidades.

Muitos, entretanto, se estabeleciam com suas famílias na cidade de São Gabriel da Cachoeira, ocasionando, juntamente à chegada de trabalhadores para as obras da BR-307, uma explosão populacional que é evidenciada através dos resultados censitários para o município. Entre 1970 e 1980, a população de São Gabriel aumentou 46%, passando de 13.420 para 19.578 pessoas. Na área urbana, a população praticamente dobrou, com um aumento de 190%, conforme pode-se verificar na tabela 3.

Tabela 3: População residente no município de São Gabriel da Cachoeira (1900-2022)

Ano	População residente					
	Total		Urbana		Rural	
	Total	Variação	Total	Variação	Total	Variação
1900	2.862	-	-	-	-	-
1920	15.410	438%	-	-	-	-
1940	13.182	-14%	1.112	-	12.060	-
1950	14.208	8%	1.413	27%	12.795	6%
1960	13.709	-4%	1.381	-2%	12.328	-4%
1970	13.420	-2%	1.346	-3%	12.074	-2%
1980	19.578	46%	3.897	190%	15.681	30%
1991	23.140	18%	6.835	75%	16.305	4%
2000	29.947	29%	12.373	81%	17.574	8%
2010	37.896	27%	19.054	54%	18.842	7%
2022	51.795	37%	*	-	*	-

Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Organização: Fernando Damasco, 2023.

* Os dados população urbana e população rural do Censo Demográfico 2022 não haviam sido divulgados no momento de consolidação deste texto.

Até hoje, são muitos os relatos de moradores na cidade de São Gabriel que chegaram nessa época, muitos deles originários da região Nordeste em busca de melhores condições de vida e da possibilidade de enriquecimento. Denominados localmente de "regionais" pelos indígenas, muitos se tornaram comerciantes ou taxistas, atividades que exigem algum investimento, normalmente viabilizado através dos resultados da lavra. Os indígenas relatam muitas situações de preconceito por parte desses novos moradores, que os entendiam como atrasados e pouco inteligentes, muitas vezes explorando a sua mão-de-obra. Muitos se dedicam até hoje ao garimpo em áreas ilegalmente exploradas do Alto Rio Negro, mas principalmente em garimpos da Orinoquia, na Venezuela, onde passam longos períodos, embora continuem a ter São Gabriel como local de moradia da família.

As notícias da existência de ouro no Alto Rio Negro despertaram o interesse também de grandes empresas de mineração. Em levantamento realizado por Robin Wright (1987), verifica-se a existência, em 1985, de pedidos de lavra impetrados por dezenove empresas, tendo sido expedidos alvarás de exploração para a Paranapanema na região da Serra do Traíra e para a Gold Amazon no rio Içana e no Xié (figura 65). A instalação das mineradoras sem consulta prévia aos indígenas, associada à presença dos garimpeiros, que se recusavam a deixar a área gerou uma situação de profunda tensão, descrita em diversos documentos produzidos à época. Os indígenas escreviam cartas para a FUNAI buscando saber como as empresas conseguiram os alvarás de exploração, tendo em vista que, a esta altura, como veremos no capítulo seguinte, já existiam portarias do Ministro da Justiça reconhecendo a posse tradicional das terras pelos indígenas.

Com a presença das mineradoras, os garimpeiros autônomos recusavam-se sistematicamente a deixar as áreas de garimpagem, o que ocasionou um conflito armado noticiado pelo *Jornal do Comércio* de 09/01/1986. A notícia revelava que cerca de duzentos garimpeiros armados haviam invadido a reserva indígena de Pari-

Cachoeira, havendo relatos extraoficiais dando conta da ocorrência de sessenta mortes entre os indígenas. A reportagem traz ainda o recado de Benedito Machado, liderança Tukano, demonstrando a indignação dos indígenas frente à invasão de suas terras: “Defenderemos até que caia a última cabeça, mas não entregaremos aos garimpeiros as coisas que nos pertencem, conforme já ocorreu outras vezes”. Os documentos consultados demonstram diversas ocasiões de invasões de garimpeiros à Serra do Traíra, sendo retirados pela segurança privada da própria Paranapanema, pela Polícia Militar ou pela Polícia Federal.

Para permanecer explorando e contornar as críticas sobre a presença em área indígena, as empresas utilizavam o Decreto n. 88.985, de 10 de novembro de 1983, que foi editado para regulamentar os artigos 44 e 45 do Estatuto do Índio, que previa que:

> cabe aos índios a exclusividade para a garimpagem, a faiscação e a cata, enquanto que, aos recursos do subsolo aplica-se a legislação vigente, com o Ministério do Interior representando a União como proprietária do solo, devendo o resultado da exploração reverter em benefício dos índios (Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973 – Estatuto do Índio).

O novo decreto autoriza a exploração mineral nas Terras Indígenas por empresas privadas, algo inédito até então, tendo em vista que a exploração anteriormente só era permitida aos próprios indígenas em superfície e à União, por meio de empresas estatais, no subsolo. Dentre as justificativas para aprovação do Decreto, os ministros do governo militar citam a relevância da atividade para a “segurança nacional” e para o “desenvolvimento do país”. Como os indígenas eram considerados tutelados, o decreto previa que a FUNAI deveria reverter aos indígenas os resultados econômicos da exploração minerária, o que, de fato, nunca aconteceu.

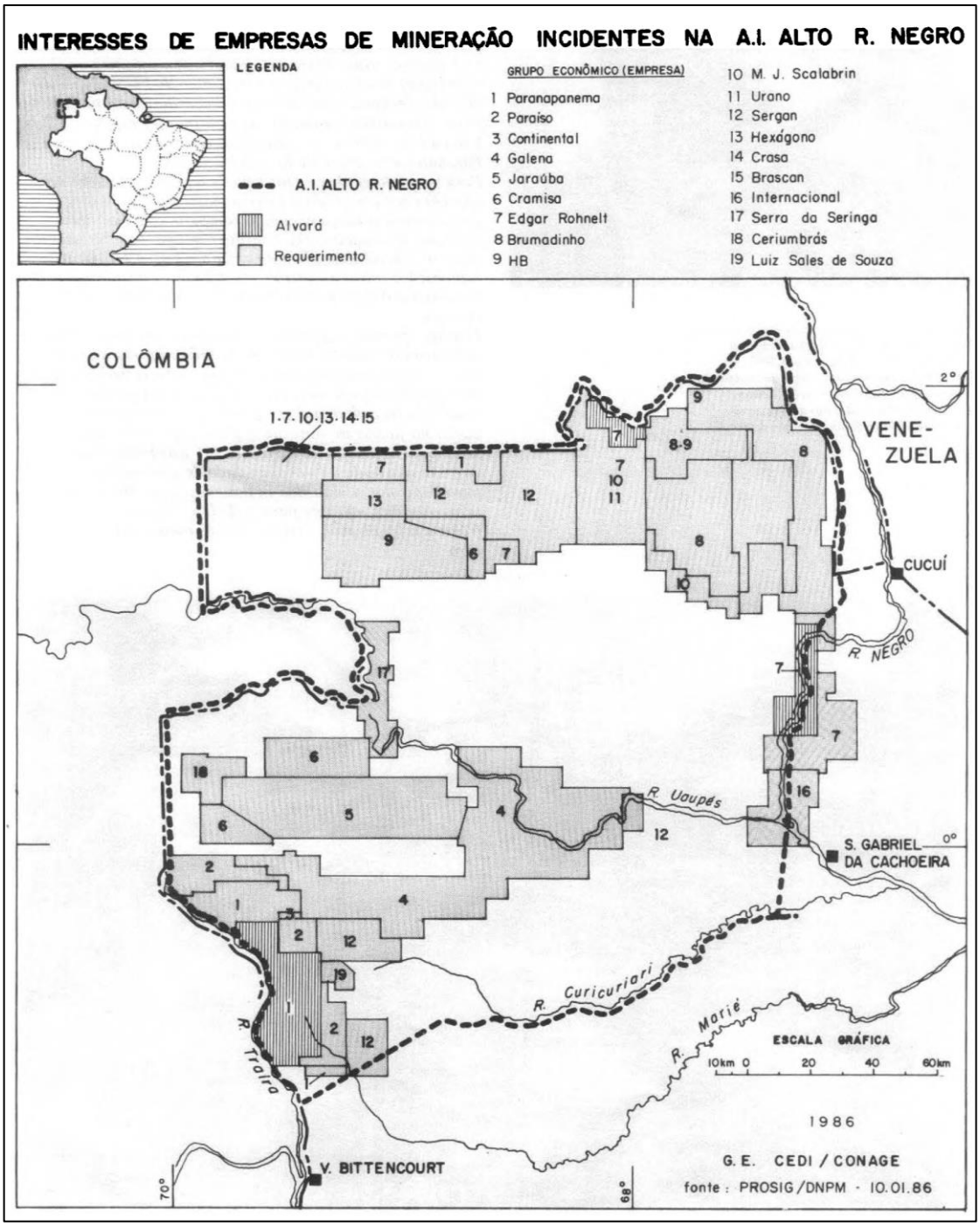


Figura 64 Interesses minerários na região do Alto Rio Negro. Fonte: Wright, 1987.

As notícias do massacre dos Tukano no Traíra logo se espalharam e geraram grande comoção nacional. Em carta da União Nacional Indígena – UNI, assinada por Álvaro Sampaio, liderança tukano, ele descreve a situação das comunidades com a presença do garimpo na região:

> Garimpagem é muito triste. Os índios vêm de todos os lugares, andam durante 10 dias no mato, de 30 a 40 quilos nas costas, uns ficam até doentes sem nenhuma assistência. Nos povoados só ficam as mulheres, os velhos. Os professores das escolinhas abandonaram seus cargos e se mandaram ao garimpo. No garimpo eles só ficam uma semana e logo voltam de novo para buscar comida. Na volta eles trazem até 400 gramas ou mais ou nada. Os índios trocam o ouro com a comida que os comerciantes vendem a preço muito alto. (...) Então, os índios não estão ganhando quase nada. Quem ganham e engordam são os comerciantes que têm vinculação com Gilberto Mestrinho, conhecido como negociante de garimpos (Carta da UNI ao CIMI, 6 de março de 1985).

Gilberto Mestrinho, governador do Amazonas por três mandatos (1959-1963, 1983-1987, 1991-1995) era conhecidamente acionista da Gold Amazon, possuía envolvimento com a Paranapanema e atuou fortemente para viabilizar a exploração mineral da região, inclusive atrapalhando, das formas que pôde, o processo de reconhecimento das terras indígenas (BUCHILLET, 1992).

O dilema que mais claramente se pronunciava a partir de então é o enfrentamento entre a continuidade da ocupação indígena e o avanço do projeto extrativista iniciado na colonização e fortalecido a partir da descoberta dos recursos minerais do subsolo. Entendido como "traço estrutural do capitalismo" (ARAÓZ, 2013), o extrativismo configurou-se como a principal modelo de acumulação de capital, forjado historicamente na exploração da força de trabalho indígena e no esbulho. Como explica Svampa:

> Associado à conquista e ao genocídio, o extrativismo na América Latina vem de longa data. Desde o tempo da colonização europeia, os territórios latino-americanos foram alvo de destruição e saques. Rica em recursos naturais, a região foi se reconfigurando no calor dos sucessivos ciclos econômicos impostos pela lógica do capital, por meio da expansão das fronteiras e das mercadorias – uma reconfiguração que, em nível local, implicou um grande contraste entre lucro extraordinário e extrema pobreza, assim como uma enorme perda de

> vidas humanas e a degradação de territórios, convertidos em áreas de sacrifício (SVAMPA, 2019: 26).

De fato, a partir das descobertas de reservas minerais na Amazônia, iniciou-se um deslocamento das antigas áreas minerárias do Sudeste do país para a região. O volume das jazidas e a alta valorização dos minérios no mercado internacional motivou o estabelecimento de grandes projetos minerários explorados por empresas estatais e privadas. O estabelecimento desses projetos foi acompanhado por grandes projetos de colonização, inicialmente por meio da concessão, pelo INCRA, de lotes individuais, e depois por meio de projetos de colonização desenvolvidos por "empresas rurais" financiadas pela SUDAM (VALVERDE, 1989) com objetivo de estabelecer assentamentos produtivos e que fossem capazes de controlar o esgotamento dos solos e a erosão, que é um problema inerente ao desmatamento da floresta.

O crescente interesse extrativista sobre a Amazônia despertou a atenção das elites políticas e, sobretudo, da cúpula militar. A preocupação com o melhor aproveitamento possível das riquezas naturais se torna uma questão central como reserva de desenvolvimento do país, o que reforça a questão amazônica como um problema central para a segurança e para o desenvolvimento do país. São estes elementos que ajudarão a compor o novo quadro geopolítico para a região do Alto Rio Negro, ancorado na estreita articulação entre os interesses extrativistas minerários e a estratégia de segurança nacional por meio da contenção dos povos indígenas.

Esse clima de tensão e instabilidade se amplificava com a crescente militarização da região que se ampliava cada vez mais desde o lançamento do Plano de Integração Nacional – PIN, lançado pelo governo Médici em 1970 e que previa um conjunto de obras de infraestrutura e colonização para a região amazônica, o que implicaria em grandes transformações para a região do Rio Negro.

Pensamento geopolítico militar e a militarização do Alto Rio Negro

A situação de fronteira internacional, fundamento de toda a geopolítica militar para a Amazônia, passou a influenciar decisivamente os rumos de toda a região. A Ditadura Militar, instaurada a partir de 1964, colocou em prática as proposições de Golbery do Couto e Silva (1967), retrabalhadas por Meira Mattos (1972), que incutiram novo rumo na geopolítica nacional. Tendo como contexto o pós 2ª Guerra Mundial, Golbery parte do pressuposto que o mundo estaria imerso em um sistema permanente de guerra – guerra fria e guerra interna. Nesse contexto, mais que a preocupação com um alinhamento leste-oeste na arena internacional, defende a adesão ao projeto da Modernidade do Ocidente por meio da projeção do Brasil como potência sul-americana, o que exigia o investimento no desenvolvimento por meio de uma sólida política de segurança nacional, compreendida:

> não mais apenas no sentido restrito militar ou econômico, mas num sentido político muito mais amplo e num sentido técnico, de planificação e racionalidade; uma preocupação não mais apenas com as relações externas do Estado, mas com a segurança interna; enfim, uma preocupação com a especificidade do papel do Estado nos países subdesenvolvidos e, no Brasil, país entendido como um dos bastiões-chave dos valores ocidentais (BECKER, 1988a: 112).

O plano de Golbery para a integração territorial do país envolvia um projeto de interiorização para ocupação do Planalto Central e da grande ilha amazônica, ainda desarticulada do núcleo central, aumentando a "projeção continental" do país e "inundar a Hiléia Amazônica a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada, constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E-O, segundo o eixo do grande rio" (SILVA, 1962: 135). Para as regiões de fronteira internacional na Amazônia, a estratégia geopolítica previa o estabelecimento de "polos de irradiação fronteiriços", capazes de vivificar as fronteiras nacionais, entendidas como áreas preocupantes pela baixíssima densidade demográfica, pela

presença de não falantes do português e pelo interesse expansionista dos países vizinhos (MATTOS, 1977)[50].

A política de segurança nacional, portanto, não se restringia ao seu aspecto militar (figura 66), sendo composta de estratégias política, econômica e político-social. Baseia-se justamente na prerrogativa sobre a orientação e a direção do desenvolvimento por meio da intensificação dos recursos naturais, apesar dos antagonismos externos e internos (SILVA, 1981). Essa política teve inúmeras projeções sobre a região do Alto Rio Negro, seja por meio pelas transformações espaciais significativas realizadas, seja por meio de um articulado sistema de vigilância, coordenado pelo Serviço Nacional de Informações – SNI, que não mediu esforços para monitorar as principais lideranças indígenas da região, como já referido na introdução.

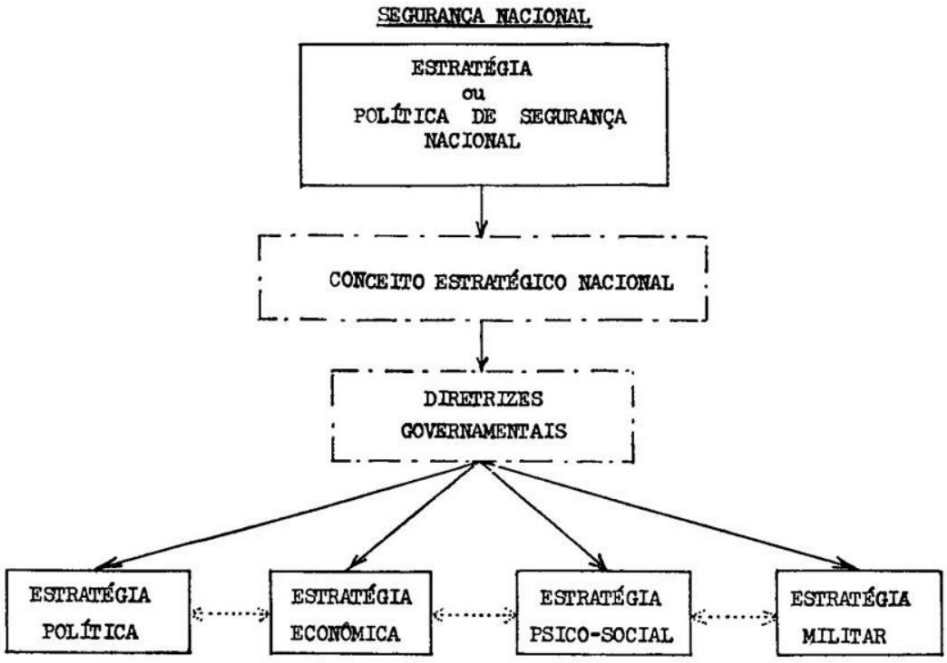


Figura 65: Política de segurança nacional segundo Golbery do Couto e Silva. Fonte: Silva (1962).

[50] Para uma avaliação crítica do pensamento geopolítico dos militares no Brasil, conferir o item *Geografia Militar e Geopolítica no Brasil*, em Costa (2016 [1992]: 177-219).

A primeira medida de controle militar da região se deu através da Lei n. 5.449, de 4 de junho de 1968, através da qual o município de São Gabriel da Cachoeira, à altura denominado Uaupés, foi declarado como área de segurança nacional, de modo que seu prefeito deveria ser nomeado pelo Governador do Estado e submetido à aprovação do Presidente da República.

A partir de 1970, ano de lançamento do Plano de Integração Nacional – PIN, a cidade de São Gabriel passou a receber militares do 1º Batalhão de Engenharia e Construção, localizado em Mossoró/RN, para trabalharem na abertura da BR-307, estrada projetada para ligar o município de Cruzeiro do Sul, no Acre, até o distrito de Cucuí, na fronteira com a Venezuela, cortando toda a região do Alto Rio Negro, e se cruzaria com a BR-210, projetada originalmente para lugar a cidade de Macapá, no Amapá, até a cidade de Mitú, na Colômbia, passando por São Gabriel da Cachoeira. A construção da estrada atraiu inúmeros trabalhadores para a região, contribuindo para o incremento populacional verificado entre 1970-1980. Contudo, a construção da estrada se mostrou uma grande operação. O envio do material necessário só era possível por via fluvial, o que demorava aproximadamente três dias a partir de Manaus, em uma logística muito custosa. O desmatamento e o estabelecimento dos canteiros de obra geraram surtos de malária, tornando o trabalho insalubre. A obra acabou abandonada antes de sua conclusão. Atualmente, a BR-307 é utilizada em condições precárias (figura 67) pelos indígenas até a Comunidade do Balaio, em um trecho de 85 km a partir de São Gabriel da Cachoeira. O trecho até Cucuí encontra-se intransitável desde 2003 devido às inúmeras pontes em condições precárias, apesar de inúmeras solicitações de melhorias por parte das organizações indígenas. Os trechos que cortariam a Terra Indígena Alto Rio Negro não chegaram sequer a serem iniciados.

Figura 66: Caminhonete atolada na BR-307. Fonte: Claudino Silva/ISA.

O controle das fronteiras políticas e o M-19 colombiano

Ao longo da década de 1970, a presença militar no Alto Rio Negro foi ampliada, mas é durante a década de 1980 que efetivamente se amplia a presença na região, com implementação de novas instalações do Exército em povoados na linha de fronteira e na cidade de São Gabriel. Durante o início da década de 1980, às preocupações advindas do pensamento geopolítico militar, se somam alguns acontecimentos que chamaram a atenção do comando central das Forças Armadas e que envolviam a presença, não tão esporádica, de guerrilheiros do movimento de guerrilha colombiano M-19[51] nas regiões de fronteira, inclusive em povoados em território brasileiro.

[51] O Movimento 19 de Abril (M-19) surgiu em 1973 em Bogotá após as eleições presidenciais de 1970, marcada por controvérsias na apuração, quando o conservador Misael Pastrana Borrero é eleito com uma diferença de apenas 150 mil votos sobre Rojas Pinilla, candidato da Aliança Nacional Popular – ANAPO. De característica revolucionária, a guerrilha tinha como objetivo a instauração de uma real democracia na Colômbia. Apesar de ser um grupo de guerrilha urbana, com a repressão do Exército colombiano e a ação de grupos paramilitares, a guerrilha estabelece bases em povoados no interior, inclusive, na região Amazônica.

Esse é um período em que as fronteiras, embora tivessem passado por um processo de consolidação e demarcação física ao longo da primeira metade do século XX, ainda eram alvo de questionamentos de um lado e de outro, seja pelos indígenas, entre os quais muitos alegam terem perdido terras com a delimitação, sejam empresários e garimpeiros, que estavam muitas vezes preocupados com possíveis restrições à exploração de riquezas do lado colombiano[52]. Em artigo da revista *Veja* de 13/02/1985, o empresário Elton Rohnelt, dono da Gold Amazon, revela seus planos de fazer expandir a fronteira brasileira na região do alto Içana. Diz ele: "A fronteira brasileira está pelo menos 20 quilômetros além do marcado no mapa. Aqui ninguém sabe dizer se estamos na Colômbia ou no Brasil. Eu acho que o Brasil vai até o Rio Cuyari e vou levar a fronteira até lá" (Revista *Veja*, 13/02/1985).

Importante mencionar ainda o frequente receio, no meio militar, de que a Colômbia pudesse um dia buscar reaver a região do Alto Rio Negro. A justificativa se baseia nos inúmeros documentos cartográficos colombianos do século XIX representando a área do vice-reinado de Nueva Granada, jurisdição colonial do governo espanhol que deu origem ao atual território da Colômbia, em cujos limites estaria inserida a região do Alto Rio Negro, como pode ser verificado na figura 68, extraída de relatório do Conselho de Segurança Nacional e na figura 69.

[52] No lado colombiano, o Resguardo Indígena Vaupés foi estabelecido em 1982, mediante a resolução 086 do Instituto Colombiano de Reforma Agrária (Incora), cobrindo uma área de 3.354.097 hectares. Na Colômbia, os reguardos são figuras jurídicas que atribuem aos indígenas a propriedade coletiva da terra (IDÁRRAGA, 2020).

Figura 67: Exposição de ex-adido das Forças Armadas do Brasil na Colômbia: antagonismos externos e processo subversivo interno. Mimeo, 09/04/1981. Marcado como confidencial. Fonte: Arquivo Nacional, 2020.

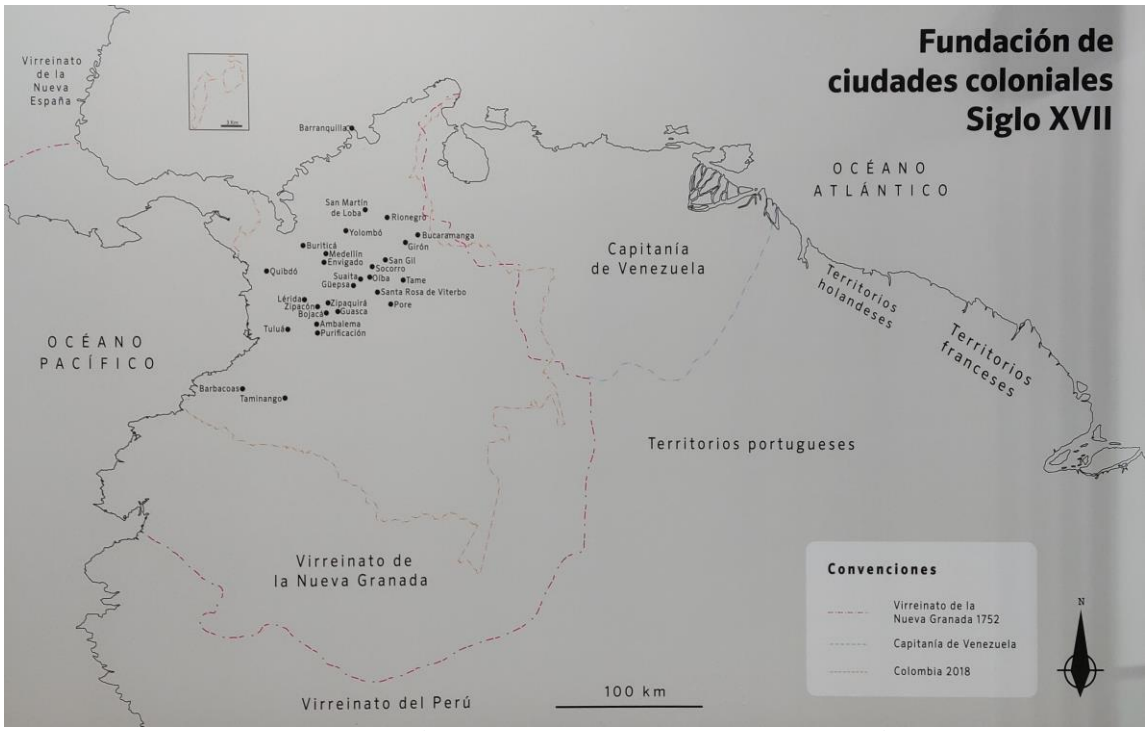


Figura 68: Mapa colombiano apresentando área do Vice-Reinado de Nueva Granada no século XVII. Fonte: Reprodução do original exposto no Museo Nacional, Bogotá, 2023.

Em 17 outubro de 1985, uma reportagem do *Jornal da Tarde* noticia que o Comando Militar da Amazônia confirmava que uma base de treinamento de 500 guerrilheiros do M-19 estava montada a 50 quilômetros do território brasileiro, no município colombiano de Mitú, no rio Vaupés (como é chamado o Uaupés na Colômbia). Os guerrilheiros já se mantinham na localidade há pelo menos três meses. Em novembro de 1989, segundo o Relatório n. 032/3ªSC/89 do Conselho de Segurança Nacional, marcado como "reservado", os guerrilheiros teriam se estabelecido na localidade denominada de Ariramba, localizada a aproximadamente três quilômetros do Posto Especial de Fronteira de São Joaquim, localizado no alto Içana. O mesmo relatório informa que, em dezembro de 1985, o líder guerrilheiro Linsem Câmara mantém contato com o Terente Comandante do PEF brasileiro na linha de fronteira. Avisa que não deseja atrito com a tropa brasileira, mas necessitava de armamentos, munição e alimentos, manifestando o interesse em obtê-los do Exército brasileiro, que nega o pedido e o expulsa do território nacional.

A movimentação do M-19 na fronteira amplia as desconfianças de colaborações por parte dos indígenas para a manutenção do grupo no local. No relatório do Conselho de Segurança Nacional intitulado *Questão indígena: atitudes suspeitas de silvícolas Baniwa e Curipaco das áreas indígenas Içana-Aiari e Içana-Xié, na região lindeira Brasil/Colômbia*, marcado como "confidencial", temos um exemplo:

> É voz corrente, na região, a possibilidade de silvícolas Baniwa e Curipaco manterem contato com terroristas do M-19, caracterizado tal fato por encontros fortuitos em perambulações dos indígenas em sortidas de caça ou de coleta com seus parentes brasileiros ou colombianos de mesma etnia. Culminou na prisão de Armando Mora, colombiano e acusado de pertencer ao M-19. Estava realizando contrabando de armas para a guerrilha e espionando o PEF de São Joaquim (CSN, 1987: s/p.).

Segundo relatos na imprensa, em depoimento à Polícia Federal, Armando informou que estava carregando armas de caça que seriam vendidas a comerciantes e que teria sido torturado pelos militares do PEF de São Joaquim por mais de doze horas

após a prisão. Nos arquivos do Conselho de Segurança Nacional, consta um mapa produzido pelos militares com o possível deslocamento do M-19 na fronteira (figura 70).

Outra questão que gera preocupações no meio militar está relacionada a possíveis colaborações dos indígenas com o tráfico de drogas por meio do fornecimento de folha de coca em formato de pasta para os traficantes. Como já mencionado no capítulo 2, os indígenas rionegrinos possuem uma profunda ligação com a filha de coca, a partir da qual geram o pó de ipadu, fundamental para as práticas rituais. O próprio mito de origem descreve o surgimento dos seres humanos a partir do pó de ipadu e/ou da fumaça do cigarro. A prática tradicional, entretanto, não envolve a fabricação da pasta.

Entretanto, ao longo dos anos 1980, foram muitos boatos, com reverberação na imprensa, de que os indígenas estariam contribuindo com os traficantes. Em 13/11/1985, o jornal *O Estado de São Paulo* noticiava que "com ajuda de traficantes internacionais, grupos indígenas brasileiros estão transformando a região do Alto Rio Negro num dos principais centros de produção de coca" e que a Polícia Federal reconhecia que "somente 10% da produção foi detectada, uma vez que a restante continua em local praticamente impenetrável".

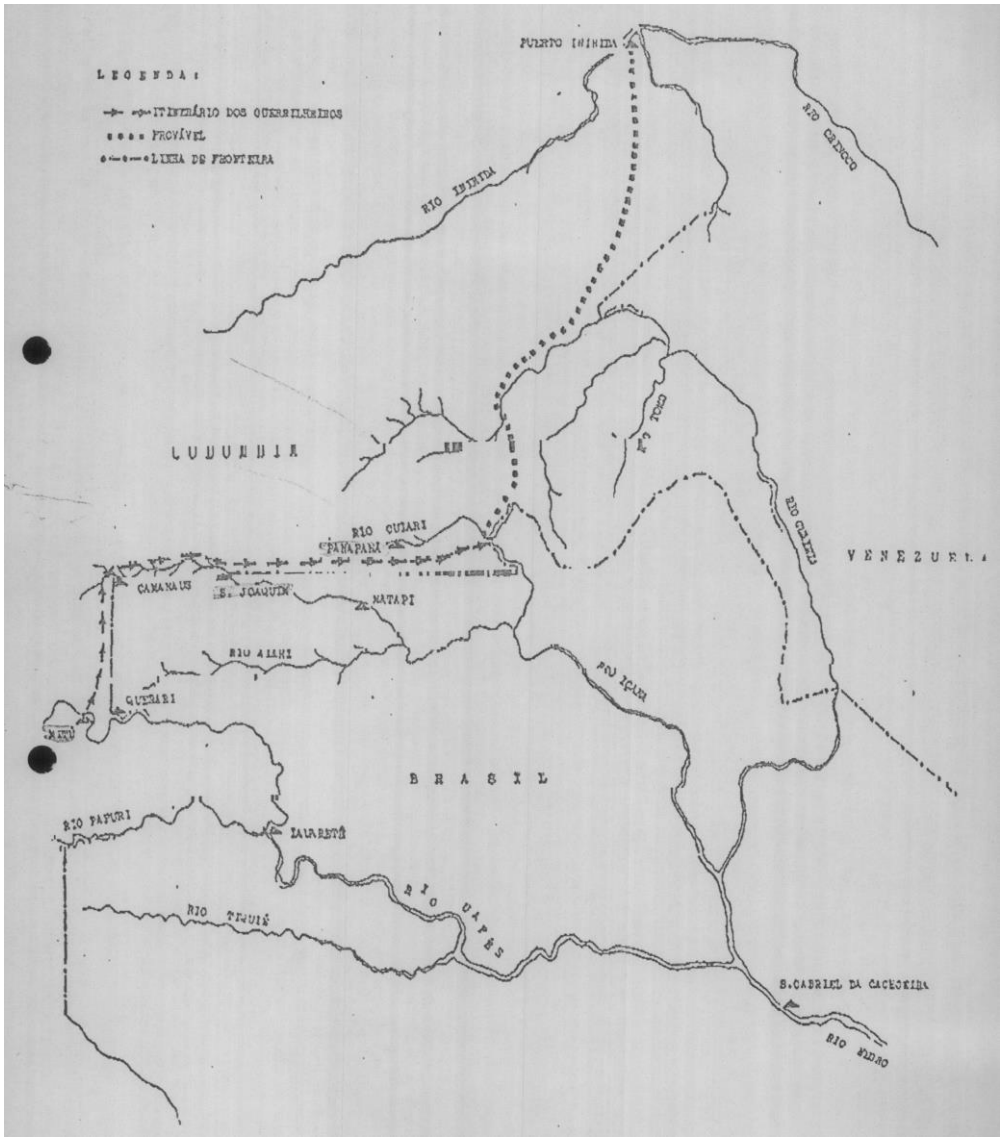


Figura 69: Deslocamento do M-19 na fronteira Colômbia-Brasil. Fonte: Exposição de ex-adido das Forças Armadas do Brasil na Colômbia: antagonismos externos e processo subversivo interno. Mimeo, 09/04/1981. Marcado como confidencial. Fonte: Arquivo Nacional, 2020.

As lideranças indígenas negaram repetidamente as acusações, mas não foi suficiente. Em março de 1984, a FUNAI anunciava o início de um amplo plano educativo para motivar os NADUHUPY e os TUKANO a "trocarem a exploração comercial de coca por outras culturas", mas assume que as equipes estariam tendo dificuldades para agir por se tratar de uma "região de difícil acesso" (O Estado de São Paulo, 11/03/1984).

As tensões envolvendo a movimentação do M-19 na fronteira, associadas às acusações de tráfico de coca em pasta por parte dos indígenas, levaram à

intensificação, ainda no ano de 1985, da presença militar em São Gabriel da Cachoeira. Até o momento, a presença militar existia através do batalhão de engenharia e obras, instalado para abertura da BR-307 e de destacamentos provisórios em Cucuí, Iauaretê e São Joaquim. Foi então anunciada a instalação do Batalhão de Fronteira de São Gabriel da Cachoeira, vinculado diretamente ao Comando Militar da Amazônia, que contaria com especialistas em engenharia, infantaria e comunicação, algo considerado inédito para esse tipo de unidade militar (Revista *IstoÉ,* 05/02/1986).

Projeto Calha Norte

A influência militar na região do Alto Rio Negro atinge seu ápice a partir da formulação e da implementação do Projeto Calha Norte a partir do ano de 1985. Formulado por um grupo de trabalho interministerial, com forte atuação do Conselho de Segurança Nacional, o programa tinha como objetivo "fortalecer a presença brasileira na faixa de fronteira, incentivando e *ordenando* sua ocupação e desenvolvimento" (PROJETO..., 1987: 2, ênfase nossa). Para tanto, foi priorizada a área localizada a norte das calhas do rio Amazonas e Solimões (figura 71) que, apesar de compreender uma superfície de 1.221.000 km² (14% do território nacional), possuíam, à época, uma população de pouco mais de 1,6 milhão de pessoas, o que corresponde a somente 1,2% da população brasileira (NASCIMENTO, 2005).

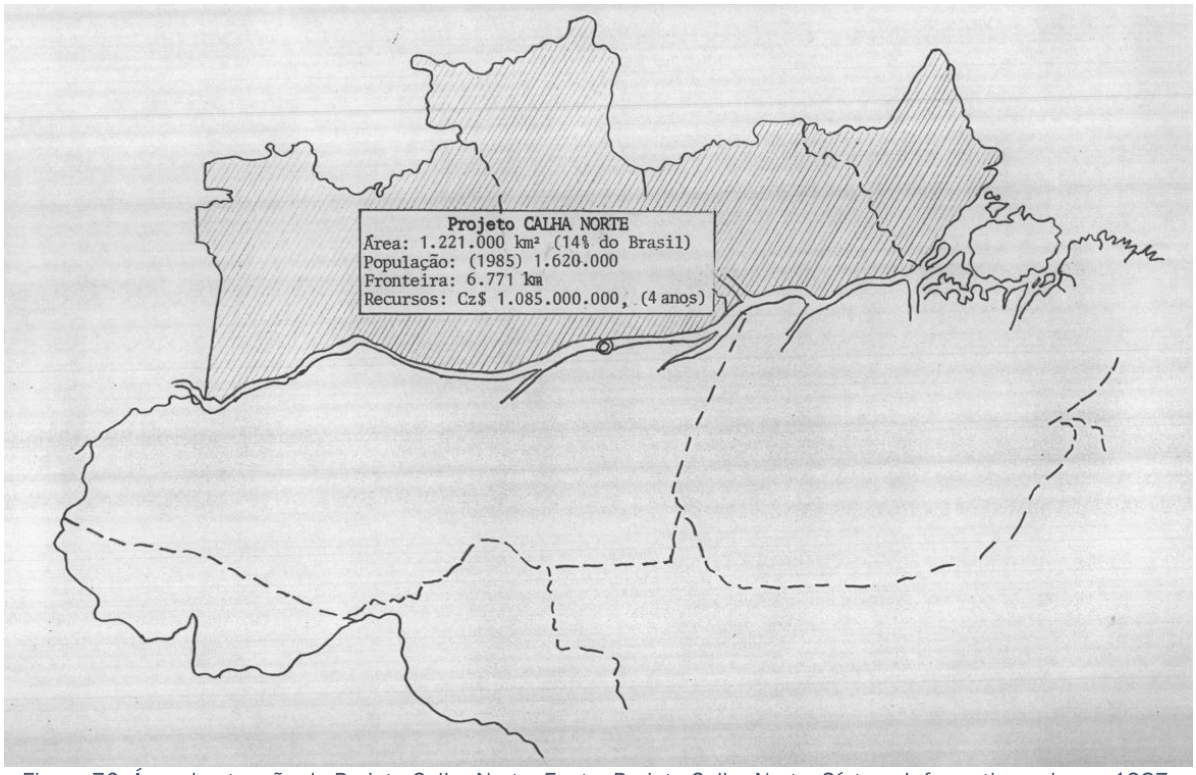


Figura 70: Área de atuação do Projeto Calha Norte. Fonte: Projeto Calha Norte, Síntese Informativa, mimeo, 1987.

O argumento do vazio demográfico, associado à imprecisão e à fragilidade das fronteiras, e a mobilidade permanente dos indígenas entre o território nacional e os países vizinhos, orientaram a necessidade de mobilizar vultosos recursos em uma ação articulada voltada à modernização das estruturas militares, a investimentos em infraestrutura nos municípios da região e, não menos importante, ao desenvolvimento de uma nova política indigenista para a fronteira ancorada no projeto geopolítico dos militares. Dentre os objetivos descritos no projeto, constam:

> a) Intensificação das relações bilaterais com os países vizinhos, com destaque para as trocas comerciais; b) Aumento da presença brasileira na área; c) A ampliação e a intensificação da ação da FUNAI junto às populações indígenas; d) Intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira; e) Ampliação da infraestrutura viária; f) Aceleração da produção de energia; g) Estímulo à interiorização de polos de desenvolvimento econômico; h) Ampliação da oferta de recursos sociais básicos; i) Incremento da colonização (PROJETO..., 1987).

Avaliando-se o escopo do projeto, verifica-se que pelo menos quatro objetivos estão diretamente relacionados à ampliação do povoamento da região, compreendido como fundamental para o estabelecimento da segurança nacional. O método escolhido pelo governo militar é a colonização, entendida como fundamental para

viabilizar a exploração dos recursos naturais existentes, cuja importância era central para seu projeto de desenvolvimento do país, e, ao mesmo tempo, consolidar núcleos de povoamento e circulação que promovessem uma efetiva "vivificação das fronteiras" (MATTOS, 1977), termo assumido no escopo do projeto:

> Complementarmente, as Forças Armadas deverão contribuir para a efetiva vivificação da Faixa de Fronteiras e para o desenvolvimento da área de modo harmônico e adequado aos interesses nacionais e, em especial nos setores de educação saúde, transporte e telecomunicações (PROJETO..., 1987: 3).

A escolha pela colonização, na análise de Miyamoto (1988), se justifica em contraposição à reforma agrária justamente pela centralidade assumida pelas Forças Armadas no direcionamento dos núcleos prioritários e das áreas a serem loteadas. Ao se tornar alvo de projetos de assentamento, seriam desqualificados os argumentos de que a região seria secundária para o país, evitando-se, na ótica militar, as propostas de internacionalização da Amazônia difundidas nos anos 1950 e 1960.

É impossível não conceber a geopolítica militar para a Amazônia, mas especialmente, o Projeto Calha Norte como uma forma de colonialismo interno, isto é, como uma forma de manutenção de formas internas de colonialismo mesmo após a independência política e as mudanças sociais nos países colonizados (CASANOVA, 1963, 2007, 2015 [2006]). Essa permanência condiciona a mobilidade social no processo de desenvolvimento e, para o autor, é a base da explicação do desenvolvimento desigual dos países subdesenvolvidos. Ele o diferencia da estrutura de classes sociais, tal como explorada no marxismo:

> A estrutura colonial e o colonialismo interno se distinguem da estrutura de classes, porque não são só uma relação de domínio e exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos bens de produção e seus colaboradores, mas uma relação de domínio e exploração de uma população (com suas distintas classes, proprietários, trabalhadores) por outra população que também tem distintas classes (proprietários e trabalhadores) (GONZÁLEZ CASANOVA, 2015 [2016]), p. 147).

O colonialismo interno, ao ressaltar o caráter interescalar do colonialismo, possui uma conformação espacial, tendo em vista que essas relações de domínio e exploração se dão muitas vezes entre regiões, que passam a fazer as vezes de colônias internas, ou contemplando populações com circunscrições espaciais bem definidas, de modo que grandes conjuntos espaciais passam a ter determinados papeis na divisão social e territorial do trabalho. Por outro lado, são verificadas "contenções" a que os grupos são submetidos, normalmente localizadas em áreas recuadas e pouco valorizadas (HAESBAERT, 2021, p. 124).

Cardoso de Oliveira (1972 [1966]), vendo no colonialismo interno um conjunto significativo de possibilidades para a sua proposta da "fricção interétnica", escreve um artigo destacando a relevância das definições de González Casanova para os estudos etnográficos. Em seu entendimento a fricção interétnica teria uma expressão espacial nas "áreas de fricção interétnica":

> Essas áreas de fricção interétnica deverão ser tomadas – numa pesquisa inspirada na noção de colonialismo interno – como casos particulares de amplo processo de **conquista de territórios** e de sujeição de seus ocupantes tribais; (...) objetivaria, também, o conhecimento da sociedade nacional, sua estrutura de classes **manifestada regionalmente** bem como as modalidades de apropriação da terra e do índio (de seu trabalho ou de sua vida) pelas diversos componentes de suas franjas pioneiras (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972 [1966], p. 82, ênfases minhas).

Importante destacar que o Projeto Calha Norte é lançado em um momento em que o país já se encontrava em um processo de redemocratização com o governo Figueiredo terminando em meio a uma crise econômica, política e fiscal do Estado, estando a imagem das Forças Armadas bastante questionada internamente. O projeto consistiu, nas palavras de Carlos Alberto Franco da Silva (2020: 437) em uma "sobrevida do Estado Militar", que, mesmo que de forma restrita, buscava garantir a continuidade da influência militar na condução da geopolítica e no ordenamento da Amazônia e, ao mesmo tempo, a manutenção de sua influência sobre o governo civil que se aproximava.

No Alto Rio Negro, o projeto previa o investimento para o aumento do efetivo militar e a renovação das estruturas militares presentes na região (figura 72), de modo a ampliar a rede de unidades militares que compõem a defesa da Amazônia brasileira. Foram iniciadas as obras para a instalação de novos Postos Especiais de Fronteira - PEFs, que foram instalados em áreas consideradas estratégicas da linha de fronteira, normalmente junto a alguma localidade indígena já existente. Consistiam em uma estrutura mais bem equipada que os antigos destacamentos, que passavam então a permitir a permanência dos soldados por longos períodos, inclusive com suas famílias no caso dos militares casados, de modo a viabilizar campanhas mais frequentes de reconhecimento das fronteiras. Os PEFs de Iauaretê, São Joaquim e Querari foram inaugurados em 1988, reforçando a rede de vigilância da fronteira, que já contava com o PEF de Cucuí, existente desde 1940. O Exército contava ainda com destacamentos em Pari-Cachoeira e em Tunuí-Cachoeira, que foram tornados PEFs posteriormente, nas décadas de 1990 e 2000.

A presença permanente dos militares nas localidades indígenas fronteiriças teve implicações bastante graves no cotidiano das comunidades. As lideranças indígenas fizeram, ao longo das décadas de 1980 e 1990, inúmeras denúncias acerca dos abusos dos militares, principalmente no que se refere às mulheres indígenas. Muitas lideranças referem também que, com a instalação dos PEFs em suas terras, sem consulta prévia, se sentiram mais uma vez desrespeitados, uma vez que os militares definiam regras para o trânsito das canoas e embarcações nos trechos de rio localizados às vistas dos sentinelas, exigindo a identificação dos transeuntes e a notificação antes de qualquer deslocamento, estabelecendo um novo sistema de vigilância territorial que gerava inúmeros constrangimentos aos indígenas.

No plano social, a estratégia do Calha Norte para Alto Rio Negro consistia na ampliação dos serviços assistenciais aos indígenas. Para isso, a estratégia foi o aproveitamento da estrutura das missões salesianas, incorporando-as à estrutura do

projeto. A estratégia implícita, segundo Buchillet (1991), era paulatinamente mitigar o poderio salesiano sobre a região, o que se evidenciou no afastamento dos missionários das atividades de levantamento socioeconômico e do planejamento das medidas de assistência. Os militares estavam cientes do papel que os salesianos exerciam na organização comunitária dos indígenas e a sua influência nas reinvindicações de reconhecimento das Terras Indígenas que chegavam à Funai desde, pelo menos, 1971.

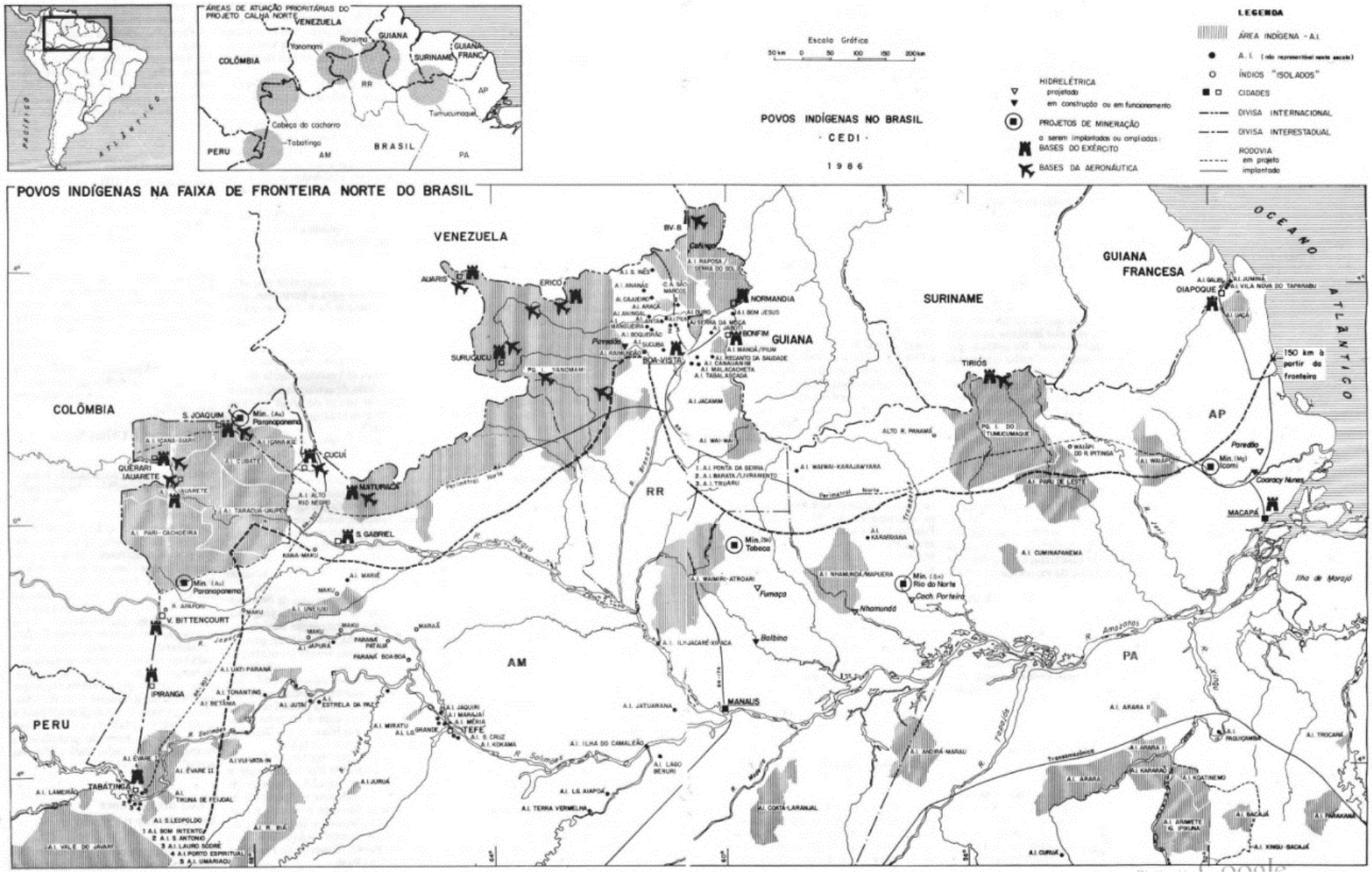


Figura 71: Estruturas e estradas previstas no Projeto Calha Norte. Fonte: CEDI, 1987.

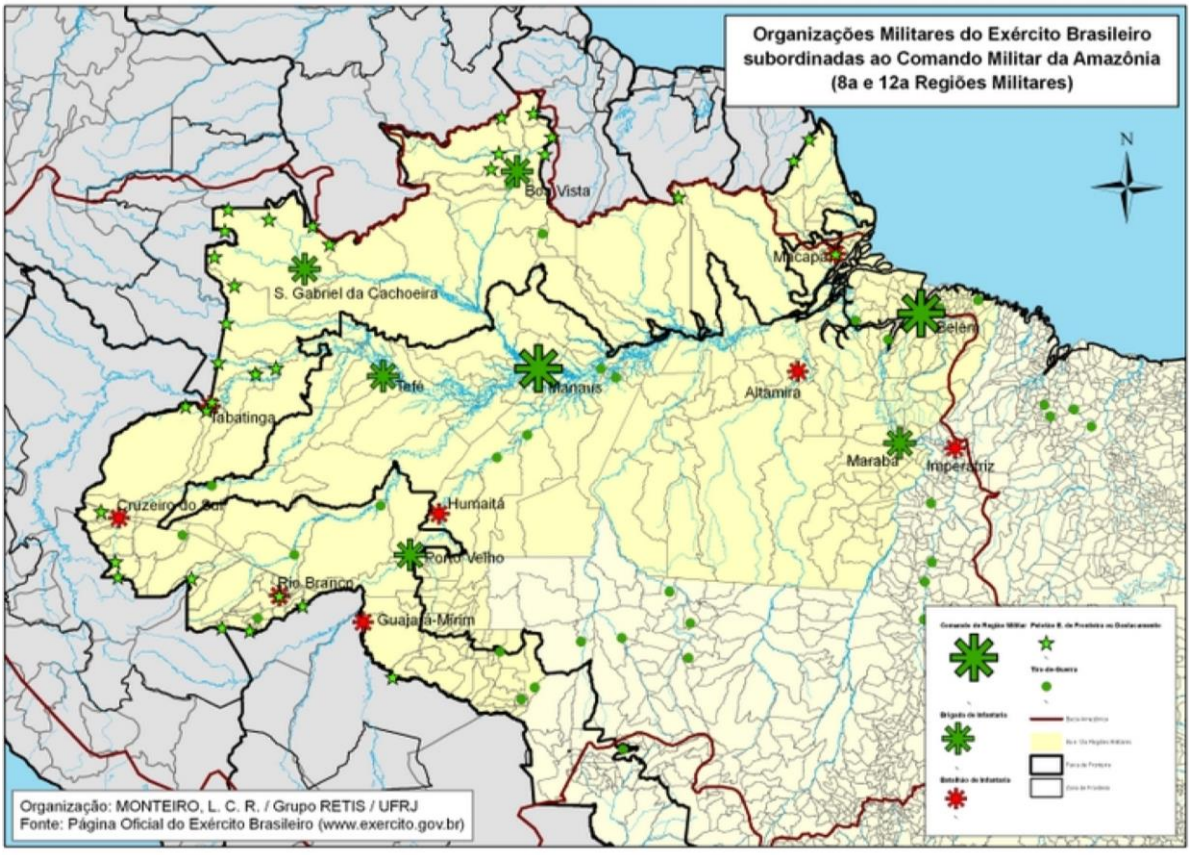


Figura 72: Organizações militares do Exército Brasileiro subordinadas ao Comando Militar da Amazônia. Fonte: Monteiro (2009).

Figura 73: Recrutas do Exército carregam helicóptero da FAB com madeira no aeroporto de São Gabriel da Cachoeira para construção dos PEFs em função do Projeto Calha Norte. Fonte: Carlos A. Ricardo/ISA, 1987.

Essa postura dos militares em relação aos salesianos pode se justificar pelas já citadas mudanças na linha de atuação missionária da Igreja Católica no Brasil a partir da criação do CIMI que, inclusive, produziu um informativo (CIMI, 1986) detalhando as iniciativas do Projeto Calha Norte para as lideranças indígenas. No material, o centro indigenista questionava os recursos irrisórios destinados à regularização fundiária, sobretudo das Terras Indígenas, e alerta para o risco de extermínio étnico e cultural dos povos indígenas da região considerando-se a característica assimilacionista da nova política indigenista proposta pelos militares.

A preocupação do CIMI não era em vão. De acordo com levantamento realizado por João Pacheco de Oliveira (1990), a maior parte das verbas do programa – 46% - foi destinada ao Ministério do Exército, sendo o restante dividido entre as demais instituições participantes. A Funai, controlada à época pelos militares, recebeu somente 18,9% dos recursos, que foram prioritariamente aplicados no reestabelecimento das ajudâncias e dos postos indígenas, que encontravam-se em péssimas condições.

A visão dos militares sobre a política indigenista baseia-se naquilo que prefiro nomear como *temores geopolíticos*. Assim denomino porque se tratam de falsas narrativas sobre a realidade dos indígenas na Amazônia construídos no imaginário militar, mas extremamente convenientes para o avanço dos interesses sobre a região. Tais "temores" são, em verdade, estratégias muito bem articuladas entre a cúpula militar e empresários da região, que souberam muito bem substituir o binômio Forças Armadas-Igreja pelo trinômio Forças Armadas-Grandes empresas-Governos locais no aprofundamento das medidas em torno da ampliação do extrativismo agressivo dos recursos naturais.

O primeiro temor diz respeito ao risco de um *suposto separatismo indígena*, que se justificaria pela presença, na fronteira, de grupos que se estendem também por outros países, como é o caso dos Yanomami na Venezuela e, no contexto do Alto Rio

Negro, de várias etnias que estão presentes também na Colômbia e na Venezuela, como vimos no capítulo 2. O fato de muitos desses grupos não terem no português a língua principal reforçaria o risco de composição de um "enclave", no linguajar militar, isto é, um embrião de uma nova identidade territorial que pudesse se converter em uma nova nacionalidade no interior do território brasileiro. Por isso, os militares não admitiam o termo "nações indígenas" para se referir ao conjunto dos povos indígenas. A existência de jazidas de minérios valiosos nessas áreas amplifica o receio dos militares, seja pela possibilidade de sustentabilidade econômica para um eventual novo Estado, seja pela possibilidade de aliciamento de lideranças indígenas, a quem eles consideravam gente de "baixa qualidade" (PROJETO..., 1987: 2). Para eles, não era aceitável que a população indígena estimada em 40.500 indígenas fosse detentora de enormes reservas territoriais, apesar de representar apenas 22,5% da população total da região. A Exposição de Motivos do Conselho de Segurança Nacional que justifica a criação do Projeto Calha Norte (EM 18/1985) evidencia a preocupação militar com as Terras Indígenas:

> O grande problema da exploração mineral no Território de Roraima, bem como em outras áreas na calha dos rios Solimões e Amazonas, reside no fato das regiões cadastradas como mais ricas em jazidas minerais situarem-se em áreas indígenas, ou presumidamente indígenas, ressaltando-se a região habitada pelos índios Yanomami (CSN, EM 18, 1985: 7).

As iniciativas dos militares seriam depois reforçadas ao longo da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, quando o Conselho de Segurança Nacional mobilizava senadores e deputados para inserirem substitutivos que viabilizassem a exploração mineral nas Terras Indígenas (PACHECO DE OLIVEIRA, 1990). Articulavam também o apoio dos governadores e prefeitos para que pressionassem politicamente os órgãos do Governo Federal a fim de bloquearem qualquer iniciativa que pudesse atrapalhar os interesses de exploração mineral.

Um segundo temor dos militares, intrinsecamente articulado ao primeiro, está relacionado à *internacionalização da Amazônia*. Embora esse temor tenha origens mais

antigas, a atuação de missionários estrangeiros e a presença crescente de organizações não-governamentais que passaram a trabalhar com as organizações indígenas financiadas com recursos de agências de cooperação internacional amplificou as desconfianças da cúpula militar de que poderiam representar, na verdade, braços de países ricos interessados em obter informações que viabilizassem um intento futuro sobre as jazidas amazônicas.

Esses dois temores estão reunidos no Estudo n. 007/3ªSC/86 da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Marcado como "confidencial" e intitulado *A Questão Indígena e os Riscos para a Soberania e a Integridade do Território Nacional*, o relatório defende que o processo administrativo de demarcação de terras indígenas da então vigente Constituição Federal de 1967 possibilitava a "formação de enclaves indígenas interditados à sociedade nacional e a elevação, a níveis inaceitáveis, do risco de perda de território nacional". Referindo-se à faixa de fronteira, asseverava que seria necessário "um esforço para aumentar a identidade cultural da fronteira com o resto do País", de modo que "a reserva de áreas para comunidades indígenas, na Faixa de Fronteira, deve subordinar-se ao preceito maior da preservação e da integridade daquela faixa", pois "a política de Segurança Nacional requer a integração da Faixa de Fronteira à comunidade nacional tanto nos aspectos físicos como nos culturais" (s/p.). A Exposição de Motivos 18, por sua vez, já havia associado, pela primeira vez de forma explícita, a demarcação das Terras Indígenas à instabilidade territorial:

> De um modo geral, constata-se uma forte pressão no tocante à regularização das diversas áreas indígenas situadas na região em estudo, de modo a minimizar a expansão da sociedade envolvente, provocando o surgimento de graves focos de tensão (CSN, EM 18, 1985: 11).

Em maio de 1986, Romero Jucá assume a presidência da Funai. Conhecido por sua ligação com o setor da garimpagem e da mineração, Jucá faz declarações públicas reclamando do exagero das delimitações de Terras Indígenas feitas pela fundação até o momento (p. ex. *Folha de S.Paulo*, 25/09/1987). A articulação entre a Funai dirigida

por Jucá e o Conselho de Segurança Nacional comandado pelo General Rubens Bayma Denys, durante o governo de José Sarney, compuseram a dimensão fundiária do Projeto Calha Norte, que se projetou no Alto Rio Negro através das propostas de criação das Colônias Agrícolas Indígenas.

O plano militar de contenção: a estratégia de colônias agrícolas

O conceito assimilacionista e discriminatório da geopolítica dos militares teve na questão fundiária o seu ápice. Frente às pressões pela demarcação das Terras Indígenas, o aparato militar do Governo Sarney respondeu buscando desqualificar a etnicidade indígena, através de uma guerra classificatória, e, por outro lado, procurou deslegitimar a posse tradicional indígena sobre as terras por meio de um jogo de delimitações que tinha como objetivo maior submeter as lideranças indígenas ao projeto geopolítico para a região.

Durante a década de 1970, após solicitações dos indígenas, a Funai havia enviado à região antropólogos e grupos de trabalho voltados à identificação das terras ocupadas pelos indígenas, o que resultou na proposta de Silverwood-Cope (1975), mas também em algumas outras que previam delimitações de áreas indígenas contíguas para cada grupo da região. As diversas propostas culminaram na declaração como de "ocupação indígena" de de três áreas contíguas – Pari-Cachoeira (1.020.000 hectares), Iauaretê (990.000 ha) e Içana-Aiari (896.000 ha), totalizando 2.096.000 ha. Nos anos subsequentes, foram realizados novos estudos antropológicos e históricos, em que foram emitidas várias propostas de delimitação para outras áreas indígenas ou a revisão das áreas já delimitadas: delimitação de Taracuá, com 1.616.000 ha, em 1985, proposta de delimitação de Içana-Xié, com 1.223.200 há e de Cubate, com 1.023.000 há e, novamente, Taracuá, com 1.666.000 ha em Taracuá, em 1986 (BUCHILLET, 1992).

Neste ínterim, as lideranças indígenas, por meio de antropólogos aliados, compuseram uma proposta de delimitação da região do Alto Rio Negro como área

única, com 6.000.000 de hectares, baseando-se, para isso, nas características ecológicas da região, nas atividades econômicas integradas dos indígenas e, principalmente, na sua organização social, considerando-se que as trocas matrimoniais na região impediam a delimitação em territórios limitados, sob risco de comprometimento de sua reprodução social e cultural. Essa proposta havia sido confirmada em laudo da antropóloga da Funai, Maria Auxiliadora de Sá Leão, que havia sido designada, em 1984, para identificar e delimitar as áreas indígenas do Alto Rio Negro. A funcionária da Funai propôs a criação de nova área indígena contemplando os rios Negro, Uaupés, Tiquié, Içana, Papuri, Querari, Cié e Cuririari ou mesmo de um território federal indígena, nos termos do Estatuto do Índio. Nos anos de 1985, outros antropólogos enviados pela Funai elaboraram propostas que endossavam a delimitação com 8.150.000 ha.

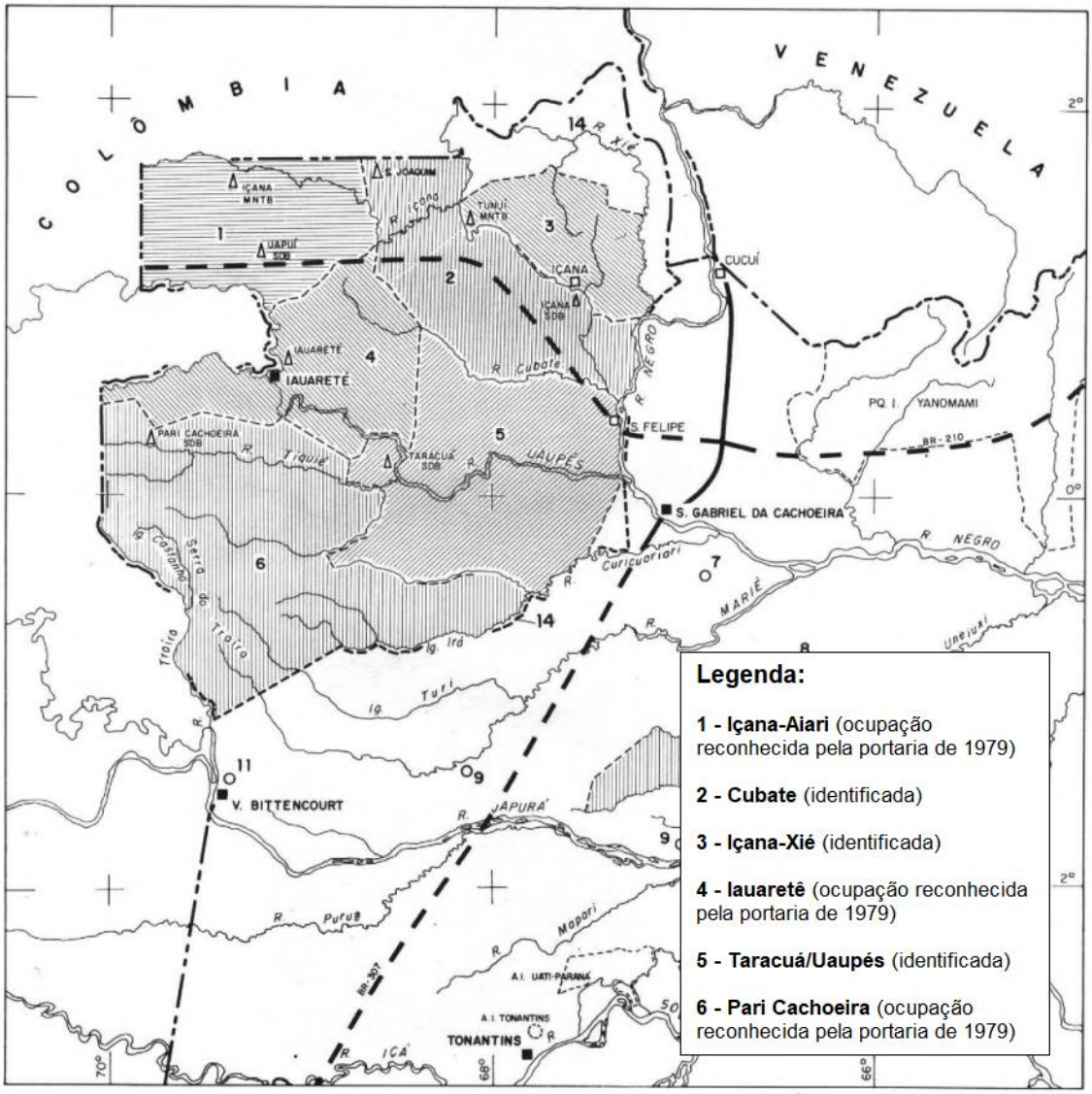


Figura 74: Áreas indígenas reconhecidas e identificadas na região do Alto Rio Negro em 1986. Destaque-se a Serra do Traíra compreendida na A.I. Pari Cachoeira. Fonte: Adaptado de CEDI, 1987.

A partir de 1985, entretanto, os militares, principalmente por meio do Conselho de Segurança Nacional, iniciam um intenso processo de negociações com as lideranças indígenas no sentido de evitar o reconhecimento de suas terras. No capítulo 6, veremos com detalhes as reações e mobilizações indígenas diante dessas investidas militares, mas, aqui, vamos antes buscar compreender a proposta militar para o Alto Rio Negro.

A estratégia militar para a regularização fundiária da região foi explicitada pela primeira vez em uma reunião entre as lideranças indígenas e o General Bayma Denys (Secretário Geral do CSN), o Ministro do Interior (Ronaldo Costa) e o Presidente da

Funai (Romero Jucá Filho) em Brasília quando, após solicitarem o reconhecimento de suas terras em uma única reserva contínua, receberam como resposta de que seria um meio inviável por estarem localizados na faixa de fronteira:

> (...) Os representantes indígenas posicionaram-se em favor da terra coletiva, isto é, da demarcação da terra indígena contínua. Foi neste momento que o General [Bayma Dennis] ficou muito furioso e disse que o Presidente Sarney não assinaria os decretos das reservas indígenas (...); que o governo não pode demarcar terra na faixa de fronteira só para uma etnia indígena (...); que a faixa de fronteira é para todos os brasileiros, isto é, todas as raças defender a nação. No momento tenso, o Dr. Gerson Alves da Silva encontrou no Estatuto do Índio uma razão para falar sobre a Colônia Agrícola Indígena ou senão nós perderíamos todos os direitos sobre a terra; prosseguiu que os índios Tukanos já eram aculturados demais, que nós andávamos bem trajados (...) e, por isso, não poderíamos viver em um jardim zoológico ou em uma reserva indígena. Para nenhum amparo legal para defender a reserva indígena porque todos os trabalhos feitos até agora não valiam nada em relação a faixa de fronteira e/ou área de segurança nacional e, sim, que teríamos que aceitar a colonização indígena (Relatório da Assembleia de Pari-Cachoeira, 9 de junho de 1986, apud Buchillet, 1992: 66-67).

Esse relato evidencia um conjunto de violações aos direitos fundamentais dos povos indígenas. Primeiro, por submeter o reconhecimento de suas terras, já previsto pela Constituição de 1967, cuja ocupação tradicional havia sido reconhecida pelas portarias de Funai de 1979, a uma tese geopolítica sobre a faixa de fronteira sem nenhuma base legal. Depois, por submeter às lideranças a uma chantagem de tipo "isso ou nada", impelindo-os a aderir a uma "proposta" que lhes esbulha o território tradicional sob justificativa de sua condição, em um espectro evolucionista, de "assimilados à comunhão nacional".

Desde a implementação do Calha Norte, as iniciativas militares tiveram sérias implicações sobre a distribuição do poder no Alto Rio Negro. Consolidaram a decadência dos salesianos, instauraram uma nova rede de vigilância através da instalação dos postos de fronteira, financiaram a execução de obras de infraestrutura que visavam promover a presença das Forças Armadas como provedoras de serviços

fundamentais à população e, o mais importante, impuseram a introdução de um novo projeto de reorganização territorial da região, por meio da criação de colônias agrícolas. Esse foi o marco da crise do poder disciplinar salesiano suplantado sob a ideologia geopolítica da "segurança nacional" que, localmente, se manifestou como um grande projeto de contenção territorial dos povos indígenas rionegrinos.

O conceito de "contenção territorial" foi utilizado por Rogério Haesbaert (2014: 215) para referir-se à "ambiguidade envolvida nas formas contemporâneas de territorialização" desenvolvidas sob Estados de segurança. Seu significado não se restringe ao barramento, mas também à noção de obstrução ou "de abreviação e/ou o desvio de uma dinâmica, e o impedimento ou a restrição a sua expansão, a sua proliferação" (p. 216). As ações militares a partir do Calha Norte estão imbuídas da necessidade de controlar, por meio de uma contenção estratégica, qualquer possibilidade de mobilização indígena, principalmente aquelas relativas à busca de reconhecimento de seus direitos territoriais e da soberania do uso dos recursos existentes.

Haesbaert (2014) localiza a discussão sobre a contenção no contexto na passagem da ênfase no poder disciplinar para o biopoder, isto é, o poder sobre a vida "moldado pela relação segurança/massa ("corpo/espécie")/circulação (pela própria sobrevivência físico-biológica)". Trata-se de uma nova configuração do poder de controle, que tem como principal objetivo, paulatinamente, promover o alinhamento entre os objetivos dos grupos humanos aos das forças produtivas do capitalismo (FOUCAULT, 1985). Os dispositivos de contenção se dirigiriam, portanto, à barrar determinadas características desprezíveis que poderiam desestabilizar e comprometer a segurança. Por isso, contenção implica ao mesmo tempo uma característica "includente-excludente, ao mesmo tempo o englobar, o abranger, o 'estar contido (num determinado espaço/território) e o conter enquanto barrar, deixar do lado de fora, de certa forma, excluir, como no sentido da 'exclusão includente' dos 'campos'" (p. 217).

A proposta de colônias agrícolas, embora configurada a partir da ideia de "abertura" ao mercado, às facilidades da modernidade e aos objetivos empresariais para a região, o faz a partir de uma estratégia de redução drástica das áreas de uso e ocupação tradicional dos indígenas, que ficariam submetidos a condições precárias de vida. A grande armadilha da proposta está justamente no fato de que é proposta sob o corolário da inclusão social e da integração dos povos indígenas, quando, em verdade teria o potencial de constituir espaços de "vida nua" (AGAMBEM, 2002), verdadeiros campos de pobreza, exclusão e violência, sempre vigiados e limitados quanto às possibilidades de mudança e autodeterminação.

Além da contenção do ponto de vista da dimensão material do território, o objetivo dos militares, por meio do manejo de categorias socioespaciais, abrange também o barramento de qualquer possibilidade de autonomia indígena que pudesse pretensamente por em risco os "interesses nacionais". A grande peculiaridade desse tipo de contenção atrelada ao colonialismo interno, como se verificou na Amazônia, é que a meta de manutenção da ordem se dá em nome da segurança de uma população exógena, a nomeada "população nacional", evocada como hierarquicamente superior em importância e direitos, e da qual, comumente, os indígenas não são admitidos como parte, ou, quando o são, serve mesmo somente como justificativa para negar-lhes direitos diferenciados. Em carta datada de 12/02/1987 para o ativista Carlos A. Ricardo, a antropóloga Dominique Buchillet descreve muito bem o jogo de classificações utilizado pelos militares na região como forma de fazer ampliar as restrições territoriais aos indígenas:

> Voltei de campo com uma impressão bastante penosa frente a ansiedade dos Tukano. Eles foram uma vez entrevistados por um coronel (não pude saber o nome) que os interrogou sobre grau de educação deles. Responderam que tinham alguns com primeiro grau, segundo grau completo e outros foram até a universidade. Ele respondeu que eram muito educados para serem índios, o que corrobora o que o general Bayma Dennys já tinha dito que a reserva era para o índio selvagem e a colônia agrícola para o índio aculturado. A minha impressão é que os índios Tukano estão dentro de um jogo sujo que os reconhece demasiados educados para ser ainda considerados

> como índios (daí o problema da terra - estão demasiados educados para terem ainda direito à terra) mas não bastante para ter outras coisas dos brancos (BUCHILLET, 1987: s/p.).

É impressionante a capacidade da cúpula militar em manejar as categorias de classificação socioespacial criadas pela própria legislação indigenista. Se aproveitavam da ausência de definições e de assessoria técnica dos indígenas e produziam verdades no intuito de que as definições se cristalizassem e se convertessem em realidade. Assim, mobilizam a categoria de "integrados" ou "assimilados" para denominar os indígenas e, assim, invalidar descredibilizar suas reinvindicações, criando a verdade inquestionável que, no Alto Rio Negro, "há muita terra para poucos indígenas", que permeia até hoje o senso comum. Impossível não lembrar o alerta feito por Foucault (2010 [1976]) de que a produção de discursos de verdade é elemento fundamental para entendimento das modalidades de exercício do poder:

> Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade (Foucault (2010 [1976], p. 22).

Os militares souberam fazer da produção de verdades uma ferramenta fundamental para concretizar seu projeto geopolítico não só de poder, mas de dominação e fragmentação territorial dos povos indígenas. É nessa lógica que teria surgido a ideia de colocar em prática o projeto de colônias agrícolas indígenas. Após uma missão de reconhecimento de militares do CSN nas aldeias do Alto Rio Negro, em que relataram o suposto aliciamento de lideranças por traficantes para a plantação de coca, os militares concluem, segundo o relatório n. 001/3ªSC/82 da Secretaria Geral do CSN, que:

> A implantação de projetos agropecuários, principalmente e projetos auríferos, nas regiões de ocorrência do minério, são alternativas que merecem ser consideradas com profundidade. Muito embora os resultados práticos dessas medidas fiquem aquém das vantagens oferecidas pelos traficantes, parece-nos que se levadas a efeito com seriedade e associadas a outras de imediato o problema será atenuado (CSN, Relatório 001/3ªSC/82: 17).

A figura da colônia agrícola indígena estava prevista no artigo 26 do Estatuto do Índio dentre as alternativas de áreas reservadas aos indígenas. O artigo 22 da mesma lei reconhecia do direito dos indígenas à "posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes", independentemente de sua demarcação (art. 25), o que foi completamente ignorado pelos militares. De modo a atender as pretensões políticas e econômicas da cúpula militar, ignorando a presença efetiva dos indígenas em suas terras, o CSN lançou mão da prerrogativa do Estado de estabelecimento de áreas destinadas à posse dos indígenas, como se essa presença estivesse sendo inaugurada a partir do procedimento administrativo instaurado.

A insistência dos militares na proposta de colônias agrícolas se justifica sobretudo porque, pelo artigo 29 do Estatuto do Índio, essas áreas, destinadas à exploração agropecuária administrada pela Funai, deveriam prever a convivência entre "tribos aculturadas e membros da comunidade nacional". Em outras palavras, nas colônias agrícolas indígenas, os não indígenas poderiam se estabelecer mediante autorização da Funai, não havendo autonomia indígena nas decisões a serem tomadas sobre o futuro de seus territórios. A posse coletiva seria substituída pela propriedade individual, em que cada família adquiriria um lote com seu título de propriedade. Nada se falava sobre a possibilidade de venda, mas certamente essa possibilidade era prevista pelos militares, que tinham como objetivo explícito a colonização da região, inclusive por meio da instalação de agricultores vindos de outras regiões do país.

Na visão militar, o estabelecimento das colônias com lotes individuais garantiria a segurança necessária para a consolidação da soberania nacional, principalmente com a introdução agricultores vindos de outras regiões do país que, aos poucos "dissolveriam" os aspectos sociais que serviam como marcadores de diferença entre os povos indígenas e a "sociedade nacional", dos quais a língua seria o principal. Por outro lado, a prática agrícola tenderia a fixar as populações junto às suas

roças e a atração dos povos nômades, viabilizando a liberação de grandes extensões de terras para o aproveitamento minerário e para a abertura de novas frentes de ocupação no futuro. A possibilidade de venda dos lotes reintroduziria a região no mercado de terras e essa seria a única possibilidade para os indígenas que, desprovidos de seus locais de habitação tradicional, se restringiriam à possibilidade da produção agrícola, nem sempre trivial, e ainda mais difícil sem o acesso a financiamentos e a crédito, coisas a que os indígenas não tinham direito por não serem cidadãos de fato.

As propostas de delimitação das colônias realizadas pelos militares envolviam a sua demarcação em torno das áreas ribeirinhas onde se encontravam os povoados, enquanto o interior da floresta permaneceria como reservas florestais, ignorando completamente os usos florestais pela população indígena, bem como a mobilidade, sobretudo, dos NADUHUPY entre varadouros que ligam as calhas dos rios e sustentam seu sensível sistema de trocas e articulações sociais com os demais grupos. Esse modelo de colônias agrícolas ou áreas indígenas em "ilhas" conectadas por trechos de reserva florestal foi difundida em outras regiões do país, como no território yanomami, sendo reconhecida como uma fórmula militar para evitar as demarcações contínuas e reconhecer a posse indígena sobre os extensos territórios que habitam desde tempos imemoriais:

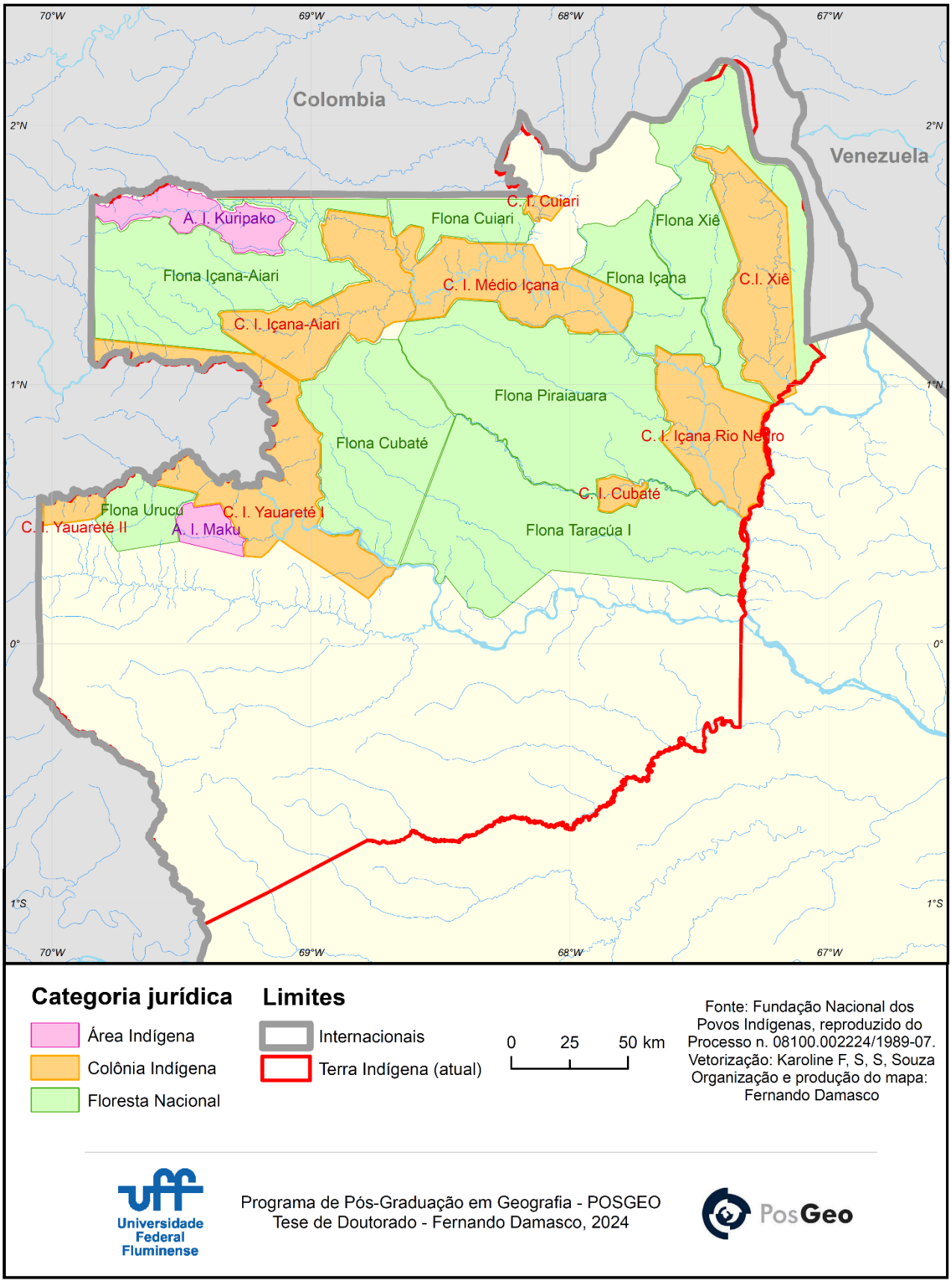
> De forma oposta à do posto indígena (ou da "área indígena"), a "colônia indígena" opera não uma concentração, mas a dispersão de um grupo étnico já que ao mesmo tempo que libera a terra para a exploração econômica, reduz a unidade de demarcação ao nível da aldeia, e mantém a ficção de um território mais amplo, com a instituição das florestas nacionais em torno das quais estariam dispostas as áreas de posse e exploração unicamente indígenas. Cumpre, portanto, o papel de por fim a conflitos de terra, na medida em que – implantada sempre após intensas pressões e negociações com lideranças exaustas de reivindicarem a demarcação de seu território – destrói potencialmente a base étnica de reinvindicações sobre as quais, via de regra, de apoia a movimentação indígena (p. 78-79).

Assumindo o Grupo de Trabalho Interministerial responsável pela regularização das Terras Indígenas a partir do Decreto 88.118/1983, os militares

buscaram, então, assumir o protagonismo do jogo de delimitações. Entre 1986 e 1989 – anos de ebulição em torno da Assembleia Nacional Constituinte –, editaram inúmeras portarias de criação de colônias agrícolas indígenas e de áreas indígenas descontínuas a partir do planejamento inicial de fragmentação do território indígena (**Mapa 3**). Segundo Carlos A. Ricardo (1991), os militares elegeram e cooptaram líderes indígenas como intermediários, buscando cooptar um consenso que viabilizasse os recursos existentes, sobretudo no subsolo. Afirmavam que as colônias não seriam demarcadas fisicamente:

> diziam que os perímetros eram linhas imaginárias (sic) com função puramente administrativa para viabilizar a concentração de esforços assistenciais interministeriais (telecomunicações, escola, saúde, abastecimento, energia e projetos econômicos) em torno de áreas de ocupação permanente. Para desfazer as desconfianças dos índios nas aldeias, circulava a versão oficial segundo a qual qualquer família residente no interior das Colônias poderia botar roça dentro da área de Florestas Nacionais sem problemas (RICARDO, 1991: 102).

Alto Rio Negro: Plano do CSN para fragmentação territorial por meio de colônias indígenas



Mapa 3. Plano do CSN para fragmentação territorial por meio de colônias agrícolas indígenas. Fonte: Processo FUNAI n. 08100.002224/1989-07.

Os indígenas em nova situação colonial

Os fatos e acontecimentos relatados até aqui permitem se ter um panorama do grave contexto em que os indígenas estavam inseridos. Seria muita ousadia tentar compreender todas as implicações que as décadas de 1970 e 1980 tiveram sobre a organização socioespacial dos diferentes grupos. Entretanto, em uma análise situacional, procura-se, sobretudo, compreender as relações estabelecidas e os agenciamentos para compreender as ações. Toda mudança de situação, entretanto, é motivada por elementos desencadeadores, que motivam a ação em direção a uma nova situação. É nesse sentido que busco compreender a formação do movimento indígena no Alto Rio Negro partir da deflagração da mudança socioespacial diante da situação geográfica regional do início da década de 1980.

Em primeiro lugar, as comunidades se viam à volta com a chegada de pessoas desconhecidas em seu território, interessadas na exploração do subsolo. As notícias sobre a descoberta de ouro dividiam a população: muitos, entendiam que as riquezas pertenciam aos indígenas, que deveriam ter o usufruto exclusivo do minério; outros, convencidos pelos militares, compreendiam que o maior problema eram os garimpeiros, que traziam doenças e instabilidade, tendo uma visão mais favorável a benefícios imediatos que a presença das mineradoras traziam, inclusive, a expulsão de garimpeiros da região.

A discussão entre os próprios indígenas se dava também em relação ao pertencimento do garimpo entre os grupos indígenas (ATHIAS, 1985). Pelas regras tradicionais, o direito de uso da terra estava associado àquele que chegou primeiro, o que atribuía, pela interpretação TUKANO, a Serra do Traíra (que embora era de ocupação tradicional NADUHUPY) aos Tukano de Taracuá, que, segundo relato de Renato Athias (1985), estavam, em 1984, dividindo as terras entre os demais grupos. Há relatos também na literatura de tentativas de organização da garimpagem na Serra do Traíra por iniciativa dos indígenas de Pari Cachoeira.

Inicialmente, a defesa dos povos indígenas, muito influenciada pela redação da Constituição de 1967 e do Estatuto do Índio, era de que aos indígenas deveria caber a exploração exclusiva dos minérios existentes, como se pode verificar em carta de Álvaro Sampaio, Tukano, a essa altura já coordenador da UNI, para as lideranças Tukano:

> O Garimpo de Traíra, também, de Tunuí, pelo que entendo, são os seguros de nosso povo. Portanto, temos que negociar com toda força, porque eu sei que vocês tem condições de dirigir sem precisar a administração de pessoas de fora. A gente temos que estar atentos, que mesmo a FUNAI não foi feito para índio, mas, sim, para eles (brancos) mesmo e, por isso, que as nossas áreas não estão sendo demarcadas. Agora, se a gente colocarmos nosso pessoal é mais viável, porque temos tanta gente para fazer essa demarcação e ao mesmo tempo espalhar nossa raça em toda extensão do nosso território. De passagem por Manaus, conversei com um índio Kuripaco do Içana que só fala a língua geral e contei sobre a importância do ouro que está enterrado na serra de Tunuí. Essa serra é um perigo para Uaupés, porque alguns comerciantes já estão saqueando muito a riqueza dessa povo. Esse roubo, no mínimo nos significa, que qualquer exploração por pessoas de fora é roubo, porque eles não vão ajudar nunca ao nosso povo. Se os içaneiros não segurarem e, se nós não dermos apoio, pode vazar invasão e contaminar no Uaupés. Daí a necessidade uma área contínua e não fazer uma política separatista entre índios de qualquer ponto do Alto Rio Negro (SAMPAIO, 1985, s/p.).

São fartas na documentação histórica as menções a iniciativas de cooptação dos indígenas por parte de garimpeiros. Em informe do Centro de Informações da Polícia Federal de 14 de janeiro de 1986 (CENTRO..., 1986: s/p.), marcado como "confidencial", os policiais descrevem que os garimpeiros propunham aos indígenas que trabalhassem no garimpo com pagamento de 5% do total da produção.

É preciso interpretar qualquer posicionamento dos indígenas em relação à exploração dos recursos minerais de forma contextual, tendo em vista que não era só isso que estava em jogo nas negociações em que tomavam lugar os militares do CSN, o governo do estado e os empresários locais. Tratam-se de populações que vinham sendo inseridas há séculos nos sistemas colonialistas de exploração, mediante trocas e transações comerciais desiguais. Foram vítimas de um processo assimilacionista agressivo em que grande parte de seus hábitos e tradições foram retirados sem que

isso significasse uma melhoria efetiva das condições de vida. Muitas comunidades viviam sob sérias restrições, algumas com períodos de fome e carestia, em grande parte devido às mudanças espaciais realizadas pelos missionários, como detalhamos no capítulo 3. Domingos Barreto, Tukano, me revelou que:

> Quando se descobre o ouro, abre outro caminho. O garimpo seria um terceiro caminho que resolveria as demandas, o que eles estavam precisando – o abastecimento, melhoria das condições de vida. Só que um monte de gente foi embora, abandonava as comunidades e muitos não voltavam mais. A invasão de garimpeiros ocorre enquanto surge esse projeto Calha Norte. Isso gerou muitas brigas internas (Domingos Barreto, em entrevista, janeiro de 2022).

Era de se esperar que a presença de riqueza nas terras que ocupavam fosse compreendida, naquele contexto, como uma oportunidade de autonomia econômica das comunidades, que lhes permitiria se libertar das relações desiguais com os missionários, das dívidas com os comerciantes dos regatões e, ao mesmo tempo, ter melhores condições para estabelecer suas roças. A consciência da necessidade de um território contínuo, associada aos clamores pelos direitos de exploração, evidenciam o desejo dos indígenas de obterem sua autonomia sem deixarem sua cultura e suas tradições. Também por isso, a presença de garimpeiros e de mineradoras era compreendida como roubo e usurpação dos recursos dos grupos.

Por outro lado, os militares os pressionavam para que aceitarem as colônias, de modo a liberar as áreas remanescentes de floresta nacional à exploração mineral. Essa proposta, submetida sob chantagem de perda de todos os direitos sobre a terra, foi corajosamente rechaçada pelos indígenas, que temiam o risco de que suas comunidades se tornassem verdadeiros aglomerados de pobreza e exploração. Essas pressões, vindas de todos os lados, levaram a muitas mudanças de posição por parte das lideranças indígenas, gerando instabilidades entre grupos de diferentes regiões.

Após quase vinte anos de frequentes reinvindicações ao Governo Federal, é compreensível também a preocupação das lideranças diante da ameaça de perda completa de seus direitos possessórios. Também a necessidade de se livrar da

opressão dos garimpeiros os fazia ansiar por soluções rápidas que pudessem gerar uma retirada imediata da região.

Toda essa pressão, exercida pelo conjunto dos atores interessados na exploração da região, fez com que algumas lideranças fossem cooptadas pelas frequentes iniciativas e propostas de enriquecimento por parte dos militares, do governo estadual e de empresários locais, que acabaram cedendo a acordos (muitos deles questionados posteriormente pelas comunidades) que manifestavam concordância em relação à exploração mineral por parte das mineradoras, como foi o caso do acordo de alguns indígenas Baniwa com a Gold Amazon no Içana e do acordo assinado pelas lideranças Tukano de Pari Cachoeira com a Paranapanema.

A essa altura, o Projeto Calha Norte já contava com apoios importantes na região. A Prefeitura de São Gabriel da Cacheira via no programa uma forma de trazer recursos para o município, que contava com baixíssima arrecadação. Era também uma forma de se livrar da responsabilidade de fazer investimentos no interior do município. Os missionários, embora soubessem da progressiva diminuição de seu controle sobre a região, não queriam maiores indisposições com a cúpula militar.

Os militares articulavam em diversas frentes. Em 1981, por meio do deputado Vivaldo Frota, impetraram um Projeto de Lei Complementar (n. 224, de 1981), que previa a criação do Território Federal do Rio Negro, que passaria à administração direta da União, sob a justificativa de melhor aproveitamento econômico da região:

> Medidas urgem no sentido de proceder à ocupação produtiva da região. E, no momento, o que consideramos mais racional é a criação de Territórios Federais porque, assim, o Poder Público terá melhores condições de atuar sem os entraves políticos e administrativos próprios dos Estados e Municípios. (...) A implantação do novo Território irá propiciar a ocupação daquela região de modo ordenado, através da maior riqueza do Poder Público, que redirecionará a utilização de incentivos fiscais e financeiros para atividades produtivas que apresentem vantagens comparativas (FROTA, 1981: s/p.).

Os indígenas compreenderam imediatamente que se tratava de uma evidente tentativa de anular a proposta de Peter Silverwood-Cope (1975) e ratificada por diversos grupos de trabalho da Funai, de criar um território federal indígena, como

pode-se verificar da exposição de motivos que acompanha o projeto. No ano seguinte, em 1982, os militares propuseram, por meio do Governo do Estado do Amazonas, em 1982, a criação do município de Iauaretê, que nunca chegou a ser instalado. As lideranças viram nessa tentativa mais um ataque da cúpula militar para enfraquecer o reconhecimento da do distrito de Iauretê como terra indígena:

> A criação do Município de Iauaretê que está atrapalhando a organização e a união dos índios para defender a nossa terra - 8.155.000 ha. O município não traz nenhum benefício aos índios, porque muitos dos velhos e mesmo os ex-alunos não têm condições de pagar o imposto, não aceitamos retaliação de nossa terra e de outros instrumentos que podem destruir nossos costumes. Exigimos que V. Excia. faça uma interferência junto ao governo federal, não acatamos essa imposição, e sim, continuamos defendendo a integridade do município de São Gabriel da Cachoeira (Carta da União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié – UCIRT ao presidente da Funai, 07/10/1985).

O quadro encontrado entre 1984 e 1987 era de instabilidade territorial, com indefinição fundiária, ameaças à segurança dos indígenas e significativas divisões entre as lideranças, que se viam obrigadas a tomar decisões difíceis sem terem acesso à totalidade de informações necessárias para uma avaliação cautelosa. Como me revelou Domingos Barreto, Tukano, em entrevista:

> Em 1986, o pessoal mais velho de Pari Cachoeira chamou todo mundo para uma reunião. Ali foi a primeira vez que a gente ouviu falar do Projeto Calha Norte. O que a gente viu depois que seria um projeto mais para atrapalhar. A gente já brigava sobre o projeto, mas a gente queria entender o que era o projeto de verdade. Surge então uma grande divergência: a maioria queria a demarcação em área única, como a gente chamava na época, enquanto as lideranças que tinham contato com o Conselho de Segurança Nacional... no Calha Norte, havia essa proposta de que cada pai de família seria proprietário de um lote. Deu uma confusão. Muita gente acreditou que o Calha Norte traria progresso, enquanto outras ficaram desconfiadas. Aí se dividiu (Domingos Barreto, em entrevista, janeiro de 2022).

Os militares costumavam trabalhar com pouca transparência e na base de ameaças e retaliações e a necessidade de se livrar dos garimpeiros se fazia cada vez mais urgente. Por outro lado, começavam a chegar novos atores na região que poderiam funcionar como aliados em uma nova estratégia que permitisse, ao mesmo

tempo, a demarcação do território pleiteado e a constituição de um projeto coletivo de desenvolvimento comunitário com protagonismo dos indígenas, como era um desejo expresso nas cartas e manifestações públicas das lideranças. Os indígenas eram levados a acreditar que estavam diante de uma escolha irrenunciável: serem assimilados ou não terem direitos. É nesse contexto que o movimento indígena do Rio Negro se estrutura por meio de diferentes iniciativas e movimentações das lideranças. Com muita inteligência e capacidade de negociação, sustentadas por um pensamento antigeopolítico original, mostraram que a escolha, na verdade, era outra – entre a continuidade da submissão e o protagonismo por meio da política indígena que fez produzir uma nova situação através do processo de demarcação de suas terras. Detalhar esse processo será o objetivo do próximo capítulo.

Capítulo 6
AÇÃO ESPACIAL INDÍGENA LEGÍTIMA PARA MUDAR A SITUAÇÃO

> *Sabemos que a FUNAI tem gastado muitos recursos com as identificações e delimitações de nossas terras, baseadas em estudos de áreas indígenas que quase sempre são desonestos e incompetentes, porque não partem das legítimas aspirações de nossas nações indígenas. Apesar de tudo, Senhor Presidente, isso pouco ou quase nada tem sido feito no sentido de demarcá-las efetivamente. Nós indígenas do Alto Rio Negro, exigimos as demarcações imediatas das áreas indígenas (...). Reivindicamos que todas as riquezas existentes no solo e subsolo de nossas terras, sejam de posse efetiva de nossas nações indígenas. Reivindicamos que a Nova República, um Estado que se diz democrático, não protele mais as demarcações de nossas áreas e que sejam de posse efetiva de nossas*
>
> *Reivindicamos ainda, que o Governo de V. Excia., reconheça oficialmente a FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, como autêntica representante dos povos indígenas do Alto Rio Negro. Somente a FOIRN será capaz de representar democraticamente a vontade política de nossas nações indígenas. Somente pelo fortalecimento da FOIRN, seremos capazes de absorver pacificamente as nossas divergências, buscando um consenso dentro de nosso movimento indígena. Queremos, Senhor Presidente, negociar diretamente com o Governo Brasileiro, de igual para igual, sem os nossos antigos intermediários. Nós representantes e lideranças indígenas, queremos ficar libertos desses intermediários e interlocutores que atualmente desempenham tais incumbências dentro da FUNAI.*
>
> Ofício da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN, de 05/06/1987 ao Presidente da República, José Sarney

Braz França Baré, liderança histórica do Alto Rio Negro e presidente da FOIRN no período compreendido entre 1990 e 1996, em artigo de onde retiramos a epígrafe deste trabalho, reflete sobre o passado de violências e massacres impostos pela colonização e conclui que, apesar de todo o sofrimento vivenciado, a vitória dos povos indígenas teria sido a demarcação das cinco terras

indígenas do Alto Rio Negro. De fato, a conquista da demarcação e regularização das terras indígenas constitui-se como um elemento central do repertório das lideranças indígenas da região, representativo de um passado de grandes lutas e uma referência para a sua atuação no presente. Essa centralidade da conquista de um território reconhecido e formalizado garantiu aos povos do Alto Rio Negro alguma estabilidade jurídica após décadas de incertezas, abrindo caminho para um conjunto de transformações com inúmeras consequências para a organização socioespacial regional e para o futuro da Amazônia.

No capítulo anterior, demonstramos o quanto a colonialidade se materializou no Alto Rio Negro por meio de projetos de disciplinarização dos indígenas em internatos e, mais recentemente, através do cercamento militar, manifestado por meio da infraestrutura de controle geopolítico militar que impunha vigilância e controle permanente dos principais rios e um conjunto de medidas administrativas com objetivo de confinar os indígenas em pequenas colônias, que serviriam, de fato, à abertura da região à atuação das empresas mineradoras. Vigilância permanente das fronteiras e viabilização da exploração da floresta constituem dois pilares básicos da geopolítica de segurança nacional dos militares para a Amazônia ainda hoje, apesar dos constantes esforços, por parte de movimentos sociais, ONGs e, mais recentemente, da própria mídia, de demonstração da importância de políticas de manutenção da floresta em pé para a conservação ambiental e para o enfrentamento às mudanças climáticas.

O pensamento geopolítico militar sobre a Amazônia teve forte influência sobre os últimos governos brasileiros, considerando-se que, mesmo após o término formal do período ditatorial, a influência militar permaneceu nos mandatos posteriores, exercendo pressões e tecendo exigências sobre as políticas para a região. Essa forma de pensar o futuro da Amazônia teve nos círculos militares sua gestão, mas se alastrou por outras esferas, tendo sido adotado por governantes locais, comerciantes e outros grupos influentes que detinham interesses políticos e econômicos para a região. O

movimento indígena amazônico precisa lidar permanentemente com esse pensamento e, por isso, tem no enfrentamento à geopolítica militar uma pauta fundamental, mesmo após o término do período ditatorial.

Esse enfrentamento gira principalmente em torno das concepções antagônicas sobre os territórios indígenas, configurando verdadeira tensão de territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2017) permanentemente configurada. De um lado, os militares, com apoio das elites locais, defendem a importância da Amazônia para o desenvolvimento e a segurança do país (como se os usos indígenas fossem empecilhos ao desenvolvimento e se não tivessem sido os indígenas os únicos a estarem presentes até hoje em largas extensões de nossas fronteiras políticas, apoiando a estabilidade da presença brasileira) e, de outro, os indígenas, que requerem o direito ao reconhecimento de seus territórios e o direito de continuidade de suas formas de organização social, costumes e tradições. Trata-se de uma relação muito desigual em que as infraestruturas espaciais e a disponibilidade de recursos para percorrer as extensas distâncias colocadas para mobilizar e demonstrar presença fazem toda a diferença na produção e manutenção de discursos dotados de legitimidade para designar possibilidades de futuro.

Aprofundando a reflexão sobre a centralidade dos processos de territorialização na redefinição de contextos de contatos interétnicos, neste capítulo, valendo-me como base empírica da formação do movimento indígena rionegrino, procurarei demonstrar as estratégias e as ações espaciais adotadas pelos indígenas diante de um contexto bastante desfavorável – perspectiva da aculturação por esbulho territorial – no sentido de constituir uma nova situação nas relações interétnicas, marcada pelo reconhecimento de seus direitos básicos, considerando-se a importância que os processos de territorialização assumiram nos últimos anos em nosso contexto. Será possível detalhar como o território foi gestado pelo movimento

indígena como um instrumento político produtor de novas realidades sociais e de um estatuto diferenciado de cidadania espacialmente mediado.

Ações espaciais indígenas legítimas

No clássico *L'espace legitime*, Jacques Lévy (1994) propõe três tipos de espaços políticos: o espaço da guerra, o espaço da ordem e o espaço da legitimidade. Em sua proposta, o espaço militar seria dotado de provisoriedade, considerando sua função de tornar possível outra coisa. Tem, por isso, a característica de reunir as condições de possibilidade de existência e funcionamento dos Estados. Os espaços ordenados, por sua vez, são representativos da "teia das divisões institucionais" (p. 130), isto é, o espaço quadriculado "nos menores interstícios do território, mas também, potencialmente, nas menores dobras dos corpos e das almas dos residentes" (p. 130).

Já os espaços legítimos teriam características "pós-estatais", no sentido de que "pressupõe[m] o Estado realizado, mas não se reduz[em] a ele" (p. 131). A legitimidade está relacionada ao dinamismo da política, ao poder de transformação e de modificação do espaço por meio de ações espaciais provenientes do interesse de conformação de projetos compartilhados e que refletem as aspirações e necessidades dos grupos envolvidos. Consiste em uma produção específica cujo resultado "permite uma sociedade transformar suas contradições em um projeto comum, (...) de obter a unidade com a multiplicidade na marcha geral da sociedade" (p. 89). A política seria, portanto, uma legitimidade social necessária para evitar confrontos irredutíveis entre modelos legítimos (ou legais, mas não legítimos) de governo das relações sociais.

Ao me referir às ações espaciais indígenas como legítimas, proponho reconhecê-las no âmbito esforço dos povos do Alto Rio Negro para conceber ações estratégicas para superar um contexto de projetos institucionais autoritários que, embora pautado em pressupostos legais, não gozava de nenhuma legitimidade social. Veremos a seguir como se desdobraram essas ações.

A preocupação com uma delimitação ou demarcação formal de um território indígena é relativamente recente no Alto Rio Negro, considerando-se os séculos de dominação colonial e indefinição jurídica das terras ocupadas pelos indígenas. O fato de estar distante das principais frentes de exploração agrícola, somado à pouca aptidão agrícola dos solos, certamente contribuiu para um relativo isolamento geográfico das principais frentes de apropriação de terras do país. Essa posição geográfica, entretanto, não foi suficiente para privar a região de investidas exploratórias que tiveram consequências negativas de toda sorte. É a partir da década de 1970, com a chegada das empresas mineradoras e dos garimpeiros, que se tem notícia das primeiras comunicações de lideranças TUKANO ao Governo Federal solicitando a demarcação de suas terras.

Com forte influência do modelo de pequenas comunidades instaurado pelos salesianos, foram criadas associações regionalmente definidas, responsáveis pela representação de conjuntos de comunidades de determinado trecho de rio. A organização a partir de grupos de vizinhança dialoga bem com as necessidades de uso e ocupação dos trechos de rio, que reúnem espaços de pesca e de caça e problemas comuns que afetam o cotidiano de comunidades que compartilham dos mesmos recursos e contextos. Como envolve diferentes clãs e grupos locais, essas articulações fortalece ainda a troca de sementes, materiais e produtos entre membros de grupos com distintas habilidades e saberes.

Como demonstramos nos capítulos anteriores, essas associações estabeleceram diálogos e negociações diversas com o Governo Federal, com as mineradoras e com os demais atores locais. A pulverização de associações e organizações representativas, entretanto, significava um desafio adicional à representatividade e às negociações. Aproveitando-se da fragmentação dos grupos, os agentes governamentais comumente aliciavam alguns grupos, prometendo-lhes benefícios de todo tipo, inclusive cargos e posições, de modo que as lideranças muitas

vezes apresentavam posições divergentes em torno do problema da demarcação do território. O debate colocado entre a instituição de colônias agrícolas e a demarcação de um território contínuo gerou significativas divisões entre as lideranças que se viam confrontadas sobre as perspectivas de futuro apresentadas pelos militares de forma totalmente distorcida: as colônias eram descritas como a oportunidade de assimilação e de autonomia financeira dos indígenas, enquanto a criação de uma reserva contínua implicaria que os indígenas seriam deixados à própria sorte sem nenhum apoio governamental.

As categorias territoriais manejadas pelos militares – "colônias" e "reservas" – indicavam limites bem definidos para a existência dos indígenas, isto é, implicavam em novos horizontes de inserção dos indígenas no "mundo branco", isto é, na modernidade colonial capitalista ou sua manutenção em um estado de coisas considerado atrasado e rudimentar – silvícola, nos termos da legislação, o que, na visão militarista, consistiria em um risco para a "segurança nacional". De fato, as promessas de instalação de infraestruturas pelo Projeto Calha Norte nunca se concretizaram, mas, naquele momento, essa saída foi cogitada pelas lideranças, considerando-se a ausência quase completa de mercadorias e serviços a que os indígenas tinham acesso (e o pouco que tinham vinham por meio do comércio controlado pelos salesianos).

Refletindo sobre as expectativas do movimento indígena do Rio Negro, Gersem Luciano (2011) chama a atenção para o conceito de "melhoria", fundamental para compreender as perspectivas das lideranças indígenas para suas comunidades:

> Os longos anos de presença dos colonizadores europeus próximos ou junto às aldeias e terras indígenas do Alto Rio Negro tornaram desejável para os povos indígenas a interação com o mundo moderno, pela necessidade e interesse de acesso a conhecimentos e tecnologias que os ajudem a melhorar suas condições de vida. Ou seja, esses povos querem como direito o acesso aos bens tecnológicos. Esse desejo não se limita apenas ao acesso a bens e serviços, mas também ao direito de incorporar aos seus modos de vida alguns modos de vida próprios das sociedades modernas. Cito, como exemplo, o desejo de ter uma canoa motorizada no lugar de uma canoa a remo, para vender com maior facilidade e menos sacrifícios, as longas distâncias entre as aldeias e os

> locais de roça, da pescaria e até para visitas esporádicas as famílias distantes. É comum ouvir dos pais de família que é muito melhor ser um assalariado e poder comprar comida na mercearia quando der forme do que ter que pescar ou caçar todo dia, muitas vezes em condições extremamente adversas, e sem nenhuma certeza se vai conseguir algo para dar de comer aos filhos (LUCIANO, 2011: 184).

Em um contexto de baixa disponibilidade de alimentos, a busca de condições mais favoráveis de vida e de maior segurança no provimento das necessidades básicas é uma preocupação permanente das lideranças. A dimensão físico-natural do território do Rio Negro implica em desafios significativos para os deslocamentos, com implicações sobre os regimes de pesca, a possibilidade da caça e para a realização de trocas, o que certamente influencia na decisão quanto à obtenção de melhores condições de vida.

Dialogando com a perspectiva do "bem-viver", presente nos horizontes de luta de outros indígenas latino-americanos, Gersem Luciano destaca que a preocupação também com "viver melhor" não é necessariamente negativa, considerando-se a capacidade indígena de equilibrar o acesso aos elementos do mundo moderno-colonial com a reprodução com suas perspectivas ancestrais de vida:

> Essa nova concepção de vida ou bem viver indígena contemporâneo, associada à apropriação de bens e serviços do mundo moderno e junto com a escola, formam elementos de força sedutora que mais impactam a vida atual dos povos indígenas do Alto Rio Negro. Isso porque realizar essas "melhorias" inevitavelmente traz consigo para dentro das comunidades indígenas o pacote ideológico que vem com receitas de "como pensar e o que se deve pensar", além do pacote ideológico do mundo capitalista, consumista, materialista e individualista das sociedades modernas europeias e neoeuropeias. Não considero essa mudança de todo negativo. A vida indígena tradicional não é fácil, principalmente no tocante à luta diária por sobrevivência alimentar. É justo e legítimo que os povos indígenas queiram melhorar essas condições de trabalho, de deslocamento e até lazer com auxílio das tecnologias do mundo moderno. Além disso, mesmo considerando as influências e impactos produzidos pelas ideologias externas que acompanham a nova concepção de "melhorias de vida", os povos indígenas apresentam capacidade para manter o equilíbrio necessário para continuidade de seus projetos etnopolíticos específicos, suas bases cosmológicas, filosóficas e sociopolíticas" (LUCIANO, 2011: 185-186).

O autor destaca ainda a complexidade da decisão que cabia aos povos indígenas. Não se tratava apenas de eleger o melhor modelo fundiário ou de viabilizar a diminuição da violência, uma vez que a presença dos missionários já havia diminuído bastante. O que estava realmente em jogo era o acesso aos bens e serviços do Estado e da sociedade moderna e a possibilidade de acessar a arena da cidadania, considerada capaz de viabilizar sua saída da exclusão política e da pobreza econômica. Embora as condições não estivessem evidentes, a nova configuração territorial materializaria uma nova relação inter-societária e, nesse sentido, militares, governantes e ambientalistas manejavam justamente o quanto de fechamento ou abertura cada uma das propostas implicaria.

Esses rebatimentos das novas definições territoriais preocupavam demais os indígenas, o que fica evidente m carta de 2 de janeiro de 1985, assinada por lideranças indígenas de Taracuá ao Presidente da República, em que anunciam que chegaram a entendimento sobre a necessidade de demarcação de um território único no Alto Rio Negro, compreendendo toda a região. Na carta, são compartilhadas preocupações em relação à iminência de criação do novo Município de Iauaretê, ainda quando o Projeto Calha Norte estava apenas iniciando:

> O governo é quem manda roubar e invadir nossas terras. Se criar o novo Município Iauareté, o Prefeito vai fazer loteamento da terra, vai exigir os impostos caros e se os indígenas não pagarem, corta-os e perdem a terra. Se indígenas invadirem sem permissão do branco, o indígena vai ser preso, com isso, os indígenas não poderão ir caçar no mato e nem pescar no seu rio com tranqüilidade. Aí os indígenas perdem de verdade a sua autonomia e quem vai ser dono é o Prefeito e os brancos ricos. Mas vai tornar-se piada: Nós os indígenas, os donos da terra, irmos comprando a terra da Prefeitura! Isto é injustiça diante dos direitos humanos.

Em outro trecho da carta, as lideranças enumeram as providências que consideravam prioritárias para a região. Dentre elas, estava a criação de uma superintendência da Receita Federal, uma agência do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal “estimulando empréstimos e venda direta do produtor ao

consumidor sem intermediários", abrir os garimpos no território indígena somente para os indígenas, instalar energia elétrica, autorizar ensino bilingue nas línguas indígenas, criação de escolas de ensino fundamental e médio e a criação de uma universidade federal no território.

Destaque-se a noção de autonomia preconizada pelos indígenas se afastava de um separatismo territorial e se sustentava na constituição de uma civilização indígena em diálogo permanente com o mundo não indígena. O separatismo em relação ao território brasileiro, que foi motivo de enormes preocupações nos meios militares, nunca foi uma preocupação do movimento indígena, como pode-se apreender do relato de Maximiliano Menezes:

> E em relação à demarcação da terra, também uma coisa que caiu de bandeja. Era difícil o Governo Federal aceitar uma demarcação de terra porque o argumento era muito forte. Os militares diziam que pode demarcar a 150 km da faixa de fronteira. Era isso, não é? Era muito forte isso e a gente batalhando, tem que ser demarcado. Nós estamos aqui a milhares de anos. Sem militares, nunca houve invasão de colombianos nem de venezuelanos. A gente está aqui para defender nosso território. Ninguém quer ser colombiano, nem venezuelano. Já estamos no Brasil, não é? Também ninguém vai fazer guerra para se tornar um país indígena. Só o que nós queremos são nossos direitos respeitados. E batalhava, né? (Informação verbal[53]).

Para os militares e governantes, com influência em parte das lideranças, a proposta das colônias implicaria na abertura do mundo branco aos indígenas, a ponto de sua completa assimilação, deixando de serem indígenas, enquanto uma reserva única implicaria em um fechamento injustificável. Para os antropólogos, ambientalistas e outras lideranças menos alinhadas às instituições, as colônias implicavam em um fechamento excessivo dos indígenas em áreas confinadas e na abertura de grandes áreas para a exploração, enquanto a proposta de um território único seria a única capaz de garantir a abertura necessária a bens, serviços e direitos com a manutenção de um fechamento necessário para garantia da reprodução da

[53] Entrevista concedida por MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

organização social e para a possibilidade dos indígenas continuarem a serem indígenas. Em nosso contexto de profundas violências estruturais, quando o território está em jogo e os limites são discutidos, em maior ou menor intensidade, estão sempre em negociação as condições de sobrevivência dos grupos subalternizados, numa lógica biopolítica (FOUCAULT, 1985) de gestão das populações e de definição, pelo Estado, de quem vive e de quem se pode deixar morrer.

As associações e organizações criadas no Alto Rio Negro a partir da década de 1970 exerceram um papel importante ao enviar ao Governo Federal diversas solicitações de reconhecimento de suas terras. Entretanto, muitas eram as divisões estabelecidas a partir do contato com a FUNAI e das relações com os salesianos, prejudicadas decisivamente após as denúncias de Álvaro Sampaio no IV Tribunal Russel. A comunidade de Pari-Cachoeira, por exemplo, passou a lutar em separado por uma área específica. O movimento no rio Tiquié, considerado berço do movimento indígena, passou a mobilizar cada vez mais a participação dos jovens, principalmente atravpes da ação, a partir de 1984, da União da Comunidade Indígena do Rio Tiquié – UCIRT, criada após a extinção de uma antiga associação formada e financiada pelos salesianos – a União Familiar Animadora Cristã – UFAC.

Os indígenas que viviam no distrito de Pari-Cachoeira, mais alinhados ao aparato institucional da FUNAI, não se furtaram a buscar novas estratégias que pudessem acelerar o reconhecimento do território. Negociaram com quem quer que fosse para que seus direitos fossem reconhecidos. Em carta de 20 de junho de 1986, assinada por lideranças da UCIRT, pode-se verificar o esforço de buscar saídas para que o território fosse efetivamente reconhecido pelo governo, inclusive por meio de parceria com a mineradora Paranapanema:

> Informamos que, verificado e analisado o lado positivo e negativo do relacionamento harmonioso da nossa comunidade com a empresa e vice-versa, o povo achou por bem depositar confiança na mineradora, porém, conforme foi exposto pelos líderes na reunião, a Paranapanema garantirá a concretização de nossa terra junto ao governo conforme a solicitação da família TUKANO.

A anuência demonstrada pela UCIRT de Pari-Cachoeira não era compartilhada por lideranças de outras localidades, que apresentavam diferentes expectativas em relação à presença das mineradoras e à continuidade do Projeto Calha Norte. Em anotações de suas viagens de campo entre 1986 e 1987, a antropóloga Alba Figueiroa relata uma conversa com Benedito Machado, importante liderança Tukano:

> Perguntei como era a situação da Paranapanema agora. Disse que de acordo com as definições de área, já tinham sido anulados quatro alvarás de pesquisa que tinham sido outorgados, por estarem dentro da área indígena e que teriam arquivado mais outros processos com solicitação encaminhada. "Ela vai ter que sair. Já saiu. O pessoal não está querendo mais negociação. Esse negócio do ouro foi como uma ilusão que foi passando. Nós trabalhamos sempre com agricultura, essa que é a nossa. Com o PCN, nós queremos investir nisso. Ninguém está pensando nessa questão do garimpo, o pessoal o que quer é as terras demarcadas. Depois da Constituinte a gente vai pensar como vai fazer com a mineração".

Mesmo em Pari-Cachoeira, não havia consenso. As lideranças das comunidades do entorno do distrito e aquelas localizadas mais distantes, mas vinculadas à localidade, não se sentiam satisfeitas com a proposta de colônias indígenas e, por isso, formaram uma nova associação de modo a contrapor a posição da UCIRT. Nos relatos das lideranças de Pari-Cachoeira que depois vieram a compor a FOIRN, é recorrente a lembrança de um forte movimento, já àquela altura, de resistência à proposta das colônias agrícolas, como me relatou, em entrevista, Domingos Barreto:

> Entre os indígenas havia muitos conflitos também. Nessa assembleia de Iauaretê, eles falavam: “Vocês querem continuar como índios”. Isso era entre índios. “Então vai pra lá, pro Tiquié, entra pra lá e vai defender a terra de vocês. Nós povo de Iauaretê, não queremos não. Queremos desenvolvimento, queremos mudança. Se querem viver como antigamente, então vão lá viver”. Aí a gente falava pra eles que não era isso. Tinha o Manuel Moura, ele respondeu que nós de Pari Cachoeira não estávamos brigando com o povo de Iauaretê, que questão de terra é questão de vida, de sustento, de onde vem nossa sabedoria. “Vocês nunca vão virar homem branco”, dizia o Manuel, “e vocês vão precisar dessa bandeira, dessa terra, mas o governo vai ter que fazer a parte dele. Nós não queremos comprar terra pra nós, mas

> o governo quer comprar terra nossa, jogar fora nossa terra, então nossa defesa é que o governo respeite" (informação verbal)[54].

Os indígenas se tornavam cada vez mais irredutíveis em relação ao compartilhamento de suas terras com os brancos, ao passo que sempre estiveram dispostos a dialogar e negociar com o Governo Federal possibilidades de desenvolvimento para a região. Em um contexto de colonialidade, essa dimensão negociativa muito presente nos grupos subalternizados no âmbito da colonialidade expressa a grande capacidade inventiva dos atores sujeitos diante das situações adversas. Historicamente, essas iniciativas se verificaram em situações-limite, isto é, na iminência de um impasse, normalmente protagonizado pelo Estado, mediante uma negação absoluta de concessão de direitos básicos. Esse "tudo ou nada" político tem um aspecto espacial fundamental. À noção de "reserva indígena", os militares associaram o isolamento, as dificuldades invencíveis do deslocamento e a permanência de uma situação de desassistência e omissão estatal. Buscavam disseminar um ideário de autonomia que se manifestasse como um cenário de completa desvinculação com a "sociedade nacional" em que os indígenas estariam entregues à fome e à pobreza. A colônia, pelo contrário, era associada à conexão e à integração: seria o ponto inicial para a chegada de investimentos, de novas infraestruturas de transporte e de assistência, e a abertura da região à civilidade.

Deste modo, o discurso militar atribuía à constituição de um território único um elevado potencial de estagnação social. O discurso militar conseguiu equiparar, em termos de efeitos imaginados, a perda territorial e a definição de um território contínuo. Em ambos os cenários, em uma interpretação mais trágica, os indígenas estariam fadados ao abandono e ao desaparecimento, seja pelo esbulho, seja pelo abandono estatal. Tratava-se de uma estratégia geopolítica bem articulada para relativizar a importância do reconhecimento territorial e reestabelecer o controle

[54] Entrevista concedida por BARRETO, Domingos Savio Borges. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (130 min.).

estatal de uma região considerada altamente problemática do ponto de vista da ideologia da segurança nacional.

Sabemos que as ações espaciais estatais dificilmente estão desarticuladas de um projeto político a que servem e pelo qual se orientam. As tentativas de constituição de "colônias indígenas" consistiam, portanto, em um projeto violento de (des)territorialização estatal com objetivo de abrir a região ao mercado, por meio da delimitação reduzida da área ocupada pelos indígenas, de modo a viabilizar o deslocamento de grandes contingentes populacionais provenientes de outras partes do país para ocupar e transformar a região e constituir uma nova organização espacial capaz de sustentar e manter a economia primária baseada na extração mineral e na exploração agrícola. Tudo isso sem a mínima preocupação com a manutenção da floresta em pé, uma característica dos empreendimentos provenientes da Ditadura Militar brasileira.

Esse discurso militar aparentemente comprometido com o futuro dos indígenas se justificava também, em nível nacional, pela crescente pressão que a Igreja católica passava a exercer a respeito do reconhecimento dos direitos indígenas. Reportagem do Correio Braziliense de 27 de junho de 1986, retrata a sinalização do Governo Federal em rever os critérios fixados pelo Conselho de Segurança Nacional para a demarcação de áreas indígenas situadas na faixa de fronteira após reunião entre o presidente da República, José Sarney e o presidente da CNBB, Ivo Lorscheiter, que, em entrevista, definiu o projeto de transformar as comunidades indígenas em colônias agrícolas como uma "catástrofe cultural".

Por outro lado, na escala local, as transformações espaciais eram inúmeras. A presença dos garimpeiros e depois das mineradoras levou significativos contingentes de trabalhadores de outras regiões, que normalmente deixavam as famílias em São Gabriel da Cachoeira e permaneciam por longos períodos no entorno das áreas de extração, onde a interação com as comunidades era frequente. Esse contato levou a

um aumento da proliferação de doenças, violências contra as mulheres indígenas e desestabilizações locais, que, pouco a pouco, foram revelando os efeitos nocivos das mudanças trazidas pelo extrativismo empresarial. De fato, aquela era uma situação relativamente nova para os diversos grupos, cujo contato com os não-indígenas se resumia até então aos missionários, aos comerciantes dos regatões e aos momentos em que desciam até a cidade. Por outro lado, o deslocamento pelos rios se tornava cada vez mais controlado pelos militares e pela segurança particular contratada pela empresa, o que levou a muitos conflitos recorrentes com os indígenas. Essa dimensão desterritorializadora da presença crescente das mineradoras passou a ser gradativamente mais bem percebida pelas lideranças, como me relatou, em entrevista, Maximiliano Menezes, importante liderança Tukano:

> Naquele momento, era a reivindicação para demarcação das terras indígenas, mas havia uma divisão muito forte. Tinha um grupo que queria demarcação no formato atual, de demarcação de terras contíguas e outra que também é uma política de Estado demarcar em forma de colônias agrícolas indígenas. Então nós dividimos na minha região. Tinha duas turmas brigando. Uns queriam colônia porque, no entendimento deles, seria o mais favorável, porque viria mais desenvolvimento, implantação de projetos do Governo Federal. E para o entendimento desse outro grupo, demarcar as terras indígenas era um retrocesso a gente. Voltaria a usar tangas, os cocares, ninguém teria mais escola, enfim. Mas o nosso entendimento não era exatamente esse. A gente sempre estava dizendo: demarcar, para nós indígenas dessa região aqui, é se proteger de empresas que possam invadir nosso território, madeireiras, mineradoras. Inclusive, naquela época, tinha crise da mineradora na região. A gente já estava vivenciando isso. Estava muito claro que, se a gente deixasse aquilo ali, a gente ia ser tomado. E tem também uma visão um pouco fora da nossa região do Rio Negro (informação verbal)[55].

Esse violento e ambicioso projeto de transformação espacial projetado para a região do Alto Rio Negro não terá ampla facilidade de alcance entre os indígenas. Para alguns, como já demonstramos, pesavam responsabilidades maiores, derivadas do exercício de cargos na estrutura da Funai e a liderança das associações e organizações recentemente criadas, muitas delas com financiamento e apoio da Igreja. Havia

[55] Entrevista concedida por MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

vínculos preexistentes, portanto, que faziam suas exigências e significavam algum nível de desgaste interno às organizações. Entretanto, com o tempo, foi se tornando mais explícita entre o projeto militar e o avanço e a permanência das mineradoras. Primeiro porque efetivamente poucas melhorias haviam sido feitas pelo Projeto Calha Norte na região e, depois, por um conjunto de transformações socioespaciais relacionadas aos vínculos cada vez mais efetivo das lideranças indígenas com organizações não-governamentais e com assessores externos (pesquisadores, antropólogos, ativistas sociais etc.).

Dentre esses novos atores, pode-se destacar o papel exercido pelo Conselho Indigenista Missionário que, mediante a posse de Walter Ivan de Azevedo como bispo da Diocese de São Gabriel da Cachoeira, em 1988, estabelece uma nova orientação para o t trabalho missionário na região, pautado agora na preservação das culturas indígenas e no paradigma da inculturação, isto é, a possibilidade de interpretação do evangelho cristão a partir de matrizes e elementos provenientes das culturas originárias. A chegada do CIMI possibilita um primeiro salto escalar na organização das lutas no Alto Rio Negro através do acesso mais facilitado a um conjunto de informações sobre a conjuntura das lutas indígenas em curso nas demais regiões do país e da América Latina em geral[56].

Os assessores do CIMI começam a realizar incursões nas comunidades, explicando às lideranças os direitos que se encontravam em discussão na Assembleia Constituinte, bem como as consequências nocivas do avanço de grandes empreendimentos e das atividades extrativas em outros contextos. Um elemento

[56] O CIMI produzia diversos folhetins, prospectos etc. sobre a situação das lutas indígenas no Brasil e na América Latina. Noticiou a criação do primeiro parlamento dos indígenas da América do Sul, formado em 1974 em São Bernardino, no Paraguay. Noticiou também o surgimento de organizações indígenas em vários países: Federação Shuar – Equador, Associación Indígena de la Republica Argentina – AIRA, Associación Indigena de Panamá – ANIP, Movimento Indio de Guatemala, Federación Indígena Puerto Ayacucho – Venezuela, Conselho Regional Indígena del Cauca – CRIC, Movimento Indio Peruano – MIP, Associación de Parcialidades Indigenas del Paraguay, entre outras. O CIMI também havia articulado, entre 1974 e 1980, mais de quinze assembleias indígenas em todo o país, tendo assessorado a formação da primeira organização indígena de nível nacional do país, a União das Nações Indígenas – UNI (LEITE, 1982).

fundamental referenciado por todos os entrevistados é um primeiro mapa que teria sido trazido por assessores do CIMI e que teria possibilitado às lideranças indígenas, por meio de uma visão integrada no mesmo instrumento cartográfico, a visualizarem pela primeira vez a dimensão da fragmentação territorial que poderia implicar a efetivação da proposta de criação das colônias. Me relatou Maximiliano Menezes que:

> Na verdade, o CIMI nos disse o seguinte. Eles trouxeram o mapa de colônias indígenas. Entre colônias, tinham florestas nacionais. Eles disseram: "Olha, cuidado, porque o Gilberto Mestrinho era governador do Amazonas e ele disse uma vez que o índio não anda mais de 100 metros fora da margem do Rio. Então, para o índio tem que meter marcar 100 metros na beira do Rio, onde ele pode caçar e pescar, só aquilo ali. O resto seria para as empresas – essas florestas nacionais que não vão ter dono, que não tem indígena". Aí nós decidimos que a terra não iria ser assim. Porque muitas áreas poderiam virar fazendas, os madeireiros poderiam nos tirar e a gente vai se ver do lado de outra comunidade. Para mim, estão querendo nos dividir. Melhor uma terra contínua, do jeito que nós tivemos ao longo de muitos anos. Por isso que muita gente não gostou da ideia porque tendo colônia teria trabalho. Que tipo de trabalho eles teriam? A empresa vai vir com recursos humanos e a gente não é preparado para isso. Teve gente que falou no discurso dele que nós já estávamos preparados, que a maioria tem graduação. Sim, mas não em área aplicada. Nem técnico em mineração não tem. Isso foi muito difícil de convencer, muita briga (informação verbal)[57].

A presença do CIMI e a participação de Álvaro Fernandes Sampaio na gestão da UNI contribuíram para que o movimento indígena do Alto Rio Negro viesse assumir uma projeção para além da região. Também as lideranças procuravam a buscar experiências bem-sucedidas lutas de autonomia frente ao Estado, de modo a servirem de inspiração para os próximos passos do movimento rionegrino. Essa expectativa se verifica em carta de Álvaro Fernandes Sampaio, já coordenador nacional da UNI, para Afonso Machado, presidente da Organização das Nações Indígenas de Pari-Cachoeira, datada de janeiro de 1985:

> Essa reunião de Brasília, sem dúvida, é muito importante, porque nunca devemos entregar nossos segredos aos brancos, mas quando formos discutir sempre devemos levar a conversar à altura e nunca ficar para trás. (...) Desde já, como coordenador do movimento

[57] MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

> indígena, estou pensando de convidar um índio do Equador, da tribo Suar, que têm vasta experiência de trabalho junto aos salesianos e eles são os índios mais organizados da América do Sul. Eles são uns 40 mil e têm uma emissora de rádio, aviões e contrabalançam diante do Estado (SAMPAIO, 1985: s/p.).

Reunir para mobilizar

Como as divergências entre as comunidades cresciam expressivamente, as principais lideranças compreenderam que seria necessário ampliar a esfera de discussão política interna, configurando uma nova escala de mobilização. Para tanto, passaram a buscar organizar grandes reuniões, denominadas assembleias, que buscavam reunir as principais lideranças e representantes das diversas calhas do Alto Rio Negro. Como já demonstramos, os grupos falam línguas distintas, algumas delas com pouquíssima ou nenhuma semelhança entre si. Nos grupos em que a presença salesiana havia sido menos intensa, como entre os Baniwa do médio e alto Içana, havia grande dificuldade com a língua portuguesa, o que, no início, foi um grande dificultador para o estabelecimento do diálogo e para a conformação de novas alianças.

Com o passar dos anos, as assembleias passaram a se constituir como um dispositivo central do movimento indígena, sendo considerada um ponto alto de reflexão, negociação e deliberação sobre o futuro das ações de mobilização, mas também como oportunidade de reencontro das lideranças, de fortalecimento de vínculos políticos e da reafirmação da integração dos diferentes grupos que compõem o território. Consistem em um primeiro esforço de conformação de uma "unidade de mobilização" (ALMEIDA, 2008) pautada na reivindicação das terras e na defesa da autodeterminação indígena.

A primeira Assembleia Geral dos Líderes Indígenas do Alto Rio Negro foi realizada entre 30 de abril e 4 de maio de 1984 e reuniu 66 lideranças indígenas. Foi organizada principalmente por lideranças Tukano e contou com apoio da FUNAI. A

dificuldade desse contato inicial entre lideranças oriundas de regiões diferentes é destacada na carta de conclusões, assinada por Pedro Fernandes Machado, Benedito Fernandes Machado, Carlos Antonio Fernandes Machado e Manoel Fernandes Machado, todos Tukano:

> O entrosamento de grupo índio para índio torna-se difícil devido as línguas indígenas serem diferentes, como também os nossos costumes e maneira de viver, embora parecidas, tem grandes diferenças. A dificuldade de entendimento das línguas indígenas de uma com a outra tem sido obstáculo na comunicação de índio para índio e outros problemas que surgem são conseqüência dessa falta intercâmbio sócio-cultural, político e econômico. E a dificuldade de diálogo nos nossos dialetos era verificado na assembléia, pois os debates se desenrolavam na língua portuguesa. Portanto, era objetivo de todas as comunidades indígenas criar uma linha de comunicação e um canal de intercâmbio social e cultural de índio para índio para poder saber assimilar, entender e enfrentar o MUNDO CIVILIZADO BRANCO. Expandir o diálogo entre índios para conquistar o nosso bem estar social, cultural, econômico política indígena e nacional para assim conservar e estruturar a CIVILIZAÇÃO INDÍGENA para melhor aproveitar o mundo CIVILIZADO BRANCO (ênfases no original).

A superação desta dificuldade inicial de comunicação se fazia, portanto, necessária como forma de integração capaz de não só garantir a continuidade da organização social indígena, mas para "melhor aproveitar o mundo civilizado branco", numa perspectiva de luta que já se manifesta, desde o início, preocupada com a interculturalidade e com o necessário intercâmbio com os não-indígenas em diferentes dimensões da vida social. As conclusões da primeira assembleia indicam ainda o quanto a luta indígena assumia diferentes configurações conforme cada região do Alto Rio Negro. À situação dos Tukano, profundamente afetados pelos centros missionários e pela colonização, contrastava bastante a situação dos Baniwa, principalmente do médio e alto Içana que haviam passado as últimas décadas sob a influência direta da presença das missões evangélicas, que preocupavam-se mais com a conversão dos indígenas, mesmo na língua nativa, não investindo no ensino do português.

A compreensão acerca do risco iminente de esbulho de suas terras havia crescido substancialmente entre as lideranças e influenciaram as discussões. A carta

que narra as conclusões do encontro denuncia a grande cobiça dos brancos pelas terras indígenas, as quais querem obter para seu próprio benefício:

> As terras indígenas são cobiçadas pelos brancos e aventureiros devido a sua riqueza mineral, não para beneficiar as comunidades indígenas e sim para o benefício do branco. Exemplo disso é o rio Içana, rico em ouro. Por isso, a vida moderna de hoje, exige que o índio deixe sua vida simples para extinguir-se, pois a chegada do pessoal de fora, a sociedade branca, está pouco a pouco cortando a tranquilidade indígena e é preciso construir com urgência as estruturas sócio-econômicas da CIVILIZAÇÃO INDIGENA para entrar sem choques e nem violência na CIVILIZAÇÃO BRANCA (ênfases no original).

Chama a atenção o caminho argumentativo escolhido pelos indígenas para endereçar as suas reivindicações: na cobiça dos brancos pelas terras, as lideranças enxergam o projeto de instauração de um novo modo de vida constituído a partir da "extinção" indígena. Definir, portanto as "estruturas socioeconômicas" da civilização indígena, isto é, estabelecer os meios de sobrevivência que permitiriam dimensionar um projeto local de desenvolvimento passa a ser uma preocupação central para combater os estereótipos associados a uma suposta improdutividade indígena, bem como assentar os argumentos que permitam expressar, frente à sociedade não-indígena, um projeto alternativo indígena de civilização. Essa "entrada na civilização branca" não estava relacionada à aculturação. Não se tratava da integração como simulacro do desaparecimento, mas como a reclamação por um estatuto diferenciado de pertença a esse "mundo moderno", configurado a partir de aspectos selecionados no repertório das práticas e saberes tradicionais dos grupos. O território seria, portanto, o elemento indispensável porque viabilizador e mobilizador deste projeto. Na concepção das lideranças, o território guardava, dormentes, inúmeras possibilidades daquilo que, futuramente, se poderia produzir em termos de riquezas e de insumos para a sobrevivência, mas, principalmente, na sua condição constituidora de conjunto de práticas e ações estruturadas em torno de elementos significativos – os rios, as espécies vegetais e animais, as inscrições históricas em

petróglifos, o regime das chuvas, das cheias e das vazantes – que viabilizam a possibilidade de os grupos continuarem a ser aquilo que são.

Ao término dessa assembleia, os indígenas, sinalizando sua discordância em relação ao projeto de fragmentação territorial, arrancam os marcos das demarcações parciais feitas pela FUNAI até então e jogam no rio, conforme relato de Domingos Barreto:

> Em 1986, a FUNAI tinha apresentado, em Taracuá, a proposta de demarcação de áreas separadas – Pari Cachoeira um pedaço, Taracuá outro, Iauaretê e Içana-Aiari. Isso foi pesado pra gente, eu participei dessa reunião. Foi uma confusão. Existia um marco que construíram na Cachoeira de Ipanoré e, quando acabou a reunião, foram arrancar e jogar no rio, porque realmente foi um impasse – ou era área única ou colônias agrícolas. Essa foi a primeira assembleia[58].

Esta primeira assembleia teve um papel importante de consolidar as reflexões e ações que vinham sendo desenvolvidas pelos diferentes grupos. Constituiu também um primeiro espaço de negociação e discussão política para além da negociação entre cada associação e o governo ao formalizar, pela primeira vez a demanda da demarcação das terras como uma pauta comum de todas as regiões representadas.

Entretanto, é a II Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, realizada entre 28 e 30 de abril de 1987, em São Gabriel da Cachoeira, que é referenciada pelas principais lideranças como o principal marco de início do movimento indígena do Alto Rio Negro. Convocada por lideranças da UCIRT, contando com apoio da FUNAI, que tinha o Tukano Pedro Fernandes Machado como delegado em São Gabriel da Cachoeira, a reunião tinha como objetivo principal promover a discussão dos principais problemas da região e contou com uma participação de mais de trezentas lideranças de diferentes regiões do Alto Rio Negro (figura 76).

[58] Entrevista concedida por BARRETO, Domingos Savio Borges. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (130 min.).

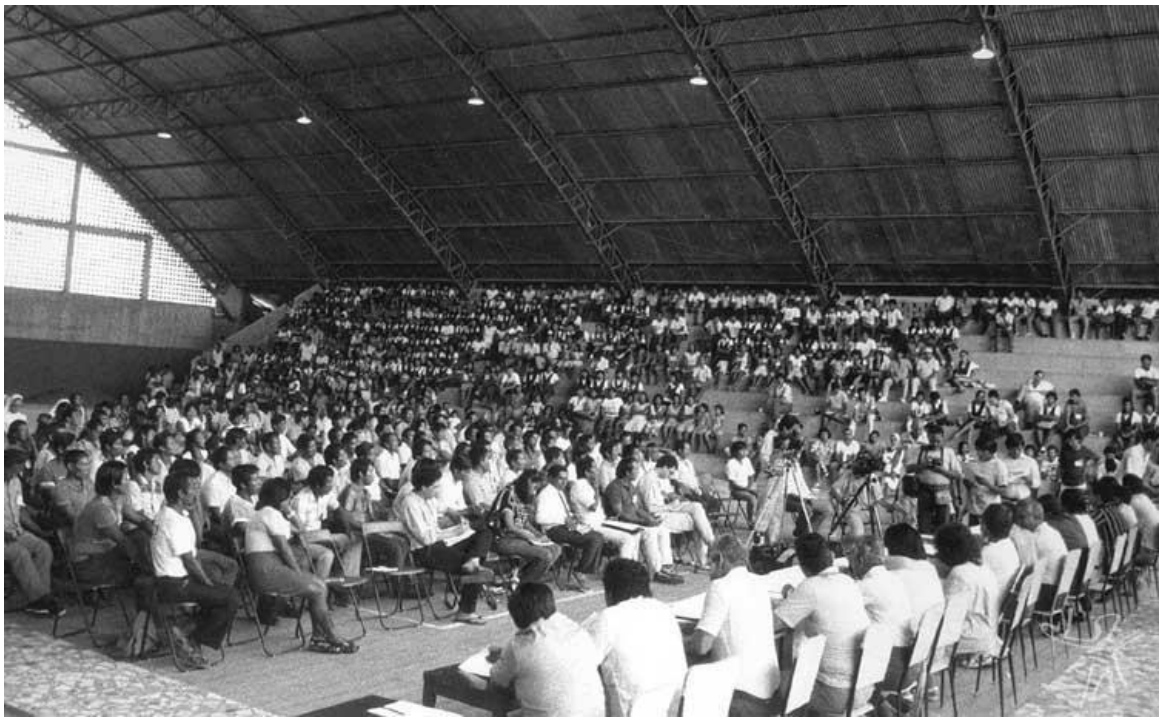


Figura 75: Participantes da II Assembleia das Organizações Indígenas do Rio Negro. Fonte: Beto Ricardo/CEDI – Acervo FOIRN.

Para essa assembleia, a estratégia foi diferente: os indígenas procuraram convidar representantes das principais instituições com as quais queriam debater o futuro da região. Para alguns deles, pediram inclusive apoio logístico e financiamento. Entre eles, o próprio Conselho de Segurança Nacional que, a princípio, viu na assembleia uma excelente oportunidade de convencimento das lideranças acerca dos supostos benefícios do Projeto Calha Norte. O CSN financiou o combustível para a realização da assembleia, bem como a alimentação e o transporte dos participantes.

Foram convidados também o Centro Ecumênico de Documentação Indígena – CEDI (que deu origem mais tarde ao Instituto Socioambiental), o CIMI e o Centro de Trabalho Indigenista – CTI, além de outras organizações que trabalhavam com a pauta indígena naquele momento. Essa estratégia de envolvimento do maior número possível de instituições contribuiu para que a assembleia tivesse ampla reverberação na imprensa, com destaque para o jornal A Crítica, que produziu um suplemento especial para retratar a assembleia e as principais conclusões. O feito foi considerado

histórico à época, seja pela quantidade de participantes envolvidos, seja por estar em discussão parcela significativa da área do Amazonas e do território nacional.

Durante as discussões, evidenciaram-se as divisões em torno do posicionamento em relação ao Projeto Calha Norte e da questão do reconhecimento das terras. Em geral, as lideranças menos alinhadas à FUNAI questionavam duramente a ausência de consulta prévia acerca da ação dos militares:

> O debate continuou acirrado, no entanto, a metralhadora giratória ficou por conta do índio Orlando, Cucuí, que se expressando num português claro e com um discurso límpido, afirmou que "o nosso passado recorda pesadelos sombrios", por isso era hora de despertar para um novo horizonte. E acordar a tempo, "pois estamos cercados pelo poderio bélico militar que explora a nossa terra, sem ao menos nos consultar. E eu pergunto: quem de vocês foi consultado sobre o Calha Norte? Quem foi, erga o braço". Ninguém ergueu e a resposta veio em forma de grito. "Ninguém!" (Jornal A Crítica, 30/04/1987: 7).

A assembleia contou com sessões de perguntas aos representantes do Conselho de Segurança Nacional sobre a estrutura e os objetivos do Calha Norte. Houve conflitos entre os representantes do governo e os representantes das organizações não-governamentais presentes, a ponto dos indígenas, a determinada altura, pedirem a retirada dos não-indígenas do espaço da assembleia para que pudessem conversar de forma independente.

Algumas falas das lideranças transcritas pelos jornais da época ajudam a compreender o nível de descontentamento dos indígenas em relação aos interesses políticos e econômicos que se projetavam sobre a região:

> Para o índio nunca existiu demarcação e nem precisava. Agora precisa pois vivemos num mundo onde só existe lei para quem tem força financeira (Pedro Fernandes Machado, informação verbal transcrita no Jornal A Crítica, 30/04/1987: 7).

> Agora eu pergunto, o Presidente criou esse projeto só para ajudar carentes e defender fronteira? Ou foi para explorar minério do nosso subsolo? Se ele estivesse presente, eu faria essa pergunta para ele. Será que só agora se precisa guardar as fronteiras? E antes, não precisava? (Cecília Machado, informação verbal transcrita no Jornal A Crítica, 30/04/1987: 8).

> As nossas terras foram invadidas por soldados, como se fossem a casa da sogra. Fomos humilhados mesmo (Armindo Pereira da Silva, informação verbal transcrita no Jornal do Comércio de 03/05/1987: 15).

Havia, portanto, um certo consenso de que o governo não respeitava suficientemente a presença indígena, embora não existisse certeza sobre a melhor solução a ser defendida pelas lideranças. Era evidente que, para os indígenas, qualquer solução deveria passar pelo reconhecimento do território, mas eram muitas as questões acerca da melhor estratégia a ser adotada: se enfrentar o governo era sempre uma opção, não parecia ser um caminho suficientemente seguro, como demonstra o alerta feito por Benedito Machado durante a assembleia:

> Nós vamos brigar com o governo, mas na hora que a gente tiver apanhando alguém vem nos socorrer? O que a gente não pode é ser suicida. Na hora em que o índio tiver que enfrentar as bombas e as metralhadoras do Exército, as pessoas que nos incentivam vão ficar em seus gabinetes de braços cruzados. Na hora de enfrentar o governo, vamos ficar só nós e uma morte suicida (Benedito Machado, informação verbal transcrita no Jornal A Crítica, 30/04/1987: 7).

> Uma hora queremos ser índios, outra hora queremos ser civilizados que anda de avião. Nenhum de nós hoje se prontifica a remar já que existe avião. Todo ser humano tem direito a progredir e nós também não vamos ficar marcando passo (Benedito Machado).

Esse era um recado direto aos assessores convidados das organizações não-governamentais, que pediram a palavra durante a assembleia e incitaram os indígenas a não aceitarem nenhum tipo de negociação com os militares. Ao passo que os indígenas sabiam da importância de tê-los presentes como importantes disseminadores, para além da região do Alto Rio Negro, dos acontecimentos e da luta pelo território, sabiam também que sua presença ainda era significativamente pontual, não existindo ainda um nível significativo de confiança na sua atuação em favor das comunidades.

A temática do progresso também foi muito acionada nas discussões. Primeiro, porque havia sido tornada central na discussão territorial proposta pelos militares e já analisada no item anterior; depois, porque se constituía como uma preocupação

dos próprios indígenas quanto à possibilidade de alcançar melhores condições de vida sem serem obrigados a deixarem de se reconhecer como "índios", como eles mesmo denominam.

Aqui temos um reposicionamento importante e que, de certo modo, revela a um elemento importante para compreender as lutas indígenas por território no Brasil. Ao contrário de empreenderem uma luta pelo território como negação completa da Modernidade, os indígenas do Alto Rio Negro optaram pelo caminho alternativo reivindicar o território como possibilidade de configuração de um modelo diferenciado de progresso, capaz de constituir um modo indígena de desenvolvimento, pautado na conciliação entre o acesso a melhorias das condições de vida e na reprodução de seus modos de vida. Analisaremos essa perspectiva de luta com mais detalhes mais adiante, mas importa saber que ela é gestada inicialmente desde as primeiras assembleias como um projeto que não se encerra na demarcação. A declaração de José Augusto Fonseca, de Taracuá, durante a assembleia resume bem essa noção: "Não estamos pretendendo ser contra a evolução. Estamos a favor do progresso, mas queremos antes a garantia de que serão demarcadas nossas terras" (informação verbal transcrita pelo Jornal A Crítica, 30/04/1987).

A carta de reivindicações, assinada ao final da assembleia (ver Apêndices 4 e 5), estabelece como primeira prioridade o "levantamento antropológico, delimitação e demarcação definitiva das áreas indígenas, de acordo com as definições e decisões das populações indígenas". Para dar conta dessas reivindicações, foi criada a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, com o lema "Terra e Cultura". A escolha do lema estava relacionada às duas principais bandeiras de luta: a defesa do território e a valorização das culturas indígenas. Em um contexto marcado pelas ameaças de exploração irrestrita dos recursos naturais, pela militarização e pelas acusações frequentes de que os povos da região já seriam "aculturados", isto, de que não seriam mais indígenas, a definição desse lema buscava explicitar a posição que acabou sendo vitoriosa na assembleia: para surpresa dos militares que financiaram o

evento, os indígenas utilizaram a oportunidade para negar definitivamente a proposta de colônias e reafirmar o reconhecimento de suas terras como caminho para a acesso a direitos fundamentais e para alcançar melhores condições de vida. Como afirma Maristella Svampa, a afirmação indígena, normalmente tornada um motivo de desqualificação pelos grupos hegemônicos, é tornada estratégia para a sobrevivência dos povos indígenas:

> A apelação a uma cidadania étnica torna-se uma ferramenta política inevitável na dinâmica de empoderamento dos povos indígenas, sobretudo no processo de defesa da terra e do território, em um contexto de expansão da fronteira extrativista (SVAMPA, 2016: 117).

No Alto Rio Negro, esse processo de resistência à expansão do extrativismo predatório é acompanhada indissociavelmente pela busca de soluções para a completa ausência de infraestrutura da região e para o acesso a serviços que possam minimizar os sofrimentos diários a que está submetida a população indígena. Destaque-se que todas as demais reinvindicações da carta conclusiva da assembleia de 1987 se referem a necessidades de melhorias de infraestrutura social, melhores condições de transporte e mobilidade, necessidade da instalação de hospital, postos médicos, escolas técnicas e sistema de comunicação. O território seria o elemento fundamental sem o qual todas essas demais pautas seriam em vão. Como afirma Silvia Rivera Cusicanqui (2016: 81), se referindo aos processos de luta dos povos indígenas na América Latina, nas últimas décadas "a noção de território de tornou o articulador político de uma nova configuração das demandas indígenas".

É importante lembrar que as discussões de 1987 acontecem quando os trabalhos para a Constituinte estavam em curso. Não são, portanto, processos isolados. O desenvolvimento das discussões em torno da configuração de um novo estatuto civil para os povos indígenas na Constituição em redação certamente teve influência sobre as discussões, bem como o posicionamento dos indígenas frente ao CSN e o governo de modo geral teve grande circulação nos meios indigenistas,

contribuindo para a compreensão de que os indígenas não aceitariam a continuidade da tutela e os mandos e desmandos do Estado em relação ao seu futuro. Essa articulação entre o que acontecia em Brasília e os acontecimentos em São Gabriel da Cachoeira é evidenciada no relato que me fez Bonifácio José, importante liderança Baniwa:

> Quando se pensou em criar a FOIRN, foi para que a FOIRN fosse a voz dos indígenas. Porque os caras colocaram na cabeça que tem que desenvolver e ocupar a região. Essa é a mente de fora para cá. Só que para nós, por exemplo, isso não cabia. Na Constituinte, tinha uma forte mobilização de lideranças de nível nacional para garantir os direitos mínimos que a gente pudesse ter. Alguns conseguiram traduzir... na época tínhamos os parceiros da universidade, ONGs e a Igreja que apoiaram e conseguiram traduzir o desejo nosso. Os mais velhos falavam assim: "Primeiro, a gente quer garantir o nosso território que sobrou para a gente". Território brasileiro sempre foi nossa terra. O certo seria eles demarcarem tudo, mas não vamos brigar por isso. O que a gente queria era o reconhecimento da área onde a gente já existe, da área tradicional. O maior pedido aqui é reconhecimento porque somos daqui, sempre fomos daqui. Para o indígena, o mais importante é terra, é território, porque se não estiver garantido fica muito difícil pensar no futuro, pensar qualquer coisa e por isso que está na Constituição (informação verbal)[59].

A estratégia do território contínuo

Uma preocupação inicial que tive desde o início da pesquisa residia no extraordinário fato de que, diante das ameaças impostas pelo avanço do extrativismo e do controle militar, os indígenas do Alto Rio Negro compuseram uma estratégia baseada na reivindicação de um território único para os mais de vinte grupos étnicos presentes na região.

Entendo aqui a estratégia no sentido atribuído por Bourdieu (2004 [1987]), isto é, como produto do senso prático e de um determinado jogo social, historicamente definido, que os indivíduos aprendem à medida que dele participam. Para ele, a estratégia é justamente o ponto de ruptura com o objetivismo e "com a ação sem agente" (p. 81) do estruturalismo, sendo produto de cálculos racionais. A distinção

[59] Entrevista concedida por JOSÉ, Bonifácio. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (90 min.).

entre estratégias e táticas, proposta por Certeau (1998)[60], em que as primeiras, próprias de lugares de poder, seriam capazes de produzir, mapear e impor operações, enquanto as táticas só poderiam utilizá-las, manipulá-las ou alterá-las no âmbito de ocasiões no espaço controlado pelo inimigo, próprias dos "fracos" (p. 101), parece não ser coerente com a perspectiva situacional, considerando-se que os estudos de situações implicam o reconhecimento da intensa capacidade criativa dos sujeitos, inclusive, como verificaremos na experiência do Alto Rio Negro, em situações muito desfavoráveis, sofisticadamente manejadas a partir de elementos novos e exógenos que ultrapassam em muito "os limites do terreno que lhes é imposto" (CERTEAU, 1998: 100). Mais que se moverem em trilhas impostas, os que agem produzem seus próprios caminhos, isto é, "operadores dotados da competência estratégica" (LÉVY, 2010: 85), que tensionam a mudança para novas situações caracterizadas por certa conservação do que se ganha, associada à reprodução de novas relações de poder, isto é, "ações sobre ações" (FOUCAULT, 1995 [1984]:234), idealmente menos desiguais.

Além disso, do ponto de vista geográfico, nos interessam sobretudo as "estratégias socioespaciais, (...) [que] convidam-nos a compreender que a transformação das relações sociais normalmente não pode ser alcançada sem uma transformação correspondente e adequada do espaço" (SOUZA, 2006: 340). Orientam,

---

[60] Na íntegra: "Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). (...) Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe concede a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento "dentro do campo de visão do inimigo, como dizia von Büllow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as "ocasiões" e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. (...) Em suma, a tática é a arte do fraco" (CERTEAU, 1998: 100-101).

portanto, ações espaciais e são por elas constantemente ajustadas no sentido do melhor aproveitamento dos objetivos a serem alcançados. A viabilidade da nova situação depende diretamente da capacidade de ajustamento das estratégias e das ações vinculadas por parte dos sujeitos em ação. Neste capítulo, veremos como a reivindicação pela demarcação de um território contínuo constituiu-se como "estratégia de auto-organização", construída como "alternativa à verticalidade das relações paternalistas de sujeição-dominação que caracterizam a estrutura social tradicional" (FAULHABER, 1991: 34).

A bibliografia especializada sobre o Alto Rio Negro apresenta argumentos solidamente embasados e que foram acertadamente utilizados por antropólogos para justificar a demarcação da terra contínua, tais como a presença da mandioca brava como base da alimentação, a pesca e a caça como elementos de garantia da subsistência, a presença de varadouros, entre outros. Entretanto, do ponto de vista geográfico, me interessava conhecer os motivos e as razões para que o território passasse a ser pensado e concebido pelos indígenas como único e contínuo. Me indagava sobre a intencionalidade deste dispositivo de luta e, ao mesmo tempo, e sobre os esforços que foram necessários para que esta perspectiva passasse do plano da elaboração argumentativa para a prática política cotidiana da nascente FOIRN. Como geógrafo, considero essa indagação especialmente interessante porque nos oferece elementos para pensar toda a potencialidade transformadora do território, principalmente o seu grande potencial agregador, cujos efeitos negativos conhecemos por meio do uso que lhe fez o Estado, e cuja potencialidade positiva temos o dever de recuperar por meio dos novos e potentes significados advindos da prática dos grupos subalternizados, sobretudo no que se refere à solidariedade social e a possibilidade de formação de redes de luta e esperança.

Em conversas com lideranças históricas do movimento, me foram dadas algumas explicações para a luta por um território contínuo, nenhuma delas vinculada exclusivamente no compartilhamento de práticas e hábitos comuns. A primeira delas,

apresentada por Domingos Barreto, diz respeito do sistema tradicional de organização dos clãs, que apresentamos em detalhes nos capítulos anteriores. A iminência de uma fragmentação territorial impossibilitaria a continuidade das relações de casamento e mobilidade entre as calhas, com destaque para o vínculo com os lugares considerados sagrados e associados à origem mítica dos povos.

> A gente queria a área única porque era algo relacionado a história de cada povo. Vamos dar um exemplo: o rio Tiquié, que eu faço parte, da história minha e do meu clã. Então, para definir a área tradicional, o território, cada comunidade tem a ver com um clã. Eu identifico meu pertencimento a partir do clã. Aquela área é minha, eu sou membro desse clã. Esse território se divide por clãs. E isso a gente não queria perder. Se o governo veio dizer que ia tirar da gente, ia apresentar um novo terreno, a briga era essa. A gente não queria perder a história de cada clã. A gente entendeu que a proposta de colônias agrícolas do Calha Norte iria retirar a gente do lugar histórico, levar para outro lugar que não era nosso, de outras etnias. A convicção era essa (informação verbal)[61].

As relações tradicionais de parentesco também são apresentadas por Maximiliano Menezes como uma questão central para justificar a configuração do território contínuo como estratégia política. Para ele, as relações de parentesco evidenciam os vínculos entre os diferentes povos do Alto Rio Negro e garantem a estabilidade social e política necessária para a continuidade da existência dos povos indígenas:

> Esses 22 povos, principalmente nesse Triângulo Tukano, o sistema de casamentos também ajudou a fortalecer essa história de ter um território único. Porque com o casamento você se torna uma família. Dessana casa com Tukano, Tukano casa com Dessana, aí são tios, irmãos... os benzimentos, os conhecimentos vão circulando. Quando você pega uma mulher de um povo, não vem só ela como pessoa física, mas vem a cultura viva, vem a culinária, vem todo o conhecimento dela para a comunidade. Então, esse sistema de casamento fez a gente ficar uma grande família (informação verbal)[62].

---

[61] Entrevista concedida por BARRETO, Domingos Savio Borges. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (130 min.).

[62] Entrevista concedida por MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

A perspectiva baniwa sobre a questão vai no mesmo sentido de atribuir razões ligadas à ancestralidade para a constituição de um território contínuo. Para os entrevistados, o território contínuo é atribuição do demiurgo criador e, por isso, é condição de mobilidade para a concretização da vida:

> Durante essas assembleias que tinham aqui da FOIRN, tinha proposta do governo para a demarcação de terras na configuração de ilhas, colônias indígenas. E tinha avião vindo do Nordeste trazendo o pessoal para ocupar o território. Só que o sentido do território dentro da nossa cultura, ele é coletivo. Não adiantava separar, não adiantava dividir, porque a gente transita esse nosso território de forma livre. No sentido geral. E também desde da nossa mitologia da origem. O nosso herói, não é? O demiurgo (informação verbal)[63].

Outra razão apresentada para a estratégia adotada reside na resposta à possibilidade de fragmentação territorial, antes nunca aventada porque era um cenário inconcebível. Para Juvêncio Cardoso, a reinvindicação de um território contínuo se afirma, sobretudo, diante da possibilidade de ser suprimido o uso coletivo das terras:

> Então quando vem essa proposta de desmembrar esse pertencimento ao território e o território, pertencimento na memória fragiliza todas essas narrativas. É então. Eu acho que ser uma suposta é que isso facilitou essa junção do povo para lutar sobre o território contínuo, sim. Por exemplo, o Rio Içana tem seus afluentes e, em cada desses afluentes, tinham caminhos que permitiam esse acesso a outros rios. É isso que facilitava esse uso coletivo do território. Então, quando veio essa essa proposta de colônia, não podia mais usar isso. Então, eu acho que essa coisa que resumiu um pouco essa unidade da luta (informação verbal)[64].

Essas perspectivas denotam que a perda territorial não é apenas a perda da materialidade, do chão, mas uma perda ontológica, isto é, a supressão da possibilidade de ser o que se é na forma como se concebe o mundo, manifestada pelas origens comuns, pelas escolhas familiares e políticas, pela liberdade de produzir o seu futuro. Trata-se de uma ruptura abissal inconcebível e, por isso mesmo, mobilizadora

---

[63] Entrevista concedida por CARDOSO, Juvêncio. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (57 min.).

[64] Entrevista concedida por CARDOSO, Juvêncio. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (57 min.).

de soluções em busca de uma nova situação livre deste cenário aterrorizante. Como nos lembra Bourdieu:

> [A estratégia] é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido (...). O bom jogador, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas (BOURDIEU, 2004 [1987], p. 81).

De fato, as entrevistas e demais conversas que tive com as lideranças indicam que a concepção de um território único, contínuo, no formato depois adotado quando da demarcação, foi uma elaboração dos indígenas a partir da iminência de fragmentação e ruptura de seus sistemas de parentesco, familiaridade e convivência, mas também de suas rotas de circulação e uso do território. Essas rotas são dificilmente cartografáveis a partir de nossas bases euclidianas, mas constituem o cotidiano dos grupos na sua incessante tarefa de reprodução da vida. A transposição dessa concepção vivida do território para uma entidade cartografável, isto é, passível de compreensão pelo mundo branco, contou com a colaboração de antropólogos, tais como Peter Silverwood-Cope, em seu referido relatório de 1975 e Dominique Buchillet, em seu relatório de 1992. Sua elaboração como dispositivo de luta política, entretanto, será paulatinamente tecida ao longo das assembleias da década de 1980.

Discorrendo sobre a importância da integridade do território do Alto Rio Negro, Juvêncio Cardoso nos conta que:

> Uma vez, no encontro internacional que a gente participou lá sobre mapeamento participativo, no Acre, uma pessoa me perguntou assim: "Qual a importância desses mapas no dia-a-dia da sua comunidade?" Aí eu falei: "Esse mapa aqui não tem muita importância lá na minha comunidade. Esse instrumento é para a gente dialogar com as pessoas que não conhecem nosso território. Porque esse mapa está bem mais desenhado na cabeça do morador daquela comunidade, do que está desenhado aqui no papel", falei. Ninguém melhor do indígena para conhecer todos esses territórios. (informação verbal)[65].

[65] Entrevista concedida por CARDOSO, Juvêncio. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (57 min.).

Essa "utilidade" do mapa como ferramenta de interlocução com os não-indígenas está relacionada à própria conformação do território contínuo como uma elaboração indígena na contrastividade com o mundo branco e somente viabilizado quando esse mundo branco lhes impõe, pela primeira vez, uma nova realidade fundiária nunca vista, manifestada por limites internos. Trata-se, portanto, de uma concretização de uma perspectiva coletiva, publicamente enunciada, debatida e refletida, moldada como alternativa diante de uma situação-limite, manifestada pela desterritorialização. Cria-se assim uma unidade anti-desterritorialização, dedicada a suplantar um projeto desterritorializador violento e, ao mesmo tempo, constituir um patamar ótimo de territorialização, configurado a partir da afirmação de uma entidade territorial alternativa como materialização das concepções tradicionais e, ao mesmo tempo, como denúncia do lapso de reconhecimento por parte do Estado.

Rita Segato defende que "não há território sem sujeito de apropriação – sujeito em possessão e em posição; e não há território sem Outro" (SEGATO, 2005: 3). Eu diria, complementarmente, que não há território sem sujeito em situação, sujeito tensionado diante de uma situação existente e criador de novas. A situacionalidade dos sujeitos é constituidora de novos territórios, seja como libertação diante de um projeto opressor, seja como uma ferramenta para constituição daquilo que Lefebvre (1981) denominou contra-espaços, isto é, uma alternativa, mesmo que utópica, aquele incorporado nas esferas de poder, sempre ancorados na luta por formas novas e democráticas de espaço (MOREIRA, 2011b: 106). Para Jacques Lévy, "a estratégia é um aspecto da identidade espacial", sempre um "discurso (não necessariamente fácil de reconstituir) relativo a possíveis transformações da situação, significativas para o indivíduo [eu diria, para os grupos] em questão" (LÉVY, 1994: 95).

Assim, ao território da calha, ao território dos clãs, ao território da comunidade, já cotidianamente manifestados, como apresentamos nos capítulos anteriores, os indígenas rionegrinos juntaram o Território do Alto Rio Negro, concebido situacionalmente para tornar possível o diálogo com os brancos no

reconhecimento das terras, a viabilização de sua reprodução enquanto indígenas e a instituição de um projeto político associado à autonomia e a constituição de uma gestão indígena do território.

Para tornar esse projeto político viável, a reivindicação de um território contínuo esteve sempre vinculada ao que Gersem Luciano denominou de "política de alianças" (LUCIANO, s/d., s/p.[66]). Em sua concepção:

> A própria criação da FOIRN foi a formalização e posterior concretização de uma aliança entre os 20 povos indígenas que, esquecendo e superando suas próprias rivalidades históricas internas, uniram-se e juntos resolvem trabalhar e lutar por objetivos comuns. Do ponto de vista conceptual, buscamos entender singularmente por aliança como um acordo de cooperação, colaboração mútua dentro de um propósito claro para atingir determinados objetivos comuns às partes envolvidas. Neste sentido, uma aliança será sempre um mecanismo de fortalecimento de forças para benefícios recíprocos, que precisa de elementos peculiares que possibilitem de fato sua efetivação. Um dos elementos pode ser a necessidade de uma relação de igualdade. Não se trata de uma parte de nível ou situação superior ajudando ou socorrendo a outra parte em situação inferior, isso não caracterizaria uma verdadeira aliança, pois o que une não são os problemas particulares, mas os problemas comuns, globais (LUCIANO, s/d, s/p.).

A configuração de alianças entre os grupos e com instituições e indivíduos parceiros que possam trabalhar juntos na luta dos povos indígenas constituiu uma prioridade do movimento. Os assessores, majoritariamente antropólogos, ajudavam por meio da justificação da necessidade do território contínuo, tendo em vista o grande volume de dados coletados sobre a organização social da região. Enquanto isso, as lideranças não pouparam esforços para constituir uma rede externa de aliados que, dotados da legitimidade das instituições de que faziam parte, pudessem subsidiar os pleitos levados pelas lideranças às esferas estatais.

---

[66] LUCIANO, Gersem. FOIRN: a força das alianças. Mimeo, s/d. Acervo do Instituto Socioambiental em São Gabriel da Cachoeira.

A mobilização em múltiplas escalas

A criação da FOIRN, mais que uma nova estrutura representativa, significou a entrada de um novo e fundamental ator político no contexto do Alto Rio Negro e, especialmente, no Município de São Gabriel da Cachoeira. De início, são relatadas inúmeras incompreensões sobre quais seriam as atribuições da nova federação. Considerando-se a vinculação de muitos diretores da primeira gestão, logo desfeita, com a FUNAI, houve tentativas de estabelecer a vinculação da nova organização com o órgão indigenista. Também a Prefeitura Municipal frequentemente argumentava que não tinha atribuição em relação aos indígenas do interior do Município, repassando à FOIRN a responsabilidade pelo atendimento e pela prestação de serviços fundamentais.

Naquele momento, a FOIRN tinha uma estrutura ainda bastante tímida, composta por lideranças que abnegadamente deixavam suas comunidades e mudavam-se para São Gabriel da Cachoeira, onde permaneciam por longos períodos nas atividades de representação política, longe de suas famílias, dependendo muitas vezes de favores, para terem o que comer. Quem hoje observa a robusta estrutura da FOIRN e de muitas outras organizações indígenas no Brasil, talvez tenha dificuldade os inumeráveis esforços das primeiras lideranças na sustentação do agenciamento político em situações precárias.

Some-se a isso o fato de que o surgimento de uma nova estrutura de representação dos indígenas envidou um conjunto de expectativas diante da constatação de uma atuação precária do Estado na região. Naquele momento, como ocorre até hoje, boa parte dos serviços fundamentais na região era atendida pelo Exército, tendo a Prefeitura muitas dificuldades para efetuar a gestão do extenso território municipal. A presença do Governo Federal ocorria principalmente por meio das Forças Armadas, que consistiam em espécie de poder total, que abrangia diferentes aspectos da vida social, ultrapassando as suas competências originais.

As expectativas acerca do papel que seria exercido pela FOIRN nos anos seguintes à sua fundação mobilizavam um conjunto de movimentações por parte das instituições, seja no sentido de controla-la e impor-lhe os limites devidos para a continuidade dos projetos militaristas, seja por meio de uma transferência desproporcional das atribuições do Estado para o movimento indígena, como se o objetivo de autonomia dos indígenas lhes implicasse a independência completa do Estado. A ideia de uma cidadania diferenciada não era admitida, de modo que autonomia significava, no fundo, independência, o grande temor dos militares que, contraditoriamente, foi seletivamente utilizada como ameaça diante da iminência da demarcação do território contínuo.

Neste sentido, Braz França, Baré, me relatou que:

> a FUNAI achou que a federação, por ser uma instituição indígena, ela tinha que ser tutelada, porque né... então... chamou o presidente... e tutelar, e fazer... a FUNAI vai fazer o que? A Funai vai fazer o que o governo mandar. Isso aí ficava um maior problema, quer dizer... por um lado foi bom, aí depois de criado... oito meses depois, o próprio governo se reuniu... se reuniu por conta própria... e convocaram uma junta da FUNAI e expulsaram o presidente... não, não, não... a gente não quer saber de trabalhar com a FUNAI e nem com o governo mais... muito menos com o governo dele, né... a federação vai ser barrada para lutar contra o governo... pela defesa dos nossos direitos... tudo bem, né?... e foi eleito mandando na diretoria... e a gente foi enfrentando aquele meio tempo assim... meio de muita ameaça mesmo, sabe? Os políticos né? O próprio prefeito lá ele era contra... juiz era contra... todo mundo era contra (Informação verbal[67]).

A elevada dependência do Governo Federal, naquela altura equivalente à cúpula militar, para realização dos eventos começou a gerar incômodos em muitas lideranças, que viam nisso uma continuidade do projeto de controle das lideranças e a tentativa militar de continuar a ditar os rumos na região. Ao mesmo tempo, a possibilidade de autonomia indígena, manifestada nos debates da II Assembleia não era bem vista pelas instituições. Importante considerar que, embora a Assembleia Constituinte estivesse em curso, o estatuto da tutela não estava superado. A tentativa

[67] FRANÇA, Braz. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 2 arquivos M4A (150 min.).

de contornamento político das colônias gerava apreensão e intensificava os temores dos setores militares com o desenvolvimento de movimentos separatistas na região. Maximiliano Menezes me relatou esse cenário de grandes dificuldades para as lideranças da FOIRN:

> Os primeiros anos foram muito difíceis. Quando eu cheguei aqui, nenhum político queria ver a cara de quem trabalhava na FOIRN. Do movimento inteiro, a gente era meio que discriminado, entre aspas. Ah, só querem atrapalhar o desenvolvimento; só querem o atraso. Quando cheguei aqui o prefeito era o Quirino e queria saber o que estava acontecendo. A própria FUNAI queria o fim da FOIRN porque o movimento não estava se orientando para os objetivos que eles tinham pensado para a FOIRN. Eu e o Braz sempre dizíamos da seguinte forma. Os Machados criaram para justamente darem aval para as empresas mineradoras entrarem e eles se auto-beneficiarem. E as lideranças disseram: "Não! Não é isso que queriam". Nós estávamos tentando defender nosso território, a defesa do nosso corpo e buscar os nossos direitos constitucionais (Informação verbal[68]).

Esses conflitos evidenciam a tentativa de controle, por parte da FUNAI, sobre os destinos da organização. Havia uma disputa muito grande entre o grupo representado pela família Machado, conhecida por ter realizado negociações mais diretas junto aos militares e por ocupar cargos na FUNAI, o grupo mais diretamente apoiado pelo CIMI e o grupo mobilizado pela Prefeitura Municipal, ocupada à época por Raimundo Quirino, visando buscar aprovar os projetos de criação de colônias agrícolas. Por trás das divergências, estava justamente a discussão em termos da aceitação do projeto de criação das colônias ou a defesa pelo reconhecimento de um território contínuo. Essas divergências levaram a algumas alternâncias na gestão da FOIRN nesse período. Nos primeiros cinco anos, houve uma grande instabilidade do quadro dirigente da organização, poucos aceitavam assumir o comando, cuja estrutura era frágil, precária e arriscada (LUCIANO, 2011:135).

Por outro lado, a ausência de recursos suficientes para instalar uma sede administrativa e arcar com as despesas necessárias para o desenvolvimento das ações

[68] MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

cotidianas foi uma dificuldade adicional, que gerava, inclusive, discussões acerca do nível de dependência do governo para a realização das atividades. Todas as lideranças com quem conversei evidenciam inúmeras dificuldades na manutenção das atividades, na aquisição de implementos hoje considerados triviais, como uma máquina de escrever, e na subsistência das lideranças e suas famílias. A realização de encontros nestas condições implicava em muitos desafios, como relata Maximiliano Menezes:

> Tinha que fazer seminários, encontros de formação, para que as lideranças pudessem ser multiplicadoras dessas informações. Nós fizemos um primeiro encontro de conselho fiscal da FOIRN. O rio estava muito seco. Aí o Braz falou assim: "Max, você que é da região do Uaupés, que tem mais peixe, tu vai lá pescar". As lideranças vão descer e a gente não tem nada para dar. Eu peguei um bote de 8 metros que nós tínhamos e um motor 15, mais 50 litros de gasolina. Nunca tinha pegado motor na minha vida. Foi muita curva nesses pedrais aí. Cheguei na comunidade, pedi para pescar, para respeitar o território de pesca, que é deles. Eu não conhecia a comunidade. Pesquei mais de 180 kg de peixe, muquiamos, salgamos e isso abasteceu aqui uma semana. Eram 12 associações e cada uma enviava 5 representantes cada. Quatro dias de reunião era suficiente. Sem nenhuma grana (Informação verbal[69]).

É importante lembrar que, no período em que permaneciam na cidade de São Gabriel da Cachoeira, as lideranças se encontravam muitas vezes longe de suas famílias e de suas comunidades. A permanência na cidade era cercada de incertezas e angústias, que foram sendo aos poucos contornadas com auxílio de comerciantes e da Diocese de São Gabriel da Cachoeira, principalmente por meio de alguns padres que ocasionalmente acolhiam as lideranças nas suas instalações e garantiam algum suprimento temporário.

Diante desse contexto, as lideranças buscaram organizar o movimento em duas direções principais. A primeira, para as bases, isto é, as centenas de comunidades do Alto Rio Negro e suas lideranças políticas e tradicionais precisavam conhecer a FOIRN

[69] MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

e conhecer seus objetivos. Por outro lado, as próprias lideranças do movimento sabiam não ter conhecimento da realidade de todo o extenso território, que, em suas diferentes calhas, possuem realidades que apresentam desafios muito distintos. Depois, reconheceram logo de partida que precisariam de apoio externo, principalmente no que se refere ao financiamento das atividades, principalmente o deslocamento entre as comunidades para realizar a mobilização necessária para desse a FOIRN o máximo de legitimidade interna. Tinham, portanto, a preocupação de construir uma grande rede territorialmente configurada a partir das comunidades, que fosse capaz de sustentar a ação de reivindicação territorial e de construção de melhores condições de vida. Configurou-se assim uma ação espacial em rede, que tinha como objetivos, simultaneamente, coletar as necessidades locais e disseminar a necessidade de demarcação das terras, algo sobre o qual, considerando-se as inúmeras instabilidades políticas, não existia consenso suficiente.

Como defende Leila Dias (2021 [2005]), a rede é uma construção social que, embora não constitua o sujeito da ação, expressa e define a escala das ações sociais (espaciais, eu diria). Por meio da criação de novas associações nas comunidades e por meio de grandes viagens de sensibilização, as lideranças da FOIRN buscaram nas inúmeras alianças políticas conformadas pelos indígenas historicamente o elemento fundamental para superar as grandiosas distâncias físicas, em configuração libertada da superfície (LÉVY, 1992), constituindo a unidade de mobilização suficientemente eficaz para sustentar a reinvindicação territorial.

Jacques Lévy (1994: 65), destaca que "espaço expressa a resposta dos homens a um problema, a distância". A superação das distâncias físicas (ou, ao menos, o seu manejo) foi uma preocupação inicial onipresente entre as lideranças. Uma viagem completa pela calha de qualquer um dos rios do Alto Rio Negro implica em inúmeras dificuldades, com um investimento de muitos dias e com gasto de combustível, além do motor e do barco. Além disso, a depender do período do ano, principalmente nos períodos de estiagem, a viagem se torna mais longa e perigosa. Responder às

distâncias era uma necessidade fundamental para que as ações das lideranças que se encontravam na cidade não estivessem desarticuladas das necessidades e expectativas das lideranças das comunidades.

Algumas ações foram desenvolvidas para lidar com essa dificuldade. Inicialmente, através de contatos realizados pelo CIMI e pelo recém chegado CEDI (futuro Instituto Socioambiental – ISA), que havia participado da II Assembleia, as lideranças buscaram estabelecer contatos com a Aliança pelo Clima da Alemanha, que já possuía parcerias com a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica – COICA[70], iniciando um longo período de parcerias entre o movimento indígena do Alto Rio Negro e organizações europeias da cooperação internacional voltadas para a conservação da Amazônia. Essas ações, que se estendem até hoje, como veremos mais adiante, viabilizaram o aporte de recursos para a FOIRN constituir um mínimo de estrutura física – a construção de uma sede em São Gabriel da Cachoeira, a aquisição de barcos e motores para as viagens das lideranças e a contratação de alguns funcionários para dar conta das rotinas administrativas da federação. Maximiliano Meneze me relatou a chegada dos representantes da cooperação internacional ao Alto Rio Negro:

> Em 1990, 1991, apareceu aqui uma tal de Clarita Müller (Clarita Müller-Plantenberg), uma alemã, que já era membro da Aliança pelo Clima da Alemanha. Ela veio uma primeira vez. Na segunda viagem, ela perguntou se nós conhecíamos a COICA, que é a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica. A gente não conhecia a COICA, que tem sede em Quito. Aí ela começou a falar das mudanças climáticas, Aliança pelo Clima da Alemanha e também da Áustria, que é nossa parceira. A gente conhecia nada. Então, ela disse que nós poderíamos filiar a COICA. E a gente dizia que queria conhecer a COICA porque a gente não conhecia. Ela explicou que as lideranças indígenas do Peru tinham ido até a Aliança pelo Clima na Alemanha, se filiaram e têm o apoio financeiro direto (Informação verbal71).

[70] Fundada em 1984, em Lima, no Peru, a Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) é uma organização indígena de nível internacional que atua em representação, atualmente, de 511 povos indígenas, entre os quais, aproximadamente, 66 são povos em isolamento voluntário e recente contato, articulados através de organizações de base política e organizativa presentes nos 9 países amazônicos.

[71] Entrevista concedida por MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

Chamados pelos indígenas de “assessores”, os membros do CIMI, do CEDI e, depois, do ISA, tiveram uma importância fundamental no intercâmbio de informações entre os indígenas e as agências de financiamento, contribuindo com no fornecimento dos elementos técnicos para estruturar os projetos submetidos. Reunidos por esses órgãos, especialistas de várias áreas do conhecimento passam a se dirigir ao Alto Rio Negro, dando origem a vários estudos sobre diferentes aspectos da vida rionegrina, constituindo-se um grande acervo documental e bibliográfico sobre a região.

O apoio da cooperação internacional foi fundamental para que a FOIRN tivesse uma estrutura física inicial mínima, como relata Maximiliano Menezes:

> E logo naquele ano, terminando aquilo ali, eles falaram: “Olha, para vocês fazerem um trabalho já pensando na demarcação, você precisa de uma estrutura física. Nós vamos financiar, tem que ter terreno. Esse terreninho é muito pequeno, tem que comprar outro maior”. Com a ajuda da Cooperação Internacional seria possível. Aí a grana veio, compramos o terreno e começamos a construção. Mandamos construir vários barquinhos para as associações, compramos motores de popas, instalamos radiofonia, já preparando para a demarcação das terras (informação verbal[72]).

Esse período de desenvolvimento das primeiras parcerias internacionais foi um importante momento de intercâmbio de saberes e conhecimentos para as lideranças. Em relato pessoal, a demógrafa Marta Azevedo destaca que um dos primeiros pedidos dos indígenas aos assessores era por um curso básico de administração, de modo que pudessem aprender a redigir ofícios, memorandos, conhecer requisitos básicos para criar associações e geri-las financeiramente. O segundo projeto proposto pelos indígenas foi realizar um censo autônomo[73], ou seja, uma contagem da população de todas as calhas, que permitisse definir um panorama mais completo sobre as etnias, as línguas e as práticas indígenas, culminando, na

[72] Entrevista concedida por MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

[73] Entre os indígenas, há inúmeros relatos de que o Censo Demográfico 1991, realizado pelo IBGE, não teria realizado uma boa cobertura das áreas rurais do Município.

realização em 1992 do Censo Indígena Autônomo do Rio Negro, cujos resultados encontram-se detalhados na tese de doutorado de Marta Azevedo (2003). A estrutura que a FOIRN foi adquirindo com apoio da cooperação internacional gerou incômodos nos demais atores políticos da região, que também conviviam com inúmeras limitações no exercício de suas funções:

> Aí a Marta Azevedo, ela sempre foi muito boa de trabalho com a gente. Ela deu o primeiro cursinho de administração para nós. E eu aprendi com ela um pouco de elaboração de projetos, entendeu? O primeiro projeto que fizemos foi o censo autônomo do Rio Negro. Foi através desse projeto que veio o primeiro computador do Rio Negro, que foi da FOIRN. Depois, que o Exército e a Diocese vieram a ter. Veio todo mundo olhar o computador aqui na FOIRN (Informação verbal[74]).

A articulação internacional também permitiu que as lideranças tivessem novas experiências fora da região, conhecendo a trajetórias de luta de povos de outras regiões. Como narra Braz França que foi o presidente da FOIRN entre 1990 e 1996:

> A gente saiu pra viajar pra lá pra Áustria. Passei quarenta e cinco dias lá, andando de cidade em cidade na Áustria... era assim..., mas eu sempre fui muito ocupado, muito produtivo, falava... não sei se os tradutores falavam o que eu dizia... né? Porque a gente não... mas eu falava assim... porque a gente não estava ali pedindo esmola, nós estávamos ali procurando parceiros... parceiros pra nos ajudar a vencer essa batalha. E o governo não estava querendo reconhecer nossos territórios. Eu dizia: nós não estamos "mendigando" terra de ninguém e nós não queremos terra dada, nós queremos conquistar aquilo que foi nosso e é nosso por direito (Informação verbal[75]).

No plano interno, a articulação com a cooperação internacional viabilizou a instalação da primeira rede de radiofonia, que passou a viabilizar a troca de informações em tempo real entre as comunidades, viabilizando o repasse mais rápido de informes e notícias sobre o que vinha acontecendo em cada calha. A possibilidade de comunicação permanente entre a cidade de São Gabriel e as comunidades viabilizou maior circulação da discussão em torno do reconhecimento

---

[74] Entrevista concedida por MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

[75] Entrevista concedida por FRANÇA, Braz. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 2 arquivos M4A (150 min.).

do território, sendo decisiva para garantir que a questão das terras passe a ser um problema coletivo de todas as comunidades.

Conformou-se, assim, uma rede territorial rede territorial a partir das bases, não nos moldes hierárquicos a que normalmente associamos o conceito de rede, mas a partir de da perspectiva da aliança, isto é, do pacto político que viabilizou o movimento indígena. A rede configurada pela FOIRN, que contava naquela altura com 16 associações vinculadas, reforça o papel da rede como ferramenta para a mudança e viabilizadora de um consenso configurado em meio à diversidade, capaz de agregar a legitimidade espacialmente configurada ao movimento e, ao mesmo tempo, viabilizar as estratégias transescalares (VAINER, 2002; COELHO NETO, 2017), desde abaixo (comunidades) e para fora (cooperação internacional).

"Demarcação" – um novo horizonte no processo de identificação de Terras Indígenas

Diante da iminência da fragmentação do território em colônias, o principal desafio da FOIRN consistia em estabelecer um novo cenário em que a estratégia do reconhecimento de um território único e contínuo contemplando toda a região do Alto Rio Negro fosse assumida como uma perspectiva compartilhada pelo maior número possível de comunidades. Entretanto, essa não era uma constatação trivial para todas as comunidades. A necessidade de estabelecer limites materializados no terreno era uma noção nova para povos que sempre estabeleceram limites de respeito entre diferentes territórios dos clãs, grupos linguísticos e locais. Bonifácio José, importante liderança Baniwa, me explicou que os questionamentos das lideranças sobre o fato considerado inusitado de serem os representantes do poder dos brancos os responsáveis por demarcar as terras que eram ocupadas tradicionalmente pelos indígenas:

> Quando demarcaram em ilhas, veio a pergunta das lideranças: "Mas por que demarcar terra para nós se a terra sempre foi nossa?" Essa é uma das perguntas dos Baniwa. Para os velhos era muito difícil entender o porquê de uma pessoa de fora, que não conhece nossa terra, tinha que demarcar a terra. Por isso, houve uma reação muito forte porque fragmentaram muito nossa área. Isso foi o início da mobilização. Muda assim a luta aqui no Rio Negro. Quem vinha para

> demarcar não via que as casas estavam de um lado do rio, mas que as roças estavam do outro (Informação verbal)[76].

Vemos, aqui, uma tensão estabelecida entre o processo de identificação, concebido pelo Estado como procedimento burocrático para o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e a perspectiva tradicional de conceber as relações de ocupação. Evidencia também que os anseios indígenas não estão vinculados à mera requisição de direito de propriedade, como está estrutura a lógica da dominação colonial, mas estrutura-se a partir de um direito originário, validado pelo uso tradicional, isto é, uso permanente, relevante, constante que viabiliza a sobrevivência do grupo. A ocupação territorial indígena encontra-se, portanto, suscetível a vicissitudes do devir da vida dos sujeitos e da trajetória das comunidades, sendo, portanto, situacional, definindo-se a partir das necessidades e aspirações desses povos no que se refere à continuidade de sua existência.

A reinvindicação dessa "territorialidade situacionalmente definida" (moldável) encontra muitas dificuldades quando inserida no quadro dos processos de territorialização conduzidos pelos órgãos governamentais no Brasil – FUNAI e, por algum tempo, o CSN, normalmente amparados nas noções de *habitat*, como uma realidade imemorial imaginada e tornada hermética e imune aos ajustes da história dos grupos (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998d). A identificação das terras indígenas esteve historicamente associada às concepções que teve o Estado brasileiro em relação aos indígenas e aos elementos diacríticos que o Estado assumia como configuradores de sua sociabilidade e de sua territorialidade. Para tanto, foram desenvolvidos argumentos e procedimentos burocráticos que constituíram o campo da identificação de terras indígenas.

---

[76] Entrevista concedida por JOSÉ, Bonifácio. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (90 min.).

Entende-se aqui a *identificação* como categoria histórica, na forma como foi definida por Souza Lima (1998, p. 172), associada a processos administrativos que dizem respeito à função de "atribuição de uma territorialidade a um contingente indígena segundo critérios formulados extralocalmente"[77], normalmente realizada a partir de demandas iniciais dos próprios grupos ou do aparato do próprio Estado e executado por meio de investigações *in loco* sobre o espaço ocupado por um determinado grupo indígena.

Embora haja uma longa tradição de reconhecimento dos direitos dos indígenas sobre as suas terras desde o período colonial (CUNHA, 1987), a identificação de terras indígenas tem caráter recente, pois foi só em 1975, com a Portaria n. 255, de 12 de junho, que foram definidos oficialmente as normas administrativas para a regularização das terras indígenas. Os regulamentos anteriores tinham ênfase na demarcação física dos territórios, isto é, a medição, o estabelecimento de marcos e a definição de uma planta e não propriamente no processo de identificação (LIMA, 1998), que implica necessariamente a reflexão sobre as concepções territoriais dos grupos.

O campo político da identificação foi, por longo período, marcado pela exclusividade do exercício do poder do Estado em que a participação dos indígenas era praticamente nula (PACHECO DE OLIVEIRA & ALMEIDA, 1998). Esse campo subjugou os indígenas ao "modo de territorializar" do Estado sobre os povos indígenas, atribuindo-lhes modalidades de territorialização normalmente desarticuladas de suas inspirações e práticas coletivas. Na década de 1980, esse processo esteve restrito à atribuição exógena da territorialidade como formalização da interpretação estatal em relação às relações territoriais dos indígenas, definindo-

[77] Importante registrar que a *identificação* a que Souza Lima (1998) se refere é categoria histórica que define os processos desenvolvidos pelo Estado mediante procedimentos administrativos definidos. Não se trata do *processo de identificação* tal como entendido por Arruti (2006, p. 45) e relacionado ao "o movimento de passagem do desconhecimento à constatação por parte dos sujeitos sociais atingidos por um tipo de situação de desrespeito com caráter coletivo, instituindo assim tal coletividade como fonte de pertencimento identitário e como sujeito de direitos, moralmente motivado para a mobilização contra tal desrespeito".

lhes uma área ocupada ou a ocupar, seja por critérios de imemorialidade, de uso tradicional ou de propriedade, a depender dos regimes jurídicos e argumentos acionados no processo e dos interesses das elites locais imbricadas no processo.

No caso do Alto Rio Negro, muitas foram as iniciativas de identificação e delimitação, culminando na proposta militar de definição de pequenas Terras Indígenas – estas supostamente relacionadas a um uso tradicional – articuladas a colônias agrícolas voltadas à exploração. Dominique Buchillet (1992) destaca que os laudos produzidos pelos sucessivos grupos de trabalho foram ignorados pela cúpula militar, que chegou a adulterar alguns deles no sentido de categorizar os indígenas como "civilizados" e, portanto, inaptos para "viverem em reservas".

Com a promulgação da Constituição de 1988, se abre um novo capítulo sobre o reconhecimento das Terras Indígenas no Alto Rio Negro e no Brasil. Mesmo que seus efeitos não tenham sido imediatos, os direitos indígenas foram reconhecidos pelos artigos 231 e 232[78], com definição explícita às terras indígenas como aquelas

[78] "Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

efetivamente ocupadas pelos indígenas e com a previsão de que os indígenas seriam "partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses". O artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabeleceu o prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição para que a União concluísse a demarcação das Terras Indígenas.

Embora a promulgação da Constituição não tenha freado as iniciativas de fragmentação do território do Alto Rio Negro, na prática, os constituintes, mediante pressões do movimento indígena, reconheceram a caducidade do estatuto da tutela e a cidadania dos indígenas, que passavam de subcidadãos a sujeitos de direitos. Iniciou-se, então, um lento e incompleto processo em que os indígenas, formalmente livres do regime tutelar, passaram a ter maior participação nos processos demarcatórios, mesmo que com muitas limitações. Essa "nova moldura", conforme define Pacheco de Oliveira (2017) é marcada por novos protagonismos dos povos indígenas como sujeitos de direitos, o que implica em novos arranjos políticos contando, inclusive, com a entrada de novos atores e agentes no campo da identificação e da demarcação das terras indígenas, como é o caso do Ministério Público Federal, das organizações indígenas e das organizações não-governamentais (ONGs).

Se, por um lado, não havia garantias de que os militares deixariam de se envolver na demarcação, por outro, garantiu-se aos indígenas a possibilidade de questionar oficialmente as omissões do Estado no cumprimento do mandato constitucional.

Isso implica que o processo de identificação das terras indígenas tenha passado assumir significados que atribuem ao reconhecimento a função de revisão ou correção de falhas estatais no processo de construção nacional (ARRUTI, 2006), muito distintos dos objetivos que mobilizaram as legislações sobre os direitos indígenas em

---

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo" (Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988).

outros momentos de nossa história. De todo modo, essa "objetificação político-administrativa" (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998d) atribuída pela identificação insere o grupo nas categoria genérica de "indígena" e lhe permite acessar novas formas de atuação junto à sociedade nacional, na medida em que se configura também como processo de reconhecimento, isto é, a "passagem do desconhecimento à constatação pública de uma situação de desrespeito que atinge uma determinada coletividade, do que decorre a admissão de tal coletividade como sujeito (político e de direito) na esfera pública e de tal desrespeito como algo que deve ser sanado e reparado" (ARRUTI, 2006: 45).

No chão do Alto Rio Negro, para muitas lideranças, essa transposição do que acontecia na capital federal não foi simples. As lideranças da FOIRN prosseguiram nos trabalhos de percorrer todo o território mobilizando as comunidades para a luta pela terra, enquanto buscavam saída para o impasse com os militares. Em que pese a promulgação da Constituição, os militares recrudesceram a pressão para que os indígenas aceitassem a proposta de colônias por meio da cooptação das colônias e da intensificação da vigilância na região. O relato de Braz França demonstra a dificuldade de estabelecer diálogo com os militares:

> Aí os caras [as lideranças] disseram: não é isso... a constituição já tinha sido aprovada. E foram falar com o general. E ele respondeu: não, a constituição não é isso que é.... Olha, gente, militar não cumpre lei, militar cumpre ordem... então a ordem é essa. Nós vamos cumprir a ordem, a lei não interessa (Informação verbal[79]).

Por outro lado, as discussões em torno da Constituição motivavam as lideranças na intensificação de sua posição pela demarcação do território contínuo:

> A gente vinha conversando com as comunidades sobre isso. Era uma questão muito difícil na época porque estava na faixa de fronteira, não podia ser demarcado. O Braz sempre falava nas palestras: "Daqui pra frente, nós temos que sangrar as mãos, até sair calo, nós temos que ganhar deles porque eles estão dizendo que essa faixa que nós estamos é dos militares. Não querem ceder. É nisso que nós temos que ganhar".

[79] Entrevista concedida por FRANÇA, Braz. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 2 arquivos M4A (150 min.).

> Isso entrava na nossa cabeça. A gente pensava que eles não iriam nunca demarcar a nossa terra porque não estão reconhecendo. A única certeza é que a gente nunca iria sair daqui. Nós vamos dizer pra eles que nós somos natos daqui, eles chegaram depois. Então, a mobilização era em torno disso (Informação verbal[80]).

Jogo de delimitações

Observando o crescimento do movimento indígena, os militares buscaram acelerar o processo de criação das colônias. Diante das discussões desenvolvidas no âmbito da II Assembleia, compuseram uma alternativa às colônias agrícolas: as chamadas "colônias indígenas", figura inventada e formalizada por meio do Decreto nº 94.946, de setembro de 1987. O novo dispositivo legal classificava "as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas" previstas no artigo da 198 da Constituição de 1967 em "áreas indígenas", ocupadas ou habitadas por "silvícolas não aculturados, ou em incipiente processo de aculturação", e as "colônias indígenas", ocupadas ou habitadas por "índios aculturados ou em adiantado processo de aculturação".

O CSN propôs, então, a demarcação de Pari Cachoeira na forma de Colônia Indígena envolvida por florestas nacionais que poderiam ser exploradas pelos indígenas ou pelos brancos com sua autorização. Depois de 20 anos de reinvindicação pelo território sem muitos retornos concretos, as lideranças da UCIRT, mesmo que essa não fosse uma posição consensual entre todos os grupos da região. Lideranças de outras regiões também sofreram pressões e ameaças dos militares para que aceitassem a demarcação das colônias.

É preciso considerar aqui as inúmeras pressões a que estavam submetidos os indígenas para tomarem uma decisão que poderia afetar não somente a eles individualmente, mas todas as suas futuras gerações. No acervo documental reunido para a pesquisa, pôde-se verificar algumas trocas de mensagens entre os militares e as lideranças indígenas, principalmente de Pari Cachoeira, visando a tentar

[80] Entrevista concedida por BARRETO, Domingos Savio Borges. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (130 min.).

convencer-lhes da relevância do projeto de colônias. A Informação n. 029 do Comando Militar da Amazônia, marcada como "confidencial", se destaca entre os demais porque nela os militares refletem sobre o risco representado pelos missionários salesianos para o Projeto Calha Norte, porque eles se encontravam, à época, empenhados em uma campanha para depor o presidente da União das Comunidades Indígenas do Distrito de Iauaretê (UCIDI) – das duas associações do distrito, essa era mais alinhada aos militares –, que apoiava a proposta das colônias. No documento, relatam ainda terem receio da FOIRN porque seus líderes estariam acusando as lideranças de Iauaretê de receberem propina do Governo Federal para aceitarem as delimitações como Colônias Indígenas.

Nesse clima de divisões, a obstinação dos militares em garantir seu projeto antes que os efeitos da Constituinte começassem a se concretizar deu origem a um conjunto de portarias interministeriais editadas entre 1988 e 1989 que definiram duas Áreas Indígenas, voltadas, nos termos do Decreto de 1987, para os indígenas "não-aculturados", doze Colônias Indígenas e onze Florestas Nacionais, estas últimas áreas destinadas à exploração dos recursos naturais, conforme previa o Código Florestal de 1965, e estavam destinadas a projetos de exploração mineral projetados em diversos estudos pelo extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Posteriormente, em 1989, três decretos presidenciais[81] homologaram a demarcação administrativa de três áreas indígenas de Pari Cachoeira (Pari Cachoeira I, II e III), desfazendo a categoria de "colônia", mas mantendo-se a fragmentação territorial da proposta inicial. Cinco novas portarias interministeriais delimitaram as demais áreas indígenas. Os indígenas de Pari Cachoeira se sentiram contemplados com as portarias interministeriais, sobretudo, porque vinha a oficializar o acordo que tinham celebrado com a mineradora Paranapanema em 1986, que envolvia o reconhecimento, por parte da empresa, de que os alvarás que lhe tinham sido

[81] Decretos Presidenciais nº 98.437, 98.438 e 98.439.

concedidos incidiam na parte sul do território indígena. Na prática, a portaria significava um aumento de 132 mil hectares em relação à delimitação de 1979, mas estava muito aquém da delimitação originalmente proposta pelos laudos antropológicos.

Um ano depois, em março de 1990, um conjunto de decretos presidenciais[82] homologaram a demarcação administrativa de catorze áreas indígenas que totalizavam 2.600.000 hectares, o que corresponde a 32% do território total reivindicado pelos indígenas e a 38% da área das terras indígenas delimitadas no início da década de 1980. Esses decretos foram seguidos de nove decretos presidenciais[83] criaram onze florestas nacionais localizadas entre as áreas indígenas criadas.

Em síntese, os militares não só conseguiram consolidar seu projeto de fragmentação formal do território do Alto Rio Negro (ver tabela 4 e figura 77), como também transformaram as pequenas áreas criadas em áreas indígenas, de modo a se livrar das responsabilidades em termos de dotação de infraestrutura e desenvolvimento comunitário que eram inerentes à figura das colônias indígenas. Estava consolidada a estratégia para liberação "legal" das terras indígenas e de seus recursos para projetos de exploração de empresas mineradoras.

[82] Decretos numerados sequencialmente entre 99.094 e 99.104.
[83] Decretos numerados sequencialmente entre 99.105 e 99.113.

Tabela 4: Fragmentação das Terras Indígenas do Alto Rio Negro

Terra Indígena base do Programa Calha Norte	Áreas Indígenas			Florestas Nacionais		
	Número	Superfície	Percentual	Número	Superfície	Percentual
Pari Cachoeira (1.191.520 ha)	3	519.520 ha	44%	2	672.000 ha	56%
Iauaretê (926.892 ha)	3	443.864 ha	48%	2	483.028 ha	52%
Taracuá (1.687.661 ha)	1	480.413 ha	28%	2	1.207.248 ha	72%
Içana-Xié (686.946 ha)	1	249.011 ha	36%	1	437.935 ha	64%
Içana-Aiari (874.752 ha)	2	383.352 ha	44%	1	491.400 ha	56%
Cubate (1.465.949 ha)	4	524.434 ha	36%	3	941.515 ha	64%
Total (6.833.721 ha)	14	2.600.594 ha	38%	11	4.233.126 ha	62%

Fonte: Adaptado de Buchillet (1992).

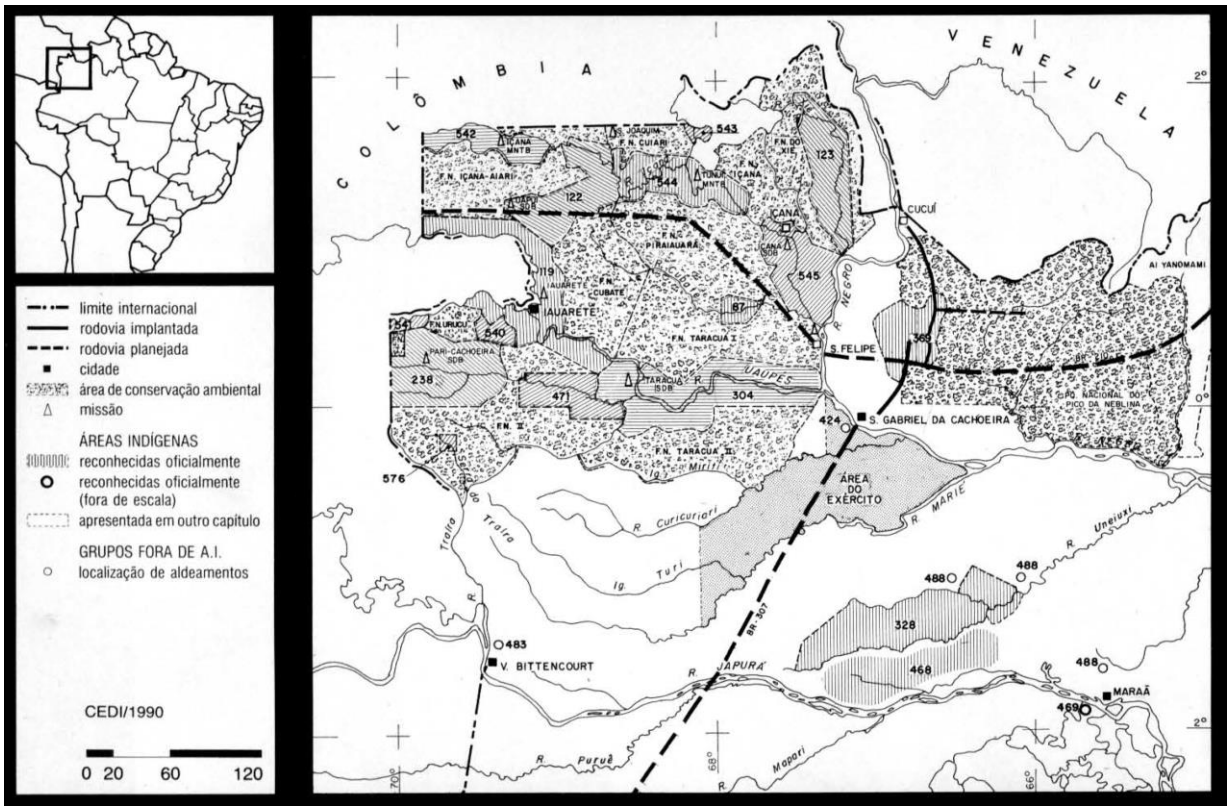


Figura 76: Fragmentação territorial do Alto Rio Negro em 1990, Fonte: CEDI, 1991.

Embora houvesse alertas por parte do CIMI e de outras organizações em relação às perdas territoriais, a discussão entre as comunidades estava relacionada às implicações de uma ou outra solução, isto é, as implicações da colonização ou do reconhecimento territorial em termos de manter ou transformar as práticas cotidianas, havendo acordo em relação às necessidades de melhores condições de vida e de acesso à mercadorias e serviços fundamentais. Essa divisão promoverá grandes debates nas localidades que formam o chamado "Triângulo Tukano" (Pari Cachoeira, Taracuá e Iauaretê), tendo inclusive levado à divisão de algumas associações pela dificuldade de chegar a um consenso em torno da melhor solução a ser adotada.

Entretanto, a fragmentação do território, associada à transformação das novas pequenas áreas em áreas indígenas, e a inexistência de concretização das promessas do Programa Calha Norte, acabaram contribuindo para que as lideranças, ao longo dos anos, fossem percebendo que o cenário utópico de intensiva presença do Estado, aventada pelos militares, dificilmente se cumpriria. Ficava, então, cada vez mais evidente que os interesses militares estavam mais relacionados à viabilização das atividades econômicas, sobretudo a mineração, que propriamente fornecer melhores condições de vida para os povos indígenas.

Por outro lado, com a instalação dos Postos Especiais de Fronteira – PEFs em diversas localidades do Alto Rio Negro, crescia a presença militar na região, o que passou a gerar inúmeros conflitos com as comunidades. Soldados do Exército passaram a patrulhar o Rio Uaupés revistando todas as embarcações, sob o pretexto de que procurava por bebidas alcóolicas. Em julho de 1989, cinco membros do CIMI foram presos pelo 5º Batalhão de Fronteira de Iauaretê, quando prestavam assessoria jurídica para as comunidades indígenas reunidas em assembleia para discutir a demarcação, conforme notícia do Jornal A Notícia, de 05/07/1989. Depois, descobriu-se que a prisão foi realizada a pedido de membros da associação de Iauaretê mais ligada aos militares.

Aproveitando-se dos avanços obtidos na Constituição de 1988, as lideranças do Alto Rio Negro começaram a enviar ao Ministério Público Federal representações contra o Governo Federal, especialmente, os ministérios envolvidos nas portarias de 1988 e 1989 que retalharam o território. Foi o caso da União das Comunidades Indígenas do Distrito de Iauaretê (UNIDI), associação acompanhada pelo CIMI, que, em petição assinada por Flávio Vieira Carvalho datada de 18 de julho de 1989, denuncia a inconstitucionalidade do Decreto 94.946/1987 e relata as pressões realizadas localmente pelos militares:

> Em agosto do ano passado, altos funcionários federais, como o ex-Superintendente da FUNAI em Manaus, 5ª SUER, Amâncio Costa, e o falecido General Carneiro, do Conselho de Segurança Nacional, pretenderam enfiar goela abaixo do povo de Iauaretê a redução da área e a implantação de Colônias Indígenas. Sob pena do Governo Federal não prestar qualquer assistência aos índios. Os capitães e líderes de Iauaretê rejeitaram uma coisa e outra. Os funcionários encerraram a reunião e deixaram a sede da missão de Taracuá, onde se realizara o encontro, debaixo de vaias. Mas a reação governamental tem sido implacável. Seguiu-se uma onda de aliciamento de lideranças. As que resistem são perseguidas, ao mesmo tempo que se tenta desqualificá-las como representativas de seus povos (CARVALHO, 1989: s/p.).

Em requisição semelhante, a Associação das Comunidades Indígenas de Taracuá, Rio Uaupés e Rio Tiquié (ACITRUT), por meio de carta de 22 de junho de 1989, realizou denúncia ao Ministério Público sobre irrazoabilidade das colônias formalmente criadas:

> Em realidade, a implantação de Colônia Indígena resulta na redução drástica das terras dos índios. Como se essas terras materializassem apenas nas áreas onde os índios edificam suas malocas e comunidades, e não nas áreas por eles utilizadas produtivamente e naquelas necessárias a sua reprodução física e cultural, e ao seu bem estar, nos termos do parágrafo primeiro do art. 231 da Constituição Federal. No caso presente, pretende-se confinar os índios ao trecho de terra que em determinada época do ano está sujeito à alagação pelo rio e que, tratando-se de igapó, é impróprio para a agricultura e outras atividades de subsistência. Fato que se consumado põe em risco a sobrevivência de nossos povos ACITRUT, 1989: 3).

O envio de consecutivas requisições ao Ministério Público Federal consistiu em uma nova estratégia dos indígenas contrários às colônias visando tornar o mais explícita possível a posição dos indígenas, não apenas por meio da federação recentemente criada, mas também diretamente por meio das associações de base. A pulverização destas manifestações ajudaria na percepção, pelos órgãos judiciais, sobre a urgência do pleito dos indígenas do Rio Negro. Essas ações coordenadas denotam que os indígenas, ao passo que se esforçavam para consolidar uma rede territorial de mobilização, se preocupavam que essa configuração reticular comunitária fosse compreendida pelos agentes do Estado. Se a conexão entre as comunidades foi um fator historicamente conformado, ligado à dimensão tradicional das alianças, agora consistia, em bases políticas reconfiguradas pela luta, em importante trunfo que lhes garantia a reivindicação do território único.

Nesse clima de tensão, que já vinha de alguns anos, foi realizada, entre 9 e 14 de março de 1990, o Encontro das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro (ver conclusões no Apêndice 6), dando continuidade às discussões da II Assembleia de 1987. Para esse encontro, os indígenas valeram-se do disposto do 232 da Constituição de 1988, que definia a competência do Ministério Público Federal na tutela jurídica dos direitos dos povos indígenas, podendo intervir em todas as fases do processo, inclusive, propondo ações judiciais, no que foi um dos principais avanços do texto constitucional. Convidaram, então, a Procuradoria Geral da República, que foi representada pelos procuradores José Roberto Santoro e Aurélio Virgílio Veiga Rios, que realizaram oitivas com as comunidades e receberam as reivindicações das lideranças. O relatório desta visita evidencia as tensões territoriais existentes entre os indígenas e os militares naquele momento:

> À tarde, aceitando convite formulado pelo sub-comandante do 5º BEF, os procuradores e a antropóloga Dominique Buchillet foram almoçar naquela unidade militar, onde, como ocorrera anteriormente, estendeu-se esta cortesia a uma possível visita a outras comunidades indígenas. No entanto, após os Procuradores terem se avistado com o Comandante do 5º BEF, o Tenente Coronel Dias Torres, o convite formulado foi recursado, sendo que, as razões da recusa se fundaram,

> nem tanto pelas descortesias assacadas contra os integrantes do MPF e a antropóloga que os acompanhava, mas sim pelas concepções inverossímeis colocadas pelo oficial comandante em relação às funções do MPF, como dúvidas sobre as prerrogativas dos procuradores no trato da questão indígena, ingresso em áreas fiscalizadas pela FUNAI, e outras. Ademais, as concepções do oficial comandante acerca do Projeto Militar Calha Norte e suas perspectivas e consequências não condizem com o discurso oficial. Finalmente, as opiniões do oficial comandante sobre a ordem legal em vigor, inclusive constitucional, são temerárias, pois desconsideram qualquer eficácia e efetividade das normas constitucionais, embora sequer detenha exemplar da Carta Maior (SANTORO & RIOS, 1990).

Verifica-se, assim o quanto a distância geográfica do Alto Rio Negro se manifesta também no plano da cidadania e da reprodução dos direitos fundamentais das pessoas. A alta centralização do poder local na mão dos militares intensificava, como ainda hoje, as possibilidades de instituição de regimes legais próprios, que acabam funcionando à margem da institucionalidade, como realidades paralelas, porém plenamente inseridas no *modus operandi* destas instituições, sendo muitas vezes uma tática central para a concretização de seus objetivos.

No fim do encontro, foi entregue aos procuradores uma carta solicitando que fossem tomadas "as medidas judiciais cabíveis tendentes a possibilitarem a criação da área indígena do Alto Rio Negro demarcada de forma contínua, atendendo, assim, aos reclamos das comunidades que nela habitam". Ainda no primeiro semestre de 1990, os procuradores José Roberto F. Santoro e Aurélio Virgílio Veiga Rios propõem Ação Declaratória contra a União, a FUNAI e o IBAMA a fim de que fosse declarada como de ocupação tradicional dos indígenas a área contínua de 8.150.000 de hectares, bem como o reconhecimento da nulidade dos mais de 20 decretos que fracionaram o território indígena.

A abertura da ação declaratória configura o início de uma nova etapa da luta pelo território do Alto Rio Negro, marcado por uma disputa direta entre setores do Estado pelo protagonismo da decisão acerca da demarcação territorial. O antigo Conselho de Segurança Nacional havia sido extinto, mas foi substituído pelo Conselho

Nacional de Defesa e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República que continuaram nas mãos dos militares, mesmo com o advento dos governos civis de José Sarney e Fernando Collor.

Na FUNAI, entretanto, as mudanças foram significativas. Em outubro de 1990, Fernando Collor nomeou como Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que havia sido constituinte e atuou decisivamente na redação no capítulo sobre os indígenas no texto constitucional. Passarinho nomeou para a FUNAI, o indigenista Sidney Possuelo, que ficou no cargo entre 1991 e 1993, rompendo a trajetória de presidentes da instituição militares ou civis ligados ao setor mineral. Essas mudanças ajudaram a configurar um contexto de profundas disputas entre a FUNAI e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

A gestão de Sidney Possuelo foi responsável pela regulamentação do artigo 231 da Constituição por meio da redação e proposição do Decreto n. 22, de 4 de fevereiro de 1991, que reorganiza o processo administrativo de demarcação das terras indígenas, devolvendo à FUNAI a atribuição sobre as atividades de identificação e reconhecimento. Prevê ainda que a identificação das terras indígenas deveria ser precedida por análise de grupo técnico, formado por técnicos especializados, responsáveis por realizar "estudos etnohistóricos, sociológicos, cartográficos e fundiários necessários", cujos resultados deveriam constar de relatório circunstanciado apresentado à FUNAI. O instrumento é inovador sobretudo por prever a participação dos indígenas em todas as etapas do processo e facultar à FUNAI a revisão das terras consideradas insuficientes para sobrevivência física e cultural dos grupos indígenas. Numa explícita condenação do Decreto 94.9746/1987, o novo regulamento previu ainda que todas as terras designadas como "áreas indígenas" e "colônias indígenas" deveriam passar à categoria de terras indígenas.

Essas novas prerrogativas, juntamente às reiteradas pressões efetivadas pelo Ministério Público Federal, levaram a FUNAI a instituir, por meio da Portaria n. 398, de 22 de maio de 1992, a Comissão Especial de Análise destinada a rever as

demarcações de terras indígenas realizadas pelo Conselho de Segurança Nacional, entre elas, as terras do Alto Rio Negro. Em paralelo, no âmbito da ação declaratória em curso no Poder Judiciário, foi solicitado à FUNAI a realização de perícia antropológica para averiguar a situação efetiva da ocupação das terras pelos indígenas. Esse trabalho foi coordenado pela antropóloga Dominique Buchillet, que já atuava há muitos anos na região desenvolvendo estudos sobre a prevalência de doenças, principalmente a malária, entre os povos indígenas. Os resultados dessa perícia foram reunidos no histórico relatório "Os índios da região do Alto Rio Negro: história, etnografia e situação das terras" (BUCHILLET, 1992), ancorado em dados abundantes e que trazia em seus anexos uma listagem de todos os povoados das diferentes calhas, além de um levantamento detalhado dos varadouros, isto é, dos caminhos utilizados pelos indígenas para percorrer trechos terrestres entre as aldeias, provando que as áreas definidas pelos militares como florestas sob o argumento de não serem utilizadas pelos indígenas, eram, de fato, permanentemente percorridas pelos moradores (ver Apêndice 10).

As tensões no âmbito do Governo Federal em brasília se projetavam também no cotidiano das lideranças. Maximiliano Menezes me descreveu uma situação ocorrida durante os trabalhos de campo da perícia antropológica e que demonstra o elevado nível de tensão a que estavam inseridos:

> Certa vez, em 1992, eu fui até Iauaretê com a Dominique Buchillet e com a Maria Auxiliadora, da FUNAI. Quando chegamos lá, tinha que cortar no porto dos militares para primeiro se identificar. Eu não encostei, fui direto para encostar no porto das missões onde nosso alojamento estava mais próximo. Quando encostamos, apareceu um militar. Ele perguntou quem era o motorista. Aí já veio o comandante e mais uns quatro soldados com ignorância.
>
> – Tu não sabia que tem que encostar no porto dos militares?
>
> – Por um acaso eu estou vindo prestar serviço para vocês? Eu nem conheço vocês. Estou vindo aqui para a comunidade, meus parentes.
>
> A coisa ficou muito ruim. A Dominique conversou, a Auxiliadora gritou com eles. E a noite teria a abertura da assembleia da associação. A comunidade, então, denunciou que os militares estavam fazendo festas noturnas e convidavam as mulheres da comunidade.

> Então, eu, Dominique e Braz elaboramos um documento de denúncia e enviamos para a Procuradoria Geral da República. Passaram uns 3 ou 4 meses depois.
>
> Às seis da tarde, batem na porta da minha casa. Era um militar. Me informou que tinha uma audiência no dia seguinte às 9 horas no quartel. Braz recebeu a mesma convocação.
>
> No dia seguinte, chegando lá, nos dividiram em duas salas diferentes. Colocaram 4 documentos na mesa e pediram pra gente dar uma olhada neles. O primeiro documento era a denúncia.
>
> – Essa é sua assinatura?, disse o militar;
>
> – É sim, minha assinatura.
>
> – Esse outro documento aqui?
>
> Era três documentos de mesmo teor, de três associações, e outro assinado pela Maria Auxiliadora, da FUNAI, informando que eu e o Braz não éramos conhecidos em Iauaretê. Me chamou a atenção que o texto era idêntico nos três documentos, apesar de serem escritos por pessoas diferentes.
>
> – Vocês copiaram essas assinaturas. É o mesmo texto.
>
> – Nós vamos prender vocês. Vocês estão caluniando o Exército Brasileiro.
>
> – Não estou caluniando. A gente está falando a verdade porque os pais das meninas falaram isso para nós. Nós fizemos esse documento a partir do relato dos pais.
>
> – Por causa de vocês eu tive que sentar aqui e enfrentar 12 horas de voadeira daqui até Iauaretê.
>
> – A FOIRN está aqui. Não precisava ir para Iauaretê. Você tinha que resolver com a gente. Agora, se o senhor quiser a gente senta na voadeira e pega 12 horas de viagem juntos para perguntar na cara deles se eles não me conhecem. Eu quero ouvir deles. Se você topar a gente vai.
>
> – Eu vou mandar colocar você na cadeia.
>
> – Se quiser, pode colocar.
>
> Deu uma hora da tarde e ninguém chegou a uma conclusão. O Braz passou e me chamou pra ir embora. Aí fomos para o comandante:
>
> – Toda vez que vocês fizerem uma denúncia como essa, vocês enviam primeiro aqui para o Comando do Rio Negro e daqui mesmo a gente responde. Não precisa enviar para Brasília.
>
> – Comandante, quase vinte anos atrás eu servi ao quartel. Sabe por que a gente não vai mandar por aqui? Quando a gente manda por aqui, vocês abafam e não acontece nada (Informação verbal[84]).

O relatório produzido por Dominique Buchillet foi integralmente acolhido no Parecer n. 010, de 22 de maio de 1992, da indigenista Isa Maria Pacheco Rogedo, e, posteriormente, aprovado pela Comissão Especial de Análise. Ainda em maio de 1992,

[84] Entrevista concedida por MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

o processo foi encaminhado pelo Presidente da FUNAI, Sidney Possuelo, para o Ministério da Justiça, quando já era ministro o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Célio Borja, com solicitação de revisão da demarcação das Terras Indígenas do Alto Rio Negro. Importante destacar que o período entre abril e outubro de 1992 foi bastante conturbado politicamente com as movimentações políticas em torno do processo de impedimento de Fernando Collor.

Os acontecimentos seguintes ao envio do processo ao Ministério da Justiça refletem, de um lado, a grande influência que setores militares exerciam no Governo de Itamar Franco, iniciado em dezembro de1992, e, de outro, as tensões estabelecidas no interior do próprio Estado em torno da demarcação das terras indígenas. Isso demonstra o quanto as mudanças no âmbito da burocracia estatal são lentas e não são pontuais, isto é, não estão somente relacionadas à mudança de um cargo, ou de uma instituição, mas exigem a reinvenção de um conjunto de estruturas para que possam ser efetivadas.

Mesmo sob pressão dos indígenas (ver Apêndices 7 e 8) e por parte de organizações internacionais, como a Survival International (Apêndice 9), levou aproximadamente um ano para que o Ministro da Justiça, Mauricio Corrêa, levasse a minuta de decreto de revisão da demarcação para a Presidência da República. O processo foi, então, submetido à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), uma derivante do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), que funcionava como secretaria executiva do Conselho de Defesa Nacional, órgão que substituiu o Conselho de Segurança Nacional. A SAE era, naquele momento, ocupada pelo Almirante-de-Esquadra Mário César Flores, público defensor da integração dos indígenas e crítico do processo de demarcação de Terras Indígenas.

Em parecer datado de setembro de 1993, a SAE defende as demarcações realizadas em 1988 e 1989 e argumenta que a definição de um amplo território para os povos indígenas estava baseada em uma política isolacionista previa o “repasse” de

áreas muito extensas para "populações relativamente pequenas". Tinham também preocupações relacionadas ao "fator político-estratégico relacionado com a presença de comunidades indígenas de igual etnia em ambos os lados da fronteira, por ensejar, no futuro, pressões internacionais para o reconhecimento de nação indígena independente" (Parecer nº 01/CPAE/SPP/SAE/PR, de 23/09/1993, p. 4). O parecer foi posteriormente respondido pela FUNAI, que destacou o desconhecimento da legislação vigente pela SAE. Destaca:

> Pretende o parecerista que os índios brasileiros irão constituir enclaves estrangeiros no seio do Território Nacional. Tal suposição faz prova de uma profunda ignorância da etnologia brasileira. Nossos índios, com sua organização sócio-política fragmentária, voltada para o nível da aldeia e baseada no prestígio pessoal, não têm a mínima disposição cultural para se organizarem em Estados independentes (Ofício 308/DAF/FUNAI de 9 de agosto de 1994).

Considerando-se a ausência de consenso entre os órgãos, a proposta do Ministério da Justiça não prosperou e a pauta só voltou a ser reavaliada em 1995, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando a Advocacia-Geral da União solicitou à SAE, agora sob comando do brigadeiro Archimedes de Castro Faria Filho, uma reavaliação da questão. A SAE, por meio da Nota Conjunta 001/95-CJU/SPP/SAE/PR, de 28/07/1995.

A chegada de Nelson Jobim ao Ministério da Justiça em janeiro de 1995 esteve cercada de controvérsias junto às organizações indígenas e indigenistas. O principal ponto de tensão era a pretensão, depois efetivada, de revisão do Decreto n. 22/1991, criando-se um novo regulamento para o processo de demarcação de Terras Indígenas, por meio do Decreto n. 1775 de 8 de janeiro de 1996, que previa um período de contestação no âmbito do processo demarcatório, abrindo brecha para que todas as terras indígenas já reconhecidas fossem formalmente questionadas. Na prática, as demarcações ficaram travadas até a edição do novo decreto. Em paralelo, tramitavam no Poder Legislativo algumas propostas de novas legislações visando a impedir o reconhecimento de terras indígenas na faixa de fronteira.

Em outubro de 1995, aproveitando-se da inauguração da unidade do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) em São Gabriel da Cachoeira, o Ministro da Justiça Nelson Jobim visita a sede da FOIRN. Na oportunidade, foi questionado sobre o andamento do processo de reconhecimento das terras, pelo que respondeu que não havia nenhuma interposição legal à demarcação de terras indígenas na faixa de fronteira, desde que o que denominou "teoria dos quatro círculos" estivesse contemplada. Essa teoria se baseia no entendimento, depois consolidado no Decreto 1775, pelo qual uma terra só poderia ser considerada indígena se contemplasse os quatro condicionantes definidos pela constituição – ser habitada em caráter permanente, ser utilizada para as suas atividades produtivas, ser imprescindível para a preservação dos recursos ambientais necessários e ao seu bem estar e ser necessária a sua reprodução física e cultural. Em suas palavras:

> Ser contíguo à fronteira, contínua ou não, depende da análise da situação de fato. Você tem a possibilidade de que algumas áreas indígenas sejam contínuas e outras descontínuas. Ou seja, se os quatro círculos se comunicam da continuidade, senão dá descontinuidade.

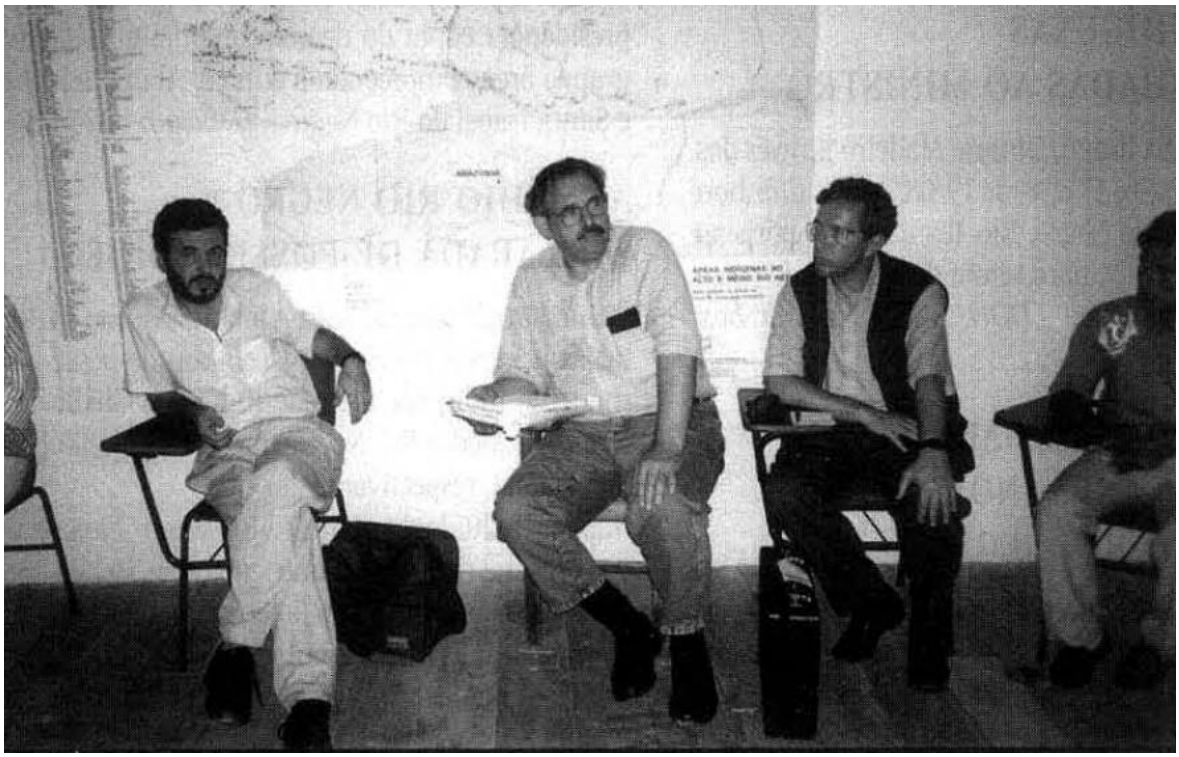


Figura 77 Visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, à sede da FOIRN. Fonte: Ana Laura Junqueira, 1995; Acervo FOIRN.

Enquanto a indefinição prosseguia em Brasília, a presença dos garimpeiros voltava a preocupar as lideranças indígenas. O ano de 1993 foi especialmente conturbado, com diversas comunicações dos líderes da FOIRN acerca da presença de 300 garimpeiros e colombianos no rio Traíra. No rio Içana, o garimpo do igarapé Peuá contava com aproximadamente cem garimpeiros na região da antiga pista de pouso da Gold Amazon. Em abril de 1993, cerca de 70 líderes indígenas e 30 garimpeiros trocaram tiros de espingarda e revólveres no Içana. A situação persistiu ao longo de 1994 e, no ano seguinte, algumas comunicações assinadas por Braz França para parceiros dão conta de um total de cerca de quatro mil homens invasores no rio Cauaburi e na Serra do Traíra.

Por outro lado, se confirmavam os receios de que o Projeto Calha Norte se destinava apenas ao aumento dos efetivos militares na Amazônia. O Jornal do Brasil noticiava em fevereiro de 1992 que quatro unidades hospitalares e um colégio agrotécnico com capacidade para 500 alunos construídos com recursos do Calha Norte estavam abandonados e deteriorando no Alto Rio Negro. Além disso, três barcos comprados pelo projeto encontravam-se parados na ocasião, pois foram comprados em tamanho maior do que os rios da região exigem, só sendo úteis no período de cheia. As lideranças mais ligadas aos militares já admitiam que o projeto não cumpriria as promessas feitas e já buscavam um alinhamento mais próximo à FOIRN, que, pouco a pouco, se fortalecia graças ao apoio da cooperação internacional e ao árduo trabalho de mobilização protagonizado pelas lideranças.

A necessidade de reconhecimento das terras se tornava cada vez mais evidente. Na IV Assembleia da FOIRN, realizada em abril de 1995, as lideranças reforçaram seu posicionamento de que os povos indígenas "nunca foram e nem serão ameaça e não contribuem para a internacionalização da Amazônia" e que, pelo contrário são "uma segurança a mais para a soberania do País". Reforçaram ainda sua defesa pelo "livre trânsito dos povos indígenas entre as fronteiras" (ver Apêndice 11). Nessa assembleia, aceitaram ceder uma pequena porção de terra no entorno de São Gabriel da

Cachoeira, reivindicada pelo Exército para a instalação de uma pequena central hidrelétrica para subsidiar as atividades do SIVAM. A hidrelétrica nunca chegou a ser construída, mas o aceite da proposta por parte dos indígenas serviu para desestruturar muitos dos argumentos dos militares de que os indígenas não queriam contribuir com o desenvolvimento do país.

Após inúmeros esforços das lideranças, entre dezembro de 1995 e maio de 1996, o então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, declarou de posse permanente e determinou à FUNAI a demarcação de cinco Terras Indígenas contíguas: Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Téa, Rio Apapóris e, por último, em 17 de maio de 1996, por meio da Portaria n. 301, a Terra Indígena Alto Rio Negro, com uma superfície de oito milhões e cento e cinquenta mil hectares. A notícia foi recebida com festa pelas comunidades, mas o trabalho não era considerado terminado, pois os decretos de 1988 e 1989 que haviam demarcado as áreas descontínuas continuavam vigentes e só poderiam ser revogados mediante novo decreto de homologação da terra indígena. Demarcar, portanto, mais que tudo era preciso.

Em 1995, o governo brasileiro havia recebido 22 milhões de dólares do governo alemão no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), para a demarcação de terras indígenas no âmbito da contrapartida dos países ricos para a preservação do meio ambiente, definida inicialmente na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. O Banco Mundial liberou outros 2,2 milhões de dólares, mediante o investimento de igual valor do governo brasileiro nas demarcações.

No âmbito do PPG7, como vertente indígena, foi desenvolvido O Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) como uma solução desenvolvida pela FUNAI para buscar dar conta do prazo constitucional estabelecido para que fosse concluída a demarcações das terras indígenas do país. No âmbito do programa, através da liderança do antropólogo Artur

Nobre Mendes, desenvolveu-se um modelo pioneiro para a demarcação das terras indígenas, que passou a contar com a participação ativa das comunidades.

A demarcação das terras indígenas sempre foi entendida como um procedimento demasiadamente técnico, no âmbito das competências do Estado, que consiste literalmente em estabelecer marcações físicas em pontos considerados estratégicos de uma área previamente reconhecida, de modo a servir de indicação de sua existência para eventuais invasores. Envolve, portanto, abertura de clareiras e picadas em meio à floresta, o rastreamento geodésico dos limites e dos pontos de referência, além da instalação de placas com a indicação da existência da Terra Indígena.

De forma inédita, a responsabilidade pela demarcação da Terra Indígena Alto Rio Negro foi assumida pela FOIRN, em parceria com a FUNAI e o ISA[85]. Uma empresa especializada ficou responsável pela abertura das picadas e pelo georreferenciamento dos marcos, enquanto os próprios indígenas decidiram quais seriam os pontos mais estratégicos para a colocação das placas e os melhores caminhos a serem percorridos para chegar até essas localidades. Enquanto realizavam esse trabalho, pesquisadores do ISA realizaram um levantamento de informações socioeconômicas que estaria voltado à composição de um plano de fiscalização e gestão do território. Esse modelo de demarcação ficou conhecido como "demarcação participativa" e tornou-se uma referência a ser replicada para outros locais. Na definição de Artur Mendes, nas demarcações participativas:

> No nível básico, garantimos que participem dos trabalhos de demarcação e promovam encontros e assembléias, pré e pós-demarcação, nas quais possam relatar os problemas enfrentados. Garantimos também que o pagamento das empresas de demarcação só seja feito após a aprovação do trabalho pelos índios, e não apenas pelos fiscais da FUNAI. Depois, há um nível em que a comunidade indígena trabalha mais diretamente na consolidação da demarcação física realizada por uma empresa, por meio seja da colocação de placas de sinalização, seja de uma participação mais direta, assumindo tarefas e responsabilidades antes conferidas somente às empresas de

[85] Para um detalhamento do processo de demarcação física das terras indígenas, consultar o relato de Beto Ricardo em "Dos petróglifos aos marcos de bronze" (RICARDO, 2001).

> topografia. A contratação destas para os trabalhos de medição e levantamento geodésico, contudo, foi mantida. Por fim, conservamos, embora sem muita clareza sobre os mecanismos que o viabilizam no Estado brasileiro, um nível de participação de autodemarcação, no qual os índios podem conduzir o processo em todas as suas etapas (MENDES, 2002: 40).

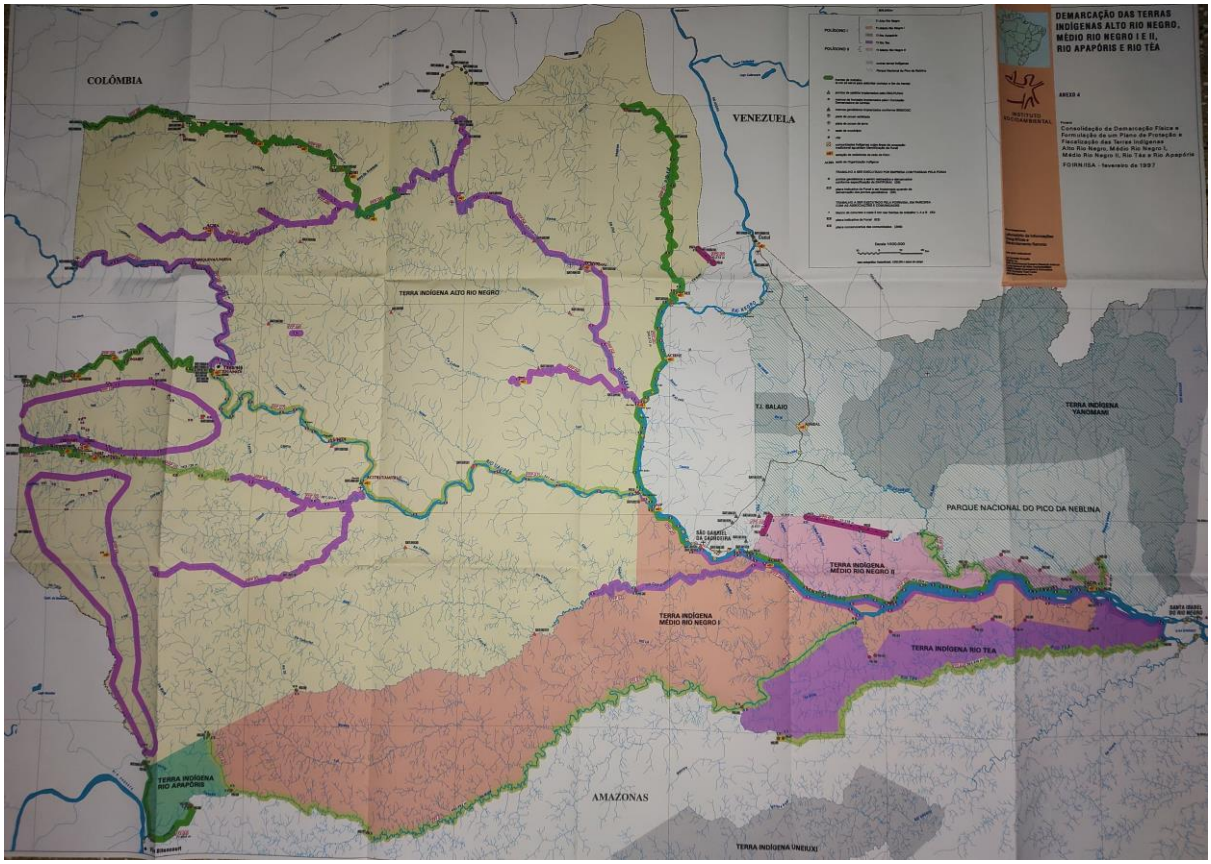


Figura 78: Plano de demarcação das Terras Indígenas Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Téa e Rio Apapóris com a localização das frentes de trabalho e da localização dos marcos. Fonte: Acervo do Instituto Socioambiental em São Gabriel da Cachoeira.

Concluídos os trabalhos de demarcação, em 15 de abril de 1998, a cerca de seis meses das eleições presidenciais, o recém-empossado Ministro da Justiça Renan Calheiros entregou aos indígenas os decretos de homologação das cinco terras indígenas demarcadas, no que foi considerada a grande vitória dos povos indígenas do Alto Rio Negro. Por ocasião da solenidade de entrega dos decretos, Braz França discursou do seguinte modo:

> Queremos que essa terra seja realmente o berço de sustentação econômica, política e administrativa dos povos indígenas. Queremos que essa terra, essa população seja sujeito de um progresso, que sejam

> também participantes efetivos do desenvolvimento de nossa própria sociedade, daquilo que tanto ansiamos para nosso futuro, para garantia do nosso futuro. Para tanto, então, não se encerra aqui a luta dos povos indígenas. A luta dos povos indígenas começou, chegou a seu ponto e tem ainda sua longa caminhada para uma verdadeira conquista na área social, na área de segurança realmente dos povos indígenas e da população que dela participa (Informação verbal[86]).

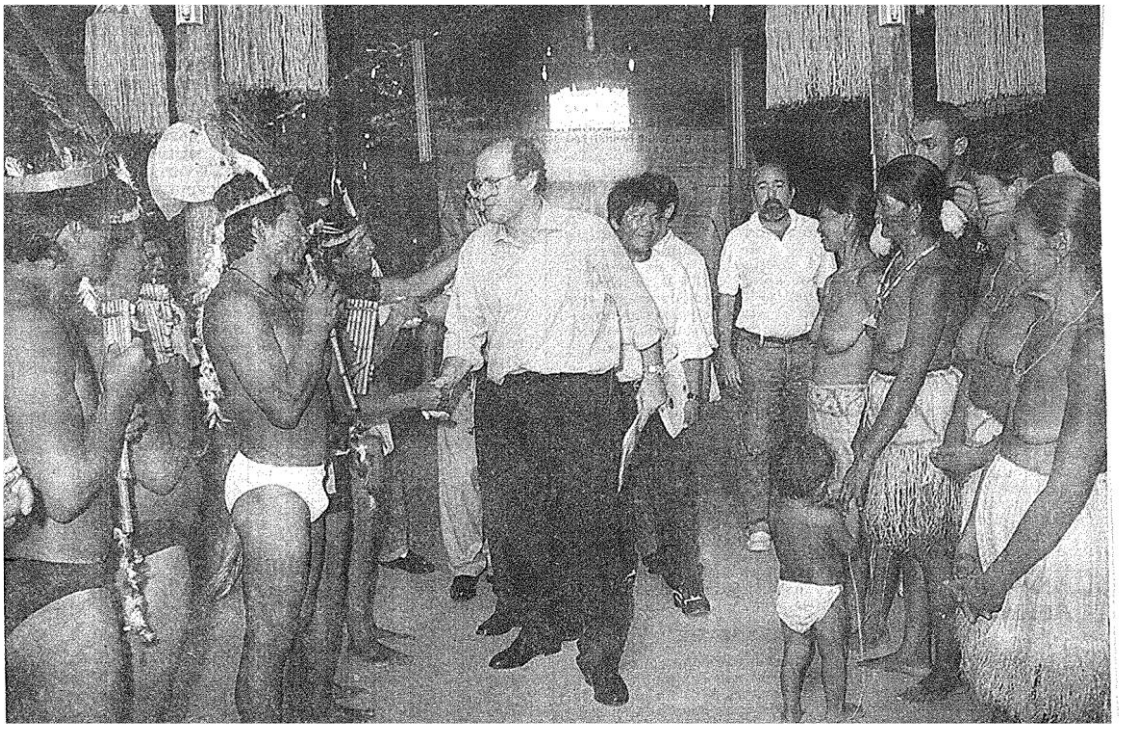


Figura 79: Entrega dos decretos de homologação pelo então Ministro da Justiça, Renan Calheiros. Fonte: Jornal A Crítica, 16/04/1998.

As palavras proferidas pelo então presidente da FOIRN indicam o quanto o momento da demarcação do território foi compreendido pelas lideranças como um ponto de inflexão importante na trajetória do movimento indígena. A concretização do projeto de maior estabilidade territorial não dependia apenas da formalização da posse indígena, mas de um amplo processo de concretização dos direitos fundamentais conquistados na Constituição de 1988, o que só se poderia construir a partir de um conjunto de ações voltadas à consolidação do movimento indígena como um intermediário importante entre os indígenas e o Estado.

[86] Discurso realizado feito por Braz França e transcrito por Beto Ricardo (RICARDO, 2001: 252).

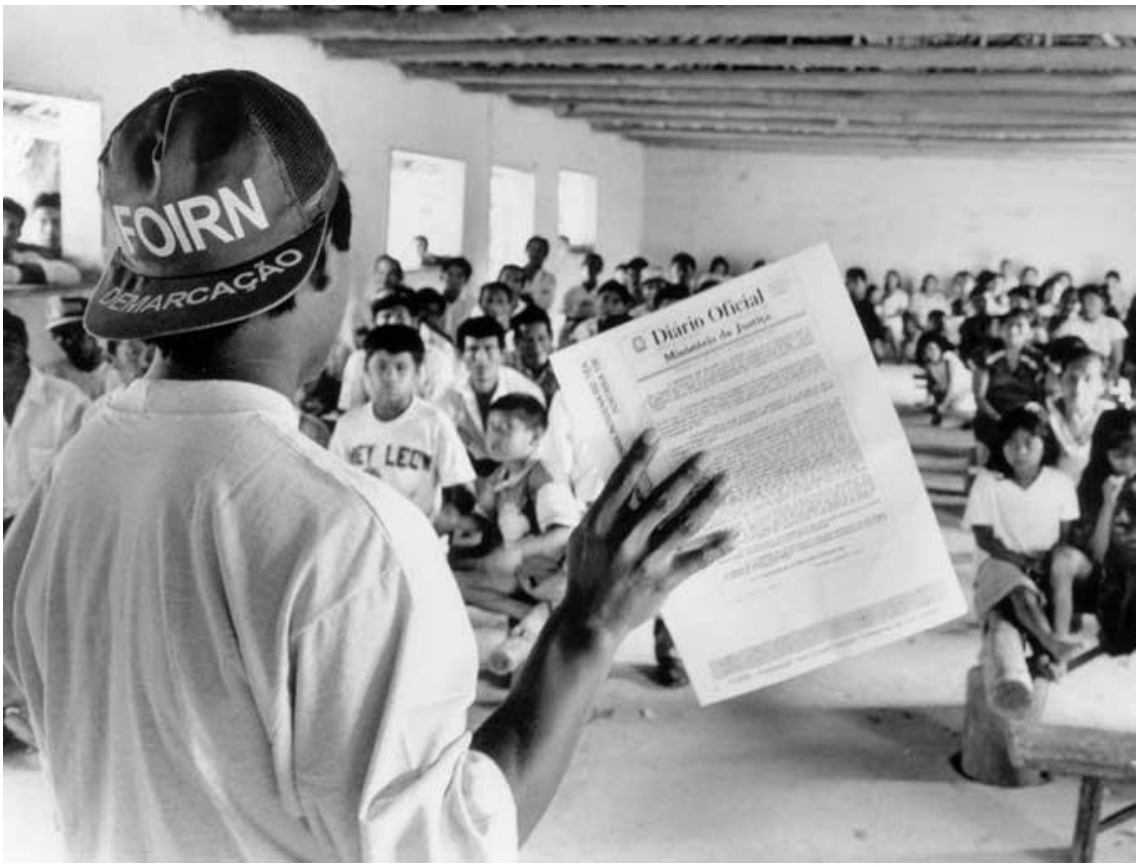


Figura 80: Liderança apresenta o decreto de homologação da demarcação da Terra Indígena Alto Rio Negro. Fonte: Acervo FOIRN.

Tendo, portanto, aprofundado alguns aspectos das diferentes situações territoriais a que os povos do Alto Rio Negro buscaram superar, cabe refletir sobre duas dimensões importantes do processo de territorialização: primeiro, aprofundar um pouco mais o projeto de autonomia indígena incutido na proposta de reconhecimento do território contínuo e, depois, indagar quais são os dilemas atualmente enfrentados pelos povos indígenas na gestão da nova situação geográfica caracterizada pelo desafio de gerir as terras demarcadas. É o que faremos no próximo capítulo.

Capítulo 7
GESTÃO INDÍGENA DO TERRITÓRIO PARA "VIVER MELHOR"

> *Ao lado das demarcações imediatas de nossas áreas, reivindicamos ainda projetos econômicos discutidos previamente pelas nossas comunidades e administrados pelas mesmas, para que possamos ocupá-las produtivamente por conta própria e segundo os nossos costumes e tradições. (...) Queremos implantar Planos Integrados de Saúde em nossas nações indígenas, pois passamos por precárias condições de saúde e são alarmantes em nossas áreas, queremos médicos e enfermeiras competentes, que organizem vacinas preventivas em nossas áreas e que preparem e adestrem os próprios índios da região, para sermos agentes de saúde de nossas comunidades e irmãos, porque temos mais compromisso com eles. Queremos também planos integrados de educação e que sejam realizados pelos próprios índios e com materiais didáticos que falem sobre as nossas próprias realidades, não esquecendo de uma educação bilíngue e que dê maior autonomia para as nossas populações. Queremos também planos de abastecimento, para que juntos, comunidade indígena e governo, possamos coibir o estado de desnutrição que passam nossas comunidades indígenas do Alto Rio Negro. Reivindicamos que o Governo de V. Excia., nos dê condições para frequentarmos as universidades, independentes das normas exigidas pelo exame vestibular.*
>
> Ofício da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN, de 05/06/1987, ao Presidente da República, José Sarney

A epígrafe acima destaca o quanto a reivindicação pelo território esteve, desde as suas primeiras manifestações, vinculada a uma perspectiva política assentada na negociação junto ao Estado por melhores condições de vida mediante o acesso a políticas públicas e serviços básicos. Se, por um lado, as demandas por reconhecimento territorial apontam para um certo estatuto de formalização da presença e da posse indígena de seus territórios por parte da burocracia estatal, por outro, estiveram indissociavelmente comprometidas com um

projeto de autonomia, horizonte político referido recorrentemente por diversas lideranças do Alto Rio Negro. De fato, após a homologação das demarcações, o movimento indígena rionegrino experimentou relevantes experiências de gestão territorial que merecem um esforço analítico que permita compreender de que autonomia (principalmente, em seu componente territorial) falam os povos indígenas e, ao mesmo tempo, vislumbrar os desafios e dilemas envolvidos na gestão desta nova situação por eles projetada, esperada e construída.

Essas experiências são demonstrativas dos esforços indígenas para se inserirem na esfera governamental, inicialmente por meio da ideia da participação (SOUZA LIMA, 2015) e mais recentemente por meio da disputa por cargos eletivos. Nesse percurso, buscando um trajeto contrário do projeto colonial, os indígenas têm optado por um tipo muito próprio de insurgência, baseado numa proposta de autonomia assentada em pressupostos que se aproximam de uma perspectiva agonista:

> Vislumbrada a partir da óptica do "pluralismo agonístico", o propósito da política democrática é construir o "eles" de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão (MOUFFE, 2016: 174).

Ao contrário de colocarem-se como inimigos ou antagonistas, as lideranças indígenas têm empenhado esforços para que sejam compreendidos como adversários legítimos, porque compartilham dos valores democráticos e pluralistas em que se assenta a Constituição brasileira. Reivindicam, portanto, que sejam escutados e considerados nos conflitos em que se encontram inseridos. Importante lembrar que, por longo período, como aponta Marison de la Cadena (2019 [2010]), os indígenas não eram considerados "sequer dignos do estatuto de inimigo" (p. 12), uma vez que, pela proximidade da Natureza (silvícolas, como largamente difundido pelo Estado brasileiro), continham pouco de humanidade. Por meio de uma "política étnica organizada" (LA CADENA, 2019 [2010]: 6), as lideranças de hoje fazem política em seu

sentido mais democrático, no sentido de constituir "práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituais" (MOUFFE, 2016: 176).

É nesse contexto que se inserem as práticas de gestão que vêm se difundindo entre os povos indígenas. Mobilizadas nas relações entre os indígenas e seus assessores, como veremos ao longo do capítulo, os planos têm se tornado uma materialização do anseio por maior autonomia, acompanhada, paradoxalmente, de uma crescente participação nas esferas estatais:

> O novo regime de poder em que a participação é um imperativo coloca desafios variados, tem limitações, se entretece com as formas tutelares e coloca a necessidade de se conhecerem, de ângulos variados, as ações governamentais incidentes sobre os povos indígenas, contando ou não com sua presença efetiva nas etapas de formulação e implementação. Mas, por outro lado, tal regime oferece oportunidades que no século precedente não estavam disponíveis, e uma crescente autonomia ao menos em relação aos poderes locais, ainda que à custa de muitas mudanças (SOUZA LIMA, 2015: 451).

Neste capítulo, procurarei demonstrar como o movimento indígena do Alto Rio Negro, por meio da FOIRN, desenvolveu uma trajetória importante no sentido da consolidação de um projeto político de autonomia por meio de uma *gestão indígena do território*, isto é, de um conjunto de esforços coletivos para garantir um projeto de desenvolvimento de formas de "viver melhor" (LUCIANO, 2011) em bases comunitárias. Destacarei, em primeiro lugar, os planos elaborados para a gestão do território demarcado, mas, em seguida, procurarei demonstrar o quanto esses documentos encontram-se inseridos em um projeto mais amplo de autonomia, que tem a territorialização como instrumento privilegiado. Por fim, apresentarei algumas tendências e desafios contemporâneos para essa *gestão indígena de territórios*.

Projeto indígena de autonomia

Nos capítulos anteriores, destacamos o papel da Constituinte de 1987-1988 na configuração de um novo estatuto jurídico para os povos indígenas e sua importância

na superação do poder tutelar no âmbito do Estado e da sociedade, o que envidou um conjunto de transformações no âmbito das organizações indígenas que, reconhecidas formalmente, passaram a disputar o protagonismo na configuração de uma nova cidadania indígena. A Constituição representou ainda o ponto culminante de um amplo processo de superação do estatuto da tutela em que se empenharam as lideranças indígenas e outros segmentos da sociedade nacional, com destaque para a Igreja inspirada na Teologia da Libertação e para organizações da sociedade civil empenhadas na assessoria às comunidades.

A substituição do estatuto formal da tutela para cidadania indígena, entretanto, não significou o desaparecimento do poder tutelar, que persiste em diferentes contextos e, sobretudo, nos procedimentos estatais e por meio das ações de entidades que, pouco a pouco, foram assumindo determinadas funções que se assemelham à prática de Estado. Antônio Carlos de Souza Lima (2010) tem chamado a atenção para a tendência de "tecnificação" das lideranças indígenas para atender às demandas por sustentabilidade e desenvolvimento priorizadas pelas organizações que ele denominou "de intervenção indigenista" (p. 15), isto é, organizações não-governamentais, normalmente mantidas por meio de vultosos recursos da cooperação internacional.

O próprio autor salienta, entretanto, que não se pode deixar de reconhecer a importância do processo vivenciado pelas lideranças indígenas junto às ONGs:

> É importante ressaltar que na crítica que muitos fazem à suposta "burocratização" das organizações indígenas deixa-se de lado o quanto de aprendizado muitas delas obtiveram ao longo deste período: mesmo se não foram atingidos patamares ideais de organização e transmissão de capacidades pelos agentes de governo aos integrantes de organizações indígenas e a presença de ONGs foi fato essencial, os povos indígenas não deixaram de colher importantes frutos nos mais variados planos, em especial o da lenta libertação das formas tutelares de poder de Estado. O que se engendrou em séculos de colonização, e quase um século de ação de um Estado republicano, não poderia ser revertido, seja por indígenas ou não indígenas, da noite para o dia. Nunca é demais lembrar: o Brasil é um país historicamente escravista, onde formas de compulsão extraeconômica ao trabalho vigem até hoje, e erigiu-se enquanto Estado Nacional sobre o genocídio e o etnocídio de povos indígenas sem conta (SOUZA LIMA, 2010: 40).

No Alto Rio Negro, é possível verificar que esse processo possui nuances importantes que precisam ser consideradas. Primeiro, porque a documentação disponível e o relato das lideranças apontam a expectativa por desenvolver uma proposta de desenvolvimento para a região muito antes da chegada desses parceiros externos. Depois, porque as iniciativas de planejamento territorial e desenvolvimento executadas desde o final da década de 1990 e nas duas décadas seguintes foram permeadas por reavaliações e reconsiderações por parte das lideranças, sempre empenhadas em um projeto de autonomia que restringiu o papel do ISA à de "assessor" e depois de "parceiro". Por fim, porque é preciso considerar a dimensão espacial nessa análise. A avaliação do contexto político da década de 1980 até hoje não pode ignorar as profundas mudanças espaciais vivenciadas pelos povos indígenas no Brasil, desde o crescente deslocamento para as cidades, o acesso aos bens e tecnologias do meio urbano, as consequências da escolarização fora das aldeias e as transformações nas escalas de articulação política do movimento indígena. Precisa-se ainda considerar a complexa rede de associações conformada no Alto Rio Negro, que se constitui hoje como uma base política que enseja um conjunto de desafios para sua sustentação.

O projeto indígena visando ao futuro de seu território buscou responder às expectativas de uma nova situação em que eles tivessem autonomia interna suficiente para garantir condições melhores de vida para as atuais e futuras gerações e, ao mesmo tempo, serem reconhecidos como sujeitos políticos qualificados perante o Estado brasileiro. Será uma reflexão importante para discutir a territorialização para além da internalização de uma base física reconhecida estatalmente por uma coletividade organizada, ou seja, como processo socioespacial de redefinição do futuro que permite aos seus mobilizadores assumirem novas posições no jogo político onde se disputa a mudança espacial.

Analisado por Gersem Luciano (2011), liderança baniwa de grande importância para a trajetória da FOIRN esse projeto de autonomia[87] foi guiado por quatro objetivos principais dos povos indígenas presentes no imaginário das lideranças. O primeiro seria a busca de reconhecimento por parte do Estado quanto a sua existência e aos seus modos próprios de ser e viver. Depois o anseio de alcançarem maior protagonismo indígena em tudo que lhes diga respeito, superando as relações de tutela e dependência. O terceiro objetivo seria o alcance da plena cidadania brasileira sem a necessidade de abdicar de seus modos de vida e suas culturas. E, por fim, o quarto seria alcançar considerável grau de autonomia de vida em seus territórios nos marcos da organização do Estado brasileiro (LUCIANO, 2011).

Esses objetivos evidenciam que os propósitos de autonomia dos povos indígenas não se baseiam em uma ruptura completa com o Estado, mas no reconhecimento do direito de definir os rumos de suas vidas em seus territórios, sendo respeitados em relação a projetos e iniciativas que possam afetá-los direta ou indiretamente, inclusive com o poder de veto, se preciso for. Ao refletir sobre essa perspectiva de autonomia desenvolvida pelos povos indígenas em alguns contextos latino-americanos, Marcelo Lopes de Souza (2017) destaca que se trata de esforços para garantir "o direito (devidamente expresso territorialmente) de autodeterminação em face de poderes, grupos sociais e sociedades estranhos ao grupo local/regional" (p. 373), ainda que nesses contextos possam ainda persistir práticas do poder heterônomo por meio, por exemplo, da diferenciação entre clãs[88]. Seria obviamente uma

[87] É preciso assumir, desde o princípio, a limitação de se referir a um projeto único de autonomia para o Alto Rio Negro, tendo em vista a enorme diversidade de povos existentes. Entretanto, é inegável que esses povos, a partir da estratégia do território contínuo, assumiram o compromisso de trabalharem em conjunto, compondo uma rede integrada de mobilização. De modo algum, desconsidero a diversidade interna de visões de autonomia e concordo com Marcelo Lopes de Souza quando entende a autonomia como "referencial político dinâmico, porquanto valorizado e apropriado por insurgentes e resistentes diversos, em condições histórico-geográficas distintas" (SOUZA, 2017: 376).

[88] Embora Marcelo Lopes de Souza (2017) aponte distinções entre a proposta de autonomia dos movimentos indígenas e os pressupostos teóricos autonomistas dos autores anarquistas, ele destaca a importância do manejo instrumental, pelos movimentos sociais, da relação com o Estado como um

romantização inconveniente pressupor que, por conduzirem uma proposta política de autonomia, os indígenas estariam livres de relações heterônomas de poder. O que temos vislumbrado nos últimos anos no Brasil é que, de fato, as sociedades indígenas têm dado muitos exemplos de seu compromisso com relações sociais horizontais e com formas políticas de decisão comprometidas com a construção de consensos.

Refletindo sobre o movimento do povo Pasto, na fronteira entre a Colômbia e o Equador, Claudia Carrión Sánchez (2018) propõe a autonomia indígena como a "progressiva construção de um poder próprio" que, além da luta por condições justas de integração no campo estatal, busca "ir colocando as bases, junto com os demais setores sociais, de um novo país e de um novo Estado, sem exclusivismos, com a participação de todos" (p. 182). Não se trata, portanto, de movimentos emancipatórios, como temiam os militares em suas teorias geopolíticas da segunda metade do século XX, mas da constituição de uma "forma de poder diferente dentro do Estado" (CARRIÓN SANCHEZ, 2018: 184), comprometida necessariamente com a sua modificação e transformação.

Héctor Díaz-Polanco (1998), grande estudioso dos movimentos por autonomia indígena na América Latina, explica que o conceito de autonomia está relacionado indissociavelmente à noção de livre-determinação. O pressuposto assumido pelos movimentos indígenas latino-americanos é de que indígenas constituem "povos", figura jurídica à qual o direito internacional atribui o direito à livre-determinação. Ele alerta que, mesmo nos movimentos que reivindicam maior autonomia, como é o caso

---

elemento tático fundamental para que atinjam seus objetivos: "É impossível, sem dúvida, edificar uma sociedade autônoma somente 'afastando-se' do Estado o mais possível (...), sem *afrontá-lo* e *combatê-lo diretamente*... A questão, sem resvalar para o velho estadocentrismo, é a de saber combinar o *apesar do Estado* com o *contra o* Estado da maneira mais radical e fecunda possível – sem esquecer da habilidade de, quando for conveniente e factível (isto é, quando não estiverem envolvidos seríssimos riscos de cooptação, enquadramento e proliferação do oportunismo), lançar mão do *com o* Estado, como o eventual acesso a fundos públicos ou a de tentar exercer alguma influência sobre a produção legislativa estatal, na qualidade de um expediente tático" (SOUZA, 2017: 368, ênfases no original).

do zapatismo, não se espera a ruptura completa com o Estado[89]. Em alguns vizinhos sul-americanos, os povos indígenas têm alcançado diferentes experiências de autonomia frente ao Estado, com destaque para a Colômbia onde a Constituição de 1991 previu o repasse de recursos públicos que passariam a ser administrados pelas próprias lideranças indígenas, numa experiência bem distinta da brasileira, onde os indígenas precisam conviver com uma estrutura estatal exógena, mediada por uma municipalidade nem sempre comprometida com o atendimento de suas necessidades e com instituições nacionais frequentemente cooptadas por interesses relacionados à exploração predatória de recursos naturais, ao avanço do agronegócio e com a contenção dos direitos indígenas.

De volta ao Rio Negro, a síntese proposta por Gersem Luciano (2011) ajuda a traduzir o projeto de autonomia: a luta por liberdade interna ou autogovernança e a liberdade de acesso ao mundo branco. Trata-se de um enfrentamento ao velho indigenismo e do ideal de estabelecer as condições para um desenvolvimento autônomo, mediante o compromisso e garantia de não rompimento com o Estado nacional. Não à toa, nos documentos formais, os indígenas referem-se sempre à autonomia étnico-comunitária ou etnoterritorial com receio de interpretações de governantes e militares, principalmente no que diz respeito ao separatismo:

> Particularmente os povos indígenas do Alto Rio Negro, no campo de luta por autonomia, lutam por reconhecimento de direitos políticos, econômicos e socioculturais por parte do Estado brasileiro, pelo reconhecimento e garantia de participação nas tomadas de decisões que afetam suas vidas e a vida da sociedade nacional e pela garantia de poder planejar e implementar livremente seus processos de

[89] Como pode-se verificar em comunicação do Exército Zapatista de Libertação Nacional: "Não basta que as comunidades indígenas se associem nos municípios e que o façam para coordenar as suas ações. São necessários órgãos autônomos que, sem serem exclusivamente indígenas, **façam parte da estrutura do Estado** e rompam com o centralismo. (...) Esta autonomia deve incluir o reconhecimento do território dos povos indígenas e o estabelecimento dos seus próprios governos, para que os povos decidam sobre a sua economia, a administração da justiça e o controlo da sua segurança interna, definam o seu regime agrário e resolvam os seus conflitos em seus próprios termos. (...) No entanto, **a autonomia não implica que o Estado deixe de ter responsabilidade perante estas entidades**, que terão direito a fundos públicos de compensação e outros que correspondam aos povos indígenas, para serem exercidos de acordo com os seus planos e estrutura governamental" (EZLN, 1997: 50, ênfases nossas).

> desenvolvimento social, cultural, econômico e político, no âmbito do Estado. Com isso, fica claro que a autonomia buscada hoje por esses povos se limita à autonomia étnico-comunitária e etnoterritorial, no sentido de que as comunidades e os povos tenham a garantia de continuarem vivendo livremente em suas comunidades e em seus territórios, de acordo com seus costumes, tradições e mudanças decididas livre e autonomamente por eles (LUCIANO, 2011: 304).

Arrisco propor que as experiências negativas com a gestão estatal direta sobre o território do Alto Rio Negro, intensificada, como foi visto, na segunda metade do século XX, levou as lideranças a desenvolverem novas "práticas de governo" (FOUCAULT, 2008a [1978]: 124) que desafiaram as estruturas estatais em diferentes escalas no sentido de buscar horizontalizar as relações de poder:

> Os nossos ancestrais sempre nos ensinaram como devemos viver bem, em plena harmonia com outros seres viventes dessa terra mãe. É preciso aliar isso às ferramentas atuais sem deixar que estas desconsiderem esses ensinamentos. Até 60 anos atrás a gente não tinha preocupação com a sobrevivência. O futuro estava garantido na natureza, agora mudou. Temos que pensar em economia, produzir para ganhar um pouco de dinheiro, há despesas de escola, roupa, sabão, sal. O tempo passa e o mundo se transforma, a sociedade se moderniza. Temos que acompanhar esses ciclos de evolução. Por conta dessas situações é que existem essas políticas, esses PGTAs. Não é que ele vai nos ensinar a ser índio. É para que possamos entender o que o governo pensa e saber dialogar com ele (Braz França, para a introdução do PGTA-Wasu, 2021).

A tradução espacial desse projeto de autonomia, em grande medida, ocorre por meio da ideia de "bem viver", de uso recente no movimento indígena brasileiro e frequentemente mobilizado pelas lideranças como uma concepção desejada a respeito da organização social e econômica nas terras indígenas. Originária dos povos andinos, mais especificamente do termo em kíchwa *sumak kawsay*, normalmente traduzido, no contexto equatoriano, como *Buen vivir*, cuja melhor tradução seria "bom viver". O termo também é mobilizado na Bolívia como *Vivir Bien* e foi largamente apropriada pelos movimentos sociais brasileiros como "bem viver" (ACOSTA, 2016). O bem viver configuraria justamente uma filosofia política afirmada na contraposição à ideia capitalista do "viver melhor", isto é, à busca desenfreada por condições mais

satisfatórias de vida. Significa a busca da plenitude da vida local, equilibrada e sustentável como elemento fundamental da garantia da vida digna para todos. Trata-se, portanto, da oposição aos conceitos capitalistas da modernização e da vida urbana como melhores soluções para a conquista de condições de vida dignas.

A experiência do Alto Rio Negro demonstra que os indígenas foram colocados diante desta dualidade em algumas situações ao longo de suas trajetórias. Entretanto, no contexto das discussões em torno do melhor modelo jurídico a ser adotado para o reconhecimento de suas terras, essa questão se tornou o centro das discussões. O enfrentamento em torno de projetos possíveis para a região e do que seria o seu futuro nesse contexto mobilizou dúvidas quanto às vantagens e desvantagens de adesão à modernidade, à possibilidade de desenvolvimento da agricultura de mais larga escala, a mecanização da produção, a intensificação da extração mineral etc.

As respostas vieram por meio da elaboração do território contínuo, mas também por inúmeras (re)mobilizações espaciais, orientadas para garantir melhores condições de acesso às oportunidades representadas pela oferta de educação, saúde e acesso a produtos industrializados que passaram a ser incorporados no âmbito de uma lógica intercultural de garantir direitos e consolidar uma proposta nova de articulação com o Estado. Podemos dizer que o "bem viver" foi reinterpretado pelos povos do Alto Rio Negro como perspectiva política a partir da experiência dos povos latino-americanos, em um esforço de reconhecer em sua história e nas trajetórias de seus antepassados elementos que justificam a sua atualização no âmbito dos instrumentos políticos do movimento indígena. Nas palavras de André Baniwa, liderança do Rio Içana:

> Os indígenas de outros países entenderam rapidamente o direito intercultural ou multicultural, por isso lutaram e conseguiram incluir o bem viver e o viver bem em suas constituições. Estes são conceitos da política dos povos indígenas na América Latina, portanto, devem ser bandeira de luta também em nosso país (FERNANDO BANIWA, 2019: 14).

Essa "bandeira de luta" é também interpretada como um horizonte desejável de tranquilidade imaginada em torno de um mundo indígena configurado pela autonomia necessária para a reprodução de práticas consideradas necessárias para o bem-estar de todas as pessoas com a devida interlocução, nos limites estabelecidos pelos próprios indígenas, com os elementos do mundo dos brancos:

> Na língua Baniwa, "*bem viver*" é "*matsia peemaka*", sendo que "*bem*" significa "*matsia*"; e "*viver*" significa "*peemaka*" ou "*peemakaa*". O que, retraduzido seria "*bem-ficar*", "*bem-conviver*", "*bem-ter*", "*bem-imagem*", "*bem-humano*", "*bem-exemplo*", "*bem-trabalhador*", "*bem-cultura*", dentre outros. Estas coisas, segundo a cultura Baniwa, só acontecem com conhecimento, arte e sabedoria, *ianhekhetti* em Baniwa, que são consequências de atos, ações e práticas do dia a dia. (...) Estão em nossas raízes, em nosso sangue, e agora queremos compartilhá-los entre nós mesmos, com os outros povos, com o Estado e com a nação brasileira. É assim que devemos seguir no mundo de hoje, buscando entendimento e conhecimento por meio da valorização da interculturalidade, em nossas vidas, nas comunidades, no município, no Brasil e em outros países (FERNANDO BANIWA, 2019: 33, ênfases no original).

A filosofia do bem viver, portanto, está presente nos projetos indígenas como representação de um ideário de uma vida digna, coerente com os seus desígnios, mas comprometido com o diálogo intercultural necessário para viabilizar a sua reprodução, inclusive política, no âmbito da sociedade brasileira.

De fato, se o bem viver se constitui como referencial político, social e ambiental presente no discurso e na prática política dos povos indígenas, os indígenas têm conhecimento do quão distantes estamos da concretização deste referencial societário almejado. É nesse contexto que proponho aprofundarmos a compreensão dos processos de constituição de uma gestão indígena do território como a ferramenta possível para a superação dessa distância. Tensionam, portanto, o ideal do bem viver com os limites da viabilidade por meio de prioridades duramente negociadas no âmbito do jogo socioespacial em que estão inseridos.

É nesse contexto que o conceito de "gestão" passa a ser ressemantizado para abrigar o conjunto de expectativas dos povos indígenas em relação ao cumprimento

das políticas públicas, ao exercício do controle social sobre a ação estatal e à possibilidade de comunicar com maior eficácia seus problemas e suas expectativas, como veremos no item a seguir.

Gestão indígena do território

Partindo da noção de governo como forma correta de "dispor as coisas" para que "por um certo número de meios, esta ou aquela finalidade possa ser alcançada" (FOUCAULT, 2008a [1978]: 131-132), podemos inferir o caráter de movimento, deslocamento inerente à ideia, vinculada à necessidade de assegurar a sobrevivência da população e, consequentemente, do Estado. Tem, portanto, um sentido moral – conduzir, dirigir alguém – e um sentido relacional, no sentido de relações de chefia e subordinação para o controle dos outros. Trata-se de conceito associado à modernidade e a governamentalidade dos Estados modernos.

Bertha Becker propõe que a gestão, por sua vez, é originalmente associada à Modernidade e à perseguição cientificamente calculada de objetivos estratégicos, sobretudo econômicos:

> Gestão é efetivamente um conceito da modernidade. Como prática do poder no espaço cientificamente formulada e tecnicamente exercida. A gestão é um conceito que integra elementos da administração de empresas e elementos da governabilidade (Foucault, 1979), integração que, no caso da corporação estatal, se torna extrema (BECKER, 1988: 87).

A gestão seria caracterizada por ser constituída de estratégias cientificamente calculadas no espaço-tempo, configurando-se como dimensão objetiva da reprodução da racionalidade estatal. Estaria, portanto, imbuída de uma perspectiva geopolítica no sentido de uma projeção geopolítica dos objetivos estatais no sentido de alcançar as metas de soberania e desenvolvimento.

Seguindo o entendimento da gestão como prática estatal, Costa (2013 [1988]) apresenta o conceito de *políticas territoriais*, entendendo-as como qualquer atividade estatal composta por "uma dada concepção do espaço nacional, uma estratégia de

intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas" (p. 13).

A partir de perspectiva teórica distinta, Roberto Lobato Corrêa (1987) propõe que a gestão do território seria o "controle da organização espacial, envolvendo a sua própria gênese e o curso de suas transformações" (p. 1), apontando que, na sociedade de classes, teria como finalidade manter ou ampliar as diferenças. Essa perspectiva é aprofundada pela geógrafa Fany Davidovich (1991), que destaca a ideologia produtivista por detrás do conceito, normalmente associado a tentativas de homogeneização, em escala planetária, do crescimento econômico como um fim em si mesmo. Fany já apontava que essa tendência conflitava com as resistências que partiam de "diversos segmentos da sociedade: são as manifestações culturais, étnicas e religiosas, são os movimentos sociais na cidade e no campo" (p. 8).

Apesar de muito difundido na esfera estatal, verifica-se que o conceito de gestão foi pouco explorado pelos geógrafos que, no entanto, se dedicaram à discussão mais ampla do ordenamento territorial e seu desdobramento em contextos urbano-regionais e ambientais. Contudo, é inegável a vinculação do conceito de gestão com a perspectiva moderna da orientação dos fins estratégicos dos Estados, o que, na segunda metade do século XX se manifestou por meio das políticas de desenvolvimento regional, e, mais recentemente, vem sendo instrumentalizada para fins privatistas no âmbito do apogeu do neoliberalismo e das práticas de planejamento estratégico.

O novo elemento colocado para a discussão sobre a gestão do território é que novos sujeitos vêm se apropriando dessa tecnologia de governo e reelaborando as suas bases, agora não mais vinculadas exclusivamente ao território estatal, mas à diversidade de territórios de povos e comunidades, alguns deles ainda não oficialmente reconhecidos. Essa apropriação é caudatária de um conjunto de esforços no sentido da atração e da redistribuição do poder estatal, em um processo de

empoderamento desses sujeitos políticos em sua tentativa de viabilizar a multiterritorialidade que caracteriza sua existência.

Trata-se, portanto, de um conceito que vem sendo reelaborado quanto aos seus significados e quanto à prática pelas organizações indígenas no sentido de um processo de reflexão sobre os desafios, demandas e propostas e as melhores formas de organizá-las no plano interno (entre as comunidades) e externamente (com as diferentes instâncias de governo estatal). Fortalece-se, assim, a dimensão relacional do território como ente mobilizador de um processo permanente de encontrar soluções para a vida em comum.

Interessante notar que essa "tradução" do conceito de "gestão", como bem observou Aline Iubel (2019), permitiu aos indígenas incorporá-lo principalmente no sentido de um trabalho colaborativo, compartilhado, de pensar uma existência comum, como explica André Baniwa, liderança do rio Içana, referindo-se à experiência de composição do Plano de Gestão Indígena do Território do Alto Rio Negro:

> O significado da palavra "Plano" em Baniwa é "wadzeekatawa", traduzindo de Baniwa para língua portuguesa é "para fazermos". Assim se traduzirmos a extensa frase do "PGTA", a palavra seguinte é "de" em Baniwa também tem sentido como "linako", ou seja, "sobre". A palavra "Gestão" refere-se ao "ideenhikhetti", ou melhor, "trabalhar". A palavra "Territorial" em Baniwa é "Wahipaite", ou seja, "nossa terra". O "e" é "nheette" em Baniwa não tem diferença da língua Portuguesa. A palavra "ambiental" significa "weemakawa". Em resumo, a frase do "PGTA" depois de sofrer tradução intercultural em Baniwa fica seguinte frase: "Wadzeekatawa ideenhiketti linako wahipaite nheette weemakaawa liko nako". Ou seja, em língua Portuguesa fica assim: "Para fazermos e trabalharmos sobre a nossa terra e no local onde moramos". (André Baniwa para o blog do povo Baniwa e Koripako, s/d.[90]).

Ao nos referirmos, portanto, aos esforços de desenvolvimento de planos de gestão territorial e ambiental por indígenas de todo o país, não podemos desprezar a

[90] BANIWA, André. Traçando o Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Território Tradicional do povo Baniwa e Koripako. Disponível em: https://walimanai.wordpress.com/pgta-baniwa/, acesso em 12 fev. 2024.

necessária tradução intercultural do que seja *gestão* em cada realidade e os diversos usos e finalidades atribuídos aos instrumentos produzidos por cada coletividade. Podemos falar, então, que não se trata de uma gestão indígena, mas de *gestões indígenas do território*, que merecem ser acompanhadas pelos geógrafos com seriedade, pelo grande potencial transformador que nelas está incutido, seja pelos caminhos indicados pelos povos indígenas, mas sobretudo porque apontam para novas formas de distribuição do poder, se constituindo como planos desde abaixo, isto é, instrumentos de planejamento que brotam do chão das comunidades e, portanto, podem indicar novos caminhos para os problemas que afetam o ordenamento territorial em diferentes escalas, inclusive nos contextos chamados não indígenas.

Os instrumentos de gestão territorial pensados e produzidos pelos povos indígenas vem se difundindo no Brasil nas últimas décadas. Esse impulso de apropriação da tecnologia da gestão para contextos indígenas tem origem entre as assessorias das organizações indígenas que, seja para estruturar seus projetos, seja para justificar os aportes de recursos das instituições financiadoras, passaram a desenvolver levantamentos e diagnósticos populacionais, ambientais e territoriais que, ao longo do tempo, foram tomando uma importância maior como instrumentos de comunicação entre as coletividades e os não indígenas.

Segundo levantamento realizado por Paul Little (2006), naquela ocasião, havia cerca de 89 instrumentos de gestão territorial em terras indígenas produzidos no país que, sob diferentes nomenclaturas - planos de gestão, levantamentos etnoecológicos, macrozoneamentos participativos, etnomapeamentos, diagnósticos etnoambientais, etnozoneamentos etc. – buscavam oferecer um panorama da situação dos territórios e dar visibilidade às principais demandas das populações envolvidas, principalmente no que se refere à execução de políticas públicas fundamentais. Em 2012, o Decreto n. 7.747, de 5 de junho, instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que tem como principal objetivo:

> Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (BRASIL, Decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012, art. 1º).

Embora a PNGATI tenha determinado o etnomapeamento e o etnozoneamento[91] como ferramentas para a gestão, nos anos que se seguiram as organizações indígenas e a própria Funai se empenharam na produção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA)[92], documentos produzidos a partir de amplos processos de mapeamento, oficinas e reflexões conjuntas, que passaram a crescentemente se constituir como "expressão política e de autonomia de povos e comunidades que chamam para si a responsabilidade de encontrar e construir arranjos de governança territorial e de bem viver em seus territórios" (GRUPIONI, 2020: 9). Frequentemente mediados por assessores e, em algumas circunstâncias, pela própria Funai, os PGTAs passaram a ter importância no vocabulário político das lideranças, sendo frequentemente evocados como elementos justificadores de ações e decisões, seja pelas condições de ampla participação que normalmente orientam a sua produção, seja porque eles traduzem para a linguagem escrita as práticas e anseios das comunidades, muitas vezes desconsiderados pelos governantes ou pela burocracia estatal quando apenas referida oralmente.

---

[91] Nos termos do decreto o etnomapeamento é o "mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas". Já o etnozoneamento tem como objetivo "categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento" (BRASIL, Decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012, art. 2º).

[92] Paul Little (2006) chama a atenção para a grande complexidade dos PGTAs, tendo em vista que cada organização normalmente utiliza conceitos e metodologias próprios. Também as instituições que apoiam as experiências técnica e financeiramente têm procedências diversas. Não é difícil concluir que os PGTAs merecem um estudo geográfico qualificado que permita a catalogação das diferentes experiências e, principalmente, conhecer, de forma mais aprofundada, essa nova perspectiva de gestão territorial que emerge dessa interface entre as organizações indígenas, o Estado, ONGs e outros atores envolvidos.

A experiência do Alto Rio Negro é bastante interessante no que diz respeito ao desenvolvimento de instrumentos de gestão a partir de baixo. Primeiro, porque o interesse em um programa específico de desenvolvimento estava presente desde a conformação do movimento, caudatária principalmente do modelo associativista introduzido pelos missionários, fortalecido pela atuação do CIMI e aperfeiçoado pelos próprios indígenas, como vimos nos capítulos anteriores. Em segundo lugar, porque esse anseio toma maior força após a demarcação do território, assumindo a preocupação dos indígenas como a principal pauta do movimento. Já em 1996, quando ainda cobravam a homologação da demarcação da Terra Indígena, em carta ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, diziam as lideranças:

> Pedimos ainda atenção do governo federal à proposta de Plano de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas e Unidades de Conservação Ambiental da Região, que será elaborada nos próximos meses, pelo GT formado pelo Ibama/Funai/Exército/Foirn e Isa. Da mesma forma, para liberação de recursos do Convênio que a Foirn está negociando neste momento com a Fundação Nacional de Saúde (cujos detalhes vão em anexo, em carta assinada pelos agentes indígenas de saúde) (Carta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, 23/08/96).

Os frequentes retrocessos quanto ao reconhecimento das terras indígenas (inclusive com a revogação de demarcações) deixaram uma preocupação com a consolidação dos limites territoriais recentemente estabelecidos. Era preciso fazer conhecer em toda a região que aquelas terras eram formalmente terras indígenas, garantir a retirada de invasores e instalar uma sistemática de fiscalização e vigilância que evitasse novas invasões garimpeiras. A demarcação consolidou ainda a importância e a efetividade do movimento indígena recentemente formado: de 23 organizações indígenas até 1995, entre 1996 e 2000 esse número dobrou, passando a somar 46, das quais 42 filiadas à FOIRN.

Além disso, a situação das comunidades preocupava muito as lideranças. São Gabriel enfrentou em 1997 uma grande epidemia de tuberculose e convivia com elevados índices de malária (103 casos para cada mil habitantes). A ocorrência de

doenças tratáveis como o tracoma (que pode levar à cegueira) entre os NUDUHUPY e de hanseníase, leishmaniose, gripe, varicela e coqueluche entre os demais preocupava. As principais causas de morte eram a diarreia e as causas respiratórias, além de um elevado percentual (20,7% em 1998) de causas desconhecidas, o que denota o grau de desassistência da região (BUCHILLET, 2001). Esse cenário aumentava a pressão sobre o governo sobre a necessidade de reestruturação da saúde indígena, que à época cabia à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, que exercia a assistência por meio de convênios com a Prefeitura e com a diocese, mas que, frequentemente, deixava de repassar os recursos que permitiam a compra de medicamentos.

No plano educacional, a preocupação era com o esvaziamento das comunidades. A escola funcionava cada vez mais como uma porta de saída para a cidade, para onde os jovens se mudavam para estudar e não mais voltavam. Em 1996, com a eleição de um governo do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura Municipal[93], Gersem Baniwa assume a Secretaria de Educação e propõe um plano de implementação da educação escolar indígena, mediante investimentos estruturais nas escolas das comunidades, um plano de formação para os professores e a criação de uma pequena gráfica para impressão de materiais didáticos nas línguas indígenas. As formações para o magistério, oferecidas nos períodos de férias em comunidades estrategicamente localizadas, foram importantes momentos de fortalecimento político dos indígenas e contribuíram para a consolidação de novas lideranças para as associações locais.

No plano externo, em 1997, a CPRM anunciou a transferência ao setor privado de seu acervo de áreas para exploração mineral, a começar pela jazida de nióbio do

[93] O governo de Amilton Guadelha (PT) contou inicialmente com apoio do movimento indígena, que teve um representante como candidato a vice-prefeito. Entretanto, durante o mandato os acordos não foram cumpridos, o que levou a diversas dificuldades para a gestão e o desembarque de muitas lideranças do governo. Por fim, Gadelha teve as contas do mandato reprovadas pela Controladoria-Geral da União em virtude de não ter comprovado a regular aplicação dos recursos repassados ao município para desenvolvimento, implantação e execução de ações do sistema de assistência à saúde da população indígena referentes a contrato estabelecido entre a Prefeitura Municipal e a FUNASA.

Morro dos Seis Lagos, situado nos limites do Parque Nacional do Pico da Neblina, o que levantou preocupações de um revigoramento dos interesses de exploração do Alto Rio Negro pelas mineradoras. Em paralelo, nesse período foram protocolados projetos de lei que defendiam o desmembramento dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos do estado do Amazonas, criando-se o Território Federal do Alto Rio Negro, proposta que não foi debatida com as comunidades. É nesse contexto que começam a ser gestadas as primeiras iniciativas de formalização, em instrumentos específicos, dos objetivos de desenvolvimento sustentável e gestão comunitária do Alto Rio Negro.

Plano de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas Alto e Médio Rio Negro

Nesse contexto de dificuldades, a preocupação da FOIRN se orientou no sentido de desenvolver um projeto de fiscalização e vigilância das Terras Indígenas, que garantisse o envolvimento das instituições responsáveis em um conjunto de ações visando a oferecer maior segurança quanto à consolidação dos limites territoriais. Assim, em 1998, foi aprovado em assembleia geral o Plano de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas Alto e Médio Rio Negro (FOIRN, 1998), que contava com alguns pontos estratégicos, dentre os quais destacam-se:

- Informação, comunicação e sinalização, envolvendo a ampliação do sistema de radiofonia, a publicação de informativos nas comunidades, plaqueamento, o desenvolvimento de um sistema de registro de invasões e o monitoramento permanente de interesses minerários;
- Fiscalização ostensiva, por meio de rotinas de fiscalização nos limites considerados críticos;
- Zoneamento socioambiental participativo, como atualização do censo autônomo de 1992, de modo a subsidiar o desenvolvimento de projetos e programas nas comunidades;

- Projetos demonstrativos, voltados a servirem de piloto para a implementação de ações efetivas nos campos do saneamento, energia alternativa, segurança alimentar, geração de renda, saúde, educação escolar, comunicação e transporte;
- Pequenos projetos comunitários, através do estabelecimento de fundo específico de financiamento;
- Projetos especiais em áreas consideradas críticas, como as áreas de ocupação NUDUHUPY, que prosseguiam sem nenhuma assistência, e as áreas dos garimpos do Traíra e do Peuá;
- Capacitação para as lideranças;
- Pacto para a realização de atividades militares, buscando-se preservar os direitos das comunidades.

Desta breve síntese do plano, conclui-se que não se tratava apenas de um plano de fiscalização, mas de um conjunto amplo de objetivos comprometidos com o estabelecimento de uma nova forma de desenvolver projetos e conceber soluções para os problemas que assolavam as comunidades. A assessoria técnica do ISA, que passou a ter sede permanente em São Gabriel da Cachoeira, certamente contribuiu muito para o estabelecimento de uma certa perspectiva de projetos, muito cara ao socioambientalismo, pois essa estratégia permitia que, a curto prazo, se reunissem resultados que evidenciassem a relevância das iniciativas comunitárias em curso, fortalecendo os aportes orçamentários das instituições financiadoras e demonstrando às agências governamentais que muitas das políticas públicas para os povos indígenas precisavam ser reavaliadas. Desde 1997, a FOIRN tinha firmado novo contrato com a Cooperação Austríaca (IIZ), que alocou aproximadamente 206 mil dólares em estruturação da sede da organização (pró-labore e moradia de diretores, loja de artesanatos, pagamentos de funcionários, gastos com motores, participações em reuniões etc.) e na estruturação das associações de base (PERES, 2003).

Esse foi um período muito fértil em estudos e pesquisas sobre a realidade do Rio Negro em diferentes frentes, desenvolvidas por pesquisadores que acessavam a região a próprio pedido da FOIRN ou intermediados pelo ISA. São frequentes as iniciativas de Carlos Alberto Ricardo, coordenador do Programa Rio Negro do ISA, no sentido de estabelecer redes de pesquisadores que pudessem se estabelecer em São Gabriel por algum período para estudar aspectos bióticos, linguísticos, antropológicos, históricos entre outros. Paralelamente, os cursos de magistério executados pela Secretaria Municipal de Educação e a instauração de vestibular diferenciado para os povos indígenas na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a pedido da FOIRN, contribuíam para que os professores se engajassem em projetos de pesquisa nas suas comunidades, conformando um conjunto de pesquisadores indígenas que começaram a reunir seus conhecimentos e a produzir trabalhos que questionavam o rumo de políticas públicas e a sua aplicação na região.

Nesse ínterim, foram lançados também os Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas – PDPI, capitaneados pelo Ministério do Meio Ambiente, que buscava facilitar o acesso aos recursos de fundos ambientais internacionais pelas organizações indígenas no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Lançado em 2000, o programa tinha como objetivo:

> melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e de conservação dos recursos naturais nelas existentes, por meio do financiamento de subprojetos ao nível local que sejam planejados e executados de forma participativa e que sirvam de projetos exemplares de caráter **demonstrativo** (SCHRÖDER et al., 2000: 5, ênfase no original).

Para tanto, contava com um financiamento da ordem de 15 milhões de dólares, sendo a maior parte de instituições como do banco estatal alemão KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau), da agência de cooperação alemã GTZ e do fundo japonês Policy and Human Resources Development Trust Fund (PHRD). Os projetos demonstrativos deveriam ser executados pelas organizações indígenas da Amazônia brasileira, entre elas a FOIRN, que se envolveu em alguns projetos com apoio do ISA.

Ao mesmo tempo, algumas lideranças da FOIRN passaram a ocupar cargos públicos estratégicos. É o caso de Braz França que assume em 1999 o cargo de Administrador-Adjunto da Administração Regional da FUNAI e propõe um conjunto de mudanças no trabalho da fundação na região. Sua proposta envolvia a mudança de localização dos postos indígenas, que deveriam sair das cabeceiras do Alto Rio Negro e serem reinstalados nas bocas dos principais acessos às terras indígenas demarcadas na região, passando a ser denominados de "Postos de Vigilância e Fiscalização". Essa mudança não chegou a ser totalmente concluída, considerando-se as dificuldades de estruturação física dos postos por parte da FUNAI.

Esse foi um período marcado também pelas primeiras parcerias da FOIRN com as instituições locais, inclusive na prestação de serviços essenciais. Até 1999, a FUNASA, que recentemente havia recebido a atribuição da saúde indígena da FUNAI, contava com apenas 8 técnicos para dar assistência a toda a região, cuja extensão corresponde às áreas dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo somadas, que acabava, na prática, inviabilizando a assistência primária. Através de um convênio com a FUNASA, a FOIRN recebia recursos para distribuição de medicamentos e contratação de pessoal de saúde para atendimento às comunidades. Esse tipo de parceria para garantir a atenção básica perdurou até o primeiro Governo Lula, quando o modelo de atenção primária foi reformulado e foi criada a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI. Esse crescente envolvimento da FOIRN na execução de ações de assistência básica levou a frequentes confusões, no plano local, sobre qual seria o papel da federação, tendo em vista a omissão crônica das esferas estatais no exercício de suas atribuições legais:

> Eu ouvia muito que os indígenas do interior não eram responsabilidade da Prefeitura. A ponto de as pessoas irem até a Prefeitura e eles dizerem: "vai lá na FOIRN porque é a FOIRN que cuida das comunidades". Ou então se era algum projeto: "vai lá no ISA que eles que fazem processo". Ou então manda ir para o Exército pedir combustível. Essas coisas. Isso tem mudado um pouco porque essas comunidades têm voto. Nessa gestão atual, tem-se levado alguns projetos, algumas obras, para algumas calhas de rios, mas a atenção da

> prefeitura fica mesmo mais restrita à sede do município. Os distritos são totalmente abandonados (informação verbal[94]).

Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (2003)

As ações do movimento indígena eram interpeladas pelas urgências que atingiam as comunidades e pela necessária busca de minimizar os efeitos da ausência crônica do Estado, que persistia apesar da consolidação das demarcações. Por outro lado, era crescente o papel que os assessores, destacadamente o ISA, passaram a exercer, no sentido de desenvolvimento de projetos diversos, que, reunidos sob a alcunha de "projetos demonstrativos", buscavam evidenciar, principalmente para patrocinadores internacionais, o potencial das comunidades do Rio Negro para a conservação ambiental mediante uma economia sustentável de base comunitária.

É preciso destacar que o movimento indígena nunca se furtou de buscar parcerias com todas as instituições que estivessem dispostas a estabelecer um plano de ação conjunta para melhoria das condições de vida na região. Se havia um posicionamento estratégico no sentido de buscar parcerias que viabilizassem o financiamento das atividades, também foram mantidos esforços para que as instituições nacionais se empenhassem na composição de uma proposta de políticas para o Alto Rio Negro. O próprio plano de fiscalização e a disposição das lideranças para assumir cargos de gestão nas instituições são exemplos disso. Além disso, a necessidade de comprovar constantemente a eficácia e os resultados dos recursos investidos pela cooperação internacional, muitas vezes distribuídos sem um acompanhamento técnico adequado e sem a capacitação local para geri-los, dificultava o cumprimento das metas, o que salientava a necessidade de continuar reivindicando maior presença estatal no atendimento das necessidades da região.

---

[94] Entrevista concedida por OLIVEIRA, Lucia Alberta Andrade de. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo MP4 (72 min.)

Foi nesse mesmo intuito que, em 2003, foi tomando forma o Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (PRDIS), lançado em uma oficina com a participação de instituições governamentais e com a presença de assessores e parceiros da FOIRN. O programa tinha como objetivo se constituir como um novo instrumento para "dar respostas adequadas e integradas às demandas das comunidades indígenas" (FOIRN, 2003) e, ao mesmo tempo, ressaltar a importância dos povos indígenas para a garantia de um modo sustentável de conceber a vida na floresta.

O plano parte da avaliação dos diversos projetos demonstrativos executados até então e discute algumas prioridades a serem enfrentadas pelas comunidades, a saber:

- Demarcação física e homologação das Terras Indígenas Balaio e Cué-Cué/Marabitanas;
- Implantação definitiva do Plano de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas e Unidades de Conservação;
- Educação escolar indígena: elaboração do plano de educação indígena a partir das experiências desenvolvidas nas escolas indígenas Pamáali (Baniwa e Koripako) e Ütapinopona (Tuyuka) e reorganização do currículo com instalação da 5ª a 8ª séries nas comunidades, construção de uma nova política municipal de educação escolar indígena, coordenada por um colegiado com participação de organizações, lideranças e professores indígenas e a criação de escola agrotécnica federal na sede do município;
- Ampliação das experiências com a piscicultura, que haviam apresentado bons resultados iniciais apesar das inúmeras dificuldades encontradas[95]

[95] As experiências enfrentaram dificuldades relacionadas principalmente a dispor de áreas significativas para a prática da psicultura por conta do leito encachoeirado dos rios da região. Além disso, devido à ausência de maquinário, só é possível a construção manual de pequenos viveiros-barragens de terra, com áreas variando entre 100 e 3.000 m^2. A equipe reduzida de assessores do ISA e a tentativa de introdução de espécies exóticas também foram empecilhos para que os projetos tivessem sucesso.

nas experiências realizadas em áreas prioritárias de escassez de pescado (Alto Tiquié, Pari Cachoeira, Iauaretê e Tunuí);

- Ampliação do Balcão da Cidadania, iniciativa da FOIRN, em parceria com o Governo Federal para garantir a emissão gratuita de documentos para os moradores das terras indígenas, onde a subdocumentação é uma realidade marcante;
- O estabelecimento de regras de convivência com os militares;
- O desenvolvimento de projeto de produção e comercialização do artesanato produzido pelas comunidades;
- Ações de enfrentamento à desnutrição, identificada como presente em toda a terra indígena nos levantamentos realizados nos anos anteriores. Foram propostas ações de vigilância nutricional, projetos de segurança alimentar e de melhoria das condições sanitárias e controle de parasitoses;
- Desenvolvimento, pelo SEBRAE, de programa especial de apoio aos povos indígenas.
- Linha especial de crédito no PRONAF para o Rio Negro;
- Instalação de telefones públicos nas comunidades;
- Apoio do Ministério das Minas e Energia para implementação de programa de energia solar em todas as comunidades;
- Apoio do Ministério das Relações Exteriores para iniciativas de intercâmbio com comunidades da Colômbia e da Venezuela.

As propostas elaboradas pelas lideranças foram reunidas em carta aberta, datada de dezembro de 2002 à equipe de transição do Governo Lula (ver Apêndice 13). Na carta, dizem as lideranças:

> Já tivemos algum reconhecimento dos nossos direitos e já temos algumas soluções para resolver os principais problemas que nos afetam, mas muita coisa precisa melhorar rapidamente. Não adianta apenas uma demarcação no papel e algumas boas ações isoladas das

> políticas públicas. Assim sendo, a nossa proposta principal é que **o novo governo federal crie as condições institucionais para conversar conosco de maneira adequada para apoiar o que nós chamamos de PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDÍGENA SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO (PRDIS-RN)**. Este programa deveria reunir um conjunto de ações integradas, sejam das políticas públicas federais, sejam das demais parcerias não-governamentais, de forma a construir e implementar **um tipo de desenvolvimento que tenha o nosso jeito de ser e de trabalhar e que valorize a nossa diversidade e os nossos conhecimentos e garanta um novo patamar de bem-estar para as nossas comunidades.** Não queremos apenas um programa com nossos assuntos e algumas das nossas palavras, mas um programa que **seja executado de acordo com as nossas determinações e prioridades, valorizando o nosso controle social e a nossa participação direta na sua execução** (FOIRN, Carta aberta à equipe de transição do Governo Lula, 2002, ênfases minhas).

Esse trecho do pronunciamento da FOIRN chama a atenção por dois movimentos que considero importantes para compreendermos a atuação dos indígenas rionegrinos na gestão de seu território. O primeiro, relacionado à predisposição em dialogar com o governo na construção de um plano que, destacam as lideranças, não é factível sem a participação das instituições governamentais no âmbito de suas atribuições. Depois, a explicitação de seu interesse em constituir um novo tipo de desenvolvimento assentado na valorização de sua diversidade e nos conhecimentos tradicionais. Em minhas conversas com as lideranças, um relato recorrente é do sentimento de frustração em razão das diversas tentativas de trabalhar junto do governo na execução de políticas públicas, quase todas elas mal sucedidas em virtude da falta de interesse e comprometimento dos governantes.

Interessante destacar ainda a apropriação do desenvolvimento sustentável como categoria da prática dos povos indígenas. Como veremos mais adiante, mais tarde, as lideranças viriam a definir a sustentabilidade como:

> "viver bem em nossos territórios e comunidades, com terras férteis para os roçados, diversidade de cultivos, frutíferas e outros recursos florestais, abundância de peixes e caça e acesso a certos bens de consumo industrializados que hoje são importantes para nós. É também garantir tudo isso para nossos filhos e netos" (PGTA-WASU, 2021: 329).

Importante destacar as mudanças entre o PRDIS e o Plano Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas de 1998 no que se refere à abrangência das ações previstas. Enquanto o primeiro plano estava relacionado a uma preocupação com a consolidação dos limites recentemente reconhecidos por meio da estruturação física, na capacitação das lideranças, da elaboração de diagnósticos e da implementação de projetos pontuais em áreas críticas, o PRDIS, por sua vez, parece refletir uma preocupação maior com as transformações esperadas nas condições sociais e econômicas das comunidades a partir das demarcações. Certamente por ter sido gestado após um período de forte mobilização em torno da formação de professores e de maior maturidade da assessoria técnica do ISA, reproduz um conjunto mais amplo de iniciativas destinadas a encontrar soluções que permitam o acesso à educação e à sustentabilidade econômica como importantes elementos garantidores de melhores condições de vida. Em comunicações pessoais, alguns assessores do ISA daquela época com quem pude dialogar, me relataram que a perspectiva era garantir que as aldeias tivessem as melhores condições para que os indígenas deixassem de ter a migração para a cidade como a melhor ou às vezes a única alternativa diante da fome e da falta de assistência.

Era crescente também entre as lideranças a percepção de que o inevitável crescimento e burocratização da FOIRN, em virtude dos recursos manejados, não poderia se traduzir em uma fragilização do contato com as bases, isto é, com as comunidades. É recorrente no Alto Rio Negro a crítica das lideranças tradicionais de que os diretores da FOIRN acabavam se tornando como grandes executivos que, por terem que se dedicar a diversas atividades de representação na cidade, enfrentam dificuldades para manter uma agenda permanente junto às comunidades. Esse dilema se fez presente nos relatos de alguns diretores daquele período e consiste em uma preocupação existente até os dias de hoje. Em outras palavras, a garantia de reconhecimento das Terras Indígenas não significa manutenção da unidade da

FOIRN. A estabilidade da rede de relações políticas entre as associações precisa ser continuamente alimentada por diversos mecanismos permanentes de garantia dos vínculos de representação e efetividade no atendimento das demandas das associações. É inegável também que, em alguns sentidos, a FOIRN acabou assumindo características de governo, seja por ter mobilizado funções governamentais em alguns momentos, seja por ter desenvolvido estrutura institucional com enorme reconhecimento no plano externo, seja por catalisar a representação de um conjunto de expectativas e aspirações coletivas, despertando simpatias e insatisfações, como em qualquer relação de representação política.

Os anos que se seguiram ao desenvolvimento do PRDIS foram marcados por avanços na consolidação de algumas das pautas reivindicadas, como a educação escolar indígena e a reformulação do Distrito Especial de Saúde Indígena do Rio Negro (DSEI-RN).

A articulação transfronteiriça também foi ampliada. Por meio de uma articulação entre a FOIRN, o ISA e a Fundação Gaia Amazonas, da Colômbia, foi estabelecida a Cooperação e Aliança no Noroeste Amazônico – CANOA, rede transfronteiriça formada por comunidades e organizações indígenas e não indígenas do Brasil, Colômbia e Venezuela. A aliança deu origem a diversas iniciativas em comum voltadas ao compartilhamento de experiências, entre elas, o mapeamento dos sítios sagrados existentes na região (SCOLFARO e OLIVEIRA, 2013).

Plano Indígena de Gestão Territorial e Ambiental (2017)

Iniciado em 2014 e concluído em 2021, o Plano Indígena de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA-Wasu[96]) surgiu a partir do estabelecimento, em 2012, da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Foi

[96] *Wasu*, em nheengatu, significa grande. O termo foi utilizado para nomear o documento único, sintético, com as conclusões do planejamento realizado para toda a região de abrangência da FOIRN e com o objetivo de ser uma atualização do PDRIS. Ele reúne as conclusões dos PGTAs elaborados para cada Terra Indígena do Médio e Alto Rio Negro e para cada Coordenadoria Regional da FOIRN.

elaborado pela FOIRN com assessoria do ISA e apoio da FUNAI a partir de uma metodologia que contou com levantamento de dados populacionais, educacionais e de saúde em campo por pesquisadores indígenas, realização de oficinas em diversas comunidades e consolidação das propostas em documentos finais traduzidos para as línguas indígenas. Envolveu anos de discussões e se constituiu em um momento importante de aproximação da FOIRN com suas bases.

Trata-se de um documento mais detalhado que os planos anteriores em que são detalhadas as formas de organização social e espacial dos diferentes grupos, aspectos relacionados à dinâmica demográfica, ao acesso à renda, à educação e à saúde e, por fim, é apresentada uma matriz estratégica com desafios, demandas, propostas e recomendações. As propostas envolvem resoluções quanto aos seguintes temas: território e direitos indígenas, governança e associações indígenas, cultura e conhecimento, educação escolar diferenciada e intercultural, saúde indígena, lixo e saneamento, sustentabilidade e economia da floresta, direitos sociais e infraestrutura (energia, comunicação e mobilidade).

Dentre os seus encaminhamentos, o PGTA apresenta a visão dos povos indígenas no que se refere a sua proposta de autonomia e relacionamento com o Estado:

> Que seja respeitada a nossa autonomia na gestão de nossos territórios e que o Estado dê condições para que possamos exercer a governança das políticas, projetos e ações de etnodesenvolvimento dentro das TIs, conforme a organização social e política de nossa cultura e à estrutura de nossas associações, organizações e instâncias de representação e decisão previstas em nosso Protocolo de Consulta. Que o Estado brasileiro crie um programa ou fundo permanente de apoio às associações ou organizações indígenas e à implementação dos Planos de Gestão, com previsão orçamentária e destinação de recursos específicos para o funcionamento das associações (com assessoria técnica e jurídica), articulação política dessas e execução de projetos próprios para a sustentabilidade das comunidades dentro das TIs. Que haja transparência do Estado e associações sobre esse fundo/programa (PGTA-Wasu, 2021: 301).

O primeiro aspecto a ser destacado nesta proposta é a ênfase colocada na dimensão territorial da autonomia como elemento fundamental para que os objetivos e projetos indígenas possam ser alcançados. A autonomia na gestão dos territórios engloba a autodeterminação quanto à continuidade dos usos e significados nativos e a possibilidade de sua reelaboração mediante o etnodesenvolvimento, categoria cunhada no âmbito do indigenismo oficial e comumente apropriada pelos indígenas para se referir a um modelo próprio de desenvolvimento aliado à conservação ambiental mediante a reprodução e aplicação dos conhecimentos tradicionais.

Outro aspecto a ser destacado encontra-se no anseio de que o Estado atue como um gerador de condições para que o projeto de autonomia se concretize por meio da organização sociopolítica dos próprios indígenas. Certamente, seria inviável aqui buscar compreender as consequências dessa proposta de certa simbiose entre práticas de gestão estatal e de gestão indígena. Cabe destacar, entretanto, que os povos indígenas no Brasil parecem fazer a escolha histórica de realizar a luta de autonomia prioritariamente no âmbito do campo estatal, buscando permanentemente tensioná-lo, principalmente no sentido de promover certa ampliação, inclusive geográfica, da extensão estatal, seja por meio da luta pelo reconhecimento de direitos anteriormente inexistentes, seja pela introdução de novas escalas e focos de irradiação do poder no âmbito da burocracia estatal. Um exemplo desse esforço está na tentativa crescente de que as organizações indígenas sejam reconhecidas como executoras de "políticas, projetos e ações", muitas vezes mobilizadas por verbas estatais e, portanto, difusoras de uma forma transformada de poder estatal porque mediado pelo movimento social.

Cabe destacar dois níveis de tensionamento espacial dessa nova (des)organização[97] proposta pelos povos indígenas. O primeiro está relacionado às tensões de territorialidades, sendo a principal delas com a própria organização

[97] "Des" aqui no sentido ao mesmo tempo de destruição e reelaboração da organização socioespacial e política vigente.

político-administrativa do Estado e, mais propriamente, com a questão municipal que, no caso de São Gabriel da Cachoeira, é sempre fonte de muitas disputas entre os objetivos de indígenas e não-indígenas (esses últimos quase sempre representantes de comerciantes e empresários normalmente compromissados com práticas econômicas predatórias). O segundo está relacionado ao tensionamento do próprio papel do Estado, na medida em que a própria sociedade organizada passa a reivindicar certo protagonismo em tarefas eminentemente estatais, com destaque para a gestão do território, que, sobretudo no Alto Rio Negro, está sempre permeada por questões relacionadas à segurança das fronteiras políticas, à vigilância territorial e à questão da soberania em relação à Amazônia.

Cientes dessas tensões sempre presentes, as lideranças do Alto Rio Negro, desde os primeiros esforços para a demarcação das terras, procuram sempre deixar bem evidentes as diferenciações de atribuições entre a FOIRN e as instituições estatais. Por isso, as propostas dispostas no plano foram classificadas da seguinte forma: aquelas que dependem apenas dos povos, suas comunidades e associações, aquelas que dependem da ação do poder público e aquelas que dependem da atuação dos parceiros.

Do ponto de vista territorial, o plano detalha desde projetos internos, relacionados ao equacionamento de problemas de ordem local, como conflitos pelo uso de recursos, acordos de pesca, limites entre comunidades e etnias, manejo de recursos em situação de escassez etc., até questões transnacionais, passando pela preocupação com o desenvolvimento econômico regional.

Uma das principais reivindicações está no maior intercâmbio entre os Estados-nação que dividiram o Alto Rio Negro, para que reconheçam a ocupação e o manejo tradicional que ocorre dos dois lados da fronteira, com definição de acordo de livre trânsito entre indígenas na fronteira e ações para que os moradores das localidades de ambos os lados tenham facilitados os procedimentos para retirada de dupla

nacionalidade e para regularização do acesso à educação e à saúde. Para tanto, pedem o engajamento do Ministério das Relações Exteriores e reconhecem o papel das lideranças na participação de assembleias, encontros e seminários em ambos os lados da fronteira.

Do ponto de vista regional, são detalhadas ações esperadas de intercâmbio com os governos federal, estadual e municipal visando ao desenvolvimento econômico sustentável da região. Uma das reivindicações centrais está na consolidação de uma cadeia de comércio regional e justo dos produtos dos povos indígenas do Rio Negro, que seja capaz de garantir renda às comunidades, superar os grandes custos logísticos para escoamento da produção e dar centralidade ao comércio conduzido pelos indígenas, inclusive na cidade.

No Alto Rio Negro, com a recente publicação do PGTA, em 2021, as medidas e propostas encontram-se em fase de estudos e execução. Certamente, os próximos anos fornecerão respostas quanto à efetividade do planejamento para a melhoria das condições de vida e para a reorganização das relações de poder em nível local e regional. Hoje, podemos já destacar a importância do processo percorrido pelas lideranças até a elaboração final do plano como forma de fortalecimento dos vínculos de mobilização e de atualização das demandas das comunidades. Além disso, a constituição de uma rotina de planejamento não é trivial nem mesmo no campo estatal, quanto mais no cotidiano das comunidades, normalmente, sempre muito envolvidas com as atividades rotineiras necessárias para garantir o sustento e a sobrevivência.

Atualmente, é uma percepção comum de que é preciso encontrar soluções para que as pessoas tenham garantidos os seus direitos fundamentais para que tenham as condições de poderem escolher permanecer em suas comunidades. A fome, o desabastecimento, a ausência de meios de comunicação e os altos custos para adquirir mercadorias industrializadas conformam hoje grandes desafios para a permanência nas aldeias e para o retorno após os anos de estudos nas cidades. Ao dar centralidade

no plano às dificuldades quanto à garantia de educação e saúde, de condições para a produção sustentável e de infraestrutura de energia, transportes e comunicação, as lideranças evidenciam sua preocupação com uma concepção alargada de território, muito além do estabelecimento de limites com uma exterioridade já não mais tão exterior assim. Entendem-no, é verdade, como realidade espacial em manejo e transformação, que carregam nas próprias costas (SEGATO, 2005: 8), agregadora dos fatos sociais, econômicos, políticos e ambientais que, em diversas escalas, compõem a reprodução de sua existência.

Como já ressaltamos inúmeras vezes, seu projeto político está comprometido prioritariamente com a conquista e a manutenção de condições mais digna de vida, principalmente por meio do acesso a serviços essenciais e a alguns elementos do mundo não-indígena que lhes garantam maior tranquilidade e menos sofrimentos em suas vidas. Os planos desenvolvidos no Alto Rio Negro, além de constituírem uma trajetória singular de planejamento territorial pelos próprios indígenas, evidenciam a consciência do movimento indígena de que a construção de uma nova situação de bem viver exige um conjunto de esforços parciais capazes de oferecer saídas parciais para as urgentes situações de desassistência e escassez de muitas comunidades e famílias. A seguir, buscaremos apresentar alguns traços dessa situação de desassistência de direitos fundamentais a que estão submetidos os indígenas na região para, em seguida, compreender as respostas espaciais elaboradas nas escalas da coletividade e dos próprios sujeitos.

Situações territoriais e cidadania indígena

Milton Santos afirmava que "é impossível pensar uma cidadania concreta que prescinda do componente territorial" (2007 [1987]: 144). A questão territorial sempre foi a pauta principal de reivindicações dos povos indígenas junto ao Estado no Brasil. As lutas por território funcionam como um catalisador de um conjunto mais amplo

de demandas relacionadas às condições de vida de modo geral, abrangendo educação, saúde, infraestrutura comunitária, acesso à renda etc. São sempre lutas mobilizadas diante de inúmeras camadas de desassistências de direitos fundamentais.

Entendo aqui a cidadania indígena como o conjunto de novas formas de realização da cidadania dos povos indígenas cuja construção foi inaugurada, no Brasil, na Constituição de 1988, mediante a abolição jurídica da tutela e a instauração de um novo modelo de reconhecimento das formas de organização próprias dos povos indígenas, além de suas crenças costumes, usos e tradições, bem como os direitos originários sobre as suas terras, e o direito de acionar a justiça por si mesmos ou por suas organizações. Nos campos jurídico e administrativo, o texto constitucional promove um alargamento da abrangência de direitos fundamentais a todos os indígenas, não mais entendidos como povos excluídos da "comunhão nacional". Esse é um amplo processo em curso, que vem sendo amadurecido nas últimas décadas por meio principalmente da atuação das organizações indígenas, da institucionalidade constituída no pós-Constituição e por meio da atuação de agentes internacionais por meio de financiamentos, projetos e ações políticas em torno da importância dos povos indígenas para a conservação ambiental e para a promoção da justiça entre os povos. A construção da cidadania indígena vem sendo assumida como um horizonte político prioritário dos povos indígenas que engloba a superação do racismo e das desigualdades, a oferta de serviços públicos essenciais e a consolidação de direitos fundamentais nas comunidades. Como bem define André Fernando Baniwa, liderança do Alto Rio Negro, a cidadania "refere-se ao conhecimento sobre os direitos para podermos reivindicar a execução deles nas comunidades. Isto é, na área de saúde, educação e outras que são obrigação e dever do Estado" (FERNANDO BANIWA, 2019: 29).

De modo a fornecer elementos para compreender essa imbricação entre as situações geográficas e a construção da cidadania no Alto Rio Negro, este item está organizado a partir de dois aspectos principais: a persistência de uma cidadania

incompleta manifestada por indicadores socioeconômicos desfavoráveis; e, em seguida, os vínculos entre territorialização e a busca de melhores condições de vida.

Os desafios do "bem viver": indicadores da cidadania precária

Os esforços indígenas implementados nas últimas décadas para romper com a trajetória de descaso estatal com o Alto Rio Negro não foram suficientes para garantir-lhes melhores condições de vida. A consolidação de um novo estatuto jurídico para os povos indígenas na Constituição de 1988 estabeleceu as condições para um conjunto de transformações importantes no sentido da adequação de políticas públicas à realidade das comunidades e inaugurando um novo contexto em que os indígenas passam a sujeitos de direitos. Entretanto, passadas três décadas da promulgação da carta constitucional, porção expressiva das Terras Indígenas ainda espera por demarcação administrativa, os indicadores educacionais e de saúde dos povos indígenas são inferiores aos do conjunto da população e boa parcela da população indígena enfrenta inúmeras dificuldades para que tenham suas demandas minimamente consideradas nas três esferas de governo.

O analfabetismo entre os indígenas foi reduzido de 50,8% em 1991 para 23,3% em 2010, permanecendo muito superior à taxa entre os não indígenas, que é de 13,7%. Entre as crianças indígenas de até 6 anos de idade, 6,2% não possuem qualquer registro de nascimento. Entre os indígenas, 52,9% das pessoas com 10 anos ou mais não possuem rendimento, número que chega a 66% na Região Norte. Se considerados os indígenas com 10 anos ou mais sem rendimento ou com rendimento até um salário-mínimo, o percentual alcança 83,0% da população. Entre os domicílios de responsabilidade indígena, em 29,9% não há energia elétrica. Na Terra Indígena Alto Rio Negro, esse percentual chega a 68,9% dos domicílios (IBGE, 2010). Entre os cerca de um terço que têm energia, a maior parte é proveniente de geradores movidos à gasolina ou óleo diesel comprados pelos próprios moradores.

No Alto Rio Negro, os indicadores socioeconômicos desfavoráveis se somam a situações de violações de direitos fundamentais que, embora não registradas nas estatísticas oficiais, estão presentes há muitos anos, com o agravante de uma ausência crônica do Estado em toda a região. A única presença permanente foi das Forças Armadas, que acabaram assumindo funções que, por atribuição constitucional, não lhes pertence, tais como a de polícia, de aduana e receita federal e de assistência médica. Até hoje, o único hospital de São Gabriel da Cachoeira é o Hospital de Guarnição, administrado pelo Exército. O que acontece é que quando o Exército assume essas funções, não necessariamente observa todos os procedimentos legais e administrativos já consagrados na organização da administração pública, mas segue os princípios de ordem e hierarquia militares. Durante minha estadia em São Gabriel, tive conhecimento de vários relatos de maus tratos e diferenciações entre indígenas e militares no acesso ao atendimento. Os casos de maior complexidade são levados obrigatoriamente por transporte aéreo para Manaus, a mais de oitocentos quilômetros de distância.

No que se refere ao acesso à renda, há enormes dificuldades. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de novembro de 2023, cerca de 77% da população do município encontra-se cadastrada no Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal, sendo que cerca de 34.451 (66,51%) pessoas recebem o benefício do Programa Bolsa Família. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 5,8%. O extenso território do município possuía, em 2021, 220 escolas de ensino fundamental e apenas 15 de ensino médio (INEP, 2021).

No que se refere à saúde, a principal causa de mortalidade são as doenças infecciosas e parasitárias, normalmente por conta de diarreias não tratadas pelas dificuldades de acesso ao atendimento em tempo hábil. A segunda causa principal são as causas externas, como atropelamentos, afogamentos e mortes violentas. A mortalidade infantil em 2021 foi de 26,4 por mil nascidos vivos, maior taxa do estado do Amazonas (Ministério da Saúde, 2021).

Um problema crônico é o consumo descontrolado de bebidas alcoólicas e o alcoolismo, que assolam as comunidades e a área urbana (SOUZA e GARNELO, 2007), sendo considerado por muitos como o principal problema da região. O consumo é potencializado por incentivo de comerciantes não indígenas e tem se tornado um problema de difícil enfrentamento. Ultimamente, como forma de se contornar os preços das bebidas, tem se desenvolvido o consumo de substâncias tóxicas como derivados da gasolina e o álcool de farmácia (SOUZA, 2007). Em conversa com o bispo de São Gabriel, Edson Damian, membro do CIMI e reconhecido por seu compromisso com os povos indígenas, ele me relatou o seguinte:

> O combate ao alcoolismo é o problema número um aqui. Isso para mim ficou evidente com a participação de setenta líderes, de todas as nossas comunidades no encontro de catequistas. Quando a gente perguntou: "quais são os desafios maiores que você enfrenta na sua comunidade?", o alcoolismo foi em todos. O alcoolismo abre as portas para a violência intrafamiliar. A mulher e os filhos que padecem, muitas brigas, mortes... Todos os infratores que estão aqui no presídio, todos dizem: "eu cometi esse crime porque eu estava bêbado". Então é um problema... estamos levando um grupo pra enfrentar o alcoolismo, a diocese está presente com várias pessoas.... eles ouvem a diocese nas suas colocações..., mas temos que envolver aqui os comerciantes, eles são os principais, são líderes populares. Vendem bebida alcoólica para adolescentes... e veem aí que as pessoas estão caindo de fome e continuam vendendo. As balsas que vêm de Manaus, disseram, a metade do que vem de Manaus é bebida alcoólica, é impressionante... os engradados de cerveja e de cachaça que vêm, é um problema sério... está destruindo o povo (informação verbal[98]).

Outra fonte de grande preocupação são os suicídios, problema também considerado complexo e de difícil enfrentamento por ter causas múltiplas. A taxa de ocorrência dessa causa de mortalidade se mostrou muito superior ao percentual nacional nos últimos anos (figura 82).

[98] Entrevista concedida por DAMIAN, Edson. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo MP4 (81 min.).

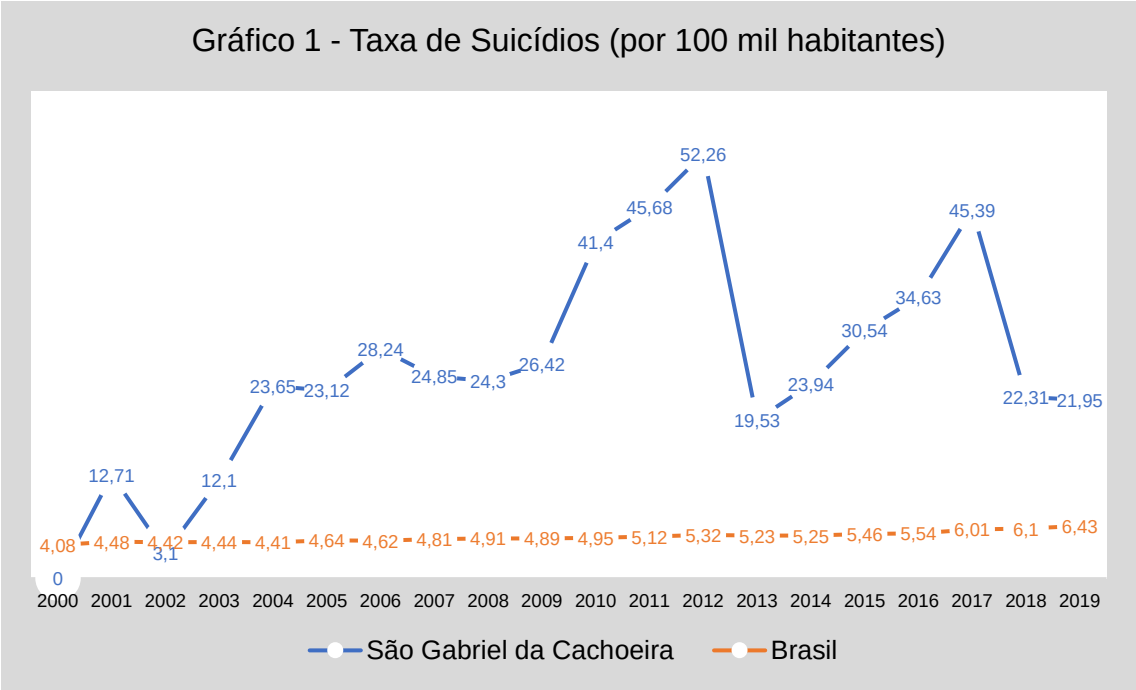


Figura 81: Taxa de suicídios por 100 mil habitantes – Brasil e São Gabriel da Cachoeira (2000-2019). Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Atlas da Violência.

Em 2019, a taxa foi de 21,95 por 100 mil habitantes, enquanto a taxa nacional para o mesmo período foi de 6,43. Nos últimos anos, o número de casos flutuou bastante, sinalizando a ocorrência em ondas. Segundo algumas lideranças com quem conversei, os suicídios em São Gabriel são "contagiosos", no sentido de que, quando um jovem se suicida, há uma tendência de outras ocorrências entre os seus colegas.

O alcoolismo e os suicídios são problemas considerados interrelacionados no contexto do Alto Rio Negro. Os estudos realizados demonstram que estão mais relacionados aos homens jovens. No caso dos suicídios, atingem principalmente os solteiros, tendo os óbitos ocorrido em casa, nos fins de semana e principalmente por enforcamento (SOUZA e ORELLANA, 2012), sendo também utilizado o envenenamento por timbó na área rural. Em estudo sobre as representações sociais atribuídas ao suicídio dos jovens, Pereira (2008) verificou que as motivações frequentemente mencionadas foram o desemprego, os conflitos familiares, as dificuldades nos relacionamentos afetivos, a inabilidade para adaptar-se às transformações contemporâneas e o consumo elevado de álcool e drogas.

Todas essas causas estão relacionadas, direta ou indiretamente, a um mundo em mudança com que os jovens frequentemente se defrontam e precisam enfrentar. Em um texto comovente sobre os suicídios entre os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, Marta Azevedo destaca que a prática deve ser entendida no âmbito das compreensões dos povos indígenas sobre a vida e a morte e às reflexões sobre as razões para estarem vivos. Trata-se de um sintoma de contextos em mudança, "mas também é ato, ação, por mais confusa que esteja a parte individual da intenção, da vontade. É uma recusa de uma situação dada, mas, também, um julgamento total sobre o valor da vida" (AZEVEDO, 1989: 119).

A "perda de raízes" no deslocamento inevitável para a cidade, o afastamento do núcleo familiar e a necessidade de se acostumar a situações muito estranhas em curto período se configuram como grandes desafios que acabam levando os jovens à falta de perspectiva de futuro, a quadros de tristeza e solidão, sem que tenham o apoio necessário para lidar com essas questões.

Em uma de minhas estadias na cidade, fiquei hospedado no mesmo local que uma psicóloga que havia vindo de Manaus para trabalhar na Prefeitura na questão dos suicídios. Chamou-me muito a atenção como ela lidava com a questão como mais uma tarefa burocrática, sem nenhum preparo para lidar com as especificidades de um problema sensível como esse nas especificidades da realidade sociocultural dos povos indígenas. A falta de profissionais locais capacitados para lidar com o apoio psicossocial aos povos indígenas é um desafio adicional que dificulta a superação do problema.

No que se refere às áreas de fronteira, persistem problemas relacionados aos conflitos com a gestão exercida pelos militares sobre as áreas fronteiriças. Embora o Supremo Tribunal Federal já tenha decidido sobre a necessária articulação entre o Plano Nacional de Defesa e os planos das comunidades, inúmeros conflitos e abusos continuam a ocorrer nas comunidades na fronteira, como a realização de exercícios

militares em áreas ocupadas por roças, o constrangimento do trânsito dos indígenas para os países vizinhos e as interações entre militares vindos de outras localidades com as adolescentes indígenas. Em conversa com as defensoras do recente polo instalado pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas na cidade, elas me relataram que, nessas situações, têm muita dificuldade para acompanhar o que ocorre na fronteira porque se um indígena é preso pelo PEF, devido à questão logística, só é possível acompanhar a custódia quando o preso chega na cidade, o que pode levar muitos dias. Elas relataram ainda dificuldades relacionadas aos processos cíveis porque o assistente social ou o oficial de justiça não consegue ir à comunidade para oficiar ou notificar os interessados.

Atualmente, como não há controle alfandegário, todo o controle de entradas e saídas pelas fronteiras é coordenado pelos militares. Não são seguidos, por exemplo, protocolos internacionais para entrada de refugiados ou solicitantes de asilo político. Com isso, a entrada ilegal, principalmente de venezuelanos, é recorrente. Eles acabam assumindo funções muito mal remuneradas na sede municipal, com vínculos trabalhistas precários.

Por outro lado, persistem ameaças de toda ordem sobre o território do Alto Rio Negro. A mineração nunca deixou de ser uma ameaça. Em novembro de 2013, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estatal, iniciou pesquisas, por meio da empresa Igplan Inteligência Geográfica Ltda. para iniciar levantamentos visando o aproveitamento hidrelétrico da bacia do Rio Negro, incluindo desde as cabeceiras inseridas no território nacional até a confluência com o rio Amazonas. Em 2018, a população do Rio Ayari, denunciou a entrada de empresários ligados aos interesses minerários, bem como funcionários do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM), sem o consentimento da FOIRN.

Entre abril e dezembro de 2021, o General Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional e secretário-executivo do Conselho de Defesa Nacional do Governo Bolsonaro concedeu anuência para pelo menos sete

requerimentos de pesquisa minerária de ouro, nióbio e tântalo no leito do Rio Negro. No ano seguinte, o Ministério Público Federal identificou e pediu a suspensão pela Justiça de 32 requerimentos minerários e permissão de levantamento incidindo sobre Terras Indígenas do município de São Gabriel. A situação é ainda mais crítica devido à incidência de pedidos de lavra também no lado colombiano.

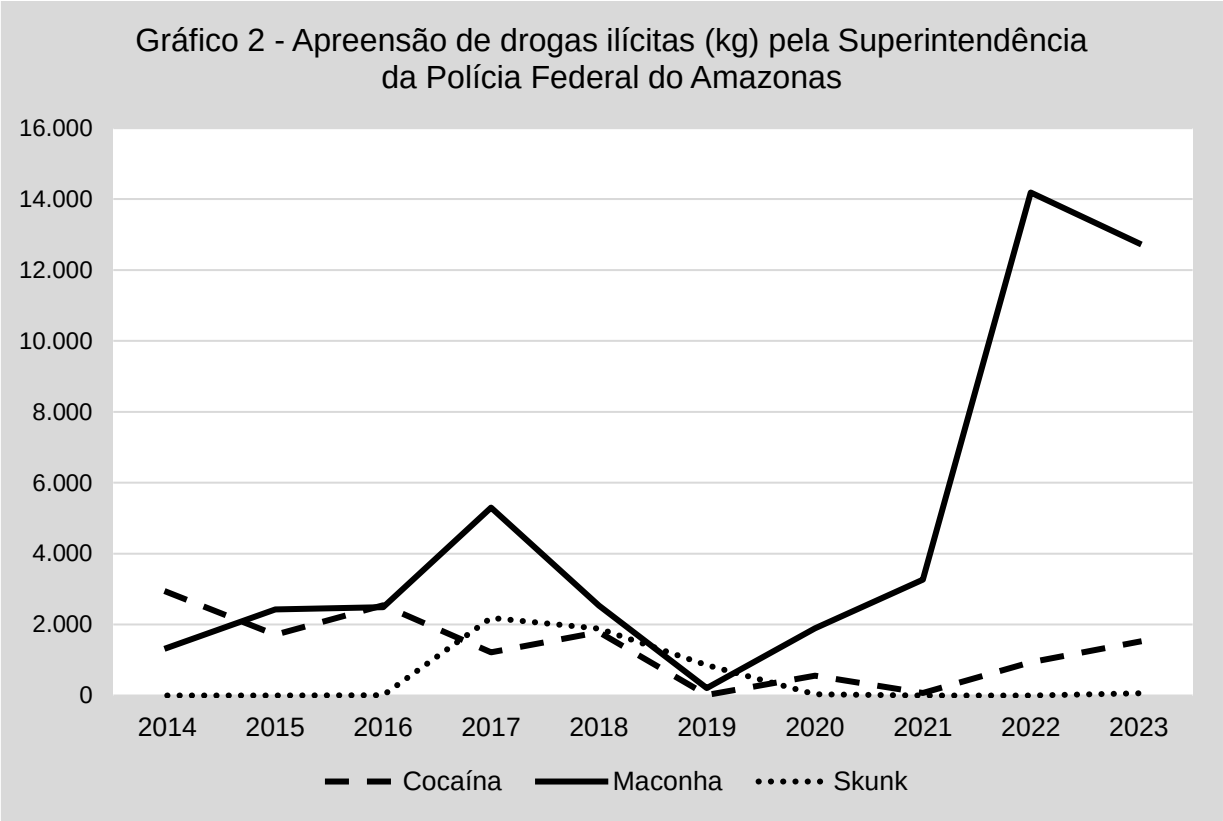
Outro fato que gera preocupação entre os indígenas é que os rios da Terra Indígena Alto Rio Negro são utilizados por traficantes ligados ao Comando Vermelho e ao PCC como corredores para entrada de drogas ilícitas no país, seja para abastecer o mercado interno, seja para fins de exportação para a Europa, principal mercado consumidor da cocaína (figura 83). Essa não é uma rota recente, como já apontava Lia Osório Machado (2014) em seu estudo sobre o tráfico de cocaína no Brasil. Àquela altura, a autora já apontava que os grandes traficantes de cocaína talvez teriam sido uns dos primeiros a reconhecer a unidade geográfica regional formada pela bacia amazônica sul-americana, na medida em que abarca a maioria das áreas produtoras dos países andinos.

Figura 82: Rotas do tráfico da Colômbia para o Brasil. Fonte: Portal UOL, 06/11/2023[99].

O acesso a dados pormenorizados de apreensões de drogas ilícitas não é simples. As informações da Polícia Federal (PF) referem-se ao material apreendido na Superintendência da PF no Amazonas, localizada em Manaus e cuja área de abrangência engloba os municípios do Alto Rio Negro. Os dados obtidos referentes ao período compreendido entre 2014 e 2023 (gráfico 2) demonstram que a rota tem se mantido ativa. Em 2022 e 2023, foram apreendidas mais de 26 toneladas de maconha na região. O montante do ano de 2022 representa 9% de toda a maconha apreendida

[99] Portal UOL. Colombianos que abrigaram Beira-Mar se aliam a PCC e CV em rota amazônica. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/11/06/rota-do-trafico-da-colombia-para-o-brasil-amazonia.htm, acesso em 08/11/2023.

no país. Em 2020, os valores apreendidos chegaram a representar 86% de todo o skunk[100] apreendido naquele ano em todo o Brasil.



Fonte: Polícia Federal, organizado pelo autor.

Durante o ano de 2023, já foram noticiadas a apreensão de 600 kg de skunk em junho de 2023 (Portal da Polícia Federal, 15/06/2023), 800 kg de cocaína em balsa no porto de Camanaus (Portal G1, 09/11/2023) e 350 kg de skunk em barco proveniente de São Gabriel (Portal G1, 24/12/2023), o que indica que a rota permanece ativa. Os dados reunidos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública do Amazonas com detalhamento por Municípios indicam 7,8 toneladas de drogas ilícitas apreendidas entre 2021 e 2023 em Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira,

[100] Refere-se a variedades de *Cannabis* de aroma mais acentuado e dotadas de maior concentração de substâncias psicoativas.

um número preocupante já que considera apenas o que conseguiu ser interceptado (tabela 5).

Tabela 5: Drogas ilícitas apreendidas (kg) – São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos – 2021 a 2023

Ano	Cocaína	Maconha	Outros	Total
2021	-	3.550	-	3.550
2022	-	273	-	273
2023	84	3.849	4	3.937

Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública do Amazonas.

O tráfico de drogas tem vários impactos para as comunidades, pois muitas vezes os traficantes aliciam adolescentes e jovens para se envolverem nas atividades de transporte das drogas. De acordo com dados do Tribunal de Justiça do Amazonas, dos processos criminais abertos na vara única da Comarca de São Gabriel, 40% têm a ver com porte ilegal de drogas. No final de 2023, o juiz titular da vara encaminhou ofício ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, requerendo a instalação, de forma urgente, de uma delegacia da Polícia Federal no município. Atualmente, o município conta com um posto avançado da Polícia Federal, onde atuam somente um policial federal e um agente administrativo.

Por outro lado, o problema do tráfico é utilizado recorrentemente pelo Exército para cercear as iniciativas do movimento indígena, principalmente as ações relacionadas à gestão territorial. Os objetivos do Plano Nacional de Defesa sempre se impuseram sobre a região, como vimos, desde os tempos do Projeto Calha Norte. O fato de o movimento indígena ter produzido seus planos de gestão do território se configura como um elemento novo que os comandantes tendem a aceitar publicamente, mas desconsiderar na prática dos postos de fronteira. Nesse ínterim, os indígenas têm procurado enxergar os militares como parceiros estratégicos e, pouco a pouco, buscar minimizar as suas resistências à questão indígena, como me narrou Lucia Alberta Andrade, liderança baré:

> Com o exército já tivemos experiências muito difíceis. Tudo depende dos comandantes, dos generais que atuam naquela região. Eu já tive conversas com alguns generais que chegaram a dizer que a FOIRN não deveria existir porque a FOIRN manipulava os indígenas contra o Estado. E que isso era um absurdo porque o Estado que tinha que ter atuação. Que a FOIRN abria os caminhos para a entrada de estrangeiros. Eles estavam se referindo a esses pesquisadores que iam para a região até por meio do ISA. Então, alguns veem a FOIRN como parceira, alguns veem como empecilho ao trabalho deles na região. Não podemos vê-los como inimigos, mas precisamos ser estratégicos com eles. Ver como conseguimos construir o respeito e o apoio deles para a ação da FOIRN (informação verbal[101]).

A questão transfronteiriça é um dos principais desafios para a construção da política territorial indígena. Muitos indígenas cruzam a fronteira em diversas situações ao longo da vida porque a língua falada é a mesma. Eles têm parentes dos dois lados e isso tem implicações no atendimento de seus direitos. É urgente um maior intercâmbio com as instituições do outro lado da fronteira – serviços de saúde e educação, documentação, organizações indígenas. A subdocumentação é um exemplo. Muitos migram ao longo da vida e, quando chegam ao Brasil, os órgãos não conseguem a informação se aquela pessoa teve certidão de nascimento no país vizinho. Importante registrar que o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Venezuela em 2019 durante o Governo Bolsonaro e só retomou em 2023 no primeiro ano do Governo Lula. Em conversa com as defensoras públicas de São Gabriel, elas me informaram que esse foi um período muito difícil, pois não podiam estabelecer nenhum contato com instituições venezuelanas para resolver problemas de documentação e até processos judiciais.

Todos os dados aqui reunidos apontam para condições desfavoráveis de vida que permanecem no Alto Rio Negro apesar de todos os esforços implementados pelos indígenas nas últimas décadas para reverter esse quadro. É nesse contexto que os processos de reterritorialização são acionados como instrumentos para provocar

---

[101] Entrevista concedida por OLIVEIRA, Lucia Alberta Andrade de. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo MP4 (72 min.)

mudanças nos contextos de vida, de modo a acionar novas oportunidades e para pensar projetos políticos que permitam a transformação das realidades locais. Nas palavras de Gersem Luciano:

> A vida indígena tradicional não é fácil, principalmente no tocante à luta diária por sobrevivência alimentar. É justo e legítimo que os povos indígenas queiram melhorar essas condições de trabalho, de deslocamento e até lazer com auxílio das tecnologias do mundo moderno. Além disso, mesmo considerando as influências e impactos produzidos pelas ideologias externas que acompanham a nova concepção de "melhorias de vida", os povos indígenas apresentam capacidade para manter o equilíbrio necessário para continuidade de seus projetos etnopolíticos específicos, suas bases cosmológicas, filosóficas e sociopolíticas (LUCIANO, 2011: 186).

Territorializar em busca do "viver melhor"

As dificuldades enfrentadas pela população do Alto Rio Negro são provenientes, em grande medida, do processo colonial e das inúmeras vedações que lhes foram impostas ao longo das últimas décadas, principalmente, na efetivação dos seus direitos fundamentais. Como já referimos, especialmente nos capítulos 3 e 5, os agentes da colonialidade do poder utilizaram métodos violentos de desterritorialização, estabelecendo mudanças profundas nas formas de organização comunitária das comunidades, cujas consequências se podem verificar até os dias atuais.

No capítulo 1, havíamos nos referido à diferenciação entre as dimensões subjetiva (*minha situação),* intersubjetiva (*nossa situação)* e objetiva (como ferramenta analítica) propostas na abordagem filosófica de Sartre (2015 [1943]). Essa tríade permite diferenciar as situações a partir de foco de atuação dos sujeitos nela inseridos, mas também na perspectiva do analista.

Os capítulos anteriores demonstraram o quanto os povos indígenas, principalmente as suas lideranças, mobilizam todas essas dimensões, tanto quando se colocam *em situação,* como também quando avaliam objetivamente as situações em que estão inseridos, construindo estrategicamente novas posições no jogo socioespacial em que precisam continuar agindo como forma de garantir condições

mais favoráveis de vida. A multiterritorialidade rionegrina, portanto, poderia ser analisada a partir de duas dimensões situacionais que passaremos a aprofundar.

A primeira delas é certamente aquela relacionada à trajetória de maior abrangência espacial e temporal das ações e que vem desde o período colonial até os anos mais intensos de enfrentamento ao poderio militar e empresarial no Alto Rio Negro. Compreende os esforços para o manejo das múltiplas territorialidades com que se depararam, sempre confrontando-as à luz de seus territórios tradicionais no sentido de garantir a sua continuidade enquanto grupos diversos e interdependentes. Como já demonstramos, por meio de ações diversas, souberam refletir sobre as situações colocadas e identificar brechas capazes de viabilizar alternativas que se concretizaram sob a forma de projetos de autonomia e libertação, constituindo-se situações territoriais identificáveis do ponto de vista analítico no espaço-tempo.

Enfatizar essa perspectiva geo-histórica de maior duração e abrangência espacial, entretanto, não significa afirmar que a trajetória dos povos do Alto Rio Negro está desvinculada da perspectiva dos sujeitos e de seus projetos individuais ou familiares. Nos estudos sobre os processos de territorialização para a mudança socioespacial no Alto Rio Negro, podemos identificar uma segunda dimensão situacional relacionada mais diretamente aos sujeitos, tomados individualmente e em sua relação com os demais na escala local. Como destaca Sartre (2015 [1943]), as situações se apresentam aos sujeitos como herança que se, em sua situcionalidade (FREIRE, 1987), a elas buscam responder por meio de amplas ações de mobilização, inclusive com grupos distintos, também o fazem no âmbito dos lugares de proximidade, mediante uma rápida resposta no sentido de sanar, mesmo que temporariamente, uma situação adversa.

É inegável que, ao avaliar a possibilidade de reposicionamento, de uma nova localização, o que implica em novas relações sociais, como no caso das mudanças para os espaços urbanos, os sujeitos avaliam as suas possibilidades no âmbito de uma

construção subjetiva em torno das situações em que estão inseridos, sejam elas resultantes diretas de suas ações ou não, aproveitando-se as ocasiões possíveis de ação. A análise das ações coletivas, mais compreensíveis na escala dos processos de longa duração e maior abrangência espacial, não pode impedir que se busque compreender os movimentos de curta resposta, manifestados na escala dos lugares, e que derivam do processo reflexivo dos sujeitos em seu processo de lidar com as situações em que estão inseridos, seja para mantê-las, seja para destruí-las e construir novas.

"Viver melhor", nesse contexto, não está associado à ganância capitalista de se ter cada vez mais e de forma sempre mais célere que se associa ao consumismo moderno. Pelo contrário, consiste em uma etapa prévia ao "bem viver". É a esfera possível de luta para viabilizar situações de existência relativamente melhores a uma situação dada, de modo que o amanhã seja um pouco menos penoso e sofrido que a situação atual. Não se trata de obter o supérfluo, mas de buscar garantir o fundamental para a dignidade mínima que permite a existência com um pouco mais de tranquilidade. Como bem explica Gersem Luciano, outra importante liderança do povo Baniwa:

> Os defensores da ideia de "bem viver" dizem que o conceito de "viver bem" é próprio da sociedade capitalista, que passa pelo acesso e acumulação de meios para se alcançar determinada qualidade de vida, mesmo que para isso sejam necessários processos de submissão e exploração entre os homens e a natureza. Pessoalmente acredito que é possível buscar o "viver bem" sem necessariamente ferir os princípios do bem viver. (...) Entendo que os povos indígenas do Alto Rio Negro anseiam uma vida de bem viver, mas para isso **optaram por apropriar-se de alguns instrumentos da política do viver melhor, principalmente para equilibrar forças políticas e técnicas em vista da retomada da autonomia interna necessária para a reconstrução do bem viver**. Esses povos querem assegurar o "bem viver" inclusive a partir da luta por "viver melhor" (LUCIANO, 2011: 186-188, ênfase nossa).

Essa avaliação exige compreender que se pode buscar "viver melhor" no âmbito de um projeto mais amplo de "bem viver", sem que com isso se esteja optando pelo caminho da filosofia individualista do consumismo capitalista. O autor destaca

ainda a função estratégica, atribuída ao "viver melhor", como instrumento para que seja alcançado certa equidade de condições entre indígenas e não-indígenas no jogo do poder. De fato, o acesso à escolarização implica o acesso a um conjunto de ferramentas que permitem que os indígenas acessem posições antes somente ocupáveis por não indígenas, o que evoca uma mudança também simbólica em termos dos lugares sociais, da possibilidade de acessar certos nichos de poder e de demonstrar uma *modo indígena de proceder*, dotado de criatividade, espontaneidade e de uma singularidade que pode colaborar com o surgimento de novas práticas de gestão, o que, no âmbito político-administrativo, a FOIRN recentemente nomeou de *gestão indígena* (PGTA-WASU, 2021).

Destaque-se aqui certa fetichização observada na apropriação acadêmica do "bem viver" como um atributo do modo de ser dos povos indígenas, em que muitos intelectuais têm depositado todas as esperanças como alternativa ao sistema moderno-colonial-capitalista. É evidente que a vida autônoma, autossustentável e equilibrada nas aldeias permanece como um ideal importante dos povos indígenas na atualidade, mas não podemos ignorar que ela se torna cada vez mais uma realidade distante. Primeiro, porque, com o avanço do extrativismo predatório e da urbanização, as aldeias vêm sendo afetadas por uma série de problemas exógenos de difícil resolução. Depois, porque tem se tornado cada vez mais difícil garantir que as novas gerações se interessem pela roça, pela pesca e pela vida comunitária tal como preconizado pelo ideário ancestral de muitas comunidades. Basta ver as dificuldades encontradas pelas lideranças em despertar entre os jovens o interesse pelas histórias de seu povo. É nesse sentido que a filosofia do "bem viver" permanece como um horizonte de cada vez mais difícil realização.

No âmbito dos processos de territorialização, poderíamos, então, propor que a luta pelo bem viver está muito profundamente relacionada à dimensão situacional mais ampla, no tempo e no espaço, da territorialização, no sentido de que permanece

como referencial fundamental para a organização das ações políticas orientadas à configuração de novos modos de gestão orientados à garantia da autonomia indígena e à concretização de seus projetos coletivos. Entretanto, nesse percurso, os sujeitos estão expostos a um conjunto de situações normalmente desfavoráveis de caráter mais localizado espacialmente e que exigem respostas imediatas que implicam em decisões acerca de seu futuro, de oportunidades que podem ajudar a minimizar um conjunto de privações impostas pela vedação do acesso a direitos fundamentais. É nesse sentido que a territorialização, em sua dimensão situacional mais restrita no tempo e no espaço, ocorre também como estratégia de busca do "viver melhor" como materialização de uma nova situação alcançável diante de um contexto de escassez e violações de direitos.

Do ponto de vista analítico, essa distinção implica reconhecer que, se de um lado, encontra-se em curso entre os indígenas a apropriação e reinterpretação política e social do bem viver como ideal, de outro, subsistem processos de reterritorialização relacionados a uma busca imediata, às vezes desesperada e urgente, por romper com situações negativas em que estão inseridos. Do ponto de vista analítico e do registro dos acontecimentos, há significativa documentação sobre aquela primeira dimensão, mas ainda há muito a se avançar na compreensão dos mecanismos envolvidos nesta segunda modalidade de reterritorialização, mais relacionada à busca do "viver melhor" como situação recorrente entre os indígenas no Brasil, envolvendo novas frentes de territorialização e novas situações territoriais que vem sendo construídas nesse contexto.

Portanto, o que temos, na prática, é o "bem viver" como ideia cuja concretização exigirá certamente não apenas os saberes e práticas dos indígenas, mas a luta pela permanente reelaboração, em bases interculturais, dos modelos ocidentais de organização socioespacial e representação política, com destaque para o campo estatal. Nessa jornada, tem restado a boa parcela dos povos indígenas, em senso prático, a busca do "viver melhor" no âmbito de um sistema social, político e

econômico que continua a reservar-lhes os piores indicadores socioeconômicos, lhes negando uma cidadania plena. Não basta, portanto, a nós pesquisadores não-indígenas anunciarmos e promovermos o "bem viver" como saída para o capitalismo sem que nos esforcemos para desenvolver estudos e análises que proponham, simultaneamente, saídas para que as populações inspiradoras desta filosofia tenham um mínimo de dignidade em curto prazo, isto é, no prazo da fome e da escassez que não esperam. Me refiro à necessidade de talvez assumirmos a perspectiva de uma Geografia ativa, da ação, que, sempre comprometida com a mudança social na escala dos longos períodos e durações, tenha em consideração a urgência igualmente relevante da superação da escassez material como fundamento de dignidade, principalmente no que se refere ao campo estatal, que deveria ser uma preocupação privilegiada dos pesquisadores não-indígenas.

Se hoje os indígenas do Alto Rio Negro têm concluído que suas lutas por reconhecimento territorial sempre estiveram orientadas para a busca do que outros indígenas latino-americanos denominam "bem viver", é importante ressaltar a centralidade assumida pela perspectiva do "viver melhor" como remobilização permanente de territórios e populações em busca de situações mais favoráveis de existência. Não foi difícil, durante os trabalhos de campo realizados, encontrar lideranças que, quando perguntadas sobre o que seria para elas o bem viver, respondiam que era dispor de uma placa solar que lhes garantisse um mínimo de energia elétrica durante a noite, a presença de acesso à internet em alguma aldeia próxima, a possibilidade de acessar alguns bens industrializados de primeira necessidade, entre outros elementos que poderiam ser interpretados como uma necessidade material para aqueles que insistem em exotizar a escassez como atributo dos povos indígenas. Em muitas situações, viver melhor é a medida do passo necessário para que a luta se torne possível, para que a dignidade volte a se constituir em um horizonte de desesperança. Acredito que os capítulos anteriores foram

didáticos ao evidenciar a indissociabilidade do “viver bem” e do “viver melhor” sempre presentes como dois horizontes distintos de transformação socioespacial e de ressituação (e reterritorialização), com maior centralidade para o “viver melhor” pelo valor objetivo e imediato para o curso da construção de novas situações.

Antes de concluir esse trabalho, mesmo que de forma preliminar, gostaria de aprofundar alguns movimentos que podem denotar elementos associados à dimensão da situação intersubjetiva da territorialização que, certamente, devem ser alvo de aprofundamento em trabalhos posteriores. Vejamos.

Para delinear os principais sentidos dos movimentos de territorialização em curso no Alto Rio Negro, é preciso iniciar pelos centros missionários, que configurariam como o primeiro nó da rede de expansão dos serviços básicos na terra indígena. As comunidades que receberam os centros missionários ao longo do século XX se transformaram em verdadeiras vilas que se caracterizam por serem pontos de adensamentos populacionais formados por famílias que buscavam o acesso à escolarização para seus filhos. A educação escolar tem muito prestígio entre os indígenas, pois permitia o domínio do português, seja na fala, seja na escrita, abrindo caminhos para novos patamares de articulação junto aos não indígenas. Consiste também em uma porta de entrada para muitas possibilidades em termos de formação profissional e de acesso a saberes ocidentais que podem se tornar um ativo bem-vindo para as próprias comunidades no futuro. Maximiliano Menezes me relatou esse processo:

> A educação também ajudou muito a esvaziar as comunidades. Eu preciso colocar meu filho para fazer o Ensino Médio para cá [na cidade]. Na casa de parente não é bom, mas ele tem que ir lá, porque, se não, ele vai ficar perdido. Desce pra cá. Passa quatro anos. Acaba os estudos e não quer mais voltar. Aí a comunidade fica vazia. Curso superior precisa ter lá. Hoje temos três polos na terra indígena, que temos que brigar para não perder (informação verbal[102]).

[102] Entrevista concedida por MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

Embora o modelo de internatos tenha sido abandonado ao longo dos anos, até hoje, para ter acesso ao Ensino Médio, os estudantes precisam permanecer distantes de suas famílias, já que os pais muitas vezes precisam continuar a residir em suas localidades de origem. Inicia-se, então, um processo de exposição aos elementos do "mundo branco", com progressivo afastamento dos valores éticos e morais compartilhados na vida na aldeia. O aliciamento de menores e o tráfico humano são realidades frequentes na região, atingindo com mais intensidade os estudantes que residem longe da comunidade de origem. Muitas famílias, visando a evitar esse quadro, acabam se estabelecendo nos centros locais e passando a disputar recursos básicos de sobrevivência com os residentes permanentes, o que acaba sendo fonte de conflitos.

Ao concluir os estudos, muitas vezes o jeito de viver das aldeias já não atende às novas expectativas criadas sobre o futuro, o que pode fazer com que o retorno não aconteça. Como já destaquei, a vida nas comunidades do Alto Rio Negro não é fácil, considerando-se as dificuldades do transporte fluvial pelas diversas cachoeiras e os altos custos para acesso a bens industrializados básicos e necessários para facilitar a vida cotidiana nas aldeias.

Um segundo nível de articulação espacial é a cidade de São Gabriel da Cachoeira, o principal destino para aprofundamento dos estudos ou para conseguir trabalho. A cidade viveu uma explosão populacional nos últimos anos devido aos deslocamentos com origem no interior, como já demonstramos na tabela 3, página 224. As suas periferias cresceram aceleradamente, onde as famílias vindas das aldeias se instalam em domicílios construídos com muitas dificuldades e, por isso mesmo, com imensas precariedades habitacionais – contam com paredes improvisadas, muitos não possuem banheiro e o acesso à água canalizada é dificultado.

Como a oferta de trabalho, de cursos de nível superior e de serviços de saúde em São Gabriel é limitada, muitas famílias se mudam para a capital do estado,

Manaus, onde passam a viver normalmente nas periferias. Em estudo realizado em Manaus com pessoas oriundas do Alto Rio Negro, Leonardo Fígoli e Dimitri Fazito (2009) verificaram que 81% tinham entre 20 e 39 anos e se encontravam dispersos por 19 bairros, apresentando uma dispersão espacial que os diferenciam em relação aos povos provenientes de outras regiões do estado, normalmente mais concentrados na cidade. Essa diferenciação tem provavelmente relação com diversidade étnica do Alto Rio Negro e a diversidade de soluções encontradas pela população para a sobrevivência na metrópole. Normalmente, quando uma pessoa migra, tem sempre uma rede de parentes de referência, formada por conhecidos das proximidades de sua comunidade de origem que foram antes. Com o acesso à escola e ao trabalho, novas redes de amizade se formam e podem estabelecer novos arranjos de vínculos na cidade.

Entre 2010 e 2022, a população indígena de Manaus passou de 4.040 para 71.691 pessoas (IBGE, 2022), tornando-se o município com maior quantitativo de indígenas do País. Embora boa parte desse incremento reflita as melhorias metodológicas adotadas no recenseamento do IBGE, é inegável a participação dos deslocamentos nesse crescimento populacional. Esse processo de movimentação da população para as cidades não consiste sempre em um processo migratório clássico, isto é, com intenção explícita de estabelecimento de residência fixa. Embora em muitos casos a fixação acabe ocorrendo, na maior parte das vezes, a ida para a cidade pode ter um caráter provisório submetido a uma intenção muito grande de retornar, seja para São Gabriel, seja para as comunidades. Por vezes, esse retorno ocorre em períodos do ano.

Em muitos casos, são formados vínculos permanentes na cidade, mas os indígenas apresentam, ao longo dos anos, a *multilocalização* como uma ferramenta de sobrevivência, permanecendo na cidade em momentos de maiores dificuldades e carestia nas aldeias – por exemplo, em grandes cheias ou secas que afetam as roças – e retornando quando a situação se torna mais favorável. Essas permanências e mobilidades que vão se configurando ao longo dos anos são permeadas por relações

socioespaciais diversas e por inúmeras redes de parentesco e amizade que passam a depender desses deslocamentos.

Em conversas com alguns indígenas que viviam em São Gabriel, eles me relataram ter como hábito passar alguns meses anualmente nas comunidades, para onde levam mercadorias da cidade e de onde trazem produtos da roça, documentos de parentes e diversas demandas para serem resolvidas na cidade. Nesses movimentos, por vezes, trazem primos, sobrinhos e outros aparentados que passam a se beneficiar da presença e da estrutura formada na cidade pelo parente. Morar na cidade não implica deixar de ser da comunidade ou o rompimento de vínculos com o território tradicional; pelo contrário, o que ocorre é certo alargamento, em que os vínculos com os territórios de origem são reafirmados por visitas frequentes e por relações com os parentes de diversos tipos, ao mesmo tempo que esse território é reproduzido na cidade por meio de novas formas de ocupação que objetivam manter funcionais, no espaço urbano, os vínculos de parentesco e vizinhança vividos nas aldeias de origem.

Podemos dizer então que, para além da multilocalização, estamos falando de *multiterritorialização*, na medida em que os indígenas percorrem diferentes territórios, acionando simultaneamente diferentes aspectos das territorialidades. Após iniciarem o deslocamento, passam a manejar a reprodução dos territórios tradicionais e estabelecem, no espaço urbano, novas apropriações no sentido de constituir uma base territorial mínima que lhes permita o abrigo necessário que permita a continuidade de seus projetos.

Rosa Colman, em sua tese de doutorado (2015) e em trabalho compartilhado posterior (COLMAN *et al.*, 2017), demonstrou com maestria o quanto a mobilidade espacial indígena é uma maneira de "estabelecer e seguir realizando e refazendo as relações econômicas, culturais e políticas, que tornam possível a existência, de fato, de um ente sociológico maior" (COLMAN *et al.*, 2017: 201), que, no caso, são os povos

a que pertencem. As autoras resgatam o conceito de "spillover" (ADAMS e HASAKOFF, 2004), em tradução simples, "transbordamento" para definir esse processo de saída populacional de unidades políticas no sentido de ocuparem áreas vizinhas, estabelecendo-se novas frentes de ocupação e dispersão.

Durante os trabalhos de preparação para o Censo Demográfico 2022, tive a oportunidade de visitar muitas novas comunidades indígenas recentemente instaladas na periferia de Manaus. Há uma expressiva diversidade de sítios em que foram instaladas com diferentes características, variando desde áreas em transição cidade-floresta, onde os habitantes ainda conseguem plantar e colher alguns gêneros básicos, até áreas de ocupação densa, com instalações precárias, que se assemelham com os espaços de favelas. Conversando com os habitantes, percebe-se uma dificuldade em definir causas específicas para a mudança, todas agregáveis sob o mote da busca de condições mais satisfatórias para a vida e a violação de direitos humanos fundamentais nas comunidades de origem. Nessas novas localidades, os indígenas passam a viver sob a suspeita da perda da identidade indígena[103].

De todo modo, o que se verifica é que nessas áreas os indígenas estabelecem novas sociabilidades, novos vínculos identitários com os locais que ocupam e, muitas vezes, formam novas associações para conquistar novos espaços de luta étnica para garantir condições mínimas de sobrevivência na cidade. Estamos falando, portanto, de novos processos de *territorialização* e de novas *situações territoriais*, conformados por meio do deslocamento e da multilocalização para garantir formas de viver melhor na cidade.

Essa experiência de mobilidade espacial entre os povos indígenas encontra alguma correspondência em sua trajetória histórica, marcada por longos deslocamentos em busca de condições mais seguras em termos de alimentação e

[103] Para uma discussão mais aprofundada sobre a situação dos povos indígenas em contexto urbano no Brasil, ver o recente artigo de Marlise Rosa e Rodrigo Reis (2023) no dossiê "Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina", por eles organizado na revista *Espaço Ameríndio*, disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/issue/view/4815, acesso em 02 fev. 2024.

subsistência. Por outro lado, vem sendo ressignificada pelas novas gerações, que veem no deslocamento não apenas a ampliação de seu território, mas a possibilidade de acessar e constituir novos espaços, de acordo com as suas necessidades.

Rita Segato (2005), em sua interpretação da "experiência territorial contemporânea", defende que alguns grupos têm demonstrado que:

> as pessoas carregam seu território nas próprias costas, e que se trata de territórios extensíveis, que crescem à medida que suas respectivas populações se expandem. Gradualmente, um povo pareceria não mais ser definido como o conjunto de habitantes de um território geograficamente delimitado, senão como um grupo que porta a heráldica de lealdade comum e, com isso, institui um território no espaço que ocupa" (SEGATO, 2005: 8).

Embora seja necessária cautela ao generalizar, a metáfora utilizada pela autora é pertinente no que diz respeito aos processos de territorialização, associados ao movimento incessante de reelaboração das relações espaciais e de poder, especialmente nos casos de grupos subalternizados, para garantir a continuidade de sua existência. Esses movimentos são acompanhados pelo acionamento de novas territorialidades, seja aquelas produzidas pelos próprios indígenas, como também a necessária convivência com novas territorialidades estatais próprias do espaço urbano.

Essas novas territorialidades se projetam a partir das expectativas dos sujeitos em deslocamento, seja como abstração, seja como uma relação efetiva (HAESBAERT, 2014), com uma nova base material em constituição sem que percam efetividade as territorialidades tradicionais relacionadas às comunidades de origem. Desenvolve-se, assim uma trama de relações socioespaciais no circuito aldeia-cidade.

Ao destacar alguns "fins" ou objetivos da territorialização, Haesbaert (2014: 68), destaca a busca de abrigo e segurança física; a procura por fontes de recursos materiais e/ou meio de produção que pode fortalecer o poder político econômico de certos grupos e/ou classes sociais; e a identificação de grupos sociais através de referentes espaciais. No caso dos povos indígenas, parece haver certa inversão no

sentido de que a estratégia de fortalecimento do poder político, em frentes diversas, é entendida como ferramenta para a conquista de situações mais satisfatórias de existência, inclusive, marcadas pelo reconhecimento de seus direitos fundamentais.

Nesse esforço para pensar a situacionalidade dos sujeitos, deve-se ter em conta que a cada situação de territorialização, corresponde um conjunto de experiências territoriais vivenciadas, que articulam diferentes territorialidades zonais e reticulares para encontrar saídas para os desafios enfrentados. Essa existência multiterritorial, perpassando múltiplos territórios, permite a convivência e, quando necessário, a superação de algumas distâncias no cotidiano rionegrinos, apontando para várias situacionalidades experimentadas pelos sujeitos. A seguir, proponho algumas delas como exercício reflexivo sobre os processos de reterritorialização rionegrinos nas últimas décadas.

A primeira situação a ser destacada é de *violação de direitos fundamentais*, isto é, à alimentação, à moradia, à saúde, à educação, à comunicação ou à informação, que afeta a dignidade dos sujeitos, obrigados a conviver diariamente com a experiência da restrição e da escassez. Essas situações implicam normalmente em movimentos de desterritorialização das comunidades e a reterritorialização nas periferias das cidades em busca de novas possibilidades, principalmente aquelas que podem permitir o acesso a uma renda básica em curto ou médio prazos. Essa condição abriu caminhos, historicamente, para que atores não estatais tivessem atuação destacada na região, como os militares, os religiosos e, mais recentemente, as ONGs.

A *situação de mobilização* é configurada justamente como resposta às restrições vivenciadas e exige deslocamentos das lideranças para os centros urbanos em busca de ficarem mais próximos das estruturas burocráticas estatais. Atualmente, no Alto Rio Negro, como em muitas partes do país, muitas lideranças de grupos étnicos residem fora dos territórios tradicionais, considerando-se a extensa agenda de tratativas com o Estado em que se encontram inseridas. Representam também pontos de apoio para aqueles que precisam da cidade em alguma medida, seja para algum

tratamento de saúde temporário, seja para quem tem o objetivo de estabelecer a moradia definitiva.

A *situação de conflitos internos* também não pode ser desprezada em um território habitado por diversos povos e em que subsistem territorialidades tradicionais relacionadas principalmente aos limites de pesca e caça, às regras de convivência estabelecidas entre os grupos e pelas dificuldades de atendimento das necessidades de alimentação para todos os residentes. Com o adensamento dos centros missionários, esses são locais mais atingidos pela insegurança alimentar e onde mais intensamente se depende dos produtos que vêm da cidade para alimentação. Por outro lado, com a chegada da bebida alcóolica e, mais recentemente, das drogas ilícitas, têm crescido os casos de violência doméstica, o que acaba levando à decisão das mulheres de migrarem com seus filhos, normalmente para morar com algum parente com quem possam constituir uma rede de apoio. As mudanças climáticas têm se configurado como um fator complicador para os quadros de escassez. Nos últimos anos, têm se alternado anos de seca extrema, como em 2015 e 2016, e de enchentes históricas, como em 2021 e 2022. Na seca, muitas mudas e sementes de maniva são perdidas ou devoradas por pragas de lagartas e gafanhotos que se reproduzem em maior volume no calor. As águas dos rios ficam mais aquecidas, o que torna a pesca mais desafiadora. Nas cheias, as roças são inundadas e toda a produção é perdida. Nos últimos anos, enchentes nunca vistas fizeram com que boa parte das roças plantadas pelos indígenas na calha do Uaupés fossem inundadas, o que levou à perda da produção. Com a produção perdida, o acesso à alimentação se torna muito difícil, o que faz com que muitas famílias tenham que viver a partir de doações de parentes que se encontram na cidade.

As *situações de contexto urbano*, desafiadoras do ponto de vista analítico, reúnem o conjunto das diversas situações em que estão inseridos os indígenas nas cidades, desde as cidades mais próximas dos territórios tradicionais, como é o caso de São

Gabriel da Cachoeira, seja aquelas mais distantes, como é o caso da capital, Manaus. A presença indígena na cidade é constituidora de novas territorialidades, configuradas a partir de novas coletividades que, assentadas no compartilhamento do fato de serem indígenas buscando sobreviver na cidade, estabelecem objetivos comuns frente ao Poder Público e aos não-indígenas vizinhos. Constituem novas localidades, ruas e bairros que materializam redes de solidariedade local para garantir a vida em diáspora. Nesse novo contexto, são inúmeras as situações com que se confrontam, algumas delas exigindo a *contiguidade* e outras a *dispersão* estratégica, inclusive, no limite de se negar a própria condição indígena como forma de inserção, mesmo que precária, no mundo urbano. A vida na cidade também expõe os sujeitos ao desafio da reprodução da etnicidade, uma vez que os filhos nascidos na cidade encontram dificuldades por não terem acesso à vida na aldeia, ao contato permanente com as línguas faladas pelos pais e aos hábitos culturais que são mantidos pelas comunidades. O dilema dos "descendentes" e da continuidade dos grupos se amplifica nesses novos contextos. A vida na cidade também insere os indígenas em um novo campo da discussão dos direitos, uma vez que a propriedade do solo urbano e seu parcelamento são previstos em legislações que muitas vezes desconsideram essas novas formas de ocupação. Essas novas ocupações também se encontram envolvidas em inúmeras polêmicas quanto ao uso tradicional conforme previsto na Constituição que, mesmo que comprovado nas novas localidades, encontra ainda muitos empecilhos quanto aos processos de identificação e delimitação. Certamente, a presença crescente dos indígenas nas cidades brasileiras enseja o desenvolvimento de um novo marco legal que forneça maior segurança jurídica nas áreas ocupadas e a extensão dos direitos à saúde e à educação escolar diferenciadas nesses novos contextos.

Muitas pessoas com quem dialoguei nesses últimos anos apontam a *situação de trânsito* como uma necessidade cada vez mais frequente diante dos desafios das situações citadas acima. Esse trânsito articula a comunidade e a(s) cidade(s), na

iminência de atender muitas vezes às necessidades da rede familiar dispersa entre essas duas realidades. Além das migrações para longa permanência, uma realidade importante em São Gabriel é a permanência temporária para o recebimento de benefícios e a compra de insumos básicos para as necessidades mensais nas comunidades. A Prefeitura disponibiliza abrigos em situação precária, improvisados em barracões em áreas distantes do centro. A cidade não dispõe de infraestruturas adequadas para a recepção dessas pessoas que muitas vezes acabam permanecendo nas ruas ou em acampamentos à beira do rio ou em ilhas nas proximidades da cidade. Esse período de permanência na cidade é marcado por conflitos, consumo de bebidas alcóolicas e exposição a diversos tipos de violência, seja física, seja por meio de frequentes golpes aplicados por comerciantes no intuito de se apoderar dos benefícios recebidos pelos indígenas.

Por muitas vezes, esse trânsito transcende as fronteiras políticas, constituindo-se como uma *situação transfronteiriça,* marcada pelo acionamento estratégico de serviços de um ou outro país e pelas redes de parentesco que ultrapassam os limites oficiais. É importante destacar que no Alto Rio Negro e no Alto Içana há fluxos entre as comunidades e a cidade colombiana de Mitu, que se constitui como importante centro local, com voos diários para a capital, Bogotá.

O quadro a seguir procura sintetizar as situações aqui descritas, buscando estabelecer as experiencias multiterritoriais e as novas territorialidades a elas associadas.

Quadro 4: Situacionalidades dos sujeitos nos processos de territorialização

<table>
<tr><th rowspan="2">Situacionalidades</th><th rowspan="2">Experiências multiterritoriais</th><th colspan="2">Novas territorialidades</th></tr>
<tr><th>Modalidades de territorialização</th><th>Sentido da apropriação territorial</th></tr>
<tr><td>Violação de direitos nas comunidades de origem</td><td>Desterritorialização pela restrição e escassez nas comunidades
Reterritorialização precária nas periferias urbanas
Manutenção de vínculos familiares e afetivos com as comunidades de origem</td><td rowspan="4">Novas coletividades urbanas por meio de novas aldeias, comunidades, ruas, bairros indígenas etc.
Novos territórios indígenas em contexto urbano
Defesa do território indígena na cidade</td><td rowspan="4">Acesso à escolarização e à universidade, à saúde, à informação, ao emprego e à subsistência econômica
Acesso facilitado às estruturas político-administrativas não-indígenas e aos demais espaços de representação política
Superação da escassez, da fome, da insegurança</td></tr>
<tr><td>Mobilização</td><td>Localização junto aos centros decisórios
Manutenção dos vínculos com as comunidades de base</td></tr>
<tr><td>Conflitos internos nas comunidades de origem</td><td>Instabilidade socioespacial e política nas comunidades
Reterritorialização precária nas periferias urbanas</td></tr>
<tr><td>Contextos urbanos</td><td>Desterritorialização devido aos conflitos nas comunidades
Reterritorialização precária nas periferias urbanas
Questão habitacional, “ser da”/“estar na” cidade (questão geracional)</td></tr>
<tr><td>Trânsito</td><td>Deslocamento permanente cidade/comunidade</td><td>Territorialidades de trânsito entre territórios indígenas em diferentes contextos</td><td>Apropriação estratégica de elementos das comunidades e das cidades
Cidade como ponto de apoio, passagem, estadia sazonal</td></tr>
<tr><td>Transfronteiriça</td><td>Acionamento de diferentes estruturas político-administrativas</td><td>Comunidades transterritoriais formadas por indígenas com dupla cidadania
Reivindicação do direito de trânsito internacional</td><td>Apropriação estratégica de serviços de estruturas político-administrativas distintas
Manutenção de vínculos territoriais e de parentesco tradicionais</td></tr>
</table>

Elaboração: Fernando Damasco, 2024.

Nota: Considerar que este quadro, longe de ser exaustivo, representa o esforço de sistematização das situações associadas à dimensão intersubjetiva da territorialização com foco na perspectiva da mudança. Evidentemente, no Alto Rio Negro, subsistem situações de territorialização no âmbito dos territórios tradicionais, conforme detalhado no Capítulo 4.

Desafios para a gestão indígena

Ainda no que se refere à consolidação de um projeto político de autonomia, cabe refletir sobre o papel político exercido pela FOIRN entendendo-a como uma unidade ativa, isto é, um grupo humano caracterizado por uma cultura comum e uma organização que lhe permite subsistir como tal (MONTBRIAL, 2008). É fato que, diante do trabalho realizado nesses mais de 30 anos de atuação, a FOIRN desenvolveu uma estrutura administrativa pujante. Representando aproximadamente 750 comunidades do Alto, Médio e Baixo Rio Negro, conta atualmente com uma base de 90 associações filiadas. Em seu site na internet, define da seguinte forma seu trabalho com as comunidades:

> A FOIRN busca apoiar as associações em suas iniciativas produtivas, de controle social ou de promoção da cultura, lazer, educação, saúde e outras áreas de atuação. Oficinas de formação em gestão, acompanhamento de projetos, reuniões, assembleias, articulações políticas, captação de recursos e de parcerias para as associações estão entre as atividades fomentadas pela FOIRN, com o suporte dos seus principais parceiros e apoiadores. Nosso objetivo é que as associações indígenas de base tenham cada vez mais autonomia, trabalhando de forma consistente e contínua pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Associações fortalecidas significam comunidades saudáveis, autônomas e unidas em benefício do bem comum[104].

A grande rede de mobilização constituída pela FOIRN vem se fortalecendo e ampliando suas esferas de atuação. Por meio de parcerias cada vez mais estruturadas e de aportes mais volumosos de recursos, a organização tem assumido funções relacionadas ao provimento de infraestrutura e de serviços básicos quando considerados estratégicos para viabilizar os objetivos do movimento indígena. A partir de 2023 está em curso uma grande ação de distribuição de antenas de internet por satélite para comunidades consideradas estratégicas. Também foi comunicada a entrega de triciclos para apoiar os deslocamentos dos indígenas em localidades onde

[104] FOIRN. Fortalecer e apoiar as associações de base. Disponível em: https://foirn.org.br/fortalecimento-das-associacoes/, acesso em 18 nov. 2023.

é necessário o translado por terra com grandes quantidades de mercadorias. A FOIRN criou ainda um fundo específico para financiar projetos de suas associações vinculadas, que atualmente apoia mais de 50 projetos executados em toda a área de abrangência da federação.

Todo esse escopo de atuação exigiu a profissionalização da federação, que se encontra hoje organizada 10 departamentos ou setores e em 5 coordenadorias que dinamizam o trabalho no território (figura 84).

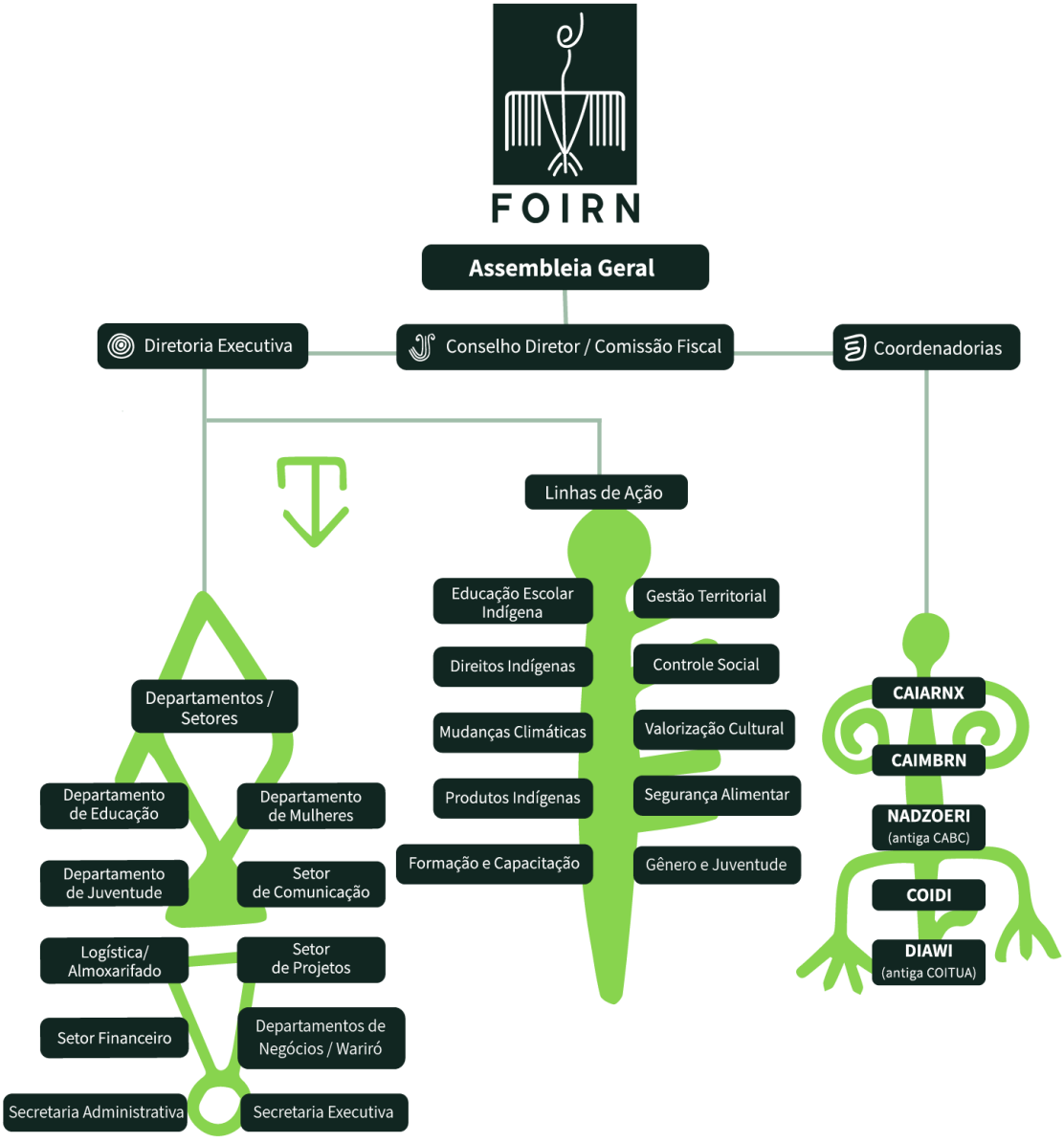


Figura 83: Organograma da FOIRN. Fonte: FOIRN, 2023.

Embora não seja publicamente divulgado o orçamento total, certamente maneja recursos vultosos advindos dos atuais apoiadores, formados por grandes fundos de Estados e empresas multinacionais voltados à conservação, como é o caso dos recursos repassados pela Embaixada Real da Noruega no Brasil, pela Bezos Earth Fund e pela Aliança Climática –, como também por organizações não-governamentais captadoras de recursos provenientes de fundos estatais e grandes empresas, como é o caso do próprio ISA e da Nia Tero. Integra-se, portanto, a um circuito internacional de fontes financiadoras de iniciativas de conservação, destacadamente em grandes mosaicos de áreas protegidas, como é o caso do Rio Negro, o que implica em grandes esforços de comprovação pública de suas atividades.

A FOIRN encontra-se inserida, portanto, em relações políticas que ultrapassam e muito o Rio Negro, tendo ganhado projeção internacional por sua relevância ambiental e nacional nos temas que envolvem a política indígena, sendo sempre uma opinião muito respeitada a partir de seus pronunciamentos públicos. Além disso, é reconhecida pela eficácia no desdobramento de projetos de desenvolvimento comunitário, como é o caso da pimenta Baniwa e na produção e distribuição de artesanatos.

Em discurso durante a inauguração da nova sede da loja de artesanatos indígenas Wariró, o Presidente da FOIRN, Marivelton Barroso, definiu bem a expectativa de ação da FOIRN junto aos governos nos próximos anos:

> A gente é uma organização muito bem-conceituada. Hoje a gente não pede do governo. A FOIRN oferta, apoia o governo. Tem um posicionamento muito firme de seu controle social. Antes, era o governo que tinha que investir ou fazer, mas agora nós somos parceiros, a gente faz conjuntamente a partir de acordos (Marivelton Barroso, Baré, presidente da FOIRN em discurso de inauguração da nova sede da FOIRN, 16/02/2024).

Trata-se, portanto, de um novo modo de relacionamento entre as organizações indígenas e o Estado, que passa a compartilhar a execução de algumas de suas políticas com os próprios indígenas. O instrumento jurídico dos Acordos de

Cooperação Técnica e dos Termos de Execução Descentralizada vêm sendo cada vez mais frequentemente utilizados para o intercâmbio técnico entre os governos e as organizações, principalmente após o retorno do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, com apoio dos indígenas, mediante acordo de maior representatividade e participação na gestão da máquina estatal, o que se concretizou com a instalação do Ministério dos Povos Indígenas no início de 2023.

Essa projeção crescente da FOIRN é inversamente proporcional à importância adquirida pelo Poder Público Municipal, que vive uma crise crônica de recursos à disposição para a execução de políticas públicas, dependendo quase que exclusivamente do Governo Federal para custear despesas básicas. Do montante atual de R$ 90 milhões de receitas da Prefeitura em 2022, cerca de R$ 87 milhões (96,6%) são provenientes de repasses dos governos federal e municipal. A situação de atendimento de serviços públicos se agrava com um histórico de ineficácia na gestão dos recursos adquiridos, tendo vários prefeitos implicados em pendências na comprovação dos gastos junto à Controladoria-Geral da União.

As distâncias continuam a ser um fator decisivo para o desenvolvimento de políticas e projetos de toda ordem. Esse fator influencia a percepção de que as atribuições do Poder Público devem ser mantidas. Ao refletir sobre a eficácia das demarcações, Braz França ressalta que as maiores dificuldades continuam a ser com o financiamento de iniciativas de desenvolvimento comunitário para os indígenas:

> Eu acho que não atrapalhou, mas também nada ajudou muito né? Eu acho que pra uma região de mata, terra indígena, uma região como esta aqui... se não vem investimento não pode desenvolver. Então quem tem que investir? Quem tem que investir eu acho que o Poder Público, né? Se o governo não investe em nada, a gente não pode desenvolver, né? Você criar uma associação pra falar de política é uma coisa, outra coisa é agir, fazer com que as coisas aconteçam (informação verbal[105]).

[105] Entrevista concedida por FRANÇA, Braz. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 2 arquivos M4A (150 min.).

Com certeza, a FOIRN em diversos momentos teve que assumir certo protagonismo na execução de projetos até para demonstrar sua eficácia para um público de gestores descomprometido com o trabalho com os povos indígenas. Entretanto, nunca abandonou a perspectiva de que o protagonismo do Poder Público na indução de políticas não pode ser abandonado.

Também por isso, desde 2022, os povos indígenas no Brasil, por meio da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil – APIB, na campanha denominada "Aldear a política", decidiram incentivar a candidatura de lideranças indígenas para cargos estratégicos, buscando reverter a tendência histórica de sua sub-representação nos espaços institucionais:

> Como parte importante desse horizonte, mais do que nunca, faz-se necessário lutar contra as desigualdades no processo eleitoral e no sistema político brasileiro. Historicamente somos invisibilizados, geralmente em razão da nossa identidade étnica, e por conta do racismo institucional, do preconceito e da discriminação que induzem a sociedade a ignorar a nossa condição de sujeitos políticos, protagonistas do nosso destino. O resultado dessa exclusão é a sub-representação gritante dos nossos povos nos parlamentos, situação que atinge também as mulheres e os negros (APIB, 2022).

Desde então, é recorrente a reflexão sobre a relevância de uma candidatura indígena à Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira que, em toda a sua história, teve apenas um prefeito indígena apontado pelo movimento – Pedro Garcia, entre 2009 e 2012 –, cujo mandato foi considerado problemático pelos povos indígenas em virtude de interferências de interesses de seu partido à época do mandato. Em janeiro de 2024, foi anunciado o lançamento da pré-candidatura de Marivelton Barroso, presidente da FOIRN desde 2013, ao cargo de prefeito de São Gabriel da Cachoeira pelo partido Rede Sustentabilidade, o mesmo da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (figura 85).

Figura 84: Lançamento da pré-candidatura de Marivelton Barroso a prefeito de São Gabriel da Cachoeira, ao lado da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (à esquerda) e da Presidente da FUNAI, Joênia Wapichana (primeira à direita). Fonte: Rede Sustentabilidade, 23/01/2024.

Essa articulação em múltiplas escalas da FOIRN que garante certa estabilidade como uma referência no mundo do indigenismo e das questões ambientais não implica que não haja problemas significativos a serem enfrentados para manutenção de sua rede territorial em escala local. A começar pelos frequentes questionamentos das lideranças tradicionais das comunidades às atuais lideranças que, para dar conta de toda a burocracia dos projetos, precisam cada vez mais dedicar-se à agenda técnica exigida pelas instituições parceiras. Se a tecnificação das lideranças é entendida por alguns como um problema, por outros, é vista como um trunfo, pois se tornam interlocutores qualificados para tratar com as diferentes esferas do Estado, além de pensarem saídas criativas para os problemas que se defrontam. Os riscos da burocratização, que são bem conhecidos, todos, de qualquer organização política, estão sempre vulneráveis.

Ao refletir sobre as relações entre território e cidadania, Milton Santos (2007 [1987]) destacava a necessidade de que as realidades locais se tornassem “um ponto de partida para o raciocínio dos administradores, e não apenas o lugar de ações

desencontradas, e por isso mesmo estruturalmente ineficazes" (p. 146). A reflexão sobre a relevância da realidade local para a composição de políticas públicas tem sido preocupação de vários autores, mas há certo consenso sobre a importância de que as políticas dialoguem ao máximo com a questão espacial, sob o risco de se tornarem inócuas antes mesmo de sua implementação.

De fato, em um país imenso e diverso, profundamente marcado pela colonialidade, como é o Brasil, a localização continua a ser um marcador importantíssimo para o atendimento de direitos fundamentais. Essa localização é sempre relacional, subjacente à classificação de quem lança o olhar, isto é, de quem elabora as políticas. No que se refere aos povos indígenas, essa questão é perpassada ainda pela situação administrativa da ocupação, isto é, derivada de sua localização em terras oficialmente demarcadas ou não, em áreas urbanas ou rurais, como atualização das classificações coloniais que marcaram o indigenismo brasileiro.

Todos sabemos o quanto a cidadania é territorialmente mediada à medida que a promoção dos direitos fundamentais pelo Estado obedece, em primeiro lugar, à organização político-administrativa do próprio Estado, sofrendo, a partir daí, diversas interferências em choques com interesses regionais ou locais que se projetam na política que se pratica no nível local. Entre os indígenas, se é verdade essa premissa, é fundamental compreender que o componente territorial, histórica e geograficamente, se constituiu numa questão mediadora dos seus direitos fundamentais.

Nos anos de grande instabilidade quanto à definição dos limites oficialmente reconhecidos pelo Estado, como demonstramos no capítulo 5, os indígenas experimentaram diversas consequências em relação aos direitos à circulação pelo território, nos conflitos de atribuições quanto à assistência de saúde e educação, na questão do acesso ao crédito agrícola, entre outros. A partir do momento em que uma terra é reconhecida como de ocupação tradicional indígena, mesmo que de

propriedade do Estado, como prevê a Constituição, ela passa a ser considerada como um território diferenciado, com prerrogativas e condicionantes que devem ser considerados. O procedimento administrativo estabelece um novo território também do ponto de vista administrativo que estabelece um novo estatuto para orientar as ações estatais naquele recorte.

Em nosso contexto, portanto, diante do esbulho histórico a que foram submetidos e da dificuldade em serem reconhecidos como sujeitos de direitos, a construção de cenários mais satisfatórios de efetivação da cidadania pelos povos indígenas é orientada através de dois movimentos complementares e, normalmente, simultâneos e cíclicos:

- A insistência no processo administrativo de reconhecimento territorial, que contribui para estabelecer uma responsabilidade forçosa da burocracia estatal com o grupo, além de um nível diferenciado de legitimidade social e política;
- A construção de novas situações territoriais conforme as necessidades práticas do cotidiano local e da sobrevivência do grupo, que podem envolver deslocamentos, reassentamentos, abertura de novas aldeias, em áreas rurais ou urbanas, que podem, em última instância, suscitar novas demandas por reconhecimento.

Trata-se, portanto, de processos de territorialização que envidam o estabelecimento de novas territorialidades, múltiplas, e o ajustamento entre diferentes atores do jogo político local e regional. Em relação ao primeiro grupo, parece haver hoje maior abrangência operacional por parte do Estado, embora subsistam inúmeras tentativas legislativas de buscar inserir empecilhos para a efetivação do direito territorial. Quanto à segunda, entretanto, não há qualquer preparação para sua absorção nos meios estatais, que tende a preferir enquadrar tais situações como produto de um processo do abandono da indianidade.

As decisões recentes quanto à aproximação do movimento indígena com o Estado, principalmente a partir da candidatura do presidente da federação indígena à Prefeitura Municipal, precisarão ser mais bem aprofundadas a partir da própria dinâmica dos acontecimentos. Entretanto, nos fazem refletir sobre como se desdobrará o encontro entre as características mais fluidas de tomada de decisão entre os indígenas com a dureza da burocracia estatal. Resta saber também o quanto a chegada ao poder estatal implicará na atuação do movimento indígena, seja no exercício do controle social, seja em sua perspectiva de manutenção de um modo próprio de gerir seus territórios. Em outras palavras, será preciso acompanhar o quanto a gestão indígena penetrará as estruturas estatais, de modo a contribuir, inclusive, para a sua transformação. Os próximos anos serão decisivos, portanto, para entendermos melhor as novas feições do projeto indígena de autonomia no Alto Rio Negro.

Do outro lado da fronteira

Experiência de autonomia e gestão indígena do território no Vaupés colombiano

O movimento indígena colombiano possui uma longa trajetória de mobilizações e de articulações com significativa diversidade regional, considerando-se as especificidades geográficas e históricas do País. Define-se, em geral, o Massacre de La Rubiera como o acontecimento que estabeleceu o marco inicial de conscientização da sociedade colombiana acerca do reconhecimento dos direitos indígenas. Ocorrido em 1967 na região de Arauca, fronteira com a Venezuela, o massacre consistiu no assassinato de pelo menos 16 indígenas Cuíba por fazendeiros após serem convidados para um jantar ao lado de uma casa na fazenda La Rubiera. Quando começaram a comer, os indígenas foram atacados com armas, facões, machadinhas e porretes. No julgamento, os assassinos alegaram que não sabiam ser proibido matar indígenas, a quem eles compararam a cervos.

Os assassinatos geraram comoção em diversos setores da sociedade colombiana, envidando a criação de um conjunto de mecanismos de proteção aos povos indígenas, entre eles a execução do primeiro Censo Indígena, conduzido pelo Departamento Nacional de Estatísticas – DANE, e a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, em 1972.

A Constituinte colombiana de 1991 contou pela primeira vez com a participação de dois representantes indígenas que souberam aproveitar os anseios por revisão da forte centralização política da Carta de 1886 e, juntamente às propostas de autonomia para estados e municípios, aproveitando uma "brecha de implementação" (MUÑOZ ONOFRE, 2016), conseguiram inserir no texto constitucional um conjunto importante de prerrogativas de proteção e autonomia dos povos indígenas.

A Constituição de 1991, além de definir os indígenas como sujeitos de direitos, reafirmou e fortaleceu a categoria territorial dos resguardos indígenas, figuras de propriedade coletiva da terra com origem na colônia espanhola, agora redefinida como área de propriedade coletiva dos povos indígenas e não alienável (artigo 329). Essa é uma primeira diferença fundamental em relação à Constituição brasileira de 1988, que definiu as Terras Indígenas como propriedades da União com usufruto exclusivo dos povos indígenas (artigo 231). A nova constituição colombiana definiu os territórios indígenas como Entidades Territoriais dotadas de autonomia para gestão de seus interesses dentro dos limites da Constituição e da Lei (artigo 286). Teriam,

portanto, direito a governar-se por autoridades próprias, administrar recursos públicos, estabelecer os tributos necessários para o cumprimento das funções e participar do orçamento nacional. A constituição previu ainda que os territórios indígenas deveriam ser governados por conselhos conformados e regulamentados conforme os usos e costumes das comunidades indígenas (artigo 330), inclusive com direito de jurisdição especial, isto é, de aplicação da Justiça conforme os costumes dos próprios povos (artigo 246).

Apesar desse considerável avanço, a Constituição colombiana deixou em aberto o procedimento de criação das Entidades Territoriais Indígenas – ETI, cujo processo de reconhecimento deveria ser definido na Lei Orgânica de Ordenamento Territorial. Essa lei, que só foi promulgada em 2011 (Lei n. 1454), acabou protelando para outro instrumento legislativo a regulamentação das ETIs. Durante esse período de indefinição legal, o governo colombiano, em 1993, por meio do Decreto 1.088, reconheceu as Associações de Autoridades Tradicionais Indígenas – AATIs, que passaram, em cenário de transição, a ser reconhecidas como autogoverno dos Povos Indígenas reconhecidas como entidades públicas de natureza especial integrantes do Estado. Recebem e administram recursos do governo central para a gestão das comunidades. Em muitas regiões, as AATIs passaram ser as únicas autoridades públicas presentes, uma vez que o conflituoso processo de formação territorial colombiano não constituiu municípios em todo o território nacional, restando inúmeras áreas não municipalizadas normalmente habitadas pelas comunidades indígenas (RIVERA e GÓMEZ, 2006).

Em 2018, por meio do Decreto Presidencial n. 632, o Governo Juan Manuel Santos Calderón define normas para funcionamento dos territórios indígenas em áreas não municipalizadas dos departamentos do Amazonas, Guainía e Vaupés. O decreto define os princípios que devem guiar os governos indígenas, entre eles o desenvolvimento próprio, a autodeterminação e a constituição de Planos de Vida devidamente compatibilizados com o Plano de Desenvolvimento Nacional. O artigo 18, em especial, prevê que sejam firmados "Acordos Interculturais", atos administrativos que discorrem sobre as funções a serem assumidas por cada território indígena, seus mecanismos de coordenação e de articulação com as administrações dos departamentos em que se encontram inseridos.

Essa trajetória de atribuição de crescentes patamares de autonomia é uma conquista dos povos indígenas perante o Estado colombiano. No Vaupés, a recuperação dos resguardos que tinham sido eliminados foi uma prioridade da luta dos povos indígenas na primeira metade do século XX. A criação de novos resguardos só foi retomada após a Lei 135, de 1961, de reforma agrária, tendo sido esse o marco

de criação dos resguardos na região (ROSSI IDÁRRAGA, 2020). O Conselho Regional Indígena do Vaupés (CRIVA) foi criado em 1973 durante uma grande reunião de lideranças na cidade de Mitú e, nos anos seguintes, configurou-se como principal estrutura de representação política dos povos dos resguardos junto ao Estado colombiano.

A criação do CRIVA foi incentivada sobretudo por missionários javerianos através da Prefeitura Apostólica de Mitú. Entre os temas discutidos nessa primeira assembleia estavam a estrada Transamazônica, que estava sendo proposta pelo Brasil, a saúde, a educação e o território (ROSSI IDÁRRAGA, 2020). A criação do CRIVA acabou culminando com o reconhecimento do resguardo em 1982, mesmo ano em que foi fundada a Organização Indígena de Colômbia (ONIC). Com a promulgação da Constituição de 1991, o CRIVA ganhou autonomia política, passando a gerir os recursos destinados ao resguardo em montante proporcional à população e ao território atendidos. Essas circunscrições são compreendidas como um conjunto de comunidades e, do ponto de vista administrativo, configuram núcleos mínimos do governo colombiano.

A autonomia conferida ao CRIVA, na visão de alguns autores (JACKSON, 2020; ROSSI IDÁRRAGA, 2020) funcionou como uma espécie de "armadilha", considerando-se que abriu caminho para um conjunto de práticas de corrupção e criminalização dos gestores indígenas, que ocupavam os cargos sem a preparação necessária para lidar com a burocracia estatal. Esse processo abalou a credibilidade do CRIVA, fazendo com que as AATIs e outras organizações zonais passassem a representar diretamente as comunidades junto ao governo colombiano. Cabe ressaltar que o repasse de recursos pelo governo colombiano é realizado de acordo com o território, isto é, para que possam administrar recursos, as organizações indígenas precisam referir um território e uma população que representem. Até hoje, o Resguardo do Vaupés encontra-se dividido em organizações zonais indígenas e AATIs, que são mantidas a partir de aportes orçamentários provenientes da Prefeitura de Mitú e do governo do departamento (ROSSI IDÁRRAGA, 2020).

Cabe ressaltar que todos esses acontecimentos foram acompanhados de sucessivas invasões da cidade de Mitú por forças armadas, sejam guerrilheiros das FARC ou de grupos paramilitares, sobretudo no período compreendido entre 1988 e 2005 (MEZA MAYA e REYES ALBARRACÍN, 2020), com duas tomadas completas da cidade – em 1988 e em 1998. Somente após 2005, a capital do departamento do Vaupés retornou ao controle do exército colombiano com o reestabelecimento do acesso fluvial ao restante do território nacional. Os governos indígenas têm demonstrado neutralidade em relação ao conflito armado, tendo recebido, no ano 2000, o Prêmio Nacional de Paz por seu projeto de coalisão de trabalho para manter a neutralidade e

a autonomia das comunidades frente as ameaças dos atores armados (JACKSON, 2020).

Recentemente, em maio de 2023, valendo-se da previsão do Decreto 632 de 2018, um conjunto de associações dos departamentos de Amazonas, Guainía e Vaupés vem requerendo ao governo colombiano seu reconhecimento como Entidades Tradicionais Indígenas (ver, no Apêndice 14, a Declaración de 14 gobiernos indígenas de la Amazonía oriental colombiana le hablan al próximo presidente de Colombia). No texto, denunciam a criação de municípios em áreas tradicionais indígenas, as dificuldades burocráticas colocadas pelo governo colombiano para reconhecimento dos conselhos indígenas[106] e a persistência de projetos desenvolvimentistas extrativistas nos territórios. Persistem até hoje na Colômbia inúmeras ameaças sobretudo ligadas à mineração predatória, potencializada pelo Decreto 685, de 2001, em que o governo de Álvaro Uribe Vélez permitiu a identificação de Zonas Minerárias Indígenas, que correspondem a áreas dentro das reservas indígenas em que a exploração mineral deve ocorrer pretensamente com a participação das comunidades, com supressão do direito dos indígenas de vetarem a exploração em seus territórios (MUÑOZ ONOFRE, 2016).

Do ponto de vista da organização comunitária, os indígenas colombianos buscam estabelecer parcerias com fundos internacionais de investimento em projetos de sustentabilidade através da mediação de organizações não-governamentais como a Fundación Gaia Amazonas e a Fundación Etnollano, ambas sediadas em Bogotá e dedicadas a acompanhar as iniciativas de governança das comunidades indígenas em temas como saúde, educação intercultural e economia comunitária. Realizam um trabalho muito semelhante ao do ISA no lado brasileiro do Alto Rio Negro, com quem já realizaram atividades em comum, como o mapeamento de sítios sagrados e a participação em assembleias, seminários e eventos nos dois lados da fronteira.

Quando analisado em perspectiva com a trajetória dos indígenas rionegrinos no Brasil, no caso colombiano, apesar das maiores conquistas no que se refere ao direito à autodeterminação indígena, houve custos maiores para a manutenção da unidade dos diferentes grupos no interior dos resguardos. A assunção das lideranças indígenas a cargos administrativos ocasionou rupturas significativas na rede de mobilização indígena, fazendo com que o CRIVA hoje não administre mais recursos governamentais, estando a gestão orçamentária a cargo de unidades menores

[106] Nas palavras de Margarita Chaves e Juan Felipe Hoyos, o Estado colombiano criou “políticas diferenciadas que implicam em procedimentos administrativos não diferenciados” (CHAVES e HOYOS, 2011: 133).

diretamente ligadas aos capitães das comunidades. Embora as lideranças permaneçam empenhadas no reconhecimento das ETIs, há frequentes críticas de que a "estatização" das lideranças indígenas, em muitos casos, terminou sendo nociva para alguns povos, considerando-se a elevada fragmentação de suas comunidades.

É preciso reconhecer, entretanto, que a experiência colombiana de autonomia indígena, com suas limitações, permitiu que os indígenas se tornassem operadores do Estado, competindo com entes privados na operação de serviços como saúde e educação (CARRIÓN SÁNCHEZ, 2018). Com todos os seus problemas, trata-se de uma experiência singular de governo da Amazônia pelos próprios indígenas e de alargamento do Estado no sentido da diversidade étnica e cultural. Nas palavras dos próprios indígenas colombianos:

> Governar a Amazônia com a vitalidade dos nossos sistemas de conhecimento não é algo novo. É o caminho que os nossos antepassados ordenaram para manter a integridade física e cultural em toda a região. É por isso que contribuímos com os nossos sistemas de conhecimento e ação e apelamos às outras autoridades do Estado colombiano, à sociedade civil e a todos os cidadãos colombianos e mundiais para que reconheçam o papel político e organizacional dos 14 governos indígenas na garantia da integridade territorial do território colombiano. (...) **Nós somos o Estado.** (...) Temos reconhecimento constitucional como autoridades públicas de natureza especial, somos sujeitos e atores políticos que constituem e fazem parte do Estado colombiano. É responsabilidade do governo colombiano garantir e apoiar a nossa iniciativa de governar a nós mesmos. Todas as decisões relativas à Amazônia devem ser tomadas respeitando que somos um Estado intercultural. É necessário que passemos do reconhecimento formal dos direitos à sua garantia e efetiva concretização (*Declaración de 14 gobiernos indígenas de la Amazonía oriental colombiana le hablan al próximo presidente de Colombia*, maio de 2023[107], ênfase nossa).

A experiência colombiana merece certamente estudos mais aprofundados, principalmente no que se refere às consequências do projeto de autonomia para os indígenas e para o próprio sistema de governo colombiano. Se ela revela o aparente paradoxo entre a aquisição de autonomia e a crescente aquisição de responsabilidades administrativas no campo estatal, também alerta para o risco de excessiva fragmentação territorial que implica em dificuldades para a manutenção da unidade de mobilização que propõe e gere a mudança socioespacial. A articulação

[107] Disponível em: https://gaiaamazonas.org/en/noticias-y-comunicados/declaracion-de-14-gobiernos-indigenas-de-la-amazonia-oriental-colombiana-le-hablan-al-proximo-presidente-de-colombia/, acesso em 13 ago. 2023.

entre reconhecimento multicultural e descentralização administrativa acabou gerando "um marco de ação confuso em que se amalgamaram a racionalidade própria da administração pública e o discurso do reconhecimento multicultural" (CHAVES e HOYOS, 2011: 120).

Nos faz perguntar se há limites para a convivência entre crescente autonomia e reprodução da unidade de mobilização. O caminho escolhido pela FOIRN até então, baseado em parcerias estratégicas com o Estado, pode ter grande relevância para sinalizar formas possíveis de manutenção da integridade política das organizações dos povos indígenas.

Por outro lado, a excessiva vinculação entre definição de limites territoriais fixos e autonomia parece pouco compatível com a situação de porosidades e mobilidades que se verifica no Alto Rio Negro brasileiro atualmente. É de se questionar se a autonomia pretendida pelos povos indígenas no Brasil teria um compromisso mais alargado, que parte da preocupação com o território ancestral, mas a ele não se limita, no sentido de estabelecer projetos para as cidades de que retiraram os bens necessários para a sobrevivência e para a diversidade de campos de atuação – profissional, acadêmica etc. – e onde incidem sobre o mundo não-indígena.

A ocupação de cargos estatais não é novidade entre os indígenas no Brasil, mas recentemente alcançou novos patamares com a criação de um ministério específico e com a nomeação de dirigentes indígenas para a FUNAI. Os próximos anos serão decisivos, portanto, para entendermos melhor as novas feições do projeto indígena de autonomia no Brasil neste momento de reconquista do Estado em um contexto complexo, diferentemente do exemplo colombiano com suas áreas não municipalizadas, onde subsistem tensões entre as territorialidades indígenas e os territórios estatais dos departamentos.

Conclusões

> Quando a gente foi surgindo do buraco de Pedra, que é o lugar que a gente emergiu, ele foi dividindo o território para cada clã para ocupação, principalmente no Rio Aiari, no Rio Içana esses territórios clânicos estão bem divididos. Principais limites de territórios de clãs são igarapés, são lagos, florestas delimitadas, tudo isso. Então existem esses limites. Só que o sentido coletivo do uso desse território é coletivo. Alguém pode ir lá desde que comunique com o representante, com o cacique e que existe, de certa forma, essa gestão do território.
>
> Então, quando vem essas propostas, eram muito debatidas nessas assembleias. Como é que a gente vai dividir nosso território se a gente usa coletivamente esse pedaço da terra, esse pedaço do rio para fluir, para fazer roça, para fazer caçaria? Vem essa proposta de delimitar, a gente não vai poder usar mais esse pedaço da terra, esse pedaço do rio, né? Então foi nesse contexto é que começa essa discussão. Tanto é que teve no Içana, segundo o que relatam os nossos velhos, os nossos sábios, de que já tinha essa proposta de demarcação ali em forma de colônia, implantando o marco com cimento com concreto de cimento lá. E teve um momento que agravou a entrada desses garimpeiros. Teve luta também contra isso, não é? É dos comunitários. E como um sinal de que aquilo ali não era positivo, eles foram arrancar esses marcos e jogaram no rio para dizer que aquela terra ali continuava livre.
>
> Então foi nesse sentido que com essa coisa do sofrimento com invasão é que vem essa proposta ou surgimento do movimento indígena representada pela FOIRN. É que os nossos pais também entendiam e que aquele momento era importante lutar pela demarcação de terras, porque era uma forma de se proteger, de poder garantir a coletividade no direito coletivo ali para viver bem de acordo com nossas tradições, do uso e tudo mais (Informação verbal[108]).

O relato do Professor Juvêncio Cardoso, Baniwa, resume em poucas palavras a grande jornada percorrida pelos povos indígenas em processo de reelaboração de suas concepções e expectativas acerca do território a partir das situações que foram se construindo a partir da instauração do projeto da modernidade colonial no Alto Rio Negro. Ao longo dos últimos capítulos, optei por uma linha discursivo-argumentativa que, acredito, tenha possibilitado aos leitores

[108] Entrevista concedida por CARDOSO, Juvêncio. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (57 min.).

uma inserção nas diversas situações em que os indígenas estiveram inseridos, em um exercício de colocar-se entre situações geográficas. Após percorrermos essa trajetória de lutas e mobilizações, é preciso revisitar a questão central que buscamos responder. A trajetória dos povos do Rio Negro demonstra a sua enorme capacidade para "manejar" a multiterritorialidade que lhes é própria, constituída a partir de sua organização social e de seu sofisticado sistema de alianças políticas ancorado nas narrativas de origem.

Essa multiterritorialidade tradicional foi geográfica e historicamente ajustada pela constituição das instâncias estatais como interlocutoras privilegiadas diante do contexto de grandes transformações em que estiveram inseridos. Nenhuma liderança talvez discordaria que o território contínuo do Alto Rio Negro, conformado a partir da confluência política de aspirações, ideias e perspectivas para o futuro compartilhado por esses povos, se configura hoje como uma dimensão tão relevante como os territórios clânicos ou qualquer outra instância de organização socioespacial desses povos. A relevância desse território está justamente em seu papel articulador de um conjunto de possibilidades em termos de execução de políticas públicas e atenção básica capaz de garantir a continuidade de todo o conjunto de elementos que compõem a organização socioespacial desses povos.

A trajetória dos povos do Rio Negro demonstra que uma primeira pretensão fundamental do movimento indígena girou em torno da possibilidade de continuidade das práticas tradicionais, isto é, do direito a ser o que se é como garantia de reprodução daquilo que Arturo Escobar (2014) denomina "mandato ancestral". O ímpeto colonial por retalhar para administrar e consolidar a ocupação atingiu fortemente a organização coletivista dos povos indígenas. "Como é que a gente vai dividir nosso território se a gente usa coletivamente esse pedaço da terra?" A pergunta precisa trazida por Juvêncio é fundamental para compreender os esforços indígenas porque reflete o enfrentamento entre a lógica administrativa e burocrática do Estado em termos do desenvolvimento de um projeto geopolítico voltado à exploração

predatória da região e a lógica de uso e apropriação tradicional dos povos indígenas que reivindicavam o respeito à sua organização social e política também nos interstícios do Estado.

Se a diversidade de trajetórias, materializada nas diferentes línguas e formas de organização presentes no Alto Rio Negro, foi concebida inicialmente como um fator de fragilidade geopolítica e social por parte dos agentes estatais, os povos indígenas, por sua parte, souberam buscar nos elementos de sua organização socioespacial e nos elementos por eles conquistados do modo de vida dos brancos as ferramentas necessárias para a elaboração de um original projeto de autonomia territorial. A condição indígena, como princípio de classificação, lhes foi imposta pelos algozes da colonização como limitante social e espacial que os submetia à tutela jurídica por um Estado repressor. No âmbito da ação política (e espacial), entretanto, como esfera da possibilidade, as lideranças demonstraram que a situação indígena, sobretudo em sua dimensão geográfica, está sempre em disputa. Como realidade compartilhada por todos os grupos étnicos do Alto Rio Negro, a mobilização mostrou-se a mediação possível no sentido da configuração, também no plano administrativo e burocrático, de uma delimitação espacial capaz de traduzir a existência de uma realidade social e política distinta configurada pelo protagonismo dos povos indígenas.

Desde as pressões acerca dos eventuais benefícios financeiros da mineração, a possibilidade de acesso a crédito agrícola e a investimentos de infraestrutura por meio do Projeto Calha Norte e até as ofertas recebidas para ocuparem cargos oferecidos pela cúpula militar, todas essas possibilidades foram trabalhadas, com as inevitáveis vicissitudes, e submetidas à avaliação das consequências sobre o futuro do uso comum do território, elemento constituinte da cosmologia política rionegrina, assentada nas alianças pelos casamentos e pelas filiações clânicas.

De fato, entre os povos do Rio Negro, conseguimos identificar com relativa facilidade a existência de territórios ancestrais, relacionados às conformações

políticas originárias oriundas das distribuições de atribuições míticas aos diferentes grupos realizadas pelo demiurgo criador. O que vimos nesses capítulos é que, diante do avanço das relações coloniais, as lideranças indígenas souberam manejar essa multiplicidade de territórios, de modo que os seus interlocutores não-indígenas tivessem acesso a visões parciais desses territórios, estrategicamente selecionadas, que viabilizavam aos indígenas a lacuna necessária para compor seus planos de proteção e suas perspectivas de futuro.

Com os comerciantes dos regatões do período colonial, a mobilidade foi uma ferramenta fundamental, destacada como habilidade necessária para extrair os desejados produtos do extrativismo, mas igualmente necessária para garantir o refúgio nos momentos de captura e violência. Estabelecem territórios de refúgio sob a forma de sítios no interior da floresta, somente acessíveis pelos próprios indígenas. Em 2020, por ocasião da pandemia por Covid-19, muitas dessas localizações voltaram a ser acessadas por famílias que queriam evitar o contato com pessoas advindas de fora do território.

Diante do projeto assimilacionista salesiano, verificaram a oportunidade de retirar dos missionários algo que lhes servisse ao diálogo com o mundo branco; viram no modelo de controle espacial dos missionários, baseada na instalação dos centros missionários e nas visitas recorrentes às comunidades, um modelo eficiente de convencimento e articulação em torno de um objetivo comum que, se bem utilizado, poderia render resultados positivos não mais para a catequização, mas para um projeto alternativo de estabelecimento de uma sociedade indígena, assentada em novas bases. Reafirmam, neste momento, a importância e a autonomia dos grupos locais, tornados povoados, estabelecendo uma transição gradual entre as lideranças tradicionais e as lideranças políticas, em um esforço de reorganização das bases do sistema político local. E, diante da necessidade de migrar para os centros missionários para acesso aos estudos e à saúde, passam a reivindicar aquilo que Marcos Mondardo (2018) denominou de “multi/transterritorialidade”, seja ela fronteiriça, em termos da

possibilidade de acessar o território colombiano sempre que necessário, seja em termos da necessidade de estar eventualmente morando no centro missionário ou na cidade para satisfazer alguma necessidade temporária, sem que tenha se perdido a relação de moradia no grupo local de origem e os direitos de uso dos territórios tradicionais.

Ante os pesquisadores e assessores, os indígenas, sabendo ser necessária a tradução de suas formas de se organizar para a língua e para a compreensão dos brancos, detalham os elementos de sua organização social tradicional, mantendo-se, entretanto, restrições estratégicas quanto aos limites do que é revelado. Basta lembrar que, por ocasião do Censo Autônomo do Rio Negro, os indígenas solicitaram a retirada do quesito referente à informação sobre qual clã cada morador pertencia (AZEVEDO, 2003), sendo essa uma informação considerada sensível até os dias de hoje.

Frente à ameaça iminente de invasão e consequente fragmentação da região por garimpeiros, empresas mineradoras e militares, reelaboram o discurso político e as suas prioridades, concluindo que o território único era uma estratégia necessária para garantia dos arranjos políticos existentes, para a manutenção dos vínculos com os lugares ancestrais e para a continuidade dos grupos. Não medem esforços em realizar negociações, pressões por meio de ofícios e requisições, entrevistas para a imprensa, organizar eventos que buscassem comunicar que um território que abrigava uma diversidade de etnias encontrava-se em risco. Nascia o território do Alto Rio Negro como elemento comunicador e mediador intercultural necessário para a consolidação dos objetivos políticos comuns pactuados entre os povos. Por seu uso e relevância nas relações sociais, este território logo ganha enorme relevância, tornando-se elemento sintagmático para a compreensão da região.

Por outro lado, souberam antever o encadeamento de suas ações no tempo e no espaço, uma vez que souberam tecer alianças estratégicas com atores em que, em um primeiro momento, poderiam ser considerados secundários em uma disputa por

protagonismo político, como é o caso das ONGs no contexto dos anos 1980. Por outro lado, espacialmente, souberam articular o contexto político em nível global às suas necessidades locais, o que se materializou no projeto de sustentabilidade comunitária que coloca os povos indígenas como guardiões da floresta amazônica frente à sociedade nacional.

A síntese acima aponta para o fato de que, em nossos contextos de contato interétnico, a territorialização, para além de um processo de reorganização social e longe de ser protagonizada exclusivamente pelo Estado, implica sempre no reposicionamento dos atores diante da situação geográfica, especialmente a geopolítica, em que estão inseridos. Em outras palavras, deve sempre ser compreendida a partir da situacionalidade dos atores e implica não só na reorganização de velhos espaços, mas na invenção de novos contra-espaços, a que estão vinculados elementos socioespaciais inovadores. Permanentemente, buscam formas de passar de "desterrados na própria terra" (PORTO-GONÇALVES, 1984: 52) para uma nova situação em que tenham maior autonomia sobre o seu futuro.

Trata-se do esforço contínuo de "re-existência", isto é, como "o poder de recomeçar, de regeneração, de dar novos sentidos ou renovar os sentidos da existência" mobilizado pelos povos que não só resistem, mas estão em "um movimento permanente de reinvenção, reorganização, bebendo do passado, da tradição, das lutas presentes para inventar o futuro" (HURTADO & PORTO-GONÇALVES, 2022: 7). No caso do Alto Rio Negro, esse processo de re-existência esteve sempre articulado ao estabelecimento de uma nova condição de cidadania, configurando aquilo que Doreen Massey (2008: 212) definiu como uma geografia das "negociações no interior do lugar, do desafio de ligar lutas locais à possibilidade de uma política local com mentalidade aberta, de alcance para além do lugar".

Podemos afirmar, portanto, que a passagem de uma situação de violenta dominação colonial para um novo contexto configurado pelo reconhecimento do território e pelo desenvolvimento de um projeto de autonomia foi viabilizada a partir

de uma estratégia dotada de amplitude espacial e histórica protagonizada pelas lideranças indígenas que, compreendendo que suas ações ultrapassavam o instante e o local, teceram avaliações e soluções no âmbito de um jogo social e espacial que se projetou na escala das décadas e, espacialmente, em um trânsito de múltiplas escalas.

É nesse sentido que, analiticamente, podemos distinguir um campo de ação espacial indígena de maior amplitude espacial e de longa duração, conformando uma das dimensões situacionais da territorialização. Esse campo foi constituído a partir da coleção de situações que é caudatária do processo geo-histórico de territorialização. É composta, portanto, pelas trajetórias de des-re-territorializações configuradas pelas escolhas e decisões quanto à busca de uma nova organização político-administrativa para o território comum elaborado como estratégia de continuidade dos grupos.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que esse território foi consolidado como instância privilegiada de articulação com o campo estatal e com a sociedade não-indígena, persistem dificuldades que implicam certa redefinição da multiterritorialidade a partir de um movimento ampliado de territorialização no sentido de fluxos permanentes entre as comunidades e os espaços urbanos, considerados elos importantes de reprodução da vida, principalmente no que se refere ao acesso à escolarização, à saúde e ao trabalho remunerado.

A experiência do Alto Rio Negro demonstra que os movimentos de territorialização encontram-se em curso no âmbito de um projeto amplo de obtenção de uma vida digna. Diante do que vimos sobre o esforço indígena para a configuração do bem viver por meio de uma estratégia de construção do “viver melhor”, podemos destacar uma outra dimensão situacional da territorialização, mais restrita espacialmente e associada a respostas mais tempestivas às situações vivenciadas pelos sujeitos, seja individualmente, seja na convivência com os próximos. Essa dimensão é marcada pelos movimentos no sentido de configuração de novas frentes de territorialização materializadas pelo estabelecimento de novos locais de moradia e de

vida comunitária motivados pela superação imediata de situações desfavoráveis de escassez nas comunidades.

Os indígenas deram inúmeras lições, em períodos muito desfavoráveis politicamente, de que não pretendem renunciar dessa trajetória de construção do "viver melhor" como parte fundamental do projeto de atingir posições estratégicas no âmbito da sociedade nacional, seja em termos de ocupações profissionais consideradas importantes (médicos, enfermeiros, professores, engenheiros, funcionários públicos etc.), seja por meio da ocupação de cargos públicos com alguma possibilidade de reverter ações e políticas públicas capazes de transformar a realidade regional ou local. Na situação atual das aldeias e comunidades, para que esses objetivos sejam alcançados, a mobilidade geográfica é um elemento fundamental que possibilita o acesso, por parte de uma população em crescimento demográfico, a diferentes oportunidades inviáveis, por omissão estatal, em seus próprios territórios.

Essa dimensão situacional da territorialização associada às decisões dos povos indígenas de buscarem novas localizações constituírem novos territórios em contextos urbanos em busca de melhores condições de vida certamente demanda novos aprofundamentos por parte dos geógrafos, entendendo-os para além dos movimentos migratórios como tradicionalmente os interpretamos.

A diferenciação destas duas dimensões situacionais da territorialização parte da escalaridade das ações espaciais e unidades de mobilização, destacando duas frentes igualmente importantes do esforço indígena de transformação dos contextos negativos em que se encontra(va)m inseridos. Essa abordagem inaugura um conjunto de possibilidades analíticas para a reflexão sobre os múltiplos processos de territorialização e situações territoriais vivenciados pelos povos indígenas no Brasil, devendo, inclusive, adentrar o *modus operandi* das políticas públicas, de modo que essas novas redivisões territoriais possam ser reavaliadas, em um plano intercultural, quanto à sua continuidade e/ou reorientação, como revela a disposição das lideranças para encontrar soluções em comum para os problemas que lhes afetam:

> Passados mais de 20 anos do reconhecimento e demarcação de parte das terras indígenas da região, o grande desafio para nós, além de garantir os direitos territoriais e culturais já conquistados, é pensar a gestão e governança de nossos territórios frente aos novos contextos. Pois, ainda que estejamos pensando e vivendo nossas vidas em nossos territórios, falando nossas línguas, fazendo nossas roças, pescando, caçando, fazendo nossas festas e rituais, já não vivemos mais como antigamente. Muita coisa mudou desde que nossos avós entraram em contato com os não-indígenas, o que trouxe muitos problemas para nossos povos e comunidades, mas também novos desafios e oportunidades (PGTA-Wasu, 2021: 8).

Em nosso contexto, antes de ser a última fronteira da cidadania (FERRÃO, 2020), o território foi o marco zero de diferenciação entre o acesso e a vedação de direitos, entre existir e não existir, e certamente continuará sua trajetória de mediação da dignidade. Os povos do Rio Negro demonstram continuamente que tiveram que lutar pelo reconhecimento formal do território, mas que essa luta se atualiza quando eles precisam construir novos territórios para sobreviverem e terem a dignidade a que todo cidadão tem direito, independentemente de onde viva. Em 1995, em texto para as demais lideranças indígenas, Gersem Luciano, ao realizar um balanço da atuação da FOIRN e ao definir o projeto de autonomia indígena dentro do que chamou de "política de alianças", concluía que:

> O mais importante para que tudo isso tenha sentido, como também a demarcação das terras, seria o de ter um projeto político definido. Não me refiro, sob qualquer hipótese, sobre politicagem, nem política partidária, mas a um projeto de futuro autêntico do que se quer e do como se quer continuar vivendo, enquanto povo ou membro de um povo dentro da realidade atual (do mundo como tal é hoje). Tal atitude nos convida a superarmos definitivamente o nível da resistência, para a construção de uma história própria e viável afirmando nossa condição étnica e cultural dentro de um mundo que quer ser e tem que ser plural (LUCIANO, 1995, s/p.).

Por meio de uma ação espacial efetiva, o movimento indígena, exemplarmente, tem buscado se reafirmar a partir das situações em que novos territórios são construídos e reivindicar a parte que historicamente lhe negaram nos processos de

construção social da cidadania, mas o faz no âmbito de um projeto mais amplo de construção de um Estado diferente e de um mundo plural.

No âmbito de nosso trabalho no Censo Demográfico 2022, como destaquei na *Introdução*, buscamos desenvolver um mapeamento censitário capaz de identificar a presença indígena no território brasileiro nas diferentes situações geográficas em que estavam inseridos. Visitei diferentes aldeias e comunidades em diferentes contextos, em que pude compartilhar, ao menos momentaneamente, as características que uniam todas elas em sua diversidade – o esforço indígena na defesa dos direitos e da dignidade dos povos indígenas, a ausência ou a ação punitiva e preconceituosa do Estado e o racismo por parte da população não-indígena. Em todas elas, dentro ou fora de territórios oficialmente reconhecidos, as duas dimensões aqui identificadas estavam presentes por meio de projetos amplos de autonomia e autossuficiência econômica e dos imperativos da busca de superar graves violações de direitos fundamentais.

A partir dessas situações diversificadas e mediante a pesquisa no Alto Rio Negro, em trabalho anterior (DAMASCO, 2023), já havia proposto a situação geográfica como o conjunto delimitável de atores, ações e objetos em interação em determinado momento/lugar no espaço-tempo, somente compreensível em suas relações com outras situações no presente, no passado ou no futuro, podendo ser compreendida ainda como condição espaço-temporal herdada ou produzida pelos sujeitos, que os posiciona no sistema de distâncias entre eles e os lugares e entre os demais sujeitos, isto é, a sua situacionalidade. Essa abordagem teórica compromissada com a centralidade de compreensão da ação espacial em perspectiva, inclusive por meio dos princípios geográficos da comparação e da analogia, busca destacar a relevância analítica de compreensão dos processos de constituição de novos espaços, fundamentais para o posicionamento dos geógrafos neste mundo em transformações cada vez mais aceleradas.

A análise das trajetórias dos povos do Alto Rio Negro em perspectiva situacional nos permitiu identificar e comparar diferentes processos de territorialização e, mais importante, estabelecer analogias entre as variadas estratégias utilizadas pelos atores para viabilizar a mudança. Vimos a territorialização em diferentes dimensões analíticas, permitindo diferenciar situações distintas em que os sujeitos estão inseridos e agem, com consequências no âmbito de processos amplos de redefinição societária e constituição de novas geografias.

A territorialização, vista para além da atribuição de uma base fixa, me permitiu compreendê-la como a possibilidade de uma população "manejar" sua existência espacial, de gerir as distâncias, inclusive relativizando-as por meio de uma mudança que é, conjuntamente, social e espacial, para que a vida se torne melhor. Não se encerra, portanto, no processo de identificação e demarcação, mas continua ativa em processos de gestão e produção do futuro, em sua trajetória incessante de encontrar novos meios de sobrevivência. Reposiciona os sujeitos no jogo do poder ao redesenhar as fronteiras dos conteúdos sociais, inclusive no que se refere às classificações socioespaciais.

Demonstrei o quanto esse processo não está relacionado apenas à formação de uma identidade própria, mas é situacional, constituído a partir de arranjos que respondem a tensionamentos colocados e que não necessariamente envolvem a composição de uma unidade cultural nova, mas estabelecem novas sintaxes espaciais que lhes permitem manejar as distâncias entre os demais atores no espaço social e no espaço físico. Para a Geografia, é impossível reduzir a compreensão da territorialização ao processo administrativo de definição de limites físicos ou ao estabelecimento de uma nova base fixa, pois ela envolve, necessariamente, a reacomodação dos atores no jogo do espaço, em que as relações de poder são enfrentadas/manejadas e reacomodadas por uma gestão das distâncias socioespaciais capaz de refazer as situações e estabelecer novas. Além de mediação espacial do

poder, entende-se o território, simultaneamente, como situação herdada, e, portanto, simbólica e atuante, mas ao mesmo tempo, esfera mobilizadora do espaço, no sentido de que viabiliza os ajustes no jogo socioespacial que viabilizam a mudança nas relações e a construção de situações mais favoráveis.

Implica simultaneamente o manejo da mudança e da permanência que é, em si, a gestão da existência e da sobrevivência do grupo. Posiciona o espaço em relação ao grupo e o insere na lógica de um projeto civilizatório, do qual ele se torna elemento protagonista. É situacional porque existencial; existencial porque atuante na interface entre a herança e a liberdade dos sujeitos. Denota a tensão fundamental do espaço, motivação máxima da Geografia: a relevância da ação dos sujeitos na sua manutenção e/ou transformação para viabilizar a reprodução das sociedades.

Diante de tantas dificuldades impostas no âmbito da colonialidade, os indígenas, pouco a pouco, buscaram formas para que as adversidades fossem ao menos parcialmente superadas. Uma forma de aliviar, mesmo que de forma incompleta, as agruras da fome, do desalento e da falta de assistência nos serviços básicos a que teria direito qualquer pessoa humana sob a jurisdição do Estado brasileiro.

A vida no Alto Rio Negro, como demonstrado nesta tese, implica um fino ajuste a um conjunto de limitações do ambiente natural, principalmente no que se refere à disponibilidade de roças, ao regime dos rios e à disponibilidade de caça e pescado. Além disso, o acesso a bens industrializados implica a superação de inúmeros desafios logísticos para acesso aos centros mais urbanizados e, mais que isso, o acesso à renda, que permite a monetarização necessária para que esses bens possam ser adquiridos e transportados até as comunidades. Isso não implica que estivessem abandonados os projetos de manutenção de seu jeito próprio de viver e organizar as aldeias, uma vez que a manutenção de formas tradicionais de liderança e organização comunitária sempre estiveram presentes no horizonte das lideranças.

Nesse contexto, a territorialização foi mobilizada, portanto, como alternativa à opressão sofrida, isto é, como instrumento de superação de situações desfavoráveis, mediante a construção de novas situações geográficas aglutinadoras de um projeto de autonomia, acesso a direitos básicos e melhores condições de vida viabilizado por novas práticas de gestão do território, o que pode contribuir para o estudo da "pluralidade das formas de governo" (FOUCAULT, 2008a [1978]: 124). Demonstramos o quanto a atribuição conflitiva de novos limites espaciais foi capaz de embasar um projeto alternativo de governo por meio de uma agenda de consolidação de direitos fundamentais e de uma política indígena diferenciada.

"Territorializar" no Alto Rio Negro tem duplo significado, englobando tanto o processo de formação da nova territorialidade conformada pelo território contínuo no campo estatal e as múltiplas territorialidades produzidas pelos povos em seu processo de buscar saídas para as situações de dificuldades em que estão inseridos, ambas mobilizadas na busca de se viver melhor. Envolve, ao mesmo tempo, estratégias de atores que demonstraram "querer e poder" mudar as situações em que estão inseridos, e táticas em que esses atores operam "golpe por golpe, lance por lance", "aproveitando as ocasiões", demonstrando que, diferente do que pensava Certeau (1998), estratégias e táticas podem ser manejadas pelos povos subalternizados no jogo do poder, em uma "auto-organização de escalas" (LÉVY, 1994: 154) típica dos espaços legítimos, a depender das situações configuradas.

A territorialização foi e continua a ser mobilizada como a ferramenta possível que permite vislumbrar a mudança da situação geográfica, em sentido geopolítico, e das situações geográficas, no sentido de sua manifestação nos lugares, configuradas pela opressão governamental, pela carestia de condições dignas de vida e pelo conjunto de violências que afeta(va)m os povos indígenas.

A diferenciação destas escalas espaço-temporais e das respectivas dimensões situacionais do processo de territorialização e de sua atuação nas situações

geográficas dos povos indígenas, sempre articuladas no âmbito da mobilização e da atuação política do movimento indígena, só foi possível por meio da pesquisa comprometida com a situacionalidade dos sujeitos, com a sua forma de conceber e executar as ações e de mobilizá-las em torno de um projeto político para os espaços que compartilham.

É neste sentido que defino a situação territorial como o conjunto delimitável de atores e ações em torno do(s) processo(s) de territorialização em determinado momento/lugar no espaço-tempo, aos quais esses atores respondem por meio da elaboração simultânea de um projeto político e de ações espaciais imediatas visando a mudança socioespacial necessária para alcançarem novas posições sociais ou espaciais no âmbito de determinado campo de forças estabelecido. No contexto de grupos subalternizados, principalmente em nosso contexto marcado pela colonialidade, configura-se como uma situacionalidade estabelecida entre os atores, o(s) seu(s) território(s) e as territorialidades dominantes que lhes são impostas, sempre refletida à luz de uma nova situação imaginada, pautada em processos de reterritorialização, isto é, na constituição de novos territórios ou da recomposição de relações territoriais violentamente rompidas.

O caso do Alto Rio Negro nos permitiu propor a tese de que as situações territoriais comunicam geograficamente as mudanças das relações espaciais de poder no espaço-tempo, sendo indicadoras importantes de seus elementos constituintes e das consequências da territorialização. Se, como já afirmamos, a territorialização constitui-se como processo socioespacial de redefinição territorial para mudar as situações geográficas (e vice-versa), a situação territorial engloba a *territorialização em situação*, isto é, analiticamente abordada a partir de recortes, no espaço e no tempo, do processo de territorialização. Ajuda, portanto, na decomposição dos contextos de territorialização, mas, principalmente, enfatiza os sujeitos em situação diante dos processos de territorialização. Trata-se, portanto, de compreender a destruição, o abandono e/ou a destituição de territórios, em um sentido de desterritorializações, e

a sua produção e reelaboração, em um sentido de reterritorializações a partir da perspectiva do sujeito e dos grupos inseridos nesses mobilizações que, no caso dos povos indígenas, têm sido cada vez mais multiterritoriais, como instrumento para a reprodução da existência e como estratégia para superação da fome, da escassez, do isolamento e de outras mazelas que vêm lhes afetando em suas trajetórias no âmbito da colonialidade do poder.

Por definição, as situações territoriais revelam as tensões envolvidas na configuração de novos contextos socioespaciais, bem como as forças de conservação, a depender da configuração da situação geográfica em mudança. Constituem, portanto, uma esfera concreta importante para as ações políticas visando à transformação da sociedade e do espaço, uma vez que possibilitam relativo manejo do processo de mudança. Como demonstram os indígenas do Alto Rio Negro em suas "escolhas estratégicas de vida (LÉVY, 1994: 154), a superação da violência e da desigualdade que marcam a nossa sociedade moderno-colonial passa necessariamente pela reflexão crítica a respeito das situações territoriais em que estamos inseridos, nelas atuando por meio da ação espacial criativa, mesmo que por brechas discretas em diferentes escalas estrategicamente acionadas para viabilizar a produção de (contra-)espaços mais justos e solidários.

O aprofundamento dos estudos geográficos sobre as novas frentes de territorialização dos povos indígenas no Brasil será uma etapa importante do processo de redefinição do lugar dos povos indígenas na sociedade brasileira. Nas críticas às políticas de reconhecimento de Terras Indígenas, são frequentes os questionamentos ao movimento de abandono das aldeias rumo às cidades, que, no senso comum, vem sendo crescentemente associado ao desinteresse dos povos indígenas em reproduzir os elementos de sua organização social. Além de uma visão preconceituosa em relação às expectativas de futuro dos povos indígenas, esse tipo de entendimento serve para omitir a fortíssima correlação entre a dramática situação de violações de direitos

e desassistência de serviços básicos, por parte do Estado, no interior das terras oficialmente reconhecidas e a intensificação de novas frentes de territorialização como mediação de um processo de busca de melhores condições de vida.

A gestão desses processos de territorialização em diferentes esferas de governo, desde as agências nacionais até as prefeituras municipais, exigirá reconhecer que o horizonte de políticas públicas para os povos indígenas no Brasil, é a concretização, em bases interculturais, do conjunto de direitos civis, políticos e sociais dos povos indígenas reconhecidos internacionalmente e pela Constituição de 1988.

Se essa é uma prioridade para todas as situações geográficas em que se encontram os povos indígenas, é forçosamente mais urgente nas aldeias e nas comunidades de origem, onde persistem situações de fome, violências e escassez em todos os sentidos, de modo que uma criança nascida em seu território tradicional tenha todas as condições para alcançar seus objetivos e ter uma vida digna sem a necessidade de abandonar seu grupo local. Como bem destaca Maximiliano Menezes, liderança Tukano:

> Eu sou um dos que defende de que é possível viver na nossa aldeia, não sair da nossa aldeia em busca de oportunidade, mas que a partir das nossas aldeias, criar essas oportunidades possíveis. É isso, tenho já discutido bastante. Eu sou um dos exemplos que estou lá desde o ensino fundamental, graduação, pós-graduação, porque para cá, cidade, grandes centros urbanos, já tem muitos especialistas. O nosso território que precisa. O nosso território é que pode trazer inovação dentro dessa complexidade de mudanças climáticas, de alterações climáticas, de todos esses efeitos que vem acontecendo. São nossas comunidades, são nossos territórios que vão dar resposta para essa crise planetária e esse desafio está na nossa mão como indígena[109].

Por outro lado, quando a saída e a migração se fizerem necessárias, que sejam garantidas as condições para que a reterritorialização ocorra em condições dignas, respeitados os direitos fundamentais à moradia, à alimentação e à integridade física das pessoas. A vida nas cidades é cercada de dificuldades. Nas ruas e nos bairros

[109] Entrevista concedida por MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

indígenas, as novas coletividades enfrentam os desafios da habitação no espaço urbano e as desigualdades no acesso ao trabalho sob as agruras do preconceito e da constante desconfiança em relação ao seu direito de ocupar e habitar a cidade.

Em ambos os contextos, as organizações indígenas vêm investindo em exercícios coletivos de planejamento territorial, voltados principalmente à explicitação, sob o formato de planos, de suas aspirações e de seus projetos de desenvolvimento e autonomia territorial. Recentemente, os povos indígenas assumiram com maior ênfase o desafio de ocupar posições estratégicas no âmbito do Estado em diferentes esferas de governo.

Essa crescente participação política implica em novos desafios para as organizações indígenas, seja para manter a sua independência em relação às estruturas estatais, seja para garantir que continuem como representantes legítimas de suas bases junto não apenas do Estado, mas de todo o conjunto da sociedade. A experiência colombiana, rapidamente recuperada na parte final do trabalho, alerta para os limites entre a convivência entre crescente autonomia e reprodução da unidade de mobilização.

O caminho escolhido pela FOIRN até então, baseado em parcerias estratégicas com o Estado, pode ter grande relevância para sinalizar formas possíveis de manutenção da integridade política das organizações dos povos indígenas. Por outro lado, a excessiva vinculação entre definição de limites territoriais fixos e autonomia parece pouco compatível com a situação de porosidades e mobilidades que se verifica no Alto Rio Negro brasileiro atualmente. É de se questionar se a autonomia pretendida pelos povos indígenas no Brasil teria um compromisso mais alargado, que parte da preocupação com o território conquistado e reconhecido, mas a ele não se limita, no sentido de estabelecer projetos para as cidades de que retiram os bens necessários para a sobrevivência e para a diversidade de campos de atuação – profissional,

acadêmica etc. –, onde por vezes escolhem habitar e onde, portanto, incidem sobre o mundo não-indígena.

A ocupação de cargos estatais não é novidade entre os indígenas no Brasil, mas recentemente alcançou novos patamares com a criação de um ministério específico e com a nomeação de dirigentes indígenas para a FUNAI. Os próximos anos serão decisivos, portanto, para entendermos melhor as novas feições do projeto indígena de autonomia no Brasil neste momento de reconquista do Estado em um contexto complexo, diferentemente do exemplo colombiano com suas áreas não municipalizadas, onde subsistem tensões entre as territorialidades indígenas e os territórios estatais dos departamentos. Por aqui, persistem enormes dificuldades no diálogo com as municipalidades e com os governos estaduais, fundamentais no provimento de serviços básicos e na execução de um conjunto expressivo de políticas públicas. A intensa mobilização dos povos indígenas nas últimas décadas lhes logrou maior protagonismo social e político, reverberando em meios acadêmicos e políticos a importância de seus territórios, que vêm sendo associados cada vez mais à garantia da sustentabilidade e aos princípios de justiça social e histórica. Entretanto, a concretização da cidadania indígena assentada nos direitos fundamentais desses povos ainda se constitui como um horizonte distante à imensa maioria dos indígenas residentes no país.

Dentre os inúmeros momentos fortes de construção desta pesquisa, o diálogo com Braz França, presidente da FOIRN entre 1990 e 1996, foi um dos mais significativos, considerando-se sua personalidade excepcional e a sua reflexão permanente sobre a potencialidade organizativa dos povos indígenas por respeito por parte do Estado brasileiro. No fim de nossa conversa, travávamos um diálogo franco sobre como Braz via o futuro dos povos indígenas do Rio Negro, e que foi cruamente interrompido pela dureza de uma situação emergencial que atingia a sua família naquele momento. Essa peça de singular valor geográfico que agora entrego aos leitores como epílogo é representativa do entrelaçamento de situações em que as

pessoas estão inseridas e a partir ou apesar das quais, num impulso de libertação, tecerão novas situações em busca de viver melhor. Testemunha exemplar dos processos de territorialização no Alto Rio Negro, Braz França, entrevistado em seus últimos meses de vida, sintetiza as suas preocupações sobre o futuro do seu povo, que formam as bases deste nosso sempre inconcluso projeto de pesquisa intercultural:

> **Braz França:** E o que a gente pode fazer? Por exemplo, aqui eu já estou há doze anos. O tempo inteiro tá muito friozinho... essa nossa casa aqui, o barraquinho tá se acabando, mas já tem um monte de madeira ali. Eu vou levantar ali uma casa maior, mais arrumada, mas isso é só mesmo pra mim... e ir passando o meu tempo, né? Se a viúva ficar, ela não vai assumir, não tem como ela assumir. Eu tenho uma filha, ela já tem marido, tem uma filha já de quatro anos e está fazendo ciências contábeis. Daqui dois anos ela está se formando...
> **Fernando Damasco:** Ela mora na cidade?
> **Braz França:** Sim, mora na cidade. Se quiser, daqui dois anos ela está se formando, ela vai vir para cá? Ela não vem para cá, ela vai procurar emprego... E isso aqui vai se acabar, entendeu? Tem esse menino ali que é meu neto, mas ele também não vai vir para cá... eu duvido que ele venha para cá. Depois que eu morrer, eu não vejo...
> **Fernando Damasco [me referindo ao neto]:** Olha eu acabei de perguntar e ele disse que não sente falta da cidade....
> **Braz França:** Ele falou? (Risos)
> **Fernando Damasco:** Ele falou que não sente falta de nada, não sente falta da internet, não sente falta dos amigos. O avô está fazendo um bom trabalho...
> **Braz França:** Não, ele está aprendendo a fazer. De qualquer maneira, se ele voltar, ele já sabe que a gente tem que fazer esse paneiro aí. Ele já sabe pescar, sabe tocar moto-serra, ele já opera roçadeira, está tudo aí o maquinário que ele trabalha.
> **Fernando Damasco:** Ele diz que vai pra serra caçar...
> **Braz França:** (Risos) É, ontem à noite ele atirou em uma coruja... Pois é rapaz, minha neta tá aí com uma dor de cabeça...
> **Fernando Damasco:** Ah sim..., mas ela tá muito ruim? O que ela tá sentindo?
> **Braz França:** Muita dor, febre, não levanta da rede... Eu tô cuidando, aquilo ali é um banho que eu tô preparando...
> **Fernando Damasco:** Seu Braz, acho que ela tem que ir para o hospital. Ela está sentindo dor respirando, parece grave. Pode ser o pulmão. Ela tem que ir para a cidade... Tem quantos anos?
> **Braz França:** Doze... doze, né?
> **Fernando Damasco:** Chegando lá, vai para onde? Sua filha está lá na cidade?
> **Braz França:** Minha filha tá lá, mas a mãe está aqui. Quer dizer... ela vai para ela...
> **Fernando Damasco:** Tem ninguém lá na sua casa não?

> **Braz França:** Tem minha filha.
> **Fernando Damasco:** Então... ela pode ficar lá com ela, não?
> **Braz França:** Ela trabalha, ela não vai poder cuidar dela... melhor vocês avisarem na UBSI para o enfermeiro vir aqui quando estiverem descendo o rio.
> **Fernando Damasco:** Aqui qual é o nome do sítio? Que eles conhecem, pra avisar...
> **Braz França:** Cachoeira do Arabo...
> **Fernando Damasco:** Ah, Cachoeira do Arabo, ele vai saber... é melhor anotar isso. É naquele descer ali bem da praia ali mesmo? É ali que ele fica? O Polo base?
> **Braz França:** Não, lá tem um posto...
> **Fernando Damasco:** Nós vamos passar lá... Vamos indo pra gente ver se pega ainda aberto o posto de saúde... né seu Braz...
> **Braz França:** Então, não sei...
> **Fernando Damasco:** Eu vou ver se eu consigo pegar aberto lá, senão a gente avisa amanhã na SESAI em São Gabriel, por causa do horário, né? Chegando em São Gabriel também, a gente pode avisar e eles passam pelo rádio pro enfermeiro vir aqui. É... se estiver fechado, a gente vê se tem algum enfermeiro que possa avisar...
> **Braz França:** A gente está acostumado a esperar... (Informação verbal[110])

A espera a que se refere Braz França, como vimos, é permeada por ações e tensões no âmbito do jogo socioespacial e político em que estão inseridos os povos indígenas em sua luta por dignidade. Renhida por direitos fundamentais, a mobilização indígena está sempre diante do desafio de tecer as lutas entre as expectativas sobre o futuro de seus povos e as dificuldades de transitar e constituir-se parte de uma sociedade que, muito frequentemente, não lhes alcança nos direitos fundamentais, o que se concretiza nas urgências que se arvoram sobre a vida cotidiana. Entre a roça que precisa ser continuada e a matrícula na escola normalmente distante, entre a pesca que não pode ser perdida e a saúde que exige deslocar-se e permanecer na cidade, entre os desafios da vida nas cidades e o necessário apoio aos parentes nas aldeias... enfim, entre tantas situações têm estado os indígenas no Brasil em busca de um "bem viver" que, os acadêmicos precisamos

[110] FRANÇA, Braz. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 2 arquivos M4A (150 min.).

compreender, efetivamente também se constrói pelo pronto atendimento de algumas demandas fundamentais.

Como já ressaltamos, a Geografia desenvolvida no Brasil deu grandes contribuições no sentido da maior visibilidade das lutas dos movimentos sociais, entre eles, as trajetórias dos povos indígenas, inclusive, destacando o seu potencial para o enfrentamento às trágicas consequências do sistema capitalista moderno-colonial em que estamos inseridos. Esse conjunto de esforços precisa certamente ser enriquecido pelo amadurecimento das contribuições geográficas para este momento de intensificação da percolação das lutas sociais no âmbito das estruturas estatais.

Me refiro a uma (nova?) Geografia ativa, comprometida com o crescente envolvimento e responsabilização na discussão e na proposição de políticas públicas comprometidas com a reversão dos quadros dramáticos de violações de direitos fundamentais, com destaque para os territoriais, entre os povos indígenas. As novas gerações de geógrafos devem ser incentivadas a tomarem parte com maior protagonismo nos processos de identificação de Terras Indígenas, no desenvolvimento de novas metodologias de mapeamento de territórios tradicionais que reflitam as necessidades e expectativas dos grupos, mas que sejam também compreensíveis pelas estruturas burocráticas estatais, e na produção de informações geográficas sobre as diversas situações territoriais vivenciadas pelos povos indígenas.

Finalmente, para compreendermos as implicações espaciais do projeto socioespacial indígena de autonomia, a nós geógrafos caberá abandonarmos as abordagens naturalizantes e essencialistas que ainda insistem em enxergar as comunidades e os territórios indígenas como unidades isoladas em esquemas de bem viver que nós mesmos idealizamos e muitas vezes romantizamos. Precisaremos desenvolver e aplicar abordagens teórico-metodológicas interculturais que compartilhem do desafio de reivindicar e construir, em parceria com os sujeitos em suas trajetórias espaciais, situações mais dignas de existência que nos permitam

vislumbrar os territórios/a multiterritorialidade em processo no incessante movimento humano em que a grande mudança de perspectiva é a busca permanente – individual e coletiva – de se viver melhor e com dignidade.

Bibliografia

Livros e periódicos

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.* São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: poder soberano e vida nua I.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

AGNEW, John & OSLENDER, Ulrich. Territorialidades superpuestas, soberanía en disputa: lecciones empíricas desde América Latina. *Tabula Rasa.* Bogotá - Colombia, No.13: 191-213, julio-diciembre 2010.

ALFINITO, Ana Carolina; ELOY AMADO, Luiz Henrique. A aplicação do marco temporal pelo Poder Judiciário e seus impactos sobre os direitos territoriais do povo Terena. *Revista da OAB/RJ*, v. 01, p. 02-32, Rio de Janeiro, 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.* 2ª ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. Prefácio. Em: JACQUES, Paola Berestein (org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade / Internacional Situacionista.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ANDRELLO, Geraldo L. Iauaretê: transformações sociais e cotidiano no rio Uaupés (Alto Rio Negro, Amazonas). *Tese de Doutorado* - Departamento de Antropologia, Universidade de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2004.

ANTUNES, Marta de Oliveira; DAMASCO, Fernando Souza. Entrevista Censo 2022. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 67, n. 1, p. 230-249, jan./jun. 2022. Disponível em: https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/4552, acesso em jun. 2023.

ANZALDÚA, Glória. La conciencia de la mestiza / Hacia uma nueva conciencia. Em: _____. *Borderlands/La Frontera: la nueva mestiza.* Madri: Capitán Swing Libros, 2016 [1987].

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. *Nota Técnica sobre o PL 490/2007*. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2021/06/NOTA-DA-APIB-PL-490.pdf, acesso em 10jul2021.

APIB. *Aldear a política – Carta aos Povos Indígenas do Brasil*. Disponível em: https://campanhaindigena.info/aldear-a-politica/, acesso em 26 dez. 2023.

ARAÓZ, Horacio Machado. Crisis ecológica, conflitos socioambientais y orden neocolonial. Las paradojas de Nuestra América em las fronteras del extrativismo. *Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, vol. 3, n. 1, p. 118-155, 2013.

ARDREY, R. *The Territorial imperative: a personal inquiry into the animal origins of property and nations.* Londres e Glasgow: Collins, 1969 [1967].

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ARRUZO, Roberta. Construindo e desfazendo territórios: as relações territoriais entre os Paresi e os não-índios na segunda metade do século XX. *Doutorado em Geografia* - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2009.

AZEVEDO, Aroldo de. *Aldeias e aldeamentos de índios*. Boletim Paulista de Geografia, n. 33, out. 1959, p. 23-40.

AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. Demografia dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro/AM: um estudo de caso de nupcialidade e reprodução. *Tese de Doutorado* – Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP: UNICAMP, 2003.

_____. JEJUKA - Suicídio entre os Kaiowá. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 3, n. 5/6, p. 115–124, 1989. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/1919. Acesso em: 9 mar. 2024.

AZEVEDO, Soares de. *Pelo Rio Mar: missões salesianas do Amazonas*. Rio de Janeiro: Estabel. de Artes Graphicas C. Mendes Junior, 1933.

BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. *Cadernos de Campo*, n. 3, São Paulo, 1993. p. 107-131.

_____. A situação colonial: abordagem teórica. *Cadernos CERU*, 25(1), 33-58, 2014 [1951].

_____. La Situation Coloniale: Approche Théorique. *Cahiers Internationaux De Sociologie*, vol. 11, 1951, pp. 44–79. Disponível em: www.jstor.org/stable/40688785, acesso em 26 dez. 2020.

BARBOSA, A. M. Povos e Comunidades Tradicionais em luta pelo território: interseções e tensões entre a questão agrária e a questão ambiental. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências – Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2014.

BARRETO, Domingos Savio Borges. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (130 min.).

BARTH, F. "Os grupos étnicos e suas fronteiras"; "A identidade pathan e sua manutenção"; "Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades". In: _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. pp. 25-67; 69-93; 167-186.

_____. "Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade". In: VERMEULEN, H. e GOVERS, C. *Antropologia da etnicidade. Para além de "Ethnic groups and boundaries"*. Lisboa: Fim de Século, 2003, pp. 19-44.

_____. Etnicidade e o conceito de cultura. Tradução: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. *Antropolítica*, n. 19, Niterói/RJ, 2º sem. 2005, p. 15-30.

BECERRA, Gabriel Cabrera. El geral y la colonización en el Alto Río Negro-Vaupés. Em: CHAVES, Margarita; CAIRO, Carlos del. (comp.). *Perspectivas antropológicas sobre la Amazonia contemporánea.* Bogotá: Editorial Instituto Colombiano de Antropología y Pontificia Universidad Javeriana, 2010.

BECKER, Bertha. A Geografia e o resgate da Geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 50, número especial, tomo 2, p. 99-125, Rio de Janeiro, 1988a.

_____. Prefácio. Em: AUBERTIN, Catherine (org.). *Fronteiras.* Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988b.

BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire. *L'Espace Géographique*, tomo X, n. 4, 1981, p. 249-262.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Coisas ditas.* Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-92).* 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm, acesso em 22 dez. 2020.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm, acesso em 22 dez. 2020.

_____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, de 10 de novembro de 1937. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm, acesso em 22 dez. 2020.

_____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil,* de 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm, acesso em 22 dez. 2020.

_____. Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934. *Approva o codigo florestal que com este baixa*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html, acesso em 22 set. 2023.

_____. Decreto n. 51.028, de 25 de julho de 1961. *Cria a Reserva Florestal do Rio Negro e dá outras providências*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51026-25-julho-1961-390677-publicacaooriginal-1-pe.html, acesso em 22 set. 2023.

_____. Decreto n. 58.824, de 14 de julho de 1966. *Promulga a Convenção nº 107 sôbre as populações indígenas e tribais.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1966/D58824.html, acesso em 22 dez. 2020.

_____. Decreto n. 7.747, de 5 de junho, instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)

_____. Decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910. Crêa o Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e approva o respectivo regulamento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D8072.htm, acesso em 22 dez. 2020.

_____. Emenda Constitucional n. 01, de 17 de outubro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm, acesso em 22 dez. 2020.

_____. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm, acesso em 22 dez. 2020.

_____. Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm, acesso em 22 dez. 2020.

_____. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm, acesso em 22 dez. 2020.

BRAYNER, Natália Guerra. Da roça à mesa: caminhos e sentidos da patrimonialização do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, AM. Em: EIDT, Jane Simoni; UDRY,

Consolacion (ed.). *Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil.* Brasília, DF: Embrapa, 2019.

BRUNET, R.; FERRAS, R.; THERY, H. (org.*). Les Mots de la géographie: dictionnaire critique.* Paris, Montpellier: Reclus-La Documentation Française, 1992.

BRUNHES, Jean. *Geografia Humana* [1910] – 1ª ed. Brasileira traduzida da 3ª ed. francesa abreviada. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

BUCHILLET, Dominique. Desafios para a implementação do DSEI-RN. Em: *Povos Indígenas do Brasil: 1996-2000.* São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

_____. Maladie et mémoire des origines chez les Desana du Uaupés. Conceptions de la maladie et de la thérapeutique d'une société amazonienne. *Tese de Doutorado* – Universidade de Paris X – Nanterre. Paris, 1983.

_____. *Os Índios da região do Alto Rio Negro: história, etnografia e situação das terras.* UnB, ORSTOM, 1992.

_____. Pari Cachoeira: o laboratório Tukano do projeto Calha Norte. Em: CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. São Paulo: CEDI, 1991.

CABALZAR, Aloisio. *Filhos da cobra de pedra: organização social e trajetórias tuyuka no rio Tiquié.* São Paulo: Editora UNESP, ISA; Rio de Janeiro: NuTI, 2009.

CABALZAR, Aloísio; RICARDO, Carlos Alberto (ed.). *Povos Indígenas do Alto e Médio Rio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental do noroeste da Amazônia Brasileira.* São Paulo: ISA; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 1998.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade.* 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2015 [1997]).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A noção de "Colonialismo Interno" na Etnologia. Em: _____. *A Sociologia do Brasil indígena.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: Editora da USP, 1972 [1966].

_____. Áreas de Fricção Interétnica na Amazônia. In: LENT, Herman (ed.). *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica,* vol. 2 (Antropologia). Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisas, 1967, p. 187-193.

_____. *O índio e o mundo dos brancos.* 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996a [1964].

_____. Posfácio: 1994 – Trinta anos depois. In: _____. *O índio e o mundo dos brancos.* 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996b.

CARDOSO, Juvêncio. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (57 min.).

CARRIÓN SÁNCHEZ, Claudia P. *Autonomía Indígena de los Pasto em la frontera Colombia-Ecuador.* Bogotá: Universidad Piloto de Colombia, 2018.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. de (org.). *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Michel Foucault y la Colonialidad del Poder. *Tabula Rasa*, n. 6, Bogotá, jan./jun. 2007, p. 153-172.

CATAIA, Márcio Antonio & RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Análise de situações geográficas: notas sobre a metodologia de pesquisa em Geografia. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)*, vol. 11, n. 5, jan./jun. 2015, p. 9-30.

CAÚLA, Adriana. Trilogia das Utopias Urbanas: Urbanismo, HQ's e Cinema. *Tese de Doutorado.* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. *Aconteceu 84.* São Paulo: CEDI, 1985.

_____. Povos Indígenas no Brasil 1987 / 88 / 89 / 90. *Aconteceu Especial*, n. 18. São Paulo: CEDI, 1991.

CEDI/MUSEU NACIONAL. *Terras Indígenas no Brasil.* Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional; São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer.* 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAVES, Margarita; HOYOS, Juan Felipe. El Estado en las márgenes y las márgenes como Estado. Transferencias económicas y gobiernos indígenas en Putumayo. Em: CHAVES, Margarita (org.). *La multiculturalidad estatizada: indígenas, afrodescendientes y configuraciones de estado*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e História, INCANH, 2011.

CHERNELA, Janet. *The Wanano Indians of the Brazilian Amazon*. Austin: University of Texas Press, 1993.

CIMI – Centro Indigenista Missionário. *Informativo Calha Norte*, n. 1. Manaus, s/d.

_____. *Análise do PL 490/2007 e seus apensos*. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/05/nota-tecnica-pl-490-assessoria-juridica-cimi.pdf, acesso em 26mai2021.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política.* São Paulo: Ubu Editora, 2017 [1974].

CLAVAL, P. Etnografias – conclusão. *Espaço e cultura,* UERJ, n. 7, p. 69-74, jan./jun., 1999.

_____. *Epistemologia da Geografia.* 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

COELHO NETO, Agripino Souza. Políticas de escala e a conformação de estratégias-rede das ações coletivas no espaço sisaleiro da Bahia. *GEOgraphia,* vol. 19, n. 41, set./dez. 2017.

COLMAN, Rosa Sebastiana. Guarani *retã* e mobilidade espacial guarani: belas caminhadas e processos de expulsão no território guarani. *Tese de Doutorado*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2015.

COLMAN, Rosa Sebastiana; AZEVEDO, Marta Maria do Amaral; ESTANISLAU, Barbara Roberto. Os Guarani e o seu modo de ser caminhante. *Idéias,* vol. 8, n. 2, p. 197-218, Campinas/SP, jul./dez. 2017.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014, vol. 2.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Algumas reflexões sobre a gestão do território*. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Geografia/LAGET, 1987.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder.* 2ª ed. 3ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2016 [1992].

_____. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2013 [1988].

COUDREAU, H. A. *La France équinoxiale. Voyage à travers les Guyanes et l'Amazonie*. Paris: Wentworth Press, 1889.

CRUZ, V. C. Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia. *Dissertação (Mestrado em Geografia)* – Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2006.

_____. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: Frederico Guilherme Bandeira Araújo; Rogério Haesbaert., (Org). *Identidades e Territórios: questões e Olhares Contemporâneos.* 1ed. Rio de Janeiro RJ: ACCESS, 2007, v.1, p. 93-122.

CUNHA, Manuela Carneiro da & BARBOSA, Samuel (orgs.). *Direitos dos Povos Indígenas em disputa.* São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Terra Indígena: história da doutrina e da legislação. In: _____. *Os direitos do índio – ensaios e documentos.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DAMASCO, F. S.; ANTUNES, M. O. Encontro de geografias no mapeamento censitário de localidades indígenas e quilombolas. *Revista Brasileira de Geografia,* v. 65 n. 2, 2020. Disponível em:

https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/2851, acesso em 7 abr. 2024.

DAMASCO, Fernando. Situação Geográfica. *GEOgraphia*, vol:25, n.54, 2023. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/58815/34454, acesso em 23 nov. 2023.

DAMIAN, Edson Taschetto. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (81 min.).

DAVIDOVICH, Fany. Gestão do Território, um tema em questão. *Revista Brasileira de Geografia*, 53 (3), Rio de Janeiro, jul./set., 1991. p. 7-31.

DE LA CADENA, Marisol. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da "política". *Maloca - Revista de Estudos Indígenas*, vol. 2, Campinas/SP, 2019 [2010], p. 1-37.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espectáculo*. Lisboa: Antígona, 2012 [1967].

DEBORD, Guy. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional [1957]. Em: JACQUES, Paola Berestein (org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade / Internacional Situacionista.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.* Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997 (1980).

_____. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1972.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição.* Tradução de Luiz Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

DEWEY, John. *Logic - the theory of inquiry.* New York: Henry Holt and company, 1938.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. Em: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (orgs.). *Redes, sociedades e territórios.* 3ª ed. rev. e ampl. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021 [2005].

DÍAZ-POLANCO, Héctor. Autonomía y autodeterminación: alcances y retos. *Actas del Tercer Congresso Chileno de Antropología*, Tomo I. Temuco, 1998. Mesa Redonda Derecho Indígena y Autonomía. Disponível em: https://www.aacademica.org/iii.congreso.chileno.de.antropologia/20.pdf, acesso em 25 jan. 2024.

DPU – Defensoria Pública da União. *Nota Técnica n. 5 - DPGU/SGAI DPGU/GTI DPGU*. Disponível em: http://frenteparlamentarindigena.com.br/wp-content/uploads/2021/06/SEI_DPU-4514961-Nota-Te%CC%81cnica.pdf, acesso em 10jul2021.

DUPRAT, Deborah. O marco temporal de 5 de outubro de 1988: TI Limão Verde. In: Manuela Carneiro da & BARBOSA, Samuel (orgs.). *Direitos dos Povos Indígenas em disputa.* São Paulo: Editora Unesp, 2018.

DUTRA, Israel Fontes. Pari-Cachoeira e Trinidad: convivência e construção da autodeterminação indígena na fronteira Brasil-Colômbia. *Dissertação de Mestrado* - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008.

ELDEN, S. Governmentality, calculation, territory. *Environment and planning: Society and Space*, vol. 25, p. 563-580, 2007.

ELOY AMADO, Luiz Henrique. TERRA INDÍGENA e legislação indigenista no Brasil. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 7, p. 55-77, 2015

ELOY AMADO, Luiz Henrique. Vukápanavo: o despertar do povo Terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

ELOY AMADO, Luiz Henrique; RIBEIRO, Ana Maria Motta. Panorama e desafios dos povos indígenas no contexto de pandemia do Covid-19 no Brasil. *Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 22, n. 2, ago./dez. 2020, p. 335-360.

ELOY AMADO, Luiz Henrique; SANTOS, Augusto Ventura dos. Os Terena e o Ensino Superior para indígenas no Mato Grosso do Sul. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs.). *Políticas culturais e povos indígenas.* Unesp: 2014.

ELOY, Ludivine. *Análise-diagnóstico do sistema agrário da região de São Gabriel da Cachoeira, Alto Rio Negro, Amazonas, Brasil*. Paris: Institut National Agronomique de Paris-Grignon/Université de Paris X; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2002.

EMBRAPA. *Solos do Brasil.* Disponível em: https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/solos-tropicais, acesso em 17/09/2023.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". Em: Sentipensar la tierra. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al território". In: _____. Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional. *Convergencia Socialista*, año uno, núm. 1, julio/agosto, México, 1997, pp. 46-50.

FAULHABER, Priscila. Soldados da terra: territorialização indígena e reversibilidade do saber sobre a fronteira. Em: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de.

Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

FERNANDO BANIWA, André. *Bem viver e viver bem: segundo o povo Baniwa no noroeste amazônico brasileiro.* Organização de João Jackson Bezerra Vianna e Aline Fonseca Iubel. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

FERRÃO, J. Território, última fronteira da cidadania?. *Caderno Prudentino de Geografia*, [S. l.], v. 1, n. 24, p. 7–15, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7355. Acesso em: 13 fev. 2024.

FÍGOLI, L. H. G.; FAZITO, D.. Redes sociales en una investigación de migración indígena: el caso de Manaus. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 26, n. 1, p. 77–95, jan. 2009.

FIOCRUZ. *Risco de espalhamento da COVID-19 em populações indígenas: considerações preliminares sobre vulnerabilidade geográfica e sociodemográfica. 4º relatório sobre risco de espalhamento da COVID-19 em populações indígenas.* Disponível em: https://portal.fiocruz.br/documento/4o-relatorio-sobre-risco-de-espalhamento-da-covid-19-em-populacoes-indigenas. Acesso em: 02jun.2020.

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro. *Nota Pública sobre o PL 490/2007: Direito ao território é direito à vida!* Disponível em: https://foirn.blog/2021/06/08/nota-publica-sobre-o-pl-490-2007-direito-ao-territorio-e-direito-a-vida/, acesso em 08jun2021.

_____. *Construindo as Políticas Públicas através do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro*. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN/ISA, 2003.

_____. *Plano de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas Alto e Médio Rio Negro*, 1998. (Acervo da FOIRN)

FOUCAULT, M. Question à Michel Foucault sur la géographie. *Hérodote*, n. 1, Paris, 1976.

_____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. 24ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007 [1979].

_____. *História da sexualidade I – A vontade de saber.* Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985.

_____. O sujeito e o poder. Em: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995 [1984].

_____. *Segurança, território, população.* São Paulo: Martins Fontes, 2008a [1978].

_____. *Nascimento da biopolítica.* São Paulo: Martins Fontes, 2008b [2004].

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).* 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *A verdade e as formas jurídicas.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013 [1973].

FRANÇA BARÉ, Bráz. Baré-mira Iupirungá – origem do povo Baré. In: HERRERO, Marina & FERNANDES, Ulysses. (orgs.). *Baré: povo do rio*. 2ª ed. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016. p. 36-46.

_____. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 2 arquivos M4A (150 min.).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.* 51ª ed. São Paulo: Global, 2006 [1933].

FROTA, Vivaldo. Exposição de motivos do Projeto de Lei Complementar n. 224, de 1981, de autoria de Dep. Vivaldo Frota - cria o Território Federal do Rio Negro. *Mimeo,* 1981 (Acervo do Arquivo Nacional).

GALLOIS, Dominique Tilkin. "Não sabíamos que existiam limites...". *Catálogo Índios,* Museu de Etnologia, Lisboa, 2000.

GARNELO, Luiza. *Poder, hierarquia e reciprocidade: saúde e harmonia entre os Baniwa do Alto Rio Negro.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. Em: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.* 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GEORGE, Pierre. *Sociologia e Geografia.* Tradução: Sérgio Miceli. Rio de Janeiro – São Paulo: Forense, 1969.

GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. *A Geografia Ativa.* 3ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *A antropologia das sociedades contemporâneas.* São Paulo: Global, 1987.

_____. Analysis of a Social Situation in Modern Zululand. *The Rhodes Livingstone Paper*, vol. 28, p. 1-75, 1958.

_____. The Kingdom of the Zulu of South Africa. In: FORTES, M. & EVANS-PRITCHARD, E. E. *African Political System.* Londres: Oxford University Press, 1949.

GOFFMAN, E. *Les Cadres de l'expérience* (1974). Paris: Minuit, 1991.

GOLDMAN, Irving, 1963. The Cubeo: the Indians of the Northivest Amazon, Ur- bana, University of Illinois Press, Illinois Studies in Anthropology.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). Em: BORÓN, A. et al. (orgs.). Teoria Marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 2007.

_____. El colonialismo interno. Em: _____. *De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI*. México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires, Clacso, 2015 [2006].

_____. Sociedad plural, colonialismo interno y desarollo. *America Latina,* ano 6, n. 3, 1963, p. 33-46.

GREGORY, Derek; JOHNSTON, Ron; PRATT, Geraldine; WATTS, Michael J. WHATMORE, Sarah. *The dictionary of human geography.* 5ª ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Du sens II, Essais sémiotiques.* Paris: Éd. du Deuil, 1983.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 80, mar. 2008, pág. 115-147.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Em: _____. (org.). *Em busca do bem viver: experiências de elaboração de planos de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas.* São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica - RCA, 2020.

GUERRA, E. F. Terras Indígenas e ordenamento territorial do Parque do Xingu: as terras Timbira. *Tese de Doutorado.* Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: UFF, 2014.

GUERRA, Emerson Ferreira. Terras Indígenas e Desordenamento Territorial das Terras Timbira ao Xingu. *Tese de Doutorado* - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2012.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste.* Niterói: EDUFF, 1997.

_____. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOgraphia,* ano 1, vol. 1, 1999.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: Saquet, M. e Sposito, E. (orgs.) *Território e territorialidades*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios à multiterritorialidade.* 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016a [2004].

_____. Limites no espaço-tempo: a retomada de um debate. *Revista Brasileira de Geografia,* vol. 61, n. 1, jan./jun. 2016b, p. 5-20.

_____. De categoria de análise a categoria da prática: a multiplicidade do território numa perspectiva latino-americana. Em: FRIDMAN, F.; GENNARI, L.; LENCIONI, S. (eds.). *Políticas públicas e territórios: onze ensaios latino-americanos.* Buenos Aires: CLACSO, 2018.

_____. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografía; Universidade Federal Fluminense, 2021.

_____. A Geografia entre conhecimento situado, abordagem descolonial e interseccionalidade. *GEOgraphia,* vol. 24, n. 53, 2022.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HEMMING, John. *Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007 [1978].

HILL, Jonathan; SANTOS-GRANERO, Fernando. "Introduction". Em: _____. (orgs.). *Comparative Arawakan Histories. Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia.* Urbana: University of Illinois Press, 2002.

HIPAMAALHE, Francy Fontes Baniwa. *Umbigo do mundo: mitologia, ritual e memória Baniwa Waliperedakeenai.* Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2023.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUGH-JONES, Christine. *Desde el río de leche: processos espaciales y temporales em la Amazonia noroccidental.* Bogotá: Ediciones Universidad Central, 2013 [1979].

HUGH-JONES, Stephen. *The Palm and the Pleiads: initiation and cosmology in Northwest Amazonia.* Cambridge, 1979.

HURTADO, Lina Maria; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Resistir y re-existir. *GEOgraphia*, vol. 24, n. 53, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário: características gerais das produções agropecuária e extrativista, segundo a cor ou raça do produtor e recortes territoriais específicos.* Rio de Janeiro: IBGE: 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3101/agro_2017_caracteristicas_gerais.pdf, acesso em 17/09/2022.

_____. *Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas – resultados do universo.* Censo Demográfico, Rio de Janeiro, pág. 1-245, 2010.

_____. *Mapeamento de Recursos Naturais – Base Contínua de Pedologia do Brasil – Escala 1:250.000.* Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/pedologia/10871-pedologia.html, acesso em 17/09/2023.

IDÁRRAGA, María Rossi. Identidade sem pertencimento? Dimensões íntimas da etnicidade feminina no Vaupés. *Tese de Doutorado* – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MN/UFRJ, 2016.

_____. Reflexões sobre gênero e etnicidade nos cenários e repertórios de participação política no Vaupés colombiano. *Horizontes Antropológicos*, ano 26, n. 58, p. 319-347, Porto Alegre, set./dez. 2020.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Questões preliminares à construção de uma situação [1958]. Em: JACQUES, Paola Berestein (org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade / Internacional Situacionista.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ISA – Instituto Socioambiental. *Nota técnico-jurídica sobre o substutivo ao PL n. 490/2017, apresentado em 12.05.2021 à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Câmara dos Deputados.* Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/nota_tecnico-juridica_pl_490_-_substitutivo_arthur_maia_ccj.pdf, acesso em 25mai2021.

IUBEL, Aline Fonseca. De dissonâncias e traduções: territorialidades e gestões no Alto Rio Negro. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 197–225, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2019v21n1p197. Acesso em: 13 fev. 2024.

JACKSON, Jean E. *Gestionando el multiculturalismo: indigenidad y lucha por los derechos em Colombia.* Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2020.

_____. *The Fish People.* Cambridge: Cambridge University Press, 1983 [1972].

JACQUES, Paola Berestein (org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade / Internacional Situacionista.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JOSÉ, Bonifácio. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (90 min.).

KOCH-GRUNBERG, Theodor. *Dois anos entre os índios, viagens no Noroeste do Brasil: 1903-1905.* Manaus: EDUA, 2006 [1910].

LADEIRA, Maria Inês. *Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso.* Maringá/PR: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.

LATOUR, Bruno. *La science em action.* Paris: La Découverte, 1989.

_____. *Ciência em Ação – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.* São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede.* Salvador: UFBA, Bauru; São Paulo: Edusc, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *Entrevista a Kristen Ross*, 1983. Disponível em: http://www.rizoma.net/interna.php?id=138&secao=potlatch, em 23/05/2009.

_____. La production de l'espace. 2ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 1981.

LEVINAS, E. *La realidade y su sombra. Libertad y mandato.* Madrid: Trotta, 2001.

LÉVY, Jacques. Vers la société-monde? Em: DURAND, M.; LÉVY, J.; F. RETAILLE, D. *Le Monde: espaces et systémes.* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & Dalloz, 1992.

_____. *L'espace legitime: sur la dimension géographique de la fonction politique.* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

_____. Actores, objetos, entornos: inventar el espacio para leer el mundo. Em: LINDÓN, Alicia; HIERNAUX, Daniel (dir.). *Los giros de la Geografía Humana: desafíos y horizontes.* Barcelona: Anthropos Editorial; México: Universidad Autônoma Metropolitana, 2010.

LIMA, Ivaldo. A Geografia e o resgate da Antigeopolítica. *Espaço Aberto*, PPGG-UERJ, vol. 3, n. 2, p. 149-168, 2013.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: *Anuário Antropológico/2002-2003*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. *Gestão territorial em terras indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes. Relatório final de consultoria*. Rio Branco/AC: SEMA/AC, SEPI/AC, GTZ, 2006.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Autonomia: o desafio das organizações indígenas, *Wayuri, Informativo da FOIRN*, nº 32, setembro a dezembro, 1995.

_____. Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. *Tese de Doutorado* - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília/DF, 2011.

_____. FOIRN: a força das alianças. *Mimeo*, s/d. Acervo do Instituto Socioambiental em São Gabriel da Cachoeira.

LUSSAULT, Michel. Actants. Em: LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel (orgs.). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés.* Paris: Belin Editeur, 2003a.

_____. Action Spatiale. Em: LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel (orgs.). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés.* Paris: Belin Editeur, 2003b.

_____. El hombre espacial. *La construcción social del espacio humano.* Buenos Aires: Amorrortu, 2015.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico brasileiro: meio tropical, espaços vazios e ideia de ordem (1870-1930). Em: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. O controle intermitente do território amazônico. *Revista TERRITÓRIO*, 1(2), 1997, p. 19-32.

_____. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T. et al. (Org.). *Fronteiras e Espaço Global.* Porto Alegre: AGB, 1998.

_____. Tráfico de drogas ilícitas e território. *Segurança, Justiça e Cidadania,* n. 8 - Fronteiras, Armas e Drogas, ano 4. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. p. 123-140.

MACKINDER, Halford John. *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*. Washington: NDU Press defense classic ed., 1942.

MARÉS, Carlos. As novas questões jurídicas nas relações dos Estados nacionais com os índios. Em: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.). *Além da Tutela: bases para uma nova política indigenista III.* Rio de Janeiro: Contra Capa, Laced/Museu Nacional, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.* 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. *O espaço da diferença.* Campinas, SP: Papirus Editora, 2000. p. 176-185.

_____. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MATTOS, Meira. *A Geopolítica e as projeções do poder.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. (orgs.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

MENDES JUNIOR, João. Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos [1912]. In: CUNHA, Manuela Carneiro da & BARBOSA, Samuel (orgs.). *Direitos dos Povos Indígenas em disputa.* São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MENDES, Artur Nobre. O PPTAL e as demarcações participativas. Em: LIMA, Antonio Carlos Souza; BARROSO-HOFFMANNA, Maria. *Estado e Povos Indígenas no Brasil – Bases para um nova política indigenista II.* Rio de Janeiro: Contra Capa, Laced/Museu Nacional, 2002.

MENEZES, Maximiliano Correa. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo M4A (240 min.).

MEZA MAYA, Clara Victoria; REYES ALBARRACÍN, Fredy Leonardo. *Testimoniar para memorar. Historias, narrativas y commemoraciones de la toma guerrilheira al município de Mitú, Vaupés (1998).* Bogotá: Ediciones USTA, 2020.

MIGNOLO, Walter D. *The darker side of Renaissance: literacy, territoriality & colonization.* Michigan: Michigan University Press, 1995.

_____. Prefacio a la edición castellana. "Un paradigma otro": colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico. Em: _____. *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo.* Madrid: Ediciones Akal, 2003a.

_____. Pensamento liminar e diferença colonial. Em: _____. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003b.

MOLES, Abraham A. Objeto y comunicación. Em: MOLES, Abraham A.; BAUDRILLARD, Jean; BOUDON, Pierre; VAN LIER, Henri; WAHL, Eberhard; MORIN, Violette. *Los objetos.* Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporaneo, 1972.

_____. *Teoría de los objetos.* Barcelona: Editorial Gustavo Gill S. A., 1975.

MONDARDO, Marcos Leandro. *Territórios de trânsito: dos conflitos entre os Guarani e Kaiowá e "gaúchos" à produção de multi/transterritorialidades na fronteira.* Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MONTEIRO, John M. Entre Etnocídio e Etnogênese: identidades indígenas coloniais. In: _____. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo. *Tese de Livre Docência* - Departamento de Antropologia, IFCH-Unicamp. Campinas: IFCH-Unicamp, 2001.

MONTEIRO, Licio Caetano do Rego. Políticas territoriais do Estado brasileiro na Amazônia e seus efeitos na fronteira Brasil-Colômbia: controle estatal e ameaças transnacionais. *Dissertação de Mestrado* - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MOORE, A. (2008) Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 2, p. 203-225, apr.

MOREIRA, Ruy. Movimento operário e a relação cidade-campo no Brasil. *Dissertação de Mestrado* – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.

_____. *Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica.* São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.* 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011a.

_____. O espaço e o contraespaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. 3ª ed. Em: SANTOS, Milton e outros. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2011b.

MORIN, E. F. Human adaptative strategies in Amazonian Blackwater Ecosystems. *American Anthropologist* 93(2): 361-382, 1991.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonialização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha - Dourados/MS. *Tese de Doutorado* - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Presidente Prudente, SP: UNESP, 2015.

MPF – Ministério Público Federal. *Nota Técnica n. 02/2018-6CCR - Análise da antijuridicidade do Parecer Normativo 001/2017/GAB/CGU/AGU, que estabelece o dever da Administração Pública Federal, direta e indireta, de observar, respeitar e dar efetivo cumprimento, de forma obrigatória, às condições fixadas na decisão do Supremo Tribunal Federal na PET 3.388/RR em todos os processos de demarcação de terras indígenas.* Brasília: Procuradoria Geral da República, 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, 2018.

MPF – Ministério Público Federal. *Recomendação nº 11/2020-MPF*, Brasília, 2020. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/RecomendacaoSaudeIndigenaCOVID19.pdf, acesso em 10jul2021.

MUÑOZ ONOFRE, Juan Pablo. *La brecha de implementación. Direchos territoriales de los pueblos indígenas en Colombia.* Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, Faculdad de Jurisprudencia, 2016.

NADZOERI. PGTA *Nadzoeri - Organização Baniwa e Koripako.* São Gabriel da Cachoeira/AM: NADZOERI/FOIRN, 2021.

NASCIMENTO, Durbens Martins. Projeto Calha Norte: Política de Defesa Nacional e Segurança Hemisférica na Governança Contemporânea. *Tese de Doutorado* - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, 2005.

NEVES, Eduardo Góes. Paths in Dark Waters: archaeology as indigenous history in the Northwest Amazon. *Tese de Doutorado* – Indiana University. Indiana, 1997.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Reconhecimento dos Rios Içana, Ayari e Uaupés: apontamentos linguísticos e fotografias.* Organizador: Renato Athias. Rio de Janeiro: Museu do Índio; Recife: Editora UFPE, 2015 [1950].

O'DWYER, Eliane C. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. *Iberoamericana,* 42, 2011, p. 111-125

OLIVEIRA, A. C. Direitos e/ou povos e comunidades tradicionais: noções de classificação em disputa. *Desenvolvimento e meio ambiente,* vol. 27, p. 71-85, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, Ana Gita de. *O Mundo Transformado: um estudo da "Cultura de Fronteira" no Alto Rio Negro.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995.

OLIVEIRA, Lucia Alberta Andrade de. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. 1 arquivo MP4 (72 min.).

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. Fricção interétnica. In: SILVA, Benedito et al. (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 495-498.

_____. *"O nosso governo": os Tikuna e o regime tutelar.* São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.

_____ (org.). *Os poderes e as terras indígenas*. PPGAS, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1989.

_____. Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo: formas e linhagem do Projeto Calha Norte. Em: _____. (org.). *Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990.

_____. Os instrumentos de bordo: limites e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lidia; HELM, Cecília Maria Vieira (orgs.). *A perícia antropológica em processos judiciais.* Florianópolis: Associação Brasileira de Antropologia, Comissão Pró-Índio de São Paulo, Editora da UFSC, 1994.

_____ (org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998a.

_____. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana,* Rio de Janeiro , v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998b.

_____. Viagens de ida, de volta e outras viagens: movimentos migratórios e as sociedades indígenas. *Travessia*, p. 5-9, jan./abr. 1998c.

_____. Apresentação. In: _____. (org.*). Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998d.

_____. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, v. 20, n. 1, p. 125–161, abr. 2014.

_____. O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

_____. Sem a tutela, uma nova moldura de nação: O Pós-Constituição de 1988 e os Povos Indígenas. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies,* v. 5, n. 1, p. 200-229, 2017.

_____. Fighting for lands and reframing the culture. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology,* vol. 15, n. 2, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1809-43412018v15n2a400, acesso em 10jul2021.

PACHECO DE OLIVEIRA, João & ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Demarcação e afirmação étnica: um ensaio sobre a FUNAI. In: *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

PÃRÕKUMU, Umusĩ (Firmiano Arantes Lana); KẼHÍRI, Tõrãmʉ (Luiz Gomes Lana). *Antes o mundo não existia. Mitologia dos antigos Desana-Kehíripõrã.* 2ª ed. São João Batista do Rio Tiquié: UNIRT; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 1995.

PAULA, Nilton Cezar. A ação missionária do catolicismo e os povos indígenas do Rio Negro: evangelização x autodeterminação e sobrevivência cultural. *Dissertação de Mestrado* - Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2005.

PEREIRA, Marluce Mineiro. Representações sociais de suicídio indígena em São Gabriel da Cachoeira-AM. 2013. 226f. *Dissertação* (Mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias da Amazônia) - Instituto Leônidas e Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz; Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

PEREIRA, Sérgio Nunes. Sobre a Situação Geográfica de Ratzel: breve nota. *Terra Brasilis - Revista da Rede Brasileira de História da Geografia,* n. 15, 2021.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

PGTA WASU – Plano de gestão indígena do alto e Médio Rio Negro. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Paixão da Terra. Ensaios Críticos de Ecologia e Geografia.* Rio de Janeiro: Rocco; Pesquisadores Associados em Ciências Sociais-SOCII, 1984.

_____. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E. & SADER, E. (org.). *A guerra infinita: hegemonia e terror mundial.* Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

_____. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o Seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista).* Brasília: Edições IBAMA, 2003.

_____. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *Geographia,* ano VIII, n. 16, 2006.

_____. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. *Polis Revista Latinoamericana,* n. 41, Centro de Investigación Sociedad y Politicas Públicas (CISPO), 2015.

_____. *Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso.* Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

_____. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. Em: MIGNOLO, Walter (org.). *Aníbal Quijano: ensayos em torno a la colonialidad del poder.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2019a [1992], p. 103-116.

_____. Colonialidad del poder y classificación social. Em: MIGNOLO, Walter (org.). *Aníbal Quijano: ensayos em torno a la colonialidad del poder.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2019b [2000], p. 151-199.

_____. ¡Qué tal raza! Em: In: MIGNOLO, Walter (org.). *Aníbal Quijano: ensayos em torno a la colonialidad del poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2019c [1998], p. 151-199.

RADAMBRASIL - Departamento Nacional da Produção Mineral. *Folha NA.19 Pico da Neblina: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro, 1976.

RAFFESTIN, Claude. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. *FLUX Cahiers Scientifiques Internationaux Réseaux et Territoires,* n. 7, 1987, p. 2-22.

_____. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. (dir.). *Réseaux Territoriaux.* Caen: Paradigme, 1988.

_____. *Por uma geografia do poder.* São Paulo: Ática, 1993 [1980].

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. (orgs.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

RAMOS, Alcida Rita. O índio hiper-real. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* n. 28, p. 5-15, 1995.

RATTS, Alecsandro J. P. As etnias e os outros: espacialidades dos encontros/confrontos. *Espaço e Cultura,* n. 17-18, Rio de Janeiro: UERJ, jan./dez. 2004, p. 77-89.

RATZEL, F. *Anthropogeography* (vol. 1). Berlim: J. Engelhorn, 1882.

_____. *Géographie Politique*. Paris: Economica, 1988.

_____. A Córsega: estudo antropogeográfico [1899]. Em: MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). *Ratzel: geografia.* São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. Sobre a situação geográfica: uma consideração político-geográfica [1894]. Tradução: Luciana Martins e Ferdinand Reis. Terra Brasilis - *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia,* n. 15, 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Teorias da ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, Berta. Colonialismo ecológico: o exemplo do Alto Rio Negro. *Mimeo,* s/d.

_____. *Os índios das águas pretas: modo de produção e equipamento produtivo.* São Paulo: Companhia das Letras; Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

RIBEIRO, Darcy. Línguas e culturas indígenas no Brasil. *Educação e ciências sociais,* 2(6), nov. 1957.

_____. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Global, 2015.

RICARDO, Carlos Alberto. Jogo duro na cabeça do cachorro. Em: CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90. São Paulo: CEDI, 1991.

_____. Dos petróglifos aos marcos de bronze. Em: RICARDO, Beto (editor). *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000.* São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Etnicidade estratégica, nación y (neo)colonialismo en America Latina. Alternativa - *Revista de Estudios Rurales,* n. 5, 1º sem. 2016.

RIVERA, María Camila; GÓMEZ, Silvia. *El Camino de las Entidades Territoriales Indígenas (ETI's) en la Amazonía Colombiana.* São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

ROSSI IDÁRRAGA, María. Reflexões sobre gênero e etnicidade nos cenários e repertórios de participação política no Vaupés colombiano. *Horizontes Antropológicos,* vol. 26, n. 58, 2020, pp. 319-347.

SACK, R. O sifnificado de territorialidade. In: DIAS, L. C. e FERRARI, M. (Orgs.). *Territorialidades Humanas e Redes Sociais.* Florianópolis: Insular, 2011.

SACK, Robert D. *Human territoriality: its theory and history.* Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAHR, C. L. I.; SAHR, W. D. Territórios – faxinais – espaços: a problemática "espaço/território" na formação social brasileira. In: SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. (orgs.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia,* n. 54, p. 81-100, 1977.

_____. *A Natureza do Espaço – técnica e tempo/razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. *Pensando o espaço do homem.* 5ª ed. São Paulo: Edusp: 2004.

_____. *O Espaço do Cidadão.* 7ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007 [1987].

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.* 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1996].

_____. O espaço como instância social. In: _____. *Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.* 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2014a [1978].

_____. *Espaço e Método.* 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b [1985].

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada – Ensaio de ontologia fenomenológica.* Tradução de Paulo Perdigão. 24ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015 [1943].

SCHRÖDER, Peter; LITTLE, Paul; AMARAL, Carlos (cons.). *PDPI - Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - Documento do Projeto.* Brasília: Ministério do Meio Ambiente, PNUD, 2000.

SCOLFARO, Aline; ALVES, Renata A. *Área de Manejo da Comunidade Ipanoré - Baixo Rio Uaupés - Terra Indígena Alto Rio Negro.* São Paulo: ISA; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, ISA, s/d.

SCOLFARO, Aline; OLIVEIRA, Ana Gita de. *Cartografia dos sítios sagrados: iniciativa binacional Brasil-Colômbia.* São Paulo: Instituto Socioambiental; Brasília: Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ministério da Cultura do Brasil; Bogotá: Ministerio de Cultura de Colombia, 2013.

SEGATO, Rita. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. *Série Antropologia,* 373, Brasília, 2005.

SILVA, Auxiliadora Fernandes da. Entrevistador: Fernando Damasco. São Gabriel da Cachoeira, 2022. (180 min.).

SILVA, Carlos Alberto da. *A geografia regional do Brasil.* Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

_____. *A modernização distópica do território brasileiro.* Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

_____. *Geopolítica do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVEIRA, María Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Revista Território,* ano IV, n. 6, jan./jun., 1999.

SILVERWOOD-COPE, Peter. *Os Makú: povo caçador do Noroeste Amazônico.* Brasília/DF: Editora UnB, 1990.

_____. Relatório à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Viagem ao Uaupés, Papuri e Tiquié. *Mimeo.*

_____. Relatório e propostas sobre a situação dos indígenas do Uaupés, Alto Rio Negro. *Mimeo,* 1975.

SILVESTRI, Magno. Conflitos territoriais e r-existência do povo A'uwê-Xavante: luta pela terra e pelo território no Leste Mato-Grossense. *Tese de Doutorado* - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2019.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Simmel: Sociologia.* São Paulo: Ática, 1983.

SORRE, Maximilien. A sociabilidade e o meio geográfico [1961]. Em: MEGALE, Januário Francisco (org.). *Max Sorre: geografia.* São Paulo: Ática, 1984.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Militares, índios e fronteiras políticas. Em: LÉNA, Philippe & OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

_____. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. A 'identificação' como categoria histórica. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João. (org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. Povos indígenas no Brasil contemporâneo: De tutelados a "organizados"? Em: SOUSA, Cassio Noronha Inglez de; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; ALMEIDA, Fabio Vaz Ribeiro de; MATOS, Maria Helena Ortolan. (Org.). *Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento,* II. 1ed. Brasília - Rio de Janeiro: Paralelo 15, GTZ / LACED/Museu Nacional-UFRJ, 2010, p. 60-80.

_____. O exercício da tutela sobre os povos indígenas no Brasil: um itinerário de pesquisa e algumas considerações sobre as políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. Em: _____ (org.). Tutela: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

_____. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. *Mana,* vol. 21, n. 2, ago. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et. al. (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.

_____. Together with the state, despite the state, against the state: social movements as "critical urban planning" agents. *City,* vol. 10, n. 3, dez. 2006.

_____. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Cidades,* vol. 7, n 11. p. 13-47, 2010.

_____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Silvério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

_____. *Por uma geografia libertária.* Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SOUZA, M. L. P. de. Comércio de "álcool de farmácia" no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, Brasil: uma questão de saúde pública. *Brazilian Journal of Psychiatry,* v. 29, n. 4, p. 384–384, dez. 2007.

SOUZA, M. L. P. de; GARNELO, L.. Quando, como e o que se bebe: o processo de alcoolização entre populações indígenas do Alto Rio Negro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública,* v. 23, n. 7, p. 1640–1648, jul. 2007.

SOUZA, M. L. P. de; ORELLANA, J. D. Y.. Suicide mortality in São Gabriel da Cachoeira, a predominantly indigenous Brazilian municipality. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 34, n. 1, p. 34–37, mar. 2012.

SPITZER, Leo. Situation as a Term in Literary Criticism Again. *Modern Language Notes,* vol. 72, n. 2, fev. 1957.

SPYER RESENDE, Marcia Maria. Acre: el saber indígena, el saber geográfico y la enseñanza de la geografía. *Tese - Doutorado em Geografia*, Universitat de Barcelona. Barcelona, 1993.

SUDAM. Avaliação da Prelazia de São Gabriel da Cachoeira. *Mimeo,* 1976.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.* São Paulo: Elefante, 2019.

TARDELLI, Gabriel Calil Maia. O poder colonial em ação: contribuições de Max Gluckman e Georges Balandier para o estudo do colonialismo. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste,* 6 (12), p. 265-280, ago./dez. 2019.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro.* 4ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 [1983].

TRASMONTE, Baldomero Cores. Regime Político. In: In: SILVA, Benedito et al. (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 1047.

TUKANO, Ivan; WISU, Carla; TUKANO, Pedro. *As pedras Ühtã Hori e a cosmologia indígena do Rio Negro.* Disponível em: https://amazoniareal.com.br/gravuras-e-cosmologia-do-rio-negro/, acesso em 25 out. 2023.

VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos do IPPUR,* Rio de Janeiro, ano XVI, n. 1, p. 13-32, jan-jul 2002.

VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.* Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009 [1976].

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. A geografia política: a propósito dos escritos do Sr. Friedrich Ratzel [1899]. Em: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sérgio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (orgs.). *Vidal, vidais: textos de geografia humana, regional e política.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Histórias ameríndias (resenha de História dos Índios no Brasil, Manuela Carneiro da Cunha (org.)). *Novos Estudos Cebrap,* 36, p. 22-33, julho de 1993.

VIVEROS VIGOYA, Mara. Los colores del antirracismo (en Améfrica Ladina). Sexualidad, *Salud y Sociedad,* n. 36, Rio de Janeiro, dez. 2020, p. 35-50.

WALLACE, A. R. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. São Paulo: Livraria Itatiana Editora, 1979 [1889].

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder: um pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. Em: WALSH, Catherine; GARCÍA LINERA, Álvaro; MIGNOLO, Walter. *Interculturalidad: descolonización del estado y del conocimiento*. 1ª ed. Buenos Aires: Del Signo, 2006.

_____. Interculturalidad, Reformas Constitucionales y Pluralismo Jurídico. *Boletim ICCI- RIUAI*, ano 4, n. 36, Quito, 2002.

WEBER, M. "Conceptos sociológicos fundamentales"; "Comunidades étnicas". In: *Economía y sociedad.* Espanha: Fundo de Cultura Económica, 2002.

WEBER, Max. *Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva.* 2ª ed. em língua espanhola da 4ª ed. em língua alemã. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica; Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, 1964 [1922].

WERLEN, Benno. *Society, action and space: na alternative human geography.* London/New York: Routledge, 1993.

WRIGHT, Robin. The history and religion of the Baniwa Peoples of Upper Rio Negro Valley. *Tese de Doutorado.* Ann Arbor: University Microfilms, 1981.

WRIGHT, Robin. As guerras do ouro no Alto Rio Negro. Em: CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. *Aconteceu 85/86.* São Paulo: CEDI, 1987.

WRIGHT, Robin. História indígena do Noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas. Em: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil.* 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

WRIGHT, Robin M. *História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro.* Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Instituto Socioambiental – ISA, 2005.

Documentos arquivados

ACITRUT - Associação das Comunidades Indígenas de Taracuá, Rio Uaupés e Rio Tiquié. *Requisição ao Procurador Geral da República, 22/06/1989.* Reproduzida no Processo Funai n. 08100.002224/1989-07.

BUCHILLET, Dominique. Carta para Beto Ricardo. *Mimeo*, 12/02/1987.

BUCHILLET, Dominique. Carta para Beto Ricardo. *Mimeo,* 12/02/1987. (Acervo do Instituto Socioambiental em São Gabriel da Cachoeira).

CARTA das lideranças indígenas de Taracuá, Pari-Cachoeira e Iauaretê ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao Ilmo. Sr. Ministro do Interior e ao Ilmo. Sr. Presidente da FUNAI. Taracuá, 2 de janeiro de 1985. *Mimeo*. Acervo do Instituto Socioambiental em São Gabriel da Cachoeira.

CARTA de 20 de junho de 1986. *Carta de Lucio Fontes, presidente da Comunidade Indígena de Pari-Cachoeira, Benedito Machado e Higino Tenório Tuyuka e Alvaro Fernandes Sampaio à Paranapanema S/A*. Acervo do Arquivo Nacional.

CARVALHO, Flávio Vieira. *Requerimento ao Exmo. Sr. Procurador Geral da República*. São Gabriel da Cachoeira, 18/07/1989. Reproduzido no Processo FUNAI n. 08100.002224/1989-07.

CENTRO de Informações da Polícia Federal. Informe nº 071/01/V/86-CI/DPF, *Mimeo*, jan. 1986 (Acervo do Arquivo Nacional).

Centro de Informações da Polícia Federal. Informe nº 071/01/V/86-CI/DPF, *Mimeo*, jan. 1986.

CIMI – Centro Indigenista Missionário. *Informativo Calha Norte*, n. 1. Manaus, s/d (Acervo do Arquivo Nacional).

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. *Relatório n. 032/3ªSC/89* – Reservado. Mimeo, 1989 (Acervo do Arquivo Nacional).

CSN – Conselho de Segurança Nacional. Questão indígena: atitudes suspeitas de silvícolas Baniwa e Curipaco das áreas indígenas Içana-Aiari e Içana-Xié, Mimeo, 1987. (Acervo do Arquivo Nacional).

CSN – Conselho de Segurança Nacional. Relatório n. 002/3ªSC/1982 – CSN, mimeo. 1982 (Acervo do Arquivo Nacional).

FIGUEIROA, Alba. Anotações de viagem ao Alto Rio Negro nos meses de novembro e dezembro de 1987. *Mimeo*. Acervo da FOIRN em São Gabriel da Cachoeira.

FROTA, Vivaldo. Exposição de motivos do Projeto de Lei Complementar n. 224, de 1981, de autoria de Dep. Vivaldo Frota - cria o Território Federal do Rio Negro. *Mimeo*, 1981 (Acervo do Arquivo Nacional).

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. *Processo n. 08100.002224/1989-07* (Acervo do Arquivo Nacional).

PROJETO CALHA NORTE, Síntese Informativa, *mimeo*, março de 1987 (Acervo do Arquivo Nacional).

RELATÓRIO nº 005/3ªSC/87 - Projeto Calha Norte - *Reunião das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira – 28 a 30 de abril de 1987*, p. 2

SAMPAIO, Alvaro Fernandes. Carta de Álvaro Fernandes Sampaio, já coordenador nacional da UNI, para Afonso Machado, presidente da Organização das Nações Indígenas de Pari-Cachoeira. *Mimeo*, 25 de janeiro de 1985 (Acervo da FOIRN).

SAMPAIO, Alvaro Fernandes. Carta de Álvaro Fernandes Sampaio, já coordenador nacional da UNI, para Afonso Machado, presidente da Organização das Nações Indígenas de Pari-Cachoeira. *Mimeo*, 25 de janeiro de 1985.

SAMPAIO, Álvaro. Carta para Dom Aloísio Lorscheider, com cópia para Dom Ivo Lorscheider, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Carmine Rocco. *Mimeo*, Manaus, 20 de janeiro de 1981 (Acervo da FOIRN).

SAMPAIO, Álvaro. Carta para Dom Aloísio Lorscheider, com cópia para Dom Ivo Lorscheider, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Carmine Rocco. *Mimeo*, Manaus, 20 de janeiro de 1981.

SANTORO, José Roberto; RIOS, Aurélio Virgílio Veiga. *Relatório sobre a participação do MPF no Encontro das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro endereçado ao Subprocurador-Geral da República Cláudio Lemos Fonteles, 9 a 14 de março de 1990.* Acervo do Arquivo Nacional.

SILVERWOOD-COPE, Peter. Relatório e propostas sobre a situação dos indígenas do Uaupés, Alto Rio Negro. *Mimeo*, 1975 (Acervo do Arquivo Nacional).

SUDAM. Avaliação da Prelazia de São Gabriel da Cachoeira. *Mimeo*, 1976 (Acervo do Arquivo Nacional).

Apêndices

Apêndice 1 – Termo de Anuência da FOIRN

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – F O I R N
Reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei n.º 1831 – 1987
CNPJ N.º. 05.543.350/0001-18
Inscrição Estadual nº. 04.213.831-0

São Gabriel da Cachoeira-AM, de 22 de outubro de 2021

TERMO DE ANUÊNCIA

Á Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN, por este termo, manifesta a concordância e o apoio desta federação de organizações indígenas para a realização da pesquisa intitulada provisoriamente "*Situações territoriais, regimes territoriais de alteridade e a territorialização indígena no Alto Rio Negro/AM*", a ser desenvolvida pelo pesquisador Fernando Souza Damasco, doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF, sob orientação do Prof. Dr. Rogério Haesbaert.

Temos ciência do compromisso dos pesquisadores de observarem as Resoluções Éticas Brasileiras[1] e de que esta autorização está condicionada à aprovação final da proposta pelo Comitê de Ética em Pesquisa responsável por sua avaliação.

Na oportunidade, o Diretor Nildo José Miguel, realizará uma conversa prévia, na chegada do Pesquisador acima citado, na Instituição. Sendo assim, o Sr Melvino Fontes Olímpio- Coordenador do Departamento de Patrimônio Cultural, será intermediador e responsável pelo acompanhamento de pesquisa no Acervo da FOIRN, no entanto informamos que para atendimento desta solicitação fica definido para segunda quinzena de janeiro de 2022.

Atenciosamente

Nildo José Miguel Fontes
Vice-Presidente-FOIRN

[1] Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e 304/2000.

Av. Álvaro Maia, 79 – Centro – Cx. Postal 42
CEP: 69750-000 São Gabriel da Cachoeira, - Amazonas – Brasil
Fone/Fax: (xx) 97 3471-1632 e-mail: foirn@foirn.org.br

Apêndice 2 – Registro de Consentimento Livre e Esclarecido

Universidade
Federal
Fluminense

INSTRUÇÕES PARA APLICAÇÃO DO RCLE

Durante a aplicação do RCLE, esteja disponível para apoiar os participantes em qualquer dificuldade na interpretação do texto;

Caso o entrevistado tenha dificuldades para leitura ou não seja leitor da Língua Portuguesa, leia o RCLE em voz alta, na presença de ao menos uma testemunha, que deve assiná-lo juntamente com o participante. Se o participante for indígena, essa testemunha deve ser indicada pela organização indígena;

Caso o entrevistado não seja fluente na Língua Portuguesa, o RCLE deverá ser lido em voz alta por intérprete indicado pela organização indígena. Alternativamente, poderá ser providenciada a tradução do RCLE para a respectiva língua indígena, a ser realizada por tradutores indicados pela FOIRN, desde que haja pessoas disponíveis e capacitadas para as atividades de tradução.

Caso não seja possível lavrar o RCLE, deve ser elaborada justificativa a ser submetida oportunamente ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Universidade Federal Fluminense

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Informações aos participantes

Título do protocolo do estudo: Situações territoriais, regimes territoriais de alteridade e a territorialização indígena no Alto Rio Negro/AM

Convite

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa Situações territoriais, regimes territoriais de alteridade e a territorialização indígena no Alto Rio Negro/AM. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda por que o estudo está sendo feito e as etapas de execução. Leia as informações a seguir com cuidado. Se não entender alguma coisa ou tiver alguma dúvida, fale com o pesquisador. Não tenha pressa de decidir se quer ou não participar desta pesquisa.

O que é o projeto?

Esta é uma pesquisa sobre o processo de reinvindicação dos povos indígenas do Alto Rio Negro pela demarcação de seus territórios. Queremos compreender de que formas os povos indígenas se organizam territorialmente e como interagem com outros sujeitos, grupos sociais e instituições nos processos sociais de definição de seus territórios.

Qual é o objetivo do estudo?

O objetivo principal é compreender a importância do território nas mudanças que ocorrem nas sociedades indígenas, o que pode ajudar no desenvolvimento de políticas públicas específicas para as diversas situações territoriais em que estão inseridos os povos indígenas. Entre outras atividades pretendemos realizar pesquisa em documentos, livros e estudos sobre a trajetória das organizações indígenas no Alto Rio Negro. Vamos fazer também entrevistas com pessoas que vivenciaram esses momentos históricos e outras pessoas indicadas pelas lideranças indígenas.

Por que eu fui escolhido(a)?

Você foi escolhido por um dos seguintes motivos:

- Ter participado dos processos de territorialização indígena no Alto Rio Negro, atuando diretamente nas organizações indígenas;
- Tem ou teve vínculos com instituições governamentais ou em organizações da sociedade civil que tenham atuação no Alto Rio Negro;
- Ter estudado ou pesquisado os povos indígenas e/ou a região do Alto Rio Negro;
- Ter sido indicado pelas lideranças indígenas como pessoa referencial para esclarecer algum aspecto específico da pesquisa.

Eu tenho que participar?

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa.

Se decidir participar do projeto Situações territoriais, regimes territoriais de alteridade e a territorialização indígena no Alto Rio Negro/AM, você deverá assinar este Registro e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar.

Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

Você participará de uma entrevista em que vai responder a algumas perguntas previstas com duração variável entre 30 minutos e uma hora. A entrevista será composta por questões a serem respondidas em voz alta, sem necessidade de escrevê-las, e será gravada (apenas áudio), desde que autorizado por você antes de iniciarmos.

O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

Apenas a disposição em colaborar com seu relato pessoal e com informações que tenha conhecimento.

Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

Não haverá nenhuma despesa e a participação é voluntária. O pesquisador se deslocará até o local indicado pelo participante para realização da entrevista.

Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

É possível que o(a) senhor(a) eventualmente experimente algum desconforto ou constrangimento, principalmente relacionado a algumas questões. Porém, caso isso ocorra, o(a) senhor(a) pode indicar que não se sente confortável em discorrer sobre o tema abordado. Sua posição será respeitada pelo pesquisador, que passará imediatamente para outras questões.

Se a entrevista for presencial, estaremos submetidos ao risco de contágio da Covid-19. Para que esse risco seja minimizado, deverão ser observadas as medidas de prevenção à Covid-19, conforme as orientações das autoridades de saúde nacional, estadual e municipal e aquelas determinadas pelas organizações indígenas, se for o caso, destacando-se obrigatoriamente:

- A preferência por realizar a entrevista em locais abertos ou arejados com ventilação natural permanente;
- O uso de máscaras durante toda a entrevista;
- A realização de higienização das mãos;
- A manutenção de distanciamento mínimo.

Quais são os possíveis benefícios de participar?

Os resultados vão ampliar o conhecimento acadêmico sobre as modalidades de territorialização em que estão inseridos os povos indígenas, o que permite dimensionar políticas públicas mais adequadas às suas necessidades.

A pesquisa contribuirá também para a memória dos processos de territorialização no Alto Rio Negro e sua importância no contexto da nova Constituição e na consolidação dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

O que acontece quando o estudo termina?

A tese, bem como todo o acervo documental, será disponibilizado para a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro - FOIRN e suas associações. Serão disponibilizadas também cópias para a biblioteca do IFAM e da UEA em São Gabriel da Cachoeira e outros acervos e bibliotecas que possam ser indicados pela FOIRN.

A tese ficará disponível também no portal do Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGEO/UFF) na internet: http://posgeo.uff.br/

Em que local ocorrerão as entrevistas?

As entrevistas serão realizadas nos locais indicados pelos entrevistados ou em modalidade remota. O pesquisador se deslocará até o local indicado pelo participante.

Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

As informações relacionadas ao estudo somente serão utilizadas para fins de elaboração da Tese de Doutorado do pesquisador. Caso haja informações que você considera sensíveis e que não devem ser alvo de divulgação pública, você poderá informar ao pesquisador a qualquer momento, que fará o registro desta restrição no campo "Observações".

Ao final deste Registro, você poderá optar quanto ao sigilo do seu nome no texto final da pesquisa.

Contato para informações adicionais

Dados do(a) pesquisador(a) responsável: Fernando Souza Damasco

Dados da Instituição Proponente: Programa de Pós-graduação em Geografia – POSGEO/UFF, Rua General Milton Tavares, s/n., Campus da Praia Vermelha, Boa Viagem, Niterói/RJ, telefone: (21) 2629-5167, e-mail: posgeouff.secretaria@gmail.com

Dados do CEP: Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP – Humanas) – Campus da UFF da Praia Vermelha – Instituto de Física – 3º andar (Torre nova) Telefone: (21) 2629-5119 – Email: cephumanasuff@gmail.com

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

Dados da CONEP: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h.

O Sistema CEP/Conep tem a função de proteger os participantes de pesquisa, por meio da avaliação ética de toda e qualquer pesquisa que possua a participação direta ou indireta de seres humanos no Brasil. A Conep é uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa e independente, e tem a atribuição de normatizar, regular, deliberar e promover ações educativas relacionadas aos aspectos éticos de pesquisas com seres humanos no Brasil. Para mais informações, consulte a Cartilha sobre os Direitos dos Participantes de Pesquisa:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Remunerações financeiras

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa.

Consentimento

Obrigado por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o ao pesquisador. Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia.

1 – Confirmo que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

4 – Quanto ao sigilo das informações, marque com um X a opção que considere mais adequada:

	Aceito que meu nome seja registrado no texto final da pesquisa, acompanhada do transcrição da minha entrevista, desde que omitidas as partes consideradas sensíveis e informadas ao pesquisador.
	Não quero que meu nome seja mencionado no texto final da pesquisa, optando pela anonimização (procedimento que substituirá o seu nome por um código, evitando a identificação.

5 - Considerando seu direito de ter sua privacidade respeitada, de ter garantida a confidencialidade das informações pessoais e de decidir, dentre as informações que fornece, aquelas que podem ser tratadas de forma pública, marque um X a opção que considere mais adequada:

	Sim, aceito a gravação da minha voz.
	Não, não autorizo a gravação/divulgação da minha voz

Nome do participante:

Assinatura do participante:

OBS: Duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisador.

Apêndice 3 – Roteiros das entrevistas realizadas

As entrevistas foram realizadas por pautas (GIL, 2008[111]) ou por tópico guia (GASKELL, 2015[112]), metodologia em que a entrevista "apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso" (GIL, 2008, p. 112).

As pautas variam conforme os grupos de seleção de entrevistados, conforme disposto a seguir.

Pautas para as entrevistas com membros das diretorias da FOIRN entre 1987 e 1998:

- Etnia, local de nascimento e história de vida;
- Como descreve o território do Alto Rio Negro;
- Data de entrada no movimento indígena;
- Experiência com o regime tutelar pré-Constituição de 1988;
- Participação a estruturação das associações e organizações indígenas;
- Como era a relação com o território antes da demarcação oficial das Terras Indígenas;
- Importância da luta pelo território para o movimento indígena no Alto Rio Negro;
- Importância do território, ou das estratégias territoriais, para o associativismo indígena no Rio Negro;
- Estratégias utilizadas pelo movimento indígena no âmbito do processo de luta pelas demarcações;
- Impactos das demarcações em "ilhas" realizadas pelo Governo Brasileiro;
- Visão acerca da importância geopolítica do Alto Rio Negro e sobre a situação de fronteira;
- Elaboração do projeto de demarcação de um território contínuo do Alto Rio Negro (quem concebeu, como foi articulado, principais apoiadores e resistências);
- Acordos realizados para viabilizar a demarcação;

---

[111] GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

[112] GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. Em: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

- Principais aliados das organizações indígenas nos processos de reinvindicação territorial;
- Impedimentos, entraves e resistências em relação ao avanço do processo demarcatório; por parte de que instituições ou agentes sociais;
- Principais consequências da demarcação do território para a vida dos indígenas na região do Alto Rio Negro;
- Principais consequências da demarcação do território para o movimento indígena no Alto Rio Negro;
- Participação nos processos de reivindicação e demarcação das Terras Indígenas do Alto Rio Negro;
- Desafios colocados para a gestão do território do Alto Rio Negro no pós-demarcação.

Pautas para as entrevistas com pesquisadores que estudaram a região do Alto no período compreendido entre 1971 e 1998:

- Local de nascimento e história resumida de vida;
- Trajetória de pesquisa e projeto desenvolvido no Alto Rio Negro;
- Como descreve o território do Alto Rio Negro;
- Data de entrada e saída de campo (e/ou de início e fim de realização da pesquisa);
- Experiência de observação das primeiras reinvindicações do movimento indígena no âmbito do regime tutelar pré-Constituição de 1988;
- Participação a estruturação das associações e organizações indígenas;
- Como era a relação com o território antes da demarcação oficial das Terras Indígenas;
- Importância da luta pelo território para o movimento indígena no Alto Rio Negro;
- Importância do território, ou das estratégias territoriais, para o associativismo indígena no Rio Negro;
- Estratégias utilizadas pelo movimento indígena no âmbito do processo de luta pelas demarcações;
- Impactos das demarcações em “ilhas” realizadas pelo Governo Brasileiro;
- Visão acerca da importância geopolítica do Alto Rio Negro e sobre a situação de fronteira;
- Elaboração do projeto de demarcação de um território contínuo do Alto Rio Negro (quem concebeu, como foi articulado, principais apoiadores e resistências);

- Acordos realizados para viabilizar a demarcação;
- Papel dos pesquisadores na composição das propostas de demarcação e na atuação na interlocução entre o movimento indígena e órgãos governamentais;
- Principais aliados das organizações indígenas nos processos de reinvindicação territorial;
- Impedimentos, entraves e resistências em relação ao avanço do processo demarcatório; por parte de que instituições ou agentes sociais;
- Principais consequências da demarcação do território para a vida dos indígenas na região do Alto Rio Negro;
- Principais consequências da demarcação do território para o movimento indígena no Alto Rio Negro;
- Participação nos processos de reivindicação e demarcação das Terras Indígenas do Alto Rio Negro;
- Desafios colocados para a gestão do território do Alto Rio Negro no pós-demarcação;
- Mudanças na execução de pesquisas no pós-demarcação.

Pautas para as entrevistas com funcionários das instituições que tiveram atuação direta ou indireta nos processos de identificação das terras indígenas do Alto Rio Negro:

- Local de nascimento e história resumida de vida;
- Trajetória de atuação, instituição a que estava vinculado e atividade desenvolvida no Alto Rio Negro;
- Como descreve o território do Alto Rio Negro;
- Data de entrada e saída de campo (e/ou de início e fim de realização do trabalho);
- Experiência de observação das primeiras reinvindicações do movimento indígena no âmbito do regime tutelar pré-Constituição de 1988;
- Gestão estatal do território do Alto Rio Negro antes das demarcações;
- Estruturação das associações e organizações indígenas;
- Como era a relação com o território antes da demarcação oficial das Terras Indígenas;
- Importância geopolítica do território do Alto Rio Negro;
- Importância da luta pelo território para o movimento indígena no Alto Rio Negro;
- Importância do território, ou das estratégias territoriais, para o associativismo indígena no Rio Negro;

- Estratégias utilizadas pelo movimento indígena no âmbito do processo de luta pelas demarcações;
- Impactos das demarcações em "ilhas" realizadas pelo Governo Brasileiro;
- A assistência estatal aos indígenas no contexto das primeiras demarcações;
- Visão acerca da importância geopolítica do Alto Rio Negro e sobre a situação de fronteira;
- Elaboração do projeto de demarcação de um território contínuo do Alto Rio Negro (quem concebeu, como foi articulado, principais apoiadores e resistências);
- Acordos realizados para viabilizar a demarcação;
- Papel dos pesquisadores na composição das propostas de demarcação e na atuação na interlocução entre o movimento indígena e órgãos governamentais;
- Principais aliados das organizações indígenas nos processos de reinvindicação territorial;
- Impedimentos, entraves e resistências em relação ao avanço do processo demarcatório; por parte de que instituições ou agentes sociais;
- Principais consequências da demarcação do território para a vida dos indígenas na região do Alto Rio Negro;
- Principais consequências da demarcação do território para o movimento indígena no Alto Rio Negro;
- Principais consequências da demarcação do território para o Estado e suas instituições;
- Participação nos processos de reivindicação e demarcação das Terras Indígenas do Alto Rio Negro;
- Desafios colocados para a gestão do território do Alto Rio Negro pelo Estado no pós-demarcação;
- Desafios colocados para a gestão do território do Alto Rio Negro pelos indígenas no pós-demarcação.

Apêndice 4 – Reivindicações da II Assembleia

II ASSEMBLÉIA GERAL DOS POVOS INDIGENAS DO ALTO RIO NEGRO

MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AMAZONAS.

R E I N V I D I C A Ç Õ E S

01 - Levantamento antropológico, delimitação e demarcação definitiva das áreas indígenas, de acordo as definições e decisão das populações indígenas.

02 - Contribuição de 20% às comunidades onde as empresas mineradoras p/obras assistênciais das comunidade índigena.

03 - Assessoria técnica para equacionar os direitos garantidos entres: sociedade indígena, governo e mineradoras.

04 - Prioridade e liberdade de ir e vir ao indigena dentro das áreas de reservas minerais, podendo o mesmo livre comercialização.

05 - Direito exclusivo pelo povo indígena do usufruto das riquezas naturais existente no solo e sub-solo das áreas índigenas.

06 - Prioridade ao mercado de trabalho nas empresas do governo e particulares ao filho da terra.

07 - Ocupação gradual e expansiva da terra indígena pelo filho da região com apoio constitucional legal e técnica - sem êxodo rural.

08 - Construção de um hospital dotada de toda infra-estrutura em São Gabriel para melhor atendimento à população indígena do Alto Rio Negro.

09 - Implantação de Postos Médicos, Barcos Sanitários para atendimento das comunidades ribeirinhas e distritais com apoio direto da FUNAI, FAD e Prefeitura Municipal.

10 - Criação de Escolas Técnicas, para aprimoramento no setor de pecuária, mineração e agricultura em São Gabriel da Cachoeira.

11 - Reativação do Campus Avançado de acordo com as necessidades locais de acordo com o item 10.

12 - Apoio ao estudante indígena de nivel superior com bolsas de estudo e criação da Casa do Estudante Universitário em Manaus com toda infra-estrutura para os indígenas do Alto Rio Negro.

13 - Meios e condições de aprimoramento das especialidades dos educadores do alto rio negro conforme a realidade nacional, regional atual.

continua...

14 - Assistência prioritária no transporte áereo aos habítantes indigenas pelos aviões da Força Aérea Brasiloira.

15 - Implantação de um sistema de transporte coletivo e fluvial no alto e baixo rio negro e São Gabriel da Cachoeira.

16 - Convênio entre FAB e CORAL no transporte de alimentação para as populações indígenas do Alto Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira.

17 - Compromisso das mineradoras atuante na região, construir cantinas com gêneros de primeira necessidade com preços acessiveis para comunidade indíge - nas do Alto Rio Negro sediado em São Gabriel da Cachoeira.

18 - Inserir na Constituição Brasileira um artigo que assegure um amparo d a mulher indígena das violações e ameaças do homem branco.

19 - Indicação e eleição para o cargo de superintendente Regional com anuência' do Presidente da FUNAI e Presidente da República pelos povos indígenas da Amazônia.

20 - Garantias Constitucionais pratica dos direitos territoriais, culturais, pecuaria, agricultura e demais necessidades nas areas habitadas pelas familias ' indígena e de suas propriedades e extenção suficiente no seu respectivos' redízio e acesso e plena participação da vida do país.

21 - Criação de sistema de Comunicação nas principais comunidades indígenas.

22 - Todos os ítens acima citados, foram analizados conforme as propostas formuladas pelas comissões participantes da II Assembléias das Comunidade Indíge nas do Alto Rio Negro, para melhor atendimento e execussão dentro das pro-' posta apresentada, seguem em anexo os documentos das comissões organizadas.

São Gabriel da Cachoeira, Am 30 de Abril de 1987.

CORDENAÇÃO:

- ALVARO SAMPAIO FERNANDES
- BENEDITO FERNANDES MACHADO
- CARLOS ANTONIO F. MACHADO
- PEDRO MACHADO
- MANOEL F. MOURA.

RELATORES:

- ALBERTO [illegible] F. RODRIGUES
- NASCELINO VIEIRA GONÇALVES
- ORLANDO MELGUEIRO DA SILVA.

Apêndice 5 – Ofício proveniente da II Assembleia

FOIRN: FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO

NAÇÕES

TUCANO • YANOMANI • ARAPASSO •
MAKÚ • PIRA – TAPUYA • DESSANO •
TUYUCA • MIRITI – TAPUYA • TARIANO •
WANANO • KURIPACO • BARÉ •
BARASSANO • KARAPANÁ • KUBEWA • CAMÃ •

☆ FILIADA A UNI-UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS

Of. nº 002/87-FOIRN

S.G.da Cachoeira-AM, 05 de Junho de 87.

Do: Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro;

Ao: Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil;

Assunto: Reivindicações (Fazemos)

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Através do presente, relatamos a V.Excia., umas das principais reivindicações formuladas pelas Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro, quando da realização aqui em São Gabriel da Cachoeira da II Assembléia Geral dos Povos Indígenas , nos dias 28, 29 e 30 de Abril p.p. Repassamos para vossas mãos Senhor Presidente, o nosso futuro, o nosso progresso, o nosso desenvolvimento, enfim o futuro das gerações vindouras dos povos indígenas deste tão rico e cobiçado Alto Rio Negro.

Senhor Presidente, as Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro, espera de V.Excia., que se posicione com um novo comportamente, responsável e patriótico, sobreduto, na demarcação efetiva e imediata de nossas Áreas Indígenas, esperamos procedimento democrático na nomeação dos dirigentes da FUNAI, esperamos garantia de nossos territórios indígenas e o diálogo franco e sistemático com os nossos povos indígenas, esperamos reconhecimento de nossas organizações em nível regional e nacional. V.Excia deve se posicionar patrioticamente, no sentido de defender os direitos fundamentais dos povos indígenas do Alto Rio Negro, no que concerne ao aspecto do reconhecimento de nossos direitos territoriais. Nós indígenas devemos ter o direito e garantia da terra, que é o nosso "habitat", isto é, o lugar onde vivemos segundo as nossas culturas e tradições e,onde viverão nossas futuras gerações. Esse direito Senhor Presidente, deve ter primazia sobre os outros, por termos origem na ocupração de fato, que é muito anterior à chegada da civilização do mundo branco.

Contudo Excia., só a demarcação de nossas terras não basta: é preciso que as mesmas uma vez demarcadas, sejam efetivamente garantidas, para que possamos evitar invasões constantes que até hoje ocorrem, sejam por garimpeiros ou por empresas mineradoras. De nada vale a demarcação e a garantia de nossas terras Senhor Presidente, se nós indígenas não possamos decidir livremente a maneira de como usufruir das riquezas do solo e subsolo de nossos territórios. Nós temos como povos diferenciados o direito de escolher meios de como empregar estas riquezas. V.Excia., é sabedor que o progresso da Nação Brasileira, até hoje se fêz às custas da destruição dos índios e invasão desenfreada de nossas legítimas terras. Agora Senhor Presidente, deve-se respeitar os povos indígenas que resistiram até hoje a mercê de sua própria sorte, assegurando-lhes condições para uma vida digna e honrada e para a livre construção de nosso futuro.

continua...

FOIRN: FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO

NAÇÕES

TUCANO • YANOMANI • ARAPASSO •
MAKÚ • PIRA - TAPUYA • DESSANO •
TUYUCA • MIRITI - TAPUYA • TARIANO •
WANANO • KURIPACO • BARÉ •
BARASSANO • KARAPANÃ • KUBEWA • CAMÃ •

★ FILIADA A UNI-UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS

Cont. Of. nº 002/87-FOIRN, de 05/06/1987. - Fl 02

Senhor Presidente, exigimos as demarcações das Área Indígenas de Pari-Cachoeira, Area Indígena de Taracuá/Uaupé, Area Indígena de Iauaretê, Área Indígena de Içana/Xié, Área Indígena Içana Aiari e Área Indígena de Cubate, para que elas não sejam invadidas' e consequentemente saqueadas e exploradas por empresas mineradoras, porque isto é de fundamental importância para a vida de nossos povos indígenas fixados no Alto Rio Negro. Sabemos que a FUNAI tem ' gastos muitos recursos com as identificações e delimitações de nossas terras, baseadas em estudos de áreas indígenas que quase sempre são desonestos e incompetentes, porque não partem das legítimas aspirações de nossas nações indígenas.

Apesar de tudo Senhor Presidente, isso pouco ou quase nada tem sido feito no sentido de demarcá-las efetivamente. Nós indígenas do Alto Rio Negro, exigimos as demarcações imediatas das áreas supra citadas, e, que elas não sejam intruzadas por nenhum tipo de invasão. Queremos Senhor Presidente, a revogação do Decreto nº 88.118/83, que somente complicou ainda mais a regularização fundiária de nossas áreas e queremos também a anulação do Decreto nº 88.985/83, que está provocando uma corrida desenfreada de empresas' mineradoras que possamos considerar, ilícitas, sórdidas e além de tudo desvergonhadas, para dentro de nossas legítimas áreas, saqueando e explorando nossas riquezas minerais existentes em muita de nossas terras.

Reivindicamos que todas as riquezas existentes no solo e subsolo de nossas terras, sejam de posse efetiva de nossas nações indígenas. Reivindicamos que a Nova República um Estado que se diz' democrático, não protele mais as demarcações de nossas áreas indígenas. E queremos que nossos representantes e lideranças possam participar com direito a voz e ao voto nas demarcações de nossas áreas e que sejam de posse efetiva de nossas nações indígenas. Ao lado das demarcações imediatas de nossas áreas, reivindicamos ainda projetos econômicos discutidos previamente pelas nossas comunidades e admi-' nistradas pelas mesmas, para que possamos ocupá-las produtivamente' por conta própria e segundo os nossos costumes e tradições.

Atualmente Senhor Presidente, sofremos muita explora-' ção econômica em nossas áreas. É preciso que o Governo Brasileiro ' nos ajude com recursos as nossas nações indígenas, para que essa exploração econômica que sofremos não seja tão prejudicial às nossas vidas. Precisamos deles para que possamos organizar por conta própria as nossas áreas indígenas, sem a intermediação dos funcioná-'' rios da FUNAI.

Senhor Presidente, queremos participar diretamente sobre as demarcações de nossas áreas com os GTIs. Exigimos que as empresas mineradoras, fiquem fora de nossas áreas. Queremos implantação de Planos Integrados de Saúde em nossas nações indígenas, pois passamos por precárias condições de saúde e são alarmantes em nossas áreas, queremos médicos e enfermeiras competentes, que organi-' zem vacinas preventivas em nossas áreas e que preparem e adestrem ' os próprios indios da região, para sermos os agentes de saúde de nossas comunidades e irmãos, porque temos mais compromisso com eles

continua...

FOIRN: FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO

NAÇÕES

TUCANO • YANOMANI • ARAPASSO •
MAKÚ • PIRA - TAPUYA • DESSANO •
TUYUCA • MIRITI - TAPUYA • TARIANO •
WANANO • KURIPACO • BARÉ •
BARASSANO • KARAPANÃ • KUBEWA • CAMÃ •

★ FILIADA A UNI-UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS

do que os funcionários da FUNAI, que raramente conseguem se adaptar em nossas áreas. Queremos também planos integrados de educação e que sejam realizados pelos próprios indios e com materiais didáti-' cos que falem sobre as nossas próprias realidades, não esquecendo ' de uma educação bilingüe e que dê maior autonomia para as nossas po pulações. Queremos também planos para abastecimento, para que juntos, comunidade indígena e governo possamos coibir o estado de desnutrição que passam as nossas comunidades indígenas do Alto Rio Negro. Reivindicamos que o Governo de V.Excia., nos dê condições para frequentarmos as univerdades, independentes das normas exigidas pelo exame vestibular.

Reivindicamos ainda, que o Governo de V.Excia., reco-' nheça oficialmente a FOIRN-Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, como autêntica representante dos povos indígenas do Alto Rio Negro. Somente a FOIRN, será capaz de representar democraticamente a vontade política de nossas nações indígenas. Somente pelo fortalecimento da FOIRN, seremos capazer de absorver pacificamente as nossas divergências, buscando um consenso dentro de nosso movimento indígena. Queremos Senhor Presidente, negociar diretamente' com o Governo Brasileiro, de igual para igual, sem os nossos anti-' gos intermediários. Nós representantes e lideranças indígenas, queremos ficar independentes e libertos desses intermediários e interlocutores que atualmente desempenham tais imcubências dentro da FUNAI.

Enfim, Senhor Presidente, se V.Excia efetivar realmente as nossas reivindicações, podeis estar certo, que jamais se arrependerá, e que sabe um dia o Senhor ouvirá vozes e hinos de agradecimentos em retribuição. Ou então, se não atenderes nossas reivindicações, ouvirás e testemunharás lágrimas, holocaustos, lamentações, desse tão humilde e hospitaleiro povo indígena do Alto Rio Negro, ' que sempre acreditou no Governo de V.Excia., pois, sempre amamos e confiamos no Governo Federal, acreditamos na Nação Brasileira e em seus Governantes, sem artifícios e sem falsidades.

Senhor Presidente, lembre-se que V.Excia um dia proferiu a seguinte frase: "Quem tem a Amazônia não teme o futuro". E nós resumimos em: "Quem tem o Alto Rio Negro não teme o amanhã".Nos ajude Presidente!

Sem mais no momento e na expectativa de que tais rei-' vindicações sejam imediatamente efetivadas, aproveitamos o ensejo ' para desejar-lhe boas vindas à São Gabriel da Cachoeira e apresentamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

EDGAR FERNANDES RODRIGUES
Presidente da FOIRN

Apêndice 6 – Decisão da Assembleia de 1990

São Gabriel da Cachoeira, 14 de março de 1990

DECISÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO

À: PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Nós líderes oficiais do Alto Rio Negro vinculados a FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO-FOIRN juntamente com a Diretoria da COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA-COIAB (sediado em Manaus) reunidos em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA do dia 12 a 14 deste mês com a presença dos SUB-PROCURADORES GERAL DA REPÚBLICA Aurélio Rios e Santoro e outros convidados para a DECISÃO DO POVO INDIGENA quanto a DEMARCAÇÃO DA TERRA e a problemática indígena de modo geral.

Nós, os abaixo-assinados, vimos repudiar qualquer Decreto que venha criar a demarcação por COLÔNIAS INDÍGENAS. Decidimos em conjunto nesta reunião, que o governo brasileiro DEMARQUE nossas terras em ÁREAS CONTÍNUAS. Não aceitamos nos dividir como retalhos de fazenda, não aceitamos criações de florestas nacionais dentro das nossas áreas, queremos sim a terra por nós ocupadas durante milênios, onde se encontram não só as nossas histórias, mas, o espaço suficiente para garantir a nossa sobrevivência física e cultural.

Exigimos em conjunto que o órgão indigenista oficial faça ou refaça levantamentos antropológicos nesta região denominada "cabeça do cachorro" para que sejam comprovada a presença humana, o índio o verdadeiro dono desta terra desde a evolução de nossa história.

Exigimos de imediato a revogação dos decretos como atos normativos incompativeis com a constituição, como os 94.945 e 94.946 assinados pelo antão Presidente Sarney e aplica

dos hoje pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional-SADEN que visa evidentemente distinguir o índio não-aculturado do aculturado e o seu envolvimento com a sociedade envolvente, e diminuir as nossas terras tradicionalmente ocupadas e ficar' à mercê da exploração econômica como os já iniciados através ' do Decreto 88.985/83, simplesmente em benefício das empresas ' de exploração econômica-totalmente inconstitucional.

Declaramos contra qualquer criação de novos municípios dentro das nossas áreas, somos contra a criação do município de Iauareté e queremos ser solidários ainda com os nossos parentes Tikuna que estão ameaçados com a criação de município de Belém do Solimões e Uatí-Paraná.

Exigimos que o governo discuta conosco através' das organizações criadas por nós para nos representar como a COIAB e FOIRN, para que sejam respeitada e que a integridade' física e cultural dessas nações indígenas sejam garantidas como certeza de um futuro melhor para nós do Alto Rio Negro e para todo o Brasil.

- Participaram desta Assembléia as seguintes organizações: COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA-COIAB; FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO-FOIRN cujas filiadas são: UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO DISTRITO DE IAUARETÉ-UNIDI, UNIÃO DAS COMUNIDADES INDIGENAS DO DISTRITO DE IAUARETÉ-UCIDI, ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE TARACUÁ RIO UAUPÉS E TIQUIÉ-ACITRUT, ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO RIO IÇANA-ACIRI, ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO BAIXO RIO NEGRO-ACIBRN, ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO RIO XIÉ-ACIRX, ASSOCIAÇÃO DAS ILHAS DAS ' FLORES, ASSOCIAÇÃO DE CUÉ-CUÉ.

- Nações Indígenas do Alto Rio Negro: TARIANO , TUKANO, BARÉ, DESSANO, PIRATAPUIA, WANANO, KUBEO, BANIWA, MIRITI-TAPUIA, WERIKENA, MAKU, TUYUKA, KURRIPACO, ARAPAÇO, KARAPAÇO, KARAPANÃ, YANOMAMI e KAMÃ.

Apêndice 7 – Carta ao Ministro da Justiça de 1992

São Gabriel da Cachoeira, 11 de Dezem
bro de 1992.

Exmo. Sr.
Ministro da Justiça
Dr. Maurício Correa

Sr. Ministro:

As Organizações Indígenas do Rio Negro adiante assinadas, por ocasião da 3 Assembléia da Federação das Organizações Indígenas do - Rio Negro - FOIRN, ocorrida entre os dias 9 a 11 de Dezembro de 1992, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, vêm dizer para o Senhor da preucupação diante da demora e do descaso com que tem sido tratado o processo de Demarcação da Área Indígena do Alto Rio Negro.

Como V. Excia.sabe termina no ano que vem o prazo dado pela Constituição de 88 para que sejam demarcadas todas as terras indígenas. O Processo d[illegible] nossa terra já se encontra com o Senhor. Só que até agora não temos nenhuma decisão desse Ministério se a nossa terra vai ser o não reconhecida.

Lembramos ao Senhor que a nossa terra foi reduzida e dentro dela criaram Florestas Nacionais de maneira ilegal. Os Decretos que diminuiram a nossa área e que estabeleceram essas Florestas precisam serem anulados pelo Presidente da Republica. Não aceitamos os argumentos usados para expedir esses decretos, que dizem que a nossa terra se for demarcada colocará em perigo a soberania do Brasil.

Desde o tempo do Imperio são os índios do Rio Negro que tem ajudado o Brasil a defender suas fronteiras nessa região. Assim, não entendemos porque somos prejudicados na hora em que reivindicamos o reconhecimento dos nossos Territorios.

Esperamos que Vossa Excia. possa adotar as providências necessarias para corrigir a injustiça que temos sofrido. Para tanto, solicitamos a assinatura da portaria de limitação da Área Indígena do Alto Rio Negro, com extensão de 8.150.000, de acordo com os estudos feitos pela Fundação Nacional do Índio e Procuradoria Geral da Republica.

No aguardo de sua decisão, desejamos ao Senhor um Feliz Natal e um Bom Ano Novo.

Atenciosamente,

FOIRN

UNIRT

COIAB

ACIBRN

ACIRI

ACIRNE

ACIRU

ACIRX

ACITRUT

A.I.P

AINBAL

AMAI

AMITRUT

UCIDI

UNIDI

CRETIART

OIBI

Senhor candido
Cacik

Apêndice 8 – Carta de 1992 ao Presidente da República

São Gabriel da Cachoeira, 11 de dezembro de 1992

Exmo. Sr.
Presidente da República
Federativa do Brasil
Dr. Itamar Franco

Sr. Presidente:

As Organizações Indígenas do Alto Rio Negro e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, abaixo assinadas, reunidas por ocasião da 3ª Assembléia da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN, que contou com a presença de 16 organizações, representadas por 270 delegados, ocorrida na cidade de São Gabriel da Cachoeira no período de 9 a 11 de dezembro de 1992, vêm manifestar sua preocupação frente a demora do Governo Federal em reconhecer de forma integral a Terra Indígena do Alto Rio Negro, conforme determina a Constituição Federal, que estabelece o prazo até outubro de 1993 para que sejam demarcadas todas as terras indígenas existentes no Brasil.

Solicitamos então a V. Excia. que sejam tomadas as providências necessárias ao reconhecimento dessa Terra, com 8.150.000 hectares, de acordo com os estudos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, além da revogação dos Decretos nº 98.437, 98.438, 98.439, 98.440, 98.441, de 23/11/89, e 99.094, 99.095, 99.096, 99.097, 99.098, 99.099, 99.100, 99.101, 99.102, 99.103, 99.104, 99.105, 99.106, 99.107, 99.108, 99.109, 99.110, 99.111, 99.112, 99.113, de 09/03/90, que reduziram o tamanho da Terra Indígena do Alto Rio Negro e criaram no seu interior Florestas Nacionais.

Confiantes de que o Senhor irá reparar essa injustiça, aguardaremos a sua decisão sobre a demarcação da terra dos povos indígenas do Rio Negro. Aproveitamos para lhe desejar um Feliz Natal e um Bom Ano Novo, fazendo votos de um Governo cheio de realizações para Vossa Excelência.

Atenciosamente,

FOIRN

COIAB

UNIRT

UNIDI

UCIDI

AMITRUT

AMAI

CRETIART

OIBI

A.I.P.

AINBAT

ACITRUT

ACIRX

ACIRU

ACIRNE

ACIRÍ

ACIBRN

CACIR

FOIRN - Av. Alvaro Maia, 79
São Gabriel da Cachoeira AM 69750-000

COIAB - Av. Joaquim Nabuco, 1572 Centro
Manaus AM 69020-031

Apêndice 9 – Carta da Survival International ao Presidente da República

Survival
para os povos
indígenas

Survival International
Secretaria Internacional

310 Edgware Road
Londres W2 1DY
Inglaterra

Tel: (44) 71 723 5535
Fax: (44) 71 723 4059

Survival International é um movimento mundial de apoio aos povos indígenas. Ele representa seus direitos de decidir seu próprio futuro e ajuda-os a defender suas terras, seu ambiente e seu modo de vida.

Exmo Sr Presidente Itamar Franco
Palácio do Planalto
70.150
Brasília DF
Brasil

21 de dezembro de 1992

Vossa Excelência

Escrevemos para reclamar de V. Exa o reconhecimento da portaria da FUNAI e da subsequente recomendação pelo Ministro da Justiça de que a Área Indígena do Alto Rio Negro como área indivisa e contínua em seus 8.150.000 hectares, que consistem nas terras habitadas e ocupadas por 18 povos indígenas tal como confirmado por numerosos levantamentos antropológicos, incluindo os patrocinados pela própria agência governamental FUNAI. Aproveitamos para lembrar que a Constituição Brasileira assegura aos povos indígenas o direito de ocupar e utilizar as terras que habitam desde tempos imemoriais.

Os povos indígenas do Alto Rio Negro foram já prejudicados pelos decretos ilegais assinados pelo ex-Presidente Sarney, que dividiram suas terras em ilhas separadas, abrindo na prática as portas aos interesses mineradores. Para que estes povos possam viver e sobreviver como povos indígenas, um direito claramente reconhecido pela Constituição Brasileira, seus direitos sobre suas terras e recursos tem de ser garantidos e mantidos. Assim urgimos V. Exa. a, de acordo com a Constituição, demarcar a Área Indígena do Alto Rio Negro como uma área contínua, segundo inclusive as próprias recomendações da FUNAI.

Observamos também que a assistência econômica prometida aos indígenas do Alto Rio Negro como resultado da implementação do projeto Calha Norte não se efetivou até hoje. Chamamos pois seu governo a investigar esta questão.

Survival International vê ainda com crescente preocupação as contínuas invasões ao Parque Nacional do Pico da Neblina e do Rio Cauabris, onde relatos recentes confirmam o aumento da mineração ilegal do ouro por garimpeiros. Invasões como

Fundado em 1969
Premio Nobel Alternativo 1989

Robin Hanbury-Tenison
Presidente de Honor
Richard Bourne *Presidente do Conselho Administrativo*
Stephen Corry
Diretor Geral

Papel reciclado

estas causam a devastação cultural e física aos povos Yanomami , Tukano, Banlwa e Baré. Os garimpeiros contaminam o ambiente com mercúrio e introduzem doenças contra as quais os índios não tem nenhuma resistência. Embora a FUNIA seja responsável por prover a assistência médica necessária e estes povos, tal responsibilidade não tem sido cumprida devido à falta de fundos e infraestrutura. Chamamos assim V. Exa. a tomar as medidas adequadas para a remoção dos garimpeiros das áreas indígenas no Parque Nacional e no rio Cauaburis.

Atenciosamente

Stephen Corry
Director Geral

cc: Exmo Sr Sydney Possuelo, FUNAI
Exmo Sr Aristides Junqueira, Ministério Publico
Exmo Sr Mauricio Correa, Ministério da Justiça
Exmo Sr Paulo Tarso Flecha de Lima, Embaixador, Londres

Apêndice 10 – Relação dos varadouros do Alto Rio Negro

Relação dos varadouros da região do Alto Rio Negro. Levantamento realizado em maio/junho de 1992 por Dominique Buchillet.

Existe, na região do alto rio Negro, um sistema intricado de varadouros (trilhas e/ou picadas), abertos pelos Antigos e que permea todo o mato, inclusive as áreas demarcadas e homologadas como Florestas Nacionais pelo governo federal em 1989-90. Esses varadouros são utilizados pelos Índios como via de acesso aos outros povoados ou sítios (inclusive de outros rios) para visitar parentes e participar de festas, trocar ou vender produtos (frutas, artesanato etc.). Eles dão, também, acesso: aos roçados, que, muitas vezes, são longe dos povoados devido à falta de terra firme nos seus arredores e onde os Índios passam uma temporada de várias semanas para capinar e fazer farinha; às áreas de caça (inclusive, os varadouros são, muitas vezes, usados pelos Índios para caçar); aos igarapés onde há bebedouros de animais; às zonas de caranazais e outros lugares de extração de materias primas para a fabricação das casas, para a confeição de artesanato (tucum ou juta para a confeição de redes, bolsas, tapetes, tintas naturais etc.), dos instrumentos de uso doméstico (cestos de vários tipos usados no processo da mandioca, canoas, bancos etc.) ou cerimonial (mascáras, flautas e trombetas etc.), e, por fim, às zonas ricas em plantas medicinais. Isto é, essa rede complexa e extensa de varadouros possibilita, assim, o acesso dos Índios aos recursos naturais inegavelmente distribuídos no seu território, bem como a manutenção das relações sociais (econômicas, cerimoniais etc.) entre os vários grupos locais e/ou lingüísticos da região.

Na ocasião da viagem de perícia antropológica (referente à Ação declaratória 90.3970-3) realizada na região do alto rio Negro entre os dias 20 de maio-13 de junho de 1992, foi obtida por Buchillet a relação seguinte de varadouros. Nota-se que essa lista é, provavelmente, incompleta, já que ela foi estabelecida a partir das informações de participantes das várias reuniões organizadas para discutir da questão da "Terra Indígena do Rio Negro". Devido à ausência de membros de várias comunidades (em particular do alto Içana), é possível que faltam alguns varadouros.

No rio Uaupés e afluentes:

* varadouro liga Monte Alegre (Uaupés) até o rio Capauari (afluente do rio Curicuriari);

* varadouro liga Ipanoré (Uaupés) até o igarapé Iauiari (afluente do rio Uaupés);

* varadouro liga Urubuquara (Uaupés) até a Serra do Cipó;

* varadouro liga São Luiz (Uaupés) a Loiro: uma hora de caminhada (utilizado pelas crianças de São Luiz para ir à escola em Loiro).

* varadouro liga a cabeceira do igarapé Veneno (afluente do Uaupés) até o povoado Aracu (Uaupés);

* varadouro liga Cabari (no ig. Cabari, braço do ig. Japu, afluente do Uaupés) até a metade do igarapé Taraquá (afluente do rio Tiquié);

* varadouro (dos Hupdâ) liga a cabeceira do igarapé Cabari (braço do ig. Japu, afluente do Uaupés) ao igarapé Traira (do rio Tiquié);

* varadouro liga Cabari (no igarapé Cabari, braço do ig. Japu) até Boca de Traira (no ig. Japu);
* varadouro liga a cabeceira do igarapé Cabari (braço do ig. Japu, afluente do Uaupés) a Serra dos Porcos (no ig. Ucuqui, afluente do Japu);
* varadouro liga Serra dos Porcos a Iauareté (Uaupés); oito horas de caminhada;
* varadouro liga a cabeceira do igarapé Caranaimirim (afluente do ig. Japu) a Uaracu Ponta (no Uaupés);
* varadouro liga Vila Nova (ig. Japu, afluente do Uaupés) a Juquira;
* varadouro liga Uaracu Ponta (Uaupés) até Loiro (Uaupes);
* varadouro liga Itataçu (Uaupés) a Iauareté (uma hora e meio);
* varadouro liga a cabeceira do igarapé Jaci (afluente do Uaupés) ao igarapé Iauiari (afluente do rio Uaupés);
* varadouro liga Santa Rosa (Uaupés) ao igarapé Iauairi (afluente do rio Uaupés);
* varadouro liga Ji Ponta (Uaupés) a Arari Pirá (no rio Aiary) (um dia de caminhada);
* varadouro liga Arara (Uaupés) a Uapui cachoeira (no rio Aiari, afluente do rio Içana);
* varadouro liga Arara (Uaupés) a Japu (Uaupés);
* varadouro liga Matapi (Uaupés) a Caruru (Uaupés);
* varadouro liga Matapi (Uaupés) às proximidades de Ucuqui cachoeira (no rio Aiary);
* varadouro liga Jutica (Uaupés) à cachoeira de Iauareté (no rio Aiary);

No rio Tiquié e afluentes:

Vários varadouros foram abertos a partir de Nova Fundação e/ou Cucura (no igarapé Cucura, afluente do Tiquié), sendo utilizados tanto pelos Hupdâ de Nova Fundação quanto pelos Desana de Cucura:

* varadouro de Cucura até Nova Fundação (30 minutos);
* varadouro liga Cucura ao igarapé Cunuri (afluente do rio Tiquié)
* varadouro liga Cucura ao igarapé Embaubá (afluente do rio Tiquié), e, de lá, ao igarapé Macucu (afluente do rio Tiquié), à comunidade Pahsá (no igarapé Pahsá, afluente do rio Tiquié), ao povoado Barreira (rio Tiquié), e, por fim, ao igarapé Traira (afluente do rio Tiquié);
* varadouro liga Nova Fundação a São João (ig. Ingá, afluente do ig. Urucu, afluente do rio Papuri); são 6 horas de caminhada pelo varadouro de Nova Fundação;
* varadouro liga Nova Fundação ao igarapé Pekayá (afluente do igarapé Urucu, afluente do rio Papuri); 6 horas de viagem;
* varadouro liga Nova Fundação à Serra dos Porcos (localizado perto da cabeceira do igarapé Ucuqui, afluente do igarapé Japu, afluente do rio Uaupés);
* varadouro liga Nova Fundação (Cucura ig.) à Santa Cruz do Turi igarapé (afluente do rio Papuri);
* varadouro liga Nova Fundação a São Francisco (rio Tiquié);
* varadouro liga Nova Fundação ao igarapé Tapira (afluente do ig. Cucura, afluente do rio Tiquié);

* varadouro liga Nova Fundação ao igarapé Embaubá (afluente do rio Tiquié);

*varadouro liga Nova Fundação a Santo Antônio (rio Tiquié);

* varadouro liga Nova Fundação a Jandu, São Sebastião, Urubu Lago e Piracema, todos povoados localizados no igarapé Umari (afluente do rio Tiquié);

* varadouro liga Vila Nova (Tiquié) ao igarapé Cunuri (afluente do rio Tiquié);

* na cabeceira do igarapé Samaumá (de Pirara Poço até a cabeceira do Samaumá são uma semana de remo) há um varadouro (um dia) que vai até o igarapé Irá (afluente do rio Tiquié);

* varadouro liga o povoado Iraiti à cabeceira do igarapé Taraquá (4 horas de caminhada); de lá existe um varadouro que vai até o igarapé Cabari, afluente do igarapé Japu, afluente do rio Uaupés (4 horas de caminhada) e, de lá, até Santa Cruz do igarapé Turi (afluente do rio Papuri);

* varadouro liga São Tomé (Tiquié) à Serra da Iniciação (3 horas de caminhada);

* varadouro liga a Serra da Iniciação à cabeceira do igarapé Irá (afluente do rio Tiquié);

* varadouro liga a cabeceira do igarapé Ituim (afluente do Tiquié, à proximidade do povoado Boca da Estrada) à Serra da Iniciação;

* estrada liga Boca da Estrada (Tiquié) a Iauaretê (foi de bar e foi construída pelos padres salesianos); são três dias de caminhada;

* varadouro liga a cabeceira do igarapé Samaumá (afluente do rio Tiquié) à cabeceira do igarapé Irá (afluente do rio Tiquié);

* varadouro liga Duhtura (ig. Castanha, afluente to Tiquié) a São João Batista no rio Tiquié;

* na metade do varadouro que liga Duhtura (ig. Castanha) a São João Batista existe outro varadouro que vai até o povoado São Joaquim, no igarapé Castanha (afluente do rio Tiquié);

* varadouro liga Duhtura a Bela Vista (rio Tiquié);

* varadouro liga Duhtura a Maracajá (Tiquié);

* varadouro liga Floresta (Tiquié) ao igarapé Castanha (afluente do rio Tiquié);

* varadouro liga São José I e II (Tiquié) ao povoado Fatima (no igarapé Castanha, afluente do rio Tiquié);

* varadouro liga a cabeceira do igarapé Embaubá (afluente do rio Tiquié) à cabeceira do igarapé Turi (afluente do rio Papuri);

* varadouro liga a boca do igarapé Macucu (afluente do rio Tiquié) à cabeceira do igarapé Turi (afluente do rio Papuri); um dia e meio de viagem;

* varadouro liga Santa Luzia a Nova Fundação (no igarapé Cucura, afluente do rio Tiquié);

* varadouro liga Santo Antônio (Tiquié) a Jandu (igarapé Umari, afluente do rio Tiquié) ;

* varadouro liga Santo Antônio a São João Batista (Tiquié);

* varadouro liga a boca do igarapé Tapuru (afluente do rio Tiquié) ao igarapé Castanha do rio Tiquié (acima de São Lourenço);

* de São Joaquim (igarapé Castanha do Tiquié) existe um varadouro que vai até a cabeceira do igarapé Castanha (afluente do rio Traira);

* varadouro liga São João à cabeceira do igarapé Cabari (afluente do rio Tiquié): são 12 horas de caminhada;

* varadouro liga Bela Vista (Tiquié) a Duhtura (no igarapé Castanha, afluente do rio Tiquié);

* varadouro liga Bela Vista a Pari-Cachoeira: é usado pelas crianças de Bela Vista todos os dias para ir e voltar da escola e pelo pessoal de Bela Vista todos os domingos para assistir à missa religiosa.

* varadouro liga Bela Vista à cabeceira do igarapé Pombo;

* varadouro liga o igarapé Pombo a Nova Fundação (no igarapé Cucura, afluente do rio Tiquié) ;

* varadouro liga a boca do igarapé Trovão (à proximidade de Bela Vista) à cabeceira do igarapé Cucura Norte (afluente do rio Tiquié): um dia de caminhada;

* varadouro liga Tocandira (no igarapé Umari) à cabeceira do igarapé Sapinho (afluente do rio Papuri);

* vardouro liga Tocandira a São Miguel (no rio Papuri): um dia e meio de viagem;

* varadouro liga a cabeceira do igarapé de Sal (afluente do igarapé Umari) à cabeceira do igarapé Ingá (afluente do igarapé Urucu, afluente do rio Papuri);

* varadouro liga o igarapé de Sal (afluente do igarapé Umari) a Uirapixuna (no rio Papuri);

* varadouro liga Pari-Cachoeira até Jandu e São Sebastião no igarapé Umari (afluente do rio Tiquié).

* varadouro liga Pari-Cachoeira ao povoado Templo do Diabo (no igarapé Veneno, afluente do rio Tiquié);

* varadouro liga Templo do Diabo a Tabatinga (no igarapé Castanha, afluente do rio Tiquié);

* varadouro liga Tabatinga ao igarapé Peneira (afluente do igarapé Castanha);

* varadouro beira o igarapé Samaumá (afluente do alto rio Tiquié) até a metade: do outro lado do igarapé há outro varadouro que vai até Santa Marta no igarapé Umari (afluente do rio Tiquié);

* varadouro liga o igarapé Onça (afluente do Tiquié) a Ninho de Abelha (no igarapé Castanha do rio Tiquié);

No rio Papuri e afluentes:

* varadouro liga Uirapixuna (alto Papuri) à cabeceira do igarapé Umari (afluente do rio Tiquié);

* varadouro liga a cabeceira do igarapé Ingá (braço do igarapé Urucu, afluente do Papuri) à cabeceira do igarapé Abio (afluente do rio Papuri);

* varadouro liga Santa Marta (ig. Urucu) a São João (ig. Ingá) e de lá a Uirapixuna (Papuri);

* varadouro liga São João (ig. ngá) até Jandu (no igarapé Umari, afluente do rio Tiquié) e de lá a Pari-Cachoeira (Tiquié): dois dias de caminhada;

* varadouro liga Santa Marta (ig. Urucu) a Santa Cruz (no igarapé Turi, afluente do rio Papuri);

* varadouro liga Pato (Papuri) ao povoado Abacate (no igarapé Abacate, braço do igarapé Turi) ;

* varadouro liga Abacate (no igarapé Abacate, braço do igarapé Turi) a Santa Cruz (no igarapé Turi);

* varadouro atinge o varadouro que liga Santa Marta (igarapé Urucu) a Santa Cruz (no igarapé Turi);
* varadouro liga São Paulo (Papuri) a Abacate (no igarapé Abacate, afluente do rio Papuri);
* varadouro liga Tucunaré baixo (Papuri) a São Gabriel (Papuri) ;
* varadouro liga Tucunaré baixo (Papuri) a Taraquá (Papuri);
* varadouro liga Santa Cruz (Papuri) a Barreira (Tiquié): dois dias de caminhada;
* varadouro liga Santa Cruz (Papuri) à cabeceira do igarapé Traira (afluente do rio Tiquié);
* varadouro liga Santa Cruz à Serra dos Porcos (igarapé Ucuqui, afluente do igarapé Japu, afluente do rio Uaupés);
* varadouro liga Serra dos Porcos à cabeceira do igarapé Japu (afluente do rio Uaupés);
* varadouro liga Santa Cruz ao povoado Terezita (margem colombiana do rio Papuri) ;
* varadouro liga São Luzia (Papuri) à Serra dos Porcos (igarapé Ucuqui, afluente do igarapé Japu, afluente do rio Uaupés): 6 horas de caminhada.
* varadouro liga Santa Luzia (Papuri) a São Pedro (igarapé Turi): 2 horas de caminhada.
* varadouro liga Santa Luzia (Papuri) à cabeceira do igarapé Cabari (afluente do igarapé Japu, afluente do rio Uaupés);
* varadouro liga Pari Ponta (Papuri) ao igarapé Umari (afluente da margem colombiana do rio Papuri);
* varadouro liga o povoado Ituim (Papuri) à Serra dos Porcos (igarapé Ucuqui, afluente do igarapé Japu, afluente do rio Uaupés);
* varadouro liga Ituim (Papuri) a Aracapá (rio Papuri, perto de Iauareté);
* varadouro liga Aracapá a Iauareté;

No rio Içana e afluentes:

* varadouro liga Iauacanã (Içana) ao igarapé Iraiti, uma hora de caminhada;
* varadouro liga o igarapé Uacari ao igarapé Uaracu do rio Cubate;
* varadouro liga Cabeçudo (Içana) à cabeceira do rio Iraiti (afluente do rio Içana);
* varadouro liga a cabeceira do igarapé Buia à Serra Mitu;
* varadouro liga Santa Cruz (Içana) ao igarapé Uiuá (afluente do rio Içana);
* varadouro liga Assunção (Içana) ao igarapé Meié (afluente do rio Xié);
* varadouro liga Uapui cachoeira (rio Aiary) à Arara cachoeira (rio Uaupés);
* perto de Uapui cachoeira, no antigo sitio Iauareté Poço (agora abandonado), sai um varadouro que vai até Caruru no rio Uaupés;
* varadouro liga Uapui cachoeira (rio Aiary) ao igarapé Uirauassu, afluente do Aiary: 5 horas de caminhada;
* varadouro liga Ucuqui cachoeira (ig. Uaranã, afluente do Aiary) a Jurupari cachoeira no Aiary: duas horas;

Apêndice 11 – Documento final da IV Assembleia de 1995

DOCUMENTO FINAL DA IV ASSEMBLÉIA

Nós, lideranças indígenas, representando 19 organizações indígenas, 380 pessoas e 28 povos, reunidos na IV Assembléia Geral da Foirn, entre os dias 14 a 17 de abril de 1995. No final decidimos os seguintes pontos abaixo relacionados:

1- A Assembléia aprovou proposta que diz respeito a construção da PCH dentro da Área Indígena do Médio Rio Negro, localizada no igarapé Miuá, mediante assinatura da portaria de demarcação da referida área conforme convênio e acordos anteriores entre a Foirn, Sivam e comunidades;

2- As comunidades em ocasião da Assembléia deliberaram que as mesmas irão entrar em juízo junto à Procuradoria Geral da República no sentido de exigir a demarcação da Área Indígena do Alto Rio Negro;

3- A Assembléia decidiu que os órgãos governamentais e outros cumpram suas obrigações e dêem uma maior atenção em áreas de saúde, educação, subsistência e proteção das áreas indígenas;

4- Que sejam valorizados/respeitados os costumes, crenças e tradições culturais de cada povo tanto pela sociedade envolvente quanto pelos próprios índios;

5- Sugerimos ainda que as organizações indígenas busquem alternativas junto a outras instâncias vi- sando a melhor comercialização e valorização de nossos produtos artesanais, agrícolas entre outros;

6- As organizações e povos indígenas devem melhorar as relações na comunicação e também ampliar a rede de comunicação como nos Yanomami, Kuripaco e Kubeu;

7- Quanto às Forças Armadas reafirmamos o apoio ao documento elaborado pela Foirn na ocasião da reunião do Conselho Administrativo em dezembro de 94. Onde se refere ao caso específico de Pari-Cachoeira, que seja estendido a outras localidades onde há presença de pelotões do Exército e outros órgãos como Funai, assim como São Joaquim, Maturacá, lauareté, Quirari, etc; e

8- Os povos indígenas nunca foram e nem serão ameaça e não contribuem para a internacionalização da Amazônia, pelo contrário a presença dos povos indígenas é uma segurança a mais para a soberania do País. O que queremos é o livre trânsito dos povos indígenas entre as fronteiras.

São Gabriel da Cachoeira, 17/04/95

Apêndice 12 – Carta ao Presidente da República (23/08/1996)

Exmo. Sr. presidente da República FERNANDO HENRIQUE CARDOSO,
em mãos

Primeiramente, gostaríamos de cumprimentá-lo, em nome dos 19 povos indígenas da região do Rio Negro e agradecer o fato do senhor ter aceito o nosso convite e a oportunidade de nos receber.

Expressamos a nossa satisfação pelo reconhecimento das terras indígenas na região e solicitamos que seja agilizada a demarcação física e posterior homologação dessas terras, bem como sejam tornados sem efeito os decretos anteriores que criaram as "ilhas", hoje incorporadas à Terra Indígena Alto Rio Negro.

Solicitamos ainda, um esforço coordenado dos órgãos governamentais responsáveis, para encontrar uma solução adequada aos casos de superposição de terras indígenas e unidades de conservação ambiental da região, que não se restrinja os direitos indígenas inscritos na Constituição Federal e garanta a proteção ambiental.

Seria para nós também muito importante que fossem regulamentadas as relações entre o Exército e as comunidades indígenas da região, seja na área destinada ao uso especial militar e superposta à Terra Indígena Médio Rio Negro l, seja nos pelotões de fronteira.

Pedimos ainda atenção do governo federal à proposta de Plano de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas e Unidades de Conservação Ambiental da Região, que será elaborada nos próximos meses, pelo GT formado pelo Ibama/Funai/Exército/Foirn e Isa.

Da mesma forma, para liberação de recursos do Convênio que a Foirn está negociando neste momento com a Fundação Nacional de Saúde (cujos detalhes vão em anexo, em carta assinada pelos agentes indígenas de saúde).

Finalmente, gostaríamos de convidá-lo, desde já, a voltar a São Gabriel, no dia 19 de abril de 1997, Dia do Índio, para, assim o desejamos, assinar a homologação das demarcações e o referido Plano de Proteção e Fiscalização.

Sem mais pelo momento,

Atenciosamente,

Braz de Oliveira França Baré
Presidente da Foirn
SGC, 23/08/96

Apêndice 13 – Carta aberta dos povos indígenas do Rio Negro à equipe de transição do Governo Lula

CARTA ABERTA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO À EQUIPE DE TRANSIÇÃO DO GOVERNO LULA

Inicialmente gostaríamos de agradecer a resposta que recebemos ao convite para participar da VII Assembléia Geral da Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) e da disposição dos senhores para receber e considerar as nossas propostas e recomendações.

Aqui no alto e médio Rio Negro vivem 23 povos indígenas diferentes, que somam pelo menos 35 mil pessoas e constituem a grande maioria da população. Representamos cerca de 10 % da diversidade e da população indígena atual do Brasil. Estamos organizados em comunidades e associações, formando uma Federação. Boa parte das nossas terras já foi reconhecida e demarcada pelo governo federal, como determina a Constituição Federal de 1988. Mas ainda falta demarcar algumas terras indígenas e muitas delas em superposição com unidades de conservação ambiental. Mas o Brasil não está preparado para conversar conosco, respeitar nossos direitos coletivos, escutar as nossas línguas e as nossas visões e propostas para o futuro. Ao contrário, o velho Brasil se preparou para integrar e assimilar os povos indígenas do Rio Negro, reprimindo nossas culturas, reduzindo nossos direitos e tentando colonizar nossas terras.

Nós não aceitamos esse rumo e depois de 15 anos de luta da Foirn, já tivemos algum reconhecimento dos nossos direitos e já temos algumas soluções para resolver os principais problemas que nos afetam, mas muita coisa precisa melhorar rapidamente. Não adianta apenas uma demarcação no papel e algumas boas ações isoladas das políticas públicas. As nossas terras estão situadas em vários municípios, cujo poder está controlado por setores que não reconhecem nossos direitos e fica muito difícil coordenar os recursos das políticas públicas federais que passam pelo canal da municipalização.

Assim sendo, a nossa proposta principal é que o novo governo federal crie as condições institucionais para conversar conosco de maneira adequada, para apoiar o que nós chamamos de PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDÍGENA SUSTENTAVEL DO RIO NEGRO (PRDIS-RN).

Este programa deveria reunir um conjunto de ações integradas, sejam das políticas públicas federais, sejam das demais parcerias não-governamentais, de forma a construir e implementar um tipo de desenvolvimento que tenha o nosso jeito de ser e de trabalhar e que valorize a nossa diversidade e os nossos conhecimentos e garanta um novo patamar de bem estar para as nossas comunidades . Não queremos apenas um programa com os nossos assuntos e algumas das nossas palavras, mas um programa que seja executado de acordo com as nossas determinações e prioridades, valorizando o nosso controle social e a nossa participação direta na sua execução.

O PRDIS-RN deveria considerar o seguinte:

1. É importante e urgente que seja feita a demarcação física e homologação da TI Balaio, bem como a identificação, delimitação e demarcação das TIs Marabitanas-Cué Cué e das terras tradicionalmente ocupadas nos municípios de S. Isabel e Barcelos, ações que dependem, no momento, da Funai e do Ministério da Justiça.

2. É preciso implantar um Plano de Proteção e Fiscalização das terras indígenas e das unidades de conservação ambiental de forma integrada e participativa, articulando as ações dos órgãos federais (Exército, Aeronáutica, PF, Ibama, CENSIPAM e Funai), as instituições não-governamentais, associações e comunidades.

3. Na área dos serviços públicos de atendimento a saúde, é importante manter, consolidar e aprimorar o Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro, que vem funcionando desde 1999.

4. Que as nossas tradições culturais sejam valorizadas e tenham espaço na política cultural do país, com linhas de apoio para o registro, formação e gerenciamento de acervos próprios, bem como a construção de espaços públicos adequados para as nossas manifestações culturais nas cidades de S. Gabriel da Cachoeira, S. Isabel e Barcelos.

5. Que o MEC tenha um programa de apoio que nos permita implantar um sistema escolar indígena, incluindo o nível básico e médio, no qual o poder pedagógico esteja nas nossas mãos.

6. Que o MEC apóie decididamente a transformação da Escola Agrotécnica Federal de S. Gabriel da Cachoeira na primeira Escola Agro-florestal Indígena da Amazônia.

7. Que o MEC apóie programas de formação de professores indígenas (terceiro grau indígena) e de acesso e manutenção de estudantes indígenas no nível de ensino superior.

8. Que o SEBRAE nacional faça um programa especial de apoio para povos indígenas, começando por implantar em 2003 um processo de planejamento participativo em Iauareté, através da adaptação da metodologia DLIS (Desenvolvimento Local Integrado, Indígena e Sustentável) .

9. Que o PRONAF tenha uma linha especial de apoio aos povos indígenas do Rio Negro, valorizando a nossa agrobiodiversidade e nossas formas de manejo dos recursos da floresta, criando uma linha de crédito e apoio de infraestrutura para a segurança alimentar e a comercialização da nossa produção. Queremos transporte e mercados indígenas livres nas cidades regionais.

10. Que os Correios, que é uma empresa pública, estude a possibilidade de desenvolver um programa-piloto na região do Rio Negro, prestando serviços de transporte de correspondência, encomendas e outros serviços diretamente para todas as comunidades.

11. Que o Ministério da Justiça continue apoiando os trabalhos do Balcão da Cidadania Indígena do Rio Negro, em parceria com a Foirn, o qual tem permitido que as pessoas das nossas comunidades mais remotas tenham acesso à documentação básica a às informações sobre seus direitos.

12. Que o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça acolham nossas reivindicações para criar uma conjunto de regras de convivência entre militares e indígenas aqui na fronteira com a Colômbia e Venezuela.

13. Que o Ministério das Relações Exteriores apóie as nossas iniciativas de intercâmbio cultural e técnico com nossos parentes e contrapartes da Colômbia e Venezuela.

14. Que as empresas de telecomunicações instalem telefones públicos em todas as comunidades.

15. Que o Ministério das Minas e Energia apóie um programa de energia solar em todas as comunidades, especialmente nos edifícios de uso comum, como escolas, centro comunitários e de saúde.

Assinam Diretoria da Foirn, delegados das Associações filiadas à Foirn, outras lideranças indígenas presentes à Assembléia Geral. (ISA, 02/12/02)

Apêndice 14 – Declaración de 14 gobiernos indígenas de la Amazonía oriental colombiana le hablan al próximo presidente de Colombia[113]

Como Gobiernos Indígenas de la Amazonía Oriental colombiana, representando 14 territorios en proceso de ponerse en funcionamiento como entidades territoriales, hacemos el presente pronunciamiento político cultural, de carácter público y abierto, dirigido a la sociedad colombiana, a las demás entidades del Estado colombiano, a los organismos internacionales de protección de derechos humanos, a los organismos de cooperación internacional que han venido apoyando nuestros procesos – que pertenecen a Noruega, Francia y Holanda:

Somos hombres y mujeres de cerca de 50 pueblos indígenas, que desde nuestras territorialidades ancestrales hemos tomado la decisión de organizarse como Gobiernos Indígenas en los departamentos Amazonas, Guainía y Vaupés, a través de los siguientes Consejos Indígenas:

- Consejo Indígena del territorio del Río Pirá Paraná
- Consejo Indígena del Territorio Miritíi Paraná – CITMA
- Consejo Indígena del Medio Río Guainía
- Consejo Indígena del Territorio de Yaigojé Apaporis -CITYA
- Consejo Indígena del Territorio Unido de los Ríos Isana y Surubí – TIURIS
- Consejo del Territorio Indígena del Bajo Río Caquetá Amazonas
- Consejo Indígena del Territorio del Alto Río Guainía
- Consejo Indígena del Bajo Río Guainía Curripaco Nheengatú
- Consejo Indígena de Unidad, Pensamiento y Sabiduría de la Palabra de Vida para el Cuidado de las Generaciones del Territorio Arica
- Consejo Indígena del Territorio Indígena del Río Tiquié
- Consejo Indígena del Territorio PANI
- Consejo Indígena Mayor de Tarapacá -CIMTAR
- Consejo Indígena Multiétnico del Territorio Ancestral de los Ríos Atabapo e Inírida – CIMTARAI
- Consejo de Autoridades Tradicionales Indígenas de Tarapacá Amazonas Territorio UITIBOC – ASOAINTAM

Cada pueblo recibió unos conocimientos específicos y complementarios para el manejo de lo que llamamos, desde el conocimiento tradicional, la “gran maloca territorio”. A la vez, este gran territorio es un escenario donde se encuentran grandes sistemas territoriales y culturales, entre ellos, el de la Gente de Afinidad de Yuruparí, localizado en la cuenca hidrográfica del río Vaupés y el río Caquetá, y el de la Gente de Afinidad de Tabaco, Coca y Yuca Dulce, ubicado entre el margen sur de la cuenca del río Caquetá y el río Putumayo, sumando un área mayor a 9 millones de hectáreas. Esta unidad cultural de manejo y gobierno territorial ha garantizado la conectividad ecosistémica y la vida entre las grandes cuencas de los ríos Putumayo, Caquetá y río Negro, y, por lo tanto, los beneficios que presta para el resto del país.

---

[113] Disponível em: https://gaiaamazonas.org/en/noticias-y-comunicados/declaracion-de-14-gobiernos-indigenas-de-la-amazonia-oriental-colombiana-le-hablan-al-proximo-presidente-de-colombia/, acesso em 13 ago. 2023.

Gobernar la Amazonía con la vitalidad de nuestros sistemas de conocimiento no es algo nuevo. Es el camino que ordenaron nuestros ancestros para poder mantener la integridad física y cultural en toda la región. Por eso aportamos nuestros sistemas de conocimiento y de acción y llamamos a las demás autoridades del Estado colombiano, a la Sociedad Civil, y a todos los ciudadanos colombianos y del mundo a reconocer el papel político y organizativo de los 14 gobiernos indígenas en garantizar la integridad territorial de la Amazonía colombiana y en el mantenimiento de las condiciones que permiten cuidar y sostener el bienestar general de la población de acuerdo a nuestras leyes y Derecho propio.

En ejercicio de la libre determinación y la autonomía, hemos decidido poner en funcionamiento nuestros territorios indígenas como entidades territoriales, basados en los fundamentos y principios culturales que orientan nuestros sistemas de gobierno, conocimiento y manejo.

Esta es la única forma en la que podemos proteger, preservar, mantener, conservar, defender los territorios, el conocimiento tradicional, la ley de origen, los sistemas alimentarios y nuestras formas de vida, reduciendo las presiones que amenazan nuestra integridad territorial y nuestra pervivencia cultural.

Con la puesta en funcionamiento de los territorios indígenas como Entidades Territoriales, también contribuiremos a la vida en el planeta, a través de cuidado de la selva amazónica y aportaremos a resolver la crisis climática que amenaza la existencia de todos.

Los pueblos amazónicos, en cumplimiento de nuestra ley de origen, hemos protegido cada uno de los rincones de nuestro territorio ancestral y su biodiversidad como sustento de nuestra vida y salud física y espiritual. Hemos logrado la consolidación de la protección de la propiedad colectiva por medio de los resguardos en los años 80. También, al amparo de la Constitución Política de 1991, el Convenio 169 de la OIT y otros instrumentos de derecho internacional, que hemos estudiado y traducido a algunas de nuestras lenguas nativas, hemos consolidado nuestras organizaciones e instituciones propias para participar de manera efectiva en la construcción del Estado diverso y plural.

Posteriormente, con la promulgación del Decreto 1088 de 1993, avanzamos en el ejercicio de la autoridad pública con la figura de Asociaciones de Autoridades Tradicionales Indígenas – AATIs.

Desde el año 2019, de acuerdo con el pacto constitucional y usando las herramientas del Decreto Ley 632 del 2018, hemos venido desarrollando el conjunto de instrumentos necesarios para la puesta en funcionamiento de los territorios indígenas como Entidades Territoriales, tal como lo establece el artículo 286 de la Constitución Política. En esta forma estamos resolviendo un problema estructural del Estado, por el inaceptable vacío político administrativo existente en cerca de una sexta parte del territorio nacional.

En este proceso no han faltado las dificultades, por ejemplo, obstáculos administrativos que se expresan en la exigencia de requisitos y demoras injustificadas para el registro de los Consejos Indígenas, asunto que requirió la intervención de la Corte Constitucional mediante la sentencia T 072 de 2021. Así mismo, persiste la imposición de una visión de desarrollo fundamentalmente extractiva, que pone en riesgo la integridad de nuestros territorios, sistemas de conocimiento y estructuras políticas. Además, el poco cumplimiento e implementación de

los acuerdos para una Paz Estable y Duradera ha incrementado las dinámicas ilegales y la presencia de grupos armados, que afectan nuestro ejercicio de gobierno.

Y, finalmente, lo más grave es la persistente acción del Congreso de la República, el Gobierno Nacional y los gobiernos departamentales en municipalizar nuestros territorios, desconociendo nuestros derechos fundamentales y violando lo acordado en la Constitución Política.

Poner en funcionamiento nuestros territorios es una manera de continuar el proceso de gobierno propio en los territorios, con base en nuestro pensamiento y sistemas de conocimiento, coordinando con otros Territorios Indígenas y otras entidades del Estado, la implementación efectiva de las políticas territoriales que hemos construido.

¿Qué sigue en este proceso?

Fundamentalmente, lo que sigue es la necesidad de una apertura política y cultural del Estado y la sociedad, la construcción de acuerdos entre culturas para poder hacer realidad la puesta en funcionamiento de nuestros territorios.

Fortalecer las políticas propias de los territorios para afianzar la autonomía y la libre determinación.

Establecer los mecanismos para la coordinación efectiva entre los territorios indígenas y el resto de la institucionalidad del Estado.

Reconocer plenamente el lugar de las autoridades tradicionales, en lo ambiental y demás materias de la función pública.

Adecuar la institucionalidad del Estado para hacer real y efectiva la puesta en funcionamiento de los territorios indígenas, con la implementación del Decreto Ley 632 de 2018 y las demás normas que desarrollen este derecho fundamental.

¿Qué proponemos al próximo Gobierno Nacional?

Los pueblos indígenas de la Amazonía colombiana hemos cuidado por cientos de años la selva y los bosques. Hemos sido, somos y seremos guardianes de la vida de todos, no solo la de nosotros. La Amazonía representa el 44% del suelo continental del país, es decir, casi la mitad del territorio nacional. Por eso nuestra voz, la de nuestras comunidades y autoridades, no puede ser silenciada otra vez.

Somos el Estado. Tenemos reconocimiento constitucional como autoridades públicas de carácter especial, somos sujetos y actores políticos que constituimos y hacemos parte del Estado colombiano.

Las intervenciones externas que hemos sufrido en la Amazonía colombiana como pueblos originarios, exigen con carácter urgente acuerdos interculturales que nos permitan a los gobiernos indígenas hacer ejercicio pleno de nuestra autonomía y libre determinación, para gobernarnos política y administrativamente, bajo nuestros propios principios y fundamentos culturales, sustentados en nuestros sistemas de conocimientos. Para ello, estamos trabajando en la puesta en funcionamiento de las Entidades Territoriales Indígenas.

Es responsabilidad del gobierno colombiano garantizar y apoyar nuestra iniciativa de gobernarnos. Todas las decisiones concernientes a la Amazonía deben ser tomadas respetando que somos un Estado intercultural. Es necesario que pasemos de los reconocimientos formales de derechos, a su garantía y materialización efectiva.

Por ello, es necesario que la institucionalidad estatal se adecúe en lo orgánico y lo fiscal para coordinarse de manera efectiva con los gobiernos indígenas, protegiendo la diversidad cultural de la nación y realizando los fines constitucionales.

La puesta en funcionamiento de los territorios indígenas como entidades territoriales es una condición fundamental para la paz.

El nuevo gobierno debe comprometerse con la construcción de los acuerdos interculturales con los gobiernos indígenas, haciendo de estos un pilar en el Plan Nacional de Desarrollo, asegurando que los territorios indígenas amazónicos surjamos y nos consolidemos plenamente en nuestra condición de entidades.